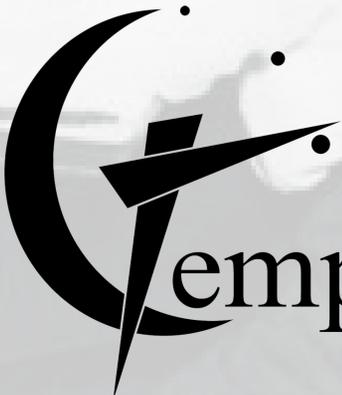


▶ Edição 33.
Vol 12, nº 2
Mai/Ago. 2020
ISSN: 1984-6150



Temporalidades
Revista de História

Dossiê Temático

*História e ciência em tempos de
pandemia: Reflexões e perspectivas*

Revista discente do programa de
Pós-Graduação em História da UFMG
www.fafich.ufmg/temporalidades

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 33, v. 12, n. 2 (Mai./Ago. 2020) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2020.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2020.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Scopacasa

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2020/2021

Anna Karolina Vilela Siqueira

Bárbara De La Rosa Elia

Carla Drielly dos Santos Teixeira

Felipe Augusto Souza

Luiza Lima Dias

Régis Clemente Quintão

Samuel Antunes de Sousa

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de

Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Anna Karolina Vilela Siqueira

Bárbara De La Rosa Elia

Carla Drielly dos Santos Teixeira

Felipe Augusto Souza

Luiza Lima Dias

Samuel Antunes de Sousa

Diagramação

Samuel Antunes de Sousa

Capa

Mulheres utilizam máscaras de pano de estilo cirúrgico durante a pandemia de gripe espanhola, na Inglaterra.

Fonte: Getty Imagens via BBC Brasil – Site: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52588702>

Montagem por Felipe Augusto Souza

Open Journal Systems/Banco de Dados

Carla Drielly dos Santos Teixeira

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adebal de Andrade Júnior de Andrade Júnior (UFRJ)
Aiano Bemfica (UFMG)
Alcilene Cavalcante de Oliveira (UFG)
Alice Fernandes Freyesleben (UFPR)
Alexandra Nascimento Aguiar (USP)
Alexandre Oliveira (Centro Universitário Una)
Alice Rosa de Sena Ferrari (PUC-SP)
Aline Pinto Pereira (UFF)
Álvaro Hadad Filho (USP)
Amélia de Jesus Oliveira (Faculdade de Filosofia João Paulo II/ Marília)
Ana Paula Cantelli Castro (UFU)
André Barbosa Fraga (UFF)
André Bonsanto Dias (UFF)
Andrea Maria Carneiro Lobo (UFPR)
Angelica Aparecida Silva de Almeida (Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais)
Augusto Leandro Rocha da Silveira (Nova Lisboa – Portugal)
Azemar dos Santos Soares Junior (UFRN)
Barbara Barbosa dos Santos (FIOCRUZ)
Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Betzaida Mata Machado Tavares (UFMG)
Braulio Silva Chaves (CEFET-MG)
Bruno Dias Santos (UNESP)
Bruno Fernandes Dantas Mamede (USP)
Caio Rodrigo Carvalho Lima (UNB)
Camila Corrêa e Silva de Freitas (UFPE)
Camila Sloboda Pacheco Morici (PUC-SP)
Catarina da Esperança Maquile Melo (Universidade Católica de Moçambique)
Célia Cristina da Silva Tavares (UERJ)
César Haueisen Zimerer Perpétuo (UFES)
Christian Oliveira (UFMG)
Clésio Barbosa Lemos Júnior (IFMG)
Cristiane Maria Magalhães (UNICAMP)
Daniel Lucas de Jesus Oliveira (UFG)
Daniel Schneider Bastos (UFF)
Diadiney Helena de Almeida (COC FIOCRUZ)
Diana Mendes Machado da Silva (USP)
Diego Omar Silveira (UEA)
Douglas Attila Marcelino (UFMG)
Eduardo José Neves Santos (USP)
Elane Gomes (UFPA)
Eliza da Silva Viana (FIOCRUZ)
Erika Marques de Carvalho (FIOCRUZ)
Etiane Carvalho Nunes (UFPE)
Felipe Augusto Fernandes Borges (Instituto Federal do Paraná)
Felipe Castilho de Lacerda (USP)
Felipe Riccio Schiefler (UNIFAL)
Felipe Tavares Araújo (UFRN)
Fernando Furquim de Camargo (UFT)
Flávia Rodrigues Lima da Rocha (UFAC)
Francisco de Paula Souza Mendonça Júnior (UFSM)
Gabriel Jose Pochapski (UNICAMP)
Georgiane Garabely Heil Vazquez (UFPR)
Gisele Cristina da Conceição (Universidade do Porto)
Gustavo Magno Barbosa Alencar (UFC)
Huener Silva Gonçalves (UFMG)
Jaeder Fernandes Cunha (USP)
Jairo de Jesus Nascimento da Silva (USP)
Jéssica Rodrigues Bandeira Peres (UFPE)
João Eratostenes Doulgras Cardoso (Instituto Federal Goiano)
Jocelito Zalla (Colégio de Aplicação)
Jonatas Roque Ribeiro (UNICAMP)
Kédima Ferreira de Oliveira Matos (UNICAMP)
Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)
Leandro Augusto Pires Gonçalves (UERJ)
Leonardo Dallacqua de Carvalho (FRIOCRUZ)
Lorena Ribeiro Zem El-Dine (FIOCRUZ)
Lucas Borba de Miranda (UFPE)
Luís Carlos Ferreira (UNILAB)
Mailson Bruno de Queiroz Carneiro Gonçalves (UFC)
Marcelo Alves de Paula Lima (UFMG)
Márcia Regina Barros da Silva (USP)
Márcio Couto Henrique (UFPA)
Marcos Antonio Lopes Veiga (USP)
Maria de Lourdes Pinheiro (UNICAMP)

Mariana Pastana Batista da Silva (UFRJ)
Marina Helena Meira Carvalho (UFMG)
Marlon Rodrigues Marques (UFRRJ)
Marluce Dias Fagundes (UNISINOS)
Mateus Barroso Sacoman (UNESP)
Millena Souza Farias (UFRJ)
Natália Cabral dos Santos (UERJ)
Natália Frazão José (UNESP)
Nelson Job Vasconcelos de Carvalho (UFRJ)
Neusa Teresinha Massoni (UFRGS)
Patrícia Cardoso Azoubel Zulli (UFF)
Paulo Christian Martins Marques da Cruz
(UNIFESP)
Paulo Julião da Silva (UFPE)
Polyana Aparecida Valente (UFMG)
Rafael Henrique Santin (IFPR)
Raphael Almeida Dal Pai (UNIOESTE-PR)
Raphael Rajão Ribeiro (FGV)
Raquel Hoffmann Monteiro (USP)
Régia Agostinho da Silva (UFMA)
Regma Maria Santos (UFG)
Renato Jorge Paranhos Restier Júnior (UERJ)
René Lommez Gomes (UFMG)
Ricardo dos Santos Batista (UFBA)
Roberta Lobão Carvalho (Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão)
Rodrigo Francisco Dias (IFMG)
Rodrigo José Fernandes de Barros (UFRN)
Rodrigo Luis dos Santos (UNISINOS)
Silvio Ferreira Rodrigues (UFPA)
Valeria Gomes Costa (Instituto Federal do Sertão
Pernambucano)
Vanessa Cristina Chucailo (UNIRIO)
Wellington Bernardelli Silva Filho (UNESPAR)
Yuri Stelmach (UFRGS)

SUMÁRIO

Editorial: “História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas” 10-13

Luíza Lima Dias e Felipe Augusto Souza

Dossiê

Apresentação – Ciência, História e Sociedades: múltiplas possibilidades14-19

Vanessa Lana

As cartas do “doutor”: a influência do discurso médico-científico no engendramento de comportamentos sociais / The letters of the “doctor”: the influence of medical-scientific discourse in the engendering of social behaviors20-37

Gabriel Afonso Vieira Chagas

A peleja contra uma epidemia de varíola negra e possíveis aproximações com o tempo da pandemia da covid-19/ The fight against an epidemic of black smallpox and the time of covid-19 pandemic - possible approaches.....38-67

Valdeci Rezende Borges

Entre Costas da África e a praça mercantil do Rio de Janeiro: os conflitos entre o Corpo do Comércio e os agentes de saúde na sociedade luso-brasileira oitocentista / Between Costas of African and the market square in Rio de Janeiro: conflicts between the Body of Commerce and health agents in the nineteenth-century portuguese-brazilian society68-85

Wederson de Souza Gomes

Entre o surto e a epidemia: a meningite meningocócica em Guaraniáçu nas páginas do Diário do Paraná, 1973 / Between the outbreak and the epidemic: meningococcal meningitis in Guaraniáçu on the pages of Diário do Paraná, 1973 86-107

José Augusto Leandro; Ariane Selma Schislowicz da Costa; Fabiane Karine Pinheiro; Geane Caroline Wiltemburg; Marcos Vinicius Barszcz; Michelle de Paula Pupo.

Escritos médicos: a ciência e as ervas disputam a cura da lepra Medical writings: The science and the herbs battle for the cure of the leprosy..... 108-129

Elane Cristina Rodrigues Gomes

"Eu te benzo, eu te curo, eu te libero": um estudo de caso das relações entre religiosidade, doença e poderio a partir da prática de benzeção em Caldas, Minas Gerais, nos anos 2000 / "I bless you, I cure you, I free you": a case study of the relationship between religiosity, disease and might from the practice of benzection in Caldas, Minas Gerais, in the 2000's..... 130-154

Letícia Elias Bernardes

Indústria farmacêutica durante os anos (nem tão) dourados eufória e desencanto (1950-1960) / Pharmaceutical industry during the (not so) 'golden age': euphoria and disenchantment (1950-1960)..... 155-184

Francieli Lunelli Santos

Octávio de Freitas e as crônicas médicas de Pernambuco / Octávio de Freitas and the medical chronicles in Pernambuco..... 185-207

Bruno Márcio Gouveia

O filósofo, o médico e o físico: um caminho para pensar a prática científica e seus desdobramentos na história da medicina / The philosopher, the doctor and the physicist: a way to think about scientific practice and its consequences in history of medicine 208-223

Luis Filipe Maiolini

Vírus e Mapas: o mapeamento da Covid-19, da Febre Amarela e os paradigmas da Medicina Cartográfica / Virus and Maps: the mapping of Covid-19, Yellow Fever and the paradigms of Medical Cartography..... 224-248

Carmem Marques Rodrigues

Artigos Livres

A liberdade não é incompatível com a ordem O vocabulário do Partido Liberal na Província do Espírito Santo / "The liberty don't is incompatible with the order": the Liberal Party vocabulary in Espírito Santo provincial..... 249-271

Driely Neves Coutinho

A teologia da confissão positiva e o American Way of Life no Brasil: uma leitura a partir do conceito de identidade em Stuart Hall / The theology of positive confession and the *American Way of Life* in Brazil: a reading from the concept of identity in Stuart Hall..... 272-298

Marlons Andrey Nunes da Silva

Andar a pé impactos da técnica moderna sobre a espontaneidade da prática da caminhada / From walking to walking: the impact of modern technique on the spontaneity of body expression..... 299-319

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Criminalidade feminina e suas representações na imprensa: o caso das mulheres dos “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960) / Criminalidad femenina y sus representaciones en la prensa: el caso de las mujeres de los “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960).....320-344

Maíra Cristina Tomé Fonseca

‘Esses elementos que enfeiam a cidade’: Mendigos e vadios na Capital da República / ‘These elements that garnish the city’: Beggars and vagrants in the Capital of the Republic (Rio de Janeiro, 1955 – 1960)..... 345-365

Rodrigo Gomes da Costa

Intelectualidade laica e Clérigos ultramontanos em defesa dos fundamentos da Identidade Nacional: uma análise a partir das Conferências Anchiétanas, de 1896 / Secular Intellectuality and Ultramontane Clerics in defense of the foundations of National Identity: an analysis from the *Anchietan Conferences*, of 1896..... 366-389

Ana Rosa Clochet da Silva; Flavio Renato Varotti Filho

Integração e conectividade comercial entre gregos e egípcios na região de Náucratis / Integration and commercial connectivity between greeks and egyptians in the region of Naukratis 390-408

Allan Arthur de Souza Camuri

Mulheres negras, espaço urbano e sobrenomes em Recife na década de 1890: notas de pesquisa / Black women, urban space and surnames in Recife in the 1890s: search notes.....409-424

Maria Emilia Vasconcelos dos Santos; Flaviane Soares da Silva

No laboratório de Luís da Câmara Cascudo: um estudo de caso da Sociedade Brasileira de Folclore / In Luiz da Camara Cascudo's laboratory: a case study of the Brazilian Folklore Society (1941-1949) 425-445

Ewerton Wirley Silva Barros

O debate parlamentar (1868 -1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império / The parliamentary debate for the elaboration of the Law of the military draw in Brazil Empire..... 446-470

Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos Santos

Os diádocos e as Relações Internacionais: o sistema helenístico ao fim do século IV a.C / The diadochi and International Relations: the hellenistic system by the fourth century BC.....471-493

Jorel Musa de Noronha Lemes

“Que é que pode ser o rei” O Paiz e a linguagem de contestação da ordem no final da década de 1880 / “Who can be the king?” O Paiz and the language about order contestation in the end of the 1880 decade 494-508

Cibele Camargos Pereira

Separatismo ou não-separatismo? A escrita da história de Varela e Docca sobre a Farroupilha / Separatism or non-separatism? Writing the history of Varela and Docca about Farroupilha..... 509-529

Pâmela Cristina de Lima

Uma Casa para os heróis: a construção da memória de Tiradentes na sede do Poder Legislativo Federal na cidade do Rio de Janeiro (1920-1927) / A House for national heroes: the construction of the memory of Tiradentes in the seat of the Legislative Branch of Rio de Janeiro (1920-1927)..... 530-555

Thiago Figueiredo Martins

Resenhas

BABIANO, José., GÓMEZ, Gutmaro., MÍGUEZ, Antonio. y TÉBAR, Javier. Verdugos impunes. El franquismo y la violación sistemática de los derechos humanos. Barcelona: Ediciones Pasado y Presente, 2018 556-559

José Antônio Abreu Colombri

REIS, João José. Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019..... 560-565

Mariana de Mesquita Santos

**SANTOS, Boaventura de Sousa. A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS. Coimbra:
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A., 2020 566-570**

Catarina da Esperança Maquile Melo; Guirino Dinis José Nhatave

Entrevistas

Entrevista com Anny Jackeline Torres Silveira 571-577

Entrevista com Miriam Hermeto de Sá Motta 578-588

Editorial

“História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas”

Em junho de 2020, abrimos a chamada para submissão de trabalhos a este dossiê com a pergunta “Qual o papel da história diante de uma crise sanitária global?”. Conforme explica Edward Said (2005)¹, o que define um intelectual não é a detenção de poderes divinos ou supostamente estar posicionado à parte das sociedades, mas, sim, a capacidade e disposição de comunicação com o público, de representação do outro, compreendendo sua realidade e trazendo-a à cena pública. A lealdade do intelectual deve ser direcionada aos grupos oprimidos e que não consigam se ver representados na esfera pública. Assim, alertar para as consequências que a crise sanitária tem causado nesses grupos é um dos papéis que o historiador intelectual deve assumir, ainda que não necessariamente pertença a essas comunidades ou que isso signifique questionar seu próprio país.

A pandemia do novo coronavírus gerou, e continua gerando, consequências em diversas áreas da vida humana, exigindo adaptações a essa nova realidade. Os olhos do mundo voltaram-se às ciências, cobrando respostas e direções a se tomar para combater o vírus. A história, em diálogo com as demais áreas de estudo das humanidades, ganha notoriedade nesse contexto, a serviço de sociedades que buscam entender como a humanidade lidou com crises sanitárias no passado. A 33ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, traz o dossiê temático “História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas” que, hoje, se faz também em memória das mais de 135 mil mortes contabilizadas no Brasil².

Agradecemos aos autores que contribuíram com artigos para a composição do dossiê e à historiadora Vanessa Lana, pelo instigante texto que apresenta e introduz o tema desta edição. Agradecemos ainda às também historiadoras Anny Jackeline Torres Silveira e Miriam Hemerto de

¹ SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

² Dados informados às 10:20h do dia 19 de setembro de 2020, disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

Sá Motta pelas importantes entrevistas que nos concederam, que também buscam reflexões necessárias e urgentes ao tema deste dossiê.

Finalmente, agradecemos aos autores que contribuíram com a seção de Artigos Livres:

Em *O debate parlamentar (1868 -1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império*, Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos Santos analisa os intensos debates parlamentares suscitados pela alteração nas regras de recrutamento militar brasileiro ao fim do século XVII, quando foi estabelecido o sorteio universal e vários setores da sociedade se viram diretamente afetados pela mudança.

Em *No laboratório de Luís da Câmara Cascudo: um estudo de caso da Sociedade Brasileira de Folclore*, Ewerton Wirley Silva Barros estuda os estatutos da Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), fundada pelo intelectual Luís Câmara Cascudo (1898-1986) em 1941, buscando situar a SBF nos debates a respeito da institucionalização do saber folclórico.

Maria Emília Vasconcelos dos Santos e Flaviane Soares da Silva, no artigo *Mulheres negras, Espaço urbano e sobrenomes em Recife na década de 1890: Notas de pesquisa*, partem da perspectiva analítica da História Social para buscar compreender as dinâmicas e experiências das mulheres negras entre 1890 e 1899 na cidade de Recife a partir de notas das colunas policiais do jornal Diário de Pernambuco.

No artigo *Separatismo ou não-separatismo? A escrita da história de Varela e Docca sobre a Farrroupilha*, Pâmela Cristina de Lima analisa algumas das controvérsias em torno da Guerra dos Farrapos, ou Farrroupilha, a partir das perspectivas teóricas de Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Varela, para entender questões como o suposto separatismo dos farrapos ou a ideia de brasilidade associada ao republicanismo.

Em *Intelectualidade laica e Clérigos ultramontanos em defesa dos fundamentos da Identidade Nacional: uma análise a partir das Conferências Anchiitanas, de 1896*, Ana Rosa Clochet da Silva e Flávio Renato Varotti Filho visam entender como intelectuais laicos e clérigos ultramontanos reagiram ao advento do regime republicano, a partir dos seus discursos encontrados no primeiro volume das Conferências Anchiitanas de 1896.

Jorel Musa de Noronha Lemes busca analisar o sistema helenístico no artigo *Os diádocos e as Relações Internacionais: o sistema helenístico ao fim do século IV a.C.*, atentando-se para a possibilidade

de se classificar esse sistema como um Sistema Internacional, a partir da revisão do paradigma vestfaliano.

Em *Uma Casa para os heróis: a construção da memória de Tiradentes na sede do Poder Legislativo Federal na cidade do Rio de Janeiro (1920-1927)*, Thiago Figueiredo Martins discute os usos do passado, mais especificamente da figura de Tiradentes, na construção da sede do Poder Legislativo federal na década de 1920 no Rio de Janeiro, então capital federal.

Cibele Camargo Pereira no artigo *“Quem é que pode ser o rei?” O paiç e a linguagem de contestação da ordem no final da década de 1880*, apresenta o papel da imprensa na construção de um novo imaginário político, fundada principalmente em novo vocabulário que substitui a monarquia e o rei pela república.

Em *Criminalidade feminina e suas representações na imprensa: o caso das mulheres dos “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960)*, Máira Cristina Tomé Fonseca analisa o papel da mídia em relação a questões de gêneros na década de 60. Qual é o impacto e a representação de mulheres que além de não estarem na lógica pré-estabelecida, local de passividade e docilidade transgridem as leis e chocam a comunidade.

No artigo *Integração e conectividade comercial entre gregos e egípcios na região de Náucratis*, Allan Arthur de Souza Camuri analisa a região do Náucratis no Egito e seu papel no contexto mediterrâneo. Examinando as relações entre gregos e egípcios pela região, discute as circulações comerciais e culturais da região.

Rodrigo Gomes da Costa em *“Esses elementos que enfeiam a cidade”: Mendigos e vadios na capital da República (Rio de Janeiro, 1955 - 1960)*, discute a condição em que viviam mendigos e vadios na capital do Brasil e como o poder público. Utilizando do conceito de Laura de Mello e Souza de desclassificados, analisa também a relação do poder público da cidade do rio de janeiro durante governo federal de Juscelino Kubitschek com essas pessoas.

Em *Andar a pé: impactos da técnica moderna sobre a espontaneidade da prática da caminhada*, Marcelo Roberto Andrade Augusti analisa a mudança que a modernidade coloca em relação a prática do caminhar, saindo da técnica corporal de experiência individual para a supremacia da ciência moderna, com implicações no sujeito e suas liberdades.

No Artigo *“A liberdade não é incompatível com a ordem”: O vocabulário do Partido Liberal na Província do Espírito Santo*, Driely Neves Coutinho utiliza análises de linguagens políticas para

observar as modificações na cultura política durante o Império no Brasil. Utilizando periódicos locais da província do Espírito Santo, demonstra a consolidação do partido liberal e de concepções republicanas no período.

Marlon Andrey Nunes da Silva no artigo *A teologia da confissão positiva e o American Way of Life no Brasil: uma leitura a partir do conceito de identidade em Stuart Hall*, analisa as relações entre as pregações do missionário Romildo Ribeiro Soares e os discursos de dominação cultural do American way of life. Observa como as pregações são baseadas na cultura norte americanas mas também faz apropriações da realidade religiosa brasileira, criando uma teologia “híbrida”.

Agradecemos, por fim, aos que contribuíram com resenhas de livros para esta edição: José Antonio Abreu Colombri, que resenhou *Verdugos impunes. El franquismo y la violación sistemática de los derechos humanos* de José Babiano, Gutmaro Gómez, Antonio Míguez e Javier Tebar; Mariana de Mesquita Santos, que resenhou *Ganbadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, de João Jose Reis; Catarina da Esperança Maquile Melo e Guirino Diniz José Nhatave que resenharam *A cruel pedagogia do vírus*, de Boaventura de Souza Santos.

Desejamos uma excelente leitura a todas e todos, com votos de que o futuro nos traga melhores ventos,

Luíza Lima Dias e Felipe Augusto Souza

Dossiê Temático

História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas

Apresentação - Ciência, História e Sociedades: múltiplas possibilidades

Vanessa Lana

Doutora em História

Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz

vanessalana@ufv.br

A reflexão sobre História e Ciência em tempos de pandemia, tecida pelas múltiplas perspectivas e análises que compõem o presente dossiê temático da Revista Temporalidades, traz o convite para lançarmos novos olhares sobre a sociedade em que vivemos, seus códigos culturais e o papel da ciência e dos estudos das humanidades na compreensão de momentos de crises mundiais. A própria temporalidade da publicação acompanha um contexto de transformações nas estruturas econômicas, sanitárias e políticas, marcado pelo rápido alastramento de uma pandemia que trouxe como um dos grandes desafios o de se pensar o papel da ciência e do negacionismo como chaves de respostas às demandas sociais. A pandemia do COVID-19 apresenta suas peculiaridades pela complexidade do cenário no qual vivemos. Em pleno século XXI, temos um mundo extremamente conectado do ponto de vista de população, de espaços, de mercadorias e com uma capacidade intensa de disseminação do vírus.

A reflexão sócio-histórica sobre a saúde e a relação de epidemias e sociedades é herdeira da ampliação da agenda histórica experienciada desde a segunda metade século XX, que contribuiu para a incorporação de novos temas e perspectivas de abordagem, ampliando o universo de investigação histórica, com olhares múltiplos, como o das experiências em torno da saúde e das doenças. Representativos desse campo de investigação, os artigos que compõem o dossiê *História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas* refletem a variedade de temáticas, usos de fontes e possibilidades de diálogo com diferentes metodologias, explorando análises sobre doenças e contextos sociais, estudos biográficos e epistemologia científica, perpassando

discussões acerca de histórias conectadas e circulação de saberes.

Pelas multiplicidades de fatores que mobilizam, as doenças, epidemias e práticas de saúde têm se revelado um importante ponto de inflexão na história das sociedades, através do qual é possível examinar aspectos e dimensões variadas da vida social. Inscritos na intercessão entre natureza e sociedade, os eventos epidêmicos, como as demais doenças, ultrapassam o âmbito biológico. Esses eventos ganham sentido a partir do contexto humano do qual emergem, das transformações que promovem no cotidiano – seus impactos econômicos, políticos, sociais – e do modo como expressam os valores culturais de uma sociedade.

As epidemias, portanto, são fenômenos biológicos e sociais que, assim como seus desdobramentos políticos, econômicos e culturais, acompanham a experiência humana em seus mais variados tempos e contextos históricos. Taxas de mortalidade atípicas, quarentenas, estigmas associados aos doentes, promessas de curas milagrosas e resistências a medidas profiláticas, são alguns dos elementos presentes na história das epidemias. O momento de uma grande epidemia é também o de interrupção de atividades cotidianas, dos ritos coletivos, como encontros sociais, velórios em obituários, dentre outros. A epidemia, portanto, traz consigo a questão do medo: medo da morte e medo da ruptura da vida cotidiana. Jean Delumeau, ao analisar o tempo da peste bubônica na Europa dos séculos XIV e XV, argumenta que esse foi um período de solidão forçada. Era o tempo do medo, tempo esse do desafio da ressignificação de uma série de relações, de convívios e códigos de conduta (DELUMEAU, 2009).

Os eventos epidêmicos possuem uma dramaturgia própria que impacta no dia-a-dia das sociedades, como argumenta Charles Rosenberg. Nesse sentido, a narrativa epidêmica apresentaria semelhanças a um enredo que se desenvolve através de uma sequência de atos previsíveis. O primeiro ato, da negação seguida do progressivo reconhecimento da existência e da realidade da epidemia. O segundo, envolvendo a tentativa de explicação, passando por elementos morais, religiosos e científicos. No terceiro, a negociação de uma resposta coletiva e comunitária, com a elaboração de ações para fazer frente à doença. E, no ato final, a reflexão que se constrói sobre a experiência do adoecimento, do caos social e da epidemia como um todo, na busca de se evidenciar os ensinamentos da experiência (Rosenberg, 1992).

As enfermidades epidêmicas, em toda sua complexidade, são ainda uma ocasião para que a saúde pública, os pesquisadores e os historiadores da saúde em particular endossem seus trabalhos e a importância dos mesmos para os processos de compreensão social. Nesse caminho,

os artigos apresentados nesse dossiê, ao dialogarem com diferentes perspectivas da pesquisa histórica, evidenciam a expansão dos estudos sobre história e ciência no Brasil. A diversidade de perspectivas presente nos textos ora apresentados indica, além da multiplicidade de abordagens possíveis, que há um amplo campo a ser trabalhado, pesquisado e discutido e que apresenta, em sua natureza, a interdisciplinaridade como marca característica.

No artigo *Vírus e Mapas: o mapeamento da Covid-19, da Febre Amarela e os paradigmas da Medicina Cartográfica*, Carmem Marques Rodrigues traz como proposta de análise o paradigma da medicina cartográfica como tônica no entendimento e controle das doenças. Os mapas, como recurso de entendimento das epidemias, foram utilizados desde o século XVIII, na percepção da relação entre saúde e geografia e na possibilidade do mapeamento do ciclo das doenças através da coleta de dados estatísticos/laboratoriais e do mapeamento geográfico. O trabalho discute o uso dos mapas para entendimento de epidemias no presente e no passado, tomando como estudos o *Dashboard* da John Hopkins University, no mapeamento em tempo real da pandemia de COVID-19, permitindo não somente a visualização geográfica em tempo real da sua marcha, mas também a colaboração de informações. E, relacionados ao controle da febre amarela, mapas do Dr. Seaman sobre o surto de febre amarela em Nova York (1798), e dos criados pelos/para pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz e da Fundação Rockefeller (1930-1942), esses últimos na combinação de dados laboratoriais e estatísticos com o mapeamento geográfico, num projeto de erradicação da doença.

Na linha da história das doenças e epidemias, *A peleja contra uma epidemia de varíola negra e possíveis aproximações com o tempo da pandemia da COVID-19*, de Valdeci Rezende Borges, analisa a representação literária de um surto epidêmico de varíola com o romance de Jorge Amado “Tereza Batista cansada de guerra”, tecendo relações com o imaginário contemporâneo em torno da pandemia de COVID-19. A obra, publicada em 1972, abordava em sua terceira parte a luta da protagonista contra a bexiga negra em Buquim/SE, em plena Campanha Nacional Contra a Varíola, que tinha por objetivo a erradicação da doença. A partir da narrativa da luta da protagonista contra a epidemia, do episódio de pânico social que se abateu sobre a cidade e seus arredores, o autor estabelece relações e similitudes com os medos coletivos vivenciados na contemporaneidade com a pandemia da COVID-19.

Seguindo no estudo de doenças e contextos políticos, José Augusto Leandro, et, al., propõe uma análise da meningite nos anos 1970, em *Entre o surto e a epidemia: a meningite meningocócica em Guaraniaçu nas páginas do Diário do Paraná, 1973*. O contexto da ditadura civil-

militar brasileira foi marcado por um rígido controle dos meios de comunicação existentes na divulgação de dados sobre determinadas doenças, na preocupação de que a exposição midiática sobre a presença de epidemias no país poderia trazer malefícios às imagens de modernização e progresso que se propalava naquele contexto. A partir desse cenário, os autores discutem a veiculação de notícias sobre a ocorrência da meningite meningocócica na cidade de Guaraniaçu, no estado do Paraná, em 1973, por um jornal apoiador do regime, o “Diário do Paraná”. Na análise, são problematizados temas que foram destacados pelo jornal quando da elaboração de suas matérias sobre a meningite na localidade, apontando a complexidade do contexto epidêmico no município.

Ainda no âmbito da história das doenças, Elane Cristina Rodrigues Gomes analisa os discursos sobre a lepra em Belém no final do século XIX e início do século XX, no artigo *Escritos médicos: a Ciência e as ervas disputam a cura da lepra*. A análise acompanha os debates no cenário médico nacional e internacional sobre a doença, pensando nas formas de propagação e medidas terapêuticas e nas relações entre a medicina diplomada e as práticas de cura relacionadas aos curandeiros. O discurso científico apontava para uma tensão sobre as práticas fora do âmbito da medicina diplomada, num contexto em que o vislumbre de diversas possibilidades de cura para a doença vinha do desconhecimento de um medicamento específico para a mesma. Os jornais do período refletiam em suas páginas essa miscelânea de tratamentos, com notícias locais e de outras capitais que relatavam tentativas e experiências no âmbito da incerteza.

Caminhando para a perspectiva do desenvolvimento da ciência, Francieli Lunelli Santos, em *Indústria farmacêutica durante os anos (nem tão) dourados: euforia e desencanto (1950-1960)*, discute a produção de medicamentos entre as décadas de 1950 e 1960, período da “Idade de ouro” ou os “anos dourados” da indústria farmacêutica. No escopo de um contexto de otimismo sanitário, os jornais atuaram tanto como veículos de legitimação dessa indústria, através do apelo ao desenvolvimento científico e econômico fomentado pelo setor, como na denúncia das questões relativas a venda indiscriminada de fármacos. Nessas denúncias estavam críticas à ausência de pesquisas sobre riscos e efeitos colaterais, cobrando do Estado mais responsabilidade em relação à circulação dos produtos.

Partindo da perspectiva de que a medicina influencia o social e o social influencia a medicina, o artigo *As cartas do “doutor”: a influência do discurso médico-científico no engendramento de comportamentos sociais*, de Gabriel Afonso Vieira Chagas, investiga como o discurso médico-científico impactou no comportamento matrimonial de vários grupos familiares num espaço

geográfico recortado, nesse caso, a Zona da Mata Mineira. Analisa as relações entre as práticas médicas e científicas e os comportamentos sociais, através do estudo sobre a influência do discurso médico-científico sobre as decisões matrimoniais de grupos familiares no abandono da estratégia de casamentos consanguíneos em prol de casamentos extrafamiliares a fim de se precaver de doenças hereditárias. A mudança das práticas sociais de casamento, resultadas dos enunciados emanados pelas pesquisas científicas é explorada no texto como um campo em potencial para se analisar o lugar do discurso médico no engendramento dos comportamentos sociais.

No âmbito do simbólico e de heranças culturais, Letícia Elias Bernardes em *“Eu te benzo, eu te curo, eu te livro”*: um estudo de caso das relações entre religiosidade, doença e poderio a partir da prática da benzeção em Caldas, Minas Gerais, nos anos 2000, discute as relações entre religiosidade, doença e poderio a partir da prática da benzeção nos anos 2000. O recorte geográfico é o município de Caldas em Minas Gerais, e a diretriz metodológica, a História Oral e o relato de vivência de um benzedeiro local. Pensando a prática da benzedura em seus aspectos simbólicos, verifica-se que a manifestação apresenta vestígios de dinâmicas sociais e da ruralidade, traço da condição social no qual está inserida.

Wederson de Souza Gomes, em *Entre Costas da África e a praça mercantil do Rio de Janeiro: os conflitos entre o Físico-mor Manoel Vieira da Silva, primeiro a exercer a função na colônia, e os homens de negócio da praça mercantil do Rio de Janeiro no início do século XIX*. O físico-mor e demais agentes de saúde ficavam responsáveis pelo licenciamento e fiscalização de atividades realizadas no âmbito mercantil. Nesse contexto, o ensejo do trabalho é apontar como as políticas régias de saúde incidiam sobre tais atividades, em particular o tráfico de escravizados, discutindo os limites entre o trato mercantil e as questões de saúde, como em relação à quarentena para os escravos recém aportados e a concessão de licenças e taxações.

Analisando a trajetória de personagens no campo da ciência médica, Bruno Marcio Gouveia, traz como proposta analítica a produção textual, em formato de crônica, do médico e sanitarista Octávio de Freitas, nas primeiras décadas do início do século XX, em *Octávio de Freitas e as crônicas médicas em Pernambuco*. O médico fazia parte do campo da medicina alopática, que estava se estruturando em princípios do século XX, e buscou em suas crônicas divulgar os saberes microbiológicos. Octávio de Freitas desenvolveu ainda outras atividades profissionais em Pernambuco, como o jornalismo e a docência na Faculdade de Medicina do Recife. A discussão

de sua trajetória passa pela análise da participação de espaços, instituições e associações em saúde, que lhe possibilitavam a elaboração de estratégias para circulação e difusão de suas ideias.

Fechando as diferentes possibilidades de estudos em História das Ciências apresentadas nesse dossiê, o artigo de Luís Filipe Maiolini, apresenta uma discussão no âmbito da epistemologia científica, de caráter ensaístico, analisando as perspectivas de Karl Popper, o filósofo; Ludwik Fleck, o médico; e Thomas Kuhn, o físico, nas relações entre ciência e sociedade; prática científica e epistemologia; produção de conhecimento e condições sociais de sua elaboração. *O filósofo, o médico e o físico: um caminho para pensar a prática científica e seus desdobramentos na história da medicina*, trabalha com os autores citados na busca de compreensão dos seus principais conceitos e suas apropriações pelos novos estudos da ciência, sobretudo pela história da medicina, numa perspectiva ampliada da atividade científica, trazendo elementos sociais, culturais e históricos.

Diante desse breve percurso sobre o conteúdo do dossiê *História e ciência em tempos de pandemia: reflexões e perspectivas*, percebemos a multiplicidade de abordagens e temáticas nesse campo do conhecimento. Os trabalhos aqui apresentados circulam pela historicidade das práticas e discursos científicos e pelas doenças e experiências epidêmicas em múltiplas facetas, apontando para elementos da relação com o poder público, da exploração midiática e das transformações no cotidiano das populações. A riqueza de fontes, metodologias e espacialidades analisadas oferece ao leitor um amplo leque de perspectivas e possibilidades para compreensão da temática e para o próprio fortalecimento dos estudos em História das Ciências e da Saúde no país.

Boa leitura!

Vanessa Lana.

Referências Bibliográficas

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente – 1300-1800**. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROSENBERG, Charles E. **Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSENBERG, Charles; GOLDEN, Janet. **Framing disease: studies in cultural history**. New Brunswick: Rutgers University Press. 1992.

As cartas do “doutor”: a influência do discurso médico-científico no engendramento de comportamentos sociais

The letters of the “doctor”: the influence of medical-scientific discourse in the engendering of social behaviors

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Recebido em: 05/07/2020

Aprovado em: 31/08/2020

Resumo: Abordar a relação das pesquisas médico-científicas com o comportamento da sociedade nunca foi tema mais atual. O presente artigo presta-se a debruçar sobre a influência que o discurso médico-científico exerceu sobre as decisões matrimoniais de vários grupos familiares que permitem debater na larga escala o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos em prol de casamentos extrafamiliares a fim de se precaver da geração de prole que herde doenças geneticamente potencializadas pelo casamento consanguíneo de seus progenitores. A relação entre sociedade e ciência em momento tão contemporâneo é resultado da construção que essa relação passou ao longo de um século e meio e, a mudança das práticas sociais de casamento, resultadas dos enunciados emanados pelas pesquisas médico-científicas é o melhor campo para se analisar o lugar do discurso médico no engendramento dos comportamentos sociais. Cabe lembrar que as relações conjugais estão no mais íntimo dos lares de qualquer sociedade, e é necessária uma grande incorporação desse discurso para que a sociedade modele seu comportamento nesse lugar de acordo com os predicados médico-científicos.

Palavras-chave: Casamentos Consanguíneos; Genética; História da Medicina.

Abstract: Addressing of relationship thebetween medical-scientific research and the behavior of society has been the current topic. This article adresse with the influence that of the medical-scientific discourse on the matrimonial decisions of various family groups that abandoned of the strategy of consanguinated marriages in favor of extra-family marriages with the aim generation the children without diseases genetically caused by the consanguineous marriage of their parents. The relationship between society and science in such a contemporary moment is the result of the construction that this relationship has gone through over a century and a half. The change in the social practices of marriage, the result of those discourse of medical research is the best field to analyze the place of medical discourse in the engendering of social exercises, since the conjugated relations are in the more intimate of the homes of any society.

Palabras clave/Keywords: Consanguineous marriages; Genetics; History of Medicine.

Enquanto grande parte da sociedade brasileira assiste aterrorizada a escalada do número de mortos pelo Coronavírus, uma parcela pequena, mas barulhenta, agarra-se ao mais variado aparato discursivo para contestar todas as evidências emanadas das mais recentes pesquisas científicas constituídas no esforço coletivo da comunidade científica internacional para melhor compreender o patógeno da atual pandemia (Covid-19) e as melhores formas de combatê-lo. Essa pequena parcela da sociedade brasileira é motora de um movimento muito maior, que possui a força de arrastar um inumerável contingente de pessoas, estruturando-se na expansão do Cristianismo, especialmente a vertente protestante, no seio das comunidades mais carentes de nosso país. Guiados por um pequeno, mas poderoso grupo de pastores, esses seguidores radicais do evangelho empenham-se em construir toda espécie de narrativas que visam contestar todas as evidências científicas que contrariem a visão de mundo de seus líderes.

É importante frisar que esse grupo encontra correspondente no seio da ala mais tradicional da Igreja Católica, composta por fiéis e clérigos que, por vezes, direta e indiretamente questionam a posição oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em alguns momentos, a posição do próprio pontífice católico, o Papa Francisco. O resultado dessa Cruzada contemporânea dos tradicionais cristãos viu-se no pleito eleitoral de 2018, no qual esse grupo fez inúmeros representantes nas esferas estaduais e federal dos poderes legislativo e executivo.

O resultado dessa crescente expansão da representatividade política desse grupo é a constante queda de braço entre os poderes constituídos na nação em relação às melhores estratégias de combate à propagação do vírus, produzindo um efeito devastador para a população brasileira, uma vez que alguns chefes do executivo e membros do legislativo, ora negam a doença, ora minimizam seus efeitos.

Levanta-se a hipótese da íntima relação entre os representantes do grande capital financeiro nacional e os líderes dessas denominações protestantes e grupos tradicionais católicos que muitas vezes se confundem nas mesmas pessoas. Entretanto, o foco do presente artigo centra-se em debruçar-se sobre a longínqua querela que contrapõe os discursos médico-científico e religioso no empenho de engendrar o comportamento da sociedade no qual estão inseridos.

Para tanto, deve-se recorrer à transição do século XIX para o XX para compreendermos, no âmbito da ascensão do estudo da genética, como o discurso médico-científico, outrora, modificou o comportamento matrimonial de vários grupos familiares no espaço geográfico recortado, nesse caso, a Zona da Mata Mineira, desarticulando a complexa rede de casamentos

consanguíneos que datava de dois séculos, a despeito de todas as tentativas fracassadas da Igreja Católica de desincentivar essa prática.

Os casamentos consanguíneos como estratégia arraigada na sociedade mineira sete-oitocentista:

Os casamentos endogâmicos fizeram parte das estratégias encetadas por inúmeros grupos familiares que remontam aos séculos XVIII e XIX nas Minas Gerais, como forma de proteger as propriedades do clã durante as inúmeras sucessões patrimoniais que poderiam, sem o zelo da família em preservá-los, dispersar-se, causando ruína financeiras às gerações vindouras. Essa modalidade de união matrimonial insere-se em um conjunto de práticas cotidianas, encetadas no social, que também conformavam uma visão de mundo de variadas famílias, as quais se comportavam como partes de um grupo que deveria ser mantido coeso e fortificado por meio dessa estratégia. Esse grupo se identificava com os valores dominantes, católicos e patriarcais, pois seus membros pertenciam à elite rural local, de origem branca e com ascendência portuguesa (CHAGAS, 2018).

É importante considerar que o Brasil era colônia portuguesa até 1822 e, posteriormente manteve seu código legal com claras referências à antiga metrópole até 1917, quando as Ordenações Filipinas cederam espaço a promulgação do novo código civil brasileiro. Tendo essa assertiva em mente, ressalta-se que a legislação portuguesa previa, com raras exceções, igualdade de condições entre os herdeiros legítimos na sucessão de posses. Esse caráter igualitário do processo sucessório era uma das razões da dissolução dos bens de um clã familiar ao longo de seguidas gerações. A despeito das interdições canônicas aos casamentos consanguíneos, para evitar tal dispersão, famílias da elite colonial brasileira desenvolveram uma certa gama de estratégias, entre elas o morgadio, exclusivo da nobreza; mas também o recolhimento de mulheres, com pagamento de dotes; a venda fictícia antecipada dos bens a um dos herdeiros; e a endogamia matrimonial, essas últimas também acessíveis às famílias de maior poder aquisitivo não nobres de nascimento.

Debruçando-se sobre vasta gama de fontes, oriundas de importantes acervos documentais do atual estado de Minas Gerais, dentre os quais se destacam o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico de São João Del Rei, pôde-se constatar que a utilização de casamentos intrafamiliares constituía um fenômeno recorrente nas Minas.

Para dimensionar numericamente o crescimento da recorrência dessa estratégia no recorte geográfico supracitado, elencou-se para análise 120 processos de habilitação matrimoniais do século XVIII, tirados aleatoriamente de sete pastas arquivadas com essa nomenclatura no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Esses documentos abrangem nove décadas e provém de vinte e seis localidades de Minas Gerais, servindo de parâmetro para estimar de forma aproximada os índices de endogamia encontrados para a capitania das Minas nos setecentos (CHAGAS, 2018). Nesse escopo documental, a percentagem de consanguinidade/endogamia é bastante reduzida, representando, no século XVIII, apenas 5% do total da amostra. Entretanto, o crescimento da população, o alargamento do território e o estabelecimento definitivo das famílias portuguesas em solo mineiro propiciaram um aumento desse índice no que toca à centúria oitocentista. Essa observação se aplica também quando se compara a considerável diferença entre os índices de dispensas concedidas encontrados na primeira e segunda metade do século XVIII (respectivamente 28,33% e 71,66% dos processos). Acrescido a esse fator, no tocante ao século XVIII, pode-se afirmar que a facilidade da concessão de dispensas no período posterior à bula *Magnam Profecta Curam* influenciou nos resultados de consanguinidade levantados a partir de 1790 (CHAGAS, 2018).

Nota-se, nitidamente, a importância da normatização da Igreja Católica no engendramento do comportamento social da sociedade mineira sete-otocentista, especialmente no que tange à união matrimonial, assumindo um lugar de destaque sobre a própria legislação civil, sendo que esta última deveria obedecer às normas religiosas. Portanto, deve-se compreender que datam de longo tempo as raízes desse processo de controle das práticas matrimoniais da sociedade pela Igreja Católica, remontando ao século XII, momento no qual a Igreja Católica assentou o matrimônio nas fileiras dos sacramentos. É importante considerar que, para ela, o casamento, desde longa data, esteve investido de sentido religioso, para o qual dispunha exigências como a monogamia, a fidelidade e a indissolubilidade. (LOTT, 2008)

É necessário recuar temporalmente na história do cristianismo para destacar o processo que determinou a construção daquilo que se denominou “família cristã”. Segundo Maria Luiza Andreazza, “de fato, desde seus primórdios, o cristianismo dedicou-se a erradicar costumes que regulamentavam a organização familiar nos diversos espaços em que ela se estabeleceu com vistas, evidentemente, a implantar uma conjugalidade afinada ao seu corpo doutrinário” (ANDREAZZA, 2011, p.139).

No que tange ao casamento sob os auspícios da moral cristã, as leis compiladas pelo papa Gregório no século VII abriram o caminho para que, em meados do século XII ou XIII, o casamento fosse elevado à categoria de sacramento pela Igreja Católica. Entretanto, coube apenas ao Concílio de Trento ser um marco no estabelecimento da moral cristã no que tange à consolidação e ao reforço do casamento enquanto um dos sacramentos católicos (CHAGAS, 2018). O referido Concílio dedicou exclusivamente a Sessão XXIV, realizada a 11 de Novembro de 1563, para discutir as questões referentes ao casamento. Nela, o matrimônio foi confirmado como integrante dos sete sacramentos, bem como os pontos fundamentais, estabelecidos no século XII, foram reafirmados. Mais ainda, Trento estabeleceu que a única forma de se contrair matrimônio era *in facie ecclesiae*, ou seja, com as bênçãos nupciais conferidas pelo sacerdote, que deveria estar regularmente autorizado pela sé episcopal (CHAGAS, 2018).

No bojo do Matrimônio, a Igreja Católica, desde longa data, legisla sobre o impedimento e a dispensa por consanguinidade. O debate doutrinário acerca do casamento e da estabilização deste como sacramento arrastou-se por cerca de cinco séculos, culminando também no Concílio de Trento. Nesse processo, o papel do impedimento perpetrado à cognação foi decisivo no estabelecimento da doutrina referente a este sacramento.

Importa considerar ainda, que a visão de parentesco da Igreja Católica havia sido construída muitos séculos antes do Concílio de Trento. Jack Goody discrimina a tradição romana de opção por casamentos próximos como estratégias de preservação do patrimônio familiar e demonstra como a Igreja da Alta Idade Média desencorajava tais uniões, no intuito de fortalecer seu poder temporal e, dessa forma, expandir seu patrimônio, tornando-se herdeira de terras e outros tipos de propriedades. (GODDY, 1995)

Sucessivas legislações eclesiásticas abordaram a questão da consanguinidade, desde a Reforma Gregoriana do século VII, passando pelo Código de Direito Canônico, até o Concílio de Trento que, como foi apontado anteriormente, ao qual coube deliberar definitivamente sobre o assunto.

Reverberando o texto tridentino, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em seu parágrafo 294, dispõem sobre o impedimento de consanguinidade e, em tom ameaçador, discorrem sobre as penas aos que nele incorrerem.

Grave peccado commetem, e dignos são de exemplar Castigo, os que sem o devido temor de Deos, em grande prejuizo de suas almas se casão, sabendo que ha entre elles impedimento dirimente, com o qual não vale o Matrimonio, e os

contrahentes ficão em estado de condenação: Pelo que conformando-nos com a disposição de direito, mandamos, que qualquer subdito nosso, que casar por palavras de presente com a pessoa, com a qual esteja dentro no quarto grão de consanguinidade, ou afinidade, sabendo do tal impedimento, (alem do Matrimonio ser nulo, e se haverem de separar) fique incorrendo em sentença de excomunhão maior, e será preso no aljube, e condenado em cinquenta cruzados, e nas mais penes, que parecerem justas [sic].

Observa-se, então, que os que incorriam no impedimento de consanguinidade eram passíveis de excomunhão, revelando o grau de pecado em que incorriam os parentes consanguíneos que teimavam em se casar, a despeito das interdições canônicas. A excomunhão ainda constitui a pena máxima imposta à cristandade católica, na qual aquele que a recebe está automaticamente excluído do Corpo Místico de Cristo e, portanto, da Igreja. Partindo da premissa defendida por Lucien Febvre, de que os homens daquele tempo não tinham condições de descrer, por não possuírem utensilagem mental para tal (FEBVRE, 2008), a excomunhão era considerada a maior pena que poderia ser creditada a alguém.

Entretanto, para o específico espaço geográfico das Minas foi emanada pelo Papa Pio VII em 1796 a Bula *Magna Profectam Curam*, que autorizava os bispos brasileiros e “padres respeitáveis” a dispensar os nubentes do impedimento de consanguinidade, na maioria dos graus de parentesco (WHELING & WHELING, 1994), com exceção do primeiro grau em linha direta e transversal e do primeiro grau em linha direta de afinidade. Com exceção desses últimos casos, ao invés de uma dispensa papal, passou a bastar apenas uma eclesiástica, geralmente, assinada pelo bispo diocesano ou, com autorização desse, pelo vigário da vara.

A pequena incursão no processo secular da Igreja Católica de normatização das relações conjugais é impreterível a este artigo no intuito a que ele se presta de debruçar-se sobre a tentativa da Igreja Católica de engendrar o comportamento social das populações a ela subjugadas. Para tanto, reiterar a pena de excomunhão expedida a quem infringir a norma permite compreender o quão grave era esse descumprimento para a mentalidade corrente da sociedade mineira sete-oitocentista. Importa ainda reforçar que para seus casamentos constarem do rol dos registros matrimoniais católicos, com efeitos reconhecidos pelos tribunais civis, homens e mulheres, entre os séculos XVI ao XIX, precisaram minimamente de cumprir as exigências da Santa Madre Igreja, arcando com o ônus que isso importava. Ou criar artifícios engenhosos para burlar tais exigências. (ANDREAZZA, 2011)

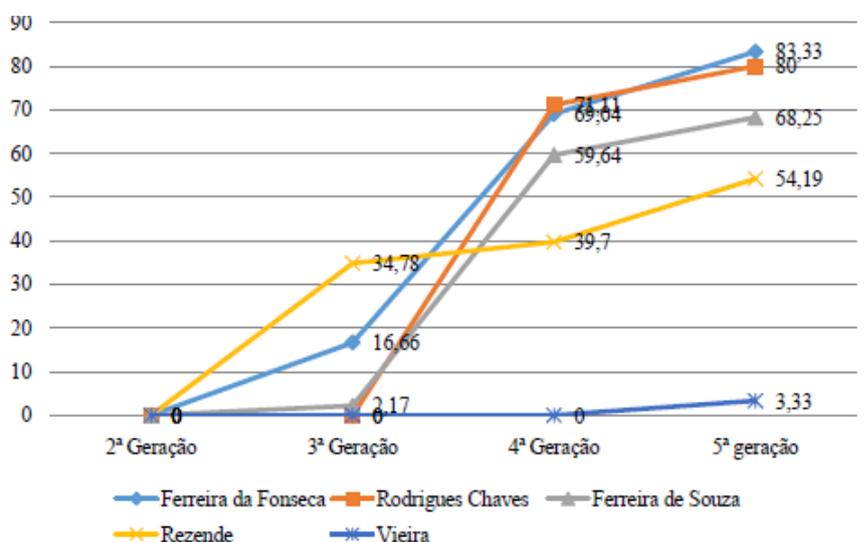
Debruçando-se exatamente sobre esses artifícios empregados pelos grupos familiares estudados, percebe-se como foi relativamente fácil e, por isso mesmo, comum burlar essas

restrições aos casamentos consanguíneos, que em sua esmagadora maioria eram realizados com 1º e 2º grau de consanguinidade. Para a centúria oitocentista, os índices de consanguinidades, em determinadas gerações das famílias analisadas mais detidamente em pesquisa anterior (CHAGAS, 2018), atingem patamares de cerca de 80%, ou mais. Esses índices falam por si só (CHAGAS, 2018). Não é nem mesmo necessário estabelecer comparações, ainda raras, com outras localidades, para afirmar que, nas parentelas da região estudada, essa tipologia matrimonial prevalecia sobre as uniões familiares exogâmicas. Sobre essa recorrência, a viajante naturalista do século XIX, Maria Graham, em viagem à região assim escreve:

As ligações de família aqui são uma beleza; são tão estreitas como a de um clã da Escócia. Mas têm o seu lado mau nos constantes casamentos entre parentes próximos como tios com sobrinhas, tias com sobrinhos, etc., de modo que os casamentos em vez de alargar as ligações, difundir a propriedade e produzir maiores relações gerais no país, parecem estreitá-las, acumular fortunas e concentrar todas as afeições num círculo fechado e egoísta (GRAHAM, 1956, p.253).

Corroborando a descrição de Graham, ao tabular-se os índices levantados sobre a recorrência de casamentos no seio dos clãs familiares recortados pela pesquisa, chega-se ao seguinte gráfico:

Gráfico 1: Variação percentual dos matrimônios endogâmicos entre as diversas famílias da freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada*



Fonte: CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. *Estratégia de Família: Casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)*. Belo Horizonte: 2018. [Dissertação de Mestrado], página 131.* Para formular essas taxas de endogamia, foram computados apenas os membros casados, excluindo-se os solteiros do cálculo. Referências utilizadas para a construção do gráfico: RESENDE, Artur. *Genealogia Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937, vol.1. Prados, Lagoa Dourada e Entre Rios de Minas. www.familyseach.org Livro de Registro de Batismo da Freguesia de

Nossa Senhora da Conceição dos Prados, 1798-1817, 1817-1840; Livro de Registro de matrimônio da mesma freguesia, 1779-1822; Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1822-1849, 1854-1876; Livro de Registro de matrimônio da mesma freguesia, 1828-1856, 1856-1880, 1880-1890. Livro de Registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, 1838-1852, 1851-1867; Livro de registro de matrimônio da mesma freguesia, 1825-1863, 1864-1888. Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livros de Registros de Batismos, 1837-1871, 1828-1872, 1868-1883; Livros de Registros de Matrimônios de 1837-1871; 1871-1875, 1877-1882, 1882-1919.

Podem ser apontadas várias motivações para a realização de uniões matrimoniais tão próximas. À guisa de exemplo, Arno Wheling aponta que, em algumas localidades pequenas, o mercado matrimonial era escasso, o que gerava, como resultado, um índice de uniões endogâmicas tão alto, que fez com que, praticamente, quase toda a população possuísse, entre si, algum grau de parentesco (WHELING & WHELING, 1994).

Específica e sinteticamente, pode-se apontar as principais razões que levaram as famílias estudadas no supracitado estudo (CHAGAS, 2018) a encetarem casamentos consanguíneos no interior do seu clã familiar, tais como a rede comercial dos Rodrigues Chaves, a manutenção dos títulos nobiliárquicos dos Rezende, ou a influência de outras famílias, como no caso dos Ferreira de Souza.

Entretanto, para o presente texto, importa deter-se na família Ferreira da Fonseca/Armond, que melhor elucida a utilização sistemática dessas uniões como forma de estratégia familiar. Trata-se de um grupo coeso, fortemente documentado, que viu, entre outros fatores, na manutenção da fazenda dos Olhos D'água uma necessidade para manter a estrutura que sustentava a família. Para conservá-la ao longo das sucessões patrimoniais, esse grupo valeu-se de recorrentes matrimônios, de extrema proximidade consanguínea, atingindo o índice de 83,33% de membros da família encetando casamentos intrafamiliares quando observada a quinta geração (cc1860-1900). Em nítida oposição a esse cenário, quando voltamos o nosso olhar para a sexta geração (cc1900-1940), nota-se claramente o abandono dessa estratégia de casamentos intrafamiliares, pautando-se para tal, nas inúmeras cartas emanadas pelo médico Camillo Maria Ferreira Armond, membro da família que, mesmo tendo falecido em 1882, começou a advogar radicalmente contra a realização dessas uniões consanguíneas, pautando-se para tal nos emergentes estudos da genética da segunda metade do século XIX.

Observa-se que o desincentivo ao casamento entre parentes, baseado nos avanços das referidas pesquisas genéticas, está relacionado à maior divisão das extensas propriedades vigentes durante os oitocentos. Ao longo do século XX, mobiliários, terras, documentos e fotografias

dispersaram-se a cada novo inventário que se abria. É no abandono da estratégia principal que protegera, por mais de um século, o patrimônio da família Ferreira da Fonseca/Armond que se encontra a ruína financeira de seus descendentes.

As mudanças nas práticas matrimônias como resultado dos enunciados científicos emanados pelo advento da Genética:

A mudança das práticas sociais de casamento, resultadas dos enunciados emanados pelas pesquisas médico-científicas é o melhor campo para se analisar o lugar do discurso médico no engendramento dos comportamentos sociais, uma vez que as relações conjugais estão no mais íntimo dos lares de qualquer sociedade e é necessário uma grande incorporação desse discurso para que a sociedade modele seu comportamento nesse lugar de acordo com os predicados médico-científicos. Portanto, a análise do comportamento social em um âmbito tão pessoal permite ao pesquisador discutir e avaliar o quão internalizado está o discurso médico-científico por aquela determinada sociedade.

Torna-se imperioso, então, realizar uma pequena incursão na história do campo da medicina que hoje conhecemos como genética. Para tanto, deve-se retomar treze anos antes da publicação do pioneiro trabalho sobre genética de Gregor Mendel, de 1865, quando o médico suíço Sir William Wilde conduziu o primeiro estudo sistemático acerca da surdez congênita, relacionando a doença à hereditariedade e observando que a consanguinidade entre os pais aumentava as chances para a ocorrência dessa patologia (GODINHO, KEOGH, EAVEY, 2003). Cinco anos depois, em 1858, Albrecht Graefe, oftalmologista alemão, estudou a existência de anomalia hereditária na retinite pigmentosa verificada em três irmãos (GODINHO, KEOGH, EAVEY: 2003). Esses estudos foram o pontapé inicial das pesquisas que associaram algumas patologias à hereditariedade. E é nesse ponto que este artigo se insere, debruçando-se sobre a repercussão que tais trabalhos exerceram sobre a comunidade médica brasileira nessa mesma época e propondo-se a analisar o papel dessas pesquisas, mais particularmente as relacionadas à consanguinidade, na interdição dessa prática no Brasil entre finais do século XIX e o XX, centrando-se na passagem do interdito religioso, de origem moral, vigente no período colonial, para um de caráter científico.

Para tanto, a atuação do médico Camillo Maria Ferreira Armond, formado pela Academia de Medicina de Paris em 1837 e detentor de um rico acervo de obras que discursavam sobre variada temática científica do século XIX, dentre as quais várias dessas pesquisas sobre

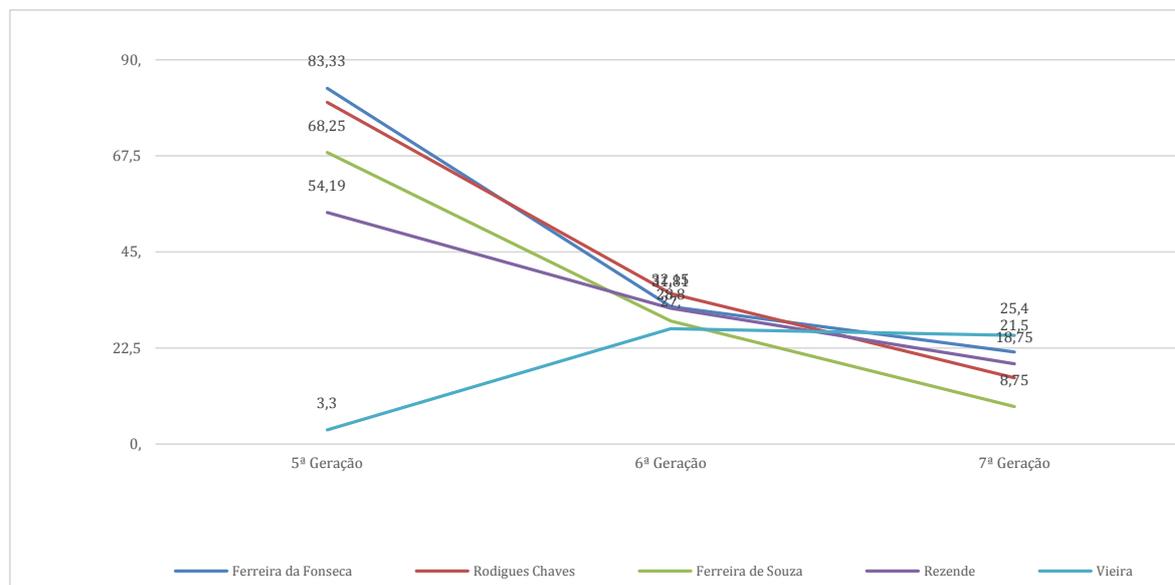
transmissão hereditária de patologias, permite analisar o impacto que essas leituras também tiveram sobre a história secular de casamentos consanguíneos da família do próprio Camillo Maria Ferreira Armond, a família Ferreira da Fonseca/Armond, na qual o casamento consanguíneo era recorrente até a intervenção do referido médico, o futuro Conde de Prados, que começou a advogar contra essa prática sobre bases científicas.

Outrora, o Conde de Prados, Camilo Maria Ferreira Armond, com agudo sentimento de unidade familiar, valeu-se de inúmeros matrimônios consanguíneos para fortalecer sua família e estender sua influência em diversos setores, desde os comerciais aos políticos. A mudança de postura do Conde de Prados deve-se à sua formação acadêmica, uma vez que ele passa a não mais incentivar o seu grupo familiar a utilizar essa estratégia de casamentos consanguíneos, creditando-se essa mudança ao acesso deste ao discurso médico-científico que emergia no crepúsculo do século XIX acerca dos riscos da consanguinidade. É indicativa do sucesso desse desincentivo a observação da geração dos netos de Camillo Armond, que ao começarem a encetar suas uniões matrimoniais nas primeiras décadas do século XX, já abandonam por completo a estratégia de uniões intrafamiliares.

Tendo-a por ponto de partida, a supracitada família estabelecida na Zona da Mata, em Minas Gerais, a pesquisa se debruça sobre os demais grupos familiares que compõe a região e tiveram suas estratégias matrimoniais mapeadas antes e depois do estabelecimento desse discurso médico-científico que desestimulava a realização de casamentos consanguíneos.

Analisando detidamente os índices de consanguinidade na sexta geração dos grupos familiares estudados, percebe-se que, com a exceção da família Vieira, os demais clãs apresentam claro abandono da estratégia de matrimônios intrafamiliares que, quando chegam a ocorrer, o são em graus de parentesco relativamente distantes quando comparados aos índices encontrados para a quinta geração dessas mesmas famílias, conforme pode-se observar no Gráfico 2.

Gráfico 2: Variação percentual dos matrimônios endogâmicos entre as diversas famílias da freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada entre a quinta e sexta geração.*



Fonte: * Para formular essas taxas de endogamia, foram computados apenas os membros casados, excluindo-se os solteiros do cálculo. Referências utilizadas para a construção do gráfico: RESENDE, Artur. Genealogia Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937, vol.1. Prados, Lagoa Dourada e Entre Rios de Minas. www.familyseach.org Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, 1854-1876, 1876-1891, 1891-1912, 1912-1932; Livro de Registro de matrimônio da mesma freguesia, 1880-1890, 1890-1930, 1930-1954. Livro de Registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí, 1851-1867, 1867-1910, 1910-1925; Livro de registro de matrimônio da mesma freguesia, 1864-1888, 1888-1915, 1915-1943. Queluzito. Arquivo Paroquial da Matriz de Santo Amaro. Livros de Registros de Batismos, 1868-1883, 1883-1912, 1912-1933; Livros de Registros de Matrimônios de 1882-1919 e 1919-1947.

Pretende-se compreender um processo que extrapola as fronteiras do Brasil. Nesse sentido, é importante considerar as pesquisas científicas realizadas no século XIX, na Europa e EUA, voltadas às doenças causadas pelas uniões entre parentes, que se encontram na biblioteca do médico Armond, o Conde de Prados, localizada na Fazenda de Santa Sophia, no atual município de Santana do Deserto (Minas Gerais). A biblioteca de Armond é composta de inúmeras obras médico-científicas e nos possibilita compreender como inúmeros médicos difundiram esses enunciados científicos engendrando comportamentos familiares arraigados para normatizá-los de acordo com aquilo que emergia como prática saudável a ser adotada pela sociedade.

Portanto, a partir da análise das obras lidas pelo Conde de Prados e das suas inúmeras cartas preservadas nessa propriedade, percebe-se a difusão das pesquisas médicas internacionais entre a classe médica brasileira e o acesso dessa classe aos discursos médicos internacionais. Observa-se, ainda, a apropriação desse discurso na alteração das estratégias sociais desses grupos.

Interessa sobremaneira as cartas pessoais trocadas com as famílias com as quais o doutor Camillo detinha estreitos laços de amizade, apadrinhamento e relações comerciais, motivando o recorte desses grupos para o presente estudo. A leitura desses documentos permite ao pesquisador perceber nitidamente a forma clara com a qual o Conde de Prados advogava contra as relações consanguíneas pautando-se nas pesquisas que compunham sua biblioteca, mas valendo-se de uma linguagem que permitia ao destinatário uma compreensão clara dos argumentos de Armond.

Esses fatores são importantes na análise do peso conferido pela sociedade à figura do médico e permitem observar a construção social que reserva para o “doutor” um lugar de destaque e autoridade a ponto de permitir que essa figura engendre o comportamento social a partir do destaque a ele conferido por emanar um discurso científico.

É importante apontar que foi apenas em 1914, trinta anos após o falecimento do Conde de Prados, que Charles Usher, ao descrever a transmissão da surdez congênita e da retinite pigmentosa em várias famílias, associou-as à herança genética (GODINHO, KEOGH, EAVEY, 2003). Nessa década, as obras de Gregor Mendel estavam na ordem do dia inspirando pesquisas científicas, e o campo da genética, pouco depois, se desmembraria da Embriologia humana para alçar novos voos. Porém, mesmo tendo falecido em 1884 e ainda que não houvesse explicações unanimemente aceitas pela academia científica, reitera-se que o médico Camillo Maria Ferreira Armond teve acesso a relevantes trabalhos que discursaram sobre os problemas hereditários oriundos da consanguinidade, e, debruçando-se sobre o acesso do médico Conde de Prados a essa literatura médico-científica e analisando as supracitadas inúmeras cartas pessoais preservadas na fazenda de Santa Sophia, pode-se, minimamente, traçar o acesso de médicos brasileiros a tais discursos médico-científicos que, na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, foram publicados em periódicos brasileiros e internacionais e compunham as bibliotecas particulares desses profissionais. Da mesma forma, como tais estudos impactaram práticas recorrentes de consanguinidade no seio dessas famílias.

Nesse sentido, este trabalho extrapola os espaços da Província de Minas, podendo ser utilizado para pensar as alterações no comportamento matrimonial de toda uma sociedade, que se defende estarem intimamente ligados aos enunciados emanados por médicos ligados às faculdades de medicina brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e Bahia, e os centros científicos estrangeiros, especialmente na Europa e EUA.

É imperioso considerar, que no período recortado, pode-se vislumbrar a publicação de importantes revistas brasileiras de medicina, tais como: Propagador das Ciências Médicas (criada em 1827); Gazeta Médica da Bahia, (criada em 1866); Revista Médica de São Paulo (criada em 1889); Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo (1895); e a Gazeta Clínica (1903-1954), o que permite inferir que essas obras e sua respectiva difusão podem ter influenciado o abandono da escolha de casamentos consanguíneos que advinha de uma tradição secular, considerando-se que as pesquisas emergentes sobre embriologia humana figuravam entre os artigos que compunham as páginas dessas revistas.

Para tanto, o caso particular do médico Conde de Prados, principal articulador político e social da família Ferreira Armond, é emblemático, uma vez que o referido vale-se da autoridade a ele conferida de “doutor” para fazer chegar aos grupos com os quais ele se relacionava os enunciados que considerava relevantes na prevenção de doenças geneticamente potencializadas pelos casamentos consanguíneos. Ao observar-se atentamente a brusca queda dos índices de casamentos intrafamiliares apresentados no Gráfico 2 que aborda os grupos familiares relacionados com o doutor Camilo Armond, conclui-se que, nitidamente, o discurso de Armond foi levado em consideração e, mais, adquiriu força transformadora nos comportamentos matrimoniais desses grupos.

Interessa lembrar que, por mais de oito séculos, a Igreja Católica se lançou em uma cruzada contra os casamentos consanguíneos, porém, ao observar o Gráfico 1, pode-se inferir, sem lograr muito sucesso. Portanto, conclui-se que a força de “verdade” conferida ao discurso médico-científico sobrepôs-se à “verdade” do discurso religioso, mesmo quando este último traz como pena máxima a excomunhão a quem ousar infringi-lo.

Propõe-se que a empiria que é intrínseca do discurso científico exerceu peso considerável nessa sobreposição sobre o religioso. Infringir a regra científica poderia ser “penalizado” com prole defeituosa, que, provavelmente encontrava respaldo na realidade observada por esses grupos familiares. Entretanto, analisar os índices de crianças que apresentaram alguma anomalia genética no período aqui abordado é um mister bastante oneroso, uma vez que esses registros são demasiadamente raros. Todavia, observando a proximidade sanguínea dos progenitores dos grupos familiares recortados para análise e abordados no Gráfico 1, pode-se inferir que essas anomalias não eram raras e auxiliaram no respaldo ao discurso emanado por médicos como o doutor Camillo.

Já o discurso religioso é negociável, pois, a despeito da normatização imposta pela Igreja Católica, a pena a quem o infringir é imputada no pós-morte, algo que implicava em uma questão de consciência individual, portanto “negociável” com o Sagrado, que aqui assume o lugar de executor da pena aos infringentes. Consequentemente, enquanto Onipotente, o Sagrado poderia compreender as motivações lícitas que levaram ao fiel transgredir a norma e eximir-se de cumprir a penalidade. Por outro lado, tornava-se inviável a negociação com a ciência, uma vez que a punição – prole com anomalia – não era passível de negociação por parte do infringente.

Quando realizada uma sucinta comparação com os dias atuais, percebemos o movimento oposto por parte de uma parcela da população brasileira, que, pautada em argumentos religiosos, questionam os enunciados da ciência, dos mais elementares como a esfericidade do Planeta Terra aos mais complexos como as medidas de contenção do Coronavírus ou a importância das vacinas.

Portanto, estudar a influência que as pesquisas médicas no campo da Embriologia Humana do século XIX e princípios do XX, voltadas para a transmissão hereditária de doenças, exerceram sobre a decisão de certos grupos familiares de abandonarem uma estratégia de casamentos consanguíneos voltadas à preservação das propriedades durante as sucessões patrimoniais se insere em um esforço de compreensão da ciência e da tecnologia em suas múltiplas relações com a sociedade e a cultura. Debruçar-se sobre a relação entre os estudos médicos acerca dos riscos da consanguinidade e as apropriações desse discurso científico por membros da sociedade que passam a enxergar as relações sociais construídas pelas uniões consanguíneas com um olhar diverso daquele dos séculos anteriores, trata-se de buscar, portanto, compreender aspectos importantes dessa relação ciência-sociedade na qual podem ser observadas as interferências tanto da ciência na sociedade quanto da sociedade na ciência, afinal as pesquisas sobre as consequências clínicas das uniões consanguíneas partem de uma análise da própria sociedade que as encetaram.

Na esteira dessa análise cumpre lembrar que o crepúsculo do século XIX e o primórdio do século XX é marcado pelo advento da Era do Sanitarismo, que, segundo Elaine Barroso, devido à descoberta dos micróbios por Pasteur nas últimas décadas do XIX, propiciou à Medicina “tornar-se científica e desdobrar-se em Saúde Pública, sendo a higiene sua vertente mais importante, podendo ser bem visualizada na I República no Brasil” (BARROSO, 2015). Jane Sayd vai ainda mais longe nessa constatação, chegando a afirmar que o sujeito adoecer equivaleria

a cometer um delito contra a ordem ou moral burguesa (SAYD, 1984). Segundo a autora, as pessoas passam a ser responsáveis pelo bem-estar do corpo social, da saúde coletiva, o que permite a Sayd cunhar o conceito de jurisprudência biológica. Para autora, com o fim da era da Patologia inicia-se a era da Saúde Pública estruturadas nas descobertas de Pasteur. O Sanitarismo como também é chamado, traduz-se em políticas sanitárias de intervenção no espaço público (SAYD, 1984). Portanto, Barroso afirma que “esse objetivo moralizante também pretendia abarcar os costumes da massa, seja a medicina ligada às práticas de curandeirismo, os hábitos envolvendo o lazer, as habitações e os laços familiares. Tudo o que não coincidia com os novos padrões burgueses que envolviam a ordem, a moral e a saúde precisava ser expurgado” (SAYD, 1984, p.5).

Acerca dos laços familiares, pode-se apontar o impacto das leituras médico-científicas sobre as estratégias familiares pautadas nos casamentos consanguíneos, que se pode considerar, seguindo Barroso, como integrantes do movimento sanitarista da Primeira República Brasileira. Nessa mesma linha, pode-se evocar a dissertação de mestrado de Flávio Edler, que considera que a Medicina se define como uma atividade social voltada à preservação da saúde da humanidade ou da população, focada, portanto, nos sujeitos históricos concretos (EDLER, 1992). Edler defende a visão de uma Medicina que extrapola os limites da própria corporação para assumir papéis políticos e sociais.

Com efeito, a análise da trajetória do Conde Camilo Maria Ferreira Armond permite, através dele, lançar luz às justificativas que sustentam o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos, partindo da família Ferreira Armond, para compreender um processo que levou à uma rejeição dessas uniões consanguíneas pela sociedade do século XXI. Portanto, defende-se que a Medicina influencia o social e o social influencia a Medicina, de modo que ambos estão imbricados no político, não podendo, portanto, uma ser deslocada das demais.

Conclusão:

A eficiência na difusão das pesquisas médico-científicas para o maior número de pessoas na virada do século XIX para o XX, considerando-se as condições próprias da época, como o alto índice de analfabetismo, permitiu ao discurso médico-científico alcançar um grande contingente da população do Brasil, engendrando e modificando o comportamento matrimonial vigente no país que tornava os casamentos consanguíneos extremamente recorrentes como algo a ser evitado em nome da ciência.

Aliado importante do discurso médico-científico é o lugar-social concedido ao médico do crepúsculo do século XIX e primórdios do século XX. É importante lembrar que o médico é também o homem das letras, geralmente estudado na capital ou no exterior, auferindo ao discurso por ele emanado aspecto de verdade inquestionável por parte da população que é atingida pela palavra deste.

Aspecto fundamental do sucesso desse discurso é a linguagem empregada, uma vez que, a despeito da construção acadêmica do saber, era difundido pelo médico aos seus assistidos de forma compreensível a estes últimos. Chega-se a essa conclusão a partir da leitura das cartas do médico Camillo Maria Ferreira Armond que, comprovadamente, lograram êxito no intuito de desincentivar a prática de casamentos consanguíneos dentre os grupos a quem suas cartas eram remetidas.

Defende-se, portanto, que passado um século, a raiz da crescente negação da ciência encontra-se exatamente na forma de difusão do discurso médico-científico, que outrora fora o responsável pelo engendramento do comportamento social no que tange a uma temática tão cara ao corpo populacional do Brasil daquele recorte temporal, que são os acordos matrimônios – que principiam a constituição das famílias. Postula-se que a sociedade atual, altamente conectada a uma rede internacional de informações que saltam aos olhos através de incontáveis tipos de mídias sociais, televisão, rádio, smartphones, dentre outros, necessitam de muito mais que uma simples informação para crerem. Exatamente esse ponto que fora corretamente observado pelo protestantismo neopentecostal para lograrem êxito na cruzada que se lançaram de expansão da sua fé: a utilização de uma linguagem simples, mas que se vale de uma profunda explicação das suas crenças.

Ao voltar-se o olhar para os grupos tradicionalistas católicos, que inquestionavelmente encontram-se em franca expansão, observa-se a mesma estratégia de explicação detalhada dos postulados de sua fé no intuito de formar fiéis que acreditem e defendam firmemente os pressupostos de sua denominação religiosa. Desta forma, observa-se no seio do catolicismo o crescimento desses supracitados grupos em contraponto com aqueles que se valem de uma abordagem menos formativa e mais expositiva.

Percebe-se que a difusão do discurso científico necessita de adotar a mesma estratégia. Para a atual sociedade, já não basta apenas expor o conhecimento, é necessário divulgar em linguagem compreensível os processos de construção da ciência para, desta forma, lograr-se êxito

na luta contra os negacionistas que, em situações como a da atual pandemia constituem um risco para a sobrevivência da própria sociedade.

Notas:

I. Esta informação baseia-se no acesso a Biblioteca Particular do Conde de Prados localizada na Fazenda de Santa Sophia, em Santana do Deserto.

Referências Bibliográficas:

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários. p.139. 2011.

BARROSO, Elaine Aparecida Lier. História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise. *Anais do I Colóquio do LAHES*, v.1, n.1, p.3. 2015.

BEIGUELMAN, Bernardo. Os Efeitos da Consanguinidade. In: *Genética Populações*. Campinas: UNICAMP. p.94. 2005.

CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. *Estratégia de Família: Casamentos endogâmicos em grupos familiares do entorno da Serra do Camapuã (1750-1890)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018

COHN, Marjorie Rocha. *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título LXIX §294, p.122.

EDLER, Flavio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro - 1854-1884*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi. DE LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto. 2009.

GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*. 5ª Ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora. 2003.

GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. *Revista Brasileira Otorrinolaringologia*. v.69, n.1, p.100-104. 2003.

GOODY, Jack. *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora. 1995.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Edição Nacional. P.253. 1956.

GRAZINOLI, Danniel de Miranda. *Fazenda Santa Sophia (MG): Preocupação com o aspecto social do escravo no Brasil do Segundo Império*. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, Valença. 2004.

GUIMARÃENS, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira –século XIX). *História Econômica da América Latina*. v.1, n.32, p.. 2009.

GUIMARÃENS, Elione Silva. Escravos e libertos da zona da mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). *Revista Científica da FAMINAS*. v.1, n.2. p. 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume. 2006.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850). In: GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume. 2007.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios. 2013.

LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano. Casamento e Família. Vila Rica (1804-1839)*. Belo Horizonte: Annablume. 2008.

LUZ, Madel Terezinha et al. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1982.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. A herança de caracteres adquiridos nas teorias “evolutivas” do século XIX, duas possibilidades: Lamarck e Darwin. *Filosofia e História da Biologia*, v.10, n.1, p.67-84. 2015.

O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p_item4/sc-7007-p_PDF/sc-7007-p_PDF_24-C-R0150/sc-7007-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf acessado em 11/01/2017 às 22:11. Tomo II. Sessão XXIV, cânone 1, p.220.

SAYD, Jane Dutra. *Mediar, Mediar e Remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. *Hagiografia e História da Saúde*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2004.

WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1994.

A peleja contra uma epidemia de varíola negra e possíveis aproximações com o tempo da pandemia da covid-19

The fight against an epidemic of black smallpox and the time of covid-19 pandemic - possible approaches

Valdeci Rezende Borges

Doutor em história
Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP
valdeci_borges@ufg.br

Recebido em: 04/07/2020

Aprovado em: 10/08/2020

Resumo: É objetivo, neste artigo, abordar alguns aspectos da representação literária de um surto epidêmico de varíola, de bexiga negra, recorrendo ao livro *Tereza Batista cansada de guerra*, de Jorge Amado, buscando tecer, a partir dele, algumas aproximações com o imaginário, hoje edificado, acerca da pandemia da covid-19, nos diversos meios de comunicação, *internet* e redes sociais. Assim, nosso ponto de partida, antes de tudo, são as imagens, que, na atualidade, são construídas e circulam na sociedade no que refere à covid-19, as quais nos remetem ao passado e nos levam a perceber, numa leitura do romance, a existência de elementos recorrentes nas narrativas e nos relatos produzidos e em circulação.

Palavras-chave: epidemia de varíola; pandemia da covid-19; Tereza Batista cansada de guerra.

Abstract: This article addresses aspects of the representation of an epidemic outbreak of smallpox in Brazilian literature by focusing on *Tereza Batista tired of war*, a novel by Jorge Amado. The aim is to outline approximations between the novel's plot and content and current images of covid-19 pandemic present in various media (TV shows, internet sites, news, social media, etc.). The approach's starting point is this pandemic's images circulating in society and simultaneously leading us towards the past the novel portrays. The rereading of Amado's narrative allows us to notice some of its elements being recurrent in covid-19 images circulating in narratives, accounts, news, comments among others.

Keywords: smallpox epidemic; covid-19 pandemic; *Tereza Batista tired of war* novel.

Introdução

Conforme o historiador Jean Delumeau (2009, p. 22-24, 30-33), em nossa época, o medo diante de um inimigo tornou-se regra, sendo esse sentimento componente maior da experiência humana, acompanhando-nos por toda nossa existência, pois a vida necessita de segurança, e ele, o medo, é algo essencial na sua defesa, na garantia contra os perigos, sendo um reflexo que permite escapar provisoriamente da morte. O medo é uma emoção, um choque provocado pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente, que nos ameaça, colocando-nos em estado de alerta, sendo um hábito que se tem em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça, seja ela real ou imaginária. Assim, sentimentos de temor, espanto, pavor, terror, dizem respeito ao medo.

Perigo e medo esses que podem se manifestar diante das doenças e epidemias, presentes em muitos momentos da história humana. Ainda, de acordo com Delumeau (2009, p. 26-7, 154), esse sentimento é fundamentalmente medo da morte, e tem presença na existência cotidiana, nos comportamentos humanos dos povos ditos “primitivos” às sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o receio e o medo, diante das doenças e epidemias, embora não sejam permanentes, surgindo e retornando junto às contaminações, fomes e misérias, produzem certa continuidade ou permanência de comportamentos coletivos, de reações e atitudes diante das ameaças, permitindo que identifiquemos alguns elementos recorrentes em vários relatos sobre elas. Dos diversos medos cotidianos e coletivos, destacamos, aqui, e ateremos a uma representação literária de um episódio de pânico social diretamente associado ao abatimento de uma epidemia de varíola sobre uma cidade e seus arredores, procurando associá-la ao imaginário, pensado como conjunto de imagens e imaginação, hoje tecido nos e pelos meios de comunicação social acerca da pandemia da covid-19.

A varíola: breves apontamentos de uma história

No decorrer de nossa história, as doenças infectocontagiosas, endemias, epidemias e pandemias produziram crises, medos e receios, como a varíola, que foi problema social, de saúde e político, interferindo no cotidiano e nos hábitos sociais, no decorrer de seus vários surtos que assolaram o mundo desde a antiguidade, levando à morte um vasto contingente de pessoas e coexistindo com seu antídoto, a vacina, por séculos, desde 1796, quando inventada, até a erradicação do mal na segunda metade do século XX.

A varíola foi uma das doenças mais temidas do mundo, e estima-se que, apenas no século XX, tenha causado aproximadamente 300 milhões de mortes. Porém, após pelo menos 3 mil anos em que a infecção circulou pelo mundo, foi oficialmente erradicada, conforme declaração da *Organização Mundial da Saúde (OMS)*, em 1980. Dessa forma, tornou-se a única doença em seres humanos que foi erradicada, e, segundo os especialistas, um dos maiores êxitos da saúde pública global. No entanto, o caminho para a erradicação da doença havia começado 200 anos antes, com a descoberta do médico britânico Edward Jenner, que desenvolveu a vacina em 1796. Mas, somente em 1967, ano em que foram registradas 2,7 milhões de mortes por varíola em todo o mundo, a *OMS* estabeleceu a meta de erradicar a doença em uma década, tendo recommençado a campanha para alcançá-la (NAVAS, 2020).

A vacina foi a primeira aplicada em humanos em caráter científico. Jenner a desenvolveu a partir da observação da população rural da Inglaterra e da constatação de que os ordenadores de bovinos adquiriam forma mais branda da doença, a qual os protegia dos quadros mais graves. A varíola foi adquirida a partir de um vírus que acometia o auroque domesticado, provocando quadro febril agudo, pústulas recobrimdo o corpo, sobretudo a face, e, nos casos mais graves, lesões hemorrágicas, justificando o nome de “bexiga negra”. Depois de 7 anos de estudos e experiências com a varíola bovina, Jenner demonstrou que a proteção poderia ser obtida com a inoculação de material extraído de lesão pustular humana em indivíduos sadios, conseguindo, assim, que obtivessem resistência parcial ao vírus. Desse modo, deu o nome ao material de *vaccine*, derivado do termo latino *vacca*, em referência às vacas acometidas pela varíola, que foram usadas no estudo. Já, ao processo, batizou de *vaccination* (LEVI; KALLÁS, 2002; GOULART, 2018).

A porta de entrada habitual do vírus da varíola no corpo humano é a mucosa das vias respiratórias superiores, e, só depois de instalado no organismo, passa a multiplicar na pele, mucosas e diversos órgãos, possuindo alto poder de contágio, e provocando constantes surtos epidêmicos devastadores em localidades com sistema sanitário deficitário, além de negligenciadas condições higiênicas. De início, a doença manifesta com mal-estar súbito e febre, dor de cabeça, posteriormente, náuseas, dores musculares e prostração, e, após três dias da aparição desses sintomas, surgem pequenas manchas avermelhadas pelo rosto, que, por conseguinte, se alastram para o restante do corpo, sobretudo para as extremidades, braços e pernas, provocando alterações degenerativas e inflamatórias, e eventualmente, hemorrágicas (QUARESMA, 2012, p. 45-6).

O período de contágio e transmissão era aquele em que a doença permanecia invisível, poucos dias antes do aparecimento das primeiras lesões, mas se estendendo até a queda completa das crostas das erupções cutâneas, que ocorria em cerca de quatro semanas. O contágio ocorria por meio de contato com as secreções das vias respiratórias, ou com objetos contaminados, além do toque nas lesões de pele dos infectados, tendo o período de incubação médio de 12 dias, variando de 7 a 14 dias, até surgirem os primeiros sintomas, e mais 2 a 4 dias para o aparecimento das erupções cutâneas (QUARESMA, 2012, p. 46-7; SACRAMENTO, 2018, p. 17).

A doença podia se manifestar na sua forma mais grave, a varíola major, hemorrágica, na qual a incidência das pústulas era maior, podendo se espalhar pelo rosto até atingirem os olhos, causando a cegueira, espalhando pelo corpo e matando a pessoa. Já a varíola minor, forma branda da doença, alastrim, tinha baixa taxa de mortalidade. A varíola hemorrágica, preta, por sua vez, possuía alta taxa de letalidade, com pústulas de pus fétido, causando infecções generalizadas no doente e levando-o à morte (SACRAMENTO, 2018, p. 17, 34).

Décadas após a erradicação mundial da varíola, o medo causado por novos e outros surtos epidêmicos, pelo aparecimento de novas doenças e epidemias, não foi dissipado do imaginário social, ao contrário. As *pandemias* de *HIV/AIDS*, de gripe suína (*H1N1*), de *gripe aviária*, além do mal da vaca louca, a epidemia de ebola, a chikungunya, a dengue, a febre amarela, trazem inquietações e amedrontam algumas parcelas da população.

O Brasil erradicou a varíola em seu território, no início da década de 1970, embora as primeiras ações de combate a ela tenham ocorrido por época da chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Mas foi só no começo do século XX, já em plena era republicana, que sucederam os primeiros exercícios de vacinação da população nativa da capital, que desencadearam o episódio da Revolta da Vacina, devido à obrigatoriedade da vacinação imposta pela campanha de saneamento liderada por Oswaldo Cruz. Porém, o interesse na erradicação da varíola em todo o território brasileiro é mais recente, estando presente nas políticas públicas de saúde apenas a partir de 1962, com a implementação da Campanha Nacional Contra a Varíola, e com a criação, quatro anos depois, em 1966, da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), que começou seus trabalhos por São Paulo, que contava com o maior número de casos notificados, e, por Alagoas, que não dispunha de meios próprios para arcar com as atividades da campanha (SACRAMENTO, 2018, p. 20, 26, 33).

Embora criada em âmbito nacional, a Campanha Nacional Contra a Varíola acontecia de forma descentralizada em nível estadual e municipal. Coordenadas pela Campanha de Erradicação da Varíola Nacional, criada para controlar a incidência da varíola no território brasileiro e impedir o surgimento de novos surtos da doença, as campanhas de cada estado podiam adaptar sua ação e seu método de atuação à sua realidade específica e a seus objetivos, optando entre a vigilância epidemiológica ou a vacinação em massa, ainda que a unidade central tivesse adotado a última possibilidade mencionada, a princípio, para só depois implantar o controle e a vigilância epidemiológica (SACRAMENTO, 2018, p. 34-5, 45).

No auge das ações da Campanha de Erradicação da Varíola, que, em teoria, atingiu seu objetivo 1971, ao registrar o suposto último caso da doença no Brasil, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, a voz de Jorge Amado, engajada socialmente e crítica às desigualdades sociais, um ano após a campanha ter finalizado suas atividades no país, ecoou em oposição aos discursos oficiais comemorativos, ao lançar, em 1972, o referido romance, que aborda, em sua terceira parte, a luta da protagonista contra a bexiga negra em Buquim/SE. Tendo iniciado seus trabalhos em outubro de 1970, e finalizado em dezembro, a CEV de Sergipe contava com 80 postos em 76 municípios, e notificou, em 1971, a média de 88 casos suspeitos de varíola por semana. Um desses municípios era Boquim, localizado a 85 quilômetros da capital do Estado (SACRAMENTO, 2018, p. 34,56, 58).

Tereza Batista cansada de guerra: um cordel em prosa

O romance *Tereza Batista cansada de guerra*, dividido em cinco partes, narra a vida sofrida da menina pobre, órfã e sozinha no mundo, que, vendida pela tia a um coronel, experimentou situações dolorosas de exploração, sobretudo, sexual. Mark J. Curran (1981, p. 51) considera o livro como “um romance de cordel em prosa, literatura erudita, mas com tema, personagens, forma e tom de literatura de cordel”. A protagonista é configurada por meio de “vozes do narrador” erudito, em diálogo com outras vozes, de narradores populares, testemunhos e seguidores de sua trajetória, suas “andanças”, sendo ela representante do “mundo dos pobres e desvalidos”, e instituída por vozes dos necessitados, dos seguimentos sociais populares. Tais narradores do povo figuram em algumas páginas iniciais das cinco partes do livro, tendo narrativa e voz destacadas em itálico, expressando em primeira pessoa do singular, e conclamando outros interlocutores existentes no romance, ao se dirigir a uma segunda pessoa (um poeta, um

cantador), o que dá à obra caráter polifônico pela presença das vozes dos diversos contadores de histórias acerca da existência da protagonista (FERREIRA, 2009, p. 99-100, 104).

Mas “Além da temática de cordel, dos personagens e dos conflitos, o ambiente de cordel está presente desde o começo no romance: tudo é maior do que a vida, tudo em proporções ou dimensões exageradas. É a hipérbole do estilo popular” (CURRAN, 1981, p. 58). A degradação imposta à protagonista é descrita com exagero pelos narradores que a mostram heroica, e a configura incansável meio a acontecimentos e temas como exploração sexual, prostituição, poderio dos coronéis, corrupção política e outras questões, ao expor experiências que servem como denúncia social, além de darem a ela caráter mítico, com ações e poderes sobrenaturais, para tratar dos problemas expostos ante sua posição social frágil e débil, com pouco poder para transformar as circunstâncias sociais (FERREIRA, 2009, p. 103).

Desse modo, o livro é composto por uma estrutura que se assemelha a de um cordel, no qual se inter cruzam algumas faces e imagens da personagem protagonista, dadas por visões do povo em relação a ela, e que são acrescidas a seu nome, como sobrenomes: Tereza favo de Mel, Tereza Boa Briga, Tereza Medo, Tereza Não Tem Medo, Tereza Omolu, Tereza Bexiga Negra... Cada sobrenome representando nova face da personagem, que é edificada como em um caso de folheto. Cada parte compara-se a um capítulo-cordel, por possuir o formato desta literatura e retomar alguns de seus temas, apresentando traços que variam conforme os olhares dos narradores anônimos acerca das experiências da protagonista, além de formar dela uma visão ou interpretação desses narradores, que se identificam também com leitores de cordel. Assim, cada parte comporta-se como um cordel e com nomes particulares que batizam a protagonista em cada caso. Mas outro traço do cordel, traduzido no livro, é que o discurso narrativo se estrutura com a inserção de códigos não verbais do cordel, como a xilogravura, presente em todas as partes, e inserida, em geral, no início delas, com mesma função do folheto: antecipar o mote da representação de uma situação clímax da narrativa. As xilogravuras, de Calasans Neto, que ilustram a história são apresentadas a partir de micronarrativas, estruturadas como as folhas do cordel, com um número acima centralizado, mas também incluídas no meio da narrativa para dar ênfase a situações vivenciadas pela protagonista, ilustrando um texto estabelecido (BARBOSA, 2011, p. 1-3).

Imagem 1: ABC da peleja entre Tereza Batista e a bexiga negra



Fonte: AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1972.

Mas a estratégia de antecipar o mote da narrativa, de adiantar, de modo conciso, uma situação clímax da história contada, não se dá apenas pela inserção da xilogravura ilustrando o relatado. Antecipar com brevidade, num relato sintético um episódio a ser tratado bem à frente no texto, chamando atenção, criando uma expectativa no expectador, no leitor, e o prendendo, também faz parte das artimanhas do folhetim de cordel, como o faz o narrador popular da terceira parte do romance, que tem rápida aparição na abertura da segunda parte, em seu primeiro capítulo, anunciando o episódio do combate da protagonista com a peste, que só é tratado após os quarenta e dois capítulos que a constituem. Nesse sentido, o narrador popular, “Maxi, Rei das Negras”, que se apresenta como testemunha e participante ativo da peleja, e que sozinho a conta na parte seguinte, proclama, desde já, a valentia e coragem da heroína, que não temeu a terrível bexiga:

[...] eu lhe pergunto se já viu alguma vez um cristão papocado de bexiga, as carnes comidas, aberto em chagas, ser metido num saco e levado para o lazareto [...] nas costas, por uma boa légua de caminho, um bexiguento nas vascas agonia [...] a fedentina pesteando o ar, o mel escorrendo na aniagem. [...] ainda hoje fecho os olhos e enxergo Tereza, aquela formosura toda, levantando o saco do chão – dentro do saco a gemer e a rezar, uma ferida só, o moço Zacarias. Fecho os olhos e vejo: lá vai ela, equilibrando o peso no ombro,

curvada, no rumo do lazareto. Tereza Medo Acabou [...] (AMADO, 1972, p. 65-6).

Dando prosseguimento ao “resumo da ópera”, dessa peça dramática popular, reafirmamos, o narrador tece um contexto social no qual insere a trama, marcado pelo desprezo e abandono do lugar e de seu povo por aqueles que deveriam deles cuidar, cabendo a outros sujeitos sociais preencher o vazio deixado pela ausência das autoridades governamentais ante uma situação grave e urgente de saúde pública, como uma epidemia.

[...] abaixo de Deus foram as putas e mais ninguém que acabaram com a bexiga quando ela se soltou negra e podre por essas bandas [...] pois isso aqui é terra abandonada e sáfara, fim do mundo, e se não fosse as desinfelizes da Rua do Cancro Mole não teria ficado rastro de vivente para contar a história. [...] Quem cuidou e resolveu foi mesmo a citada Tereza Batista, de alcunha [...] Tereza de Omolu, oferta e confirmação dos macumbeiros de Muricapeba assim que a praga terminou e se viu o povo de regresso às suas casas. Tereza comeu a bexiga por uma perna, mastigou e cuspiu. (AMADO, 1972, p. 65).

Mas esse é apenas o *script* da história, que só na parte seguinte, a terceira, denominada o “ABC da peleja de Tereza Batista e a bexiga negra” será, por fim, narrada, igualmente no formato de cordel, mas com as letras substituindo os números no início de cada historieta. Nesse formato, cada letra abre e abriga uma micronarrativa de fatos de uma guerra sanitária e epidemiológica, a qual tem Maxi, como testemunha dos fatos, e narrador que conta da presença daquela no combate contra a moléstia, em sua forma mais grave, a bexiga negra. Ao passo que o faz, tece diversas críticas sociais acerca desse sério problema de saúde pública e político, sendo apontadas algumas iniciativas populares de superação desse sério problema dos moradores de Boquim, que, a partir de 1976, tornou-se Boquim.

Maxi encarna a figura do narrador popular da tradição oral, tão presente e familiar na cultura nordestina, sobretudo, e, enquanto tal, rememora os fatos, intercambia experiências, expõe acontecimentos substanciados na sabedoria, tomados da esfera do vivido e do discurso vivo, procedente da oralidade, que a alimenta. Como narrador, ele retira de suas experiências e daquelas dos outros, aquilo que conta, e as incorpora no narrado, com encantamento (BENJAMIN, 1985, p. 198-201).

A estrutura dessa parte, então, é aquela dos cordéis em formato ABC, sendo cada letra uma micronarrativa, que introduz, na narrativa geral, um subtema e circunstância. E, como grande número dos folhetos, em forma de abecedário, possui natureza biográfica, Amado recorreu a essa estrutura para tecer e ampliar a imagem mítica da personagem no combate à

epidemia de varíola, da qual ganhou dois codinomes: Tereza Omolu e Tereza Bexiga, que são, ainda, traduzidos nas xilogravuras (BARBOSA, 2011, p. 6-7).

O abecedário da peleja de Tereza Batista contra a bexiga negra, aproximações e elementos recorrentes em relatos de doenças infectocontagiosas

Por meio dessa narrativa amadiana, permeada por figuras de narradores diversos, seguiremos, agora, a voz do popular “Maxi, Rei das Negras”, que conta a luta da protagonista contra a epidemia de varíola, e, por meio dela, busca-se, aqui, realizar um inventário dos medos de outrora relativos a um surto epidêmico, que estabelece ligações próximas e similitudes com aqueles que, hoje, vivenciamos com a pandemia da covid-19, “a maior *crise sanitária global* do nosso tempo”, conforme declaração da OMS (PANDEMIA..., 2020).

Amigada, Tereza Batista chegou à cidade em companhia de um doutorzinho. Não era “amigação perfeita”, mas “frágil compromisso”. O “meia-porção de doutor”, na “hora do medo”, “quando a bexiga desceu em Buquim”, “caiu fora” por ocasião da morte do outro médico do Posto de Saúde, velho clínico que faleceu ao se contaminar no exercício de sua função, “não se trancando em casa”, se mantendo na linha de frente do combate, atendendo e cuidando dos doentes. Observamos e destacamos no relato, de início, duas posturas antagônicas desses profissionais, em teoria, responsáveis pela saúde pública no município. Uma, em conformidade com o esperado, e outra, de negligência, ao fugir do juramento e dos pacientes, com medo de se contaminar, isolando-se em casa, só pensando em fugir, apenas indo ao trabalho por se sentir cobrado a cumprir seu dever de médico, se negando a assumir o comando da batalha e “sua obrigação de médico [de] estar à frente de todos”. Desse modo, para enfrentar a bexiga, só ficaram as prostitutas chefiadas por Tereza, que, depois, se fez, conforme a voz do povo, Tereza de Omolu e Tereza Bexiga Negra (AMADO, 1972, p. 198-9).

Cabe aqui lembrar, que Tereza tem história de inserção no universo da prostituição e do concubinato. Chegou à cidade amigada, “comborça do doutorzinho”, formou e comandou pequeno batalhão de prostitutas na batalha para combater a bexiga, mas também já havia exercido o *métier* e cantado em cabaré de Aracaju. A menina, que fora vendida pela tia e estuprada na adolescência, abusada sexualmente e transformada em escrava sexual de um capitão, já havia se prostituído, e, em Buquim, juntou-se as meretrizes do lugar, como voluntárias, na peleja contra a varíola. E, em seguida, após o fim do surto, já em Salvador, liderou a luta das prostitutas contra a polícia, quando um delegado tomava medidas para desapropriar suas casas.

“A bexiga chegou com raiva” na cidade, “determinada a matar”, e Tereza Batista encarnou Omolu, fazendo frente à epidemia, que levou a fugirem os abastados do lugar, - fazendeiros, comerciantes, doutores e médicos. Mas “tal regalia” ficou apenas para os endinheirados, pois os outros “moradores nem fugir podiam” (AMADO, 1972, p. 199). O perigo do contágio inter-humano, levando à fuga daqueles que o podiam realizar, e o caráter súbito da morte por peste, da doença apressada, que a iconografia europeia não deixou de registrar, ressaltar, ou mesmo, exagerar, conforme Delemeau (2009, p. 166), também permeiam esse episódio, como hoje também acontece com relação ao coronavírus quando presenciamos fuga dos ricos das grandes cidades para casas de paria e de campo, sítios, fazendas, ranchos, cidades do interior e regiões mais afastadas do risco de contágio. A solução sensata diante da “morte feia e ruim” era, desde muito, fugir, como faziam os ricos e os pobres no século XIX europeu, diante de tais situações, mas, aqui, ficando essa saída, apenas para os abastados.

No campo de batalhas, um reduzido número de profissionais de saúde, existindo apenas dois médicos; um levado para o cemitério pela peste, e o outro que desertou, fugindo para Bahia em “desatinada e louca correria”, e deixando o combate sob o comando de sua ex-amásia, Tereza Batista, que, revestida do encantado, tornou-se “cavalo-de-santo na memorável peleja” (AMADO, 1972, p. 199-200). Conta o narrador:

A bexiga chegou com raiva, tinha gana antiga contra a população e o lugar, viera a propósito, determinada a matar, fazendo-o com maestria, frieza e malvadez, morte feia e ruim, bexiga mais virulenta. Antes e depois da peste, seis meses antes ou três anos depois, diz ainda hoje o povo situando a divisão do tempo em calendário próprio, tomando como marco das eras antes e depois o acontecimento terrível, o pavor solto e incontrollável [...] Não se apavorou Tereza Batista, não demonstrando medo [...] de outra maneira seria impossível levantar o ânimo das mulheres-da-vida e arrastá-las consigo para aquela labuta de pus e de horror. Valentia [...] para tratar bexigoso, enfrentando o fodor e o choro, as ruas e o lazareto... (AMADO, 1972, p. 199-200).

A epidemia de varíola chegou e marcou a existência cotidiana dos moradores da cidade, de tal maneira que atingiu sua visão e perspectiva em relação ao tempo que passou a ser dividido em “antes e depois da peste, tomando como marco das eras o terrível acontecimento” (AMADO, 1972, p. 199), assim como acontece hoje com a pandemia da covid-19, que tem levado a constantes reflexões e interrogações acerca do antes e depois, do tempo anterior e do pós a ela, do normal de antes e do novo normal; o mundo, a vida, as cidades, as ruas, a economia, as imagens de satélite, dentre tantas outras possibilidades, postas em contraposição, no intuito de

mostrar o impacto do vírus nas sociedades atuais e na nossa existência cotidiana. De acordo com Delemeau (2009, p. 174), tratando da França em 1940, mas, com claro lastro com nosso presente e com o relato amadiano, eis aqui a cidade sitiada pela doença, posta em quarentena, confrontada com a angústia cotidiana e obrigada a um estilo de existência em ruptura com aquele a que se habituara, sendo tudo outro.

Cega, a bexiga negra desembarcou do trem cargueiro na cidade. Como na pandemia atual, o contágio teve origem externa, mas não veio de avião e nem do outro lado do globo terrestre, e sim de locomotiva da Leste brasileira e dos rincões “das margens do São Francisco”, uma de suas moradas preferidas. No entanto, esse mal não era único a atingir aquela população, como hoje, que, ao lado do covid-19, convivemos com outras tantas doenças epidêmicas e com outro problema que as agrava, o analfabetismo. Naquele território e tempo, outros males atingiam e afligiam o povo: a malária, lepra, doença de chagas, febre amarela, disenteria e outras febres diversas, além do analfabetismo. As “epidemias possuíam aliados poderosos”: “donos de terra, coronéis, delegados de polícia, comandantes de destacamentos da força pública, chefetes, mandatários, politiqueiros, enfim, o soberano governo”. Já o povo, contava com menos aliados; a religião, uns poucos médicos e enfermeiros, professorinhas...: “tropa minúscula contra numeroso exército dos interessados na vigência da peste”, em manter e ampliar os limites de fazendas, “em cultivar o medo, impor respeito e explorar o povo”. Com tais pragas soltas, a mortalidade dizimava enorme exército de necessitados, que poderiam “tomar as terras e dividi-las”, sendo as “pestes necessárias e beneméritas”, como o era à “indústria da seca, tão rendosa”. Necessárias, ainda, para “manter a sociedade constituída e conter o povo”, pois “essa gente com saúde e sabendo ler” era um “perigo medonho” (AMADO, 1972, p. 200-201). Situação que observamos ainda hoje, quando a taxa de mortes pelo covid-19 é maior entre os de baixos, negros e analfabetos ou com pouca escolaridade, em decorrência do impacto das desigualdades de renda e acesso a serviços sanitários e de saúde (TAXA..., 2020).

Das margens do São Francisco, das gargantas de pedras de Piranha, saiu a bexiga, embarcou no trem em Propriá, desceu em Buquim, inoculou-se nos tripulantes da locomotiva, no foguista e no maquinista, devagar, até que os casos viraram “alarmantes notícias nos jornais”, transformando-se “em manchetes de sete colunas nas primeiras páginas: a varíola ataca outra vez.”(AMADO, 1972, p. 201-2). Dessa forma, o narrador, que, antes, havia dito que a doença viera de fora, agora, mesmo sem ainda perguntar sobre as razões ou as causas, as explicações para o surgimento do surto epidêmico, já antecipa que os primeiros agentes que teriam desencadeado

o surto, aqueles que teriam semeado o vírus, espalhado a doença e o contágio, eram o foguista e o maquinista, que contaminaram outras pessoas, como os trabalhadores da fazenda de um coronel.

Mas, por que veio tão virulenta a varíola? As explicações para o surto também se assemelham às atuais onde figuram as aglomerações, os deslocamentos e a mobilidade da população no carnaval ou os pecados nele cometidos sendo castigados, os critérios tardios de isolamento social e quarentena, e a falta de investimento público em saúde. Em Buquim, a oposição ao governo a atribuiu “às comemorações acintosas”, aos festejos e banquetes por ocasião das visitas do Diretor de Saúde Pública do Estado e “de sua alegre caraná” de burgo a burgo e seus postos de saúde celebrando a anunciada erradicação da varíola. Porém, outra explicação válida era a “ausência de qualquer real medida preventiva, do descaso das autoridades da saúde pública, da falta de atenção ao problema das endemias e epidemias rurais, engolidas as verbas” pela corrupção, por quem não era de direito. Versão essa considerada, realidade criada com interesse político, e claro, desmentida pelos órgãos do governo (AMADO, 1972, p. 201-2), assim como vemos hoje representantes dos órgãos gestores da saúde pública negarem as fraudes e corrupções que desaguam no desabastecimento de insumos e de profissionais e, por consequência, também nas *fake news*. Já para as beatas, em conformidade com o ideário bíblico, a praga era enviada por Deus “em castigo aos pecados dos homens, todos entregues à devassidão, uns condenados” (AMADO, 1972, p. 223).

Consoante Delemeau (2009, p. 201, 214), por mais que uma população atingida por uma peste estivesse chocada, procurava-se uma explicação para o ataque de que era vítima; de quem é a culpa? Encontrar as causas de um dado mal recriava um quadro tranquilizador. Em geral, três explicações eram formadas outrora para dar conta das pestes: - a primeira, pelos eruditos, que a explicam pela corrupção do ar, provocada por fenômenos celestes ou emanações pútridas, sendo fenômeno natural; a segunda pela multidão anônima, que buscava os semeadores do contágio, que espalhavam a doença, como pessoas e circunstâncias, que precisavam ser procuradas e punidas, e, a terceira, por fim, pela igreja e a multidão ao mesmo tempo, que delegavam as pestes a Deus, irritado com os pecados, sendo preciso organizar procissões e manifestações coletivas implorando por seu fim.

“Não decorrera uma semana sobre a patriótica comemoração e a bexiga negra, desembarcando do trem de cargas da Leste, por coincidência ou propósito, derrubou entre os primeiros o Prefeito Papa-vacinas”, assim denominado por ter se envolvido em negociação de

troca de apoio político e comissão, numa complicada trampolinagem de vacinas para gado, desviadas do município e vendidas a preço de nada a fazendeiros vizinhos, e não devido à ausência de vacinas no Posto de Saúde, apenas em discurso “tão bem equipado.” (AMADO, 1972, p. 203).

Nas comemorações deu-se viva ao governador, ao Diretor de Saúde Pública e ao Prefeito: “todos que comeram a verba destinada à luta contra as endemias rurais”, além de outros “ratos bem situados” que a devoraram “ao longo do processo burocrático” entre a capital e interior. Saudando a extinção da epidemia e o ingresso do “município na idade de ouro da saúde”, o jovem diretor do Posto de Saúde, totalmente desinformado e dissimulando a precariedade da unidade, como, hoje, resultado da corrupção, de fraudes e má gerência, afirmou que aquela estava “completamente equipada e aparelhada, capaz de enfrentar qualquer contingência, servida por pessoal devotado e competente”. Porém, sem recursos de pessoal, médicos e enfermeiros, e hospitalares necessários, adequados e suficientes, como nos dias de hoje, em que faltam insumos básicos, remédios e equipamentos de segurança e profissionais, tanto em instituições particulares como públicas, mas só os possuindo precários, “apenas desembarcada, a bexiga derrubou no mesmo dia” o Prefeito, um soldado, uma mulher, um carroceiro, dois trabalhadores de fazenda, deixando mal três crianças e uma velha (AMADO, 1972, p. 202-3). De acordo com Delemeau (2009, p. 170), as crônicas medievais relativas às pestes ressaltam a frequente negligência das autoridades em tomar medidas que a eminência do perigo impunha, o que também se pode observar nesse evento aqui em foco. Ainda, conforme o autor, em momentos de surtos epidêmicos, em que se ressalta, frequentemente, a negligência das autoridades, observa-se a imoralidade cínica de uns, quase certos da impunidade, já que o aparelho controlador do governo desmoronara.

O diretor do Posto de Saúde desconhecia a realidade, bem como a manipulava e distorcia, conforme dissimulava os discursos oficiais, que apontavam condições ideais e perfeitas da saúde pública do município, mas o “fantasma de um passado sórdido, espanto dos antigos, assombração macabra” não estava, em verdade, varrido pelo progresso (AMADO, 1972, p. 221). Em conformidade com Delemeau (2009, p. 120), outrora, os fantasmas retornavam, “o passado não estava realmente morto e podia irromper a qualquer momento, ameaçador, no interior do presente.”

No caldo de uma cultura favorável ao terror e ao pânico, o velho medo do passado, as assombrações de outrora ressurgem. Nesse contexto, o boato, a notícia falsa, o erro se propaga e se amplifica, pois vive sob uma condição:

O erro não se espalha, não cresce, vive apenas sob uma condição: encontrar na sociedade onde se espalha um caldo de cultura favorável. Nele, inconscientemente, as pessoas expressam seus preconceitos, seus ódios, seus medos, fortes emoções. Somente grandes estados d'alma coletivos têm o poder de transformar uma má percepção em uma lenda. (BLOCH, 1921, p. 17).

“Erradicada, uma ova!” Era falsa a notícia, realidade construída politicamente que encontrara na sociedade disposição para nela acreditar. “Triunfante, solta na cidade e no campo, estava a bexiga negra” produzindo caos social e no sistema de saúde. Diferente da “bexiga branca”, “boba”, “alastrin” (sic), de “limitado perigo”, “pouco matando gente grande”, a bexiga negra, hemorrágica, “nada acanhada”, “viera para matar”, “liquidar a população da cidade e das roças, inteirinha”. Como hoje, na pandemia do novo coronavírus, ela chegou “rápida e feroz, do centro se espalhou [...] por todo o burgo”, chegando até o “arruado nas aforas da cidade”, onde viviam “os mais pobres dos pobres” e poucas rameiras. Nesse ambiente, de precariedade de infraestrutura urbana e sanitária e de serviços básicos, “favorável terreno, o pântano de lama, a fedentina, o lixo, [...] engordou, cresceu, fortalecendo-se para a peleja recém-iniciada”. Com a ação do “vento, a catanga se elevava no ar, pestilenta”, um verdadeiro “lar em festa” para a bexiga. Se sua transmissão e seu contágio podiam acontecer quando a doença ainda era invisível, antes da manifestação de sintomas no infectado, após o surgimento das lesões e a formação de crostas, podia ser pior; “ao secar das pústulas se tornava mais contagiosa ainda, quando as cascas das feridas espalham-se ao vento conduzindo avante” o terrível vírus (AMADO, 1972, p. 203-4). A doença deslocou do centro para os arrabaldes, como hoje, quando a vemos em direção às periferias das grandes cidades e destas para as cidades do interior, produzindo um caos social, e, na saúde, sendo as pessoas comuns, o povo pobre, as maiores vítimas, por suas condições sociais, econômicas e culturais experimentadas em espaços periféricos e precários, ignorados pelo poder público.

“No fim de alguns dias constataram-se os primeiros resultados: velórios, enterros, caixões de defuntos, choro e luto”. De início, era “uma cocceira no corpo logo coalhado de borbulhas, em seguida aberto em chagas, febre alta, delírio, o pus alastrando, cobrindo os olhos, adeus cores do mundo...”. Daí estava “tudo acabado e pronto para o esquife no fim de semana, tempo suficiente para choro e reza”. Depois foram “reduzidos os prazos, não houve mais tempo para choro e

reza.” Assim “como sucedeu no centro, nas ruas dos apatacados”, também no povoado “os primeiros defuntos ainda foram enterrados no cemitério”, mas “depois, foi o que se viu”. Muitas sepulturas foram abertas pelas prostitutas quando “a bexiga matou, com tamanha rapidez e eficiência, que não houve tempo nem maneira de levar tanto defunto ao cemitério”, sendo os corpos dos mais despossuídos enterrados em covas rasas a beira dos caminhos, enquanto outros “os urubus apareceram antes e só deixaram os ossos para o funeral.” (AMADO, 1972, p. 204-5, 237).

Relato este supracitado, bem como o que segue abaixo, que parece tratar de cenas e imagens com as quais temos nos deparado todos os dias, neste tempo da covid-19, em que vemos “congestionamento de corpos” em cemitérios (MAIA; XAVIER, 2020), caixões transportados em caminhões do exército com destino a outras localidades para serem enterrados (IMAGENS... 2020), *containers* em hospitais para armazenar corpos (HOSPITAIS... 2020), esquifes abandonadas nas vias públicas (COM COLAPSO... 2020), sepultamentos em covas coletivas, valas comuns, trincheiras, enterros rápidos, velórios reduzidos em tempo e número de participantes... (COSTA; RIBEIRO, 2020).

Em tal contexto, nesse quadro, não se podia “honrar os mortos com decência”. No começo da epidemia, o velório, que “exige calma, dedicação, ordem e defunto apresentável”, ainda era “possível”, com amigos, comida e garrafas de cachaça. “Mas no correr do contágio e dos enterros não dava mais jeito, faltando tempo e animação, a necessária graça na conversa”. Não se ouviam palavras de elogio ao morto, faltava gente e dinheiro para o velório, nem se podia “guardar horas a fio a podridão dos cadáveres portas adentro”, sendo “preciso se livrar correndo do corpo infectado por ser essa a ocasião do pior contágio.” Passado o tempo, “depois chegou o momento quando não havia sequer tempo e vontade para enterro em cemitério e os finados” se contentaram com “covas rasas na lama dos caminhos”, onde fosse mais fácil (AMADO, 1972, p. 225-6). De acordo com Delemeau (2009, p. 180), em períodos de peste, considerava-se a crença nos eflúvios maléficos emanados do falecido, sendo importante livrar-se do cadáver depressa.

Como hoje, em tempo de pandemia, que a doença tem interferido na forma como a sociedade lida com seus mortos, criando novas regras para velórios e sepultamentos, novos protocolos para o manejo dos corpos, como funerais e velórios proibidos ou não recomendados, devido à aglomeração de pessoas em ambientes fechados, e ao contato interpessoal, além de caixões lacrados e restrições do número de pessoas nos sepultamentos, bem como o respeito ao

distanciamento entre elas, as pestes de outrora também aboliram ou alteraram os ritos coletivos de alegria e tristeza, conforme Delemeau (2009, p. 179, 182). A doença, diz ele, tem ritos que unem o falecido a seu círculo, e a morte, ainda mais, obedece a uma liturgia na qual se sucedem velório e enterro, como elementos constitutivos de um rito de passagem, que se desenrolam na ordem e na decência. No entanto, em período de peste, o fim das pessoas se desenrolava em condições insustentáveis de horror, de anarquia e de abandono dos costumes mais profundamente enraizados no inconsciente coletivo.

Cidades vazias, pelo mundo e pelo Brasil, ruas desertas, espaços de concentradas aglomerações de gente e lugares de entretenimento sem pessoas, são cenas tão presentes nos dias atuais de quarentena e de *lockdown*, *mas que também tiveram ali um de seus antecedentes* (CORONAVÍRUS..., 2020a; CORONAVÍRUS..., 2020b). Assim, nas condições e cenário social descrito, em Buquim, “Silenciaram no arruado as modinhas e os sons de harmônica e violão”, presentes nos momentos de sociabilidade, agora extintos, ficando “quase deserto o arruado”. Mas, no campo também, o mal afetou as interações sociais e a diversão; quando, em uma fazenda, foram detectados 5 contaminados, e um deles faleceu, o patrão determinou o fim da “pagodeira” (AMADO, 1972, p. 205, 234-5). Consoante Delemeau (2009, p. 174-5, 177), essa realidade dada pela doença, de cidade sitiada, marcada pela angústia e pela ruptura com a existência cotidiana a que se habituara, faz experimentar outro existir, onde tudo é outro, deixando-a anormalmente deserta e silenciosa diante da suspensão de qualquer divertimento, deixando vazias ruas e praças, com os habitantes fugindo ou afastados uns dos outros, no próprio interior da cidade maldita, temendo contaminarem-se.

Forças e fontes frágeis e precárias, mal preparadas e ineficientes, possuíam a “cidade pequena e atrasada, de limitados recursos” para cuidar da saúde da população. Buquim não possuía hospital e recursos de saúde para a população, mas apenas reduzidos, e, às vezes, incapazes profissionais, além das figuras populares e tradicionais, na lida com os males do povo, como um macumbeiro e uma curandeira, “ambos de vasta clientela e larga fama” nos cuidados da saúde da população. Mas, no campo da medicina, havia uma enfermeira sem diploma, um funcionário misto de enfermeiro, vigia e garoto de recados do Posto, um farmacêutico e dois médicos: um velho e idoso clínico, de limitado diagnóstico e receituário, e o outro, o doutorzinho “de pouco saber”, que “tinha santo horror às moléstias em geral e à bexiga em particular”, e que fora recém-indicado, por politicagem, a diretor do Posto de Saúde, acalentando entrar na política e ser eleito deputado federal (AMADO, 1972, p. 205-6).

Foi nesse contexto que a bexiga “ali desembarcou para exterminar o povo” e “o doutorzinho de pouco saber”, “ao tomar conhecimento dos primeiros casos fatais de bexiga, na cidade, caiu em pânico”, pois “acreditara nos discursos comemorativos e do tratamento e combate à varíola”. Em quatro dias as “pústulas já se abriam na cidade invadida e condenada” (AMADO, 1972, p. 206, 211-2, 214). Foi em um boteco de prostituição, onde um trabalhador “nas terras vizinhas fora para ficar com “uma quenga”, que a doença foi detectada pelo proprietário do estabelecimento e confirmada por uma experiente e velha meretriz. Tendo pústulas no rosto, veio o veredito de que não havia dúvida, era bexiga e da negra. Mas, a princípio, o trabalhador duvidou, minimizou e negou o perigo, assim como ocorre atualmente com a conduta negacionista do presidente brasileiro, de seus aliados e seguidores no que refere a covid-19, citada e classificada como uma “gripezinha ou resfriadinho” (GRIPEZINHA..., 2020). O trabalhador o fez dizendo não ser varíola: “_ Bexiga? Bexiga, nada. Umas perebas, coisa à toa.” (AMADO, 1972, p. 214-5). Conforme Delemeau (2009, p. 170), nos relatos de pestes, “quando aparece o perigo do contágio, de início procura-se não vê-lo.” Mas, aqui, se o contaminado procurava negar o fato, um olhar experiente e conhecedor dos sinais ou sintomas, bem como do que eles significavam, porém recomendou-o que fosse ao doutor, ao Posto de Saúde: “Pra ver se ainda dá tempo.” (AMADO, 1972, p. 216).

Os sentimentos de insegurança, de temor e medo, ficam explicitados e têm por corolário inevitável o da morte. Na “noite do juízo final”, no dizer do narrador, “agoniada noite da constatação dos primeiros casos”, o trabalhador, “tomado de medo”, viu o enfermeiro-vigia, funcionário há dezoito anos do Posto de Saúde, reconhecer de imediato que estava ele atacado de bexiga, além de comunicar a situação ao mal formado e inexperiente doutor, que pouco aprendeu medicina na teoria, e que era requisitado por fazê-lo na prática, o qual considerou que era “varíola em sua forma mais virulenta, varíola major, a negra, no dizer do povo”. Constatou-se, ainda, naquela noite, que não era “um caso isolado”, mas “o começo de uma epidemia”, de “um surto epidêmico”, visto que outros casos surgiram e foram relatados, o prefeito, a mulher do sacristão, uma anciã que “embarcou no primeiro sopro da febre”... (AMADO, 1972, p. 217-21, 224).

Médico e diretor do Posto de Saúde, este que desconhecia totalmente a realidade do lugar: o tamanho da população do município, onde estava o estoque de vacinas, se era grande a reserva e quem as aplicaria. Encontrava-se no “território da bexiga, acuado e com medo”, e seu colega, o velho e experiente clínico, que passara por outros três surtos, diante dos casos relatados constatou: “É uma epidemia”, não casos isolados, sendo necessário tomar as providências

protocolares que o caso exigia, começando por vacinar toda a população (AMADO, 1972, p.218). Manifestação essa de desconhecimento da realidade que nos remete à postura do governo brasileiro, que não sabe sequer o número certo e atualizado de pessoas infectadas, nem de mortos pela covid-19 no país, bem como, ainda, ignora quantos leitos são ocupados por contaminados nas redes, pública e privada (CORONAVÍRUS: Brasil... 2020).

Como hoje, que não tendo remédio para covid-19, alguns a tratam com remédios para malária (cloroquina), e para parasitose com um vermífugo (ivermectina) (NOVA ..., 2020), contra a bexiga negra havia a vacina, mas fora disso lutava-se também contra ela com “limitados recursos de médico da roça”: “solução de permanganato para passar no corpo e comprimidos de aspirina para a febre”, folhas de bananeira para envolver o corpo, papel vermelho nas persianas para evitar a claridade, bosta de boi para queimar e fazer defumador a fim de “limpar as casas das exalações da peste”, e, por fim, ficar deitado e esperar por “um milagre do céu ou a morte” (AMADO, 1972, p. 216-20, 223).

Se as autoridades estaduais garantiam que a pequena cidade interiorana possuía clima privilegiado e condições perfeitas de saúde pública, que “fantasmas de um passado sórdido, espanto dos antigos, assombração macabra”, a bexiga, havia sido “varrida pelo progresso, para sempre erradicada” pelo “paternal governo”, o doutorzinho sentia-se enganado, enrolado pelos chefões. Buscava pelas vacinas que o governo enviara há mais de um ano para erradicar a bexiga e encontrava apenas “um restim” da última remessa no armário de drogas, “quase vazio de medicamentos”. Estoque existente que mal bastava “para vacinar as crianças do Grupo Escolar” e “alguns graúdos” da cidade. Vacinas não eram mandadas pelo governo há meses, apenas promessas. O estoque existente mal dava para vacinar as crianças do grupo escolar e alguns graúdos do lugar (AMADO, 1972, p. 221-23). Situação essa também presente no Brasil da cloroquina em que faltam remédios para pacientes com covid-19 nas UTIs e que o próprio Ministério da Saúde admite tal desabastecimento de sedativos para entubar infectados em vários Estados (JUCÁ, 2020).

A ressurgência dos fantasmas de outrora no presente da cidade, agora sitiada pela varíola, produzindo episódios de pânico, aqui, aponta, também, a negligência das autoridades públicas em tomar as medidas e providências necessárias, além de não tratarem com transparência a realidade que os fatos apresentam, não os escamoteando.

“Num prazo de dias a cidade apodrecera”, tornando-se um caos, devastada e apavorada com o aumento dos casos de bexigentos contados e comprovados. Na primeira noite, eram 3 casos, na seguinte, contaram 7, ao amanhecer, 12, e no quinto dia, subindo para 27, fazendo crescer e avolumar “a estatística e o pus”. Em um mesmo dia, a bexiga derrubou o prefeito, um soldado, uma mulher, um carroceiro e dois trabalhadores de fazenda, deixando para depois três crianças e uma velha coroca; no Grupo Escolar, um dia após a constatação de que era um surto epidêmico, surgiram três casos e a notícia circulou “na cidade acrescida de detalhes e enfermos” (AMADO, 1972, p. 223-4, 203). Situação essa que nos remete ao quadro atual do espantoso avanço da covid-19 pelo país, num contexto marcado uma sucessão de erros das autoridades públicas e desavenças entre elas, de descontrole e incapacidade governamental, de negacionismo do novo coronavírus e de necropolítica - “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2011), de falta de testes, de brigas políticas, de subnotificação e de minimização e apagão de dados públicos com o presidente tentando esconder a real situação da pandemia, de quarentas falhas e descumpridas, de fronteiras abertas... o que levou o Brasil a superar 1 milhão de casos e atingir a marca de 50 mil mortos, e, passados apenas 14 dias, possuir 1,5 milhão de casos, 1.038 mortes em 24 horas e ultrapassar 63 mil óbitos, liderando o número de falecimentos em 24 horas, conforme OMS(BRASIL..., 2020).

As beatas rezavam dia e noite na Matriz, rogando a Deus pelo “fim da praga”, considerada como maldição pelos pecados e devassidão humanos. A vacinação teve início, e a notícia dos casos de enfermos circulou pela cidade. A enfermeira “não-me-toques” da Diretoria Estadual de Saúde Pública, nomeada para o cargo, por ser filha de um cabo eleitoral do governo anterior, saiu vacinando. Primeiro as crianças do grupo escolar, depois, com a sobra das vacinas, a gente da rua principal e das casas ricas, onde teve contato com dois casos, e apavorada com “a infecta ralé”, quando chegou a hora dos pobres, dos becos e buracos, foi a primeira a fugir, não obedecendo às ordens do comando da operação, caindo fora, “abandonando o Posto, indiferente às obrigações”. Sem a funcionária pública designada para realizar a vacinação, que abandonou o emprego e sua posição, o doutorzinho “reclamava por auxiliares capazes e dispostos” a vacinar. E foi em casa, com medo, e lavando as mãos com álcool, que ele ouviu Tereza Batista afirmar que sairia vacinando, em reação à situação de falta de “pessoal devotado e competente” no quadro funcionários do Posto, o que divergia de seu discurso como dirigente local da saúde pública. Assim, foi que ela, “com aquela mania de implicar com injustiças, metendo-se onde não era chamada no desejo de consertar os tortos alheios - [...] mulherzinha enxerida”, dispôs-se ao

“trabalho de vacinação”, entrando em ação, como “vacinadora voluntária”, junto ao vigia. Em tais dias, que “a praga da bexiga negra” devastava a cidade, ante “o susto de morrer também”, o jovem médico, que “caiu em pânico” ao “tomar conhecimentos dos primeiros casos fatais de bexiga na cidade”, vivia a examinar suas “mãos a cada instante, o rosto nos espelhos a ver se chegara o fatal anúncio das primeiras bolhas” (AMADO, 1972, p. 222-6, 206-7).

Roçando vidas, a bexiga, varíola major, solta na cidade, não perdoou nem agentes públicos, levando o prefeito em pleno exercício do cargo, que não teve “enterro grandioso”, mas sim “magro acompanhamento”, e o doutor octogenário do Posto de Saúde, que, meio caduco, não se isolou socialmente, “não se trancou em casa”, mantendo-se na linha de frente do combate, indo a cuidar dos doentes, onde lhe dessem notícias, mesmo os “bexigentos escondidos, com receio do lazareto”, que ele tomara providências para reabrir, preparando o espaço para acolher os doentes. Foi ele “o último a merecer, dias depois, acompanhamento e lamentações” em seu sepultamento (AMADO, 1972, p. 226-7).

Com esse velho médico e com o enfermeiro-vigia do Posto de Saúde, Tereza Batista fez, em poucos dias, um curso de enfermagem, aprendendo a lavar variolosos, passar permanganato e álcool canforado nas borbulhas, aplicar vacina e “convencer os mais recalcitrantes, temerosos de pegar a doença no ato da inoculação”. Como enfermeira voluntária, junto ao enfermeiro-vigia, que não abandonou o serviço por sentir vergonha dela, pois “homem forte e pago para executar” o trabalho, cuidou dos doentes executando as tarefas. Novo estoque de vacinas chegou, mas o reforço de pessoal ficou apenas na promessa. Assim, cuidaram dos infectados, indo de casa em casa, isolando enfermos no lazareto para evitar a propagação (como o fazem hoje os centros de acolhimento ou isolamento de diagnosticados com covid-19), além de executarem as providências na preparação e na limpeza em regra do lazareto, com creolina e água, para reativá-lo, pois vazio há mais de ano (AMADO, 1972, p. 227-29).

Com o contágio cada dia mais extenso, o velho médico buscou reativar o lazareto, habitado há algum tempo por dois leprosos, recorrendo à solidariedade do comércio, obtendo doações para melhor equipá-lo, como a oferta de alguns colchões. Ali “deviam ser isolados aqueles enfermos sem condições de tratamento em casa, os de maior perigo na propagação do vírus”. No processo de avanço do surto, esse lugar de isolamento de doentes já abrigava algumas pessoas, que, para lá, foram com os próprios pés; duas mulheres, um rapaz do campo e quatro outros procedentes do arruado. O espaço era uma “rudimentar construção de sopapo escondida

no mato, longe da cidade, como se dela tivessem vergonha os habitantes.” Para lá chegar devia-se percorrer cerca de “uma boa légua de caminho” (AMADO, 1972, p. 228, 235, 65). Consoante Delemeau (2009, p. 178), ao falar da epidemia de cólera em Marselha, em 1832, e da peste italiana de 1630, era sempre perigoso se a flecha da peste atingia uma pessoa, pois ela, ou era encerrada em sua própria casa, ou, então, enviada, às pressas, a algum lazareto situado fora dos muros da cidade.

Nesse “Tempo de terror”, o doutorzinho, que viera cavar mandato político, abocanhar votos, se negava a assumir o comando da batalha. Com “medo, trancado em casa, lavando as mãos em álcool de dois em dois minutos, lavando o peito com tragos de cachaça, [...] a examinar-se no espelho, a tocar no rosto em busca de calombos”, ia perdendo “o verniz de educação, a ambição política e o respeito humano”, só pensando em fugir, ao invés de “livrar o município do monstro sem piedade” e “agir politicamente” como diretor do Posto de Saúde e no comando da batalha. Mas não se atirou à luta, “escondido em casa”, ia ao Posto de Saúde apenas obrigado pela “presença acusadora” de Tereza e suas cobranças para que deixasse de ficar “trancado em casa”, atendesse os pacientes, saísse à rua e visitasse os doentes nas casas e lazareto, como o fazia o velho clínico, assim, cumprindo seu dever de médico, pois crescia o número de doentes (AMADO, 1972, p. 230-2). Segundo Delemeau (2009, p. 194), no contexto de uma epidemia, de uma população atormentada por ela, observa-se uma forçosa “dissolução do homem mediano”, quando não se pode ser senão covarde ou heroico. Nesse caso, cabendo ao jovem médio o papel de covarde.

Enclausurado em casa, afastado dos outros, ocupado com a higienização pessoal, temendo contaminar-se, o doutorzinho moderno exigia que a voluntária, voltando da vacinação, não o tocasse e lavasse primeiro o corpo todo com álcool. Esse procedimento, embora ridicularizado pelo narrador, figura no rol das atitudes, em geral, tomadas pelos médicos em períodos de epidemia, de não tocar os contagiados, ou fazendo-o o menos possível, e até com pauzinhos, conforme Delemeau (2009, p. 178). Mas, mais do que isso, em luta entre o desejo de fugir e a vergonha de fazê-lo, o “meia-porção de doutor” planejou ir para a capital a pretexto de buscar vacina, e, assim, pedir substituição do cargo. Porém, quando seu colega, o velho médico baqueou, o jovem não esperou nem pelo enterro do colega, embarcou às escondidas para a Bahia; “fugiu em tão desabalada fuga a ponto de tomar o trem errado, fazendo o trajeto para Aracaju via Bahia”, sendo “pela bexiga expulso da cidade” (AMADO, 1972, p. 232-3).

Na ausência do Estado, e, na sua negligência com a saúde pública, foram as prostitutas, junto a Tereza Batista, que acabaram com a bexiga, ao formar um “singular e diminuto batalhão”, unindo forças naquela “labuta de pus e horror”, espalhando-se pela cidade e pelas roças para aplicar vacinas. As “desinfelizes”, marginalizadas, abandonadas, impuras, mal vistas, que “nas moléstias do mundo se acostumam ao pus” e “no desprezo dos virtuosos, dos amargos e dos bem-postos aprendem quão pouco vale a vida [...] que têm a pele curtida e um travo na boca”, que não tinham outro bem a perder se não a vida, e “vida de puta do sertão [...] que merda vale”, mas que, mesmo assim, não sendo indiferentes ao sofrimento alheio, com valentia e desmedida coragem, empreenderam a ação saneadora, higienizando e salvando a cidade da peste e tornando-se, ainda, mais “imundas além de prosseguirem putas” (AMADO, 1972, p. 232-3, 237, 199, 200).

Foram essas mulheres públicas, as prostitutas, marginalizadas, as salvadoras da cidade e da população do município abandonadas pelas autoridades governamentais. Tomadas por terríveis inimigas da sociedade pelos higienistas e sanitaristas, em geral, objeto de perseguições políticas e policiais, de práticas e empreendimentos disciplinares que debruçaram sobre as cidades, sobretudo, a partir de meados do século XIX, e, em especial no período republicano, consideradas perdidas e perigosas, anti-higiênicas, libertinas e viciosas, em nome da vida alheia se jogaram na linha de frente do terrível combate se espalhando pela cidade e pelas roças vizinhas aplicando vacinas e expulsando a bexiga.

Assim, quando afinal chegou de Aracaju equipe composta de dois médicos e seis enfermeiros diplomados para debelar o surto de varíola, encontraram-no completamente debelado; embora no lazareto ainda gemessem dois enfermos, há mais de uma semana não se registravam novos casos nem defuntos a enterrar. (AMADO, 1972, p. 238).

Temos visto hoje, em dias de pandemia, tanta coisa aterrorizante. Hospitais de campanha sendo erguidos às pressas, como do Maracanã e de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e do Pacaembu e do Anhembi, em São Paulo, além de outros como em Boa Vista (RR), Brasília, Fortaleza... (RUPRECHT, 2020), recusa de médicos e planos de saúde em atender pacientes (OLIVEIRA, 2020), se eximindo da responsabilidade, ou, por algum impedimento (MÉDICA... 2020), outros profissionais de saúde morrendo contaminados no atendimento, na linha de frente (CENTENO, 2020), outros, para evitar contágios, realizando consultas *online*, virtuais, operações em telemedicina; batalhões de profissionais da saúde, médicos e enfermeiros, em rotinas e jornadas de trabalho extensas, intensas e exaustivas, e em condições materiais precárias e desfavoráveis (CÂMARA, 2020), às vezes, sem equipamentos de proteção individuais adequados,

meio a tudo contaminado, ou, na escassez, desabastecimento, ou total ausência deles, como máscaras, luvas, aventais, gorros e óculos, sobretudo, nas unidades de atendimento da rede pública (OLIVEIRA, 2020); pessoas contaminadas, buscando atendimento em unidades de saúde, não sendo acolhidas com o colapso do sistema morrendo nas portas das instituições ou em casa conforme instruções e sem assistência (BOECHAT; BASSO, 2020), filas de pessoas desesperadas por vagas em UTI e para acesso à respiradores (GRINBERG, 2020); exércitos de coveiros, usando equipamentos de proteção individual, abrindo sepulturas e realizando enterros em massa (COVID-19: coveiros..., 2020); corpos em sacos plásticos pretos para cadáver e em *containers*. *Mas algo semelhante também o povo já havia visto naquela epidemia da interiorana e pequena cidade sergipana.*

Conforme o narrador, “viu o povo de Buquim coisas assombrosas naqueles dias de bexiga negra”, como o médico e diretor do Posto de saúde fugir, dizendo buscar vacinas quando o farmacêutico já as havia trazido. Viu a bexiga-de-canudo alastrar e matar, a ação coletiva do batalhão de meretrizes aplicando vacinas, recolhendo bostas secas de bovinos nos currais, lavando roupa empesteada, limpando enfermos com permanganato, furando pústulas com espinho de laranjeira, cavando covas, enterrando gente; “elas sozinhas”. Viu “os bexigentos andando nas estradas e nas ruas, postos fora das fazendas, buscando o lazareto, morrendo nos caminhos” (AMADO, 1972, p. 233-4), como também Delemeau (2009, p. 180) nos mostra, que acontecia na Europa moderna, no auge de epidemias, quando acampamentos, improvisados e arranjados às pressas, ficavam cheios de agonizantes, além de muitos que não chegavam aos lazaretos e morriam pelo caminho.

Viu ainda “o povo fugindo, abandonando as casas no medo do contágio, sem rumo e destino”, deixando o arruado ficar “quase deserto”. Viu também Tereza levantar na rua e “tocar o corpo podre de um trabalhador” bexigento, “metê-lo num saco de estopa e pô-lo ao ombro” rumo ao lazareto, após aquele e mais três trabalhadores serem expulsos da propriedade de um coronel, para que fosse morrer longe dos demais trabalhadores e dos membros de sua família, ali encontrando isolados já outros contaminados. “Como um embrulho o enfiou no saco e o pôs ao ombro, carregando-o para o lazareto”, enquanto “atravessando a aniagem, o pus” grudava no vestido e escorria viscoso pelo corpo. (AMADO, 1972, p. 234-5). Cena essa que nos remete aos dias da pandemia de hoje, em que sacos plásticos impermeáveis, com corpos de vítimas da coronavírus, em hospitais ou ambulâncias, ou sendo transportados para e por carros dos serviços funerários, com trabalhadores em roupas apropriadas, e só os podendo receber e manejar em tais

invólucros. Esse estado de coisas faz parte das impactantes imagens veiculadas nos diversos meios de comunicação, *internet, sites, redes sociais...*

Mas, muitas coisas nós não vimos atualmente ainda, infelizmente, como a descoberta da vacina ou de tratamento realmente eficaz contra o vírus, para a sua aplicação na população terrestre, pondo fim ao surto pandêmico, abrindo, assim, a fase das comemorações e celebrações, como o fizeram os buquinenses, que, naqueles dias, ainda, viram a heroína, gloriosa, com seu batalhão de prostitutas, a vacinarem a maioria dos habitantes da cidade e parte da população do campo, indo por becos, cemitérios e lazareto, abrindo sepulturas, mais rasas para os despossuídos, e os enterrar (AMADO, 1972, p. 236-7). Viu ainda a curandeira da cidade não ter pausa nem descanso “a rezar aflitos, livrando-os de pegar doenças, curando alguns já contagiados, não todos”. Viu também o pai-de-santo que “não cessou de bater os atabaques e de tirar cantigas para Obaluaiê”. Viu “o Velho [...] montado em Tereza Batista”, Omolu, expulsando a bexiga e vencendo a peste (AMADO, 1972, p. 238).

Assim, por fim, terminou o surto epidêmico e os fujões e desonrados, o doutorzinho e a enfermeira, por politicagem, ainda ganharam promoção, “justa”, o diz com ironia o narrador, enquanto o vigia continuou simples vigia. Nessa ocasião, do encerramento da epidemia, a equipe de médicos e enfermeiros que chegara da capital e encontraram a doença já debelada, ainda fora homenageada como se o feito dela fosse.

Circunstância casual, não impediu fossem os componentes da equipe elogiados como devido, em comunicado oficial e entusiástico da Diretoria da Saúde Pública, pela coragem e pelo devotamento demonstrados na (mais uma vez) definitiva erradicação da varíola em terras do Estado de Sergipe. (AMADO, 1972, p. 238).

O povo voltou às suas casas e foram realizadas “duas comemorações religiosas em agradecimento e júbilo”. No terreiro, “Omolu teve festa e dançou no meio do povo no ritmo do opanigé”, e Tereza foi aclamada Tereza Omulu, pois, montada pelo encantado, expulsara a bexiga. Na Matriz houve procissão para São Roque e São Lázaro, que teve suas imagens levadas nos andores por mãos ditas “notáveis”, e, com grande acompanhamento popular, além de foguetes, rezas, cantorias e sinos repicando alegremente (AMADO, 1972, p. 239).

Viu Tereza Batista, “a quem a morte não quisera, enjeitada da bexiga”, e maldita pelas beatas (“vaso ruim” e “vagabunda”), partir rumo ao mar, tendo em mente a lembrança da figura do mestre de saveiro a quem amava e que não conseguia dele se libertar. Viu, ainda, vários

cordéis contarem muitas e muitas histórias sobre ela a expulsar a bexiga negra revestida por Omolu. Mas, o narrador, cético com a propagada erradicação da varíola para sempre dos sertões, conforme os discursos do governo, deixava uma pergunta no ar: se a bexiga, que saíra voando, apenas aguardasse nova vez de voltar, onde encontrar outra Tereza para comandar a peleja?

No entanto, ao que tudo indica, a bexiga não voltou, e, em 1973, a *OMS* certificou, oficialmente, a erradicação da varíola no Brasil (SACRAMENTO, 2018, p. 34), situação mais confortante, por fim, do que a nossa hoje, quando vemos novos focos de infecções reaparecerem em cidades que foram epicentro do surto da covid-19, provocando o temor de um ressurgimento mais abrangente da doença, de uma segunda onda no país e no mundo. Assim essa nossa história não acabou... continua...

Considerações finais

Por tudo que foi antes exposto, sobretudo, no último item deste texto, reafirmamos que, em momentos de grandes comoções sociais, como de uma epidemia ou de pandemia, o medo é um componente presente em tais experiências humanas, nas quais a proximidade com a morte provoca sentimentos de insegurança, temores e pavores. Na busca de perceber possíveis aproximações entre o presente e o passado, entre aquilo que vivemos hoje, em tempo de pandemia da covid-19, e aquilo que foi vivido antes, em uma epidemia de varíola hemorrágica, e em outras doenças infectocontagiosas de períodos precedentes, procuramos realizar um inventário de alguns pontos e manifestações, de comportamentos e atitudes, de reações e elementos recorrentes observados em tais situações distantes no tempo.

Observamos certa continuidade ou permanência de alguns aspectos presentes no imaginário social que ligam e aproximam, sobretudo, esses dois momentos e acontecimentos, algumas similitudes entre eles, como o medo dos fantasmas do passado e o receio do seu retorno, o pânico, o perigo do contágio, as corrupções e negligências das autoridades públicas, a fuga dos ricos, as cidades sitiadas, desertas e silenciosas, as rupturas na marcação temporal e nas relações sociais e de sociabilidade, os cuidados e as prevenções tomados, os tratamentos aos doentes, o anseio pelo progresso, os espaços de isolamento dos infectados, a abolição ou redução dos ritos de passagem, as explicações para o corrido, o heroísmo de uns e a covardia de outros... Vemos que as explicações para o surto pandêmico possuem similitudes com as apresentadas por ocasião da epidemia de varíola, que mencionam as aglomerações e os deslocamentos populacionais, bem como as infrações às leis divinas, a demora das autoridades de saúde pública no estabelecimento

dos critérios de isolamento social e da quarentena, somados ao precário e ineficaz investimento em políticas de saúde.

No entanto, embora, por um lado, conforme Karnal (2020) as necessidades humanas básicas sejam as mesmas, inclusive bem similares, diante de uma epidemia, ante uma doença infectocontagiosa que atinge e extermina grande número de pessoas, o que aponta que somos os mesmos desde muito tempo, por outro, existem variações, tanto no aparato material e tecnológico, quanto na psicologia e sensibilidade dos humanos no tempo contemporâneo. Ainda que haja certa continuidade, observada num processo temporal de longa duração, como percebemos, ao recorrer às reflexões de Delemeau (2009) acerca da Idade Média, da época Moderna e parte da era Contemporânea, existem também mudanças, deslocamentos, transformações, que dão a cada momento histórico o caráter de unicidade e especificidade. Mesmo que, por um lado, sejam registradas dadas permanências, genéricas, por outro, existem as peculiaridades; somos únicos, diferentes, e o que se repete não é absolutamente igual, tem traços específicos, são manifestações especiais e de momentos diferentes, por mais que certos comportamentos, atitudes, necessidades, sentimentos, estejam presentes em outros períodos da história humana, pois cada um é uma realidade específica.

Referências bibliográficas:

- AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada de guerra**. São Paulo: Livraria Martins editora, 1972.
- BARBOSA, Clarissa Loureiro Marinho. *Tereza Batista cansada de guerra: um mito feminino cujo molde é o cordel*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 12., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0393-1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIM, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BOECHAT, Yan; BASSO, G. Em São Paulo, número de mortes em casa dobra durante pandemia de Covid-19. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/em-sao-paulo-numero-de-mortes-em-casa-dobra-durante-pandemia-de-covid-19-1-24394376>. Acesso em: 5 mai. 2020.
- BRASIL lidera mortes por Covid-19 nas últimas 24 horas, diz OMS. **Último segundo**. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2020-07-03/brasil-lidera-mortes-por-covid-19-nas-ultimas-24-horas-diz-oms.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

CÂMARA, Barbara. A rotina dos profissionais da Saúde em meio à epidemia de coronavírus. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/a-rotina-dos-profissionais-da-saude-em-meio-a-epidemia-de-coronavirus-1.2233710>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CENTENO, Ayrton. Brasil é recordista mundial em mortes de profissionais de enfermagem por covid-19. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/19/brasil-tem-record-de-mortes-de-profissionais-da-enfermagem-por-covid-19>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COM COLAPSO funerário, cidade do Equador tem caixões e queima de mortos nas ruas. **Sul21**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/04/com-colapso-funerario-cidade-do-equador-tem-caixoes-e-queima-de-mortos-nas-ruas/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CORONAVÍRUS: Brasil pode se tornar país com mais mortos em 29/7 se nada mudar, diz projeção usada pela Casa Branca. **BBC**, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53002123>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CORONAVÍRUS deixa cidades vazias pelo Brasil; Fotos. **g1.globo.com**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/26/coronavirus-deixa-cidades-vazias-pelo-brasil-fotos.ghtml>. Acesso em 27 mai. 2020.

CORONAVÍRUS deixa cidades vazias pelo mundo; Fotos. **g1.globo.com**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/coronavirus-cidades-vazias-pelo-mundo-fotos.ghtml>. Acesso em 27 mai. 2020.

COSTA, Flávio; RIBEIRO, Aiuri. Após boom em enterros, Manaus abre covas coletivas para vítimas de covid-19... **UOL notícias**, São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/21/apos-boom-em-enterros-manaus-abre-covas-coletivas-para-vitimas-de-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 mai. 2020.

COVID-19: coveiros usam Equipamentos de Proteção Individual durante sepultamentos. **Diário do Amapá**, Macapá, 01 mai. 2020. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/covid-19-coveiros-usam-equipamentos-de-protecao-individual-durante-sepultamentos/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CURRAN, Mark J. **Jorge Amado e a literatura de cordel**. Salvador: Fundação cultural do Estado da Bahia, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente** – 1300-1800. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

FERREIRA, Lígia dos Santos. **De Gabriela a Tietia: a configuração das heroínas periféricas nos espaços de modernização rural e urbana.** 2010. 166 f. Tese (doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

GOULART, Eugênio. Viés médico na literatura de Guimarães Rosa. **Revista ecológico**, Belo Horizonte, ed. 109, 11 jun. 2018. Disponível em: <http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-antiores/edicao-109/variola/#:~:text=A%20primeira%20vacina%20aplicada%20cientificamente,protegia%20dos%20quadros%20mais%20graves>. Acesso em: 30 mai. 2020.

GRINBERG, Felipe. Sem leitos de CTI, 378 pacientes estão na fila de espera por respirador no Estado do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/sem-leitos-de-cti-378-pacientes-estao-na-fila-de-espera-por-respirador-no-estado-do-rio-24414061>. Acesso em: 12 mai. 2020.

“GRIPEZINHA ou resfriadinho” e outras 7 frases controversas de líderes mundiais sobre o coronavírus. **BBC News Mundo**, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52205918>. Acesso em 29 mai. 2020.

HOSPITAIS do Rio instalam contêineres refrigerados para armazenar corpos... **UOL notícias**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/27/hospitais-do-rio-instalam-containers-refrigerados-para-armazenarem-corpos.htm?cmpid=copiaecola>

IMAGENS de caixões em caminhões militares comovem italianos. **UOL notícias**. São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/03/19/imagens-de-caixoes-em-caminhoes-militares-comovem-italianos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 jun. 2020.

JUCÁ, Beatriz. No Brasil da cloroquina faltam 21 remédios para pacientes com covid-19 nas UTIs. **El País**, Madri, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/no-brasil-da-cloroquina-faltam-21-remedios-para-pacientes-com-covid-19-nas-utis.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

KARNAL, Leandro. Epidemias, história e o novo normal. **Café Filosófico CPFL**. Instituto CPFL; TV Cultura, Campinas/São Paulo, 29 abr. 2020. Live - epidemias, história e o novo normal, com leandro karnal, historiador. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Px1ixYq8k-k>. Acesso em: 02 jun. 2020.

LEVI, Guido Carlos; KALLÁS, Esper G. Variola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente de bioterrorismo. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 357-62, out./dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302002000400045. Acesso em: 30 mai. 2020.

MAIA, Dhiego; XAVIER, K. “Nunca tinha visto congestionamento de corpos”, diz sepultador de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/profissionais-essenciais-contracoronavirus/profissional/adenilson-costa-sepultador/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2011.

MÉDICA do grupo de risco da Covid-19 se recusa a atender paciente. Record TV, Balanço Geral, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/medica-do-grupo-de-risco-da-covid-19-se-recusa-a-atender-paciente-28042020>. Acesso em: 25 mai. 2020.

NAVAS, María Elena. Coronavírus: o que podemos aprender com a única erradicação de doença infecciosa no mundo. Terra.com.br, 15 jun 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/coronavirus-o-que-podemos-aprender-com-a-unica-erradicao-de-doenca-infecciosa-no-mundo,05b2999bedd0aa51205a7300c003fabexlq4hxd2.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NOVA cloroquina? Ivermectina tem aumento de 1.800% nas vendas. **ig.com**, 25 mai. 2020. Disponível em: <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2020-05-25/nova-cloroquina-ivermectina-tem-aumento-de-1800-nas-vendas.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.

OLIVEIRA, Elida. Em 1 mês, médicos registraram 3,1 mil denúncias de falta de equipamentos de proteção para atuar contra o coronavírus, diz associação. G1.globo.com, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/21/em-1-mes-medicos-registraram-31-mil-denuncias-de-falta-de-equipamentos-de-protacao-para-atuar-contrao-coronavirus-diz-associacao.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2020.

OLIVEIRA, Natália. Enfermeira denuncia médico por não atender paciente com suspeita de coronavírus. Tempo, Belo Horizonte, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/enfermeira-denuncia-medico-por-nao-atender-paciente-com-suspeita-de-coronavirus-1.2312190>. Acesso em 27 mai. 2020.

PANDEMIA de covid-19 é “a maior crise sanitária global do nosso tempo”, diz OMS. **Diário de Notícias**, Lisboa, 16 mar. 2020.

Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/pandemia-de-covid-19-e-a-maior-crise-sanitaria-global-do-nosso-tempo-diz-oms-11937483.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

QUARESMA, Paulo Sergio Andrade. **Urbe em tempos de varíola**: a cidade do Rio Grande (RS) durante a epidemia de 1904-1905. 2012. 186 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em História, Pelotas/RS, 2012.

RUPRECHT, Theo. Hospitais de campanha: como vão funcionar e por que são tão. **Veja saúde**, São Paulo, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/hospitais-de-campanha-como-vaofuncionar/>. Acesso em: 3 mai. 2020.

SACRAMENTO, Jonatan Jackson. **Saberes, poderes e corporalidades**: a biopolítica da erradicação da varíola. 2018. 132 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

TAXA de morte pela covid-19 é maior entre negros e analfabetos. **correio braziliense.com.br**, Brasília, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/28/interna-brasil,859066/taxa-de-morte-pela-covid-19-e-maior-entre-negros-e-analfabetos.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2020.

Entre Costas da África e a praça mercantil do Rio de Janeiro: os conflitos entre o Corpo do Comércio e os agentes de saúde na sociedade luso-brasileira oitocentista.

Between Costas of African and the market square in Rio de Janeiro: conflicts between the Body of Commerce and health agents in the nineteenth-century portuguese-brazilian society.

Wederson de Souza Gomes

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
wedersong@live.com

Recebido em: 12/06/2020

Aprovado em: 28/08/2020

Resumo: O presente artigo pretende analisar os conflitos entre o físico-mor, Manoel Vieira da Silva e o Corpo do Comércio do Rio de Janeiro. Regulamentadas pelo alvará régio no ano de 1808, as atribuições de cirurgião-mor e físico-mor estavam ligadas ao exercício da medicina, fiscalização de boticas, alfândegas e lojas de droga tanto na porção colonial quanto na península. Também era concernente a esses agentes de saúde o controle da chegada de embarcações com escravizados africanos nos portos do Rio de Janeiro. A partir do ano de 1808 teve início uma série de conflitos entre o Físico-mor e os homens de negócio da praça mercantil fluminense. Isso porque parte das medidas de controle interferiam diretamente na tributação e comércio dos escravizados, os principais grossistas cariocas atuaram de forma a modificar legislações que reverberavam sobre seus negócios, o que conduziu a um embate com o provedor-mor. Assim, buscaremos expor o liame entre o trato mercantil e as atividades de saúde por compreender que elas explicitam aspectos sobre a economia mercantil colonial e as demais instituições régias.

Palavras-chave: Corpo do Comércio; Físico-mor; Rio de Janeiro.

Abstract: This article intends to analyze the conflicts between the physicist-chief, Manoel Vieira da Silva and the Commerce Body of Rio de Janeiro. Regulated by the royal charter in 1808, the duties of chief surgeon and chief physicist were linked to the practice of medicine, inspection of apothecaries, customs and drug stores both in the colonial portion and on the peninsula. These health agents were also in control of the arrival of vessels with African slaves in the ports of Rio de Janeiro. From the year 1808 onwards, a series of conflicts began between the Physicist-Major and the businessmen of the market square in Rio de Janeiro. This is because part of the control measures directly interfered in the taxation and trade of the enslaved, the main Rio de Janeiro wholesalers acted in a way to modify legislation that reverberated about their businesses, which

led to a clash with the chief provider. Thus, we will seek to expose the link between the mercantile tract and health activities because we understand that they explain aspects about the colonial mercantile economy and the other royal institutions.

Key-words: Body of Commerce; Chief Physicist; Rio de Janeiro.

As vicissitudes do tráfico de escravizados entre África e Brasil.

No ano de 1810, um grupo dos mais abastados e influentes homens de negócios da praça mercantil fluminense encaminhou uma representação ao príncipe regente com o objetivo de que fosse modificada a legislação que versava sobre o desembarque dos escravizados trazidos das Costas africanas para os portos do Rio de Janeiro. A petição encaminhada pelos negociantes apresentava algumas ponderações acerca dos entraves promovidos pelo alvará de 22 de janeiro de 1810, no qual foram estabelecidas as diretrizes para a atuação provedor-mor de saúde. As queixas elencadas incidiam particularmente sobre os incisos V e VI do sobredito alvará, visto que neles estavam determinados os critérios para a quarentena e desembarque dos navios envolvidos com o comércio da escravatura. Segundo constava no §5, “os navios, que trouxerem carga de escravos, esperarão no ancoradouro do Poço, ou no da Boa Viagem, até que se faça a visita da saúde pelo Guarda-mor e mais oficiais”. Já o §6 definia que “no ato da visita se determinarão os dias que cada um destes navios deve ter de quarentena, conforme as moléstias que trazer [...], porém nunca terão de quarentena menos de oito dias”. Assim, os suplicantes protestavam a respeito das medidas por considerá-las prejudiciais àqueles que realizavam o comércio da escravatura, uma vez que o período de quarentena impedia o imediato desembarque dos africanos sadios, bem como estendia o prazo para a comercialização dos cativos na praça mercantil.

À vista disso, os negociantes tentavam demonstrar que aquelas medidas não estavam circunscritas apenas ao comércio de escravizados, assim como reiteravam as demais adversidades enfrentadas pelos traficantes de escravizados.

É preciso Augusto Senhor, seguir-se as marchas daquelas expedições, para conhecer-se os inconvenientes, a que vem sujeitas; A Costa d'África donde são importados os Escravos, é escassa de mantimentos e de viveres para sustento deles, e quase sempre vem alimentados com os do Retorno; por isso a insalubridade dos alimentos, e a corrupção do ar, que respiram, exige pronta providência: é verdade que se propõem na Ilha um tratamento capaz de os restabelecer; mas Senhor, ou os Escravos vem infectados de moléstias, ou não: no primeiro caso parece que a humanidade exige que não sejam confundidos os que estão tocados de moléstias, com os que estão em perfeita saúde; por consequência a igualização das providências entre uns e outros não só se não

compadece com a humanidade, mas até expõe o resto da arqueação ao contágio, prejudica consideravelmente aos suplicantes, e isto, que sucede quando as moléstias são igualmente epidêmicas, e contagiosas se faz mais sensível quando concorrem dois ou mais navios, pois pela igualização das providências, vem os que estão em estado de saúde, ou com moléstias ordinárias a expor-se ao contágio e a morte: acrescido a tudo, que os suplicantes podem nas suas casas tratar conforme as experiências ao uso ordinário com menos despesa, e mais comodidade daqueles que não estiverem atacados de moléstias epidêmicas e destes nos mesmos navios, depois de purificado o ar com os meios e providências que forem determinados¹.

Observando o recurso argumentativo adotado pelos traficantes é possível entrever que eles mensuravam sobre as inúmeras variáveis que a medida produziria no comércio da escravatura, apelando, inclusive, para o caráter humanitário da ação. Arguiam que em situações adversas, com um número maior de embarcações no ancoradouro, aquelas medidas de quarentena acabariam sendo responsáveis pela proliferação das moléstias, haja vista que não haveria uma separação entre aqueles que se encontravam saudáveis e os acometidos por alguma doença. Ademais, a possibilidade de difusão das doenças pelo ar e conseqüente contaminação dos africanos escravizados sadios demonstrava a total ausência de benignidade e compaixão das autoridades régias pelos cativos. Apesar do viés aparentemente humanitário adotado pelos negociantes como forma de demover o regente em relação às regras de quarentena, o cerne de sua preocupação era o alto risco de contaminação e mortandade de um número considerável de cativos presentes nos navios, o que ocasionaria em perda de emolumento e atraso para o comércio interno². Isso porque no desenvolvimento da representação eles apelavam até mesmo para os prejuízos causados à agricultura e aos cofres régios.

Não é preciso referir o prejuízo da Agricultura, por serem os escravos quase os seus únicos braços que se empregam e que se podem empregar nela, e se diminuir um terço da importação deles há de ter prejuízo incalculável, que igualmente refletem sobre as rendas públicas. Ultimamente Senhor, além do prejuízo que experimentam os reais direitos pela falta do Comércio daquela

¹ REPRESENTAÇÃO dos negociantes do Rio de Janeiro, sócios consignatários dos de África a S.A.R. expondo os prejuízos que causava ao comércio de escravos a lei de quarentena obrigatória dos navios, e pedindo sua alteração no sentido de permitir o desembarque imediato dos escravos sadios. Rio de Janeiro: [s.n.], 1810. Localização: Códice II-34, 27, 015.

² A comercialização de escravizados apresentava variações no que se referia ao comércio transatlântico e o comércio interno. O comércio de escravizados entre as costas africanas e os portos do Rio de Janeiro estava sob o controle dos principais homens de negócio do Rio de Janeiro, visto que demandava o investimento de grandes somas de dinheiros. Atravessado o atlântico e presentes nas praças mercantis da América Portuguesa os escravizados eram comercializados na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, bem como poderiam ser negociados com outros negociantes e mercadores envolvidos com o comércio interno. A partir desse momento poderiam ser encaminhados e negociados para outras partes do Rio de Janeiro e também de capitânicas interioranas como Minas Gerais (FLORENTINO, 1995; RODRIGUES, 2000; MARQUESE, 2006).

Costa pela frouxidão da agricultura, falta de braços; sofre também nos Direitos dos Escravos que são pagos no momento do Embarque e que vantajam tanto a Real Fazenda que calculando a importação de 30 a 40 mil por ano, vem a ser o interesse dos Direitos Reais somente neste artigo igual a dois milhões de cruzados³.

O comércio da escravatura era uma prática altamente lucrativa, mas também arriscada. Isso porque, o longo processo que circundava o tráfico de escravizados se iniciava com a produção e aquisição de gêneros coloniais, além dos manufaturados europeus. Esses produtos podiam ser provenientes do Brasil ou de outras praças do império, haja vista que os homens de negócio possuíam uma ampla rede mercantil que não se restringia apenas ao continente americano. Os grossistas do Rio de Janeiro estavam interligados às diferentes praças do império português – Goa, Macau, África – e realizavam negociações que permitissem ampliar suas fortunas e por consequência seu poder político (FRAGOSO, 1998). As mercadorias eram atravessadas pelo atlântico até as Costas africanas para que servissem como moeda de escambo no pagamento dos sertanejos que adentravam o território africano para a captura dos escravizados, assim como do pagamento aos agentes metropolitanos em África.

O processo era longo e, por vezes, os navios que aportavam na Costa africana ficavam até sete meses aguardando pelos escravizados que deveriam ser conduzidos à América (FLORENTINO, 1995, p. 118). As embarcações comportavam um número considerável de indivíduos e alguns brigues transportavam em torno 450 cativos em péssimas condições de espaço físico e higiene⁴. Além disso, os navios ficavam expostos aos riscos de naufrágio, ataque de corsários, bem como da morte dos cativos durante a travessia. Em razão disso, o tráfico de escravizados estava sob o controle⁵ de um seletivo grupo de negociantes grossistas do Corpo do Comércio do Rio de Janeiro. Esses homens de negócio, também denominados como capitalistas, possuíam avultadas fortunas, o que lhes permitia transitar em diversos ramos do comércio, bem como oferecer subscrições para socorrer o Estado monárquico em crise. A sustentação econômica oferecida pelo Corpo do Comércio ao príncipe regente permitiu que os negociantes tivessem certa ingerência na administração joanina e pudessem conseguir privilégios que favorecessem os seus negócios (GORENSTEIN, 1993; PIÑEIRO, 2002). É importante salientar

³ REPRESENTAÇÃO dos negociantes do Rio de Janeiro, sócios consignatários dos de África a S.A.R. [...]. Localização: Códice II-34, 27, 015.

⁴ ANRJ, Fundo: 7X – Junta do Comércio, caixa 370, pacote 02.

⁵ Há que se considerar a presença de outros agentes mercantis envolvidos com o comércio de escravizados, homens que não eram detentores de grandes fortunas, mas que se associavam aos grossistas para que pudessem se inserir na teia do tráfico (CARVALHO, 2012).

que a mão de obra escravizada era a força de trabalho dominante na economia colonial; fosse na produção agrícola, regiões de mineração e no pequeno comércio ambulante (FURTADO, 2006), havia uma enorme demanda por cativos nas praças mercantis da América Portuguesa. Por essa razão, era de interesse dos traficantes que todo o processo de desembarque acontecesse de forma rápida para que eles comercializassem os escravizados e, por conseguinte, pudessem calcular seus lucros e recompor seus investimentos.

O breve prelúdio apresentado ainda será mais bem explorado no decurso do artigo, haja vista que o debate é amplo e guarda singularidades relevantes para compreensão da matéria. O uso da citada representação tem por objetivo enunciar a relação intrínseca existente entre a prática mercantil junto aos demais segmentos e instituições régias do império luso-brasileiro, especialmente o liame com o provedor-mor de saúde. O episódio supracitado traz à luz a interpelação por parte da elite mercantil carioca às políticas de saúde pública e controle de doenças, cujo objetivo era a supressão ou alteração de pontos da legislação régia que feriam seus interesses no comércio da escravatura. Os negociantes calculavam cuidadosamente os impactos das medidas sobre o giro de seus negócios e se mobilizavam com o uso do recurso peticionário (SABA, 2010), apoiados entre pares, tentando que o príncipe regente se compadecesse de suas súplicas.

Os embates entre o Corpo do Comércio e os agentes de saúde se tornaram mais frequentes especialmente após a transferência da Corte joanina para os trópicos, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro, nova sede do império luso-brasileiro. A nova realidade da porção americana do império fez com que muitas transformações fossem operadas e isso incluiu um processo de urbanização e adequação da cidade à condição de Corte monárquica (SCHULTZ, 2008). Foram erigidas as Secretarias, tribunais e demais instituições que outrora funcionavam em Portugal, os ditos poderes de centro⁶. Em meio a esse processo de reorganização do espaço colonial que foi instituído o novo regimento referente ao exercício da função de provedor-mor de saúde. Personagem importante para compreender o universo dos estudos médicos em Portugal, as atribuições desse agente de saúde tiveram seu ápice no século XV. Segundo Abreu (2010, p.98), no ano de 1448 foi promulgada a carta régia que proibia o exercício das práticas da física e

⁶ Antônio Manoel Hespanha e José Subtil produziram importantes considerações acerca da organização institucional e administrativa do império. Os poderes de centro correspondem às diversas instituições que funcionavam como as diversas partes do corpo monárquico e que eram responsáveis por contribuir para que o príncipe – a cabeça – pudesse administrar e garantir o bem comum e a justiça aos seus súditos (XAVIER E HESPANHA, 1998; SUBTIL, 1998).

cirurgia sem o exame prévio dos físicos e cirurgiões com competência para fazê-lo. Mais tarde, no ano de 1515, D. Manuel regulamentou o primeiro Regimento do Físico-mor, assim como delimitou as esferas de ação de algumas profissões de saúde, tais como físico, cirurgião e boticário. Havia uma hierarquização entre esses profissionais, em que a figura do cirurgião encontrava-se abaixo à do físico. Ainda entre os cirurgiões encontrava-se a figura do cirurgião-mor, ligado ao monarca, acompanhado dos cirurgiões-barbeiros, também cirurgiões que eram físicos e por fim os boticários (PALMA, 2017).

A despeito das inúmeras reformas e mutações que ocorreram no campo ao longo dos séculos, as funções do físico e cirurgião sempre estiveram presentes no império português, bem como eram alvos de conflitos e questionamentos a respeito dos limites do exercício de suas funções. Isso, contudo, não inviabilizava a necessidade premente desses agentes de saúde tanto na península ibérica quanto na colônia americana. Segundo Palma (2017), entre os séculos XVI e XVIII não havia um sistema de assistência médica devidamente instituído na colônia, todavia a necessidade de demarcação territorial demandava cada vez mais a presença desses profissionais nas campanhas militares. Assim, a autora identificou um número considerável de requerimentos referentes à questão de diversas partes na América Portuguesa. Também se destaca o fato de que os conhecimentos e práticas médicas adquiriram especificidades próprias no contexto colonial. O elevado número de escravizados, a carência de produtos metropolitanos e físicos graduados foram alguns dos fatores que oportunizaram a contemporização das práticas daqueles que se dedicavam às artes curativas, assim como fez com que eles constituíssem “novos receituários em que se mesclavam as diversas experiências dos diversos agentes presentes na América” (WISSENBACH, 2009, p. 282). Dessa forma, ainda que a presença do físico e cirurgião na colônia não tenha sido inaugurada com a transferência da Corte⁷, a provisoriedade das circunstâncias operou algumas mudanças importantes na instituição de saúde pública e isso se desdobrou em novas legislações no período em que a Corte esteve no Brasil. Na prática, o físico-mor e demais agentes de saúde ficaram responsáveis pelo licenciamento e fiscalização de algumas atividades realizadas no âmbito mercantil.

⁷ Segundo informações de Palma (2017), havia uma hierarquia entre esses profissionais em que a figura do cirurgião encontrava-se abaixo à do físico. Ainda entre os cirurgiões encontrava-se a figura do cirurgião-mor, ligado ao monarca, acompanhado dos cirurgiões-barbeiros e também cirurgiões que eram físicos. Palma ressalta que entre os séculos XVI e XVIII não havia um sistema de assistência médica instituído, todavia a necessidade de demarcação territorial demandava cada vez mais a presença desses profissionais nas campanhas militares. Assim, a autora identificou um número considerável de requerimentos referentes à questão de diversas partes da América Portuguesa.

Nesse sentido, seguiremos com o intento de explicitar, bem como ressaltar as interconexões e embates entre os agentes de saúde e o Corpo do Comércio do Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1823. O recorte temporal se deve à ampla mobilização e crítica empreendida pelos homens de negócio da praça mercantil fluminense em relação à atuação do físico-mor na América Portuguesa. O ensejo deste trabalho é apontar como as políticas régias de saúde incidiam sobre a atividade mercantil, em particular o tráfico de escravizados, e de que maneira o Corpo do Comércio do Rio de Janeiro operou para tentar revertê-las.

A intricada relação entre comércio e o Provedor-mor do império luso-brasileiro.

As questões mercantis foram prementes na sociedade luso-brasileira oitocentista, uma vez que o comércio era entrevisto como fonte de engrandecimento e prosperidade do império português. Como ponderado por Salles Oliveira (1999), na transição entre os séculos XVIII e XIX havia certa indissolubilidade entre as práticas e representações que moldaram a sociedade civil, mormente definida pela historiografia como “esfera política”, e o mercado. Ainda que fosse a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas, e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos o tribunal responsável pela jurisdição mercantil, o exercício do comércio estava conectado, direta ou indiretamente, às diversas atividades da vida cotidiana e instituições da administração monárquica (LOPES, 2009). Dessa forma, ficava a cargo do físico-mor e seus delegados – membros da repartição régia de saúde – a responsabilidade por emitir as licenças, bem como fiscalizar tanto o comércio varejista quanto o comércio em grosso trato⁸ para que estes pudessem comercializar seus produtos.

O cargo de físico-mor foi instituído na porção colonial do império em 7 de fevereiro de 1808, quando o príncipe regente ainda se encontrava na Bahia. Manoel Vieira da Silva Borges e Abreu foi o primeiro a exercer a dita função em solo americano. Conselheiro e fidalgo da Casa Real, Vieira da Silva também fora deputado da Real Junta do Protomedicato existente na península. Assim como ocorrera em outros períodos, a proximidade com o príncipe regente

⁸ Os conceitos de mercador do varejo e negociante de grosso trato são importantes para delimitar o espaço de atuação de cada um desses agentes do comércio. Em síntese, o varejo estava circunscrito ao comércio de menor monta realizado em pequenas casas de comércio, comumente apresentado como comércio a retalho. O comércio de grosso trato apresentava algumas variações, mas, em geral, estava ligado ao comércio transatlântico de larga escala, o comércio a atacado. Eram responsáveis por atravessar o atlântico e estavam ligados às mais diversas atividades e produções mercantis: comercialização de gêneros coloniais como, por exemplo, o açúcar e o tabaco e dominavam o comércio de escravizados. Os grossistas estavam no topo da hierarquia mercantil, cuja proeminência se deu particularmente após a segunda metade do século XVIII durante a administração do ministro de D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo – Marquês de Pombal (PEDREIRA, 1992; PINEIRO, 2002; CHAVES e GUIMARÃES, 2019).

favoreceu para que ele ocupasse a função de provedor-mor na porção colonial. O exercício dos cargos de físico-mor e cirurgião-mor foi regulamentado pelo alvará de 23 de novembro do mesmo ano de acordo com as definições presentes nas legislações de 1521, 1631 e de 1742. Com isso foi abolida, em 7 de janeiro de 1809, a Junta do Protomedicato existente no reino de Portugal desde o ano de 1782 (PIMENTA, 1997). Tendo em vista que parte considerável daquela legislação estava em desacordo com a nova realidade da Corte, no ano de 1810 foi elaborado um novo regimento para o provedor-mor de saúde de forma a estatuir a atuação do cirurgião-mor, físico-mor e seus delegados. Segundo Pimenta (1997, p.23), estes ficariam responsáveis por cuidar dos assuntos de saúde em geral, assim como fiscalizar as boticas, a imperícia dos curadores e fazer o controle sobre as fraudes dos medicamentos e drogas.

Como salientado, o alvará de 1810 definiu as regras de saúde a serem aplicadas quando os navios chegassem ao ancoradouro do Poço ou da Boa Viagem. As embarcações deveriam aguardar a visita dos oficiais de saúde para que acontecesse a inspeção e o pagamento das entradas a título de lazareto tanto das as embarcações nacionais quanto as estrangeiras. Feita a visita pelo Guarda-mor de saúde, os navios deveriam seguir para o ancoradouro da Ilha de Bom Jesus e aguardar quarentena. A exigência de que a embarcação ficasse em quarentena com todos os escravizados conduziu à supracitada mobilização dos principais nomes do Corpo do Comércio fluminense. D. João acolheu as súplicas dos negociantes e solicitou um parecer a Manoel Vieira da Silva. Segundo informa Honorato (2008, p.100), o físico-mor respondeu a petição de forma incisiva e ponderou que o intento dos negociantes era atentar contra a autoridade real.

Não é o zelo do bem publico, nem o da Real Fazenda, que moveu os negociantes interessados no comercio dos Negros d'África a levarem a Augusta Presença de V.A.R. o requerimento sobre o qual V.A.R. manda q eu informe com meu parecer, foi sim um sórdido interesse calculado pela ambição que os cegam e que os revoltam contra a mesma utilidade publica que tanto apregoam. É intolerável ousadia com que os suplicantes se arrojam a quererem descortinar e avaliar perante o mesmo legislador o acerto, e os motivos da Lei chamando-a ao tribunal de sua preocupada razão, e oferecendo planos de modificação de reforma e de melhoramento vindo deste modo afazerem uma Lei para si mesmos e a constituírem se juizes das soberanas Determinações de V.A.R. se admitirem e escutarem semelhantes representações contra as Leis de V.A.R veremos insurgir o capricho dos particulares contra os direitos dos cidadãos, e instituir-se uma espécie de processo sobre as Leis fazendo-as entrar em exame

depois de publicadas, quando já não resta se não cumpri-las e executa-las. Não há nada mais prejudicial, mais absurdo, mais ridículo⁹.

A defesa do físico-mor era de que a prática se tratava de uma medida de utilidade pública e enfatizava que mesmos os escravizados aparentemente saudáveis poderiam estar com a doença incubada e manifestá-la posteriormente. O seu parecer era de que a solicitação dos suplicantes não deveria ser deferida, visto que um parecer positivo abriria espaço para novos requerimentos da mesma natureza (HONORATO, 2010, p. 101).

O embate entre o físico-mor e os negociantes demoraria a cessar, haja vista que não havia consenso entre as partes. Com isso, os traficantes de escravizados passaram a apelar para que fosse concedido o direito de desembarcar imediatamente os cativos saudáveis e que, por conseguinte, estes fossem entregues aos seus respectivos proprietários para que fossem higienizados e também fosse realizada a devida purificação do ar. Assim, os negociantes suplicavam ao príncipe regente que se dignasse “modificar a providência da referida Lei para que possam os escravos em saúde desembarcar imediatamente para Valongo, entregues á quem pertencerem; e os doentes serem tratados a bordo dos Navios depois de purificado o ar com as providencias necessárias”¹⁰. É válido salientar que apesar das adequações empreendidas na cidade do Rio de Janeiro com a presença da Corte, a nova sede do império contava com condições sanitárias bastante precárias. Muitas das doenças que acometiam o Rio de Janeiro eram decorrentes das péssimas condições de higiene pública e má alimentação, em particular entre os mais pobres. A tuberculose, varíola e febre tifoide eram algumas das doenças predominantes no Brasil oitocentista e que se agravavam pelas constantes chuvas de verão, poços contaminados e a ausência de um sistema sanitário de esgoto. Os períodos de doenças epidêmicas eram frequentes no Rio de Janeiro e se espalhavam fortemente nos meses de fevereiro e março (MORAES, et. al, 2013).

A resolução às súplicas dos negociantes decorreu de uma medida conciliatória por meio do alvará de 28 de julho de 1810¹¹. O sobredito alvará era resultante da averiguação e constatação por parte do provedor-mor de saúde acerca da inviabilidade de quarentena dos escravos novos na

⁹ HONORATO, 2010, p. 100 apud ANRJ – Relatório do Provedor Mor da Saúde – Manoel Vieira da Silva –Série Saúde – IS4 2 – 1810.

¹⁰ REPRESENTAÇÃO dos negociantes do Rio de Janeiro, sócios consignatários dos de África a S.A.R. 1810. Localização: Códice II-34, 27, 015.

¹¹ Coleção Leis do Império do Brasil (1808-1889). Ano de 1810, parte 1, p. 136. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao1.html>. Acesso em: 24/08/2020.

Ilha de Jesus, uma vez que o ancoradouro estava distante da cidade carioca. Igualmente, o §11 do alvará de 28 de julho de 1810 também determinava que os escravizados sadios fossem lavados, vestidos com roupas novas e entregues aos seus proprietários. Aqueles que estivessem doentes ficariam sob os cuidados do físico-mor para que pudessem receber tratamento e só após esses procedimentos os proprietários poderiam realizar a comercialização na praça mercantil¹².

Cessada a discussão acerca da quarentena, houve um segundo conflito entre os negociantes e o físico-mor. A representação encaminhada pelos homens de negócio questionava a cobrança de um valor a título de lazareto pelo desembarque de cativos em um armazém de Gamboa. Os negociantes encaminharam uma nova representação ao príncipe regente na qual solicitavam que ficassem isentos da cobrança no valor de 400 réis, tendo em vista que o alvará de 22 de janeiro de 1810 havia imposto tributos sobre os escravos novos e demais despesas relativos ao lazareto.

Tendo Vossa Alteza Real dignado mandar estabelecer um lazareto em benefício dos habitantes pelo Alvará de 22 de janeiro de 1810, impondo e determinando pelo §9º duzentos réis sobre cada um dos escravos maiores, e cem réis sobre os de menor idade para desta contribuição se tirarem as despesas do edifício, reparo do mesmo lazareto, e ordenado das pessoas empregadas no cuidado, manutenção dele, cobráveis pela alfândega para o cofre da saúde; tem os representantes satisfeito o referido imposto: e porque sendo semelhante instituto criado para se medicarem os doentes, e não para acolherem sãos, e os representantes são obrigados pela visita da saúde a desembarcarem as armações inteiras em um armazém da Gamboa a título de lazareto para se pagarem aos proprietários do dito armazém¹³.

A construção do lazareto estava prevista pela legislação do ano de 1810 e o espaço serviria para o desembarque e os cuidados dos escravizados. Contudo, o provedor-mor não dispunha dos recursos para a construção do edifício e a execução da obra ficou sob a responsabilidade de alguns negociantes da praça mercantil do Rio de Janeiro. Assim, os proprietários dos navios que aportassem no Valongo deveriam pagar tanto as taxas já estabelecidas pelo alvará supracitado quanto os 400 réis para o desembarque de cativos no armazém de Gamboa. Esse foi um conflito singular acerca da questão, porque fez com que os negociantes envolvidos com a construção do prédio apoiassem a medida do provedor-mor em detrimento dos demais membros do Corpo do Comércio. O edifício tinha sido construído por

¹² Idem.

¹³ Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a Sua Alteza Real, reclamando dos altos preços dos alugueis cobrados pelos proprietários dos armazéns da Gamboa e do Valongo, destinados ao desembarque e venda de escravos. BNRJ – Seção de manuscritos, Códice II-34,26,19.

três negociantes da praça mercantil fluminense – João Gomes Valle, José Luiz Alves e João Alvares de Souza Guimarães – após edital régio. O aspecto curioso da questão é que todos eles assinaram a petição que solicitava a alteração do regimento de quarentena, porém, após o investimento de seus capitais na construção do edifício, passaram a apoiar a cobrança dos 400 réis estabelecidos pelo físico-mor. O embate não teve um desfecho que contasse propriamente com uma intervenção régia. Na realidade, como os negociantes tinham conquistado o direito de desembarcar os escravizados sadios sem que estes passassem pelo exame do provedor-mor, eles se utilizaram desse recurso para burlar a exigência. Os proprietários realizavam a limpeza e o exame em seus navios e somente desembarcavam no armazém de Gamboa aqueles que estivessem doentes (HONORATO, 2008).

As legislações de saúde que incidiam sobre a prática mercantil não estavam circunscritas à comercialização de escravizados, ao contrário, tanto a comercialização de fazendas molhadas¹⁴ quanto o comércio de drogas e medicamentos em boticas compunha o escopo mercantil. Por essa razão, no ano de 1809, o físico-mor encaminhou uma representação ao príncipe regente para que lhe fosse concedida a competência de licenciar e examinar os licores e mais bebidas para que fossem vendidas ao público. Manoel Vieira da Silva enfatizava que apesar da extinção da Junta do Protomedicato, toda jurisdição correspondente à questão tinha sido transferida ao cargo de físico-mor, bem como se tratava de uma providência de utilidade à saúde pública. O parecer de d. João à solicitação foi positivo e desde então ficou a cargo do físico-mor as visitas e inspeções das lojas para examinar a qualidade das mercadorias e permitir que fossem comercializadas¹⁵. A autorização para que o físico-mor fiscalizasse e concedesse as licenças devidas deu início a um longo e conflituoso embate com o Corpo do Comércio. Em um conjunto de representações que perpassou toda a década de 1810, houve reiteradas queixas e acusações contra a atuação do agente de saúde. Os peticionários envolvidos com o requerimento questionavam a cobrança do valor de 2\$400 réis pelas visitas de correção, bem como para a emissão das licenças. Os negociantes de molhados, tal como se denominavam na representação, consideravam que o valor era indevido e servia apenas para alimentar o erário particular de Manoel Vieira da Silva e não aos cofres públicos. Na acusação ainda ressaltavam que ao longo dos anos o agente reduziu o valor para 320 réis em decorrência das recusas de pagamento por parte de alguns negociantes. Não

¹⁴ O termo fazendas molhadas corresponde às mercadorias líquidas que eram comercializadas por mercadores e negociantes. Tratava-se gêneros como azeite, vinho, vinagre, aguardente, dentre outros.

¹⁵ Representação dos negociantes de molhados da Corte a S. M. denunciando a ilegalidade do procedimento do físico-mor do reino, Manoel Vieira da Silva, que lhes impunha tributos arbitrários. Localização: II-34, 25, 021.

obstante a cobrança do tributo, Manoel Vieira da Silva mandava que fossem lançadas ao mar todas as fazendas molhadas daqueles que insistissem pelo não pagamento das taxas.

Ultimamente, passou o mesmo Físico-mor a fixar editais, pelos quais ameaça de mandar fazer uma escrupulosa e frequente visita em todas as casas e armazéns em que não só se vendem os líquidos, mas em que eles se recolhem com destino de venda; autorizando os seus comissários para no mesmo ato de exame mandarem lançar ao mar os mantimentos e entornar pelas ruas os líquidos que julgarem incapazes de uso, além da imposição das penas. Parece, Senhor, que esta chamada providência é muito exorbitante, e por todo o cabedal dos põe todo o cabedal dos suplicantes à disposição do Físico-mor ou seus comissários¹⁶.

Os suplicantes questionavam aquela prática e a entreviam como uma forma de intimidá-los para que realizassem o pagamento do tributo. A alegação era de que algumas das fazendas molhadas, como era o caso do vinho, podiam ser reduzidas para a produção de vinagre ou queimadas para a produção de aguardente e por isso não havia a necessidade de descartá-las. Contudo, uma vez que o físico-mor considerasse as fazendas molhadas como impróprias, sugeria o descarte imediato dos líquidos.

O fato é que Manoel Vieira da Silva não tardou em encaminhar uma resposta às queixas feitas pelos negociantes de fazendas molhadas. Em uma representação do ano de 1811, o físico-mor se defende das acusações ponderando que eram “atrevidas, falsas e enganosas” as denúncias, visto que não era do seu caráter praticar abusos em relação ao exercício de sua função. Defendia-se com a alegação de que parte de suas atribuições era observar a exata qualidade das bebidas comercializadas ao público, cuja finalidade era prevenir fraudes e falsificações de gêneros tão importantes à saúde pública¹⁷. O agente elencava uma série de justificativas para suas ações e que todas elas respeitavam os ditames previstos pela legislação.

Como foi apresentado, a insatisfação e questionamentos acerca dos limites de atuação e condutas do físico-mor atravessou a década de 1810 e tornou-se objeto de discussão em meio ao advento das Cortes Gerais Constituintes de Lisboa na década de 1820. Os negociantes encaminharam uma representação à Junta Provisional de Governo, no ano de 1821, na qual reiteravam suas acusações e críticas aos agentes responsáveis pelas visitas e emissão de licenças –

¹⁶ Representação dos negociantes de molhados da Corte a S. M. denunciando a ilegalidade do procedimento do físico-mor do reino, Manuel Vieira da Silva, que lhes impunha tributos arbitrários. Localização: II-34, 25, 021.

¹⁷ Idem.

no caso eles estendiam as críticas aos subdelegados que atuavam conjuntamente a Manoel Vieira da Silva.

Dizem os Negociantes desta Praça abaixo assinados que havendo já representado a V. Exc.^a a opressão que os ameaçava na extorsão dos exorbitantes emolumentos de licenças, correções, visitas ou varejos do subdelegado do Provedor, e Físico-Mor do Reino, requerendo por isso providências, que declarassem a sua suspensão em religioso cumprimento do Providente Decreto das Cortes Extraordinárias da Nação mandando executar a Regência do Reino em 5 de maio do corrente ano que incluso se oferece¹⁸.

A representação foi acolhida pela Junta Provisional que prontamente respondeu à representação afirmativamente, uma vez que os membros consideraram a matéria relevante e passível de deferimento. Para além do próprio desenlace, o que chama atenção na discussão é a longevidade do questionamento sobre o exercício das funções do oficial físico-mor. Desde a chegada da Corte no Rio de Janeiro, bem como da instituição do regimento do provedor-mor de saúde que houve denúncias contra o físico-mor. Os conflitos acerca do físico-mor não representavam propriamente uma novidade no império português, haja vista que no decurso dos séculos XVI ao XIX o agente régio sofreu críticas sobre o exercício de suas atribuições. Segundo informa Abreu (2010), vários foram os embates do físico-mor na porção peninsular, em especial com a Universidade de Coimbra, instituição com a qual disputava os limites de atuação de sua função. A autora salienta que no ano de 1535 as Cortes encaminharam ao rei alguns apontamentos sobre o exercício das atuações do físico-mor sob o argumento de que o agente de saúde “se movia exclusivamente por interesses econômicos” (ABREU, 2010, p. 103). Como se observou no presente ensaio, essa também era uma das principais críticas mobilizada pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro, que não se furtava em enfatizar o abuso de poder político e econômico do provedor-mor de saúde.

Os negociantes empreenderam no decurso de uma década uma constante mobilização com o intuito de que aquela legislação fosse revertida. Dentre os membros da Junta Provisória que assinaram a resposta à petição estava Mariano José Pereira da Fonseca, importante magistrado do Estado monárquico que compunha o corpo de deputados da Real Junta do Comércio. Também assinou a resposta à representação o desembargador Sebastião Luiz Tinoco da Silva, que após o processo de independência se tornaria senador do Império do Brasil, além de

¹⁸ Parecer da Junta Provisional a S.A.R. sobre o requerimento em que os negociantes da praça do Rio de Janeiro pediam suspensão de todas as licenças, correções e visitas do subdelegado do físico-mor do reino, até que se estabelecesse o decreto das Cortes Extraordinárias. Localização: Códice II-34, 26, 018.

uma rápida passagem como Ministro da Justiça e da Fazenda. Decerto, os magistrados tinham conhecimento a respeito do assunto para sugerir o prosseguimento da matéria. No caso de Mariano José Pereira da Fonseca, tendo em vista que integrou o corpo de deputados da Real Junta do Comércio, provavelmente esteve em contato com a discussão e outras petições feitas pelos homens de negócio no decurso da década de 1810. Assim, entendia a relevância da súplica, bem como considerava válida alguma intervenção que resolvesse a questão. Outro ponto que vale salientar concerne ao papel desses magistrados estatais junto ao Corpo do Comércio. Um número considerável de membros da burocracia estatal era proveniente do reino peninsular, contudo a elite mercantil e agrária da América Portuguesa ocupou cargos de proeminência, bem como faziam uma ponte para o atendimento dos interesses de suas famílias (GORENSTEIN, 1998). A dinâmica relacional daquelas redes de sociabilidade era constituída por meio de alianças e jogos de interesses que se construíam e se refaziam permanentemente (MARTINS, 2007, 408).

Sem sucesso diante da ruptura com as Cortes de Lisboa, a questão retornou ao debate no ano de 1823, após o Brasil ter se tornado independente. Seria por meio do deputado mineiro José de Resende Costa que a matéria seria debatida na Assembleia Constituinte. Resende Costa apresentou um projeto de lei para que fosse criada uma Junta de Saúde no Império do Brasil. Defendia seu projeto com a alegação de que eram inúmeros os abusos cometidos pelos cirurgiões-mor, o físico-mor, além de seus delegados (GOMES, 2018). Dentre os apontamentos elencados pelo deputado estava o controle dos preços das drogas e medicamentos, haja vista que Resende Costa entrevia abusos nos valores determinados pelos agentes de saúde. Assim como ocorrera com o caso das fazendas de molhados, o questionamento se devia à cobrança de tributos exercida pelo físico-mor e demais agentes. Os boticários e vendeiros também estavam ligados ao trato mercantil, uma vez que comercializavam drogas e demais medicamentos. Novamente as ações no campo da saúde pública eram objeto de crítica e questionamento por parcelas do Corpo do Comércio, e isso devia ao fato de que os mercadores e negociantes entendiam que o exercício dos agentes de saúde prejudicava os seus lucros (GOMES, 2018, p. 132).

O movimento que se observa – tanto com a representação encaminhada à Junta Provisional quanto do projeto de lei para a criação de Junta de Saúde Pública – é a adesão das lideranças políticas em torno da causa. A despeito de a questão ter sido ignorada por d. João e se arrastado por toda a década de 1810, foi junto aos grupos políticos que ascenderam ao poder em meio ao constitucionalismo que essa parcela do Corpo do Comércio conseguiu apoio às suas

reivindicações (GOMES, 2018). Vale salientar que a questão não avançou em decorrência da ruptura com as Cortes Gerais de Lisboa e, mais tarde, com a dissolução da Constituinte em novembro de 1823 (RODRIGUES, 1974). Todavia, nota-se que a matéria ganhou apoio de figuras que estavam direta ou indiretamente ligadas ao comércio. Homens de negócio que não exerciam a prática mercantil, mas a conheciam e entendiam as inquietações e interesses do Corpo do Comércio¹⁹.

Considerações Finais.

O liame entre o trato mercantil e saúde pública ganhou novas nuances a partir da transferência da Corte para os trópicos em 1808. A presença do príncipe regente, as mutações urbanas e as novas legislações sanitárias impuseram exigências que colidiam com os interesses dos principais nomes do Corpo do Comércio fluminense. O comércio que sempre foi uma das bases do império português tornou-se um dos pilares econômicos para o Estado monárquico na América Portuguesa. Os negociantes apoiaram d. João, mas, por vezes, se favoreceram desse apoio interferindo política e economicamente na administração imperial. As políticas de saúde pública, bem como os tributos referentes ao exercício da prática incidiam sobre os lucros dos mercadores e negociantes. A cobrança de novos tributos aumentava os custos dos escravizados e dos gêneros coloniais aos seus proprietários. Não querendo reduzir sua lucratividade, esses homens se reuniam e suplicavam ao monarca alguma mercê que reduzisse o impacto.

As políticas sanitárias, ainda que pudesse haver excessos por parte do provedor-mor de saúde no seu exercício, eram entrevistas como entraves aos interesses dos negociantes. No referido episódio do armazém de Gamboa temos um exemplo particular da matéria, haja vista que os traficantes pagariam aos cofres do Erário Régio, assim como pagariam uma sobretaxa aos proprietários do lazareto e ao físico-mor. Considerando a impossibilidade de suprimir a legislação, os negociantes fizeram com que a taxaço apenas incidisse sobre os cativos doentes. Assim, eles realizavam todos os procedimentos de higienização em suas embarcações e encaminhavam apenas os escravizados doentes ao lazareto para que recebessem os cuidados de saúde. A atuação mercantil a respeito das questões sanitárias desvela o comportamento da elite

¹⁹ PARECER da Junta Provisional a S.A.R. sobre o requerimento em que os negociantes da praça do Rio de Janeiro pediam suspensão de todas as licenças, correções e visitas do subdelegado do físico-mor do Reino, até que se estabelecesse o decreto das Cortes Extraordinárias, que os livraria dos exorbitantes tributos com que estavam sendo vitimados. Rio de Janeiro [s.n.], 22/08/1821. 6 doc. (13p.), Orig. Localização: Códice II-34, 26,018.

mercantil ante aos interesses de seus negócios. A relação constituída junto ao Estado monárquico permitia que eles interferissem e, por vezes, propusessem ações em outros espaços de atuação. Ademais, deslinda como esses homens de negócio se comportavam e compreendiam a operacionalidade de outros espaços régios com os quais estavam direta ou indiretamente coadunados.

Referências

Fontes:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Fundo 7X – Junta do Comércio - Caixa 370, pacote 02.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN)

Representação dos negociantes do Rio de Janeiro, sócios consignatários dos de África a S.A.R. Localização: Códice II-34,27,015.

Representação dos negociantes de molhados da Corte a S. M. denunciando a ilegalidade do procedimento do físico-mor do reino, Manoel Vieira da Silva, que lhes impunha tributos arbitrários. Localização: Códice II-34, 25, 021.

Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a Sua Alteza Real, reclamando dos altos preços dos alugueis cobrados pelos proprietários dos armazéns da Gamboa e do Valongo, destinados ao desembarque e venda de escravos. BNRJ – Seção de manuscritos, Códice II-34,26,19.

Coleção Leis do Império.

BRASIL, Leis do Ano de 1810 – parte 1.

Bibliografia:

ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: **Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 102-117.

CARVALHO, Marcus. O desembarque nas praias: O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**, nº 167, São Paulo, jul.-dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i167p223-260>.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; GUIMARAES, Carlos Gabriel. Negociantes. In: AIDAR, B., SLEMIAN, A., LOPES, J. R. L. **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, século XVIII-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2019.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro (1790 – 1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOMES, Wederson de Souza. **Construtores e Herdeiros: a trajetória política de José de Resende Costa Filho. (1788-1823)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História. Mariana, 2018.

GORESTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993.

HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2008.

LOPES, Walter de Mattos. **A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João (1808-1821)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MARQUESE, Rafael Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud.** - *CEBRAP* [online]. 2006, n.74, pp.107-123. ISSN 0101-3300. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>.

MARTINS, Maria Fernanda. “Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: **Conquistadores e Negociantes: História das elites e Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAES, E. M. A.; BUENO, J. F. S. L.; SANTOS, C. F. M.; SILVA FILHO, W. B. Religião, cultura e ciências na idade moderna: a geografia da morte para a cidade de Paranaguá no século XIX. **Revista História** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 8-39, 2013.

PALMA, Monique. A presença de cirurgiões portugueses na América portuguesa no século XVIII/The presence of Portuguese surgeons in the 18th-century Portuguese America. In: **V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna**, 2017. p. 1-22.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de pombal ao vintismo (1755-1822)**. Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Simplem Comissários e Negociantes**. Universidade Federal Fluminense – Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2002.

Jaime Rodrigues. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. **As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena L. de. **A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SUBTIL, José – Os poderes do centro: Governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel. (coord.) **História de Portugal**. Vol. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder In: HESPANHA, António Manuel. (coord.) **História de Portugal**. Vol. 4: O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX). In: Souza, Laura de Mello et al. (Org.). **O governo dos povos: relações de poder no mundo ibérico na época moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

Entre o surto e a epidemia: a meningite meningocócica em Guaraniaçu nas páginas do Diário do Paraná, 1973

Between the outbreak and the epidemic: meningococcal meningitis in Guaraniaçu on the pages of Diário do Paraná, 1973

José Augusto Leandro

Doutor em História Cultural
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
joseaugustoleandro@gmail.com

Ariane Selma Schislowicz da Costa

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
arianeschislowicz@gmail.com

Fabiane Karine Pinheiro

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
fabianekapi@gmail.com

Geane Caroline Wiltemburg

Mestranda em História, Cultura e Identidades
Universidade Estadual de Ponta Grossa
gwiltemburg@hotmail.com

Marcos Vinícius Barszcz

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
marcosviniciuspsicologo@yahoo.com.br

Michelle de Paula Pupo

Mestra em História, Cultura e Identidades
Universidade Estadual de Ponta Grossa
michellepupo18@gmail.com

Recebido em: 04/07/2020

Aprovado em: 08/08/2020

Resumo: Utilizando-se dos procedimentos de análise de conteúdo, o artigo discute como um jornal de grande circulação no Paraná apresentou matérias sobre a ocorrência da meningite meningocócica no estado, no início da década de 1970. A ênfase da pesquisa foi direcionada para o ano de 1973, quando na região Oeste despontou um grande número de casos. O texto destaca o município de Guaraniaçu, único a ser declarado pelas autoridades sanitárias paranaenses como apresentando caráter epidêmico naquele ano. Conclui-se que, a despeito da censura imposta pela ditadura militar sobre notícias de epidemias no país, o jornal *Diário do Paraná*, um apoiador do regime, não deixou de veicular notícias sobre as manifestações da enfermidade. No entanto, as notícias emergiram tardiamente e não deram conta de revelar aos leitores a complexidade do contexto epidêmico de Guaraniaçu.

Palavras-chave: Meningite meningocócica; imprensa periódica; ditadura militar.

Resumen/Abstract: By using content analysis procedures, the article discusses how a widely circulated newspaper in Paraná presented news about the occurrence of meningococcal meningitis in the state in the early 1970s. The research strategy was focused on 1973, when in the western region of the state, a large number of cases arose. The text focuses on the municipality of Guaraniaçu, the only one that was declared by the health authorities of Paraná with an epidemic character that year. The article concludes that, although the military regime imposed censorship on epidemic news in the country, the newspaper *Diário do Paraná*, supporter of the regime, reported occurrences of meningitis. However, the news was published late and did not reveal to readers the complexity of Guaraniaçu's epidemic context.

Palabras clave/Keywords: Meningococcal meningitis; periodic press; military dictatorship.

Introdução

A ausência de medicamentos para combater qualquer espécie de meningite, em Curitiba, foi ocasionada pelo recolhimento dos estoques aqui existentes para enviá-los às regiões mais atingidas pelo surto, no Paraná. O gerente da Farmácia Colombo, situada na esquina da XV de Novembro com Dr. Murici afirmava ontem que todo o estoque existente foi recolhido de Curitiba para completar o número de doses necessárias para atender Guaraniaçu, o lugar-foco da epidemia no Paraná (POVO..., 1973, p. 9).

A doença meningocócica tem sido registrada no Brasil desde o início do século XX. Endêmica em várias partes do país, ela pode tornar-se epidêmica com “...maior ou menor magnitude na dependência da concentração populacional e dos sorogrupos implicados na produção dos casos” (MORAES; BARATA, 2005, p. 1469). A moléstia é transmitida via contágio de gotículas de muco e saliva infectadas pela bactéria *Neisseria meningitidis*, que foi descrita com mais propriedade somente “em 1884 por Marchiafava e Celli na Itália, e cultivada pela primeira vez em 1887 por Weichselbaum (BARATA; MORAES, 2015, p. 71). A meningite meningocócica "pode deixar sequelas neurológicas graves como cegueira, paralisias, lesões

cerebrais e medulares e morte, ocorrendo principalmente em indivíduos mais jovens" (GOUVEA; NOBRE, 1991, p. 103).

Em estudo sobre manifestações de meningite ao longo do século XX na cidade de São Paulo, José Cássio de Moraes e Rita Barata apontam a ocorrência de uma grande epidemia meningocócica no local nos primeiros anos da década de 1970. Segundo eles,

A epidemia teve início insidioso, mas a incidência aumentou exponencialmente entre 1971 e 1973. A taxa de incidência que havia sido de 2,16 casos por 100 mil habitantes em 1970, passou para 5,90 em 1971, 15,64 em 1972 e 29,38 casos em 1973. Esta primeira onda epidêmica foi causada por meningococos do sorogrupo C, resistentes à sulfa (MORAES; BARATA, 2005, p. 1462).

Porém, não foi apenas em São Paulo que a doença meningocócica grassou neste período inicial da década de 1970. Manifestações epidêmicas de meningite ocorreram em diversas partes do território brasileiro. Segundo Stela Meneghel, a epidemia que teve início em 1971 na região da Grande São Paulo, em 1972 já estava presente nas regiões centrais da capital; e, a partir daí, passou então a ser registrada no "Ceará, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Sul (1972); Acre, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Minas Gerais (1973); Santa Catarina, Bahia e Guanabara (1974)" (MENEGHEL, 1989, p. 22).

Os surtos e as epidemias de meningocócica expressaram, ao seu modo, uma indesejável contraface de uma nação que passava por transformações modernizadoras em sua economia. Nos anos compreendidos entre 1968 e 1973 houve o denominado 'milagre econômico brasileiro', "em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano" (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 222). Se tal fenômeno não implicou necessariamente em benefícios sociais concretos para parcelas mais pobres da sociedade, foi a partir dele que muito dos discursos elaborados pelos governantes do período buscavam legitimar-se perante a população.

Por conta disso, o governo da ditadura militar, preocupado com o fato de que a exposição midiática sobre a presença de epidemias no país poderia trazer malefícios às imagens de modernização e progresso que se propalavam naquele momento, passou a controlar com rigidez os meios de comunicação existentes para que não divulgassem dados concernentes à determinadas moléstias.

De fato, no Brasil da primeira metade da década 1970 muitas vezes notícias sobre doenças eram censuradas, sobretudo quando eram verificados aumentos expressivos em taxas de

incidência e prevalência de enfermidades que poderiam revelar um possível descontrole das autoridades sanitárias sobre o seu território. Mesmo tendo a maior parte da grande imprensa ao lado dos governos militares, agentes da censura enviavam circulares aos jornais pedindo para que os mesmos não publicassem matérias que por ventura pudessem gerar pânico à população (SCHNEIDER, 2016). Buscava-se, com isso, fazer com que os veículos de comunicação não maculassem uma determinada imagem de disciplina vendida pelos governantes naquele momento de milagre econômico e, assim, “a doença foi considerada questão de segurança nacional e os meios de comunicação colocados sobre censura” (BARATA, 1988, p.9). Como bem observaram Anny Jackeline Torres Silveira e Rita de Cássia Marques sobre as manifestações de meningocócica em Minas Gerais na década de 1970: “a postura adotada pelas autoridades públicas do país” consistia “em não reconhecer a existência da doença” (SILVEIRA; MARQUES, 2015, p. 95-96). Por conta disso, Cláudio Bertolli Filho afirma que governo militar tornou as "epidemias silenciosas". Segundo ele, "isso começou a ocorrer desde 1971, quando uma epidemia de meningite se alastrou pelas principais cidades brasileiras, atingindo principalmente a população residente na periferia" (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 52).

O Paraná não passou imune à meningite na década de 1970. O texto que segue objetiva demonstrar como um jornal de grande porte, o *Diário do Paraná*, noticiou a presença da doença meningocócica no estado em 1973. A expressividade da moléstia foi tamanha naquele ano na região Oeste e em suas regiões circunvizinhas que fez o periódico aumentar significativamente os seus registros de notícias sobre a incidência da enfermidade. No intervalo de tempo de 1970 a 1977 – denominado por Barata e Moraes (2015, p. 83) como o período da “maior epidemia de doença meningocócica já registrada” para o Brasil –, o Oeste do Paraná foi palco de acontecimentos mórbidos especialmente no ano de 1973. Ao se debruçar sobre o fenômeno, o artigo dispensa especial atenção para o município de Guaraniáçu e problematiza sobre alguns temas que foram destacados pelo jornal quando da elaboração de suas matérias sobre a meningite na localidade.

Sobre a fonte e a metodologia

De acordo com Renée Zicman, a utilização de jornais como fonte documental para pesquisas resguarda uma característica digna de nota: a periodicidade dos mesmos transforma-os em “arquivos do cotidiano registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ZICMAN, 1985, p. 90). Todavia, é

imperativo que o pesquisador observe de modo crítico os potenciais interesses do veículo que estão presentes explícita ou implicitamente no discurso jornalístico.

Pontes e Silva (2012, p.52) ressaltam que “tendo a capacidade de mobilizar ou de garantir a construção subjetiva do ‘informado’, o jornal deve ser visto como campo de disputas políticas, econômicas e, principalmente, culturais”. Interesses em disputa podem ser observados tanto nos conteúdos publicados quanto em seu modo de estruturação e diagramação. Assim, publicações de imprensa periódica não podem ser tomadas enquanto fontes neutras no debate, e o próprio silêncio sobre determinados tópicos pode ser, por si só, um elemento revelador da construção reportada sobre determinado fato.

Em suma, aqui considera-se que os veículos de comunicação impressos não são apenas divulgadores da realidade, mas também construtores da realidade por eles representada. Ainda, ao se examinar determinados dados de imprensa, cabe considerar o alerta de Tania Regina de Luca (2010, p.129):

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2010, p.129).

O trabalho de Catarina Schneider (2016) é um bom exemplo dos cuidados acerca do “espectro da censura” a que se refere de Luca. Em sua dissertação de mestrado, ela analisou matérias sobre a meningite no Brasil publicadas entre 1971 e 1975 em dois veículos de imprensa de grande porte no país, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, tendo em mente “a relação da epidemia com um possível silêncio, característico da ditadura na época” (SCHNEIDER, 2016, p. 10). Seus resultados de pesquisa apontam para práticas de silenciamento da mídia sobre a meningite durante o período da ditadura militar¹. Foi perceptível para a autora uma certa amenização do

¹ Ao discutir práticas de censura sobre a meningite utilizando-se de impressos de São Paulo e do Rio de Janeiro, Schneider (2016, p. 78) baseia-se em observações de Maria Aparecida de Aquino, que afirma ser o período compreendido entre 1968 a 1978 caracterizado como de censura política à imprensa escrita no Brasil e que esta censura agia de duas formas: “através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhadas às redações, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação ou censura prévia” (AQUINO, 1999, p. 222). As observações de Aquino também são pertinentes para os eventos de meningite meningocócica nos impressos do Paraná, em 1973.

discurso das autoridades sobre a moléstia na imprensa escrita, fato que impediu que fossem tomadas medidas necessárias quando do início do espalhamento da doença, como ações preventivas de higiene, possíveis distribuições de medicamentos e vacinações e repasse de informações sobre os mecanismos de transmissão da meningite. Muitas reportagens sobre a enfermidade traziam palavras tranquilizadoras, afirmando que não havia motivos para alarme da população, que não havia perigo de epidemia, que a incidência da doença estava declinando, ou ainda que os casos eram esporádicos. (SCHNEIDER, 2016, p.138-139). Mas, vale lembrar, periódicos da época também deixavam escapar pequenos fragmentos sobre atitudes de censura relativas ao tema da meningite, como anotado por Schneider sobre *O Globo*. Em finais de março de 1973, por exemplo, o jornal registrou o fato de que os médicos do Instituto de Medicina Infantil do estado de Pernambuco estavam “proibidos de falar à imprensa” sobre a doença. (IDEM).

A fonte aqui pesquisada, o *Diário do Paraná*, assim como muitos veículos de comunicação que circulavam quando do golpe militar de 1964, não se furtou a contribuir na propaganda do regime inaugurado em abril daquele ano (SILVA, 2014). No dia seguinte à deposição do dirigente da nação escreveu, em sua primeira página, que estava ocorrendo um “movimento cívico de reabilitação nacional” e afirmou que João Goulart, o presidente da república deposto, em seus discursos agia como “tipicamente comunista e digno dos ditadores mais despóticos da História” (AS RAZÕES..., 1964, p. 1); tampouco é improvável que o periódico tenha deixado de sofrer algum revés imposto pelo próprio regime autoritário, sobretudo depois da promulgação do Ato Institucional nº 5, do final de 1968, quando a maioria dos jornais das capitais do país passou a sofrer algum tipo de censura (ALVES, 1984; VIZEU, 2019). No início do mês de setembro de 1973, por exemplo, quando as evidências sobre a existência de uma epidemia de meningite no Oeste do Paraná eram cada vez mais fortes, o impresso ironizou acerca da censura que alguns “setores” do regime militar impunham sobre as notícias referentes ao fenômeno:

Enquanto alguns setores procuram filtrar informações com o objetivo de evitar pânico entre a população, os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – são secos demais para deixar arestas à divagação. Curitiba apresenta dados de mortalidade por meningite (de várias origens) bem acima da média nacional (VERDADE..., 1973, p. 9).

Fundado em 1955 e findado em 1983, o *Diário do Paraná*, fazia parte do conglomerado dos Diários Associados, grupo pertencente a Assis Chateaubriand. O grupo, que objetivava criar uma cadeia nacional de informação, teve seu primeiro jornal lançado em 1924 e contou com

aproximadamente noventa empresas, entre emissoras de televisão, jornais e rádios. A partir de 1950 os Diários Associados exerceram grande influência sobre a política e sobre a imprensa brasileira. Vinculado às ideias conservadoras e de apoio à ditadura militar, o *Diário do Paraná* apresentava notícias internacionais e nacionais, porém priorizava os acontecimentos do estado e de sua capital (SANGLARD et al, 2016).

Entre 1955 e 1973 a formatação do jornal manteve-se sem grandes alterações, normalmente as edições traziam um total de 16 páginas divididas em 2 cadernos.² No período aqui estudado, 1973, o jornal contava com Adherbal Stresser como Diretor Presidente e com seu filho, Ronald Sanson Stresser, como Diretor Superintendente. Apesar do expediente não informar sobre a tiragem do número de exemplares, é possível arriscar que ela não fosse baixa e que o periódico tinha um amplo alcance, não somente no Paraná, pois possuía sucursais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A aproximação com a fonte de pesquisa se deu por meio da plataforma digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>). A investigação partiu dos seguintes filtros: o período (década de 1970), com atenção aos registros entre os anos 1971 a 1973 – correspondendo à primeira onda da epidemia na década, tal qual descrita por Moraes e Barata (2005); a região, circunscrita ao Paraná; e o termo ‘chave’, ‘meningite’. A partir dos resultados dessa etapa, selecionamos o periódico com maior número de ocorrências: *O Diário do Paraná*.

O percurso metodológico da pesquisa foi fundamentado a partir de algumas etapas para realização de análise de conteúdo, conforme sugeridas por Bardin (2011). Elas compreenderam uma etapa pré-analítica – a seleção de fontes, a leitura flutuante e a estruturação da pesquisa; uma etapa de exploração do material – isto é, o aprofundamento da análise das fontes; e por fim, uma etapa de tratamento da investigação realizada, bem como sua interpretação e a construção dos resultados da análise.

Na etapa de leitura flutuante do material deu-se o contato com a fonte selecionada, possibilitando a identificação de temas emergentes ao redor do assunto meningite. Foram identificadas 67 edições que mencionavam a moléstia entre 1970 e 1973, das quais 52 diziam

² A edição inaugural do Diário do Paraná, em março de 1955, apresentou quarenta e oito páginas e contou com um artigo assinado por Assis Chateaubriand. Este foi intitulado "Assuntos de Circo" e mencionava um esforço de democratização como "antídoto contra a propagação do comunismo libertário no Brasil" (ASSUNTOS..., 1955, p. 2).

respeito a este último ano. Verificou-se, nessa etapa, uma prevalência de notícias da enfermidade em municípios da região Oeste paranaense.

Ao aprofundarmos a análise das fontes, tendo em vista as regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência das mesmas (BARDIN, 2011), percebemos que uma localidade específica da região Oeste, o município de Guaraniaçu, sobressaía-se nas páginas do *Diário do Paraná*. Não apenas quanto ao número de matérias publicadas, mas também pelos contornos qualitativos das notícias identificadas.

Por fim, os resultados da interpretação sobre a presença da meningite meningocócica em Guaraniaçu permitiram a criação de um pequeno e significativo conjunto de categorias temáticas, quantificáveis por ocorrência e discutidas mais adiante. Antes de se adentrar na discussão dessas categorias, é pertinente demonstrar que a moléstia já circulava no Paraná antes de 1973; e também faz-se necessário contextualizar o município como parte integrante do quadro das transformações históricas da região Oeste do estado a partir da segunda metade do século XX.

Caminhos da meningite: de São Paulo a Guaraniaçu

Ao percorrermos as páginas do *Diário do Paraná* entre o início do ano de 1970 até o final de 1973, notamos um crescimento significativo de notícias sobre a presença da meningite meningocócica no Brasil. Em 1970, apenas duas edições referiram-se, brevemente, à doença; em 1971, não se fez menção a ela; em 1972, foram 13 as edições que trouxeram informações sobre a moléstia; e, em 1973, a meningite foi noticiada em 52 edições do jornal. Em 1972, as notícias foram particularmente relacionadas à ocorrência de surtos na cidade de São Paulo; no ano seguinte, a maioria delas foi voltada aos 'surtos' verificados no território paranaense.

No que concerne às matérias sobre a cidade de São Paulo, no início de outubro de 1972 o *Diário do Paraná* revelou aos leitores, em sua primeira página, que técnicos do Instituto Adolfo Lutz, do Ministério da Saúde e norte-americanos que se encontravam no Brasil, haviam isolado o vírus da meningite que assolava São Paulo. Tratava-se, segundo eles, do *Neisseria Meningitidis* e que os "tipos encontrados" eram "resistentes à Sulfadiazina em 15 por cento". De acordo com os técnicos, o tipo dominante do *Neisseria Meningitidis* que estava circulando era o C (ISOLADO..., 1972, p. 1 e p. 5).

Em data de 29 de setembro de 1972 o *Diário do Paraná* já havia dado certo destaque à ocorrência de casos de meningite na região Norte do estado: "Em Porecatu foram assinalados seis casos com quatro óbitos (...). O Ministério da Saúde já enviou para o Paraná 80 mil

comprimidos de sulfadiazina, o antibiótico mais eficaz no tratamento da enfermidade..." (PARANÁ..., 1972, p. 9). No dia seguinte ao noticiado sobre Porecatu, uma pequena nota, colocada na primeira página do jornal ao alto e centralizada, parecia reproduzir o que as autoridades governamentais federais recomendavam quando o assunto era a meningite: a negação da ocorrência de uma possível epidemia no país. A nota afirmava: "O ministro da saúde, Machado Lemos, afirmou ontem em Brasília, que não existe no Brasil surto epidêmico de meningite. Trata-se, segundo o ministro, de um problema endêmico e não epidêmico, ocorrendo casos em alguns Estados, principalmente no Sul do país". Machado Lemos vaticinava que havia "pânico entre a população devido à divulgação que vem se dando na imprensa, notadamente em São Paulo" (A MENINGITE..., 1972, p. 1).

Discretamente, o impresso passou a registrar, em notícias pouco extensas, a ocorrência de casos de meningite no Paraná em 1972, como em Guaratuba, por exemplo, onde duas crianças "havia pericido" (AS CHUVAS..., 1972, p. 3). No último dia do mês de outubro publicou matéria a qual enfatizava que em Curitiba a meningite causava a morte de 4 a 6 pessoas por mês, normalmente crianças. No entanto, registrou que as autoridades médicas afirmavam não haver nenhum "alarm" ou "pânico", visto ser "normal a ocorrência de 10 a 12 casos em cada grupo de cem mil pessoas" (MENINGITE..., 1972, p. 9).

Nota-se, especialmente nas matérias de realce sobre a moléstia, um certo 'cuidado' com o que se noticiava: "Vários casos de meningite já foram constatados – alguns inclusive fatais – **mas não representando um surto epidêmico graças à pronta ação terapêutica das autoridades sanitárias**" (IDEM, grifos nossos). Ao que tudo indica, a cautela em se noticiar a meningite era algo que as autoridades paranaenses ansiavam por parte dos veículos de comunicação do estado e, de fato, neste quesito o jornal parecia atuar de forma a não suscetibilizar relações com os governantes. Isso fica evidente em uma nota em que o Secretário da Saúde do Paraná, Ivan Beira Fontoura, agradecia ao *Diário do Paraná* pela cobertura "serena" em relação à meningite no país (FONTOURA..., 1972, p. 8).

Entretanto, o ano de 1973 marcou um ponto de viragem no que se refere às notícias sobre a meningite no Brasil e isso inclui o Paraná. O crescimento de notícias foi surpreendente para várias localidades, sobretudo as da região Oeste, com menção à presença da doença meningocócica notadamente nos municípios de Cascavel e Guaraniaçu (Quadro 1). A meningite passou a ser registrada em textos mais extensos, em coberturas ampliadas, tendo inclusive o

Diário do Paraná enviado a Guaraniaçu uma jornalista do seu quadro, Risolete Casagrande, para obtenção de informações sobre os fatos que ali ocorriam.

Quadro 1: Municípios paranaenses das regiões Oeste, Sudoeste, Noroeste e Centro-oeste citadas pelo *Diário do Paraná* com presença de meningite, 1973

LOCALIDADES	Nº DE CITAÇÕES (52 EDIÇÕES)	REGIÃO
Assis Chateaubriand	2	OESTE
Cascavel	9	OESTE
Capanema	1	SUDOESTE
Capitão Leônidas Marques	3	OESTE
Catanduvas	2	OESTE
Céu Azul	3	OESTE
Corbélia	2	OESTE
Foz do Iguaçu	3	OESTE
Guaira	1	OESTE
Guaraniaçu	13	OESTE
Laranjeiras do Sul	1	CENTROESTE
Marechal Cândido Rondon	2	OESTE
Matelândia	1	OESTE
Medianeira	3	OESTE
Palmital	1	CENTROESTE
Pato Branco	2	SUDOESTE
Pérola do Oeste	1	SUDOESTE
Santa Izabel do Oeste	1	SUDOESTE
São Miguel do Iguaçu	3	OESTE
Umuarama	1	NOROESTE

Fonte: *Diário do Paraná*, 1973
Dados organizados pelos autores

Guaraniaçu: aspectos sócio-históricos

A história do município de Guaraniaçu relaciona-se à ocupação dos sertões ocidentais do estado do Paraná, a partir da expansão do povoamento dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava. Marco importante de atração de mão-de-obra para a região foi a fundação da Colônia Militar do Iguaçu (hoje cidade de Foz do Iguaçu) no final do século XIX (COLODEL, 1988). Também fato relevante para o aumento populacional de Guaraniaçu – cuja emancipação política ocorreu no início da década de 1950 – foi a construção da Rodovia Federal BR 277, já

iniciada no final da década de 1910. Muitos migrantes, a fim de trabalhar nas obras da denominada 'Estratégica', inaugurada em 1969 “no espírito ‘desenvolvimentista’ que marcou a época” (ZANIN, 2013, p. 46), acabavam por alojar-se nos entornos do município.

Entre a década de 1950 e início da década de 1970 houve um crescimento da população no Oeste do Paraná e Guaraniaçu fez parte deste processo. De acordo com Willers, Alves e Souza (2010, p.72), neste intervalo de tempo “o Oeste paranaense apresentava-se como fronteira agrícola relativamente próspera, surgindo como alternativa para o destino de milhares de agricultores...”. Os autores, com base em dados que demonstram que “entre os anos 1960 e 1970, o Oeste do Estado recebeu 374.082 pessoas”, afirmam: “nesse mesmo período, apenas a região do Distrito Federal recebeu mais migrantes que o Oeste Paranaense, considerada área de fortíssima atração” (IDEM).

Quando se iniciaram os surtos de meningite na região Oeste, no início da década de 1970, Guaraniaçu contava com uma população estimada de 28.649 habitantes. Destes, 3.430 residentes na área urbana, e 25.219 residentes na área rural (ZANIN, 2013, p. 49). Segundo a edição do *Diário do Paraná* do início do ano de 1974, a população do município era composta de “55% gaúchos, 10% catarinenses, 30% de nortistas e 5% de paranaenses” (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6). Como “nortistas”, o periódico referia-se a migrantes de vários lugares do país que se dirigiram para a região, principalmente os provenientes do estado de “São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e também do nordeste brasileiro” (TSCHÁ; RIPPEL; LIMA, 2009, p. 3). Nesta época ali já se contabilizavam 240 casas comerciais e 30 indústrias, entre estas sete serrarias de grande porte (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6).

Nas páginas da fonte pesquisada Guaraniaçu surgiu a partir de temas variados, em 63 edições no ano de 1973. Em termos quantitativos, destaca-se o tema da BR-277 (turismo, acidentes, reparos, interdições), uma vez que o trajeto rodoviário com asfalto ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, inaugurado pelo governo federal no final da década de 1960, passava pelo município. No entanto, no que concerne à extensão das matérias publicadas, a meningite foi o grande destaque no jornal quando se referiu ao município naquele ano. Em duas edições do impresso Guaraniaçu esteve presente em manchete; além disso, o periódico registrou o que ocorria na localidade em chamadas menores de primeira página que remetiam o leitor à busca do assunto meningite em seu segundo caderno.

A primeira menção sobre a moléstia no município surgiu na edição de 04 de agosto e trazia o seguinte título: “Meningite – 4 casos em Guaraniaçu”. A chamada ‘rápida’ na primeira página do impresso, do lado esquerdo, registrava “pânico” entre alguns setores da população e que na localidade já havia “especulações” sobre a ocorrência de “10 mortes” (MENINGITE..., 1973, p. 1). Mais informações foram destacadas no segundo caderno e, nele, o título da matéria reconhecia, pela primeira vez, a gravidade da enfermidade: “Meningite: surto causa alarma no Sudoeste”. O texto informava que os 4 casos de Guaraniaçu haviam sido registrados “em apenas 24 horas” (SURTO..., 1973, p. 7).

Resultados e discussão das categorias temáticas sobre a meningite em Guaraniaçu

Entre o início de agosto e 28 de novembro de 1973, 13 edições do *Diário do Paraná* mencionaram a presença da meningite em Guaraniaçu. Algumas notícias foram breves menções ao município quando de matérias sobre a presença da meningite em Cascavel e em demais partes da região Oeste do estado. Outras foram mais extensas e, a partir delas foi possível estabelecer categorias temáticas (Quadro 2) que contribuíram para que a discussão interpretativa do nosso objeto de estudo pudesse ser exposta de maneira mais aclarada.

Quadro 2: Categorias temáticas sobre a meningite meningocócica em Guaraniaçu a partir do Diário do Paraná, 1973

CATEGORIAS	QUANTIDADE
Surto	08
Surto epidêmico	03
Epidemia	02
Nº de casos; nº de infectados; nº de óbitos;	07
Ações governamentais	07
Instituições escolares	04

Fonte: Diário do Paraná, 1973
Dados organizados pelos autores

Surto, surto epidêmico, epidemia, número de casos, de infectados e de óbitos³

Como já apontado por alguns autores (BARATA, 1988; BERTOLLI FILHO, 2001; SILVEIRA; MARQUES, 2015; SCHNEIDER, 2016), o regime militar tentou impor um silêncio midiático sobre notícias acerca da meningite no país na década de 1970. Os discursos das autoridades governamentais, reproduzidos por muitos veículos de comunicação, minimizavam a ocorrência do fenômeno. Em muitas ocasiões, por pressão da censura ou por própria decisão corporativa, jornais desconsideravam pautar matérias sobre a ocorrência de surtos e/ou epidemias de meningocócica. Silveira e Marques (2015, p. 102) demonstram que o surto de meningite ocorrido em 1972 na cidade de Itabira, em Minas Gerais, por exemplo, “foi praticamente ignorado pela imprensa e pelas autoridades mineiras”.

Dirigentes em importantes cargos de saúde pública do regime militar buscavam propalar discursos tranquilizadores para a população. Assim como já havia declarado em 30 de setembro de 1972, o ministro da saúde Mario Machado de Lemos, quase um ano depois, reafirmou que não havia surto de meningite “em qualquer região do Brasil, mas admitiu que [existiam] casos isolados em todo país” (SAI..., 1973, p. 5). Quando era impossível denegar a ocorrência de casos da moléstia, expressões como ‘manifestações episódicas’ e ‘possíveis surtos’ eram utilizadas nas declarações oficiais.

Conceitualmente, surto pode ser entendido como um “tipo de epidemia em que os casos se restringem a uma área geográfica pequena e bem delimitada ou a uma população institucionalizada (creches, quartéis, escolas, etc.)”. O termo epidemia, por sua vez, relaciona-se à “elevação do número de casos de uma doença ou agravo, em um determinado lugar e período de tempo, caracterizando, de forma clara, um excesso em relação à frequência esperada”. Ainda, “frequência inusitada, tempo e lugar são aspectos fundamentais para estabelecer de modo fidedigno um estado epidêmico”. (BRASIL, 2009, p. 34-35).

Para retratar a meningite no Oeste do Paraná naquele ano de 1973, o periódico aqui analisado utilizou reiteradamente o termo ‘surto’. Especificamente sobre Guaraniaçu, do total de 13 edições em que o município foi relacionado à moléstia, o jornal lançou mão da palavra ‘surto’ em oito delas. O veículo de comunicação parecia buscar – por sua própria opção ou por sugestão de autoridades paranaenses – a minimização do fenômeno nas matérias que publicava: “A

³ Apesar de o Quadro 2 expressar separadamente estas categorias, do ponto de vista qualitativo foi impossível separá-las no momento da discussão de resultados.

Secretaria da Saúde Pública informou que uma equipe de epidemiologistas, constituída por quatro médicos seguiu para Guaraniáçu a fim de controlar *possível surto de meningite, ainda não de todo confirmado*” (UNIDADES..., 1973, p. 7, grifos nossos).

Naquele contexto a palavra epidemia não se coadunava com a euforia da modernização operada pelas propagandas do Estado. Como bem observou Schneider (2016, p.121), tal palavra trazia “consigo uma memória discursiva do medo, da morte em série, do contágio (...) já que as doenças transmissíveis, principalmente as de caráter epidêmico, com risco de morte, têm a capacidade de elevar a tensão da população”.

É muito provável que as autoridades paranaenses já soubessem que os casos de meningocócica em Guaraniáçu eram graves para além de um mero surto antes da data de 22 de agosto. De acordo com matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, os primeiros casos de meningite foram identificados no município entre 12 e 13 de junho. Zelindo Renomato, secretário da prefeitura, afirmou que:

...a Prefeitura comunicou oficialmente à Secretaria sobre a ocorrência do surto de meningite no dia 2 de julho. Entretanto, “as autoridades sanitárias estaduais só começaram a se preocupar com a situação no dia 15 de agosto, quando o surto já se tinha alastrado muito, pois a Prefeitura não teve condições de realizar o controle necessário”. Informou, ainda, que durante o período em que a Secretaria ignorou o problema, não dando crédito aos comunicados da Prefeitura, ocorreram quase 50 casos de meningite, com duas mortes. Mas não foi por falta de insistência que a Secretaria não tomou nenhuma medida. Entre os dias 2 de julho e 15 de agosto, a Prefeitura enviou cinco ofícios à Secretaria, um ao governador, outro ao Ministério da Saúde, além de pedir a numerosos deputados estaduais e federais que intercedessem junto aos órgãos competentes para que tomassem providências urgentes para solução do problema (MENINGITE..., 1973, p. 21).

Aos poucos, autoridades paranaenses da área da saúde foram modificando seus discursos e passaram a utilizar o termo ‘surto epidêmico’ de meningite para se referir à região Oeste do estado; porém, somente em duas ocasiões o *Diário do Paraná* noticiou, a partir de explanações de autoridades sanitárias, que as ocorrências em Guaraniáçu diziam respeito a uma epidemia. Vale registrar que por parte do secretário estadual da saúde, Ivan Beira Fontoura, houve o reconhecimento de que os casos de meningocócica assumiam contornos mais graves no município somente quando de sua chegada ali, em primeiro de setembro. “O secretário da Saúde confirmou pessoalmente a existência de tais casos em Guaraniáçu afirmando o [seu] caráter epidêmico” (MENINGITE..., 1973, p. 9).

Nas publicações da primeira semana de setembro de 1973, o *Diário do Paraná* mencionou que das 27 mortes no Oeste, 10 delas foram registradas em Guaraniaçu e que a localidade já contava com 129 casos do total de 211 na região (MENINGITE..., 1973, p. 9). Ainda, em tom alarmista, a chamada principal do segundo caderno da edição do dia 4 afirmava: “Meningite já contaminou 15 mil pessoas em Guaraniaçu”. O texto sustentava que estudos científicos elaborados a respeito da doença asseguravam que quando ela aparecia, poderia “atingir de 25 a 50 por cento da população da comunidade”. Portanto, em vista disto, presumia-se “que 15 mil pessoas residentes em Guaraniaçu tenham sido contaminadas” (IDEM).

Descontado o provável exagero relativo ao possível número de infectados no município, que contava com cerca de 30 mil habitantes, fato é que no início de setembro já não era possível minimizar os expressivos acontecimentos mórbidos em Guaraniaçu. O Oeste do Paraná passou a ser objeto de notícias sobre a doença meningocócica em páginas de jornais de grande circulação no território nacional, como *O Estado de São Paulo*, por exemplo. Se o veículo de comunicação paranaense registrou naquele 04 de setembro a ocorrência de 10 mortes em Guaraniaçu, a edição do jornal do estado vizinho, impressa no dia seguinte, já apontava que o número de óbitos por meningite na localidade totalizava 12 (MENINGITE..., 1973, p. 21). Em 13 de outubro de 1973, a partir de declarações do Secretário de Saúde Ivan Beira Fontoura, o *Diário do Paraná* confirmou que a ocorrência de casos em Guaraniaçu totalizou o número de 190 (MENINGITE..., 1973, p. 8). Provavelmente o secretário referiu-se aos casos testados com confirmação de diagnóstico. Desta data em diante o município deixou de ser relacionado à meningite pelo jornal; e nada mais foi publicado pelo veículo referente ao número de mortes na epidemia que atingiu o Oeste do estado naquele ano.

Ações governamentais

As ações governamentais noticiadas pela imprensa diziam respeito aos procedimentos tomados pelas três esferas de governo perante à ocorrência da doença no Oeste do Paraná, que teria seu foco principal em Guaraniaçu.

No plano estadual, a Secretaria da Saúde limitou-se, num primeiro momento, a enviar uma equipe de quatro epidemiologistas ao município, “a fim de controlar possível surto de meningite, ainda não de todo confirmado...” (UNIDADES..., 1973, p. 7). Também houve notícia, 13 dias depois, sobre a presença de duas visitadoras sanitárias destacadas para orientar “a população conscientizando a todos quanto a real situação” (MENINGITE..., 1973, p. 9). Nesta

matéria informou-se que “o próprio secretário de Saúde seguiu no sábado ao local, acompanhado pelo médico Alírio Macedo Filho, do Ministério da Saúde, que desde a última semana [acompanhava] no Estado a evolução dos acontecimentos” (IDEM). Posteriormente, houve liberação por parte do governador Emílio Gomes, de uma verba de duzentos mil cruzeiros para “aplicação no controle do surto epidêmico” na região (MENINGITE..., 1973, p. 1).

Além disso, o estado garantiu – pelos discursos do secretário de saúde registrados no *Diário do Paraná* – que colaboraria com a Central de Medicamentos (CEME), do Ministério da Saúde, para viabilização de remessa de alguns fármacos à base de sulfas para Guaraniáçu. Os nomes dos medicamentos registrados foram a Ampicilina e o Minomax (GOVERNO..., 1973, p. 9). Pelo depoimento de um gerente de uma farmácia de Curitiba fornecido ao periódico em 06 de setembro menciona-se que o estoque de “ganaglobina”⁴ ali existente teria sido recolhido pelo estado a fim de atender as regiões afetadas; e que os remédios Optacilim e Ilosoni, os mais receitados pelos médicos para meningite, estavam com o seu estoque chegando ao fim (POVO..., 1973, p. 9).

Conforme a edição de 31 de agosto, em virtude da não disponibilização de vacinação naquele momento, existia a orientação para que no Paraná se fizesse usos de doses profiláticas de sulfadiazina para o caso “dos comunicantes”, com a intenção de proteger os “não doentes” e “baixar a porcentagem dos portadores” (HOSPITAIS..., 1973, p. 1). Notícia publicada no dia 05 de setembro deu conta de informar que para Guaraniáçu haviam sido enviados “100 mil comprimidos de sulfa” (MENINGITE..., 1973, p. 1). Vale ressaltar que nas páginas do jornal não foi registrado, em nenhum momento, possível operação de vacinação na localidade, apesar de já existirem algumas experiências de imunização em São Paulo registradas no ano anterior.

De fato, segundo Requejo (1997, p. 411) “em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970 verificou-se que a imunização com polissacarídes de meningococo dos sorotipos A e C podia induzir a produção de anticorpos bactericida”. As vacinas para estes sorotipos começaram a circular mais amplamente por diversos países somente ao longo da década de 1970. Taunay et. al (1978, p. 78) afirmam: “Quando em 1972 começaram a se avolumar os casos de meningite meningocócica provocados pela *N. meningitidis* do grupo C na Grande São Paulo, o Ministério da Saúde colocou à disposição da Secretaria da Saúde de São Paulo 200.000 doses de vacina polissacarídica antimeningocócica do grupo C”. Também afirmando a existência de vacina e sua

⁴ É provável que o jornal estivesse se referindo aos medicamentos derivados da gamaglobulina, proteína do plasma que tem “capacidade imunomoduladora, com atividades pró e anti-inflamatória” (FLORÍ, 2014, p. 23).

circulação ao longo da década de 1970, registros sobre a cidade de Ipatinga-MG são apontados por Silveira e Marques (2015, p. 103) e revelam que, ali, “organizou-se uma vacinação em massa na cidade em abril de 1974”.

No caso de Guaraniaçu em 1973 – sem acesso à vacinas e dependente do recebimento de medicamentos por parte do governo do estado e do Ministério da Saúde –, as ações no plano municipal tomadas pelo prefeito Olavo Della Torre foram pautadas na busca de se evitar aglomerações de pessoas. Determinados locais como escolas, cinema e igrejas foram fechados para que o contágio não se propagasse, sobretudo no início de setembro daquele ano. Reportagem especial do *Diário do Paraná* sobre Guaraniaçu, em data de 06 de setembro, estampou foto da porta do cinema local com dizeres do decreto municipal: “hoje não haverá função” (MENINGES..., 1973, p. 9).

Além disso, o município teve de contar com a improvisação de um hospital de isolamento a partir de uma antiga instituição escolar de madeira, a Escola Paroquial São Pio X. Uma das edições do *Diário do Paraná* que mencionou Guaraniaçu na primeira página, naquele ano, estampou foto de uma das janelas frontais deste edifício em que havia a seguinte mensagem: “estamos internando somente doentes com meningite por um período de 7 a 10 dias” (ESCOLA..., 1973, p. 1).

Instituições escolares

Um dos tópicos que o jornal analisado abordou, quando das notícias sobre irrupção de surtos e epidemias de meningite na década de 1970 no Paraná, referia-se às aglomerações que facilitavam o contágio da moléstia. Nesse aspecto, as instituições escolares do então chamado primeiro e segundo graus eram mencionadas em matérias jornalísticas, pois tais espaços eram particularmente sensíveis à doença, uma vez que a meningocócica incidia sobretudo nas populações infantis e de jovens.

O município em tela não possuía um sistema próprio de ensino, ficando subordinado ao Sistema Estadual de Educação. As políticas educacionais promovidas neste contexto, acompanhadas do crescimento demográfico da região, favoreceram a criação de instituições escolares na década de 1970 (ZANIN, 2013, p. 80). Em 31 de janeiro de 1974 noticiou o *Diário do Paraná*:

Em Guaraniaçu já está em pleno funcionamento a reforma do Ensino de 1º Grau, com 221 salas de aula, 7279 alunos e 248 professores. No ensino de 2º

Grau está com sete salas de aula e 184 alunos, sendo que a previsão para o ano de 74 é de aumentar em 100% este total de alunos o que vai necessitar da ampliação dos prédios escolares com mais salas de aula. Além da sede, funciona o ginásio nos distritos de Campo Bonito, Guaporé, Diamante e ainda na localidade de Sertãozinho com um total de 834 alunos (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6).

A imagem de um ‘progresso escolar’ transmitida pelo jornal – passados 6 meses da ocorrência dos eventos deletérios da meningite na localidade – deixava para trás o fato de que a epidemia da doença meningocócica teve nas aglomerações das instituições escolares, incluindo aí as da zona rural, o principal fator de sua disseminação pelo município. No período, o Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos, inclusive declarava-se contrário ao fechamento de escolas quando se verificavam casos da doença nesses espaços institucionais. Sua justificativa pautava-se no entendimento de que se os estabelecimentos permanecessem em funcionamento, haveria facilidade no “diagnóstico” e “profilaxia das crianças não atingidas” (SAI..., 1973, p. 5).

No entanto, ao final do mês de agosto de 1973 já se decretava a suspensão das aulas em várias escolas do Oeste do Paraná, pois a maior parte dos casos de meningite registrada – e também os casos fatais – incidiam sobre pessoas de 12 a 20 anos, normalmente estudantes de primeiro e segundo graus. O secretário da Educação, Cândido Martins de Oliveira, determinou a suspensão das aulas em todos os estabelecimentos oficiais da 45ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Cascavel, assim como nas Faculdades de Filosofia, como medida de caráter preventivo, tomada em razão de terem sido constatados novos casos de meningite (GOVERNO..., 1973, p. 9).

Na reportagem especial elaborada pelo *Diário do Paraná*, publicada às vésperas do feriado da independência, foi anotado que a meningite em Guaraniaçu começou a ser visível e alarmante aos olhos da população local justamente a partir da morte de uma profissional da educação do município.

Tudo começou a ser esclarecido, conta a repórter Risolette Casagrande, enviada especial do DP à região, com a morte de uma das professoras da cidade, cujo corpo apresentava as mesmas características observadas nas crianças que antes tinham morrido na zona rural, sem, no entanto, receberem qualquer auxílio médico. Antes, a população atribuiu ao mal diversos nomes: púrpuras ou mal das manchas e outros (ESCOLA..., 1973, p. 9).

Conclusão

Ao seu modo, com as limitações impostas ao discurso jornalístico em tempos de ditadura, o *Diário do Paraná* – um apoiador do regime militar – oferece uma determinada possibilidade de se

resgatar aspectos da história da presença da meningite meningocócica na região Oeste do Paraná. Particularmente, o periódico forneceu um pequeno retrato sobre Guaraniaçu, não deixando margem para que se denegue o caráter epidêmico da doença na localidade, em 1973.

No entanto, a complexidade do fenômeno naquela região não foi totalmente abordada pelo impresso, mesmo tendo este enviado uma repórter para verificar o que ocorria em Guaraniaçu. Um pequeno contraponto com o jornal *O Estado de São Paulo* revela que este explorou uma importante faceta não mencionada pelo *Diário do Paraná*: a lentidão das autoridades sanitárias paranaenses para agir diante da gravidade da meningite naquele município e em demais cidades do Oeste do Paraná. Ao emoldurar os acontecimentos o jornal editado em Curitiba não apenas informou, mas também construiu modos de compreensão da moléstia pela população. Reforçou, inicialmente, pelo discurso das autoridades, que se tratava de uma condição de saúde pública caracterizada nos contornos da normalidade. Posteriormente, as próprias autoridades admitiram a gravidade da meningite e o jornal registrou a magnitude do problema sanitário na região, enquadrando os acontecimentos não somente como surtos, mas como de ordem epidêmica. A partir de meados de outubro de 1973 o município de Guaraniaçu saiu de pauta como local relacionado à meningite; em 1974 o jornal noticiou, brevemente, em duas edições, que o município foi o epicentro de ‘surtos’ de meningite que atingiram o Oeste do Paraná no ano anterior.

Vale destacar que no Brasil dos primeiros anos da década de 1970 ações governamentais sobre doenças meningocócicas não possuíam um caráter preventivo mais apurado. Uma política de vacinação efetiva contra a meningite no país começaria a ser implementada apenas a partir de 1975, quando houve uma campanha nacional de vacinação (PONTE; NASCIMENTO, 2010 p. 199). Também a partir de meados da década de 1970 o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, pertencente à Fundação Oswaldo Cruz, estabeleceu protocolos de cooperação técnica com o Instituto Mériex, da França, para a produção de vacinas para a meningite meningocócica A e C (<https://portal.fiocruz.br/vacinas>).

De maneira assertiva Rita Barata (1988, p. 17) vaticinou sobre a meningite no início da década de 1970 no Brasil: “O processo de surgimento da epidemia apesar de permanecer desconhecido em seus mecanismos mais íntimos certamente está relacionado a [um] quadro onde se somam crescimento desordenado, pobreza e intensa exploração da força de trabalho”. Guaraniaçu expressou bem esse processo desordenado da modernização do milagre econômico da ditadura militar: fronteira agrícola entre as décadas de 1960 e 1970 e ponto de passagem de

uma importante e movimentada rodovia inaugurada no período, o ‘progresso’ do município certamente também implicou no crescimento da pobreza, na desorganização do espaço e no espalhamento de doenças epidêmicas.

A meningite meningocócica no Brasil nos anos iniciais da década de 1970, portanto, não ficou adstrita às grandes cidades e suas periferias. Ela teve força para se interiorizar, atingiu pequenas localidades com perfis ainda predominantemente rurais e expôs as inúmeras fragilidades do país no campo da vigilância epidemiológica.

Referências bibliográficas:

- A MENINGITE é endêmica. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 set. 1972.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- AS CHUVAS passam mas surgem as moléstias. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 3, 17 out. 1972.
- AS RAZÕES da crise. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 1 abr. 1964.
- ASSUNTOS de circo. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 2, 29 mar. 1955.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemia de doença meningocócica, 1970/1977: aparecimento e disseminação do processo epidêmico. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.16-24, 1988.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura?** São Paulo: Cortez, 1988.
- BARATA, Rita Barradas; MORAES, José Cássio de. A Doença Meningocócica na Cidade de São Paulo durante o Século XX. In: MOTA, A. MARINHO, M.G.S.M.C.; BERTOLLI FILHO, C. (Org.) **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento**. São Paulo: FMUSP; UFABC, Casa de Soluções e Editora, 2015. p.71-94.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz. **Vacinas**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/vacinas>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Cascavel-PR: Editora Educativa, 1988.

ESCOLA é hospital improvisado. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1 e p. 9, 6 set. 1973.

FLORÍ, Núria Matamoros. Therapeutic indications and adverse reactions to intravenous Gammaglobulin. **Medicina (Ribeirão Preto)** 2014; 47(1): 20-24.

FONTOURA ressalta ação do DP. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 8, 8 out. 1972.

GOUVEA, David S. A. de; NOBRE, Flávio Fonseca. Estudo da ocorrência da meningite meningocócica em região meridional do Brasil, de 1974 a 1980, utilizando o modelo ponto evento. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 25 (2):103-11, 1991.

GOVERNO determina medidas para controlar o surto de meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 30 ago. 1973.

GUARANIAÇU, um marco no Oeste. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 6, 31 jan. 1974.

HOSPITAIS de Cascavel estão todos lotados. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 31 ago. 1973.

ISOLADO vírus da meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1 e p. 5, 4 out. 1972.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth. **Doença meningocócica no Rio Grande do Sul, 1974 a 1983**. Dissertação (Mestrado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

MENINGES, saiba como elas se infeccionam. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.

MENINGITE, 4 casos em Guaraniaçu. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 4 ago. 1973.

MENINGITE agora faz vítimas em Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 5 set. 1973.

MENINGITE causa 4 a 6 mortes por mês em Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 31 out. 1972.

MENINGITE dezessete casos em três dias no Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 8, 13 out. 1973.

MENINGITE já matou 27 pessoas no Oeste do PR. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 4 set. 1973.

MENINGITE pode atingir exterior, alerta promotor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 21, 5 set. 1973.

MORAES, José Cássio de; BARATA, Rita B. A doença meningocócica em São Paulo, Brasil, no século XX: características epidemiológicas. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(5):1458-1471, set-out, 2005.

PARANÁ dá combate a surtos de meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 29 set. 1972.

PONTE, Carlos. F.; NASCIMENTO, Dilene. R. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010. p. 181-220.

- POVO corre às farmácias: meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.
- REQUEJO, Henry I. Z. Comportamento imunológico das vacinas anti-meningocócicas. **Rev. Saúde Pública**, 31 (4); 402-16, 1997.
- SAI em setembro política de saúde. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 5, 25 ago. 1973.
- SANGLARD, Fernanda N.; LEAL, Paulo R. F.; NEVES, Teresa C. C.; CID, Wilson. Os impactos da ditadura sobre as instituições: imprensa e Ditadura. In: **Memórias da Repressão**. 2ª edição. Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2016. p. 132-163.
- SCHNEIDER, Catarina Menezes. **A construção discursiva dos jornais O Globo e Folha de São Paulo sobre a epidemia de meningite na ditadura militar brasileira (1971-1975)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. A epidemia de meningite em Minas Gerais na década de 1970. In: MOTA, A. MARINHO, M.G.S.M.C.; BERTOLLI FILHO, C. (Org.) **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento**. São Paulo: FMUSP; UFABC, Casa de Soluções e Editora, 2015. p. 95-112.
- SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014.
- SURTO causa alarma no Sudoeste. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 7, 4 ago. 1973.
- TAUNAY, A. E.; FELDMAN, R. A.; BASTOS, C. O.; GALVÃO, P. A. A.; MORAIS, J. S.; CASTRO, O. Avaliação do efeito protetor de vacina polissacarídica antimeningocócica do grupo C em crianças de 6 a 36 meses. **Rev. Inst. Adolfo Lutz**, 38 (2): 77 – 82, 1978.
- TSCHÁ, Olga da Conceição Pinto; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira de. Urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 12, n. 1, p.1-14, jan./jun. 2009
- UNIDADES sanitárias também nos distritos. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 7, 22 ago. 1973.
- VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. 2008, p. 222). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62 n.2, p.221-246, abr./jun. 2008.
- VERDADE do IBGE. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.
- VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.
- WILLERS, Ednilse M.; ALVES, Lucir R.; SOUZA, Edson B. C. de. Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007). In: **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 71-80, jan./jun. 2010.
- ZANIN, Tatiane. **A constituição da escola pública no município de Guaraniáçu: percursos históricos**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.
- ZICMAN, Renée. B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

Escritos médicos: a ciência e as ervas disputam a cura da lepra

Medical writings: The science and the herbs battle for the cure of the leprosy

Elane Cristina Rodrigues Gomes

Doutora em História
Universidade Federal do Ceará
elanegomes867@gmail.com

Recebido em: 05/07/2020

Aceito em: 04/08/2020

Resumo: Propõe conhecer a produção dos esculápios sobre a lepra no final do século XIX e início do XX, abordando as definições sobre a doença e a circularidade de conhecimento entre os doutores da ciência em Belém, no Estado do Pará, e suas interlocuções com a produção científica de outros países, tendo em vista as referências que eram usadas em artigos científicos e suas demandas frente a uma doença que gerava inúmeras dúvidas no universo da medicina. Uma atenção especial foi direcionada às práticas de remediar a lepra indo além da medicina alopática, estendendo-se aos chamados charlatões e curandeiros, levando em consideração que o ato de remediar está diretamente atrelado aos valores e a cultura de uma dada sociedade.

Palavras-chave: Lepra; Ciência; Cura.

Abstract: It proposes to know the production of the Aesculapius about leprosy in the end of the XIX century and beginning of the XX century, by approaching the definitions about the disease and the circularity of knowledge among the science doctors in Belém, in the state of Pará, and their interlocutions with the scientific production in other countries, having in mind the references that were used in scientific articles and their demands before a disease that generated innumerable doubts in the universe of medicine. Special attention was directed to the leprosy remedial practices going beyond the allopathic medicine, extending to the so-called charlatans and healers, taking into consideration that the act of curing is directly linked to the values and the culture of a given society.

Keywords: Leprosy; Science; Cure.

Escritos Médicos sobre a lepra

O cavaco médico (SILVA, 2009, p.193)¹ escrito pelo escultor Eduardo Léger Lobão Junior, em 1900, intitulado *Ainda a lepra*, trazia para o debate entre os seus pares as deliberações e diálogos realizados na *I Conferência Internacional de Berlim*, sobre a doença, ocorrida em 1897. Destacava que em 1898 ele já havia escrito um texto com o título *A lepra entre nós*, que não teria recebido a atenção das autoridades locais, já que esse último era a continuidade do anterior. (LOBÃO JUNIOR, 1900, p. 8). Em sua introdução, já ficava evidente a insatisfação de Léger perante o não reconhecimento dos seus escritos e que o conteúdo parecia não agradar aos poderes competentes, que receberam sua escrita como insulto. Talvez a escrita do médico, como ele mencionou, “mexeu com casa de marimbondo”, pois trouxe à tona um problema social, denunciando uma cidade leprosa e a dificuldade que os médicos encontravam em publicar seus estudos ou o que estava sendo produzido no mundo sobre a lepra.

Mas quem era Eduardo Léger Lobão Junior? Formado pela *Faculdade de medicina do Estado da Bahia*, mas de origem maranhense, em sua escrita dedicou uma de suas publicações, intitulada *O Mestiçismo na sociedade Belemense* (LOBÃO JUNIOR, 1901) em 1901, ao mestre e amigo Raymundo Nina Rodrigues, tendo como referência a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil-Bahia 1894*, em que expunha como a mestiçagem no Pará teria contribuído para a degradação da raça humana, compartilhando da ideia de que a mistura em algumas situações poderia ser boa, mas não consistia em regra, pois nunca existiu mestiço na estatura mental dos grandes brancos nas artes e nas ciências, com raras exceções do grau de mestiço. Sempre na introdução de seus textos era latente um ar de provocação aos seus colegas de profissão e às autoridades pela omissão nas ações destinadas a combater a lepra no Pará. Quanto aos seus pares, Lobão Junior é assertivo em relação a uma geração mais recente de médicos, a quem acusa de falta de estudos e envolvimento com o universo da política. Eis um trecho:

[...] Ao lado desses velhos collegas vae surgindo uma pleide de rapazes novos e hábeis, que se não fosse a preguiça, os estereis empregos, ou a malvada politica, poderião figurar ao lado dos mais distinctos do paiz. Infelizmente, porém, assim acontece; e vão enterrando-se no mundo das trevas. Com tudo isso, já destaca-se entre nós, um ou outro medico, moço ou velho, a quem não aborrece por exemplo discutir ou escrever-se [...] (LOBÃO JUNIOR, 1900, p.9-10).

¹A publicação cavaco médico, segundo o historiador James Roberto Silva, consistia em um pequeno texto que representava uma tentativa de demonstrar afiliação desses profissionais aos modernos pensamentos da medicina, ambicionando transmitir um estatuto de verdade, porém com traços de ironia.

Divergências no âmbito da percepção de ciência e na maneira como esta veio interagir na formação desses profissionais é um aspecto que merece atenção na escrita de Lobão Junior, pois a introdução de tecnologias na prática da clínica em meados do século XIX, tais como os estudos da bacteriologia, provocou entre os profissionais rejeição, aceitação ou contemplação. Assim, os embates e as disputas pela existência de distintas condutas médicas eram temas frequentes no cotidiano das cidades, transbordando nos jornais, nas publicações ou no universo da política, quando estes ocupavam cargos políticos e eram responsáveis pela elaboração e aprovação de leis. Para o historiador André Pereira Neto, o espaço no mercado de trabalho mostra-se concorrido não apenas para os jovens, como também para aqueles que não eram brasileiros, por isso fazia-se necessário normatizar os procedimentos da profissão de médico, buscando por meio dessa prática padronizar comportamentos, condenar atitudes e denunciar infratores, respaldando-se na medicina científica. (PEREIRA NETO, 2001).

Tudo indica, segundo as pesquisas do historiador Silvio Rodrigues, que não existia uma unidade política e profissional entre os médicos em Belém. Esse caminho para se constituir como grupo foi árduo, pois existiam várias lacunas para serem repensadas, entre elas: a rivalidade entre os pares pela disputa de espaço na área da saúde, a falta de confiança da população em relação aos seus métodos, o envolvimento de muitos médicos com questões políticas, a ausência de uma ética profissional e os conflitos com o Estado que, por vários momentos, atribuía a esse profissional o cargo de funcionário como qualquer outro e os médicos não aceitavam esse tratamento, além da presença dos curandeiros que, na interpretação de muitos, eram adversários no espaço da cura para os acadêmicos. (RODRIGUES, 2008, p.117).

Chama atenção a forma como ocorria a circulação do conhecimento científico relacionado à produção mais recente da medicina entre os médicos, tendo em vista que recortes de jornais, livros e revistas eram trocados como uma possibilidade de acompanharem os caminhos da medicina no mundo, já que as revistas científicas ainda ganhavam um acanhado espaço em Belém. Como bem lembrou Eduardo Léger: isso era quase inexistente, e os cavacos acabavam intermediando o diálogo entre os pares. O autor do cavaco *Ainda a lepra* referendou que muitos diplomados em medicina não abriam mais o livro para estudar e agradecia ao Dr. Paes de Carvalho² por ter lhe emprestado obras de médicos renomados no estudo da lepra para

² José Paes de Carvalho era médico e foi governador do Estado do Pará entre 1897-1901.

ele aprofundar suas pesquisas. Foi de um livro emprestado, de um folheto trocado ou artigo indicado, que conseguiu divulgar o que estava sendo produzido sobre a doença em sua publicação. Também haviam os médicos que faziam o curso fora do país, em Portugal e Paris, mas em Belém predominavam médicos com formação na faculdade do Rio de Janeiro e na Bahia.³

De qualquer maneira, é importante destacar a conexão que existia entre o conhecimento médico produzido na Europa e suas adaptações no Brasil. Os congressos médicos eram espaços que referendavam essa perspectiva de diálogo para sistematizar ou uniformizar medidas científicas acerca das doenças. Não à toa, a *I Conferência Internacional sobre a Lepra*, realizada em 1897, buscou deliberar medidas a serem seguidas por vários países, de acordo com as particularidades vigentes. Posteriormente, o que se observa em várias capitais brasileiras é justamente a necessidade de se discutir uma legislação que pudesse estabelecer normas repressivas no combate à lepra devido à forma como essa vinha se expandido. E para tanto, as experiências vivenciadas pelos países foram trocadas no sentido de traçar um caminho possível para reduzir essa expansão e apresentarem estudos ainda em fase de experimentos sobre uma doença que causava instabilidade aos profissionais da medicina.

Na conduta de Lobão Junior, a lepra era uma doença contagiosa que afetava principalmente os nervos e o doente necessitava de isolamento. Por isso, defendia a construção de hospitais de barracas ou tendas. Acreditava que a partir do momento em que se tinha um leproso na família, os demais poderiam ter predisposição, não nascendo obrigatoriamente leproso, mas sim “leprosáveis”, referendando que a doença poderia pular uma ou mais gerações. A fundamentação para a teoria exposta vinha das referências e experiências observadas pelo médico Zambaco Pacha, que foi chefe da clínica da faculdade de medicina de Paris, o qual desenvolveu vários estudos sobre a lepra no final do século XIX e início do XX.

No que concerne à possibilidade de a lepra ser transmitida tanto por contágio como por hereditariedade, esta tinha apoio e divergências de pesquisadores de Atenas, Viena, Berlim, Bucarest, Rússia e outros lugares do mundo. Porém, predominava entre os médicos no final do século XIX a contagiosidade da doença, bem como o fato de ela ser adquirida por meio de um bacilo. Não obstante, a sua forma de contágio ainda parecia revestida de bastante dúvida. Lógico

³ Tal conclusão deve-se aos dados recolhidos pela Comissão de Profilaxia Rural da lepra e doenças venéreas durante o processo de fiscalização do exercício da medicina em Belém. Ver: ARAUJO, Heraclides C. de Souza. **Prophyaxia Rural no Estado do Pará** Vol. 1. Belém: Typ. Livraria Gillet 1922, p. 194.

que existiam médicos que discordavam da contagiosidade da lepra, como o Dr. Rambaldi, que afirmava que após observação durante vinte anos, em Viena, concluiu que o contágio da doença só ocorria via herança. É importante mencionar que desde a Idade Média a teoria de hereditariedade e da contagiosidade da lepra já haviam sido debatidas e reforçadas por médicos e pela própria Igreja Católica, que vaticinava abortos leprosos aos que não observassem os períodos de continência prescritos pela Igreja. (BÉNIAC, 1997) No entanto, a opinião da maioria dos especialistas durante a conferência em Berlim teria se posicionado pelo contágio, a exemplos de Von Düring (Constantinopla), Silva Amado (Lisboa), Olaya Laverde (Colômbia), Rudolf Virchow (Alemanha), Armauer Hansen (Noruega), etc. (LOBÃO JUNIOR, 1900).

As referências mencionadas por Eduardo Léger permitem observar a relação conectada que muitos médicos almejavam construir a partir dos enigmas apresentados pela lepra. O congresso de Berlim foi um espaço para estabelecer definições que pudessem controlar o crescimento da doença em muitos países. Logo, a reunião também era uma forma de elaborar um aparato que partisse de uma legislação fundamentada pelo viés da ciência. Predominou na conferência a teoria da contagiosidade da doença e a necessidade de implantar a prática do isolamento como política de controle do mal. Dessa maneira, a estrutura da legislação concebida para as doenças contagiosas no Brasil teve como referência as deliberações da conferência internacional de 1897, porém, cabe aqui pontuar ao longo da escrita as particularidades de como tais práticas foram ocorrendo no cotidiano dos médicos e doentes. Nota-se, nesse sentido, uma tentativa do Estado do Pará aproximar cada vez mais sua legislação sanitária daquilo que era decretado pelo Governo Federal, na busca por uma centralização dos serviços sanitários e sua legislação, visível na formação da *Comissão de Profilaxia Rural*.

Ainda seguindo as concepções médicas sobre ciência e doença, não é de estranhar que existisse na época posicionamentos distintos entre os médicos em suas profilaxias no tratamento destinado à lepra. A incurabilidade da moléstia lançava desafios ao precário discurso da infalibilidade da ciência e à necessidade da busca por experimentos que pudessem trilhar possíveis caminhos de cura. Para Dominichi de Sá, a concepção médica no final da década de 1880 era de que com a aproximação da microbiologia, ancorada por Pasteur, emergissem as pesquisas bacteriológicas em abandono ao paradigma climático-telúrico. Portanto, o diagnóstico exigiria a observação tanto de elementos ambientais quanto de hábitos sociais, exigindo extensos estudos em higiene, profilaxia, química, física, fisiologia, botânica, topografia. O currículo nas faculdades

de medicina era diversificado: foram inseridos estudos experimentais nos laboratórios, novas aparelhagens foram introduzidas e todos esses elementos contribuíram para o cenário de conflitos que se percebe entre distintas gerações de médicos no final do século XIX e no XX. (SÁ, 2006, p.110-111).

Cabe, pelo exposto, relativizar a relação entre as autoridades políticas e os médicos, pois no século XIX e início do XX observa-se o quanto esses profissionais não constituíam um grupo homogêneo com projetos semelhantes, assim como nem sempre estiveram atrelados ao poder das autoridades políticas. Tais relações são marcadas por conflitos, recuos e avanços, uma vez que nem sempre os médicos foram tidos como influentes e poderosos na sociedade brasileira.

A formação da *Sociedade Médico Cirúrgica do Pará*, em 1914, dentro desse contexto de conflito conforme já foi exposto, contribuiu para ancorar e dar mais unidade aos interesses desse grupo, pois, assim, poderiam unir-se em prol dos benefícios da profissão e reduziriam os desgastes tão frequentes em que se desqualificavam publicamente nos jornais. Essa corporação representou uma ampliação no espaço desses profissionais para deliberar sobre temas atrelados à saúde pública, à produção científica e principalmente como estratégia para defender os interesses de um grupo que passava aos poucos a ter uma fala e uma escrita autorizada. (CERTEAU, 2013, p.63).

É no ambiente de uma escrita autorizada pelo saber médico, que convive paralelamente com os conhecimentos não reconhecidos pela ciência, os dos curandeiros, que surgem pesquisas experimentais sobre a lepra, em 1915. Estas pesquisas desconstruem qualquer tentativa de cura diretamente nas lesões cutâneas, ou seja, nenhum medicamento aplicado diretamente nas ulcerações seria capaz de curar a moléstia. A pesquisa mencionada foi realizada pelo médico especialista em pele, principalmente no tratamento da lepra e sífilis, Dr. Jayme Aben-Athar⁴, formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1902, membro da *Sociedade Médico Cirúrgica do Pará*, o qual desempenhou vários trabalhos no campo da bacteriologia e inaugurou seu laboratório de análises clínicas no ano de 1908, em Belém.

⁴O médico Jayme Aben-Athar quando era acadêmico já demonstrava interesse pela pesquisa, para atividade de laboratório e os problemas de saúde. Ingressou no Instituto de Maguinhas, então dirigido por Oswaldo Cruz. Ver: RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios Tropicais**: a institucionalização da medicina no Pará, 1889, 1919. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008, p. 130.

A Revista Pará Médico⁵, reservada aos membros da SMCP, publicou em 1915 um artigo com o título *Nota sobre o tratamento local da lepra cutanea*, escrito pelo doutor Jayme Aben-Athar. Esse fazia parte de uma geração de médicos que constituía a *Sociedade Médico Cirúrgica do Pará* e que teve sua formação pautada na medicina moderna, na qual se incluía a bacteriologia, os avanços da fisiologia, da medicina tropical e microbiologia. Teve trajetória acadêmica marcada por referências como Oswaldo Cruz, de quem foi discípulo promissor em Manguinhos.

As pesquisas de Jayme Aben-Athar sobre a lepra amparavam-se nos estudos de vários cientistas, entre esses: Lassar, Jeanselme e M. Seé.⁶ O primeiro afirmava que a questão da cura da lepra ainda não havia sido resolvida, pois a lepra estava para além dos recursos da medicina e o segundo escreveu que a quantidade de remédios para a doença já deixava evidente o quão incerta eram as suas ações, o que provocava total desilusão ao falar em medicamentos específicos para o tratamento. Muito embora tais médicos não tivessem um horizonte de esperança com a cura da lepra, o cientista alemão Paul Gerson Unna afirmava que existia uma distinção entre o proletariado que encontraria comodidade em uma gafaria e o sujeito abastado que desejava se curar. Logo, as condições de vida no tratamento para o médico faziam toda diferença.

Em suas observações experimentais, o médico Jayme Aben-Athar afirmou que o processo inflamatório começava pela região subdérmica da pele, assim o uso de medicamentos diretamente na pele não traria resultados na cura da doença, haja vista, o fato de o bacilo não encontrar-se na derme ou epiderme. A constatação, segundo os estudos, de Jayme Aben-Athar era:

A lepra tem, como expressões cutaneas, manifestações que ora dependem da presença de seus bacilos na derme e no tecido conjunctivo subcutaneo, e ora, da inflamação que os mesmos germes provocam nos nervos que presidem ao trophismo da pelle. Isto significa que, se nos lepromas os bacilos da lepra enxameam, nas maculas ou neuroleprideos eles absolutamente não se encontram. Ainda mais: mesmo nos lepromas, o bacilo nunca invade a camada epitelial da pelle. (ABEN ATHAR, 1915, p. 11)

Pelos resultados do bacteriologista, a cura da lepra não se obtinha a partir do tratamento local com uso de pomadas ou similares, pois mesmo com os lepromas⁷ o bacilo nunca invadia a camada epitelial da epiderme. Sendo assim, era inútil o uso tópico de qualquer medicamento, pois o bacilo encontrava-se nos nervos e tecido conjuntivo da derme, reiterando que o único

⁵ Revista administrada pela Sociedade Médico Cirúrgica do Pará.

⁶ Dentre as referências de Jayme Aben-Athar constavam: *La Clinica Contemporanea*. **Leydeu Klemperer**. Vol. X. *Dermatologia*; Jeanselme et M. Seé. **La pratique dermatologique**. Vol. III; Unna. *Lepra*. 1904 e 1906.

⁷ Nódulo cutâneo da lepra. Ver: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J. E. M. M. Editores Ltda-1986, p. 1022.

tratamento que tinha obtido avanços era pelo uso interno do óleo de chaulmoogra, em formato de pílulas ou injeção. Logo, para atingir os agentes patogênicos era necessário recorrer à via circulatória. Vale lembrar que o médico destacou em sua escrita, após toda a exposição de seu conhecimento científico, ter desconstruído a “falácia” sobre o tratamento local da lepra cutânea, percebe-se dessa maneira uma escrita legitimada pelo saber científico, cuja pesquisa está circunscrita à fala de uma instituição: a *Sociedade Médico Cirúrgica do Pará*. O estudo de Jayme Aben-Athar refletiu a autoridade da descoberta de que a doença encontrava-se no âmbito invisível, presente nos nervos, e as pessoas tentavam tratar através daquilo que era visível na pele do doente, agindo no leproma.

Segundo Aben-Athar, a única possibilidade para conter o desenvolvimento da lepra seria pelo uso do óleo de chaulmoogra em formato de pílulas ou injeções hipodérmicas, fórmulas essas elaboradas por Paul Gerson Unna. Tais medicamentos contribuíam para o desaparecimento da infiltração da derme, regeneração das células conjuntivas, redução do percentual de bacilo, notando-se gradualmente uma regressão nos sintomas.

Dentre os escritos de Adolpho Lutz sobre a lepra deve-se mencionar a publicação de “Surgimento, propagação e combate à lepra”, em 1936, no qual o pesquisador realizou um levantamento sobre a literatura médica referente à doença, incluindo dados de conferências realizadas, periódicos, artigos manuais, monografias, artigos e ilustrações, pontuando que ainda existiam dados contraditórios que não permitiam elaborar uma única ideia de como a lepra surgia e se propagava. A doença ainda se revela permeada de dúvidas, mesmo com uma diversidade de escritos, mencionando as contradições no âmbito do contágio e propagação da doença. Nesse contexto, concordava que a profilaxia dos mosquitos poderia ser a única medida eficaz para tentar erradicar a lepra. Assim, apenas o isolamento do paciente, sem que esse fosse protegido dos mosquitos, não era um tratamento eficiente. Também concordava que o óleo de chaulmoogra era o medicamento menos agressivo, se administrado com os devidos cuidados, por meio de doses moderadas e durante um período longo. Assim, o doente poderia apresentar bons resultados, mas não significava que tal terapia ou outra pudesse erradicar a lepra.⁸

⁸ Tradução do livreto “Entstehung, Ausbreitung und Bekämpfung der Lepra”, *Annaes da Academia Brasileira de Ciências*, v. 8, n. 2, 30 de junho de 1936, p. 87-125. Versão mais extensa deste texto foi publicada nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (tomo 31, fascículo 2, maio de 1936), em português — “A transmissão da lepra e suas indicações profiláticas” (p. 373-81) — e em inglês: “Transmission of Leprosy and Prophylactic Indications” (p. 383-90). Ambas as versões se encontram na presente edição das obras de Adolpho Lutz. [N.E.].

Ao longo de mais de cinco artigos publicados no jornal Folha do Norte, em julho de 1921, Heraclides Souza de Araujo tentou realizar o que nominou de vulgarização dos conhecimentos sobre a lepra. O conteúdo destacava aspectos como: as formas de contágio, os sintomas, a relação entre a doença e o casamento, além dos tipos de lepra mais agressivos. Esclarecia que a lepra poderia dar-se por contágio direto em contato com um portador do bacilo ou pela transmissão de um vetor animal, provavelmente um hematófago. Complementava afirmando que estava em foco também a teoria da transmissão culicidiana, defendida pelo doutor Adolf Lutz. O médico acreditava que durante o acesso febril que acometia o leproso, o bacilo passava para a circulação periférica, sendo facilmente transmitido do enfermo para um indivíduo saudável pela picada de um hematófago.

A respeito da etapa em que o paciente era questionado sobre quando adquirira a doença, Heraclides escreve que a maioria não sabia informar. Porém, antecipa que era necessário um convívio íntimo em longo prazo para que ocorresse o contágio. O muco nasal constituía porta de entrada do bacilo, assim como os pés e as pernas. Tais áreas eram consideradas fonte de penetração, sobretudo em pessoas que tinham erisipela, sarna ou qualquer outra lesão cutânea durante o convívio. Nesse sentido, a eliminação do bacilo se dava pelo suor, pelos excretos, pela saliva, lágrima, muco nasal e pelas ulcerações. Como se vê mãos, lenços, roupas e toalhas de leprosos eram tidos como meios que ofereciam grande perigo de contaminação. (JORNAL FOLHA DO NORTE, 04 DE JULHO DE 1921, p.1)

Heraclides de Araujo discordava da teoria da hereditariedade da lepra e compartilhava com ideia de que se um casal de leprosos tivesse filhos, esses não nasceriam leprosos e também não seriam contaminados se fossem separados dos pais logo após o nascimento. Portanto, reforçava que a lepra era raramente congênita, e sim bastante contagiosa e não hereditária. Em seus escritos, defendia que o período de incubação da doença apresentava inúmeras variações, a exemplo de que uma criança em convívio com pais leprosos poderia manifestar sintomas ainda na primeira infância, entre o terceiro e o quinto mês de vida, exceto em casos de lepra congênita, que manifestava após o nascimento. No entanto, em casos de idade adulta, a incubação poderia ser de três até dez anos.

Dentre os sintomas apontados por Heraclides tem-se: áreas com nuances rosadas na epiderme, máculas pálidas ou incolores na face, mão, braço, perna, tronco e coxas; mudança na pigmentação da pele, acompanhada de atrofia da mesma; parestesia local; queda de sobrancelhas.

Em casos em que os nervos eram afetados têm-se a chamada lepra mista ou anestésica, em que aparecem ulcerações na planta do pé. Destacou em suas observações que, no caso do Pará, existiam algumas particularidades nos sintomas, entre esses: deformação dos grandes artelhos e medianos, ou seja, o desaparecimento de alguns dedos dos pés.

No referente ao casamento entre leprosos e saudáveis ou entre leprosos, Heraclides dizia que os legisladores se ocuparam pouco dessa questão e que em países tropicais e subtropicais a lepra era considerada uma doença social, não só pela extensão, mas também pelo número de esterilidade que afetava tanto pessoas do sexo feminino quanto do masculino. Defendia, nesse sentido, que a coabitação entre leprosos casados fosse mantida nas colônias agrícolas de isolamento, porém, caso tivessem filhos, que esses fossem retirados do convívio com os pais, sendo, portanto, encaminhados ao dispensário, já que para o médico, o isolamento era o único recurso para conter a doença.

Muito embora, Heraclides de Araujo tenha afirmado que o povo precisava de educação sobre os males que o afligia, para frear o crescimento da doença, também observava que a população de Belém tinha um vasto conhecimento sobre os sintomas devido à quantidade de leprosos que existia na capital. O tom assertivo de seus textos, com o intuito de informar a população sobre a lepra, condizia com o princípio de ensinar a como combater o mal. Nesse caso, para o médico, a população ainda tinha muito que aprender.

A experiência da população com os unguentos e ervas desafiava a ciência que se mostrava distante do cotidiano e das práticas de cura científicas, tendo em vista os conflitos que se estabeleciam, seja na linguagem técnica e principalmente nas práticas culturais que impunham uma normatização nos costumes com a justificativa de que o povo precisava ser civilizado. Afirma Beatriz Weber que os envolvidos em práticas de cura com diversas concepções de mundo não apenas reagiram à imposição da ciência, mas representaram construções dos grupos sociais dos quais faziam parte, segundo suas crenças e rituais tradicionalmente usados em seu cotidiano para lidar com a doença. (WEBER, 199, Pp.179).

Nesse sentido, não é de se estranhar que o hábito de frequentar um consultório distanciava-se da rotina de muitos enfermos, que ora se viam fazendo uso de curas que se misturavam ao misticismo e de outros que ora simplesmente procuravam um farmacêutico para indicar-lhe uma medicação para a cura de uma possível doença. O discurso da primeira metade do século XX veio arraigado na tentativa de transpor para a ciência a crença na cura, mas dentro

das brechas do que a ciência não conseguia responder sobressaía o uso de ervas, unguentos e de elixires que prometiam sanar a angústia promovida pela ausência da saúde.

Parece ter sido notório na escrita de Heraclides de Araújo a reincidência no uso de termos científicos. O que talvez tivesse finalidade esclarecedora, não conseguia atender a demanda pretendida, sem falar nas pessoas que não tinham acesso aos jornais ou não sabiam ler e escrever. Eis um fragmento do artigo escrito por Souza Araujo sobre as etapas da doença em 1922:

a) infecção primária; b) período de incubação; c) Prodomos; d) Exanthema primitivo ou período de manchas; e) Formação de lepromas e nódulos nervosos; f) Phase do período terciário: ulcerações paralyticas, cegueira e lesões trophoneuroticas que são de regra a terminação. (ARAUJO, 1922, p.194)

O fragmento indica que o conteúdo era direcionado aos seus pares de profissão e não ao público em geral. A linguagem acadêmica distanciava-se do cotidiano da população, estabelecendo uma cisão entre termos leigos e o jargão profissional da medicina. Assim, talvez a comunicação não alcançasse o objetivo imediato, levando muitos pacientes a procurarem ajuda em outra freguesia, onde estavam os curandeiros e charlatões, que possivelmente forneceriam uma moeda linguística de acordo com as necessidades do doente. (PORTER, 1993, p. 368).

Práticas de remediar: a crença na cura da lepra

Orientada por seus vizinhos, a mulata Maria Thereza levou seu amante, tal como dizia a notícia, para ser atendido no bairro do Telégrafo Sem Fio por uma mulher considerada chefe dos pajés, onde várias pessoas dançavam chocalhando um maracá e invocavam a “sacrílega” Santa Bárbara e aos poucos iam chegando um caruana⁹ de cada vez. Segundo o jornal, o local era frequentado por “gente simples” e também um “pouco mais ou menos,” que procuravam por esses lugares para saber a causa do azar e buscar a cura. Eis um trecho da narrativa:

Maria Thereza, para evitar complicações com outro seu amante, o sexagenário, que a visita em dias determinados e que é quem concorre para a sua manutenção, passou o doente para a casa da visinha, de pessoas de sua amizade. Ahi devido agravar-se a moléstia do alfaiate, aconselharam a amante leviana que fosse buscar a “gente” de Santa Barbara, que o poria bom. Terça-feira ultima, a mulata Maria Thereza foi buscar, em automóvel, o pessoal da santa pageina e levou-o a vêr o doente. A “sessão” começou às 2 horas da tarde e terminou a 5.O que passou não se sabe.O certo é que o pobre alfaiate esticou as canellas ás

⁹ Corresponderia a um ente sobrenatural que habitaria o fundo dos rios, igarapés ou matas, o qual era invocado para livrar as pessoas de doenças e feitiços. Ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados:** pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras (1870-1950). Belém: EDUFPA, 2008, p. 132.

9 da noite. E ahi está em que dá a pajelança... (JORNAL FOLHA DO NORTE, 27 DE JANEIRO DE 1919, p. 2.)

A busca por espaços de cura que não se encaixavam dentro do que se considerava medicina oficial parecia ser uma prática muito frequente nos bairros, e a troca de informação entre os vizinhos indica uma rede de cumplicidade quando a doença batia à porta das pessoas. Não se sabe qual era a moléstia do amante de Thereza, mas o caminho traçado quando o desespero da doença se apresentou pode evidenciar como tais aspectos também são vigentes na experiência e nas crenças de um grupo social, já que a concepção de saúde e doença está atrelada aos valores culturais e à temporalidade em que se encontram os sujeitos de uma dada sociedade. Era comum a maioria dos jornais depreciarem as práticas de pajelanças no final do século XIX e início do XX, como uma estratégia para enaltecer o trabalho do médico e desvalorizar curandeiros, pajés, espíritas, entre outros. Ficava na narrativa uma lição à sociedade, pois, quase sempre, nos casos selecionados pelo periódico, o paciente vinha a óbito. (PEREIRA NETO, 2001, p. 97).

Sugere François Laplatine (2010, p.14) que a representação da doença e da cura precisam ser concebidas a partir de um pluralismo etiológico e terapêutico, em que tal relação vai muito além da distinção entre “medicina oficial” e “medicinas paralelas”, já que a primeira abarca diversas medicinas organizadas, às vezes, por modelos antinômicos e a segunda pelo antagonismo, semelhança e divergência. No campo de ação em que envolve um sujeito doente e um médico, o espaço do doente é demarcado pela consciência da experiência mórbida que não progride lado a lado no mesmo ritmo da ciência e que pela sua carga simbólica zomba da racionalidade. No campo médico, em grande parte, existe uma recusa da experiência do doente, em nome do conhecimento objetivo como única fonte autêntica.

A queixa da dor crônica, a descaracterização do corpo, os olhares vigilantes, eram sinais que acirravam a procura pela sensação de alívio e a possibilidade de atenuar a dor da existência. Recuperar tudo isso seria trazer de volta a esperança da cura ou pelo menos da redução das dores que dilaceravam o corpo. (LE BRETON, 2013, p.31) A procura pela cura e a retomada de um convívio social, talvez tenha estimulado muitos leprosos a trilharem caminhos díspares na procura incessante por uma profilaxia que poderia estar nas ruas, nas páginas dos jornais, nos postos médicos ou na informação dada pelos vizinhos.

Segundo Dilma Cabral, o debate etiológico sobre a lepra buscou esclarecer clinicamente a doença e esteve cercado de pesquisas e diversos experimentos com o único objetivo de elaborar uma terapêutica peculiar para a enfermidade. E tal perspectiva foi pensada tendo em vista os conhecimentos médicos do século XIX sobre o corpo, em que se empenharam por uma causalidade da moléstia, pois a dinâmica estabelecida era de que o ambiente estava em interação com o doente. Assim, a doença resultava da relação de troca entre a constituição física e as circunstâncias ambientais. Por esses motivos, muitos médicos associaram a lepra durante certo tempo à população pobre, a quem atrelavam a falta de higiene e ausência de condições à salubridade. (CABRAL, 2013, p.13).

O historiador Aldrin Figueiredo, trilhando os passos da pajelança em Belém a partir da ótica dos intelectuais, destacou como os pajés estavam presentes na cidade, seja nas páginas dos jornais, no discurso policial ou atendendo a quem lhes procuravam. Eles tiveram uma importância singular nos rituais de curas e na tentativa de defender as suas práticas religiosas. Porém, por não obedecerem a uma prova das leis da ciência da saúde, só lhes cabia o sentido pejorativo que era estampado nos jornais da Belém de outrora. Se, por um lado, tentavam denegrir a pajelança, os “pajés científicos”¹⁰ da capital se organizavam para promover o lançamento de um folheto com seus principais nomes e os seus principais remédios, tais como xaropes, infusões e elixires, medicamentos que certas vezes teriam sido receitados pelos médicos das faculdades aos seus pacientes.¹¹

A reclamação do médico Eduardo Léger pairava justamente sobre as acusações de pajelança, que sofreu da “oligarquia lealista” por quatorze anos, através do jornal *Província do Pará*. Na publicação *Scientia In Partibus*, defendeu a necessidade de os médicos conhecerem as contribuições da flora amazônica e que, além da ignorância das autoridades, faltava em Belém botânicos e químicos para ajudarem na classificação e separação do princípio ativo dos vegetais. Entre seus experimentos, têm-se o uso do batatão, chaulmoogra, cará, bananeira, jataúba, entre outros. Inclusive, o batatão e o óleo de chaulmoogra foram utilizados como experimentos na terapêutica da lepra; o médico citava ainda sobre a ausência de um laboratório à altura da

¹⁰Termo usado de maneira pejorativa pelos jornais para caracterizar os curandeiros na prática de sua “miraculosa ciência” e que receitavam muitas vezes elixir, xaropes, assemelhando-se tal aos clínicos formados nas faculdades de medicina. Ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados:** pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras (1870-1950). Belém: EDUFPA, 2008, p. 132.

¹¹Idem p. 133.

pesquisa, pois se sua existência fosse possível, a terapêutica destinada à várias moléstias poderia ser quase exclusivamente originada da flora. (LOBÃO JUNIOR, 1916, p.10-11)

Uma das questões que vinha a público na escrita de Eduardo Léger era o fato de os seus colegas de trabalho já não pensarem mais em buscar caminhos possíveis para a cura, sem o uso dos “ferros”, ou seja, do instrumental cirúrgico, o que muitas vezes foi divulgado como sendo o que existia de mais inovador e eficaz no ramo da medicina. O médico alertava o leitor, pontuando que a grande maioria dos pacientes que o procuravam no consultório, eram pessoas pobres, que não tinham nem como comprar medicamentos, logo, se fazia necessário utilizar possibilidades que estivessem ao alcance dessa população. No entanto, reconhecia que os vegetais jamais representavam caminhos de curas infalíveis, apresentando limitações e, paralelamente, eram utilizados devido ao seu valor, apesar de não comprovados na prática médica. E manifestava que seus colegas de profissão não podiam se omitir em relação aos conhecimentos trazidos pelo povo.

Não apenas os doentes se viam sem um caminho a trilhar, também os médicos ofereciam diversas possibilidades de cura para a morfeia, pois desconheciam um medicamento específico para sua cura. Assim, não era incomum as páginas dos jornais refletirem essa miscelânea de tratamentos que propunham a cura da lepra, eram notícias locais e de outras capitais que circulavam relatando tentativas e experiências que ficavam no âmbito da incerteza. Práticas anteriormente já conhecidas na sociedade são retomadas para responder aos anseios e angústias de uma população que se via em pânico diante das incógnitas do diagnóstico e posteriormente do tratamento, como o sugerido pelo Dr. Antonio Aguiar:

A Cura da Morphéa Sob esse título, o dr. Antonio Aguiar acaba de publicar na capital federal uma obra de valor, e em que o seu author, estuda a fundo a cura da morphéa. Para o dr. Aguiar a morphéa é uma myslite, e o tratamento com sanguessugas ao longo do rachis, ao lado de um regimen hygienico conveniente, tem lhe dado fructos extraordinários. As notas publicadas são effectivamente dignas de attenção e devem induzir os homens da sciencia a experiemtar o methodo. Trata-se de uma moléstia terrível e até hoje julgada incurável. Bem seria que mandasse em Tocunduba proceder a esse tratamento em alguns dos infelizes recolhidos nesse asylo. O nome do sr. dr. Aguiar vale por um bello atestado.(JORNAL FOLHA DO NORTE, 22 DE MARÇO DE 1899, p.4)

A notícia não se colocava como uma possibilidade para amenizar os infortúnios da lepra, mas como a cura, assinada por um médico diplomado e de reconhecimento. O método do homem da ciência rememorava antigas práticas de mais de mil anos, porém, com finalidades atuais, por acreditar que as sanguessugas ajudariam com a inflamação da medula espinhal, mielite,

o que o médico acreditava que seria a lepra. Desse modo, o médico pensava que o uso das sanguessugas associado às práticas de higiene permitiria avanços na redução dos sintomas do paciente e ainda reforçava a importância de sua experiência, tendo em vista reconhecer que a doença era sentenciada como incurável. Observa-se que as conclusões do Dr. Aguiar são posteriores à *Conferência Internacional sobre a Lepra*, na qual o médico Armauer Hansen havia publicado, após suas pesquisas, que a lepra era proveniente de um bacilo e que ela era uma doença infecciosa e crônica.

Os anúncios se avolumavam nas páginas dos periódicos no final do século XIX, oferecendo à população uma “cura completa”; entre estes, aparecem os de farmacêuticos que medicavam elixir à base de carnaúba e estabeleciam a semelhança entre a lepra e a sífilis, ou médicos que também manipulavam seus medicamentos e divulgavam, ou ainda outros dos quais se desconhecia a profissão associando a doença aos sintomas que marcavam a pele e provocavam deformidade, o que a definia, segundo o anúncio, como uma doença feia:

É MUITO FEIO!
Os darthros, empigens, tetingas, lepra, etc
Desfeiam as criaturas
O celebre unguento Níger cura tudo isso,
Vende-se na drogaria Nazareth, a calçada do collegio. (JORNAL PROVÍNCIA DO PARÁ, 03 DE MAIO DE 1890, p.3)

Conforme o anúncio, o unguento propunha curar múltiplas doenças, restabelecer a estética do paciente e era fácil de ser encontrado, logo ali, em uma drogaria na calçada de uma escola. Desconhecia-se no anúncio a origem da fórmula proposta, quem a elaborava e a imagem do produto, ou o valor dele, aliás, esse último não aparecia nos jornais em que a pesquisa se debruçou. Tais facilidades contribuíam também para compreender porque nem sempre o paciente precisava recorrer ao médico para solucionar os problemas de saúde, tendo em vista que o unguento Níger era um dos muitos que enchiam as páginas dos jornais da época com a promessa de sanar as ulcerações da lepra na pele. A existência da propaganda do unguento Níger se prolonga no jornal até por volta de 1918, explicitando como as práticas persistiam. É importante perceber essa temporalidade não a partir de uma perspectiva cronológica, mas em função de uma construção sociocultural, em que “cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado, como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro, como horizonte de expectativa.” (KOSELLECK, 2006, p.24)

Sobre a relação entre a beleza e a medicina, menciona a historiadora Denise Bernuzzi que o sofrimento humano caminhava lado a lado com as dores resultantes da ausência de beleza, que uma doença provoca. Assim, os anúncios misturavam os atributos dos produtos de beleza com os de saúde, que prometiam curar várias doenças ao mesmo tempo em que os sinais da doença apareciam como a negação da beleza. Dessa maneira, de acordo com a publicação do jornal, a lepra, ao tornar-se visível na pele, ia aos poucos caracterizando aquele corpo como “feio”, horrendo ou que destoava da normalidade. Logo, “o mapa da feiura também era marcado por doenças, sem contar os casos de quem tivesse o azar de nascer com alguma deformidade.” (BERNUZZI, 2014, p.32)

Os anúncios de remédios nos jornais continham promessas milagrosas e expressões que enalteciam suas potencialidades no restabelecimento da saúde, no caso do unguento Níger, que era de uso externo, parecia ser um ato de remediar que se restringia ao espaço privado, já que deveria ser aplicado no corpo, mais precisamente nas áreas afetadas por doenças tais como lepra e impigens, e isso incluía partes íntimas do corpo. Para a historiadora Denise Bernuzzi, os anúncios indicavam o cotidiano da cidade a partir das doenças existentes na época e as diferentes formas de remediar, pois alguns, de acordo com a sua composição, pontuavam a dificuldade de locomoção e a necessidade de usá-lo nas residências, enquanto outros, em forma de cápsulas, apresentavam praticidade.

Tal como propõe Aline Medeiros em sua tese, os medicamentos precisam ser concebidos para além dos unguentos, pílulas e xaropes, pois a prática de medicar abarcava gestos, plantas, orações e livros destinados a ensinar práticas de cura. Tais medicações traziam perspectivas de transformações e diversificação na lógica de remediar, principalmente nas proporções sobre o passado e o futuro. As práticas de cura atreladas às crenças e valores norteavam de certa forma, as expectativas e os temores de seus consumidores, sendo possível afirmar que existiam diferentes dimensões temporais, tais como da medicina humoral guiada pelas rotas astrais, a da relação da saúde com a salvação, aproximando corpo e alma, sugerindo um tempo eterno e o paradigma clínico que destinava uma profilaxia para o corpo individualizado, em prol de recuperar a saúde e construir uma perspectiva de futuro. Tais dimensões coexistiam com suas respectivas peculiaridades de procedência, duração e ritmo, porém, conviviam de maneira simultânea, demarcadas por relações de tensões e concessões. (MEDEIROS, 2015, p.12-13).

Cabe aqui compreender também essa relação estabelecida entre a enfermidade e a aparência presente na propaganda, pois no caso da lepra as chagas na pele eram elementos de identificação que promoviam estranhamento e expunham o dano visível por meio das ulcerações no rosto, no braço, na perna e em tantos outros lugares que nem sempre eram possíveis de serem ocultados, sinalizando uma íntima relação entre o corpo e a higiene, uma vez que a ausência da saúde fazia referência em muitos casos à falta de limpeza e à possibilidade de contágio. (VIGARELLO, 1996, p.22).

Georges Vigarello comenta sobre como a descoberta microbiana impulsionou a importância dada à limpeza na virada do século XIX, pois o corpo é visualizado como um envoltório permeado por algum agressor tão diminuto que pode ser o portador de uma doença infecciosa. Se a modernidade traz consigo uma preocupação com a limpeza invisível, o impacto das chagas de um leproso na pele, sujeito ao espetáculo do olhar, era a concretude da existência da doença, pois talvez para alguns cruzar na rua com um leproso era tornar visível o horrendo, o sujo e o doente. (VIGARELLO, 2011, p.390).

No entanto, é importante lembrar que os leprosos, por sua vez, circulavam nos meios de transportes em Belém, ofereciam mercadorias pelas ruas, estavam nos postos de saúde e isso evidencia que existia um contato entre “sadios” e leprosos, o qual é reforçado pela preocupação já demonstrada pelas autoridades em evitar uma aproximação que nem sempre era viável, pois é necessário relativizar esse afastamento tão propagado pelo poder público na cidade, haja vista que parte da população não só circulava entre os mesmos espaços, como também comprava produtos vendidos por leprosos, e muitos doentes só eram recolhidos em suas residências após anos do avanço da doença, quando já estavam sem condições de locomoção. É o caso do leproso Flavio Cardoso Rayol, morador de Mosqueiro¹², impossibilitado de locomover-se e que o inspetor geral da lepra e doenças venéreas, o médico Bernardo Rutowiter, solicitou a remoção e internação do leproso no *asilo do Tucunduba*¹³ em 1924, em que a principal dificuldade mostrava-se na ausência

¹² Ilha fluvial localizada na costa oriental da baía do Marajó.

¹³Conta Arthur Vianna, que o terreno que abrigou o Tucunduba pertenceu aos mercedários, os quais estavam estabelecidos em terreno aforado pelos frades. Nesse lugar, Frei Caetano Brandão construiu uma olaria para fornecer tijolos e telhas para as casas em construção na cidade. Após a decisão de que a Santa casa passaria a administrar os bens do Hospital Bom Jesus dos Pobres, a olaria entrou em decadência, permitindo que a Santa Casa de Misericórdia do Pará abrigasse o hospício, entre os anos de 1814-1816 transformando o telheiro em uma construção com separações internas para abrigar doentes de lepra e alienados. Ver: VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense**: notícia histórica 1650-1902. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

de transporte para fazer a locomoção. (FUNDO: DIRETORIA DE SERVIÇO SANITÁRIO, 13 DE MAIO DE 1924. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ).

Pode-se dizer que as hipóteses sobre as crenças na cura da lepra são diversificadas por vários motivos, entre eles têm-se a diversidade de perspectiva de ciência professada pelos médicos, mas principalmente o crescimento da doença e o desafio de colocar a ciência em diálogo com uma doença incurável, que renderia, sem dúvidas, tentativas de vários segmentos na procura pela cura. No momento em que a ciência galgava um espaço na busca de reconhecimento perante a sociedade, a doença colocava à prova a sua eficácia, expondo os percalços que os homens da ciência teriam para percorrer caminhos concretos que permitissem ter do paciente um crédito de confiança.

Anunciava-se, dessa forma, o tempo da doença que desafiava os cânones da ciência e era campo minado para a entrada de múltiplos experimentos que envolveram leigos e homens da ciência, pois o enfermo frente a uma doença desconhecida se via às vezes disposto a aceitar as variadas terapêuticas que pudessem sanar as chagas expostas e evitar a perda dos movimentos, antes que fosse excluído do convívio social. O leproso se percebia em um tempo em que a doença sem cura o fazia pensar na espera da morte e a possibilidade da cura trazia uma expectativa de futuro atrelada à longevidade e de retomada do que lhe foi furtado, a saúde.¹⁴

O tempo da ciência vem perseguindo um progresso marcado pela evolução, que consistia na negação de um espaço de experiência pautado em crenças ou conhecimentos que estavam à margem da legitimidade dos seus cânones. Dessa forma, o horizonte de expectativa desse grupo impunha que o corpo doente deveria ser objeto de estudos do saber médico, sugerindo a intervenção direta sobre o corpo do outro, tido como perigoso e que deveria ser isolado com vistas a uma provável cura. Ainda estaria se constituindo o que o sociólogo Pierre Bourdieu nominou de “campo científico”, em que, paradoxalmente, o avanço da ciência e do conhecimento científico é resultado de lutas entre posições e agentes que disputam uma espécie específica de capital simbólico: a autoridade e/ou a legitimidade científica. (BOURDIEU, 1983, p.122-55)

Ao que parece, práticas que não tinham a legitimidade da medicina científica possuíam um amplo espaço na cidade, amparadas em vários argumentos que sobrepujavam a necessidade de arrefecer a dor, mas incluíam também as crenças e a resistência da população devido à

¹⁴ Idem, p. 231.

interferência direta que a medicina exercia nos costumes. E, por fim, a recorrência de algumas práticas médicas, pois além de serem dolorosas, não traziam avanços no quadro da doença. Os médicos ficavam incomodados com a concorrência dos curandeiros, uma vez que os primeiros se intitulavam como eruditos¹⁵ e exibiam nas páginas dos jornais uma trajetória acadêmica repleta de acúmulo de conhecimento, enquanto os curandeiros eram classificados como charlatões que abusavam da credulidade humana.

As práticas de cura da ciência tentavam construir uma tensão entre o antigo, relacionado aos curandeiros, e o moderno, porém, a população por vezes não conseguia superar o conhecido e experimentado em relação ao que estava por vir, mantendo-se na tensão da coexistência das diversas dimensões temporais, abarcando dessa forma práticas antigas e modernas.¹⁶

Os indícios vão traçando aos poucos como o ambiente que envolvia paciente e médico eram complexos, uma vez que os textos científicos podiam servir de referência aos médicos, mas imagine o leitor, como era para a população traduzir a linguagem científica em seu cotidiano, entre uma pergunta que podia parecer descabida de um paciente do outro lado da mesa, no consultório, estava a voz técnica, que diagnosticava, prescrevia medicamentos, repassava as informações sobre a doença. Predominava, em muitos casos, ao que parece, as dúvidas dos pacientes e a falta de confiança em relação aos profissionais da ciência. Sobre o momento de angústia de um paciente diante do seu médico, o escritor Leon Tolstói, em seu conto *A morte de Ivan Ilitch*, descreve como o moribundo, Ivan Ilitch, ao sair do consultório médico não parava de meditar sobre as palavras do doutor, esforçando-se por traduzir todos os termos solenes e doutorais, complicados, obscuros, em que a única coisa que ele queria consistia numa linguagem simples para saber se seu caso era perigoso. Em seguida, concluiu que a coisa ia mal e que nas palavras do seu médico cabia ao paciente apenas obedecer às recomendações, o que despertou em Ivan Ilitch um sentimento de ódio em relação ao médico. (TOLSTÓI, 2005, p.44).

A convivência entre várias práticas de cura com a medicina oficial viveu momentos de tensões quando se imprimiu uma narrativa que desqualificava, incriminava e incluía na seção policial a caça aos curandeiros, classificados, quase sempre, como assassinos ou charlatões. A

¹⁵Assim a erudição caracterizava-se tal como a demonstrada pelo médico Oscar de Carvalho que era especialista em moléstias de pele, como a lepra; praticava métodos com o uso de eletricidade e banhos hidroelétricos; expondo sua extensa trajetória como ex-professor da escola de farmácia do Pará; estudos na Europa e no Rio Janeiro e naquele momento atendia em um consultório na Rua 13 de maio e em sua residência localizada na São Jerônimo; além de falar inglês, francês, alemão e italiano. Ver: **Jornal Folha do Norte**. Belém, 04 de janeiro 1921 p. 3 (Biblioteca Pública Arthur Vianna).

¹⁶ Idem p.294.

chegada da *Comissão de Profilaxia Rural* na cidade de Belém, em 1921, intensificou tais conflitos, a ponto de a comissão passar a exigir dos médicos, de acordo com o artigo 155 do Regulamento Sanitário Federal, o registro de seus títulos acadêmicos no *Departamento de Saúde Pública*, a fim de exercerem sua profissão no país. Tal empreitada teve o apoio da *Sociedade Médico Cirúrgica do Pará* e em três meses a comissão registrou que existiam 62 médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e 30 pela Faculdade do Estado da Bahia. Tal ação foi considerada uma campanha contra o charlatanismo na cidade, não ficando restrita aos clínicos, logo se estendeu a farmacêuticos, dentistas e parteiras.¹⁷

Outro aspecto significativo a destacar foi a fiscalização em relação aos médicos estrangeiros que atuavam na cidade, já que esses deveriam habilitar seu título para exercerem a profissão no Brasil e durante a fiscalização apenas seis médicos registraram os títulos legalizados, segundo dados da *Comissão de Profilaxia*. Tais aspectos em relação à fiscalização sobre o direito legal do exercício da medicina e a fiscalização de médicos com títulos estrangeiros foi uma prática presente não apenas em Belém, mas em outras capitais também, tendo em vista que os médicos começavam a construir estratégias para monopolizar um mercado de serviços de cura que vinha se construindo, ou seja, existia um interesse dos esculápios em tornar o conhecimento médico algo cada vez mais restrito. (PEREIRA NETO, 2001, p.118).

Considerações finais:

Apesar de os médicos terem constituído uma Sociedade ambicionando a necessidade de consolidar seu espaço nas relações políticas e no âmbito da saúde e da doença é notável ainda divergência nas perspectivas adotadas no interior desse grupo. Envolve não apenas divergências de origem política, mas geracional e da academia de formação, além da falta de conhecimento sobre uma doença que se mostrava permeada de dúvidas. A recorrência as práticas de cura sem a legitimidade da ciência se faziam presente no cotidiano da população, que por diversas vezes não se sentia acolhida ou satisfeita com os tratamentos defendidos pelos escritos médicos, no momento em que a ciência se colocava a prova na procura por uma profilaxia de uma doença incurável na época.

Referências Bibliográficas:

ABEN-ATHAR, Jayme. Nota sobre o tratamento local da lepra cutânea. In: **Revista Pará Médico**. Belém-Pará, vol.1, Ano 1, n.1, 1915.

¹⁷ Idem, p. 194.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário; Série: ofícios recebidos, 13 de maio de 1924. Arquivo Público do Estado do Pará.

Heraclides C. de Souza. **Prophyaxia Rural no Estado do Pará**, Vol. 1. Belém: Typ. Livraria Gillet 1922.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. **Ainda a Lepra** (heredo-contágio da lepra; vias de transmissão da lepra; isolamento dos leprosos). Belém: Typ. Cardoso & Ca, 1900.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. **A Medicina em Belém / O Mesticismo na Sociedade Belemnense**. Belém: Typ. Cardoso & Ca, 1901.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. **Sciencia In Partibus**. Belém: Typ. F. Lopes, 1916.

Jornal Folha do Norte, Belém, 04 de julho de 1922.

Jornal Folha do Norte, Belém, 27 de janeiro de 1919.

Jornal Folha do Norte, Belém, 22 de março de 1899

Jornal Província do Pará, Belém, 03 de maio de 1890

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **O Campo científico**. São Paulo: Ática, 1983. (grandes cientistas sociais, 39).

BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). **Linguagem, indivíduo e sociedade: História da sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

CABRAL, Dilma. **Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges (Direção). **História do Corpo: da revolução à grande guerra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras (1870-1950)**. Belém: EDUFPA, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPLATINE, François. **Antropologia da doença**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LE BRETON, David. **Antropologia da Dor**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

LE GOFF, Jacques (apresentação). **As doenças têm história**. Portugal: Terramar, 1997.

MEDEIROS, Aline da Silva. **Os remédios, os livros e os tempos: consumo de remédios e experiência do tempo entre o Lunário perpétuo e o Dicionário do Dr. Chernoviz**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Centro de Humanidades. Departamento de História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser Médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editorial Fiocruz, 2001.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios Tropicais:** a institucionalização da medicina no Pará, 1889, 1919. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão:** médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SILVA, James Roberto. **Doença, fotografia e representação:** revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

TOLSTÓI, Leon. **A Morte de Ivan Ilitch.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo:** uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense:** notícia histórica 1650-1902. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio Grandense-1889-1928. Bauru: EDUSC-Editora da Universidade do Sagrado

“Eu te benzo, eu te curo, eu te livro”: um estudo de caso das relações entre religiosidade, doença e poderio a partir da prática da benzeção em Caldas, Minas Gerais, nos anos 2000

“I bless you, I cure you, I free you”: a case study of the relationship between religiosity, disease and might from the practice of benzection in Caldas, Minas Gerais, in the 2000’s

Letícia Elias Bernardes

Graduanda em História

Universidade Federal de Uberlândia

bernardes.27@hotmail.com

Recebido em: 17/07/2020

Aprovado em: 25/08/2020

Resumo: Nos processos históricos atrelados ao campo da cura no Brasil, observa-se a existência em períodos como, por exemplo, no colonial, de estreitas relações entre a medicina erudita e a medicina popular. Já no século XXI, em contraponto, há grandes distinções entre ambos, visto que a medicina tradicional se reafirmou em variadas esferas da sociedade. Todavia, parte da população ainda busca soluções frente aos seus problemas, sejam eles físicos e/ou espirituais, nos indivíduos que carregam o saber da cura popular, como os benzedeiros. Nesse sentido, considerando que essas manifestações culturais populares estão associadas à experiência histórico-social, o objeto de estudo dessa pesquisa se ancora nas relações entre religiosidade, doença e poderio a partir da prática do benzeção no município de Caldas, Minas Gerais, no recorte temporal dos anos 2000, considerando especialmente a influência de aspectos sociais e identitários. Sob as contribuições da História Social e da História Oral, a pesquisa utilizou fontes orais por meio da realização de uma entrevista com um benzedor no recorte socioespacial.

Palavras-chave: Religiosidade; fontes orais; cultura popular.

Abstract: In the historical process linked to the field of cure in Brazil, it is observed the existence in periods such as, for example, in the colonial period, of close relations between erudite medicine and popular medicine. In the XXI century, on the other hand, there are great distinctions between them, since traditional medicine has reaffirmed itself in different spheres of society. However, part of the population still seeks solutions to their problems, whether of the body and/or spiritual, in individuals who carry the knowledge of the popular cure, such as spiritual healers. In this sense, considering that these popular cultural manifestations are associated with historical-social experience, the object of the study of this research is anchored in

relationship between disease and might from the practice of benzeticton in the municipality of Caldas, Minas Gerais, in the time frame of the 2000's, considering the influence of social and identity aspects in these conceptions. Under the contributions of Social History and Oral History, the research used oral sources through an interview with a spiritual healer in the socio-spatial section.

Palabras clave/Keywords: Religiosity; oral sources; popular culture.

Introdução

Os indivíduos, enquanto agentes históricos ativos, ressignificam suas práticas sociais e culturais de acordo com suas necessidades cotidianas dos âmbitos material e imaterial. Por esse ângulo, em relação ao campo da cura, no período colonial, as práticas medicinais, de modo geral, estavam aproximadas de soluções religiosas, na medida em que, as concepções de doença e de cura, se relacionavam à explicações sobrenaturais (RIBEIRO, 1997, p. 44). Além disso, com a insuficiência de médicos e de remédios, especialmente no que diz respeito à população mais pobre, essas práticas populares de cura se difundiram, preenchendo o vazio deixado pela medicina oficial. (RIBEIRO, 1997, p. 39)

Com isso, os sujeitos detentores dos saberes curativos populares, tornaram-se importantes figuras contra os malefícios do cotidiano, sendo que, no início do século XVIII, os saberes populares já estavam arraigados na vida diária das populações coloniais (MELLO E SOUZA, 2009, p. 229). Todavia, apesar da medicina tradicional, ao longo tempo, ter se distanciado das explicações imateriais e ter se reafirmado no campo científico e em outras esferas da sociedade, ainda se encontra, no século XXI, a procura por indivíduos possuidores desses saberes alternativos da cura, sendo conhecidos como benzedeiros e benzedeiças.

Desse modo, o recorte temporal do presente artigo se delineia nos anos 2000, investigando as constituições das relações entre religiosidade, doença e poderio a partir de um ofício que segue uma lógica singular, ligada à religiosidade e à solidariedade e que se distancia, muitas vezes, do universo, em grande medida, pautado nas relações mercadológicas do século XXI.

Os benzedeiros e as benzedeiças são procurados para o combate de malefícios, geralmente se destinando a tipos especiais de doença. Eles são possuidores de conhecimentos perpassados ao longo dos séculos por meio da oralidade, constituindo um ofício de cura específica, pois considera-se que esses sujeitos são intermediários entre o sagrado e a

imediatividade do cotidiano (GOMES; PEREIRA, 2018, p. 34), ou seja, no campo da cultura popular, acredita-se que eles receberam o dom da cura e, por isso, dedicam parte de sua vivência ao combate de malefícios de outros seres, sem receberem dinheiro em troca.

A prática do benzimento evidencia determinadas percepções da realidade e maneiras nas quais os indivíduos lidam com a doença e a cura no seu dia-a-dia. A partir da consideração de que a atividade humana se associa às condições de vida ou de ambientes próprios ao momento (BLOCH, 2001, p. 57), esse modo de lidar com os malefícios, através dessa manifestação cultural, está envolvido com questões identitárias e com a experiência social dos indivíduos. Dessa forma, optou-se pelo recorte do município de Caldas, Minas Gerais, uma localidade que possui inúmeras manifestações ligadas à cultura popular e esta, particularmente, também está vinculada à aspectos da ruralidade, contudo, ao mesmo tempo, convive com outros modelos culturais, resignificando essas práticas. Por isso, investigar o benzimento, na conjuntura desse espaço e tempo, permite assinalar elementos e dinâmicas da religiosidade e da cultura popular brasileira particulares do século XXI em um contexto social contextualizado, analisando suas especificidades socioespaciais e associações com um parâmetro mais geral.

Além de contribuições mais gerais, no recorte espacial em questão, investigar o benzimento remete a uma pesquisa significativa para o próprio município, no qual há poucos trabalhos em relação às Ciências Humanas e, dentre as pesquisas existentes, algumas seguem uma perspectiva de análise concentrada nos conhecidos “grandes acontecimentos” e em uma história vinculada às famílias consideradas como tradicionais da cidade. Por esse ângulo, o objeto de estudo detido nessa prática popular, contribui em novas interpretações e análises para o local, permitindo uma abordagem do conhecimento histórico em constante transformação e imbricado de múltiplos sentidos e significações, os quais, em grande medida, encontram-se com lacunas historiográficas.

Em relação à manifestação cultural como objeto de estudo, considerando que a possibilidade de análises e de compreensões estão detidas especialmente nos próprios benzedeiros e benzedeiras e em suas atuações, o trabalho, sob os pressupostos da História Oral, utilizou das fontes orais em sua investigação por meio da realização de uma entrevista oral¹ com

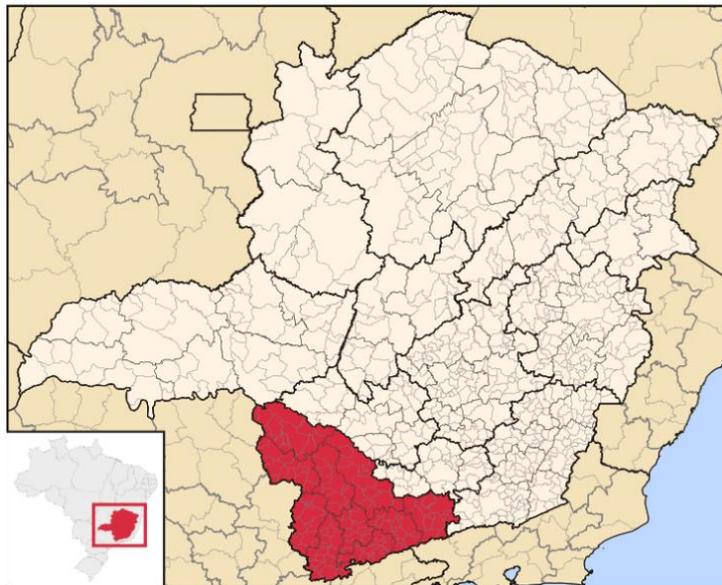
¹ A entrevista oral teve duração de 115 minutos e 33 segundos. A partir do convite e consentimento da depoente, foram produzidos e assinados os documentos necessários, a Carta de Cessão e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme orienta o *Manual de História Oral* de Verena Alberti (2005).

um benzedeiro² do município, constituindo um estudo de caso. Além disso, a pesquisa também se ancorou nas contribuições da História Social, especialmente na categoria de experiência proposta por E. P. Thompson (1981).

O benzimento e a ruralidade

Conforme evidenciado, a prática do benzimento está atrelada à experiência histórica-social e às questões identitárias, de acordo com as necessidades cotidianas dos ambientes materiais e imateriais. Nesse sentido, um dos âmbitos que sinaliza alguns aspectos dessa prática nos anos 2000 em Caldas, Minas Gerais, são as próprias condições do ambiente local. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município, como esboçado na imagem 2 abaixo, possui uma população residente de 13.633 (IBGE, 2010) ao longo do território de 711, 414 km². Em relação à situação domiciliar, são 7739 habitantes urbanos e 5894 habitantes rurais. O município possui três distritos³ e, na pequena repartição urbana, apesar da conhecida compreensão como “centro de Caldas”, há somente quatro bairros.⁴

Imagem 1: Panorama do Sul de Minas Gerais destacado



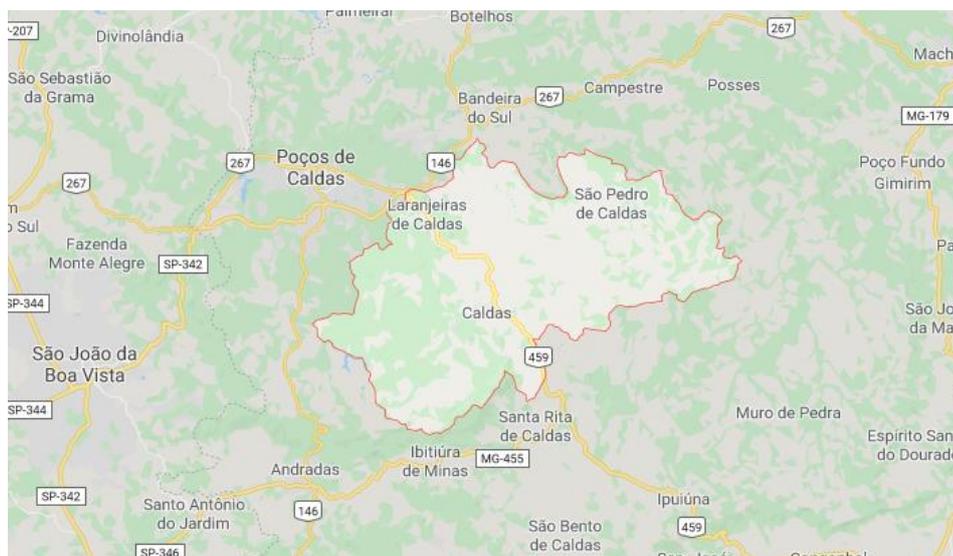
Fonte: SkyscraperCity. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/as-10-maiores-cidades-do-sul-de-minas.1648194/>. Acessado em 27/06/2020.

² Nascido em 19 de setembro de 1943. O presente trabalho seguiu as reivindicações formuladas pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia. Como o atual modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponível em: <http://www.comissoes.propp.ufu.br/node/123>) prescreve a preservação da identidade do entrevistado, optou-se, nesse artigo, apenas por referenciar-lo por meio das iniciais “H. B.”.

³ Laranjeiras, Santana e São Pedro.

⁴ Morro da Barreira, Nossa Senhora das Graças (também conhecido como Casinhas), Olaria e Santa Cruz.

Imagem 2: Panorama da territorialidade do município de Caldas, Minas Gerais



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Caldas+-MG,+37780000/@21.8981213,46.6279084,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94c992c2120e5b27:0x3ac a6e67cae35f23!8m2!3d-21.8710942!4d-46.400872>. Acessado em: 27/06/2020.

Em relação aos bairros rurais, são 41.⁵ Com esses dados, fica perceptível a grande extensão do perímetro rural do município em detrimento ao urbano. Afora isso, também pode-se elencar uma das marcantes características de Caldas: a ruralidade. Todavia, esse aspecto não está apenas compreendido pela repartição territorial, mas também pela economia caldense, na qual destaca-se a produção agrícola e pecuária, como, por exemplo, a criação do gado leiteiro e o plantio de uvas e, especialmente também, pelo âmbito social e cultural.

Mesmo na região urbana, os indivíduos possuem traços de familiaridade em relação à vizinhança e, nos diversos bairros rurais, apesar de múltiplas famílias morarem de maneira relativamente isolada, os vínculos com a comunidade em torno são ainda mais estreitos e, portanto, acenam para um processo apontado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968):

O caboclo brasileiro não habita em aldeias senão raramente; constrói sua casa nas terras que cultiva, e mora isolado de seus vizinhos. Cada família tem vida econômica independente; um conjunto delas forma o grupo de vizinhança que, na zona paulista, em parte das zonas mineira e paranaense, recebe o nome de “bairro rural”. O bairro rural tem geralmente como centro uma capela. Esta forma de habitat disperso é encontrado por toda a parte; regiões que à primeira vista parecem desabitadas são pontilhadas de capelas, acompanhadas de uma ou

⁵ Alto do Buracão, Alto da Consulta, Amendoim, Baixão da Serra, Bandeira, Barrerinho, Beija-flor, Boa Vista do Rio Pardo, Bocaina, Bom Retiro, Botafogo, Capão do Inferno, Campininhas, Capituvas, Capivari, Chapada, Colônia, Coroado, Etelevinos (conhecido também como Terra Preta), Fim dos Campos, Grotão, Lagoa, Maranhão, Mato dos Barbosas, Matos, Pereiras, Peregrinos, Pinhal, Pitangueiras, Pocinhos do Rio Verde, Quati, Retiro dos Campos, Ribeirão das Campinas, Rio Pardo, Rio Verde, Serra da Pedra Branca, Serra do Milho Verde, Serra do Paraíso, Taquari, Tripuí e Vargem.

duas casas, indicando a existência de um grupos de vizinhança, ao qual servem de ponto de atração. A vida destes grupos de vizinhança é ritimada por períodos de isolamento e de concentração. As famílias trabalham sozinhas em seus campos, mas se reúnem sempre nos momentos de festa religiosa. (QUEIROZ, 1968, p. 110)

Além dos distritos do perímetro rural, a formação de muitos bairros rurais de Caldas também possui capelas em suas partes centrais ou próximas. Em relação à vida cotidiana desses moradores, muitas vezes, há um contato maior com a comunidade em torno do que com a própria repartição urbana. A partir da existência de escolas nos distritos rurais, os alunos dos bairros/comunidades próximas encaminham-se para elas, estruturando que apenas no Ensino Médio os estudantes residentes das zonas rurais necessitem se deslocar para as escolas urbanas.

Conforme enfatizado, nas zonas rurais, se destacam as economias agropecuária e agrícola e, em grande medida, estas também se encontram vinculadas aos núcleos familiares, constituindo pequenas famílias produtoras rurais. Por esse ângulo, os próprios trabalhos também influenciam um contato maior no cotidiano entre os eixos familiares e entre a comunidade próxima. Esse elo entre os habitantes dos bairros rurais, pode ser exprimido pela presença de atividades comunitárias entre os moradores de cada bairro e/ou distrito rural, como a comemoração religiosa da Folia de Reis ocorrida anualmente entre os moradores da Santana e da festa religiosa em homenagem ao santo que deu origem ao nome do distrito rural de São Pedro.

Imagem 3: Folia de Reis na Santana de Caldas



Fonte: Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1621485038019139&set=pb.100004729746546.-2207520000..&type=3>. Acessado em: 27/06/2020.

Por isso, a ruralidade está entendida em um sentido amplo, não apenas sinalizada pela vasta repartição territorial rural ou pela economia caldense, mas também próprios meios de sociabilidade dos indivíduos:

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. (MEDEIROS, 2017, p. 182)

Ao compreender a ruralidade ligada aos aspectos de sociabilidade dos indivíduos, pode-se também estabelecer semelhanças com a concepção, elaborada por Antonio Candido, da cultura caipira, na qual há o “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (CANDIDO, 2010, p. 76). Entretanto, o aspecto rural, não está entendido em

uma perspectiva de atraso, mas associado, conforme assinalado, aos meios de vida e de sociabilidade dos indivíduos, os quais ressignificam seus valores e seus modos de vida ao longo do tempo. Desse modo, a concepção de ruralidade está alinhada às heranças culturais e às transformações sociais:

Esta definição de ruralidade obrigatoriamente deve sofrer um ajuste constante, em razão das constantes mudanças e das diversificações do rural. As atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança. (MEDEIROS, 2017, p. 181)

A ruralidade, vinculada às maneiras da vivência social, não está somente presente ao meio espacial rural caldense, mas também ao seu perímetro urbano, visto que, apesar das peculiaridades de ambas repartições, elas não estão totalmente distintas. A própria intensificação da urbanização em Caldas ocorreu em um processo lento, possibilitando ainda que os habitantes mais antigos recordem de aspectos como, por exemplo, da maioria das ruas que hoje compõe a cidade, eram de terra. O benzedeiro entrevistado, o qual possui setenta e sete anos, também ressaltou essa questão:

H. B.: A cidade não tinha nada, era pequena, não tinha asfalto em lugar nenhum, marrava cavalo na beira dos bar.

L. B.: Aqui, por exemplo, na rua sua hoje em dia, era terra?

H. B.: Era terra e tinha uma mina de água aqui, que escorria.

A partir desses dois trechos e da idade do benzedeiro, podemos observar indícios de que, em meados do século XX, parte da cidade ainda era composta por ruas de terras. Além disso, conseguimos refletir sobre até que ponto existia uma distinção concreta entre zona urbana e zona rural, pois, na passagem, o próprio local em que o benzedeiro mora atualmente, possuía uma mina de água, indicando a existência de uma vegetação original e uma incorporação da urbanização de maneira lenta em ruas mais afastadas da praça, que é parte central da cidade.

Na atualidade, no ambiente material, ainda há casas na cidade com variadas expressões rurais, desde a permanência de fogões de lenha a currais em ruas mais marginalizadas. Ao considerarmos esses traços ligados às transformações e às permanências sociais de acordo com as necessidades dos indivíduos, de certa maneira, esses aspectos rurais dialogam com a modernização, pois, ao mesmo tempo que essas casas da cidade podem possuir fogões de lenha, isso não exclui a existência de objetos modernos. Esse diálogo compõe uma especificidade da ruralidade no contexto social caldense no século XXI, considerando que, o rural:

Reafirma seu valor e a peculiaridade ao considerar que o mundo rural não é reduzido a uma homogeneização da sociedade contemporânea, mas à especificidade desta ruralidade, onde particularidades de formas de vida perpassam este espaço social e permitem que sejam observadas e verificadas as permanências, as reconstruções, as emergências dos processos socioambientais. São estes processos contemporâneos que caracterizam a emergência de uma nova ruralidade. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações. (MEDEIROS, 2017, p. 187).

Imagem 4: Curral no quintal de uma casa na cidade de Caldas



Fonte: Fotografia da autora.

Imagem 5: Fogão de lenha e uma máquina de lavar de uma casa na cidade de Caldas



Fonte: Fotografia da autora.

Nesse estudo, na medida em que a ruralidade se encontra entendida de maneira ampla, presente nos modos de sociabilidade no município, entende-se que pondera-la é de grande relevância, pois, assim como pode ser expressada no meio material, como destacado acima, o ambiente imaterial também se relaciona com esse caráter. Manifestações culturais como o desfile de carros-de-boi e o desfile de cavaleiro, os quais ocorrem anualmente em Caldas, são exemplos do caráter rural vinculado à cultura popular.

No caso do desfile de carro-de-boi, por exemplo, os carreiros, que trazem seus bois da zona rural para o desfile na cidade, remetem ao passado do universo rural no qual usava-se o carro-de-boi como meio de transporte. Entretanto, partir das transformações sociais, na atualidade, em grande medida, não se utiliza mais o carro-de-boi como meio de transporte, contudo, ao longo do tempo, montar o carro-de-boi tornou-se uma prática cultural presente em múltiplas cidades.

O exemplo do carro-de-boi evidencia transformações das necessidades dos indivíduos, visto que, apesar do ambiente material não carecer mais desse meio de locomoção, no ambiente imaterial, demonstra-se a continuidade de um vínculo identitário na experiência humana por meio da ressignificação do transporte carro-de-boi em uma prática cultural. Além disso, a sua permanência enquanto uma prática cultural, perpassa por mudanças que se relacionam com o próprio campo da cultura popular diante de transformações sociais:

Em Minas, as reações da cultura popular diante dos outros modelos têm ocorrido através de gestos ora de fechamento, ora de abertura. Esse jogo se realiza de maneira tensa, pois decorre de uma inter-relação em que os diferentes modelos afirmam, em suas diferenças, a capacidade de produzirem sentidos a partir de heranças estabelecidas e de inovações a serem incorporadas. (GOMES; PEREIRA, 2002, p. 12)

Dessa maneira, considerando condições históricas locais, algumas práticas populares estão ligadas ao caráter da ruralidade, se resignificando de acordo com as relações sociais, pois, como apontado acima, apesar de possuírem heranças culturais estabelecidas na sua configuração, incorporam também inovações. À vista disso, indaga-se, como o benzimento, enquanto uma expressão da cultura popular, emerge em um contexto social que possui tanto aspectos ligados à ruralidade, mas que também incorpora, considerando o próprio avanço tecnológico e outras modificações do meio social no recorte temporal trabalhado, características de outros modelos culturais?

No que concerne ao benzedeiro, ao ser questionado sobre quais tipos de doença é mais

procurado, afirmou o cobreiro e as demais relacionadas com animais. O cobreiro é uma doença ocasionada na pele e seus primeiros sinais são a dor e lesões cutâneas “geralmente localizadas em área delimitada. Na cultura popular o aspecto da pele irritada, com crostas e manchas, faz lembrar o revestimento dos répteis e se acredita que o cobreiro é causado pelo contato da roupa com animais peçonhentos” (GOMES; PEREIRA, 2018, p. 185). Já em relação a outras benzeduras, destacou a benção contra o aparecimento de cobras e para proteção de animais de criação:

H. B.: Aqui o que aparece muito pra mim é aquele negócio de cobra e cobreiro. Cobra pegando vaca, pegando gado.⁶

H. B.: Cobra é quando tá aquele mundo de cobra pegando a criação. Pegava gente, passava no caminho, pegava. A pessoa reza pra afastar de lá. Ir para um canto que não perturbar ninguém. E a onde que ela for, cê benze as cobra. Se benze em um canto, que não passa ninguém, nada.

O benzedeiro H. B. apontou que a benzedura do afastamento de cobras se destina tanto a locais quanto para a proteção de animais de criação (vacas, galinhas, porcos, etc.). Esse destaque no fragmento e a ênfase em torno de benzeduras relacionadas contra os malefícios causados por animais, também ponderam uma característica rural do benzimento em Caldas. Circunstâncias como, uma parcela significativa da população habitar o perímetro rural, a presença de uma economia voltada para a pecuária e o aparecimento de cobras e de sapos, os quais também podem gerar o cobreiro, são mais frequentes à vivência dos moradores rurais, demonstrando essa influência na execução da prática, já que este ofício se molda a partir do caráter de atender a necessidades diárias referentes ao meio social.

Campos de atuação do benzimento

Na cultura brasileira, a benção é um ato comum em diferentes regiões e grupos sociais, podendo ser exercida em uma relação de parentesco, como os avós concederem a benção aos netos a atrelada à agentes religiosos como o padre, o pai de santo e o pastor. No caso do benzedor/benedora, são sujeitos que trabalham especificamente em torno dela por meio da religiosidade e com o objetivo de conceder a graça. Para Elda Oliveira (1985), o benzimento é uma expressão das formas de organização da experiência coletiva e, penetra-la, significa compreender de que modo alguns conteúdos religiosos permeiam as relações sociais (OLIVEIRA, 1985, p. 8), que são próprios da cultura popular.

Assim sendo, como pode-se refletir sobre a relação entre o maléfico e a cura na

⁶ Optou-se por representar na transcrição o modo de falar coloquial do entrevistado, sem as correções para a linguagem escrita.

amálgama de uma religiosidade de agentes específicos? Os benzedeiros e as benzedeadas, ao longo do tempo, também podem se tornar especialistas em determinadas benzeduras, dependendo, especialmente de cada experiência pessoal. No caso de H. B., filho de uma trabalhadora rural e de um pedreiro, na sua trajetória de vida, ocupou-se principalmente nas funções de pintor e de pedreiro, os quais herdou de seu pai. Exerceu esses ofícios para além do município de Caldas, morando em cidades como São Paulo, Campinas e Conceição dos Ouros. Atualmente aposentado, solteiro e morando sozinho em Caldas, além do contato com sua família, amigos e vizinhos, se dedica ao exercício da benzeção.

É importante sinalizar na sua trajetória que, apesar de ter aprendido a benzeção com sua mãe na sua juventude, por volta dos vinte anos, ele considera que suas benzeduras também possuem influência de variados terreiros que perpassou. Trabalhou enquanto médium na Umbanda em terreiros das cidades de São Paulo, Campinas, Conceição dos Ouros, Pousa Alegre e Poços de Caldas e aprendeu orações e remédios naturais que utiliza atualmente, ou seja, além do seu trabalho como pedreiro e pintor em algumas dessas cidades, também obteve contribuições de locais diferentes na sua formação religiosa enquanto benzedor.

Na perspectiva de Maria Loyola (1987), a qual considera que especialistas religiosos preenchem as lacunas deixadas pela medicina oficial em conjunto com a concepção mágico-religiosa do meio social em que atuam em relação ao corpo, à saúde e à doença (LOYOLA, 1987, p. 35), um dos principais aspectos em relação ao campo de atuação do benzedor, é o seu contato com a medicina popular. O benzedor em questão, H. B., relatou sobre o seu aprendizado, desde criança, de remédios medicinais naturais, os quais buscavam atender às demandas diárias de sua família, visto que, como seus pais trabalhavam na zona rural no período, H. B. era o encarregado de cuidar de sua irmã mais jovem:

H. B.: Na cidade, entregava doces nas casas, era moleque entregava doces nas casas, minha irmã ficou cega, era muito doente, eu pajeava ela com um carrinho de mão, pra eles... Pra eles trabalhava na roça, ficava vigiando ela. A vida minha foi isso, toda vida corrida, ela era muito doente. Então eu fazia remédio pra ela, fazia aqueles chá de dendê, tinha uns sete anos. Fazia chá de erva cidreira, sem açúcar, sem nada, água fria, misgaiava na mão para dar, ela tinha muita dor de barriga [...]. Prendi com a minha mãe memo, eu fazia sem açúcar, porque eu era moleque, não sabia de nada, ela tava pra roça, eu fazia sem açúcar.

A partir do trecho acima, fica perceptível o aspecto do improvisado, pois como seus pais não estavam presentes na sua antiga moradia, quando sua irmã tinha dor de barriga, ele era o encarregado de preparar os chás, no entanto, com sua pouca idade, colocava sem açúcar. Esse

relato exprimi a relevância da utilização das plantas como forma de sanar os desequilíbrios do corpo no cotidiano. Aqui, essas receitas naturais não são somente elementos da vida cotidiana, mas também pertencentes à herança cultural, pois, como afirmou, os ensinamentos do preparo do chá foram aprendidos com sua mãe, a qual transmitiu esse saber.

O contato com medicina popular foi construído na sua experiência diária e, com isso, pode-se relacionar, considerando a idade do benzedeiro, com aspectos sociais, como, por exemplo, as dificuldades da compra de remédios na década de 1950 em uma cidade do interior do Sul de Minas Gerais. Ademais, também elenca questões identitárias na medida em que, a medicina alternativa, emerge do conhecimento popular transmitido entre gerações, forjando uma identidade em uma relação de afetividade “[...] que sustenta a existência de um nós próprio, assumido pelos diferentes grupos sociais no interior da cultura popular. Eles falam sobre a cultura popular, da cultura popular, para a cultura popular”. (OLIVEIRA, 1985, p. 91)

O conceito de cultura popular empregado não está compreendido simplesmente enquanto um conjunto de manifestações, mas envolvido ao contexto específico, à experiência e à herança cultural dos indivíduos que pensam, agem e partilham, cabendo ao historiador “evidenciar o envolvimento dessas manifestações com lutas sociais mais amplas e com dinâmicas entre o sentido por vezes comunitários das práticas religiosas e festas e as diferentes versões, significados e apropriações dos seus variados participantes, seus modos e tempos” (ABREU, 2002, p. 86). Sob esse pressuposto vinculado à experiência, salienta-se que os conhecimentos populares, no caso do benzedor, possuem sentidos atrelados às questões sociais e culturais.

Conforme ressaltado, as benzeduras geralmente se destinam a tipos específicos de doenças, como o cobreiro, cuja origem é, geralmente, por meio do contato com animais peçonhentos. Entretanto, H. B. apontou outras causas ligadas ao ambiente imaterial, como ocorrido com seu sobrinho:

H. B.: É, porque tem cobreiro de lagartixa, de aranha, de sapo, de rã, sabe? De cobra, de tudo. A de sapo é ruim de sarar porque é uma água, fica aquela meleca. Igual deu no F.⁷, meu sobrinho [...].

H. B.: Cobreiro dele foi de sapo, ele veio aqui, eu falei “oh F., cê pegou um cobreiro ai, sabe do que que foi? Foi de uma muié que deu pro cê vestir em Santa Rita [município] e ela não gosta do cê”. E deu o que fazê pra sarar o cobreiro dele. Pergunta prele pro cê vê e ainda tem o vergão até hoje.

Nessas duas passagens, atenta-se para a crença de que o cobreiro também é oriundo da

⁷ Optou-se pela abreviação dos nomes citados na entrevista.

ação humana pois, a mulher citada, deu de propósito a roupa com a intencionalidade de prejudicar. Na prática do benzimento, o entendimento de variadas doenças está relacionado às questões religiosas, como, nesse caso, aproximado da feitiçaria.

Os benzedeiros, geralmente são conhecidos por atuarem contra malefícios específicos ocasionados por essas ações humanas, como o mau-olhado e o quebrante/quebranto. Ambos, o mau-olhado e o quebrante/quebranto são gerados pelo olhar. Apanhar quebrante/quebranto é “ser envolvido pela força do olhar – ou pela simples presença – de uma pessoa que assim “quebra” nossas defesas naturais. É uma força estranha que em alguns indivíduos mantém vibrações capazes de afetar os seres vivos” (GOMES; PEREIRA, 2018, p. 160). Por isso, as crianças, consideradas como mais frágeis, são mais suscetíveis. O mau-olhado, que ocorre por meio da observação de quem tem o “olho-ruim”, já é mais direcionado à inveja. Contudo, H. B. acrescentou que o quebrante/quebranto é uma espécie de mau-olhado:

H. B.: Esse mau-olhado vem da pessoa muito invejoso, quer tudo prele, não quer nada pro cê. Então fica aquela energia ruim. Passa aquela energia ruim pro cê. Igual criança quando pega quebrante, fica agradando, agradando, “belezinha, belezinha”, pega quebrante, é um tipo de mau olhado [...].

H. B.: A criança cê benze... ah tem muito jeito docê benze. Folha de alecrim. Pega a folha de alecrim pro cê benzer. Resto de aio [...]. O cuzaruim não gosta de aio [...]. Essas coisas assim não gosta. Não gosta de alecrim de jeito nenhum.

Ressalta-se o uso do alecrim e do alho como parte do processo da benção contra o mau-olhado, reforçando a ideia da utilização medicina popular como auxiliadora na cura. Contudo, H. B. também demonstrou que essa aplicabilidade possui um sentido religioso, uma vez que indicou esses elementos por meio da explicação de que, o Demônio, no caso denominado “cuzaruim”, não gosta do alho e do alecrim e, por isso, esses elementos devem ser utilizados na benção. Afora esse ponto, pode-se refletir do mesmo modo que, o uso desses recursos contra o Demônio, também é forma de espantar os males do indivíduo, já que ele configura, em uma compreensão maniqueísta, como o mal.

Outro campo em que os benzedeiros e benzedeiros pode atuar, é a feitiçaria. São procurados para “quebrarem” feitiços, os quais, muitas vezes, ocasionam sofrimento do corpo. No entanto, apesar dessas atuações serem relativas entre os praticantes, no caso do H. B., ele costuma benzer contra feitiços, como o exemplo transcrito abaixo sobre uma mulher enfeitiçada por sua irmã, ocasionando uma série de malefícios:

H. B.: Eu falei prela “foi uma irmã tua, brigo com ocê por causa de herança e

ela foi lá no centro e pediu e a muié fez. Mas vai miorá a dor de cabeça, pode ficar tranquila”. Ela falou “não briguei por causa de herança, foi ela que brigou comigo, eu não briguei com ela”, ela falou assim. Ai, passou a dor de cabeça, passou tudo. Ai ela mandou chamar eu lá de novo, o J. [homem que chamou o benzedeiro] “o H. B, a mulher disse que é procê ir lá, tá pondo sangue pelo nariz e puis e não sei o que e bicho preto agora”. Ai desci do andaime, foi lá de novo. “Esses bichos preto era pra te matar, era pra ir pro teu cérebro e te matar”. Agora esse puis de sangue, esses puis que tá saindo, isso ai, cê vai ver, vai ter mais nada, tá limpando”. A muié é outra hoje, tá forte, tá gorda.

A dor de cabeça, o sangue e o aparecimento do bicho preto no nariz, H. B. interpreto-os como feitiçaria. Nos campos de atuações do benzimento, como a medicina popular e a feitiçaria, destaca-se esse caráter religioso na compressão de determinadas doenças, malefícios e da própria cura. Essa característica que marca um dos principais distanciamentos da prática em relação à medicina erudita, no entanto, também é, ao mesmo tempo, uma das principais causas de sua procura, ou seja, a forte crença religiosa em seu poderio de cura, pois, como assinalado por Levi-Strauss (2008):

Percebe-se que a eficácia da magia implica a crença na magia, que se apresenta sob três aspectos complementares: primeiro, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; depois, a do doente de que ele trata ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; e, por fim, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam continuamente uma espécie de campo de gravitação no interior do qual se situam as relações entre feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça (LEVI-STRAUSS, 2008, p. 182).

A eficácia da manifestação cultural, portanto, está ligada a uma crença mútua. Todavia, para a contínua procura, a ideia da eficácia necessita também ser difundida e, nessa esfera, a figura do benzedor, no meio social, deve apresentar um valor moral. Por isso, a questão da legitimidade “é uma condição essencial para que possam exercer as atividades de assistência aos devotos. É a sociedade que legitima a excelência dos serviços de benzedoras e benzedores através dos discursos favoráveis que os devotos tecem sobre eles”. (GOMES; PEREIRA, 2002, p. 143)

Legitimações, transformações e tensões sociais

De acordo com Alberto Quintana (1999), essa prática é um fenômeno social, pois, apesar de ser exprimida através de ações de indivíduos específicos, sua existência depende do reconhecimento do grupo em que atua (QUINTANA, 1999, p. 92). À vista disso, o âmbito das legitimações concedidas do meio social também não desassocia de relações de poderio e de tensões sociais, como apontado por Carlos Brandrão (1985) no município de Itapira, onde evidenciou determinadas perseguições contra benzedores/benzedoras, cujas práticas eram consideradas, por parte de indivíduos como padres e médicos, como uma profanação da religião

e da medicina legítima (BRANDÃO, 1985, p. 38). Nesse sentido, em torno do benzimento, também há divergências e disputas de poderio, mas como se delineiam essas tensões sociais nos anos 2000 no contexto específico caldense? Quais as experiências do benzimento nesse campo e como o próprio trabalha a legitimação de seu ofício?

De acordo com Verena Alberti (2006), uma das riquezas da História Oral está em permitir o estudo das maneiras como os indivíduos elaboram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas (ALBERTI, 2006, p. 165). Refletindo sobre a singularidade das experiências que dão originalidade aos depoimentos, há uma preocupação com a generalização das falas, pois, como enfatizado por Alessandro Portelli (1997), na História Oral, as representações da realidade se apresentam “não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que todos os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p. 16). Nessa perspectiva, há a necessidade do cuidado em analisar as particularidade da narrativa do benzedeiro e, dentre esse segmento, percebe-se uma ênfase pessoal nos relatos referentes aos casos de cura realizados.

Apesar de, a princípio, refletir que essa conotação seja apenas discursos soltos ou lembranças vagas, no que se refere às tensões sociais e relações de poderio no meio social, essa ênfase nos exemplos de cura que realizou, pode também significar uma forma do próprio benzedeiro legitimar o poder e a relevância do seu ofício. De maneira geral, ao longo da entrevista, H. B. associou a explicação dos malefícios que benze com esses casos que intercedeu pela cura, como, por exemplo, contra a gastrite:

H. B.: Aqui veio um juiz de Direito, de São Paulo, veio aqui. Magro, mas magro, seco. Rapaz novo, até vistoso, novo, veio com a fia do D., ela que trouxe ele aqui. Falou pra mim que tava com câncer, médico falou que tava com câncer [...]. Ai peguei, fiz as oração prele, “ah cê não tá com câncer não, o médico falou procê mas não tá com câncer não. Precisa ficar medo não, você tem é uma gastrite nervosa” falei prele. Falei pra ele toma um remédio, “toma um remédio pra gastrite que é bom, cê miora”. Fiz umas oração prele, rumei o remédio prele tomar e depois falou o que eu precisasse dele era pra mandar avisar. O que eu precisasse dele. Sarou tava uma beleza [...]. Não era câncer nada, era uma gastrite nervosa... Eu que arrumei prele tomar! Azeite de mamona, “esquenta lá na tua casa a mamona” [fala do benzedeiro], falou “é ruim de bebe” [fala do rapaz], “mas toda as coisa ruim de bebe é bom pra saúde” [resposta do benzedeiro]. O que ele tomou, mirou.

Esse trecho sinaliza dois aspectos de grande relevância: o primeiro se encontra em torno da própria legitimação através da afirmação do seu sucesso da cura sob um erro médico,

ressaltando a importância de seu ofício mesmo diante da medicina tradicional. Além disso, ao relatar sobre essa lembrança, escolher pronunciar a profissão de juiz, o qual possui um status social, também pode indicar uma possibilidade de ponderar seu trabalho a partir do aspecto de que um homem, com uma profissão reconhecida e de possíveis poderes aquisitivos, tenha o procurado, ressaltando a intencionalidade de demonstrar que seu reconhecimento não é somente em torno da comunidade do município.

O segundo ponto é a própria dinâmica da manifestação cultural. H. B. citou que o remédio contra a gastrite é feito com o azeite da mamona, enfatizando, novamente, a importância dos conhecimentos populares das plantas no benzimento, ou seja, a estreita relação entre a medicina popular e a prática. Entretanto, ao contar que realizou uma oração para o homem, evidencia-se uma conjuntura da benzeção formada pela utilização de elementos naturais (azeite de mamona) e pela força da palavra, a qual, no ato de benzer:

Leva os devotos, benzedor e benzido, a participarem de um universo mais vasto, permeado pelas forças míticas que se revelam por meio das fórmulas de benzeções. Os ensalmos, geralmente, têm a oralidade como suporte e expressam, para além da cura, uma conceptualização de mundo específica de seus usuários. A recorrência dessas fórmulas e de outras similares aponta o seu sentido arquetípico, pois se referem ao fato de que em diferentes épocas e em diferentes grupos sociais os homens sempre manifestaram o desejo de compartilhar a vivência do sagrado criando, para isso, canais de comunicação entre os deuses e seus devotos. (GOMES; PEREIRA, 2018, p. 17)

O benzedor, conforme apontado como um intermediário entre o sagrado e o cotidiano, utiliza das orações, transmitidas entre gerações, geralmente entre parentes, como um auxílio de força para alcançar a cura do doente e, por isso, as palavras pronunciadas não são desarticuladas, mas são possuidoras de sentidos e de significações para os devotos. Sendo assim, as rezas têm um poderio da cura e, o benzedor, por meio da predestinação do seu dom, utiliza elas contra os desequilíbrios do corpo e do espírito. Todavia, apesar da crença no poderio das palavras e do dom do praticante, a fé constitui como principal circunstância para conseguir a graça:

H. B.: É dom, não é qualquer um que benze. Senão todo mundo benzia, qualquer um podia benzer né. É uma coisa que vem por Deus.

H. B.: A fé. Santaíada ajuda né. Cê pede com fé pro santo, ele te ajuda. É bom o santo ajudar. Cê sozinho não faz nada. Eu não sou nada sozinho. Sou nada. [...] eu não tenho força de nada, minha fé que ajuda.

No primeiro recorte, destaca-se o dom concedido por Deus e a afirmação do sagrado no que se refere que nem todos os seres humanos podem benzer, somente aqueles escolhidos,

contudo, na continuidade do segundo trecho, apesar de considerar como dom, H. B. evidencia a dependência de sua fé e dos santos. Nessa narrativa, a fé está ligada à sua devoção pelos santos e, logo, a cura ocorre principalmente devido ao aspecto religioso. Por isso, na entrevista, H. B. também relatou que, mesmo tendo preferência por benzer presencialmente, há a possibilidade de realizar as benzeduras a distância, necessitando apenas do nome ou foto do indivíduo ou do animal em sofrimento e o escreve em um papel, pedindo para os santos, no oratório de seu quarto, intercederem.

Imagem 6: Oratório no quarto de H.B.



Fonte: Fotografia da autora.

Na imagem acima, além de uma variedade de santos católicos que compõe seu oratório, há guias da Umbanda, as quais, de acordo com H. B., também são usadas durante o processo da benção. Na imagem, atenta-se para duas fotos (uma delas três por quatro) e para um papel entre os santos, todos referentes aos indivíduos que estavam sendo benzidos a distância, pois é comum, dependendo do malefício, que o benzedeiro realize mais de uma vez a benção.

No que concerne às benzeduras não presenciais, H. B. acrescentou que aderiu o telefone celular para a realização de algumas benções, para que os indivíduos o procurem se não puderem ir até sua casa e para saber se estes melhoraram de seus malefícios. Essa possibilidade, além de enfatizar que o elemento principal na eficácia da prática é a fé, já que não precisa necessariamente da presença física da pessoa, também configura um dos exemplos das transformações da prática nesses anos 2000, ou seja, a incorporação da tecnologia:

Num primeiro momento, pode-se pensar que a benzedura seja um resíduo de tempos passados, como uma grande fortaleza que deixou de ser utilizada e se encontra entregue ao tempo para sua total destruição. Longe disso, a benzedura é um entre outros sistemas de cura que são utilizados pelos grupos populares. O que podemos afirmar é que essa prática (assim como toda prática social) vem sofrendo uma série de modificações. Não poderia ser de outra forma, uma vez que, como toda prática social, a benzedura vai estar sempre num processo de reconstrução, ganhando sentido apenas em razão de sua articulação com o social. (QUINTANA, 1999, p. 50)

Com as mudanças tecnológicas ocorridas longo dos anos 2000, observa-se que o benzedeiro reconstruiu o seu ofício, aderindo outras maneiras de execução da benção por meio do uso do telefone celular, o que difere, por exemplo, de suas benzeduras da década de 1990. Nesse âmbito da prática ser realizada a distância, conforme assinalado, ao possuir uma fotografia ou ao anotar o nome das pessoas/animais e solicitar a ajuda dos santos, constitui uma presença significativa da devoção aos santos e a crença nas suas interseções na prática.

Além dos mais, atrela-se a uma questão identitária na medida em que, a devoção, pode possuir um significado além do próprio indivíduo, como no caso de H. B., que é devoto de Santa Apolônia e seus avós e sua mãe também eram devotos dela, transmitindo, no plano simbólico, a devoção. Essa configuração faz parte do próprio processo simbólico da religiosidade caipira, cujas relações entre o fiel e o sujeito sagrado são “conduzidas por meio de trocas simples entre a pessoa e o santo. Rezas pessoais, fórmulas de pedido ou de evitação, obrigações cerimoniais, promessas, reconhecimento de resposta simbólica eficaz, são alguns exemplos”. (BRANDÃO, 1985, p. 29)

Investigar, por meio da fonte oral, esse sistema simbólico e suas significações, demonstra como os indivíduos podem experienciar a doença e a cura de uma maneira relacionada com o ambiente imaterial. Isso demonstra a complexidade em relação à análise da experiência, configurando variados sistemas densos que devem ser reexaminados, pois, considerando o entendimento de E. P. Thompson (1981), as pessoas não somente vivenciam sua própria experiência apenas como ideias, elas “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas”. (THOMPSON, 1981, p. 189)

Dessa maneira, o benzimento não necessariamente equivale ao trabalho do médico ou a uma profissão, mas se encontra em um plano mais complexo, envolvido, como evidenciado, às

significações religiosas, à experiência social e à herança cultural, possuindo um sistema simbólico relacionado a um contexto específico, pois toda “prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições”. (SILVA, 2003, p. 33)

Os usos e os sentidos desse ofício são ressignificados constantemente e, no específico caso de H. B., ocorreram modificações e permanências ao longo de mais de cinquenta anos de experiência enquanto benzedor. Respetivamente nas orações, o benzedor explicou que muitas foram aprendidas com sua mãe, a qual aprendeu com seu avô e assim sucessivamente. Elas continuaram sendo utilizadas, entretanto, ao longo de sua própria vivência, H. B. incorporou outras orações aprendidas na religião Umbanda. É importante frisar o contato com religiões, pois, apesar do benzimento se constituir como uma manifestação autônoma, “o modo como cada profissional encaminha a sua bênção revela a sua formação religiosa e sua visão de mundo, da qual a sua bênção é uma das expressões”. (OLIVEIRA, 1985, p.13)

Nesse sentido, observa-se a modificação da prática por meio da própria experiência de cada benzedor. Além das rezas, H. B. incorporou outros elementos, como o uso das guias no processo, conforme ilustrado na imagem 6. Já em relação às doenças, apesar de suas especificidades no ofício, também são compreendidas como fenômenos socioculturais, seguindo na mesma perspectiva de mudanças e permanências. O benzedor descreveu que, antigamente, costumava-se benzer o que denominou como “cachorro louco” e “tosse cumprida”, as quais não presencia mais e, ao ser indagado sobre seu avô benzedor, contou que, além das doenças destacadas acima, ele benzia bastante sarampo e cachumba, as quais H. B. também não observa mais casos.

Através da descrição do benzedor, o cachorro louco e tosse cumprida podem ser enquadradas enquanto malefícios específicos da benzeção, bem como o mau-olhado e o quebrante/quebranto. Contudo, o cachorro louco possui algumas semelhanças com a raiva canina, como exposto no trecho abaixo:

H. B.: O cachorro dava dor de dente nele, não tinha remédio, ficava louquinho. Se visse um cachorro de longe, ele ia onde tava o cachorro pra brigar, batia e o cachorro ficava louco. O outro cachorro que ele batia também ficava.

A agressividade do animal e a transmissão indicados, são dois dos sintomas da raiva, o que permite estabelecer uma conexão entre ambos e uma explicação para o desaparecimento da

procura da benção contra o cachorro louco, uma vez que, atualmente, há vacinação gratuita anualmente contra a raiva. Todavia, a dor de dente não se enquadra nos sintomas, o que configura apenas como uma possibilidade. Em contraponto, sobre as doenças sarampo e caxumba, as quais o avô de H. B. benzia com frequência, ambas possuem prevenção com a Vacina Tríplice Viral e, por isso, é um dos fatores que contribuem para que o benzedeiro, diferente do seu avô, não trabalhe com benzeduras destinadas a essas doenças.

Essas modificações e permanências, relacionas com o parâmetro mais geral, demonstram como a prática cultural se delinea no recorte dos anos 2000, ou seja, delimitado em um contexto específico, pois, seguindo no encaixo de E. P. Thompson (1998), deve-se apresentar um cuidado com generalizações, sendo que o próprio termo cultura é um emaranhado de múltiplas atividades em um só feixe, e, por isso, é “necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais de hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das reações sociais”. (THOMPSON, 1998, p. 22)

Outras particularidade que enfatiza a complexidade dessa manifestação cultural e do seu sistema simbólico, são as proximidades com a medicina erudita por meio das possíveis procuras do benzimento por parte de médicos:

H. B.: [...] As vezes de eu falar as coisa aqui, eles falam, “fui lá pra consultar, o médico falou a mesma coisa que você falou pra mim!” [fala da pessoa]. Falou desse jeito, juro por Deus, as vez eles fala, “ah o que se tá falando é a mesma coisa que o médico falou pra mim, o remédio pra eu tomar”. É assim. Dr. M. (médico) já pediu oração pra mim, já veio aqui.

H. B.: Ajudar ele né? (agora em relação a outro médico) Andava doente, também ajuda ele na política, povo tava muito revoltado contra ele. Cê viu comé que acarmou um pouco? Eles estava revoltado contra ele, coitado, não tem muita experiência.

Na primeira passagem, o benzedeiro aponta sobre o seu conhecimento popular não estar totalmente dissociado da medicina erudita, visto que as próprias pessoas apontam semelhanças entre os discursos. Essa questão pode expressar, no que concerne às compreensões dos indivíduos, que nem sempre a medicina erudita e a popular são vistas como opostas, podendo, em alguns episódios, ser complementares, pois, do mesmo modo em que, um mesmo sujeito, pode frequentar tanto o consultório médico, quanto a casa do benzedeiro. Entretanto, esse convívio não é identificado como uma contradição, mas fazendo parte do seu próprio aspecto identitário atrelado às permeabilidades culturais.

Ainda sobre a transcrição acima, o final da primeira passagem alude a um médico da região e, o segundo trecho, refere-se a outro médico local, o qual também é ligado à esfera política. A possível procura do benzimento por parte de agentes da medicina tradicional, como relatado por H. B., pondera esse questionamento de extrema oposição, pois a prática está relacionada não somente com a medicina popular, mas também com aspectos religiosos, identitários e referentes à própria experiência do ser social, os quais não são reduzidos às oposições absolutas, podendo, sendo assim, apresentar circularidades, como proposto por Mikhail Bakhtin e trabalhado por Carlo Ginzburg (2006), encontrando “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”. (GINZBURG, 2006, p. 10)

Esses três pontos campos (religioso, identitário e da experiência), estão ressaltados no segundo trecho através da fala do benzedeiro sobre ter sido procurado pelo médico para abençoá-lo contra o malefício no corpo físico e também referente ao meio imaterial, mencionando empecilhos nas relações sociais. Isso demonstra uma proximidade através da crença religiosa no poderio do benzedor. Todavia, ao mesmo tempo da presença desse convívio, deve-se considerar a presença de tensões em múltiplas particularidades da prática, como no exemplo transcrito abaixo:

H. B: Eles chama eu de feiticeiro né. Alguns chama. Eu não dou confiança. “Ala vai indo o feiticeiro lá”. Já vi e não dou confiança [...]. Já falaram, “por que o feiticeiro veio na Igreja?”

O empregado do termo feiticeiro possui uma conotação pejorativa, expressando o preconceito pelo ofício. O benzedeiro declarou que o questionamento “por que o feiticeiro veio na Igreja?”, foi realizado em uma de suas idas à Igreja Católica, o que configura em uma intolerância por parte de outros fiéis. Essas situações exprimem como o plano religioso pode possuir aproximações, como, nesse caso, profissionais da medicina que procuraram o benzimento pela crença religiosa na sua eficácia, mas também, por meio da ida do benzedeiro à Igreja, divergências e relações de poderio, marcando a diferenciação e a exclusão social.

Considerações finais

O presente artigo, analisou três eixes centrais a partir da prática do benzimento: religiosidade, doença e poderio e como elas se relacionam em um contexto específico nos anos 2000 no município de Caldas, Minas Gerais. Deve-se considerar que, a investigação realizada nesse recorte temporal e com o próprio benzedeiro, foi possibilitada por meio da fonte oral,

demonstrando a relevância dessa tipologia de fonte para a abordagem do indivíduo na pesquisa histórica. Considera-se também as contribuições da História Social, a qual mantém no “seu nexo básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos identidade coletivos - *sociais* – na explicação histórica”. (CASTRO, 2011, p. 50)

Dessa maneira, por meio da sinalização de alguns dos aspectos gerais e particulares do município de Caldas, observou que a prática do benzimento se relaciona com as condições do meio social, a exemplo a ruralidade presente. Por esse ângulo, verifica-se que a manifestação apresenta vestígios de dinâmicas sociais, pois a sua própria atuação (benzeduras) se direciona às necessidades sociais. Essa perspectiva evidencia o benzimento não como algo arcaico, mas um saber em-se-fazendo no aqui e no agora, de “um trabalho feito no calor da hora. Não como um fenômeno captado na sua aparência, mas falo de uma história, a história da expropriação de um dos muitos sujeitos das classes populares que operam o seu ofício por meio de um saber que lhes é próprio”. (OLIVEIRA, 1985, p. 7-8)

Sob essa consideração, a benzeção possui modificações e permanências entre suas fórmulas e seus sentidos, os quais são singulares e revelam determinadas percepções da realidade de como os indivíduos lidam com a doença e a cura no seu cotidiano, além dos próprios vestígios sobre configurações e concepções da religiosidade e da medicina popular nesse contexto histórico. A busca pela benzedura está vinculada às questões simbólicas, da experiência e da herança cultural, as quais, em conjunto, compõem uma importante teia de crenças e de significações entre os devotos, apresentando, ora aproximações, ora tensões sociais.

Fonte:

H. B., nascido em 19 de setembro de 1943, em Caldas, Minas Gerais. A entrevista oral teve duração de 115 minutos e 33 segundos. Realizada em 5 de junho de 2020.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do sagrado**: estudos de religião e ritual. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEVI-STRAUSS. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LOYALA, Maria Andrea Rios. Medicina popular: rezas e curas de corpo e de alma. In: **Ciência Hoje** – Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. vol. 6. n. 35. p. 35-43. set. 1967. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/310806738_Medicina_popular_rezas_e_curas_de_corpo_e_de_alma.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: LINDER; Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (orgs.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios. Porto Alegre: Evangraf, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495>.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é Benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Sociologia - O catolicismo rústico no Brasil. **IEB**: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 5, p. 104-123, dez. 1968. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45715>.

QUINTANA, Alberto. **A ciência da benzedura**: mau olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise. Bauru : EDUSC, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Núbio Pereira de Magalhães; PEREIRA; Edmilson de Almeida. **Assim se benze em Minas Gerais**: um estudo sobre a cura através da palavra. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

_____. **Flor do não esquecimento**: Cultura Popular e processos de transformação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, v. 15, n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos**: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura

popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981.

Indústria farmacêutica durante os anos (nem tão) dourados: euforia e desencanto (1950-1960)

Pharmaceutical industry during the (not so) 'golden age':
euphoria and disenchantment (1950-1960)

Francieli Lunelli Santos

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
francieli.lunelli@gmail.com

Recebido em: 09/07/2020

Aprovado em: 21/08/2020

Resumo: O artigo que segue faz uma análise sobre a história da indústria farmacêutica perpassando aspectos sobre o desenvolvimento da ciência, no âmbito da produção de medicamentos, durante as décadas de 1950 e 1960. Repercute ainda a ausência de controle dos processos produtivos, comercialização e até mesmo dos efeitos colaterais gerados por determinadas drogas em circulação no referido contexto. Realiza-se uma incursão sobre os anos dourados da indústria farmacêutica na Europa, Estados Unidos e Brasil. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico e industrial, dentro de uma sociedade perplexa com seu alto grau de aperfeiçoamento se viu colapsada pelas consequências de seu próprio progresso científico. Assim, tal contexto traz em seu bojo, problemas que podem ser superados pelos efeitos benéficos premeditados. Apresenta-se como resultado da pesquisa bibliográfica e documental, a partir da mídia impressa brasileira, que o contexto dos anos dourados foi propício para a falta de controle e regulamentação que gerou potenciais efeitos colaterais. Tardiamente, em alguns casos surgiram estudos sobre a influência de riscos e pesquisas orientadas pela bioética.

Palavras-chave: história da indústria farmacêutica; mídia impressa; anos dourados.

Abstract: The following paper analyzes the history of the pharmaceutical industry through aspects of the development of science, in the scope of the production of medicines, during the 1950s and 1960s. It also discusses the absence of control of the productive processes, commercialization and even of the side effects of certain drugs in circulation in the referred context. It delves into the golden years of the pharmaceutical industry in Europe, the United States and Brazil. In contrast, technical and industrial development, within a society perplexed by its high degree of improvement, was collapsed by the consequences of its own scientific progress. In such a way, this context brings with it, problems that can be overcome by the premeditated beneficial effects. As a result of the bibliographic and documentary research, based on the Brazilian press media, the context of the golden years was conducive to the absence of control

and regulation that generated potential side effects. Later, in some cases, studies on the influence of risks and research guided by bioethics emerged.

Keywords: history of the pharmaceutical industry; press media; golden years.

Introdução

A década de 1950 se abriu como momento oportuno para o desenvolvimento de diversos tipos de indústrias. Se o mundo se recuperava dos abalos econômicos, sociais e políticos causados pela Segunda Guerra Mundial, países diversos continuavam a valorizar o poderio bélico das nações em virtude do contexto da Guerra Fria, ao passo que cresciam também os interesses por novos produtos em variados setores científicos e tecnológicos. Eric Hobsbawm indica que tal conjuntura

[...] encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento [...]. Todo mundo exportava armas. Economias socialistas e alguns Estados capitalistas em declínio, como a Grã-Bretanha, pouco mais tinham a exportar que fosse competitivo no mercado mundial. (HOBRAWM, 1995, p. 250).

Rock Brynner e Trent Stephens, na obra *Dark Remedy*, pontuam que a década de 1950 “[...] proclamou uma era de novos sonhos. Otimismo e energia estavam em todos os lugares em 1957. A Segunda Guerra retrocedeu na memória e o *baby boom* do pós-guerra atingiu seu ápice.” (BRYNNER; STEPHENS, 2001, p. 1). De acordo com os autores, a ciência disseminou massivamente inovações para a vida cotidiana, “[...] com a ilusão de que o Mundo do Amanhã já tinha começado a chegar. Esposas poderiam servir o jantar em 20 minutos. [...]. E parecia que o DDT estava prestes a eradicar os insetos de uma vez por todas.” (BRYNNER; STEPHENS, 2001, p. 1). O Dicloro-difenil-tricloroetano, composto químico utilizado como pesticida, que, além de tal função, promoveu a contenção do avanço de doenças como malária, febre amarela e febre tifoide.

O DDT foi sintetizado na Alemanha, em 1874, e seu criador, o químico suíço Paul Müller, recebeu o prêmio Nobel de Medicina, em 1945, pelo desenvolvimento da fórmula. Claudio D’Amato *et al.* (2002), que escrevem sobre a toxicidade e contaminação do DDT,

indicam que o uso do produto foi conveniente durante a Segunda Guerra no combate ao tifo e a piolhos em soldados, passando, então, a ser usado em diversos países devido a seu baixo custo e eficácia garantida. Para o período analisado, desconheciam-se, ou simplesmente desconsideravam-se as possibilidades de risco acerca de avanços desse ramo farmacêutico. A indústria fascinava pelo poder de inserir no mercado grande quantidade de marcas responsáveis não só pela cura física ou controle dos sintomas de determinados males, como também por fazer desaparecerem distúrbios de ordem psíquica.

Diante de tal contexto, apresentam-se características do desenvolvimento da indústria farmacêutica europeia, americana e brasileira nos anos de 1950 e 1960, com destaque para os produtos quimiossintéticos e suas consequências. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica e uma análise da mídia impressa no período, em especial o segmento jornalístico brasileiro. Foram coletadas notícias a respeito do tema através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Optou-se por analisar diversos jornais diferentes, porque se percebeu uma complementaridade nas notícias, o que permitiu construir uma narrativa e colocar os eventos em perspectiva cronológica. Nesse sentido, entende-se a comunicação impressa como ferramenta para a divulgação de informações de interesse público e canal de conhecimento entre instituições (científicas, econômicas, políticas) e o público leitor em geral.

A mídia denunciava eventos sobre os efeitos perniciosos da vida moderna aliada ao consumo de fármacos. Além disso, entende-se que também agendava os assuntos a serem resolvidos pelo poder público, pois se compreendeu que jornais, por seu conteúdo, seriam capazes de promover certas intervenções do Estado, como afirmam as historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007). Assim, a mídia criou uma escala de prioridades na forma com que apresentavam temas e sujeitos sociais, como as pessoas e procedimentos relacionados à toxicidade dos medicamentos, a fiscalização e proibição desses produtos. Tal maneira de priorizar ou não determinados temas indica “[...] o movimento político e posicionamentos na conjuntura, a costura de alinhamentos sociais e políticos, a negociação de pactos.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263).

Entende-se que a mídia colocou luzes sobre uma sociedade que perdeu o controle sobre os riscos que emanam do alto grau de seu desenvolvimento científico e tecnológico, processo esse que não está alheio ao contexto econômico global. As exigências de alta produtividade, a

ciência utilizada sem critérios e os impactos gerados pela indústria hipercompetitiva (PEREIRA, 2012) pressupõe o aumento da concentração de riqueza ao mesmo tempo em que são desconsiderados direitos sociais e necessidades humanas mais básicas. (PEREIRA, 2009). O período pós-Segunda Guerra mundial, de acordo com Catalina Kiss, em pesquisa sobre acesso de medicamentos,

gerou o fenômeno conhecido por *Welfare State* (ESPING-ANDERSEN, 1991), que contribuiu para a formação de um grande mercado público para os medicamentos. [...] A íntima relação estabelecida entre o setor [farmacêutico] e as políticas de proteção social do Estado contribuiu, sobretudo, para reduzir a incerteza na demanda por medicamentos (KISS, 2018, p. 54).

Para a economista Vanderléia Radaelli a indústria farmacêutica, no decorrer do século XX,

expandiu-se para praticamente todos os mercados nacionais [...]. Ao longo do processo de consolidação da indústria, as empresas foram, desde seus estágios iniciais, construindo trajetórias tecnológicas baseadas na distribuição das inovações criadas no desenvolvimento de novos princípios ativos e no tempo e no espaço físico, além de assegurarem métodos de pressão e garantias de apropriação dos esforços despendidos na investigação para novos medicamentos. (RADAELLI, 2008, p. 448)

Tal contexto foi oportunizador do desenvolvimento de experiências científicas e inovações ao mercado farmacêutico, em plena expansão. Envolto por este clima de reconstrução e otimismo, o desenvolvimento do setor farmacêutico aliado à pujança econômica é o que se evidencia a seguir.

Anos de euforia

Durante os anos iniciais da Guerra Fria, ocorreu a reconstrução da Europa e logo os países ocidentais passaram a viver “[...] uma era de inesperada e disseminada prosperidade, [...] o que antes era um luxo tornou-se padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos.” (HOSBAWM, 1995, p. 239). Assim, segundo o historiador, “[...] em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais”. (HOSBAWM, 1995, p. 259).

A tecnologia produzida ou aperfeiçoada durante o conflito, com a nova conjuntura de paz e com o crescimento econômico do período, passava a simbolizar “[...] a confiança na máquina

como instrumento de criação e de bem-estar.” (GLIK, 2010, p. 230). Dessa forma, a industrialização vivenciada nas décadas de 1950 e 1960, bem como os estímulos para a aquisição de bens de consumo, transformaram significativamente o cotidiano das pessoas, alterando hábitos privados relacionados à vida doméstica. Entre as mudanças está o aumento do consumo de fármacos com diversas finalidades, como por exemplo a busca de alternativas que facilitassem o sono contínuo e ao mesmo tempo sem efeitos colaterais no dia seguinte, o que tornou diversas drogas com potencial soporífero sucesso de mercado nos primeiros anos da década de 1950. Jorge Antonio Zepeda Bermudez, que possui uma extensa produção em pesquisa sobre a indústria de medicamentos no Brasil, refere que, antes disso, ainda na década de 1940, houve um crescimento exponencial desse setor industrial em termos globais; desenvolvimento de uma escala muito maior de produtos, a partir da verticalização do estágio tecnológico, bem como da articulação entre governo, indústrias e pesquisas promovidas por universidades (BERMUDEZ, 1995, p. 24).

Felipe Monte Cardoso, em sua dissertação sobre a relação entre saúde enquanto um negócio lucrativo e a questão social, mediada pelo Estado (2013, p. 142), indica que nesse período a indústria química intensificou a criação e comercialização de produtos como a descoberta da cortisona (1949), a estreptomicina (1950), o primeiro psicotrópico neuroléptico, a clorpromazina (1952). Todas essas e outras descobertas abriram caminho para desenvolvimento de drogas com efeito no sistema nervoso. Não se pode deixar de destacar as vacinas para pólio (1955), o anticoncepcional (1960), como também os anti-hipertensivos – clorotiazida e propranolol (1964). Hobsbawm destaca que “[...] as principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a [segunda] guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico” (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

Conforme aponta Catalina Kiss, “os antibióticos fortaleceram também a indústria e seus produtos no imaginário coletivo, dando à primeira um instrumento fortíssimo de conquista dos corações e mentes de médicos, pacientes e da sociedade em geral, além de aumentar seu poder de barganha junto aos Estados nacionais” (KISS, 2018, p. 53). Hobsbawm explica ainda que um dos aspectos alterados nesse cenário, via indústria de fármacos, faz referência à revolução sexual. Com a ampliação da produção e consumo dos antibióticos, doenças sexualmente transmissíveis

tornavam-se passíveis de controle e disseminação, além evidentemente do uso mais amplo da pílula anticoncepcional. A indústria farmacêutica inovava apresentando em cápsulas, comprimidos e xaropes soluções para problemas de longa data.

Aldous Huxley, autor de *Admirável mundo novo*, em 1957, escreveu sobre o assunto, sugerindo que uma “revolução farmacológica” estava em marcha:

Tais descobertas serão mais importantes, mais genuinamente revolucionárias, do que as descobertas recentes no campo da física nuclear [...]. Os farmacologistas, no entanto, nos proporcionarão coisas que a maioria dos seres humanos nunca teve antes. Se quisermos alegria, paz e amor, eles nos darão amor, paz e alegria. Se quisermos beleza, eles transfigurarão o mundo exterior abrindo-nos as portas de visões portentosas [...]. Será necessária uma revisão e reconsideração de todas as nossas idéias correntes sobre a natureza do espírito, na contextura da revolução farmacológica. (HUXLEY, 1957 *apud* SILVA, 1959, p. 185-186).

No contexto dos estudos desenvolvidos pela Escola Alemã, pautada pela química orgânica sintética, tendo sido nesse contexto que emergiu o desenvolvimento dos sedativos e barbitúricos. A quimiossíntese europeia, em especial a alemã, se destacou mundialmente através de empresas como Bayer, Sandoz e Hoeschst, assim como a suíça Ciba. Tais empresas

[...] acumularam competências técnicas na química orgânica, o que possibilitou angariar vantagens técnicas e comerciais, aumento das capacidades e da sofisticação do conhecimento científico e tecnológico construído com sintéticos, só que agora aplicados também em produtos farmacêuticos. (RADAELLI, 2008, p. 451).

As descobertas acidentais fazem parte da história da indústria farmacêutica, como explica Radaelli, sobre o método *serendipity*, que produziu inovações, caso da penicilina e do aspartame.

[...] ainda que esse procedimento acidental seja ainda hoje empregado, pode-se dizer que o *serendipity* como procedimento exclusivo de pesquisa farmacêutica se mostra hoje incompatível com os avanços científicos tanto na área molecular quanto nas tecnologias, com destaque para a bioinformática. Isso porque, além de não ser muito seletivo em termos de alvo biológico, esse método requer pelo menos quatro anos para produzir um único composto.” (RADAELLI, 2008, p. 448).

Para o mundo ocidental, a época compreendida entre os anos 1950 e 1960 é rotulada por muitos autores, incluindo o historiador e médico, José Augusto Cabral Barros, (1995), como “Idade de Ouro da Indústria Farmacêutica”. Barros discorre sobre a tênue relação entre

propaganda e indústria farmacêutica. O crescimento vertiginoso da indústria farmacêutica foi marcado por sua repercussão na imprensa brasileira. As mudanças do período – consideradas como melhorias da vida moderna – eram incorporadas através da propaganda nos meios de comunicação impressa. Os jornais estampavam propagandas de medicamentos que prometiam alívio de sintomas sem efeitos colaterais, garantidos pela comunidade científica e facilmente encontrados nas drogarias.

A publicidade, da qual a indústria farmacêutica está entre os maiores entusiastas, também é pilar fundamental de sua estratégia. Em 1963, os gastos com publicidade constituíam o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento das companhias farmacêuticas estadunidenses (12% versus 6,1% do total), a maior proporção entre todos os ramos industriais (CARDOSO, 2013, p. 143).

Além da publicidade nos meios de comunicação correntes, a indústria utilizava outras estratégias para divulgar seus produtos. A distribuição de brindes para médicos e farmacêuticos, financiamento de jalecos, receituários, canetas entre outros objetos da prática desses profissionais. Brindes por ocasião da formatura oferecidos pelas empresas, que solicitavam aos estudantes em vias de terminarem seus cursos, que procurassem os escritórios para retirarem seus presentes. Sobre isso Bermudez reforça que

*fica então perfeitamente evidenciado o investimento que a indústria tende a priorizar no sentido de *lobby* junto aos estudantes de medicina e de outras áreas das Ciências da Saúde, junto aos médicos e a outros profissionais de saúde no sentido de, através de documentação científica, material de propaganda, amostras grátis e financiamento de eventos, e da respectiva participação dos referidos profissionais, pressionar para a prescrição das correspondentes marcas de fantasia (BERMUDEZ, 1992, p. 23).*

As estratégias mercadológicas para popularizar o uso e consumo frequente de determinados fármacos foram amplas e a concessão de benefícios estreitaram os laços entre as nascentes indústrias farmacêuticas e a classe médica. Como já apontado pelos historiadores José Augusto Leandro e Francieli Lunelli Santos (2013), que analisaram as representações sobre a talidomida na mídia impressa brasileira, o sucesso de diversos medicamentos, nesse ínterim, deu-se pelo papel desempenhado pelos Laboratórios junto aos profissionais da saúde, em que pesem os médicos. E para o contexto imediatamente posterior ao tratado neste artigo, Bermudez

ressalta “um dado estarrecedor é a verificação de que em 1970 era estimado no Brasil um representante de laboratório para cada três médicos.” (BERMUDEZ, 1992, p. 23)

Novos fármacos e produtos de toalete lançados nos Estados Unidos e na Europa em reconstrução reforçaram os “anos dourados” da indústria farmacêutica. Esse desenvolvimento se fazia com o aval do Estado e sob a proteção dele. Conforme Brynner e Stephens (2001), somente nos Estados Unidos 400 novas drogas eram colocadas no mercado a cada ano, sendo que as “prescrições tinham quase quadruplicado ao longo dos últimos vinte anos, e as exportações de drogas aumentaram vinte vezes desde a Segunda Guerra Mundial.” (p. 18). Tal configuração demonstra a ascensão da medicalização da vida, conceituada por José Paulo Drummond, que escreve *Bioética, dor e sofrimento* (2011) como “[...] a onipresença social, às vezes devastadora, das concepções médicas [...]”, de tal maneira que se “[...] cria ao paciente situações de subordinação e transforma o aparelho biomédico do sistema industrial em instituição quase autocrática” (2011, p. 33). A criação da necessidade e a relação com estabelecida entre saúde e consumo de fármacos desencadeou efeitos nem tão auspiciosos.

Anos de desencanto

Neste item aponta-se como alguns ganhos da ciência, principalmente da indústria farmacêutica, se converteram em perdas emblemáticas na medida em que sua utilização foi atravessada pelos efeitos colaterais descartados, subestimados ou totalmente desconhecidos do uso dos produtos farmacológicos. Hobsbawm (1995) apresenta uma visão crítica da realidade contemporânea, indicando a quebra das utopias e expectativas e desconstruindo as narrativas que representam principalmente a década de 1950 como “Era de Ouro”. (HOBSBAWM, 1995). O historiador destaca também os efeitos de subprodutos oriundos daquele mesmo contexto de euforia proporcionado pela ciência, afirmando que “[...] o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado.” (HOBSBAWM, 1995, p. 228).

O tema despertou atenção da bióloga norte-americana Rachel Carson, que em 1962 lançava a obra *Primavera Silenciosa*, a qual foi alvo de inúmeras críticas por centrar-se no perigo que o uso do dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) representava para a humanidade e para a natureza, já mencionado anteriormente neste artigo. Apesar dos alertas feitos por Carson, o uso do DDT

foi liberado nos EUA. Só dez anos depois é que a Agência de Proteção Ambiental (EPA) proibiu sua fabricação e consumo naquele país. O título do livro de Carson remete aos pássaros que afetados pelas constantes pulverizações já não anunciavam mais a primavera, em breve transformada em “verão ruidoso” (SILENT..., p. 1962, p. 1).

Vê-se, então, que produtos utilizados como propaladores de benesses da vida moderna agora ofereciam riscos à saúde humana e riscos ambientais. No contexto farmacológico, pode-se chamar esses efeitos negativos como iatrogenia medicamentosa. Nesse sentido, em caráter de denúncia, Carson criticava publicamente os benefícios trazidos por uma ciência (in)consequente e pelas conquistas tecnológicas nascentes naqueles anos pós-Guerra. Antes de ter falecido precocemente em virtude de um câncer (apenas dois anos depois do lançamento de *Primavera Silenciosa*), a autora formulou questões sobre as possíveis adversidades do desenvolvimento científico a qualquer custo e sem estudos conclusivos ou suficientes acerca de seus efeitos deletérios. Nesse sentido, observa-se, ainda, a conclusão a que Carson chega:

Tudo isto acontece em consequência do surto repentino e do prodigioso crescimento da indústria criada para a produção de produtos químicos, elaborados pela mão do homem, ou sintetizados, mas sempre dotados de propriedades mortíferas para os insetos. Esta indústria é um dos frutos da Segunda Guerra Mundial. (CARSON, 1962, p. 26).

Não se deixa de considerar aqui como motor desse desenvolvimento os interesses econômicos, próprios do capitalismo industrial multinacional emergente naquelas décadas de 1950 e 1960. Carson evidenciou o fenômeno que o sociólogo alemão, Ulrich Beck (2010) denominaria, anos mais tarde, como reflexividade. Se até meados da Idade Moderna os riscos podiam ser calculados e incorporados às oportunidades como perigos potenciais, atualmente boa gama deles se torna absurdamente imprevisível. Dessa forma, a ciência que diagnosticou e se propôs a resolver problemas, transformou-se, através de sua alta capacidade tecnológica, em produtora de riscos. A intoxicação por substâncias presentes em alimentos, na água ou mesmo no ar, expõe o ser humano a uma posição de vulnerabilidade diante de elementos carcinógenos e teratógenos, por exemplo, que se configuram como produtos indesejados da industrialização e aparentam ser consequências fora do controle humano, justamente pela falta de previsibilidade de seus riscos.

O filósofo e médico Georges Canguilhem (2009) já destacava na década de 1940, ao publicar *O Normal e o Patológico*, que “apesar de tantos esforços louváveis para introduzir métodos de racionalização científica, o essencial dessa ciência ainda era a clínica e a terapêutica, isto é, uma técnica de instauração e de restauração do normal, que não pode ser inteiramente reduzida ao simples conhecimento” (CANGUILHEM, 2009, p. 10). Mais à frente, Canguilhem explica que “a convicção de poder restaurar cientificamente o normal é tal que acaba por anular o patológico. A doença deixa de ser objeto de angústia para o homem são, e torna-se objeto de estudo para o teórico da saúde.” (CANGUILHEM, 2009, p. 13).

Essa lógica científica (médico-farmacêutica) se incutiu paulatinamente na vida cotidiana estabelecendo classificações e hierarquizações sobre o que é “normal” e o que é “patológico”, sendo este último signo de desvio, de anormalidade, de mal a ser combatido, e não como um dos múltiplos aspectos da experiência humana. A respeito das questões que envolvem a experiência corporal, conforme refere Canguilhem que doença não é um fato objetivo, apenas adepto da classificação do conhecimento científico, mais especificamente médico. Há uma preocupação sistemática dos esforços da medicina e a farmacologia em restaurar a normalidade orgânica. Segundo Canguilhem (2009),

Normal é o termo pelo qual o século XIX vai designar o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. [...]. Tanto a reforma hospitalar como a pedagógica exprimem uma exigência de racionalização que se manifesta também na política, como se manifesta na economia, sob a influência de um maquinismo industrial nascente que levará, enfim, ao que se chamou, desde então, de normalização. (CANGUILHEM, p. 108).

Os “anos dourados” apresentaram outras facetas não tão otimistas quanto ao futuro da humanidade. Um bom resumo desse período é expresso em um ensaio, escrito pelo filósofo Pedro Duarte de Andrade, em que adverte o anúncio do mundo entrando numa nova fase. Assim, de acordo com o autor, a década de 1960

[...] foi, sobretudo, multifacetada: sonho e pesadelo, esperança e medo, liberdade e repressão, arte e guerra, política e ditadura, passado e futuro, utopia e realidade, acolhimento e intolerância [...]. Em meio à diversidade aparente, domina o que é unidimensional, pois produtos e serviços sustentam o mesmo sistema social, que, ao buscar melhoria quantitativa de si, fica imune a transformações qualitativas. Mercadorias e meios de comunicação de massa

trazem atitudes e hábitos prescritos, prendendo consumidores agradavelmente a produtores e, assim, ao todo. (ANDRADE, 2012, p. 14).

Afinal, por mais conforto que o consumo pudesse trazer para a vida cotidiana, pairava certo receio em relação aos desdobramentos das conquistas científicas. Dois exemplos são ilustrativos sobre a fragilidade daquele contexto, e ambos minavam a atmosfera de confiança sobre os destinos dos indivíduos e das coletividades, sendo eles: a possibilidade de aniquilação da espécie humana via guerra nuclear era debatida em inúmeros periódicos e seguia como um dos resultados concretos da divisão do mundo pós 1945; da mesma feita, porém voltada para uma espécie de “aniquilação individual”, o câncer era constantemente noticiado na imprensa como o grande “inimigo” que rondava a vida moderna dos homens e das mulheres. (LEANDRO; SANTOS, 2013).

Outra questão não se pode deixar de apontar: a indústria farmacêutica, também, tratou de desenvolver através da quimiossíntese mecanismos que alterassem o estado de consciência com vistas a diminuir esse mal-estar no mundo pós-guerra. Barbitúricos, sedativos e calmantes tiveram uma grande saída comercial e foram responsáveis pela ampla quantidade de medicamentos vendidos nesse contexto. Conforme Brynner e Stephens (2001), nos EUA as pessoas estavam aprendendo a viver com a carga de ansiedade incessante através do uso de tranquilizantes. Mesmo algum tempo depois de 1945, o medo dos bombardeios e a insegurança dado o contexto da Guerra Fria ambos causavam distúrbios em populações de muitos países da Europa. Com relação a isso, os autores afirmam, também, que:

Não admira que, doze anos mais tarde, muitos alemães e britânicos mostraram dificuldades em dormir à noite. Tranquilizantes e pílulas para dormir desempenharam um grande papel na utopia incerta da década de 1950. Um médico depôs no Congresso que “o povo desta nação está sendo constantemente educado por médicos e indústria farmacêutica para tomar uma droga sempre que se sentir ansioso sobre qualquer coisa”. Para muitas pessoas, [...] as drogas foram “usadas como uma panaceia para resolver problemas pessoais.” (BRYNNER; STEPHENS, 2001, p. 4)

O antropólogo David Le Breton, avaliando aspectos desse consumo exacerbado de fármacos, sugere que não há maiores precauções dos usuários com relação aos efeitos desses excessos, especificamente quanto os psicotrópicos:

A modernidade elevou as emoções à dignidade (científica) de reações químicas. O usuário comum dos psicotrópicos vive a si mesmo como uma espécie de console ligada a um corpo do qual ele programa à vontade os desempenhos afetivos. De uma maneira geral, as técnicas de seu ambiente ensinam-lhe uma moral pragmática da melhor eficácia, sem preocupação real com as consequências a curto ou a longo prazo desse recurso. Elas induzem o sentimento difuso de que há soluções para tudo, mesmo para a vontade de ampliar infinitamente sua capacidade de trabalho ou de tornar finalmente a ter um sono tranquilo. (LE BRETON, 2003, p. 61).

Problema esse que dizia respeito a um comportamento que se tornava cada vez mais evidente: a dependência (e, por consequência, a síndrome da abstinência) dos barbitúricos. Estes eram amplamente prescritos para controlar insônia, para causar tolerância comportamental e para auxiliar em desconfortos psicológicos da vida cotidiana. Em 1962, o jornal *Tribuna da Imprensa* já dirigia críticas ao consumo de produtos desse tipo:

À profilaxia social é outorgado o papel de procurar resolver todos os problemas de excitantes e tranquilizantes, já cognominados de pílulas da felicidade. O abuso, nesse terreno, é impressionante. Basta dizer que nos Estados Unidos foram gastos em 1958 duzentos e quarenta milhões de dólares em sedativos e estimulantes. E no período de um ano, em Nova Iorque, os barbitúricos sintéticos, hipnóticos e sedativos deram origem a 170 mortes, sendo 134 por intoxicação e 36 suicídios, além de 307 tentativas de suicídios, 290 acidentes graves e 12 envenenamentos. (800..., 1962, p. 5).

Como afirmam Sérgio Dario Seibel e Alfredo Toscano Jr., na obra *Dependência de drogas* (2001), os barbitúricos estiveram relacionados diretamente a tentativas de suicídios e casos em que estes foram consumados. A revista *O Cruzeiro* apresentou dados sobre essa prática nos Estados Unidos, evidenciando que, apenas abaixo dos envenenamentos, os barbitúricos e outros soporíferos eram a segunda forma mais utilizada nas tentativas de suicídio de mulheres e “intelectualizados”. (CIÊNCIA..., 1962, p. 56). Várias matérias em edições subseqüentes apontam os barbitúricos sempre em referência à prática de suicídio.

Os dados coletados através da mídia impressa reforçam aquilo que é afirmado por Brynner e Stephens, pois a medicalização via fármacos tomava proporções nunca vistas. Cada vez mais se buscava medicamentos novos classificados como “seguros” quanto aos efeitos colaterais: “Quase todos os tranquilizantes foram barbitúricos perigosos. Mortes por acidente e deliberadas por overdose estavam em ascensão; na verdade, o suicídio por pílulas para dormir era a maneira

mais glamorosa de *check-out*.” (BRYNNER; STEPHENS, 2001, p. 18). Se através de indicações médicas ou não, um número grande de medicamentos das famílias dos tranquilizantes e dos estimulantes chegava com facilidade aos consumidores, sem que se soubesse com propriedade as suas conseqüências no organismo.

A talidomida, medicamento que, quando utilizado durante a gestação, causava má formação do feto, foi fruto desse contexto, sendo um fármaco que foi sintetizado em 1953 pela Ciba, uma companhia suíça, com o objetivo de ser comercializado como anti-histamínico, por um laboratório alemão. Chegou a ser fabricada e vendida em 46 países. Segundo Brynner e Stephens (2001, p. 27), a talidomida também foi inicialmente testada como anticonvulsivo para epiléticos, entretanto, esse potencial do remédio foi logo descartado ao se descobrir um efeito ainda mais vantajoso comercialmente na droga: ela induzia a um sono natural prolongado e reconstituente.

Países centrais como a Alemanha tinham garantidas as parcerias entre instituições de pesquisa e indústria, somadas ao trabalho de pesquisadores renomados, que tinham como tarefa produzir novas drogas e criar novas necessidades de consumo a partir da indústria farmacêutica. Bermudez (1992) e Radaelli (2008) ressaltam que na indústria farmacêutica há uma ampla diferença entre Europa e Estados Unidos em comparação com o Brasil na mesma época. O Brasil, nesse contexto, se situava entre o que Hobsbawm chamou de países em recente industrialização (HOBSBAWM, 1995), que não competiam com as potências industriais europeias ou estadunidenses. Faltava ao Brasil potencial e investimentos para desenvolver medicamentos, alto custo e pouco investimento, por isso se compravam matérias-primas e se adquiria o direito de reproduzir fórmulas, colocando-se nos dois últimos estágios de desenvolvimento desse segmento: o processamento dos compostos e a comercialização dos produtos.

Enfim, a conjuntura que trazia esperança e conforto através do desenvolvimento da indústria de medicamentos no pós-guerra também demonstrava grande fragilidade, uma vez que o frenético aumento das vendas das novas pílulas não era acompanhado da imprescindível cautela sobre os efeitos das mesmas que surgiu apenas anos mais tarde, a partir da pressão da comunidade acadêmica pela criação de regulamentações por meio das agências de controle. É de comum entendimento àqueles que citam a substância em referência à iatrogenia, que foram

insuficientes os estudos sobre os efeitos farmacológicos de diversas drogas em humanos. Segundo Bermudez, somente com a descoberta do efeito teratogênico da droga talidomida, por exemplo, é que se mudou radicalmente o panorama da indústria farmacêutica no início da década de 1960. “Este fato freou o ritmo de lançamento de novos produtos desencadeando um maior rigor nas políticas de registro, ensaios clínicos e controle da qualidade dos produtos farmacêuticos.” (1995, p. 25). Sobre Portugal à mesma época, Mícaela Figueira de Sousa e João Rui Pita, ao analisarem a indústria farmacêutica naquele país, informam que, assim como em outros países, os episódios referentes à talidomida desencadearam a produção de legislação de controle da indústria farmacêutica naquele período (SOUSA; PITA, 2016, p. 80).

Os Estados Unidos foram o primeiro país do mundo a desenvolver uma rígida política de fiscalização e controle de medicamentos. Tanto é, que a talidomida não obteve a licença necessária para ser produzida e comercializada em solo norte-americano. Esse cuidado e austeridade tiveram origem em um episódio ocorrido ainda na década de 1930, a comercialização do elixir de sulfanilamida, um xarope que foi lançado com um solvente tóxico em sua fórmula (dietilenoglicol) e matou 107 pessoas, a maioria crianças, em poucos dias. Em 1938 o “*The Federal Food, Drug and Cosmetic Act*” foi aprovado pelo congresso americano, instituindo o controle para cosméticos e dispositivos terapêuticos e exigindo que novos fármacos demonstrassem ser seguros antes de sua comercialização.

A farmacêutica Carla Viotto Belli explica, em sua tese de doutoramento (2006), sobre ações recentes para controle de produtos para saúde no Brasil, que naquele contexto, “nascia, assim, outro campo de promoção e prevenção dentro do espaço da saúde pública, o qual cuidaria da regulamentação e controle sanitários de produtos e serviços, correspondendo ao que hoje chamamos de vigilância sanitária” (BELLI, 2006, p. 2-3). A autora rememora o caso da talidomida, informando que, a partir desse episódio, o *Food and Drug Administration* (FDA) começou a exigir a comprovação de eficácia de produtos medicamentosos entre outros, antes mesmo da comercialização. Diz ainda que “em 1962 também foi criada, nos Estados Unidos, uma legislação que previa algumas defesas aos consumidores, incluindo o direito à segurança, informação e escolha” (BELLI, 2006, p. 3). A farmacêutica destaca ainda preocupação com as

ações de controle sobre a produção de bens e produtos que envolviam riscos, que deu origem mais tarde, ao campo da vigilância sanitária.

A farmacologista estadunidense Frances Oldham Kelsey, que trabalhava na FDA à época da divulgação dos efeitos da talidomida apresentou estudos que impediram a fabricação e venda daquela droga em solo estadunidense. Segundo ela, a substância prescindia de estudos clínicos suficientes e testes em humanos que respaldassem sua atoxicidade, o que foi comprovado não muito tempo depois, com o nascimento de milhares de crianças com a síndrome da talidomida, mundo a fora. Porém, muitos países não tiveram a mesma postura dos Estados Unidos quanto ao controle de medicamentos, sendo um desses casos o do Brasil.

Aprovada proposta para controle internacional de produtos farmacêuticos

Estocolmo [...] A Organização Mundial da Saúde aprovou recentemente uma proposta da Suécia para controle internacional de produtos farmacêuticos. Essa proposta havia sido apresentada, em junho passado, por Arthur Engel, presidente da Junta Médica da Suécia. A introdução no mercado de novos preparados e as recentes experiências como no caso da talidomida, constituíram fortes argumentos em favor de medidas de controle mais eficientes. Na 16ª reunião da Organização, em maio próximo, deverá ter lugar um intercâmbio de informações e ideias acerca dos princípios fundamentais para o controle internacional! (APROVADA... 1963, p. 1)

A par das diversas consequências negativas do desenvolvimento contundente da indústria farmacêutica na década de 1950, dois protocolos para pesquisas científicas entraram em vigor em meados da década de 1960, sendo eles a Declaração de Helsinque e um documento do Conselho Britânico de Pesquisa Médica. Tais casos com o da talidomida impulsionaram o desenvolvimento de regulamentação e legislações para o controle de pesquisas, produção e circulação de substâncias dessa natureza em diversos países do mundo. O médico Décio José Kipper (2010) recorda que,

[...] em 1966, Henry Knowles Beecher publicou um artigo intitulado ‘Ética e Pesquisa Clínica’, apresentando 22 casos de pesquisas abusivas que haviam sido divulgadas por periódicos de grande prestígio internacional. As pesquisas mencionadas haviam sido financiadas por instituições governamentais, universidades e companhias farmacêuticas e os sujeitos utilizados nesses estudos eram considerados cidadãos de ‘segunda classe’, como soldados, idosos, pacientes psiquiátricos, adultos com deficiência mental, crianças com retardo mental e pessoas internadas em hospitais de caridade. Beecher demonstrou que, além da situação altamente questionável, práticas imorais em pesquisa não eram

exclusividade de médicos nazistas, como se pensava até aquele momento. (KIPPER, 2010, p. 227).

Com base nesses episódios, anos mais tarde foi criada a Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos em Pesquisas Biomédicas e Comportamentais,

[...] com o objetivo de definir os princípios éticos norteadores da condução de pesquisas envolvendo seres humanos. A comissão, que trabalhou de 1974 a 1978, publicou o Relatório Belmont considerado um marco para a prática da pesquisa, dando origem à primeira teoria no campo da bioética. (KIPPER, 2010, p. 227).

Assim, a bioética pressupõe a racionalização ética em pesquisas e informes sobre suas consequências a partir de áreas como Biologia, Política, Direito, Medicina e a Farmácia. Dado o contexto em que se desenvolveu a indústria farmacêutica, as preocupações de ordem bioética apresentavam grave fragilidade, uma vez que o frenético aumento das vendas das novas pílulas não era acompanhado do necessário cuidado sobre os efeitos das mesmas.

Particularidades do caso brasileiro

Os anos eufóricos da indústria farmacêutica também se aplicaram ao Brasil, ainda que de forma bastante distinta dos demais países mencionados. Conforme explica Cardoso,

O aumento do consumo de medicamentos no Brasil pode ser medido pelo crescimento em 145%, no período entre 1959 e 1970, acima da taxa de crescimento da indústria de transformação. Se na década de 50 o Brasil era o décimo maior mercado consumidor de fármacos, em 1975 ascendeu para sétimo. Cabe lembrar, porém, que este consumo era permeado por enorme assimetria: apenas 40% da população brasileira (cerca de 40 milhões) em 1977 fazia parte efetivamente do mercado consumidor de fármacos. (CARDOSO, 2013, p. 145)

O periódico *Brasil em Revista* registrou que

[...] a indústria farmacêutica manteve, no biênio último, a tendência progressista, que se observa desde a primeira guerra nesse ramo. O valor da produção nacional em 1950 atingiu 3,2 bilhões de cruzeiros, e o valor das importações apenas 393 milhões, representadas, em boa parte, por antibióticos. Para 1951 estima-se o valor da produção nacional em 5 bilhões – cerca de três vezes mais do que em 1945. (AINDA..., 1952, p. 317).

Menos de dez anos depois, a revista *O Cruzeiro* registrava que

A indústria farmacêutica do Brasil é a sétima do mundo, em ordem de grandeza. Emprega 50 mil operários. Faturou 15 bilhões de cruzeiros em 1957 e 18 bilhões em 1958. [...] Os hospitais do país consomem um bilhão de cruzeiros em remédios e produtos. [...] Uma indústria desse porte não pode parar, nem ser perseguida. (INDÚSTRIA..., 1959, p. 124).

Na década de 1950 o crescimento da indústria farmacêutica de capital nacional foi impulsionado, conforme indica o historiador Flavio Coelho Edler.

Para se ter uma ideia da magnitude desse processo, podemos observar que em 1957, entre os vinte maiores laboratórios farmacêuticos existentes no Brasil, cinco eram nacionais, ou associados a capitais nacionais: Pinheiros, Moura Brasil, Torres, Fontoura e Lafí. (EDLER, 2006, p. 107-108).

Importante salientar que à época inicial dos “anos dourados”, a população brasileira não possuía o hábito de comprar e consumir fármacos industrializados. Conforme aponta socióloga Sílvia Rosana Modena Martini, que empreendeu pesquisa sobre a formação da sociedade de consumo nas capitais Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1950, a partir de relatórios de pesquisa do IBOPE, utilizados na década de 1960 para fundamentar empresários, governantes e políticos na tomada de decisões. Aponta Martini que “se os remédios alopáticos não faziam tanto sucesso junto aos cariocas, os homeopáticos estavam na ordem do dia” (MARTINI, 2011, p. 117). Complementa a autora

[...] não havia ainda um consumo sustentável para os produtos farmacêuticos na década de 1950 e a despeito de toda crença nos produtos da “modernidade”, a homeopatia constituía-se em opção e provavelmente, entre os mais velhos, os saberes de cura do homem do campo ainda predominava. [...] Conclui-se que o mercado para muitos destes produtos industrializados ainda estava por se fazer e comportaria investimentos nacionais e estrangeiros, para formar e fortalecer hábitos, o que certamente ocorreu, visto que nas décadas seguintes estes produtos passaram a fazer parte do cotidiano de milhares de brasileiros. (MARTINI, 2011, p. 120)

Compreende-se que a prática tradicional de utilizar remédios fitoterápicos de origem popular era majoritária naquele contexto. Era extremamente difundido o uso de remédios naturais, originários do saber popular e, quando o caso de não serem cultivados ou extraídos da natureza pelo próprio usuário. Os benzimentos e curas espirituais eram práticas culturais enraizadas a que recorria boa parte da população (EDLER, 2006, p. 80). Contudo, nos anos seguintes, a transformação no espaço (de rural para urbano) se refletiu também no

comportamento e hábitos de consumo tornava-se mercado novo que se abre às empresas na tentativa de abrir e ampliar negócios (MARTINI, 2011, p. 142).

Para as décadas seguintes, no caso dos medicamentos alopáticos, a indústria nacional dependia das pesquisas realizadas em países centrais como os da Europa e Estados Unidos. Já de acordo com Kátia F. Isse (2011, p. 37), antes de iniciar a década de 1960 o mercado brasileiro já contava com predomínio de filiais de empresas estrangeiras. Os insumos farmacocômicos eram vindos do exterior.¹ De acordo com Cardoso, no Brasil, ao contrário de outros países,

[...] a inexistência de maiores obstáculos à introdução de novos medicamentos era evidente não apenas pela fragilidade dos Serviços Nacional de Fiscalização de Farmácia (que vigorou entre 1942 até 1976, quando passou a integrar o SNVS [Serviço Nacional de Vigilância em Saúde]). Não havia qualquer controle laboratorial, bastando apresentação de documentação constando informações técnicas elementares. (CARDOSO, 2013, p. 145).

A maior parte dessas empresas de capital nacional possuía sede em São Paulo. A consolidação paulistana no campo científico da saúde pode ser percebida através de organizações voltadas à produção de conhecimentos, formação de técnicos e descoberta de medicamentos, vacinas, soros, como ilustram o Instituto Butantã e o Instituto Pasteur.²

Nesse contexto, surgiu o Instituto Pinheiros, com atuação de “[...] médicos treinados por cientistas ligados ao Instituto Butantã em 1928.” (RIBEIRO, 2001, p. 609), entre eles, Eduardo Vaz e Mário Augusto Pereira, seus fundadores, e médicos expoentes da Faculdade Nacional de Medicina. O Instituto Pinheiros era uma empresa privada de capital nacional e disputava o mercado com instituições públicas como o Butantã e o Instituto Manguinhos, do Rio de Janeiro. A economista Maria Alice Rosa Ribeiro (1997) indica que, em 1960, cerca de 90% do segmento

¹ Para quebrar essa dependência, somente em 1970 e 1980 foram incentivadas pesquisas no país, para criação e produção de novos medicamentos. Dado o alto custo de medicamentos prescritos no Brasil, em 1977 o Ministério da Saúde criou a Relação Nacional dos Medicamentos Essenciais (RENAME) com intuito de padronizar os medicamentos usados em hospitais, bem como incidir sobre a redução dos custos, além de fornecimento de prioritários para unidades de saúde. Também se destaca a criação da Central de Medicamentos (CEME) que foi implementada em 1971, mas os debates em torno da necessidade implementação vinha desde a década anterior.

² Durante a Primeira Guerra Mundial, alguns expoentes de pesquisas ligados ao campo da saúde fundaram empresas farmacêuticas, uma vez que a conjuntura político-econômica da época favorecia a criação de indústrias nacionais de medicamentos. O deslocamento de pesquisadores do setor público para a iniciativa privada foi paulatino.

no Brasil era dominado por empresas estrangeiras, mas o Pinheiros, à época o maior laboratório, alcançava a marca de 9º em vendas. O que alavancou ainda mais o desenvolvimento financeiro do Instituto foi a fabricação de produtos biológicos, como vacinas e soros (RIBEIRO, 2006), que então eram produzidos por instituições públicas, e o setor privado passou a dominar esse mercado. Outro motivo desse crescimento é que

o Instituto Pinheiros [...] com pleno domínio do padrão tecnológico correspondente à produção de biológicos, no qual o controle de qualidade é extremamente rigoroso e, conseqüentemente [sic], obteve produtos de alta qualidade que conquistaram a confiança do mercado consumidor. (RIBEIRO, 2006, p. 66).

Contudo, o desenvolvimento da indústria farmacêutica foi marcado por alguns revezes nesse contexto industrial. Desde 1957 existia o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia (SNFMF), vinculado ao Departamento Nacional de Saúde (DNS) e subordinado ao Ministério da Saúde. Sobre seu antecessor, Ediná Alves Costa *et al.* (2008) indicam que esse Serviço Nacional surgiu

a partir da ampliação do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, que havia sido criado em 1941. No âmbito estadual, estas ações ficavam sob a responsabilidade de órgãos congêneres, apesar de suas atribuições não se restringirem somente à fiscalização do exercício profissional. Na esfera federal, as atividades voltavam-se sobretudo para a regulamentação e registro de medicamentos, assim como para o controle de importação e circulação de produtos farmacêuticos e correlatos. (COSTA *et al.*, 2008, p. 996)

O objetivo central do SNFMF era coordenar e fiscalizar em todo o país o exercício da medicina e da farmácia. O diretor do SNFMF era indicado pelo presidente da República. Integrava também esse órgão a Comissão de Biofarmácia, composta por pesquisadores e professores catedráticos, médicos e farmacêuticos, bem como representantes da indústria farmacêutica. A rede de atuação do Serviço era bastante abrangente e complexa. Foi criada nos moldes de atuação do FDA. Contava ainda com a colaboração dos serviços regionais dentro dos estados. A título de exemplo da atuação do referido Serviço, o *Jornal do Brasil* produziu a seguinte notícia:

Guerra aos Barbitúricos

Os medicamentos de ação excitante ou hipnótica estarão sob severo e constante contrôlo, desde a fabricação até o momento em que é entregue ao

consumidor”, disse-nos o Sr. Fernando Luiz Filho. Acrescentou que já foi publicado no “Diário Oficial” a portaria número 8 de 1962, do SNFMMF, pela qual ficam as farmácias obrigadas a expedir notas fiscais de todos os barbitúricos e guardar as receitas médicas apresentadas pelo comprador. (GUERRA..., 1962, p. 4).

Outro problema destacado na imprensa nacional estava relacionado a esse consumo excessivo e descontrolado. A revista *O Cruzeiro* publicou em 1957, uma matéria intitulada “Uso imoderado de excitantes - Perigo Social”. Nela, advertia como as anfetaminas eram facilmente adquiridas em drogarias brasileiras sem receita médica. Só entre 1955 e 1956 foram fabricados no país 525.664 pílulas, e já se demonstrava a preocupação dos organismos fiscalizadores, que tentavam conter a venda indiscriminada desses produtos (USO..., 1957, p. 50). O periódico mineiro, *Folha de Ituubata*, em 1962, citava uma série de medicamentos suspeitos a serem retirados do mercado:

Mais medicamentos com venda proibida provocam o nascimento de crianças deformadas

Além dos numerosos medicamentos cuja venda foi interdita há tempos pelas autoridades sanitárias do País, por conter, em sua elaboração, a terrível droga “talidomida”, nova série de remédios teve sua venda proibida dia 27 de novembro findo, porque, feitos à base de “oxazina”, outro ingrediente perigoso, podem ocasionar o nascimento de crianças deformadas. A proibição partiu do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, sendo os seguintes medicamentos condenados: PRELUDIM (Laboratório Boheringer), ANOREXYL (Laboratório Pfizer), OBESOSTOP (Instituto de Medicamentos e Alergia), RHINOGLUT (Instituto Pinheiros) e VITACOL (Laboratório Gomes Xavier). (MAIS MEDICAMENTOS..., 1962, p. 3)

O periódico *A Cruz*, fez crítica ao consumo de substâncias dessa natureza: “E aí estão as consequências do nervosismo da vida moderna, que pede calmantes, tranquilizantes, suporíferos. [...] Aí está a insaciável sede de prazeres” (TALIDOMIDA..., 1962, p. 4). Contudo, a fiscalização sobre os fármacos proibidos não era tão célere como apontou a *Folha de Ituubata*. Para o mesmo período o jornal *Diário de Notícias* informa que

Governo não tem plano para apreensão dos remédios

O sr. Fernando Luz Filho, diretor do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácias, declarou, ontem, que o órgão que dirige não está executando nenhum plano ostensivo de apreensão de medicamentos” (GÓVERNO..., 1963, p. 2)

O jornal *Tribuna da Imprensa*, com linha editorial crítica ao então governo federal, denunciava que “enquanto a França demora 13 anos para aprovar a venda de qualquer medicamento procedente do estrangeiro, o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina se orienta pelos trabalhos efetuados em outros países, que lhes são apresentados pelos próprios laboratórios. (BRASIL..., 1962, p. 6)

Francisco Laport, o diretor do Serviço Estadual de Fiscalização da Medicina do Rio de Janeiro, ainda sobre o mesmo assunto, reforçava a “necessidade da exigência da receita para a venda de barbitúricos, tranquilizantes e excitantes” que seria “brevemente estendida aos hormônios e antibióticos, que já estão causando excessos”. Contudo, Laport apontava um problema: “no SFM, o serviço continua aumentando e falta pessoal especializado, além do administrativo, para funcionamento mais eficaz. Necessitam-se médicos, farmacêuticos, [...] e pessoal administrativo, que é a base para funcionar todo o resto.” (800..., 1962, p. 5)

Em resposta a Laport, alguns dias depois, Antenor Rangel Filho, presidente do Conselho Regional de Farmácia, se manifestou através do mesmo periódico: “Absurdo, inexequível, impraticável e demagógica” a necessidade de apresentação de receituário médico.

Não é razoável que uma pessoa necessitada de tomar uma injeção antigripal tenha que pagar uma consulta de 1.000 cruzeiros para conseguir uma receita e, por assim, medicar-se. Trata-se de uma medicação que se posta realmente em execução ou terá que ser revista ou não será cumprida. (DROGAS..., 1962, p. 4)

Mais uma face da perversidade da ausência de controle fiscalização foi apontada por Cardoso,

a automedicação cresceu livre no Brasil. Além da permissividade da venda de fármacos, concorreu para esta característica do mercado brasileiro a última e talvez mais importante das estratégias das transnacionais do setor: a publicidade. (CARDOSO, 2013, p. 146)

O médico e professor da Faculdade Fluminense de Medicina, Chaim Welczer, apresentou via publicação no periódico *Última Hora*, sugestões para “moralizar a fabricação e venda de remédios”. Na publicação, o médico indicava que a indústria farmacêutica operava de “maneira desonesta, cada vez mais arrasam e desprestigiam a classe médica e exploram o povo”. Segundo a mesma publicação: “Médico conclama seus colegas a combater abusos de laboratórios [...]

afirmando que a indústria farmacêutica do nosso país vem sendo encampada pelos laboratórios internacionais [...], o Dr. Chaim prosseguiu dizendo que todos usufruem lucros que chegam a 150, 200 e até 330%.” Além disso, o médico denunciava a “falsificação dos remédios [...] condenando os chamados laboratórios boleiros”, na definição do médico estes eram laboratórios “que paga[vam] à certos profissionais, seus colegas, para receitarem seus produtos”. Por fim, sugeriu que se realizasse um controle mais eficaz sobre as farmácias e farmacêuticos, que na visão dele “só estão interessados em seus negócios, vendendo remédios sem prescrição médica, remédios condenados [...] com penas elevadas aos infratores” (MÉDICO..., 1962, p. 6). Nas semanas subsequentes, nos periódicos analisados, não foram encontradas notícias sobre a repercussão das denúncias apontadas pelo Dr. Chaim. Assim, questiona-se em que medida o SNFMMF estava à serviço dos interesses econômicos da indústria, do Estado e da classe médica em detrimento do rigor na proteção da saúde e no cuidado e atendimento da população brasileira. A análise em profundidade da atuação do SNFMMF aguarda estudos futuros.

Em 1967, o presidente da Academia Nacional de Farmácia, Evaldo de Oliveira, em entrevista para a *Tribuna da Imprensa* referiu que “a pesquisa no Brasil, com qualquer finalidade, ainda é fraca, devido às dificuldades de País em desenvolvimento, com uma política criticável, míseros orçamentos universitários e uma errônea política salarial para cientistas e técnicos”. (MÉDICO..., 1967, p. 2)

No corpus documental analisado, ao final do recorte temporal encontrou-se uma notícia que versava sobre a controle e fiscalização de medicamentos no Brasil, sob recomendação da XXII Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na ocasião, o supervisor de Saúde Coletiva do Ministério da Saúde, Néelson Morais manifestou-se através de um artigo publicado no *Jornal do Brasil*. Dizia Morais, que os insumos importados eram

de qualidade nem sempre comprovada. [...] É a primeira vez que países exportadores de produtos farmacêuticos, como os Estados Unidos e a Alemanha, concordam em testar produtos e matérias-primas antes de lançá-las no mercado mundial. [...] Isso nos favorece porque os países subdesenvolvidos em geral, e o Brasil em particular, não têm recursos para realizar todos os testes de segurança requeridos, o que muitas vezes fazia com que importássemos um produto sem saber se seria prejudicial ou não. (SUPERVISOR..., 1969, p. 13)

Por fim, é essencial indicar que, no Brasil, tardiamente, houve a instituição do Código de Defesa do Consumidor, que versa sobre a tipologia de relação de consumo de produtos farmacêuticos. De acordo com essa legislação é direito básico do consumidor, segundo o Art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, “I. A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.” (BRASIL, 1990). A responsabilidade civil, “[...] nos dias atuais, para a tutela da dignidade da pessoa humana e para o sistema jurídico formado em torno do dever de ressarcir centrado na vítima.” (FACHIN, 2010, p. 11). Juliane Teixeira Milani e Frederico Eduardo Zenedin Glitz, que analisam o caso do medicamento talidomida no viés jurídico (2015) afirmam que, “[...] a partir desse novo modelo de responsabilidade, o fornecedor passou a ser responsável por todos os danos causados aos consumidores pela inserção de seus produtos ou serviços no mercado de consumo, independente de culpa. Em outras palavras, toda vez que um produto oferecer riscos à saúde e segurança do consumidor, deverá o fornecedor ser responsabilizado.” (p. 189).

De acordo com Michel Foucault, a biopolítica consiste na “maneira pela qual se tentou desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças.” (FOUCAULT, 1997, p. 89). Paulatinamente, a medicina e a farmacologia foram absorvendo a biopolítica, culminando nos processos analisados por Sandra Caponi *et al.* (2010), em *A medicalização da vida como estratégia biopolítica*. Os autores demonstram como essas práticas se tornaram correntes nas sociedades recentes. A medicalização da vida, enquanto fenômeno em que a medicina se apropria de aspectos da vida cotidiana e constrói saberes, cria necessidades, estabelece padrões de normalidade, constituindo uma hegemonia de conhecimento sobre a saúde dos corpos. A medicalização também envolve todo esse desenvolvimento científico e industrial que reforça a dependência humana em relação a novas estruturas profissionais e à própria indústria farmacêutica, dos saberes médicos, dos hospitais e dos laboratórios. Segundo Foucault, isso pressupõe “um poder que não é ligado ao desconhecimento, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que asseguram a formação, o investimento, a acumulação, o crescimento do saber.” (FOUCAULT, 2001, p. 60)

Canguilhem faz um importante alerta sobre a hegemonia do saber médico no sentido da “obrigação de lembrar à consciência médica que sonhar com remédios absolutos é, muitas vezes, sonhar com remédios piores que o mal.” (CANGUILHEM, 2009, p. 128). “Segundo eles, não existe estado normal completo, nem saúde perfeita. Isso pode significar que existem apenas doentes. [...] Mas isso também poderia significar que não existem doentes, o que não é menos absurdo.” (CANGUILHEM, 2009, p. 28) No período em questão, com o Estado de Bem-Estar tornando-se uma realidade em diversos países, a proteção social acabou reforçando a abordagem e o cuidado da saúde unicamente pelo viés da medicalização dessa natureza de fenômenos.

De acordo com Isse, “a crescente necessidade de novos e eficazes medicamentos, em quantidades desusadamente elevadas durante a II Guerra Mundial, constitui-se em mais um importantíssimo estímulo à pesquisa científica com apoio empresarial e governamental.” (ISSE, p. 21) Contudo, esse setor conta com revezes que não podem ser ignorados como “o desenvolvimento de um medicamento é um processo longo, trabalhoso e de custo bastante elevado que pode consumir em média dez anos e um custo em torno de 2 bilhões de reais. O tempo é uma necessidade da comprovação através de testes de eficácia e segurança do medicamento.” (ISSE, 2011, p. 24)

Todavia, o contexto em questão, qual seja a “era de ouro” da indústria farmacêutica, é marcado por um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes, que se apresenta a partir da possibilidade de danos e perigos para toda a humanidade. Dessa feita, as conquistas e avanços tecnológicos contêm em si o risco de reverterem-se em problemas graves. Nessa lógica, o conhecimento criado não foi suficiente, desconhecia ou não se ocupou em evitar em tempo possíveis danos e perigos como efeitos colaterais.

Considerações finais

A ideia central foi apontar as décadas de 1950 e 1960 como um período paradoxal de ganhos e perdas no setor farmacêutico. Tal conjuntura se configura pelos avanços científico, tecnológico e industrial, entretanto com aspectos que não foram tão favoráveis à vida humana. Pode-se pensar que o controle de medicamentos e testes realizados atualmente têm como medida os episódios ligados à falta de controle específicos ou suficientes em relação à diversas substâncias na década de 1950, antes de sua comercialização.

Privilegiou-se a mídia impressa para análise de tal contexto aliada à pesquisa bibliográfica. Assim, entende-se que os jornais atuaram de duas formas: primeiro, ajudando a legitimar a indústria farmacêutica, através do apelo ao desenvolvimento científico e econômico fomentado por esse setor; posteriormente – quando não, de forma concomitante – denunciava os problemas relativos à venda indiscriminada, ausência de pesquisas sobre riscos e efeitos colaterais, cobrando do Estado mais responsabilidade em relação à comercialização e divulgando ações do SNFMMF, órgão atuante no período em questão. Demandas relativas ao controle, fiscalização e eficácia de certos produtos farmacêuticos ainda não foram totalmente equacionadas.

Os riscos que envolvem a disponibilização comercial em larga escala de uma droga como a hidroxiquina, utilizada para tratamento e prevenção da malária entre outros males, em se tratando de sua eficácia e segurança no processo de tratamento e cura do Sars-CoV-2 fez com que a OMS, governos e entidades de pesquisa de diversos países recuassem algumas vezes nos testes já realizados com esse medicamento. Alegam que estudos demonstram que a bioequivalência está comprometida. Nesse contexto de paradoxos desconcertantes e esperanças envoltas em desespero (BECK, 2010), convivem diferenças sociais, econômicas e políticas, que são aprofundadas e seguidas de problemas ecológicos e de segurança ambiental, por exemplo.

A fé no conhecimento científico proporcionou a expectativa veemente em um futuro grandioso e promissor. A realidade mostrou-se menos otimista: devastação de florestas inteiras, produção industrial em escala nunca vista e geração de seus subprodutos depositados na natureza, além da exploração de matérias-primas como se fossem bens inesgotáveis. O que se vivenciou, em vários episódios da história pós-Segunda Guerra, foram os impactos negativos gerados por uma sociedade que privilegia o consumo excessivo imposto pela sociedade industrial avançada, o que significa dizer que as consequências trazidas pelo desenvolvimento da indústria tornam a sociedade precária.

Nesse sentido, os efeitos lesivos no corpo social também podem ser entendidos com a pujança da indústria. Na medida em que o avanço econômico e tecnológico se expande, os riscos também se ampliam. Portanto, não há fronteiras territoriais ou societárias para os riscos, e, para além de segmentos que contam com a propriedade para sua autoproteção, uma parcela

significativa da população recebe o impacto dos efeitos dessa indústria, sem garantia alguma de segurança.

A conclusão a que se chega é que a indústria farmacêutica naquele contexto prescindia de mecanismos efetivos de controle e vigilância, como se aplicam na atualidade, suficientes e que, na ausência ou ineficácia desses mecanismos, produziram-se medicamentos de alto impacto na população mundial, tendo como preceito de divulgação apenas seus efeitos positivos. A marcha da produção de novos produtos tangenciava a medicalização. Mesmo sendo a indústria farmacêutica responsável pela criação e produção de inúmeros compostos que sanam problemas de saúde e doenças, ainda tem-se que levar em conta os danos causados (tanto físicos, quanto econômicos e sociais).

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Pedro Duarte de. A filosofia e os anos 1960. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 13-30, jan./jun. 2012.

BARROS, José Augusto Cabral. **Propaganda de Medicamentos: Atentado à Saúde?** São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELLI, Carla Viotto. **Novas perspectivas no controle dos produtos para saúde no Brasil: a visão do setor regulador e do setor regulado.** 2006, 311 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

BERMUDEZ, Jorge Antonio Zepeda. **Indústria Farmacêutica, Estado e sociedade: crítica da política de medicamentos.** São Paulo: Ed. Hucitec/Sobravime, 1995.

_____. **Remédios: saúde ou indústria? A produção de medicamentos no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispões sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRYNNER, Rock.; STEPHENS, Trent. **Dark remedy: the impact of thalidomide and its revival as a vital medicine.** Cambridge: Basic Books, 2001.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAPONI, Sandra. et al. (Orgs.). **Medicalização da Vida: Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica**. Palhoça: Editora UNISUL, 2010.

CARDOSO, Felipe Monte. **A saúde entre os negócios e a questão social: privatização, modernização e segregação na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Campinas: Unicamp, 2013.

CARDOSO, Heloísa. Os “anos dourados”: memória e hegemonia. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 164-189, jan./jun. 2007.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

COSTA, Ediná Alves; FERNANDES, Tania Maria; PIMENTA, Tânia Salgado. A vigilância sanitária nas políticas de saúde no Brasil e a construção da identidade de seus trabalhadores (1976-1999). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 995-1004, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 fev. 2020.

D'AMATO, Cláudio; TORRES, João P. M.; MALM, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão. **Química Nova** [online], v. 25, n. 6a, p. 995-1002, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000600017>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DRUMMOND, José Paulo. Bioética, dor e sofrimento. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 63, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-7252011000200011&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 29 jan. 2016.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas e Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FACHIN, Luiz Edson. Responsabilidade civil contemporânea no Brasil: notas para uma aproximação. **Revista Jurídica – Notadez**, Sapucaia do Sul, ano 58, n.397, p.11-20, nov. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Resumo de Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GLIK, Sol. Domesticidade, medo e consumo: a Espanha franquista e o American Way of Life nas páginas de Seleções. **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, 2010, p. 221-246. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewArticle/1983>>. Acesso em: 20 set. 2013.

GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin; MILANI, J. T. Anotações sobre o risco de desenvolvimento: **uma análise do caso da talidomida**. Revista do Instituto do Direito Brasileiro. ano 3, n. 10, dez. 2014. p. 8064-8099 Disponível em: <https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2014/10/2014_10_08063_08099.pdf> Acesso em 25 jul. 2017.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISSE, Kátia Fernanda. **A indústria farmacêutica nacional e a importância de medicamentos genéricos no seu desenvolvimento**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) UFRGS, 2011.

KIPPER, Délio José. Breve história da ética em pesquisa. **Revista AMRIGS**, v. 54, p. 224-228, 2010. Disponível em: <http://www.amrigs.com.br/revista/54-02/20-643_breve_hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 19 fev. 2020.

KISS, Catalina. **Os desafios do Estado Brasileiro para garantia do acesso de medicamentos**: um estudo sobre os encontros e desencontros das políticas sanitária e industrial. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2018.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2003.

LEANDRO, José Augusto; SANTOS, Francieli Lunelli. História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa (1959-1962). **Revista Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 991-1005, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n3/0104-1290-sausoc-24-03-00991.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MARTINI, Sílvia Rosana Modena. **O IBOPE, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950**: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo). Tese (Doutorado em Sociologia), Unicamp, Campinas, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 116-148, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222016000300116&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MENDES, José Manuel. **Sociologia do risco**: uma breve introdução e algumas lições. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/07.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Política Social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RADAELLI, Vanderléia. A nova conformação setorial da indústria farmacêutica mundial: redesenho nas pesquisas e ingresso de novos atores. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 445-482, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/343/261>>. Acesso em: 02 set. 2019.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Lições para a história das ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 3, n. 3, p. 467-484, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n3/v3n3a05.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 7, n. 3, p. 607-626, 2001.

_____. Indústria farmacêutica na era Vargas: São Paulo 1930-1945. **Cadernos de História da Ciência Instituto Butantan**, v. II, p. 47-76, 2006.

SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO JR., Alfredo. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.

SILVA, Maria Regina. Introdução à Psicofarmacologia. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 185-200, 1959.

SOUSA, Micaela Figueira de; PITA, João Rui. 50 anos de legislação farmacêutica na Europa (1965-2015). O caso específico de AIM. **Debater a Europa**, n. 14, p. 73-105, jan./jun. 2016. Disponível em: <[http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debaterueropa/](http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debaterueuropa/)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

Jornais analisados:

800 crianças ameaçadas em São Paulo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 5, 16 ago 1962.

AINDA a indústria química. **Brasil Revista**, Rio de Janeiro, p. 317, jun. 1952.

APROVADA proposta para controle internacional de produtos farmacêuticos. **O Repórter**, Uberlândia, p. 1, 30 mar. 1963.

BRASIL não examina drogas estrangeiras. **Tribuna da Imprensa**, p. 6, 18 ago. 1962.

CIÊNCIA prova que a maioria dos suicídios se dá em período de depressão emocional. **O Cruzeiro**, p. 56, 1 set. 1962.

DROGAS: venda somente com receita. **Tribuna da Imprensa**, p. 4, 21 ago. 1962.

GÓVERNO não tem plano de apreensão dos remédios. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 1 fev. 1963.

GUERRA aos barbitúricos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 9 abr. 1962.

INDÚSTRIA farmacêutica. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 124, nov. 1959.

MAIS MEDICAMENTOS com venda proibida provocam o nascimento de crianças deformadas. **Folha de Ituiutaba**, Ituiutaba, p. 3, 8 dez. 1962.

MÉDICO afirma que pesquisa ainda é fraca. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 2, 2º caderno, 27 nov. 1976.

MÉDICO conclama seus colegas a combater abusos de laboratórios. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 set. 1962.

USO imoderado de excitantes. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 50, 13 jul. 1957.

SILENT spring is now noisy summer. **The New York Times**, New York, p. 1, 22 jul. 1962.

SUPERVISOR do Ministério da Saúde julga proveitosas as recomendações da OMS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 13, 1º caderno, 7 ago. 1969.

TALIDOMIDA, a droga maldita. **A Cruz**, Cuiabá, p. 4, 3 nov., 1962.

O filósofo, o médico e o físico: um caminho para pensar a prática científica e seus desdobramentos na história da medicina

The philosopher, the doctor and the physicist: a way to think about scientific practice and its consequences in history of medicine

Luis Filipe Maiolini

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

luisfilipemaiolini@yahoo.com.br

Recebido em: 08/07/2020

Aprovado em: 29/07/2020

Resumo: Durante o século XX muitas contribuições foram apresentadas para se pensar a atividade das comunidades científicas. Os estudos sobre a ciência percorreram diferentes debates a partir das perspectivas da sociologia, da epistemologia, da história e da filosofia, lançando conceitos e problematizando métodos que visaram compreender a prática científica numa determinada sociedade. O presente artigo discute as perspectivas de Karl Popper, Ludwik Fleck e Thomas Kuhn com o intuito de comparar e confrontar suas principais obras, que durante a segunda metade do século passado dominaram o cenário da pesquisa sobre a natureza da ciência. Com o intuito de se debruçar sobre os conceitos centrais dos autores, o artigo enfatiza a relação entre ciência e sociedade; prática científica e epistemologia; produção de conhecimento e condições sociais de sua elaboração. Por fim, a partir dessa análise, o trabalho manuseia de que forma tais conceitos e métodos foram utilizados pela história da medicina, sobretudo na virada metodológica que priorizou os aspectos culturais e sociais da prática médica.

Palavras-chave: historiografia da ciência; prática científica; epistemologia

Abstract: During the 20th century, many contributions were made to reflect on the activity of scientific communities. Studies on science have covered different debates from the perspectives of sociology, epistemology, history and philosophy, launching concepts and methods that aimed to understand scientific practice in a given society. This article discusses the perspectives of Karl Popper, Ludwik Fleck and Thomas Kuhn in order to compare their many works, which during the second half of the last century dominated the scene on the nature of science. In order to focus on the central concepts of the authors, the article emphasizes the relationship between science and society; scientific practice and epistemology; production of knowledge and social conditions for its elaboration. Finally, from this analysis, the work handles how these concepts and methods were used by history of medicine, especially in the methodological turn that prioritized the cultural and social aspects of medical practice.

Keywords: historiography of science; scientific practice; epistemology

Introdução

Os estudos históricos da Ciência, de maneira geral, perseguem problemas em comum dentro de suas diferentes correntes de pensamento. No que tange às suas abordagens e metodologias investigativas, muito tem se transformado e, particularmente, conduzido para uma óptica histórica dos seus objetos. Antes dessa inflexão, conceitual e metodológica, a História da Ciência voltava-se para problemas de cunho universal das teorias científicas. Tomava uma atitude objetificante em relação ao sujeito da prática da Ciência. Dessa forma, o objeto científico atingia um patamar ideal – localizado numa “abstração sistematizada”, no dizer de Michel Ghins (2013) – e inalcançável pela crítica histórica. Para o filósofo Johannes Hessen (1979), tal abstração é fruto da relação entre consciência e objeto que, mediado pelo conhecimento, faz com que o sujeito crie *imagens de objetos* e não necessariamente o objeto em si. São traços, propriedades e medidas que são modelados dentro do sujeito.

Como projeto organizado, a História da Ciência se fez muito presente nos estudos sociológicos do conhecimento, que remontam ao início do século XX.¹ Seja do ponto de vista lógico-filosófico, seja do sociológico, a História da Ciência em dado período se afiliou a diferentes correntes, muitas das quais perpetuaram uma investigação totalizante sobre o discurso científico. A Ciência assim pensada, ao distanciar seus objetos do sentido social e linguístico de sua prática, corroborava um empreendimento idealizado sobre as circunstâncias de produção de uma teoria científica, bem como também influenciava numa ideia absoluta de “verdade” e “realidade”. Além dos trabalhos de Auguste Comte, que tiveram peso individual suficiente para fundar um programa de pensamento, houve também empreendimentos coletivos que fizeram perpetuar tais concepções de Ciência. Sem dúvida, o Círculo de Viena teve um papel representativo, na condição de um programa oficial sobre Filosofia Analítica da Ciência, defendendo a ideia de que o pensamento científico estava desassociado dos condicionantes históricos e sociais.

Em 1929, Otto Hahn, Hans Neurath e Rudolf Carnap escrevem um texto intitulado *A concepção científica do mundo: O Círculo de Viena*. Conscientes de sua participação no positivismo lógico, seus métodos mostram que os critérios da “verdade” na atividade científica constituem-se a partir do princípio da indução (NOUVEL, 2013). Tal perspectiva, segundo Pascal Nouvel, se

¹ O problema da ciência e do conhecimento atraiu importantes teóricos da sociedade e da cultura no início do século XX. Nos Estados Unidos, seu principal precursor foi Thorstein Veblen; na Alemanha, Max Weber; e, na França, Émile Durkheim (BURKE, 2003, p. 11-24).

mostrava, em alguns casos, como um meio de “superação da metafísica pela análise lógica da linguagem” (NOUVEL, 2013, p. 187). No texto de 1929, os autores argumentam que o propósito do grupo é “a busca de um sistema de fórmulas neutro, um simbolismo liberto das impurezas das linguagens históricas, bem como a busca de um sistema total de conceitos” (NOUVEL, 2013, p. 233). Dessa forma, a partir de uma análise lógica, suportada por uma base empírica tomada como fonte de conhecimento, acreditava-se alcançar os critérios puros da teoria e do fato científico, deixando de lado, conseqüentemente, o exame histórico e sociológico das suas práticas e discursos.

O filósofo²

Apesar de não ser membro direto do Círculo de Viena, Karl Popper debateu com eles e propôs um sistema de análise sobre a Ciência que divergia do programa do grupo (apresentando algumas diferenças importantes que veremos a frente). Segundo Popper, os critérios de verdade e desenvolvimento de uma atividade científica não partiam da constituição do método indutivo, como defendia o positivismo lógico: muito pelo contrário, para ele, “a indução, isto é, a inferência baseada num grande número de observações, é um mito”; a única operação possível para a constituição do “verdadeiro método da ciência” está baseada na proposição conjecturas, ou hipóteses teóricas, seguida de testes sistemáticos destas, o que inverte o ponto de partida da perspectiva positivista, que tomava a observação, a empiria, os dados como fontes do conhecimento científico. “Na Ciência, as repetidas observações e experiências funcionam como *testes* das nossas conjecturas ou hipóteses”, argumenta Popper (POPPER, 2018, p. 116).

No início de *Conjeturas e Refutações*, obra publicada em 1963, Karl Popper defende que o método indutivo dentro das Ciências Naturais só tem validação a partir de um procedimento anterior à sua aplicação. O cientista, ao invés de construir uma teoria ou hipótese a partir da circunscrição de uma quantidade muito grande de observações empíricas, partiria, por outro lado, das teorias e conjecturas gerais estabelecidas por sua época, ou proposta criativamente a partir do intelecto humano. Nas palavras de Popper: “as teorias científicas não eram uma síntese de observações, mas, sim, invenções – conjecturas ousadamente avançadas para serem postas à prova”, ou seja, “essas observações, por seu turno, pressupõem a adoção de um sistema de

² Apesar de Karl Popper ter formação em física, matemática e psicologia pela Universidade de Viena, sua carreira se consolidou, sobretudo, na área de filosofia com a defesa de seu doutorado em 1928 e futuros trabalhos na área de filosofia da ciência e epistemologia.

referências – um sistema de expectativas – um sistema de teorias” (POPPER, 2018, p.105-106).³ É precisamente neste ponto que reside sua divergência. Popper critica a noção positivista de que a ciência nasceria da observação da realidade, generalizando leis e teorias através da indução, seguida da análise lógica de sua consistência (das leis e teorias); propõe que o conhecimento científico é uma construção humana, e que hipóteses são científicas, caso provas e os testes objetivam refutá-las, daí sua postura refutacionista ou falsacionista.

A teoria popperiana teve grande impacto no debate sobre a História da Ciência, pois, ao invés de partir dos princípios de estabelecimento da “verdade” e do “fato científico” como fontes seguras do conhecimento – procedimento analítico convencional da época –, Popper partirá da instauração da ideia de erro na Ciência, no sentido de que conjecturas poderiam ser refutadas pelos testes e, conseqüentemente, seriam abandonadas. Com isso, a dinâmica do conhecimento científico estava na possibilidade de ser refutável. Segundo Popper, se um conhecimento tivesse a pretensão de ter um estatuto científico, ele deveria estar suscetível a sua refutabilidade. Em outras palavras, toda teoria científica tem natureza provisória; ela cria um conjunto de enigmas e problemas a serem resolvidos pela atitude crítica de outra teoria que a antecede. Assim resume Popper: “a atitude crítica, a atitude livre da discussão das teorias, que tem por finalidade descobrir os seus pontos fracos no sentido de as aperfeiçoar, é a atitude da razoabilidade, da racionalidade” (POPPER, 2018, 112). Nessa perspectiva, o desenvolvimento do conhecimento científico estava condicionado à própria dinâmica entre conjecturas e refutações. Não havia mais um princípio de irrefutabilidade na Ciência, mas sim de dispositivos críticos que se empenhavam em falsificar as teorias dominantes de uma determinada época.

Em sua obra mais famosa, *A Lógica da Pesquisa Científica*, publicada em 1934, Karl Popper confronta as teses dos neopositivistas do Círculo de Viena, a partir de dois problemas centrais para a epistemologia: o problema do método indutivo e o problema da demarcação entre ciência empírica e metafísica. O objetivo central do livro é uma análise dos métodos das ciências empíricas, sobretudo a partir de uma observação lógica dos seus procedimentos. Compreendendo de que maneira as ciências empíricas se relacionam com sistemas teóricos, hipóteses e conjuntos de enunciados. Mas, para avançar nessa análise, o primeiro passo dado por Popper é a desconstrução da tese indutiva – tida pelos positivistas como o meio mais confiável e propenso a fixação de uma verdade científica, pautada em enunciados singulares ou experiências.

³ “A crença de que a Ciência procede da observação para a teoria é ainda tão firme e generalizada que a minha recusa em subscrevê-la é frequentemente acolhida com incredulidade.”, argumentava Popper (2018).

Para o autor, o *princípio de indução* é tido por “um enunciado capaz de auxiliar-nos a ordenar as inferências indutivas em forma logicamente aceitável” – método científico defendidos pelos que acreditam na Lógica Indutiva (POPPER, 1972, p. 28). Mas, este princípio conduz a incoerências lógicas, pois a existência de enunciados singulares a partir das experiências levaria ao que ele chamou de “regressão infinita”. Ou seja, seguindo o método indutivo

Se se deve atribuir grau de probabilidade a enunciados que se fundamentam em inferências indutivas, esta terá de ser justificada pela invocação de um novo princípio de indução, convenientemente alterado. E surgirá a necessidade de justificar esse novo princípio, e assim por diante (POPPER, 1972, p. 30).

Opondo-se a esta concepção, Popper formula uma teoria do *método dedutivo de prova*, que compreende que hipóteses científicas só admitem prova empírica *após* já terem sido formuladas. Assim, toda “descoberta” ou “ideias novas” estariam relacionadas mais pela relação e comparação com outros enunciados ou ideias fixas, e menos com os enunciados singulares oriundos das experiências. Assim, a verdade das teorias não necessita passar pelo crivo da indução para se sustentar enquanto verdade científica.

O segundo problema enfrentado em *A Lógica da Pesquisa Científica* é de caráter central para entendermos como Popper criticou o empirismo de bandeira positivista (POPPER, 1972, p. 35). Até a primeira metade do século XX era consenso acreditar que apenas o método indutivo e experimental era capaz de demarcar as fronteiras entre ciência empírica e conhecimento metafísico. Para Popper teorias científicas não podem ser reduzidas a singularidade da experiência, pois se perderiam as consequências lógicas da prática científica. E é nesse sentido que a teoria popperiana busca refinar o conceito de ciência empírica, possibilitando a elucidação do problema da demarcação. Assim, ataca Popper:

O critério indutivista de demarcação falha no traçar uma linha divisória entre sistemas científicos e metafísicos e porque esse critério deve atribuir a ambos *status* igual; com efeito, o veredito decorrente do dogma positivista relativo ao significado é o de que ambos são sistemas de pseudo-enunciados, destituídos de sentido. Assim, em vez de afastar a Metafísica das ciências empíricas, os positivistas levam à invasão do reino científico, pela Metafísica (POPPER, 1972, p. 38).

O critério de demarcação, segundo a proposta de Popper, eleva a análise lógica dedutiva para o centro da teoria do conhecimento. Dessa forma, o problema da demarcação é visto pela perspectiva de que toda teoria científica pode ser falsificada, ou seja, do ponto de vista lógico e negativo “*deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico*” (POPPER, 1972, p. 42).

Não se trata de ver se um sistema científico é verificável empiricamente, mas sim se é falsificado a partir de outros enunciados prescritos que servem como “instrução” para uma análise comparativa. Nesse sentido, para Popper os enunciados científicos “são suscetíveis de comprovação através de tentativas sistemáticas de falseá-los” a partir de uma lógica dedutiva e não indutiva (POPPER, 1972, p. 44).

Para Pascal Nouvel, as abordagens de Karl Popper implicam três consequências que refletiram nos estudos da Ciência. A primeira seria uma espécie de reviravolta sobre a avaliação tradicional do conhecimento científico, em que “os conhecimentos irrefutáveis são precisamente os conhecimentos não científicos” ou dogmáticos, como também se referia Popper (NOUVEL, 2013, p. 193). A segunda consequência seria que esse tipo de concepção de Ciência – de sistemas provisórios – possibilitava uma construção dotada de um critério de demarcação entre o que é Ciência e o que não é. “As teorias refutáveis são científicas, enquanto as teorias que não se expõem ao risco de serem refutadas não são” (NOUVEL, 2013, p.194). Isto é, a atitude científica é aquela de crítica das crenças e teorias existentes e “se traduz na prontidão em modificar essas leis e esquemas; em testá-los; em refutá-los; em *falsificá-los* se possível” (POPPER, 2018, p.111). A terceira, por fim, seria o distanciamento do pensamento popperiano do positivismo lógico, que compreendia que toda teoria científica era não só correta, mas também irrefutável porque teria nascido por meio do método indutivo, ou seja, de um conjunto de observações da realidade, e esta não os mentiria. Para Popper, nenhum limite é imposto a uma teoria científica, pois seus critérios de cientificidade são conjecturais.⁴

Certamente, o racionalismo crítico de Karl Popper obteve grande recepção na Filosofia da Ciência. Ao estabelecer os domínios de validade do que era conhecimento científico e pseudociência, Popper havia modificado um conjunto de abordagens e critérios no interior de tal campo filosófico. De fato, pensar os enunciados da Ciência a partir de seus erros e remodelagens ainda era algo novo. Mas o alcance de tal perceptiva tinha seus limites, pois, para o autor, os procedimentos de refutação de uma teoria científica só poderiam ocorrer a partir do auxílio da discussão lógica. “Só por um raciocínio puramente dedutivo nos é possível descobrir o que nossas teorias significam e, desse modo, criticá-las com eficácia”, alega Popper (2018, p.112). Sob esse ponto de vista, a historicidade da Ciência estaria determinada por um distanciamento entre

⁴ Sobre essa questão, Popper argumenta: “Sob o ponto de vista aqui desenvolvido, todas as leis, todas as teorias, permanecem essencialmente provisórias, ou conjecturais, ou hipotéticas, mesmo que nos sintamos incapazes de continuar a pô-las em dúvida” (POPPER, 2018, p. 113).

os sujeitos sociais da prática científica e seus objetos de estudo. Dentro do princípio de refutabilidade, Popper parece ignorar que a dinâmica da Ciência não depende apenas da discussão crítica de seus sistemas conceituais; ou seja, o critério de refutabilidade exclui os aspectos cotidianos, sociais e culturais da prática científica.

O médico

Em 1935, parte da crítica à teoria de Popper e ao Círculo de Viena veio do médico e epistemólogo polonês Ludwik Fleck. Nesse ano, ele havia publicado *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, livro praticamente esquecido até os anos de 1970, muito em função de ter sido Fleck submetido a campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, mas seu livro teve importantes contribuições para os estudos históricos da Ciência as quais influenciaram futuras abordagens, como as de Thomas Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, e também a da geração de 1990, conhecida como “nova história da ciência” ou “estudos culturais da ciência”, composta por Steven Shapin, Simon Schaffer, Bruno Latour, David Bloor, entre outros.

Fleck tem considerável importância para a Historiografia da Ciência, seja no âmbito do seu desenvolvimento conceitual da epistemologia histórica, seja na sua visão do caráter social da prática científica. Seus incômodos, em parte, estão relacionados com as perspectivas do absolutismo científico, que pensava a Ciência (em maiúsculo) enquanto delineadora das visões de “verdade” e “realidade” – uma ciência universal, compostas de gênios descobridores. Ao subverter essa lógica, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* buscou fazer uma historicização da prática científica, sobretudo das concepções de doença e Medicina. Dessa forma, Fleck, distante de um positivismo lógico que rondava os estudos da Ciência, buscou em suas pesquisas compreender como esta é um produto social de seu tempo, enfatizando os “acordos societários” de uma teoria científica, seguido de sua mutação e ruptura.⁵ Toda observação empírica de um fenômeno natural, que originasse um “fato científico”, era guiada por pressupostos, não só conceituais, mas também culturais. Sendo inaplicável um olhar neutro sobre o processo de constituição de um determinado objeto das Ciências Naturais. Segundo Ilana Lowy,

Fleck dinamiza e historiciza as condições de emergência dos fatos científicos. Percebe a ciência como uma atividade coletiva complexa, que deve ser estudada por filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos e linguistas, e propõe,

⁵ Segundo Maia (2011), “sua sociologia trata com mais riqueza os processos de construção social, e em particular o saber científico, sem os reducionismos relativistas típicos do sociologismo. Captura a extensão dos arranjos e acordos societários, mas, propõe limites à vontade dos agentes, mostrando que há condições para se extrair certezas no terreno movediço do relativismo.”

dessa forma, um vasto programa de ‘epistemologia comparada’. [...] Por seu interesse na prática dos pesquisadores e na organização social da produção de conhecimento científico, a epistemologia de Fleck se aproxima dos trabalhos recentes da história da ciência (LOWY, 1994, p. 7).

Dessa forma, seria importante percorrer o conteúdo de sua principal obra, publicada em 1935, na Alemanha, com o intuito de resgatar seus procedimentos investigativos sobre a história da Ciência. Em *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, Fleck entende que toda a atividade científica só ocorre em decorrência de um conjunto de indivíduos – grupos aos quais ele chamou de “coletivo de pensamento”. Essa ideia de construção coletiva do saber científico era pioneira na investigação da prática discursiva da Ciência. Para Fleck, todo “coletivo de pensamento” é uma “comunidade de pessoas que trocam pensamentos” e que são portadoras do “desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento” (FLECK, 2010, p. 82). Nessa lógica, todo coletivo é circunscrito por aquilo que Fleck chamou de “estilo de pensamento” (*Denkstil*), ou seja, todo grupo ou comunidade científica tem sua maneira de olhar para um fenômeno – uma perspectiva que se constrói historicamente dentro dos grupos científicos.

Nessa dinâmica histórica, vemos refletida não só a atividade coletiva da Ciência, mas também a construção dos seus sistemas conceituais. O estilo de pensamento, ao lançar uma perspectiva histórica, não se estabelece enquanto uma estrutura de ideias fechadas em si. Na epistemologia de Fleck o que se torna importante são as transposições entre os saberes, pois “cada época tem concepções dominantes, restos das concepções passadas e predisposições de concepções futuras, em analogia com todas as formas sociais” (FLECK, 2010, p. 70).⁶ Assim, na definição de Fleck, estilo de pensamento é uma

Percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo. Esse estilo é marcado por características comuns dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento; dos julgamentos, que considera como evidentes e dos métodos, que aplica como meios do conhecimento. É acompanhado, eventualmente, por um estilo técnico e literário do sistema de saber (FLECK, 2010, p.149).

⁶ Fleck exemplifica essa questão na reação de Wassermann: “ela também se apresenta como o entrelaçamento histórico e unicamente possível do curso das ideias: a velha ideia do sangue, a nova ideia da fixação do complemento, ideias químicas e hábitos provocados por elas se entrelaçam em seu desenvolvimento contíguo e criam um ponto fixo. Esse se transforma no ponto de partida de novas linhas que se desenvolvem nas proximidades, encostando, por sua vez, em outras. As velhas linhas também não permanecem inalteradas: sempre surgem novos laços e os velhos se deslocam mutuamente. Uma rede em flutuação constante, que se chama realidade ou verdade”. (FLECK, 2010, p. 70).

O que o autor pretende demonstrar é que uma determinada comunidade científica contém “regras para o pensamento” ou regularidades internas à sua atividade que deixam seus procedimentos seletivos, voltados para “um agir direcionado”. Diferentemente de Popper, que entende essas regras e regularidades do pensamento em termos lógicos e racionais, Fleck os caracteriza como resultado de um desenvolvimento histórico e social produzido, sobretudo, pelos chamados “coletivos de pensamento”. Cada comunidade ou coletivo apresenta um sistema conceitual, um modo de ver e fazer a sua atividade científica, o que faz com que consequentemente a ideia de “verdade” torne-se um acontecimento coercitivo. Ou seja, para Fleck, a construção da “verdade” é “determinada dentro de um estilo de pensamento” (2010, p. 150). Trata-se de um modo específico de observar e explicar os fenômenos naturais, o qual será respeitado por todos os integrantes do coletivo, constituindo, assim, a estabilidade do grupo a partir de um conjunto acoplado de verdades e fatos científicos. Essa concepção coercitiva de “verdade” é condicionada por um entrelaçamento histórico, em que, ao ser imposta, procurou se estabelecer individual e coletivamente.

A gênese de um fato científico, portanto, estava circunscrita num interesse intelectual do grupo e expressa no (e para um) estilo de pensamento. Dessa forma, o fato científico “contém toda a escala dos possíveis modos de constatação”, seja no olhar direcionado, seja na explicação investida (FLECK, 2010, p.153). O grupo, almejando a estabilidade, procura construir um sistema de conhecimento interno a partir de um conjunto de fatos; uma rede coesa que dá formalidade ao coletivo. Assim, argumenta Fleck:

Nunca um fato é completamente independente de outros: ou se manifestam como um conjunto mais ou menos coeso do sinal particular, ou como sistema de conhecimento que obedece a leis próprias. Por isso, cada fato repercute retroativamente em outros, e cada mudança, cada descoberta exercem um efeito em um campo que, na verdade, não tem limites: um saber desenvolvido, elaborado na forma de um sistema harmonioso, possui características de cada fato novo alterar todos os anteriores, por menor que seja essa alteração. Nesse caso, cada descoberta é, na verdade, a recriação do mundo inteiro de um coletivo de pensamento (FLECK, 2010, p. 153).

Nesse cenário delineado pelo autor, os coletivos tornam-se “comunidades estáveis” e organizadas que “cultivam um certo fechamento na forma e no conteúdo”. (FLECK, 2010, p.155). Para produzir tal efeito, os coletivos de pensamento se valem de dispositivos legais e costumários, linguagens específicas e métodos pedagógicos de coerção. Esse processo de “iniciação”, isto é, de introdução de novatos na comunidade, para Fleck, reflete em um efeito de

assimilação dos conteúdos de um determinado coletivo de pensamento, que visa a transmissão do seu sistema conceitual. Tendo como resultado final, a transformação de algo invisível em fenômeno visível e passível de ser explicado pelo novo integrante do grupo.⁷ Nisto consistem as características de grupos ou coletivos científicos: formar, nas palavras de Fleck, “círculos esotéricos”, em que os indivíduos compartilham entre si códigos de linguagem e procedimentos metodológicos que são comuns para os que já foram iniciados àquele coletivo de pensamento.

Seguindo essa linha investigativa, em que os coletivos de pensamentos representam um estado de mútua influência entre os indivíduos, Fleck entende que tais comunidades buscam criar meios de afinamento dos seus conceitos, métodos e autores; igualmente, fornecem aos seus participantes as diretrizes de pesquisa e um mosaico de trabalhos e experimentos a serem seguidos. Nessa lógica, toda atividade científica exercida socialmente procura elaborar seus próprios manuais, periódicos e livros didáticos para aqueles que estão no estágio de iniciação. Por outro lado, o autor compreende que um sistema fechado, construído por um coletivo de pensamento, também pode entrar em diálogo com outras comunidades – o qual ele denomina de “tráfego intercoletivo de pensamento”. Nesse estágio, se os coletivos compartilham estilos de pensamento parecidos, logo eles se solidarizam (fortalecendo laços); no entanto, se houver um distanciamento de percepções, então os coletivos entram em embate epistemológico: um momento que “oferece novas possibilidades de descobertas e cria fatos novos” no interior dos grupos científicos.

Para Fleck, o diálogo intercoletivo oferta ao pensamento científico o deslocamento de seus valores e dos seus sistemas de conceitos. Assim, a Ciência, ao entrar em contato com o seu diferente (alteridade), deixa de ser um pensamento dogmático. Ao contrário de Karl Popper, o autor de *Gênese* compreende que esse fenômeno é estritamente social e “muito mais forte que a estrutura lógica do pensamento no indivíduo” (FLECK, 2010, p.162). Além disso, entende que, apesar de os grupos científicos aspirarem a uma “sistematicidade lógica” dos seus princípios e conceitos, por vezes tal coletivo só permanece coeso pela via das relações de poder – sobretudo com a “opinião pública”. Segundo Fleck, “o grau mais ativo da tendência à persistência dos sistemas de opinião é formado pela ficção criativa, pela objetivação mágica das ideias, ou seja,

⁷ Segundo o autor, “paralelamente ao fechamento orgânico de cada comunidade de pensamento ocorre uma limitação dos problemas admitidos dentro do estilo de pensamento: muitos problemas são constantemente ignorados ou rejeitados por serem considerados sem importância ou sem sentido. [...] Dessa postura surge uma atribuição específica de valores e uma intolerância característica, que são traços comuns de qualquer comunidade fechada” (FLECK, 2010, p. 156).

pela declaração de que os próprios sonhos científicos são realizados” (2010, p. 74). Os grupos científicos, congruentes com as demandas políticas e econômicas, devem se mostrar úteis aos propósitos da sociedade que habitam, e demonstrar e aplicar seus conhecimentos visando a uma finalidade pragmática. De acordo com o autor, “uma proposição uma vez publicada, pertence aos poderes sociais que formam conceitos e criam hábitos de pensamento, junto com todas as outras proposições; ela determina o que não pode ser pensado de outra maneira” (2010, p. 80).

Portanto, a dinâmica traçada por Fleck apreende que todo processo de conhecimento, mais do que um condicionamento lógico e racional, tem uma dependência histórica e social, uma coação – tradição, educação e hábito – que gera uma “disposição para um sentir e agir de acordo com um estilo” (2010, p.133). E mesmo um “fato científico” tem sua gênese dentro desse complexo quadro sociológico do conhecimento; nisso consiste a riqueza de sua epistemologia, que muito tem influenciado os estudos históricos e sociais da ciência.

O físico

Durante a segunda metade do século XX, a chamada “nova história da Ciência”, ao fundar-se nos estudos das inserções sociais dos cientistas, em partes retomou os argumentos de Ludwik Fleck. O exemplo mais importante foi Thomas Kuhn, autor de *A estrutura das revoluções científicas*, publicado em 1962, que partiu de uma leitura fleckiana da atividade científica.⁸ Podemos dizer que a vertente sócio-histórica da ciência teve dois momentos contributivos para seu campo: o primeiro em 1935, com a publicação de *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, e o segundo em 1962, com a chegada da obra de Thomas Kuhn. Para Mauro Condé (2017), o livro de Kuhn “acabou sendo o ponto de viragem de toda uma geração que buscou enfatizar as questões sociais presentes na compreensão da ciência”.

Nesta obra, Kuhn procurou compactuar com uma abordagem histórica no campo da Filosofia da Ciência (também vista como uma tese de epistemologia histórica). Dessa forma, seus conceitos e categorias caminham por duas vias: a primeira, no processo de desenvolvimento do

⁸ Na perspectiva de Carlos Alvez Maia (2011, p. 1176), não podemos dizer que Ludwik Fleck foi precursor de Thomas Kuhn, pois, “em Kuhn, comunidade científica é um conjunto razoavelmente homogêneo e autônomo que representa uma mítica república da ciência, difundida por Michael Polanyi. Em Fleck, o coletivo de pensamento é hierarquizado e marcado por fricções internas. Não é um corpo isolado: ele, ao contrário, interage com seu exterior e reflete a sociedade. Mais ajustado à complexidade sociológica da pesquisa, o coletivo de Fleck é estruturado em círculos concêntricos estratificados, desde o mais central e esotérico dos líderes daquele grupo até o mais exotérico dos não-iniciados”.

pensamento científico; e a segunda, num esforço reflexivo e crítico sobre uma série de transformações. Conforme Ana Carolina Vimieiro Gomes e Helena Miranda Mollo,

É um trabalho cuja trama conceitual impactou e rearticulou as abordagens teóricas que orientavam a filosofia e a história da ciência até aquele momento, sendo por vezes considerado o prelúdio de algumas perspectivas socioconstrutivistas que, após a difusão dessa publicação, se tornaram referência importante para os estudos científicos (MOLLO & VIMIEIRO, 2015, p. 137).

Dessa forma, devemos nos guiar a partir de duas questões: qual o fio condutor e os principais conceitos de Thomas Kuhn? E como eles refletiram nos estudos históricos e sociais das ciências? Refaçamos agora o percurso dessas questões.

Em *A estrutura das revoluções científicas* vemos a elaboração de uma rota argumentativa dentro da qual se constitui o processo de construção e de desconstrução do conhecimento científico; partindo daquilo que Kuhn chamou de “ciência normal” até sua possível “crise” e “revolução” – três episódios ou acontecimentos históricos que transformam conceitos e práticas científicas de uma determinada época.

Na tentativa de esboçar um conceito de Ciência flexionando seus aspectos externos e internos, Kuhn insistiu nas congruências entre “visão de mundo” e “prática científica”.⁹ Além dessa questão, o autor também buscou circunscrever outro problema metodológico, ao entender que as observações, leis e teorias científicas não têm um aspecto acumulativo (processo de acréscimos, embora seja de destacar que Karl Popper já afirmara isso ao se colocar contrário ao que ele chamou de “teoria do balde”, ou seja, nossas teorias não são cumulativas sobrepondo-se até encher o balde do conhecimento) e individual. A crítica histórica sobre as ciências proposta por ele procurar mostrar que a atividade científica só ocorre em comunidade e que os cientistas entram em constante atrito com os “acidentes pessoais e históricos” (KUHN, 2013, p. 63). Nesta lógica, Kuhn argumenta que a pesquisa histórica, “que mostra as dificuldades para isolar invenções e descobertas individuais, dá margem a profundas dúvidas a respeito do processo acumulativo” e progressivo do pensamento científico (KUHN, 2013, p. 61).

⁹ Sobre essa questão, Kuhn (2011, p.15) comenta: “Tanto historiadores gerais quanto historiadores da ciência lamentam algumas vezes que meu relato a respeito do desenvolvimento científico seja baseado de maneira quase exclusiva em fatores internos às próprias ciências, e que eu deixe de situar as comunidades científicas na sociedade que as sustentam e da qual surgem seus membros, e pareça acreditar, portanto, que o desenvolvimento científico segue imune às influências do ambiente social, econômico, religioso e filosófico em que ocorre. É evidente que meu livro tem pouco a dizer sobre essas influências externas, mas não deve ser lido como se negasse sua existência”.

Assim, munido com este deslocamento metodológico, o livro *A estrutura das revoluções científicas* inicia suas proposições com um episódio fundamental em qualquer procedimento científico – o estabelecimento de uma “ciência normal”. No que consiste esse acontecimento?

Para Kuhn, a *ciência normal* é um conjunto de padrões e métodos que orientam um grupo ou comunidade científica, gerando, a partir da anulação de divergências, uma estabilidade consensual entre seus partidários, estabilidade esta que vai se consolidando a partir de um período inicial que, em não havendo um paradigma bem definido, ainda se praticava uma pré-ciência. Neste grupo esotérico, no qual os membros estão comprometidos com as regras e práticas, um paradigma os acompanha, e um sistema conceitual e de códigos simbólicos é compartilhado de maneira horizontal. Além disso, os indivíduos do grupo reproduzem e fortalecem um determinado compromisso científico, que nada mais é que um conjunto de leis, teorias, aplicações, instrumentalizações e exemplares. Dessa forma, toda ciência normal legitima um *corpus* de teorias aceitas pelos seus membros e as replica de duas maneiras: na produção de manuais científicos ou livros de divulgação; e na legitimação discursiva ou embates com outras comunidades. Logo, para Kuhn, a ciência normal deve ser interpretada a partir de um “corpo implícito de crenças metodológicas e teóricas interligadas que permita seleção, avaliação e crítica” de qualquer outro paradigma (KUHN, 2013, p. 79).

Toda ciência normal está diretamente ligada a um e um único *paradigma*, sendo este monismo paradigmático um dos principais conceitos do livro. Segundo Kuhn, uma comunidade científica é um conjunto de membros que compartilham crenças, regras, ferramentas, métodos e teorias de pesquisa. Mas, o que os une está para além dessas regularidades internas ao seu campo. Para o autor, o que vai desempenhar um papel de unanimidade e comunicação entre seus partidários é o paradigma. O cientista de uma determinada comunidade, além de assimilar as “regras do jogo”, deve também interiorizar as ferramentas que servem de resolução dos enigmas científicos. O compromisso na resolução de problemas e a supressão de paradoxos no interior do paradigma fazem com que uma comunidade científica estabeleça sua ciência normal. Dessa forma, mais do que um *corpus* de regras, uma comunidade científica retém para si um paradigma, fazendo parte dele um conjunto de modelos, de práticas, de experiências e de exemplos que são organizados pelo grupo para o uso em conflitos epistemológicos. Diferentemente de Karl Popper, que acreditava que toda comunidade só é científica quando seus membros são críticos do seu próprio trabalho, Thomas Kuhn alega que as comunidades científicas tendem a defender seus

sistemas conceituais, suas regras metodológicas e os usos de seu paradigma para resolução de enigmas científicos.

Nessa lógica, para Kuhn, um sistema conceitual de um determinado grupo científico não pode ser considerado um paradigma em si. Por outro lado, o modo como tal sistema será usado como ferramenta capaz de solucionar as instabilidades do campo científico deve, sim, ser visto como um paradigma capaz de manter a ciência normal. “Os paradigmas podem ser anteriores, mais cogentes e mais completos que qualquer conjunto de regras para a pesquisa”, explica Kuhn (2013, p. 119). Por conseguinte, de que maneira eles serão reproduzidos no interior de uma comunidade científica? Como é legitimado o consenso interno do grupo? Para o autor, parte destas questões está na natureza da educação científica.

Os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente às suas aplicações e por meio delas. Uma nova teoria é sempre anunciada juntamente às aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais; sem elas não poderia nem mesmo candidatar-se à aceitação científica (KUHN, 2013, p. 120).

No que diz respeito ao processo de iniciação profissional, Kuhn avalia que, para instaurar um compromisso – paradigma –, a comunidade científica orienta um conjunto de soluções modelares em que o “estudo das aplicações, incluindo-se aí a prática na resolução de problemas”, preenche sua pauta disciplinar.¹⁰ Com estes “exemplos exemplares”, a ciência normal fabrica um consenso capaz de manter um padrão legítimo de soluções de seus paradoxos. Contudo, Kuhn entende que essa situação de estabilidade da comunidade científica pode, em algum momento, entrar em contato com um conjunto de anomalias ou problemas sérios, pertinentes e indecifráveis pela linguagem científica utilizada por eles – nesse episódio se instaura a *Crise*. De acordo com o autor, “A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal” (KUHN, 2013, p. 147). Dessa forma, o estado de crise significa o “fracasso da atividade técnica normal de resolução de quebra-cabeças” (KUHN, 2013, p. 149). Em outras palavras, os instrumentos analíticos, conceituais e

¹⁰ Kuhn (2013, p. 120) dá um exemplo dessa situação: “se o estudioso da dinâmica newtoniana descobrir o significado de termos como ‘força’, ‘massa’, ‘espaço’ e ‘tempo’, será menos porque utilizou as definições incompletas (embora algumas vezes úteis) do seu manual do que por ter observado e participado da aplicação desses conceitos à resolução de problemas”. Esta importante atividade de resolução de problemas “exemplares” é o que Kuhn chama no seu pós-escrito de “sentido estrito” do paradigma.

metodológicos de uma comunidade científica não mais respondem adequadamente a seus problemas internos, gerando insatisfação e se tornando suspenso seu conjunto de regras, crenças e teorias. “O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos”, argumenta Kuhn (2013, p. 158).

Nessa descontinuidade do pensamento científico, as mudanças retratam as chamadas “revoluções científicas”, momento no qual as visões de mundo se transformam. Assim, todo um campo de possibilidades e expectativas fica em aberto.

Na visão de Thomas Kuhn, a mudança de paradigma coloca o programa científico e os compromissos do grupo em suspensão. Ao emergir um novo paradigma, instaura-se um novo olhar sobre os fenômenos naturais, que outrora eram avaliados de maneira diferente. Mas Kuhn não interpretava essas rupturas segundo as vias da tradicional história da ciência. As mudanças não significavam um processo de melhoramento de velhas concepções científicas, nem mesmo um acúmulo de teorias. Para ele, “o que ocorreu não foi nem uma queda, nem uma elevação de padrões, mas simplesmente uma mudança exigida pela adoção de um novo paradigma” (KUHN, 2013, p. 197). Ao estabelecer uma nova fase de ciência normal, a comunidade, que abandonou seu paradigma, o fez para responder aos novos obstáculos colocados por um conjunto de *anomalias*, evitando, conseqüentemente, cair na instabilidade e garantindo um novo tipo de coesão para o coletivo. “Depois de fazê-lo, o mundo de suas pesquisas parecerá, aqui e ali, incomensurável com o que habitava anteriormente”, diz Kuhn (2013, p. 202). Esse processo, depois de um tempo, representaria o fim das controvérsias e o estabelecimento de uma nova percepção das formas do mundo.¹¹

O livro de Kuhn ao trazer essa dinâmica da ruptura e descontinuidade, se opôs ao programa tradicional da história da ciência, basicamente à visão empirista e positivista que valorizava uma concepção de “continuidade científica”, “linearidade ou acumulação histórica” e “verdade absoluta”. Como sugerem Ana Carolina Vimieiro Gomes e Helena Miranda Mollo, a obra de Kuhn colocou em perspectiva as ideias de “competição, persuasão, consentimento e consenso” na dinâmica científica, propondo, sobretudo para os estudos históricos da ciência,

¹¹ Thomas Kuhn usa a mesma expressão de Ludwik Fleck, *percepção da forma*, para explicar um fenômeno cultural e psicológico, que detecta, no olhar do cientista, uma determinada maneira de ver o mundo ao seu redor. Ambas as interpretações do conceito visam conceber o cientista enquanto sujeito que interage com um universo simbólico e histórico.

“uma análise do processo social que levaria ao estabelecimento de verdades científicas” (MOLLO & VIMIEIRO, 2015, p. 139).

Novos debates e as consequências para o campo da história da medicina

Dessa forma, a ciência vista pela óptica social e histórica cria novas condições analíticas e metodológicas para a historiografia, incrementa ao debate novas fontes e objetos, que não mais correspondem às antigas demandas do positivismo lógico. Parte do chamado “Programa Forte da Sociologia do Conhecimento”, ou *Social Studies in Science*, elaborado na Universidade de Edimburgo, buscou colocar-se dentro desse debate da História da Ciência, especialmente em 1976, quando David Bloor publica *Knowledge and Social Imaginary*, obra que desenvolvia as perspectivas de Thomas Kuhn.

Em seu livro, Bloor defende que as tradições teleológica e naturalista da História da Ciência, pautadas na realização causal de “grandes indivíduos”, ainda tinham forças dentro da área da Sociologia do Conhecimento, de sorte que era preciso um esforço maior para se distanciar de tais perspectivas de análise, isto é, suspender as dicotomias entre crença e ciência, racionalidade e irracionalidade, verdadeiro e falso (padrão assimétrico de conceber as relações entre ciência e sociedade). Segundo o autor, a Sociologia do Conhecimento era meramente um campo que “preenchia vazios” para a história da ciência, porque lidava unicamente com os erros e as irracionalidades. É importante pontuar que sua preocupação centrou-se em refutar as objeções à Sociologia do Conhecimento, ou seja, abrandar o abismo entre ciência naturais e sociais, e não em repudiar o empirismo, pois, ao contrário, afirmava que o empirismo tem virtudes que podem fortalecer importantes intuições à Sociologia do Conhecimento.

O “Programa Forte” por ele proposto almejava romper com essas ideias e potencializar as questões levantadas pela perspectiva sócio-histórica da ciência, lançando, assim, quatro princípios a serem aderidos: i) o estudo deve proceder de forma causal, ou seja, compreender “as condições que ocasionam as crenças ou os estados de conhecimento”, sejam políticas, sociais, epistemológicas ou econômicas; ii) deve ser imparcial, “com respeito à verdade e à falsidade, racionalidade e irracionalidade”; iii) ter simetria no seu “estilo explicativo”, no qual as situações de erro e crença estão conectadas à atividade científica, ou seja, os mesmos tipos de causa devem explicar as crenças verdadeiras e falsas; e iv) se pautar no procedimento reflexivo, que pretendia mostrar “padrões explicativos” e aplicáveis à própria Sociologia (BLOOR, 2009, p.21).

Para David Bloor, o mundo natural, do qual partem as aplicações das ciências empíricas, é dominado por uma diversidade de tendências – não só aquelas internas, como as condições e contingências, mas também aquelas externas, sociais e políticas. Dessa forma, dentro de uma perspectiva social e construtivista, a renovação metodológica proposta pretendia compreender as interações da atividade científica com os fenômenos naturais: uma análise que privilegiava o agenciamento do sujeito histórico perante uma teoria ou modelo científico. Não se tratava, no entanto, de um panorama individual e psicológico, mas sim de compreender que dentro de um trabalho coletivo, que é a ciência, há um “sistema de trocas” e “disputas de prioridade” que estão intrinsecamente relacionados com o sistema conceitual das ciências (BLOOR, 2009, p. 42). Dito de outra forma, ele criticava a concepção de que a racionalidade e a verdade dispensariam explicações causais, ao passo que, quando ocorrem erros, lapsos, irracionalidades estas, sim, seriam devidos a fatores externos e exigiriam uma explicação causal, psicológica ou social. Seguindo essa abordagem, que coloca a comunidade científica dentro de relações de poder, emergiram investigações históricas que privilegiavam a análise de controvérsias científicas, situação marcada pela transposição de saberes, pela diversidade do conhecimento, pelas disputas simbólicas e pela busca por reconhecimento científico.

Influenciada tanto por essa mudança historiográfica, quanto pela escola francesa de Filosofia da Ciência (Alexandre Koyré, Georges Canguilhem, Gaston Bachelard e Michel Foucault), uma frente ampla de pesquisas se mostrou valiosa para os debates na década de 1970 e 1980. Historiadores e sociólogos ganhavam espaço para escrever sobre as ciências dentro de um cenário que antes era tomado por físicos, médicos e matemáticos.

Surgiram, assim, trabalhos que permitiram substituir a descrição etapista das produções científicas pela compreensão das relações estabelecidas entre os “cientistas” e o seu ambiente social.

Tratava-se, por parte dos estudos históricos da ciência, de um alargamento epistemológico que, a partir de Ludwik Fleck e Thomas Kuhn, propunha minar suas investigações, ultrapassando uma condição de ciência como sistema teórico-cognitivo pautado no isolamento social do sujeito histórico. Contrariamente, o que se buscava com tais mudanças era um entendimento de que a ciência é uma produção humana e técnica sobre objetos e fenômenos, os quais são depurados por um sujeito social, que se estabelece através da comunicação e do controle de sua atividade (PORTOCARRERO, 1994).

Nesse sentido, indissociável dos processos de interação social, a prática científica passou a ser concebida numa teia complexa de relações de poder, na qual o cientista movimenta e fabrica seu discurso (CHALMERS, 1994).

Influenciado por essa corrente sociológica, Steven Shapin – autor, em conjunto com Simon Schaffer, de *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*, publicado em 1976 – propôs matizar alguns pontos centrais para uma pesquisa de cunho social da Ciência. Em *Nunca Pura*, Shapin argumenta que conhecimento científico não é um acúmulo de pensamentos puros e unificados, mas, sim, uma atividade prática, em que “a mão é tão importante quanto a cabeça, ou mesmo que a cabeça acompanha a mão”. Nesse sentido, a prática científica “ostenta as marcas dos lugares onde é produzida” e traz consigo “uma gama de recursos culturais” que possibilitam a construção de *performances*.¹² Ou seja, um cientista em atividade assegura para si e para o grupo que representa um conjunto de sinais que lhe outorga uma coesão e credibilidade de suas prerrogativas. Dessa forma, para Shapin, “o historiador não está propriamente preocupado com a Verdade e sim com a credibilidade em relação ao que quer que *considere como Verdades* na gama dos contextos históricos” (SHAPIN, 2013, p. 5).

Os estudos sociais da ciência – especialmente no campo da história – vêm buscando elementos metodológicos e analíticos que contemplem as práticas científicas como uma atividade desempenhada social e coletivamente e na qual seus partidários se mobilizam por sua estabilidade. O discurso científico, oriundo de um determinado paradigma, almejando credibilidade, busca refinar um conjunto de fatores que possibilitam levar adiante suas preposições. Os processos de assegurar a credibilidade, segundo Shapin, corroboram um entendimento de que a relação entre Ciência e Cultura não é uma combinação dicotômica, mas *substancial*. Consequentemente, o que molda a “credibilidade das informações de especialistas em meio público” é, para Shapin, uma gama de relações complexas entre “relatos científicos e convicções sociais e culturais dominantes; a relação entre tecnologias geradas cientificamente e valores sociais dominantes; e as formas de acessibilidade de uma ciência específica para o público” (SHAPIN, 2013, p. 29). A economia da credibilidade, para usar a expressão do autor, sugere que os entornos de uma atividade científica são preenchidos por um conjunto de relações

¹² Para Shapin (2013, p. 21), as performances são espécies de “instrumentos” usados pelos cientistas, como um meio de consolidar a “plausibilidade da [sua] afirmação” ou da “confiabilidade dos procedimentos utilizados para produzir” uma afirmação. A performance da prática científica é um procedimento que visa formalizar a veracidade. Por exemplo, os teatros anatômicos são espaços de performance científica. Para o autor, saber como reconhecer a formalização da verdade “é saber como se locomover em uma cultura”.

de poder, circulação de ideias, vinculação de linguagens e métodos, afiliação institucional e consenso coletivo – aspectos estes já anunciados por Fleck e Kuhn, décadas antes.

Tais perspectivas teóricas e metodológicas logo se tornaram abordagens aplicáveis às investigações que contemplassem as ciências da vida (Medicina, Biologia, Fisiologia etc.), projeto que visou, acima de tudo, conectar a Epistemologia à História da Ciência. A primeira, devotada a analisar a historicidade dos conceitos e da racionalidade científica (perspectivas desenvolvidas por Canguilhem e Foucault); a segunda, orientada na tentativa de compreender os fluxos de poder dentro de uma rede de relações, na qual os agentes disputam forças e constroem formas de dominação (panorama desenvolvido por Bruno Latour e Claire Salomon-Bayet) (PORTOCARRERO, 2009). Segundo Vera Portocarrero, “As reflexões sobre as ciências conduzidas pelas vertentes que as consideram em sua historicidade, como as epistemologias desenvolvidas no século XX, são avessas ao dogmatismo unitário, metodológico e teleológico”, desenvolvido pelo positivismo lógico, assumindo, assim, um pluralismo teórico e metodológico. Por outro lado, ao conduzir uma análise entre a Sociologia da Ciência e a Epistemologia Histórica, as pretensões eram de “escapar de um possível reducionismo ao internalismo ou ao externalismo”¹³.

Restava às investigações sobre as ciências da vida um esforço em observar a singularidade dos acontecimentos científicos, suas descontinuidades, seus processos de institucionalização e os regimes discursivos invocados no meio das discórdias, batalhas e disfarces (sobretudo o conceito de “guerra” desenvolvido por Bruno Latour). Tornou-se possível aprofundar as múltiplas forças tecidas entre a ciência e a política; uma projeção metodológica que transformou a crítica histórica e filosófica da ciência.

A repercussão não demorou a chegar ao campo da história da medicina. Em 1971, por exemplo, Edwin Clarke publicava uma coleção intitulada *Modern methods in the history of Medicine*, livro que ficou conhecido por criticar uma tradicional abordagem sobre o pensamento médico. Clarke acreditava que a história da medicina por muito tempo tinha sido escrita em um sentido de

¹³ “Estas duas diferentes formas de pensar as ciências – internalismo e externalismo – recaem numa impossibilidade de diálogo. Para a primeira, não será possível fazer história da ciência, sem se considerarem os elementos propriamente científicos; ao passo que, para a externalista, o mais importante é explicitar a produção científica pelos seus componentes sociais, sem os quais o trabalho do historiador parecerá absurdo. Desde modo, tanto num caso como no outro, a ciência é analisada a partir de uma ruptura entre a comunidade e os conteúdos do conhecimento, de uma redução do social ao exterior das atividades cognitivas. Para pensadores como Canguilhem e Latour, a distinção entre internalismo e externalismo é considerada pouco produtiva e deve ser substituída por uma reflexão sobre as condições históricas da formação destas duas categorias – sua genealogia – com o objetivo de ultrapassar a própria dicotomia”. (PORTOCARRERO, 2009, p. 34).

propaganda e hagiografia dos ditos “grandes médicos”. Suas críticas abriram caminho para uma nova geração de historiadores da medicina, que desmistificaram essa perspectiva tradicional. Desse modo, a ideia, antes recorrente, de que a história da medicina deveria ser escrita “por médicos, sobre médicos e para médicos” perdia validade frente às novas abordagens do campo, as quais focaram em novas fontes, técnicas e perspectivas que correspondiam ao ambiente social circunscrito na prática médica (PORTER & WEAR, 1987).

Trata-se, portanto, de um deslocamento do enfoque das pesquisas sobre a Medicina, as quais privilegiavam aspectos da sua institucionalização (universidades, academias científicas e laboratórios), das suas estruturas conceituais (métodos de ensino e prática da medicina) e das intenções político-administrativas que refletem no andamento da prática médica e da saúde pública (construção de hospitais e políticas higienistas). Estas três instâncias historiográficas correspondem, em partes, à chamada História Social da Medicina – desenvolvida no final do século XX e no primeiro decênio do século XXI.

Por outro lado, aspectos culturais da medicina recentemente começaram a ganhar espaço nas investigações históricas, seja nas observações de ritos e símbolos, seja na dimensão linguística do discurso médico. Nessa dimensão cultural, tornou-se consenso que a prática da medicina é fruto da pluralidade de ações, conceitos e intervenções (HUNT, 2006).

Consequentemente, vemos convergir dois olhares sobre a história da medicina: o primeiro, muito influenciado pelos estudos sociais e foucaultianos, vê as concepções de Estado, poder e linguagem correlacionadas com as ideias de institucionalização médica e seus respectivos discursos; o segundo debruçou-se em compreender a dimensão simbólica e representativa do corpo, mediando artefatos linguísticos e tratados médicos, com os aspectos morais, religiosos, filosóficos e éticos de uma determinada sociedade (EDLER, 2011; BELLINI, 2016; FOUCAULT, 2016).

Considerações finais

Este trabalho não pretendeu apresentar, de forma detalhada, toda a obra dos autores selecionados, mas sim, compreender seus principais conceitos e como eles foram apropriados pelos novos estudos da ciência, sobretudo pela história da medicina. Como demonstramos, ao longo do século XX, a historiografia da ciência passou a priorizar uma perspectiva social, cultural e histórica da atividade científica, deixando de lado preceitos lógicos, abstratos e isolados que circunscreviam o trabalho dos cientistas. Tratava-se de um alargamento epistemológico que

superava as dicotomias entre ciência e sociedade; teoria e prática; conhecimento e política; demonstrando que todos estavam numa relação substancial.

Como antes observamos, as obras de Popper, Fleck e Kuhn, apesar de suas divergências, abriram caminho para se pensar a prática científica distante de um sistema teórico-cognitivo indissociável dos processos de interação sociocultural. Esses deslocamentos dos estudos históricos da ciência permitiram refletir sobre as noções de verdade, progresso, objetividade e fato científico; ressignificando sua pretensão de neutralidade (PORTOCARRERO, 1994).

Portanto, apresentamos aqui, de forma sintética um panorama de ruptura epistemológica, que desde a primeira metade do século XX suscitaram profundos debates em torno do que é ciência e como seus produtos afetam a sociedade. Uma concepção que permitiu ver a prática científica pela dimensão discursiva, ou seja, ver fato científico ser moldado e selecionado por estratégias políticas e coerções sociais. É possível dizer que este olhar histórico-epistemológico tenha grande repercussão no ensino de ciências, assim como no ensino de medicina, de maneira a tornar os futuros profissionais mais críticos e reflexivos.

Referências bibliográficas:

BELLINI, Lígia. **O grande fulcro**: representação do corpo e cultura médica no Portugal renascentista. São Paulo: Unifesp, 2016.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Unesp, 2009.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: De Gutenberg a Diderot. São Paulo: Zahar, 2003.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Um papel para a história**: o problema da historicidade da Ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

CHALMERS, Alan. **A Fabricação da Ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.

EDLER, Flavio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial**: Clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2016.

GHINS, Michel. **Uma introdução à metafísica da natureza:** representação, realismo e leis. Paraná: UFPR, 2013.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento.** São Paulo: Arménio Amado, 1979.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **A tensão essencial:** Estudos selecionados sobre tradição e mudança científica. São Paulo: Unesp, 2011.

LOWY, Ilana. Ludwik Fleck e a presente história das ciências. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. I (1): 1994, p. 7.

MAIA, Carlos Alvarez. Uma chave de leitura de Fleck para a pesquisa. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, 2011, p. 1176.

MOLLO, Helena Miranda. GOMES, Ana Carolina Vimieiro. Um papel para a história: para aspectos sociológicos e para a natureza nas escritas da História das Ciências. In: **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos.** (Org.) MEDEIROS, Bruno Franco. SOUZA, Francisco Gouvea de. RANGEL, Marcelo de Mello. PEREIRA, Mateus H. F. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

NOUVEL, Pascal. **Filosofia das Ciências.** Campinas: Papirus, 2013.

POPPER, Karl. **Conjeturas e Refutações.** Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 2018.

_____. **A Lógica da Pesquisa Científica.** São Paulo: Cultrix, 1972.

PORTER, Roy. WEAR, Andrew. **Problems and methods in the history of Medicine.** New York: Library of Congress, 1987.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida:** de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

_____. Panorama do Debate acerca das Ciências. In: **Filosofia, história e sociologia da Ciência:** Abordagens contemporâneas. (Org.) PORTOCARRERO, Vera. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SHAPIN, Steven. **Nunca pura:** Estudos históricos de Ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

Octávio de Freitas e as crônicas médicas em Pernambuco

Octávio de Freitas and the medical chronicles in Pernambuco

Bruno Marcio Gouveia
Mestre em História
Universidade Federal de Pernambuco
brunomellotto@yahoo.com.br

Recebido em: 05/07/2020

Aprovado em: 14/08/2020

Resumo: Este artigo analisa a produção textual, em formato de crônica, do médico e sanitarista Octávio de Freitas, nas primeiras décadas do início do século XX. O respectivo médico teve sua formação acadêmica entre as Faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, durante o final do século XIX. Por meio de sua atuação em cargos públicos, no Estado de Pernambuco, Freitas deixou um legado textual imenso. Tal fato viabilizou a circulação de sua palavra escrita de maneira intensa. Utilizando o conceito de campo do teórico francês Pierre Bourdieu constatamos que Octávio de Freitas fazia parte do campo da medicina alopática, que estava se estruturando em princípios do século XX, constituindo as crônicas médicas um dos recursos utilizados pelos médicos para a divulgação dos saberes microbiológicos.

Palavras-chave: Freitas, Octávio de, 1871-1949; Crônicas médicas; Medicina alopática.

Abstract: This article analyzes the textual production, in a chronicle format, by the doctor and sanitary practitioner Octávio de Freitas, in the first decades of the early 20th century. The respective doctor had his academic training between the Medical Faculties of Bahia and Rio de Janeiro, during the late 19th century. Through his work in public office in the State of Pernambuco, Freitas left an immense textual legacy. This fact enabled the circulation of his written word in an intense way. Using the field concept of the French theorist Pierre Bourdieu, we found that Octávio de Freitas was part of the field of Allopathic medicine, which was being structured in the early 20th century, with medical chronicles being one of the resources used by doctors for the dissemination of microbiological knowledge.

Keywords: Freitas, Octávio de, 1871-1949; Medical chronicles; Allopathic medicine.

Contextualizando Octávio de Freitas

O médico Octávio de Freitas (1871-1949) não era natural de Pernambuco, nasceu em Teresina Estado do Piauí, entretanto a vinda de sua família, quando ele possuía somente 8 anos de idade, possibilitou sua vinculação afetiva com esse Estado, onde permaneceu até concluir os estudos básicos. Filho de magistrado e político, o respectivo médico ingressou na *Faculdade de Medicina da Bahia* em 1886, onde permaneceu por apenas um ano, transferindo-se no ano seguinte para o curso médico no Rio de Janeiro, após reprovar na disciplina de física e segundo seus relatos sentir-se “injustiçado”. (FREITAS, 1940).

Foi um estudante atuante, participando de clubes estudantis e dos eventos importantes pelos quais o país passava. Em suas memórias ele relembra seu envolvimento com o movimento abolicionista, que culminou com o 13 de maio de 1888, e os eventos relacionados à proclamação da República em 1889. Freitas relata em seus escritos autobiográficos as impressões em torno do evento de instauração da República brasileira¹:

Corri eu também para Rua do Ouvidor, com os demais alunos, para saber o que havia de novidade. Regozijo geral ou bestialização, como depois afirmou, desanimado, pelos jornais o Aristides Lobo!

Todo mundo bebia qualquer coisa para esquentar os nervos. Todo o mundo contava não sei quantas bravatas... dentro dos cafés. Um punhado de heróis.

Citava-se muito baixinho, com medo ou com orgulho, as palavras enérgicas do Visconde de Ouro Preto, respondendo as inventivas do general Deodoro: - Não é só no campo de batalha que bem pode se servir à pátria e por ela fazer-se sacrifício. Repetia-se, meio atônitos, a frase de Deodoro, ao entrar no Quartel General: - Abaixo o Ministério; viva o imperador! E a Emenda de Benjamin Constant: - Viva o imperador, não, General. Viva a república!

E, no meio dessa confusão, desta barafunda sem fim, proclamaram a mudança do regimen semi-secular, sem protestos, sem ameaças e até mesmo com a tácita sanção dos antigos políticos de ambos os partidos da monarquia os quais repetiam, uns para os outros, a frase que depois se tornou clássica sensaborona: - A República é um fato consumado” (FREITAS, 1940, p. 66-67).

¹ Optamos pela atualização ortográfica nos documentos citados neste artigo.

Esses acontecimentos viabilizaram a elaboração de experiências importantes para os desejos e expectativas do homem que buscava se tornar, principalmente em relação a questões de natureza políticas.

Ao graduar-se em 1892, Octávio de Freitas recebeu alguns convites para permanecer no Rio de Janeiro ou na região sudeste, todavia decidiu regressar ao Recife para dar início a sua carreira. Em seu relato autobiográfico, como recém-formado, ele enfatiza o peso do vínculo afetivo com o Estado e com sua família, por meio das seguintes palavras:

Queria e deveria vir para Pernambuco. Aqui era o lugar ao qual eu tinha obrigações de dedicar a minha atividade. A ele eu estava já ligado por uma grande afeição e por um grande reconhecimento, pelo muito que este Estado havia feito por mim e por meu pai e pela minha família.

Além disso aqui vivia a minha mãe que tudo sacrificara para me ver formado em medicina. E como, então, eu havia de abandonar um e outra, justamente quando eu esperava ficar em condições de poder prestar os meus serviços ao primeiro e auxiliar e confortar a outra?

Sabia que nos outros lugares em que me ofereceram colocações eu faria carreira muito mais depressa e mais vantajosamente. Mas, isso não me fascinava absolutamente. Pernambuco e minha família dominavam completamente o meu pensamento e eu não levaria em conta vantagens que me fizessem exercer a minha atividade profissional em outra terra que não fosse aquela que eu já considerava como minha (FREITAS, 1940, p. 93-94).

Seus primeiros anos na vida profissional, de acordo com os seus relatos, foram atribulados devido às limitações de recursos e oportunidades de trabalhos. Somente em 1894, após uma viagem que fez à Europa, Freitas viu sua carreira começar a despontar, ao ser nomeado ajudante do superintendente de Higiene Municipal e ocupar o cargo de médico adjunto do *Hospital Pedro II* em Recife.

Além de médico e sanitarista, Octávio de Freitas desenvolveu outras atividades profissionais em Pernambuco: jornalista, cronista, demógrafo e professor na *Faculdade de Medicina do Recife*. Deixou escritos, resultados de pesquisas médicas, livros que debatem acerca do papel do médico na sociedade, história da medicina e da cultura pernambucana, relatórios técnicos e textos publicados nos principais jornais locais da época, como o *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e o *Diário da Manhã*.

Freitas fez cursos de aperfeiçoamentos fora do país e participou de congressos na busca pelo aprimoramento dos conhecimentos bacteriológicos. Seu legado tem interessado a diversos pesquisadores que se debruçam sobre a História de Pernambuco, nas primeiras décadas do século XX. Ele é considerado por seus memorialistas como um dos elementos basilares na aplicação da medicina microbiana e higienista em Pernambuco (AGUIAR, 1993).

Nessa diretriz, Octávio de Freitas fundou e dirigiu instituições importantes no Estado de Pernambuco, durante o início do século XX, baseando-se nos princípios da medicina alopática em ascensão. Dentre essas instituições podemos citar *A Liga Pernambucana Contra a Tuberculose*² que sob a sua gestão construiu e colocou em funcionamento três dispensários na capital pernambucana: *Dispensário da Tuberculose Octávio de Freitas* (1904), *Dispensário Lino Braga* (1913) e o *Dispensário do Derby* (1937). Essas instituições atenderam à população com baixo poder aquisitivo durante os seus períodos de funcionamentos.

Outro órgão importante na agenda da aplicação dos princípios da medicina científica deu-se por meio do *Instituto Pasteur de Pernambuco*, que entrou em funcionamento em 1899, sob a direção do médico Rodolpho Galvão e auxiliado por Octávio de Freitas. Com a saída de Galvão, a convite da *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, para assumir a cadeira de microbiologia dela, Freitas tornou-se o diretor do instituto. O *Instituto Pasteur* assumiu lugar de destaque em seus primeiros anos de funcionamento, atendeu, inclusive, a demanda de outros Estados por ser o único posto que oferecia profilaxia antirrábica na região.

Freitas foi um dos principais responsáveis pela fundação da *Faculdade de Medicina do Recife*, congregando esforços, inclusive do ponto de vista legal para a autorização do funcionamento do curso médico em Pernambuco. Tornou-se o seu primeiro diretor, em 1920, onde proferiu o discurso na aula inaugural da instituição e lecionou a disciplina de microbiologia dela (FREITAS, 2010).

² *A Liga Pernambucana Contra a Tuberculose* (LPCT) foi fundada por Octávio de Freitas em agosto de 1900. A instituição tinha o caráter beneficente e assistencialista promovendo diversas campanhas com objetivos de angariar fundos para a execução dos seus projetos. A LPCT funcionou até o ano de 1991 quando houve a mudança de seu estatuto de funcionamento e passou a ser denominada de *Centro Médico Octávio de Freitas* (CEMOF), assumindo um novo perfil institucional.

Esteve por diversas vezes à frente dos órgãos de saúde do Estado, a saber: *Inspetoria de Higiene do Estado de Pernambuco* em 1905 e 1908. Sendo assim, sua atuação mais lembrada deu-se em 1918 quando assumiu a *Diretoria de Higiene do Estado de Pernambuco*, devido ao falecimento do diretor da época Abelardo Baltar, durante a Epidemia da Gripe Espanhola, que assolou o Estado de Pernambuco e levou a óbitos, em meio a controvérsias, a estimativa de 1.250 enfermos no Recife (FREITAS, 1919). Octávio de Freitas tomou, então, diversas medidas, registradas em ofícios e relatórios, no combate ao surto epidêmico da Espanhola³. Todavia, cabe ressaltarmos que ocorreram diversas críticas em torno de sua atuação, combatidas por ele na imprensa local. Contudo, é preciso destacar e ponderar as limitações do saber médico, que ficaram em evidências naquele contexto dramático, que irrompeu o cotidiano de diversas cidades ao redor do mundo. Por outro lado, é preciso destacar que ao defender-se na mídia impressa da época afirmando que estava cumprindo com rigor as determinações do regulamento de higiene (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1918, p. 3), Freitas buscava exercer um lugar de autoridade científica que reivindicava pra si por meio do lugar profissional em que ocupava, suprimindo, desse modo, as diversas controvérsias e problemáticas que envolvem a aplicação e produção do saber médico-científico.

Nesse sentido, foi em princípios do século XX, momento em que o campo científico⁴ brasileiro estava formulando-se, que os médicos e higienistas tornaram-se, aos poucos, elementos cruciais na elaboração de instrumentos que visavam atender às transformações pelas quais o país passava. Foi dentro dessa dinâmica que se criou a necessidade do cientista dentro da especialização das atividades intelectuais. Octávio de Freitas, sendo assim, faz parte desse contexto em que os conhecimentos microbiológicos estavam adquirindo destaque, constituindo a produção textual dele um elemento importante para analisar e entender os construtos teóricos da época em que atuou profissionalmente.

³ Esta documentação encontra-se disponível para consulta no *Arquivo Público Estadual Jordão Hemeréciano* (APEJE). Acervo da Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco (1845-1997), localizado na R. Imperial, 1069 - São José, Recife - PE.

⁴ Ancoramo-nos na teoria de Pierre Bourdieu (1998) que define o campo científico como o lugar de disputa pelo monopólio da autoridade científica. Desse modo, é preciso esclarecer que o processo de legitimidade científica é também composto por um conjunto de interesses, que inclusive podem ser oriundos das demandas de outros campos. Essa disputa permite a construção de redes de sociabilidades, tanto do ponto de vista da cooperação quanto na produção de possíveis intrigas. Assim, os diversos sujeitos que fazem parte de um determinado campo encontram-se em diferentes posições hierárquicas dentro dele.

Seguindo essa linha de raciocínio, Almeida (2006) aponta que nos princípios do século XX houve a elaboração de um movimento de intercâmbio científico e organizacional no campo da medicina. Dessa forma, houve a construção de redes que viabilizaram o fortalecimento desse ramo do saber na América Latina, por meio da fundação de associações profissionais e da execução de Congressos Médicos Latino-americanos. Havia nesses eventos a oportunidade de comunicar e trocar experiências decorrentes de práticas em relação às questões sanitárias. Assim, é oportuno destacar que a área de conhecimento da medicina que mais desenvolvia-se nesse momento era a higiene, constituindo, portanto, o maior número de trabalhos apresentados nesses colóquios médicos.

De fato, os princípios das descobertas pasteurianas causaram uma verdadeira revolução na sociedade, entre os fins do século XIX e início do XX, possibilitando a descoberta de alguns agentes etiológicos causadores de diversas patologias que assolavam a humanidade. Dessa forma, a partir da década de 1870 Pasteur (1822-1895) e outros cientistas lograram êxitos nas suas investigações sobre microrganismos, entretanto foi justamente por meio das técnicas de estudo empreendidas pelo cientista Robert Koch (1843-1910) que outros cientistas passaram a fundamentar-se para os avanços em seus estudos microbiológicos (ROSEN 1994). Por conseguinte, na década de 1880, e nas subsequentes, diversas infecções microbianas foram estudadas com base em sua produção, prevenção e consequências, dando origem a elaboração de diversos fundamentos epidemiológicos que até hoje conhecemos.

Diante do exposto, importa salientar que Octávio de Freitas participou de diversas associações da área médica, como a título de exemplo, a *Sociedade de Medicina de Pernambuco onde atuou ativamente*, como consta nas atas das reuniões da instituição⁵, da qual foi presidente em 1908, 1914 e 1941-1945. Contribuiu também, de modo decisivo para a realização do *I e II Congresso Médico de Pernambuco* realizados em 1909 e 1916. Nesses eventos, foi possível a troca de experiências entre os diversos médicos e outros profissionais de áreas afins. O primeiro encontro resultou nos *Anais do I Congresso médico Pernambucano*, que foi publicado em 1910 pela *Officina Typográfica*, pertencente ao *Diário de Pernambuco*., nele encontram-se o programa do evento, o seu regulamento para a apresentação dos trabalhos e as adesões; posteriormente, divulga os trabalhos

⁵ Esta documentação pode ser consultada na sede da *Associação Médica de Pernambuco (AMPE)* - Rua Oswaldo Cruz, 393 - Boa Vista - Recife/Pe.

apresentados pelos congressistas, relacionados aos diversos ramos da medicina e da saúde pública. Nessa perspectiva, contém comunicações ligadas à terapêutica das doenças, bem como textos relacionados, em número considerável, ao sanitarismo e a higiene, como por exemplo, Os trabalhos de Octávio de Freitas e Arthur Orlando, respectivamente com os títulos de *Importância do Registro Sanitário das habitações como instrumento da defesa higiênica nas colectividades* e *Eros sobre o ponto de vista do Direito Sanitário ou da Higiene Jurídica*. Esses dois trabalhos apontam para a diversidade dos discursos proferidos no congresso, uma vez que Arthur Orlando aborda questões sobre o amor e casamento em sua apresentação, correlacionando-os à higiene pública, indicando, dessa maneira, a profunda relação entre o saber médico e as noções de moralidade construídas no início século XX e que podem revelar as diversas nuances em que se baseiam as falas desses médicos, a exemplo, na nossa pesquisa, de Octávio de Freitas.

Diante do legado documental, como vimos, bastante amplo, por meio da publicação de várias tipologias documentais, decorrentes da diversidade da trajetória profissional do médico Octávio de Freitas, diversos pesquisadores tanto da área de história como também das ciências da saúde, já se utilizaram para compreender os diversos fenômenos que envolviam seus objetos de pesquisas. Objetivamos neste artigo investigar as crônicas médicas, escritas por esse médico, durante as primeiras décadas do século XIX, como estudo de caso, em relação a teoria do campo científico formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Considerações sobre a crônica brasileira

Antes de analisarmos os textos escritos por Octávio de Freitas, é necessário compreendermos algumas características sobre a crônica. Tal estilo narrativo diz respeito a um gênero jornalístico que é entendido desta forma desde o século XIX. Apesar de inspirada nos moldes europeus, a travessia do Atlântico possibilitou à crônica brasileira sua reinvenção, atendendo as demandas locais (SOARES, 2014). Com a virada para o século XX, a crônica nacional começou a delinear outros contornos, devido à mudança editorial do gênero quando passou a ser publicada também em formato de livros. Esta mudança acabou por conferir outro status a crônica, que por muito tempo foi considerada um gênero literário “menor”.

Brevidade, simplicidade e humor eram as características da crônica, preocupada com as questões cotidianas. Veiculada nos jornais, ela possuía um caráter efêmero, pois sua ligação com o moderno, em que tudo é veloz e cada vez mais fugaz, entretanto quando divulgadas em livros, sua transitoriedade passou a ser repensada (CANDIDO, 1992).

Miranda de Sá (2006) aponta que a produção literária e científica nesse contexto foi resultado do diálogo com a Europa, culminando com a ênfase no cientificismo, constituindo-se, portanto, um dos elementos que compunham o projeto político e intelectual do país. Havia, dessa maneira, um movimento de renovação no campo intelectual e literário do país, principalmente na década de 1920. A influência de gêneros vindos da imprensa francesa, como é o caso da crônica, possibilitou as conquistas de novos espaços para os escritores profissionais.

Dito isso, é perceptível que havia redes de sociabilidades, no Recife do início do século passado, que viabilizavam aos intelectuais fazerem seus textos circularem. Assim, esses letrados estavam ligados a alguma instituição. Desse modo, Octávio de Freitas participava de diversas entidades que lhe possibilitavam a elaboração de estratégias para que suas ideias circulassem em materiais impressos. Foi membro de 37 sociedades científicas, incluindo algumas estrangeiras. Assim, foi integrante da *Academia Pernambucana de Letras* e como dito anteriormente sócio e presidente da *Associação de Medicina de Pernambuco*, onde participou ativamente com importantes médicos de sua época das sessões e eventos da instituição.

De acordo com Barros (1972), nesse período, a imprensa dominava o campo intelectual em formação, e a divulgação e o reconhecimento dos autores davam-se por meio dela, dessa forma, os textos eram impressos em gráficas locais, jornais literários e periódicos locais.

Nesse caminho, localizamos na imprensa elogios, aos textos de autoria de Octávio de Freitas, que revelam o prestígio que ele possuía na imprensa local, na ocasião em que o *Diário de Pernambuco* utilizou as seguintes palavras para descrever o seu novo trabalho intitulado *Dieta e remédios*:

Octávio de Freitas é conhecidíssimo como um dos mais perfeitos e infatigáveis propagandistas da ciência médica. De sua já extensa vida de publicidade, quase nenhum assunto relevante ele tem descurado e de todos sempre tratou com a mais impressionante clareza.

Nos seus escritos nada de termos técnicos, palavras empoladas. A sua proficiência ele a revela, em linguagem simples, mas precisa. E por isso mesmo o que escreve é lido com agrado e assimilado proveitosamente. Para, portanto, comentar um livro de Octávio de Freitas basta dizer que é uma continuação da sua obra de imprensa, com a mesma nitidez e o mesmo saber que até agora tem caracterizado (DIETAS e remédios de Octávio de Freitas, 1914, p. 1).

Entre o cientificismo e o cotidiano: as crônicas médicas de um sanitarista

Octávio de Freitas publicou cerca de 725 crônicas sobre temas diversos, nos principais jornais diários do Recife, em princípios do Século XX (HORA, 1993). Os respectivos textos foram reunidos em cinco obras: *Meus, doentes, meus clientes*; *Problemas médicos*; *Dietas e remédios*; *De calouro a médico e Ideias e conceitos*. Seus memorialistas sugerem que seus textos possuíam uma boa circulação, o que fez dele um dos escritores mais lidos na época no nordeste brasileiro (MIRANDA, 1993). Importa ressaltar que o acesso à instrução e à leitura no início do século passado eram bem restritivos.

É notório destacar que em várias capitais do país, médicos, de modo semelhante a Octavio de Freitas, produziram textos de caráter literário e obtiveram reconhecimento dentro desse campo de produção intelectual. Assim, ao organizar e publicar as crônicas em formato de livros, denota-se a intenção de Freitas em tornar algo considerado efêmero, como era a crônica publicada em periódicos locais do Recife, em algo que pudesse ter um caráter permanente no universo da escrita.

À vista disso, conforme aponta a historiadora Guimaraes Neto (2010), as crônicas possuem uma relação com a história, do ponto de vista de que ambas possibilitam a fabricação de memórias. Sendo assim, por se constituírem de tramas textuais, são, portanto, documentos e necessitam serem interpretados. Dessa forma, importa destacar que esses textos, produzidos por Freitas revelam apenas uma versão da história médica, construídas sobre suas experiências e saberes ao longo de sua trajetória de vida pessoal e profissional⁶, baseados nos saberes microbiológicos em ascensão e que silencia ou desqualifica, em diversos momentos os saberes oriundos de práticas de saúde popular.

⁶ Bourdieu (2006) aponta que se deve ficar atento para a ilusão biográfica na qual a falsa ideia de uma trajetória linear e coesa seria possível.

Nesse sentido, Octávio de Freitas, em suas crônicas, abordou diversas doenças, entre elas: o câncer, a tuberculose, a cólera, a frialdade, a anemia, os problemas gástricos e a doença de chagas. Como já abordamos, foi nesse contexto do início do século XX que os conhecimentos microbiológicos estavam estruturando-se e ganhando divulgação, não apenas na comunidade científica, como também na imprensa, por meios de diversos artigos publicados nos principais jornais do país. Para ilustrarmos essa questão, o *Diário de Pernambuco* publicou, em 8 de dezembro de 1901, um artigo intitulado *A questão do micróbio*, destacando a dimensão e a importância dos princípios científicos desse conhecimento:

A questão do micróbio é uma das mais temerosas da hora, atua o infinitamente pequeno morbífico que nos atormenta. Sofremos todos sépticos ou crentes a perturbadora sugestão do bacilo **ou do micrococcus** [sic]. Esse Deus ex-machina da medicina contemporânea tem por si uma imprensa inesgotável e exércitos de esculápios especialistas rendem-lhe culto, nos dois continentes. O dogma microbiano reina e governa a maior parte das doenças de aparência mais ou menos propagadora tem seu micróbio titulado, ou seu micróbio presuntivo, desde a **tuberculose** e o cancro ao reumatismo e o furúnculo, e até a lamentável calvice [...].

Tudo que tem contato conosco deve ser-nos suspeito: micróbio de marca enchem as moedas, os bilhetes de banco, os alfarrábios das bibliotecas e papeis dos arquivos e até as pias d'agua bentas (SUNI, 1901, p. 1, grifos do autor).

Nessa perspectiva, em 1912, o livro *Problemas médicos* foi publicado pela *Imprensa Industrial*. Esse livro reunia as crônicas médicas escritas por Octávio de Freitas no *Diário de Pernambuco*. A intenção do autor era divulgar diversos conceitos importantes da medicina para o público em geral.

A primeira crônica desse livro foi sobre o câncer. Imbuído dos conhecimentos microbiológicos Freitas indica nesse texto sua suspeita de que o câncer teria relação direta com os famosos “germens”, nos solos das habitações. Dessa forma, acreditando numa medida plausível para o combate à doença afirma que: “Como fator primordial façamos sistematicamente o registro sanitário das habitações, o registro patológico de cada casa e deste modo poderemos, com segurança, atacar o mal no seu principal e formidável reduto” (FREITAS, 1912, p. 11). Octávio questiona a validade da exclusividade do conceito da hereditariedade das moléstias cancerígenas e defende a mudança da noção do câncer como uma doença familiar para uma doença social.

Outro conjunto de textos, nesse mesmo gênero, é o livro *Meus doentes meus clientes*, que é composto por crônicas que foram publicadas no *Jornal do Recife*. Freitas defende que denominar os doentes de clientes seria distinguir abertamente os enfermos que se encontram em hospitais e os pobres que são atendidos de forma gratuita, daqueles que pagam em dinheiro pelo atendimento. Nessa perspectiva, Octávio aponta o papel social da medicina, a qual ele denominava de “divina ciência” (FREITAS, 1943, p. 23).

Nessa perspectiva, o respectivo médico revela sua visão acerca da prática médica, na qual ele buscava fundamentar-se, ao afirmar que: “A medicina moderna é mais que a arte de curar, dos antigos discípulos de Galeno, depois que Pasteur lhe imprimiu feição profilática e higiene que ela, hoje possui” (FREITAS, 1923, p. 6). Desse modo, como abordamos anteriormente, por diversos momentos, Freitas ocupou cargos importantes na gestão dos serviços de saúde em Pernambuco e defendeu a melhoria urbana da cidade do Recife para viabilizar condições de melhor salubridade para a população, buscando, assim, evitar a proliferação de diversas moléstias presentes no início do século XX.

A tuberculose foi tema de algumas de suas crônicas. Freitas combateu essa enfermidade de forma contundente, como já relatamos, por meio da criação da *Liga Pernambucana Contra a Tuberculose* em agosto de 1900. Fundou três dispensários, em 1904, 1913 e 1937, que foram referências na prevenção e no tratamento da tísica para a população pobre.

A LPCT atuou ativamente no combate à doença, por meio dos dispensários. O contato de Octávio de Freitas com os conhecimentos adquiridos nas suas viagens à Europa viabilizou a aplicação de novas técnicas para diagnosticar a tuberculose. Assim, por meio da atuação de Octávio e dos médicos que compunham a LPCT, foi possível a elaboração de medidas legais que objetivassem evitar o contágio da respectiva doença.

Nesse sentido, é perceptível nas suas crônicas a relação entre o conhecimento médico e as questões sociais. No seu texto sobre o leite, Octávio defendeu a manutenção de uma boa alimentação para toda a população, independentemente da classe social à que pertencia. Deste modo, argumentou que:

Na múltipla, complexa e delicada questão da higiene social atinge ao leite, gênero alimentício do mais alto valor e interessa-nos, principalmente, a sua boa

qualidade e o preço pelo qual, em semelhantes condições, possa ele ser fornecido aos consumidores.

No entretanto, como é fácil de perceber-se, estes dois elementos primordiais do problema, se chocam e se contradizem.

O leite bom não pode deixar de ser relativamente caro, o que para logo se estabelece uma antinomia entre o ponto de vista higiênico, que não pode ser satisfeito senão com um argumento notável dos preços, e o ponto de vista sociológico, que exige, ao contrário, preços compatíveis com as bolsas minguadas da classe média e do proletariado (FREITAS, 1912, p. 13-14).

Compreendemos, assim, que as questões sociais compunham seus argumentos sobre a higiene e a medicina preventiva. Imerso num contexto de grandes transformações urbanísticas, seus textos contaminam-se das questões sociais em tela nos princípios do século XX.

Nessa diretriz, seguindo uma linha de trabalho voltada para a medicina higienista e sanitaria, Octávio escreveu textos em que defendeu a prevenção de doenças como um elemento crucial na sua carreira profissional. A alimentação, por exemplo, foi um tema recorrente em suas crônicas, como no texto a seguir:

Ali, um outro, amante do indicioso baco, que abusou das bebidas espirituosas.

Além mais outro que se utilizou de comidas muito, ou esquisitamente condimentadas - pimentas, mostardas e quejandos irritantes -; que se afastou por motivos vários do seu regime alimentar de todos os dias; fumou demasiadamente, entregou-se finalmente, a grandes vigílias e grandes fatigantes trabalhos, quer físicos, quer intelectuais (FREITAS, 1912, p. 96).

Nesse texto, o cronista buscou defender a relação entre a alimentação e as questões do cotidiano da saúde da população, dentro de uma perspectiva da necessidade do exercício de hábitos saudáveis.

Seguindo esse caminho, em 1915, publicou em *Dietas e Remédios* um conjunto de textos em que destacava sua preocupação com a boa nutrição a fim de evitar doenças ou tratar os indivíduos que já estivessem doentes. Ele defendia a busca clínica para conhecer o perfil de cada paciente ao afirmar que: “Não há uma só dieta, abrangendo todos os indivíduos nas múltiplas circunstâncias de vida [...]. Conhecer as trocas nutritivas no estado normal e no estado patológico é a segunda condição que exige para o assunto ser tratado com segurança” (FREITAS, 1915, p.

16). Já no prefácio dessa obra Freitas buscou formular para os seus leitores a sua visão sobre a prática médica e a cautela no uso dos medicamentos, ao escrever as seguintes palavras:

As dietas e os remédios que se acham aqui formuladas ofereço aqueles dos meus leitores, que confiantes nos meus processos clínicos, deles carecerem.

Isto não significa, porém o desejo de ter em cada um deles um doente para curar com os conselhos que muito desataviadamente dou nas minhas crônicas dietéticas terapêuticas.

Pelo contrário o meu maior desejo é que todos eles, retemperados pela mais vigorosa e estável saúde, passem uma página por uma do meu **formulário** sem encontrar utilidade alguma naquelas **drogas** todas, escolhidas aliás entre as que mais benefícios, conforme é voz corrente, tem efeitos aos que sofrem qualquer contra tempo mórbido diatésico ou anafilático.

Que eles repassem todas as minhas receitas e ao chegarem à última exclamem justamente orgulhosos: - Felizmente de nenhuma delas carecemos. Assim ficaremos todos muito contentes e amigos porque os meus leitores não experimentando senão por leitura os Remédios e as dietas nunca terão motivos de falar mal deles, pois é um axioma muito conhecido em terapêutica e muito verdadeiro, que uns e outras tem as suas indicações e as suas contra-indicações.

Daí, dadas certas inoportunidades, eles serem, as vezes maus para todo mundo (FREITAS, 1915, p. 5-7).

Influenciado pelo cientificismo vigente e os conhecimentos bacteriológicos, Freitas publicou uma crônica sobre a preguiça. Neste texto ele afirma que o preguiçoso deve ser tratado como um doente que necessita ser medicado, elencando casos de pessoas que estão se recuperando de algumas doenças e ainda não se encontram com a saúde reestabelecida. Outras situações seriam referentes aos indivíduos que já possuem a doença incubada e que logo manifestará os sintomas. De certa forma, ele afirma que existem casos de preguiças que não se relacionam às doenças; mesmo assim ele não busca recriminar, diante de que: “Em tais casos de preguiça não será um defeito a corrigir. Ela é fisiológica ou mental, e por isso mesmo instintiva e natural” (FREITAS, 1923, p. 38).

Fica evidente nesses escritos a tentativa de medicalizar a sociedade, instruindo a prática de “bons hábitos” a homens e mulheres. Diante do exposto, é preciso esclarecer que em princípios do século XX, estava buscando-se construir uma sociedade moderna e segundo esse ponto de vista seria necessário o redirecionamento de novas condutas, em sintonia com os novos preceitos

de higiene, contudo diversas práticas higienistas ocorreram de forma autoritárias e excludentes, favorecendo padrões de comportamento vinculados a grupos elitistas que almejavam continuar exercendo seu lugar de dominação social. Desse modo, não foram raros as resistências e os desencontros entre os anseios do Estado, da classe média, das elites e da população pobre, na elaboração de práticas que visavam modernizar a sociedade brasileira, no alvorecer do século XX; basta lembrarmos a Revolta da Vacina em 1904⁷, ocorrida no Rio de Janeiro. Desse modo, o mercado profissional da medicina alopática buscava sobrepor-se, a todo custo, aos serviços terapêuticos oriundos de práticas populares ligados à formação cultural brasileira.

Considerações finais

Octávio de Freitas foi um profissional extremamente atuante durante as primeiras décadas do século XX, ao ocupar diversos cargos públicos, na área da saúde pública, aplicou os preceitos e técnicas relacionados aos conhecimentos bacteriológicos. Ao longo de sua trajetória deixou um legado escrito por meio da imprensa, livros, relatórios técnicos e das aulas em que ministrou na *Faculdade de Medicina do Recife*. Participou de associações médicas e promoveu, em conjunto com outros médicos, a realização do *I e II Congresso Médico Pernambucano* em 1909 e 1916.

Desse modo, Freitas buscou em suas crônicas divulgar os conhecimentos da medicina alopática. Todavia, cabe reafirmarmos que seus textos são apenas uma versão acerca da medicina de caráter científico da qual fazia parte, suas palavras foram, portanto, permeadas de escolhas e silenciamentos relacionados a sua formação profissional e cultural.

Pode-se afirmar que ele era um homem de imprensa e a cada escrito construía sua autoridade no campo da saúde pública. Produziu suas próprias ferramentas para ler o mundo do qual fazia parte, inserido em redes de sociabilidades relacionadas ao campo médico. Em seus textos ele imprimia sua visão de mundo, buscando refletir sobre o papel do médico na sociedade e estava atento às mudanças de comportamento pelas quais a população pernambucana estava passando, com o acelerado processo de modernização vigente. Constitui-se, portanto, o

⁷ Para ver sobre a Revolta da Vacina consultar a seguinte obra: SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

respectivo médico um importante personagem para os pesquisadores que desejarem compreender o contexto da medicina e da saúde pública, em Pernambuco, no alvorecer do século XX.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médicos-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde -Manguinhos**, v. 13, n. 3, p. 733-757, jul. /set. 2006. Acesso em: <http://www.redalyc.org/pdf/3861/386137991010.pdf>. Acesso em 2 jun 2016.

AGUIAR, Antônio Soares. Octávio de Freitas: um homem à frente do seu tempo. In: TÁVORA, José Geraldo et al. **Octávio de Freitas: um homem à frente do seu tempo**. Recife: Ed. Octávio de Freitas, 1993. p. 100-118.

BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação**. Rio de Janeiro: s.n., 1972.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Org. Renato Ortiz; trad. Aula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1998.

CANDIDO, Antonio et al. A vida ao rés-do-chão. In: _____. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CONGRESSO MÉDICO DE PERNAMBUCO 1., 1910, Recife. **Annaes...** Off. Typ. Diário de Pernambuco, 1910.

DIETAS e remédios de Octávio de Freitas. Recife, Imprensa industrial. **Diário de Pernambuco**, Recife, anno 90, n. 171, p. 1, 2. Jul. 1914. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FREITAS, Octávio de. **Dietas e remédios**. Recife: Imprensa industrial, 1915.

_____. **História da Faculdade de Medicina no Recife: 1895-1943**. Recife: Ed. Universitária, 2010.

A INFLUENZA hespanhola. **Diário de Pernambuco**, Recife, anno 94, n. 300, p. 3, 31 de out. 1918. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. **Medicina e costumes do Recife antigo**. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

_____. **Meus doentes, meus clientes**. Recife: Imprensa industrial, 1923.

_____. **Minhas memórias de médico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. **Problemas médicos**. Recife: Imprensa industrial, 1912.

_____. **Os trabalhos de hygiene em Pernambuco: relatório apresentado ao secretário geral do Estado**. Recife: Oficinas Graphicas da Imprensa Oficial, 1919.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Repertório estatístico no Brasil, quadros retrospectivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. 1. p. 13. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

HORA, Bianor. Octávio de Freitas na literatura não médica. IN: TÁVORA, José Geraldo et al. **Octávio de Freitas: um homem à frente do seu tempo**. Recife: Ed. Octávio de Freitas, 1993. p. 281-288.

MIRANDA DE SÁ, Dominich. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MIRANDA, Waldemir. Octávio de Freitas na Academia Pernambucana de Letras. In: TAVORA, José Geraldo (org). **Octávio de Freitas: um homem à frente do seu tempo**. Recife: Ed. Octávio de Freitas, 1993. p. 215-218.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX: uma breve história**. Rio de Janeiro: É Realizações Editora, 2014.

SUNI, Mikael. A questão do micróbio. **Diário de Pernambuco**, Recife, anno 78, n. 191, p. 1, 8 dez. 1901. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Vírus e Mapas: o mapeamento da Covid-19, da Febre Amarela e os paradigmas da Medicina Cartográfica

Virus and Maps: the mapping of Covid-19, Yellow Fever and the paradigms of Medical Cartography

Carmem Marques Rodrigues

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

carmemmarquesrod@gmail.com

Recebido em: 17/07/2020

Aprovado em: 29/08/2020

Resumo: Na tentativa de entender a dinâmica temporal e geográfica das epidemias, a medicina recorreu à utilização dos mapas como ferramentas visuais e argumentativas, criando o que os historiadores de mapas chamam de medicina cartográfica. A pandemia do Covid-19(SARS-CoV2) trouxe novamente à tona a importância dos mapas no entendimento e controle das doenças, porém ao utilizar as ferramentas cartográficas atuais, que georreferenciam dados de forma dinâmica, a medicina cartográfica do século XXI extrapolou os limites institucionais, alcançando um público amplo e universal. O exemplo paradigmático é o *Dashboard* da *John Hopkins University*, o pioneiro em disponibilizar as informações sobre a Covid-19 em tempo real. Neste artigo iremos discutir, à luz da História da Cartografia, como, a partir dos mapas do Dr. Seaman sobre o surto de febre amarela em Nova York (1798), e dos criados pelos/para pesquisadores do *Instituto Oswaldo Cruz* e da *Fundação Rockefeller* (1930-1942), relacionadas ao controle da febre amarela no Brasil, dialogaram, utilizaram e modificaram os paradigmas da medicina cartográfica.

Palavras-chave: Febre Amarela; História dos Mapas; Medicina Cartográfica.

Abstract: In an attempt to understand the temporal and geographical dynamics of epidemics, medicine resorted to the use of maps as visual and argumentative tools, creating what map historians call medical cartography. The Covid-19 pandemic (SARS-CoV2) once again brought to light the importance of maps in understanding and controlling diseases, but by using current cartographic tools, which dynamically georeferenced data, 21st medical cartography has moved beyond the institutional limits, reaching a wide and universal audience. The paradigmatic example is the Dashboard of *John Hopkins University*, the pioneer in making information about Covid-19 available in real time. In this article we will discuss, in the light of the History of Cartography, how, from Dr. Seaman's maps of the Yellow Fever outbreak in New York (1798), through maps created by/for researchers at the *Oswaldo Cruz Institute* and the *Rockefeller Foundation*, related to the control of Yellow Fever in Brazil, laid the foundations of the paradigms of medical cartography.

Keywords: Yellow Fever; Map History; Medical Cartography.

Introdução: Vírus e Mapas

Em 1847 uma em cada seis mulheres que davam à luz no Hospital Geral de Viena morriam em decorrência de uma misteriosa febre. Em busca de uma resposta para o que parecia ser uma epidemia de mortes no pós-parto, o obstetra húngaro Ignác Semmelweis (1818-1865) começou a dissecar os cadáveres das mães em busca de pistas que explicassem a doença. Após investigar centenas de corpos chegou à conclusão de que a febre era uma infecção causada e transmitida pelos próprios médicos, por não higienizarem as mãos e os instrumentos entre um procedimento e outro.¹ Para demonstrar sua conclusão, adotou uma série de medidas de limpeza nas clínicas obstetrícias em que atuava o que reduziu drasticamente as mortes. (NULAND, 2005)

Todavia, Semmelweis não sabia ao certo qual era o agente causador da febre, e mesmo com os resultados positivos de suas ações, foi duramente criticado e perseguido pela comunidade médica. Sua teoria só foi corroborada com a consolidação da teoria microbiana das doenças no final do século XIX. A descoberta de que os micro-organismos - como fungos, vírus e bactérias - são os verdadeiros causadores de diversas doenças revolucionou a forma com que a medicina e a saúde pública se desenvolveram no século XX, especialmente em relação às epidemias.

As epidemias são dramas sociais que se desdobram em três atos: reconhecimento, explicação e resposta. Muitas vezes os primeiros sinais são ignorados,

até que a aceleração da doença e da morte força o relutante reconhecimento da epidemia. O reconhecimento lança o segundo ato, no qual as pessoas exigem e oferecem explicações, tanto mecanicistas quanto morais. Estas explicações, por sua vez motivam intervenções que podem ser tão dramáticas e destrutivas quanto a própria doença. Epidemias eventualmente se resolvem, seja sucumbindo à ação social ou tendo esgotado o estoque de vítimas suscetíveis.² (JONES, 2020, p.372)

¹ A contaminação das mãos e dos instrumentos médicos acontecia pelo que Semmelweis chamou de teoria do envenenamento cadavérico. Suas conclusões foram publicadas no estudo *Die Ätiologie, der Begriff und die Prophylaxe des Kindbettfiebers*, em 1861.

² Tradução livre do original: “until the acceleration of illness and death forces reluctant acknowledgement of the epidemic. Recognition launches the second act, in which people demand and offer explanations, both mechanistic and moral. These explanations, in turn, motivate interventions that can be as dramatic and disruptive as the disease itself. Epidemics eventually resolve, whether succumbing to societal action or having exhausted the supply of susceptible victims.” (JONES, 2020, p.372)

Dessa forma, assim que as epidemias eclodiam os médicos iniciavam uma verdadeira corrida em busca de sua explicação e resposta. Porém, como afirma Lowy, “no princípio do século XIX, prevalecia uma visão fisiológica que sublinhava a unicidade das diversas patologias, igualmente percebidas como perturbações dos mesmos sistemas fisiológicos de base.” (LOWY, 2006, p.28) Ou seja, as explicações eram generalistas, pois havia uma enorme dificuldade, inclusive técnica, de encontrar o agente causador da epidemia. Os eventos epidêmicos, que se tornaram mais constantes e problemáticos ao longo do século XIX, ainda eram vistos de acordo com a tradição hipocrática. (CZERESNIA, 1997, p.16)

Todavia, desde o final do século XVIII, os médicos começaram a utilizar um novo recurso para entender as epidemias: os mapas. Para reconhecer, explicar e responder propriamente às epidemias, os médicos perceberam que existia uma intrínseca relação entre saúde e geografia e que podiam mapear o ciclo das doenças combinando duas técnicas diferentes: a coleta de dados estatísticos/laboratoriais e o mapeamento geográfico. A medicina cartográfica, que nasceu dessa combinação, transformou os mapas em verdadeiros instrumentos da ciência, pois começaram a ser utilizados como provas espaciais dos argumentos médicos. (KOCH, 2005, p.4)

O primeiro médico que explorou os recursos argumentativos da medicina cartográfica foi Dr. Seaman. Segundo Koch, um dos principais geógrafos da saúde que estuda a história da medicina cartográfica, no final do século XVIII Seaman

mapeou seu argumento no artigo *Medical Repository* que continua sendo o mais citado e talvez o mais conciso de seus trabalhos. Os mapas de Seaman destilaram esplendidamente a teoria miasmática do contágio de doenças em sua tentativa de provar que a febre amarela era estática, não dinâmica; uma criatura dos odores nocivos gerados pelo lixo urbano. (KOCH, 2005, p.9)

A teoria miasmática³ tornou-se obsoleta com a ascensão da teoria microbiana, todavia a medicina cartográfica se fortaleceu ao longo do século XIX, e no século seguinte já era uma ferramenta difundida na epidemiologia. Tanto que quando o Dr. Soper assumiu o controle da *Fundação Rockefeller* no Brasil, uma das rotinas do seu programa de combate à febre amarela era a

³ A teoria miasmática foi desenvolvida por Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi durante o século XVII. As doenças teriam origem nos miasmas: um conjunto de odores fétidos (eflúvios) provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos. (CZERESNIA, 1997)

confeção de mapas com dados estatísticos e laboratoriais, que alimentavam os relatórios de acompanhamento e planejamento da doença. (BENCHIMOL, 2001, p.139)

A eclosão da pandemia do Covid-19 em 2020 trouxe novamente à tona a importância da medicina cartográfica, porém dessa vez, em um mundo altamente globalizado e tecnológico, os mapas não ficaram restritos aos meios institucionais, ganharam um público muito maior, sendo democraticamente disponibilizados através da internet. Neste artigo iremos analisar esses mapas à luz das reflexões que o geógrafo Matthew Edney (2019) faz sobre a cartografia, discutindo sobre a medicina cartográfica e as problemáticas de seus fundamentos paradigmáticos. Afinal, os mapas são representações e não espelhos da realidade, logo são fruto das escolhas de seus construtores, que enfatizam alguns pontos, minimizam ou excluem outros. Por tanto, devem ser lidos historicamente como interpretações espaciais que carregam discursos retóricos e construções visuais únicas, que corroboram as propostas de seus autores.

A pandemia do Covid-19: o mapeamento em tempo real

Em 31 de Dezembro de 2019 a China informou a *Organização Mundial de Saúde* (OMS) sobre um surto de pneumonia, inicialmente de causa desconhecida, que irrompeu na cidade de Wuhan, na província de Hubei. No começo de Janeiro de 2020, as autoridades científicas chinesas descobriram que a causa da doença era um novo coronavírus,⁴ chamado de síndrome respiratória aguda coronavírus 2 (SARS-CoV-2)⁵. A doença passou a ser chamada de Covid-19 e alarmou as autoridades sanitárias por conta de sua rápida disseminação. Ainda em Janeiro, diversos países como Tailândia, Coreia, Japão, Estados Unidos, Canadá, Itália e Alemanha confirmaram seus primeiros casos. (KUMAR et al, 2020, p.10)

Na tentativa de controlar a doença e evitar que se propagasse por toda a China, as autoridades optaram por uma série de medidas drásticas de controle da população, ancoradas na utilização de dados, combinados as tecnologias da informação. No período mais dramático da

⁴ Os coronavírus pertencem à ordem *Nidovirales* e família *Coronaviridae*. A subfamília *Coronavirinae* é composta pelos gêneros *Alphacoronavirus* e *Betacoronavirus*, cujos membros infectam mamíferos e *Gammacoronavirus* e *Deltacoronavirus*, os quais infectam tanto aves quanto mamíferos. DUARTE, 2020, p.3586.

⁵ O SARS-CoV-2 é um *B-coronavirus* (subgênero *Sarbecovirus*, Subfamília *Orthocoronavirinae*), possuindo como material genético RNA de sentido positivo não segmentado. DUARTE, 2020, p3586. Esse nome foi escolhido para diferenciá-lo do SARS-CoV, epidemia que ficou conhecida como SARS e que ocorreu em 2003.

doença toda a cidade de Wuhan, que tem cerca de 11 milhões de habitantes, foi colocada em quarentena.

Em Wuhan se formaram milhares de equipes de pesquisa digitais que procuram possíveis infectados baseando-se somente em dados técnicos. Tendo como base, unicamente, análise de macrodados averiguam os que são potenciais infectados, os que precisam continuar sendo observados e eventualmente isolados em quarentena. (HAN, 2020.)

A experiência chinesa foi ancorada na vigilância digital.⁶ Em um mundo cada vez mais tecnológico, o uso do *big data*⁷ mostra-se como uma ferramenta fundamental no controle da pandemia, e os chineses perceberam que os virologistas e epidemiologistas precisam trabalhar em conjunto com os especialistas em informática, macrodados e georreferenciamento para salvar vidas humanas.

Na China existem 200 milhões de câmeras de vigilância, muitas delas com uma técnica muito eficiente de reconhecimento facial. (...) Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. (HAN, 2020)

Como recorda o jornalista Bryan Walsh (2020), “ao longo da história, nada matou mais humanos do que as doenças contagiosas”.⁸ Por outro lado, a medicina e a saúde pública conseguiram avanços consideráveis ao longo do século XX, houve um “declínio drástico, de cerca de 800 mortes por doenças infecciosas por 100.000 pessoas em 1900, para cerca de 60

⁶ A vigilância digital tem levantado uma série de debates e discussões. Enquanto é amplamente utilizada, principalmente no mundo oriental, com experiências bem sucedidas na Coreia do Sul, Singapura, China e Japão, no mundo ocidental enfrenta forte resistência, principalmente nos países de tradição liberal como Inglaterra e EUA. Inicialmente, “acreditava-se que iríamos experimentar uma reprise da Sars, que acabou sendo contida rapidamente e manteve um baixo impacto global” (HARVEY, 2020, p.10), porém o avanço da epidemia no mundo ocidental levou ao colapso dos sistemas de saúde e da economia, obrigando os políticos a adotarem medidas restritivas severas como o *lockdown* ou confinamento compulsório. Medidas que Giorgio Agamben identifica como típicas do estado de exceção. (AGAMBEN, 2020)

⁷ Big Data é a área do conhecimento que estuda como tratar, analisar e obter informações a partir de conjunto de dados grandes demais para serem analisados por sistemas tradicionais. São dados multivariados e de elevada dimensão, geralmente criados em tempo real e apresentam crescimento exponencial (na escala temporal), nomeados de megadados. Atualmente o conceito de big data por ser entendido por 5V: Volume, Variedade, Velocidade, Veracidade e Valor. (GE et al, 2018)

⁸ Tradução livre do original: “Throughout history, nothing has killed more human beings than infectious disease.” (WALSH, 2020)

mortes por 100.000 nos últimos anos do século”.⁹ (WALSH, 2020) Foi justamente esse controle que tornou possível o *boom* das megacidades.

Todo o aparato de cirurgia, higiene, microbiologia, química, telecomunicações, medidas de saúde pública, hospitais e laboratórios universitários, ambulâncias e afins, de que dependem as pessoas não apenas nas cidades, mas igualmente fora delas, é fundamentalmente um produto das grandes cidades e seria inconcebível sem as grandes cidades. A abundância de saúde, a produtividade, a compacta justaposição de talentos que permitem que a sociedade suporte avanços como esses são, por si sós, produtos de nossa organização em cidades e, em especial, em densas e grandes cidades. (JOHNSON, 2008, p.103)

Porém, o crescimento vertiginoso da população mundial, e conseqüentemente dos centros urbanos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, criou um ambiente favorável para o surgimento de novos vírus, que agora encontram um habitat propício para mutações e propagações em larga escala. O Covid-19 mostra como ainda somos vulneráveis.

A Covid-19 é uma doença de origem zoonótica, portanto o agente infeccioso Sars-CoV-2 é oriundo de animais silvestres, mas adquiriu a capacidade de saltar entre diferentes espécies – incluindo a habilidade de infectar humanos – por meio de processo chamado *spillover*. Estima-se que mais de 60% de todas as doenças infecciosas humanas já conhecidas e mais de 75% de outras emergentes serão derivadas de zoonoses. Quanto maior a proximidade humana com outros animais, maior será a exposição aos agentes infecciosos que circulam enzooticamente neles, aumentando o risco de *spillover*. (ACOSTA et al., 2020, p.191)

Por outro lado a comunidade científica tem a disposição duas ferramentas fundamentais para enfrentar nossa vulnerabilidade: as tecnologias laboratoriais capazes de acelerar a criação de respostas de contenção ao vírus, como a criação de vacinas ou soros imunológicos, e o mais importante, um conhecimento acumulado no enfrentamento de doenças contagiosas ao longo da história da humanidade.

Um dos principais avanços históricos no controle de epidemias foi o mapeamento de doenças e o conseqüente desenvolvimento da medicina cartográfica. Em artigo publicado no jornal *Clarín*, a geógrafa argentina Carla Lois (2020) lembrou a importante correlação histórica entre mapas e epidemias:

⁹ Tradução livre do original: “[...] is a drastic decline, from around 800 deaths from infectious disease per 100,000 people in 1900 to about 60 deaths per 100,000 by the last years of the century.” (WALSH, 2020)

A prática de mapear as doenças, pelo menos tal como pensamos hoje, foi uma inovação do final do século XVIII. E um século depois, se converteu em uma ferramenta chave, tanto para o estudo das doenças como para o desenho de programas de saúde pública. O mapeamento de temas (enfermidades, mas também população, climas, taxas de natalidade, entre muitas outras) era um meio para organizar e logo analisar a crescente quantidade de dados estatísticos, em sua maior parte produzidos nas oficinas burocráticas estatais.¹⁰ (LOIS, 2020)

Uma das primeiras informações globalmente disponibilizada sobre o Covid-19 foi seu mapeamento, especificamente o *dashboard*¹¹ ou mapa painel desenvolvido pela *Johns Hopkins University*.

Em Baltimore (EUA), Ensheng Dong, estudante de doutorado na *Johns Hopkins University & Medicine*, acompanhava com apreensão as notícias sobre o Covid-19 em sua terra natal. Ao conversar com sua orientadora, a Professora Lauren Gardner,¹² perceberam que tinham em mãos “uma oportunidade única de começar a construir um banco de dados de uma emergente doença contagiosa em tempo real.”¹³ (PERKEL, 2020) Os dois possuem experiência com o mapeamento de doenças, Gardner é especialista em modelagem de doenças contagiosas e Dong é especialista em SIG (Sistema de Informação Geográfica), por isso decidiram criar um mapa painel (mapa 1), utilizando o programa *ArcGIS*.¹⁴

¹⁰ Tradução livre do original: “La práctica de mapear enfermedades, al menos tal como la pensamos hoy, fue una innovación de finales del siglo XVIII. Y un siglo después, se convirtió en una herramienta clave, tanto para los estudios de enfermedades en medicina como para el diseño de programas de salud pública. El mapeo de temas (enfermedades, pero también población, climas, tasas de natalidad, entre muchos otros) era un medio para organizar y luego analizar la creciente cantidad de datos estadísticos, en su mayor parte generados por oficinas de las burocracias estatales.” (LOIS, 2020)

¹¹ É uma aplicação web, totalmente configurável, que fornece visualização e análise de dados gráficos, indicadores e mapas, resultando em uma visualização operacional e em tempo real de pessoas, serviços, ativos e eventos. É um painel de controle dinâmico, onde é possível visualizar as atividades e os principais indicadores de desempenho das informações coletadas.

¹² Professora associada do departamento de Engenharia Civil e Sistemas e co-diretora do *Center for Systems Science and Engineerin* na *Whiting School of Engineering, Johns Hopkins University* (Maryland, EUA) (<https://engineering.jhu.edu/faculty/gardner-lauren/>).

¹³ Tradução livre do original: “a unique opportunity to star building out a data set for an emerging infectious disease in real time” (PERKEL, 2020)

¹⁴ *ArcGIS* é um programa desenvolvido para trabalhar com o sistema de informação geográfica (SIG) que desenvolve e trabalha com mapas e informações geográficas, mantidos pelo *Environmental Systems Research Institute* (Esri), sediado em Redlands, California, EUA. Ele é usado para criar e usar mapas, compilar dados geográficos, analisar informações mapeadas, compartilhar e descobrir informações geográficas, usar mapas e informações geográficas em uma variedade de aplicações e gerenciar informações geográficas em um banco de dados. O sistema fornece uma



Mapa 1: Captura de tela do mapa painel sobre o Covid-19 da *Johns Hopkins University*, feito em 29 de agosto de 2020. Pelo site é possível visualizar, combinar e mesclar uma série de dados sobre a doença em cerca de 188 países. Também é possível analisar a lista de fontes e colaborar com informações e dados.

Fonte: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

O mapa foi lançado em 22 de janeiro, como parte do *Coronavirus Resource Center* e mostrava, à época, apenas 320 casos confirmados, a maioria na China. Inicialmente, o intuito era fornecer dados para a comunidade científica, porém a rápida expansão da doença e a intensa curiosidade internacional “viralizaram” o mapa, que se tornou extremamente popular. O site passou a receber até um bilhão de acessos por dia, o que obrigou a equipe a repensar toda a sua estrutura. O trabalho de engenharia de dados, por exemplo, que inicialmente era feito manualmente por Dong, foi totalmente automatizado. (DONG et al. 2020) O enorme interesse pelo mapa pode ser explicado pela sede por informações confiáveis e rápidas, afinal “através dos dados, o mapa está contando a história do vírus enquanto ela ainda está acontecendo, oferecendo uma imagem em tempo real da sua marcha silenciosa pelo Globo”.¹⁵ (SWENSON, 2020)

Em Agosto de 2020, o mapa registrava mais de 24 milhões de casos confirmados em 188 países, com mais de 837 mil mortes.¹⁶ As informações são coletadas diretamente com as

infraestrutura para disponibilizar mapas e informações geográficas em toda a organização, em uma comunidade e abertamente na web. <https://www.esri.com/en-us/arcgis/about-arcgis/overview>

¹⁵ Tradução livre do original: “Through numbers, the tracker has told the story of what the virus is doing while the story is still unfolding, offering a nearly real-time picture of its silent march across the globe.”(SWENSON, 2020)

¹⁶ Dados do dia 29 de Agosto de 2020. Consultados em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

entidades públicas de saúde dos países afetados, o que compõe um enorme banco de dados, que é totalmente disponibilizado através do *GitHub*.¹⁷

Ancorado nas atuais tecnologias geoespaciais, este mapa é uma exemplo de como as ferramentas atuais podem auxiliar a medicina com a visualização e modelagem de dados, que possibilitam a construção de cenários, essenciais para nortear as políticas de saúde pública. A medicina cartográfica atual transformou-se em uma verdadeira plataforma de engenharia de dados, que ao contrário das receitas médicas – popularmente conhecidas pela escrita indecifrável dos médicos – é capaz de disponibilizar informações de forma clara, interativa e intuitiva.

A intensa exposição do mapa da *Johns Hopkins* despertou o interesse pelo mapeamento de doenças na história, como o homem conjugou mapas e dados para entender as epidemias do passado? Um dos primeiros trabalhos que conciliou estas duas variáveis, também foi desenvolvido durante uma epidemia provocada por um vírus, o surto de febre amarela que aconteceu em Nova York durante a década de 1790.

O mapa sobre a febre amarela do Dr. Seaman

O médico Valentine Seaman (1770-1817) trabalhava no hospital de Nova York quando um surto de febre amarela aconteceu na Filadélfia em 1793. A nova doença devastou a cidade, foram registradas mais de 5 mil mortes em apenas quatro meses, o que gerou pânico entre a população, aqueles que podiam paralisaram suas atividades e fugiram. (NORTH, 2000, p.47) Entre os médicos que permaneceram para enfrentar a epidemia estava Benjamin Rush (1745-1813) que, ao observar de perto a evolução da doença chegou à conclusão que era perigosamente contagiosa, passando de pessoa para pessoa através de algum vetor direto ou indireto. As conclusões de Rush deram início a uma intensa discussão na comunidade médica sobre a causa e a dispersão da febre amarela. Formaram-se dois grupos, os contagionistas e os anticontagionistas, que se apoiavam em diferentes teorias e evidências para provar suas conclusões.

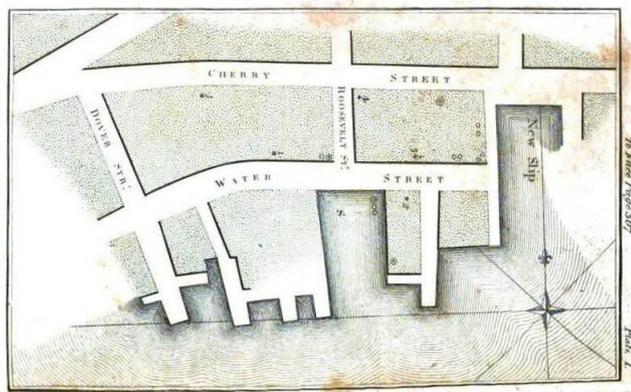
¹⁷ *GitHub* é uma plataforma de hospedagem de código-fonte com controle de versão usando o Git. Ele permite que programadores, utilitários ou qualquer usuário cadastrado na plataforma contribuam em projetos privados e/ou *Open Source* de qualquer lugar do mundo.

A disputa entre esses dois grupos tinha implicações diretas nas formas de entendimento e combate às epidemias. Enquanto os contagionistas defendiam a institucionalização de práticas como a quarentena, por proporcionarem um controle sobre a propagação individual das doenças, os anticontagionistas acreditavam que a resposta estava no controle ambiental, no controle e entendimento das “condições objetivas de vida construídas no espaço social.” (CZERESNIA, 1997, p.55)

A partir de 1796 a febre amarela assolou às docas de Nova York e Seaman teve a oportunidade perfeita de observar *in loco* o desenvolvimento da doença. Foi nesse momento que decidiu utilizar o mapa como um dos eixos centrais de sua argumentação. Recorrendo ao cruzamento de dados sobre as mortes e sua localização geográfica, Seaman procurava encontrar a resposta para a principal pergunta feita pelos médicos: a febre era de origem estrangeira ou doméstica, era contagiosa ou não?

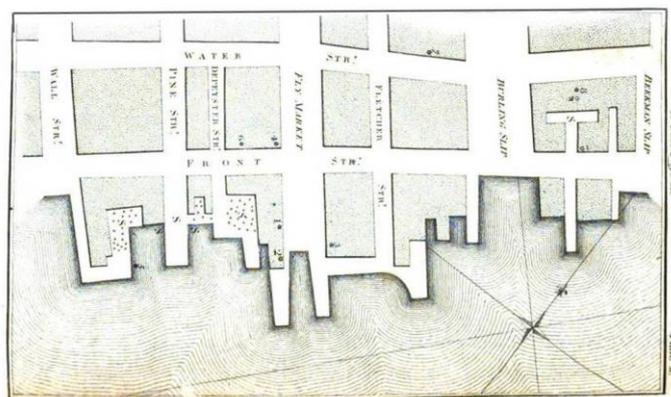
O médico não tinha habilidades cartográficas e não queria desenhar um mapa manuscrito para seu trabalho, para dar fidedignidade e caráter científico ao seu estudo, optou por recortar a área que lhe interessava de um mapa já existente sobre Nova York. Fazer um novo mapa era um processo caro e demorado, era mais vantajoso trabalhar em conjunto com os gravadores, editores e geógrafos da cidade que à época já produziam e comercializam grande quantidade de mapas. A parte da cidade que lhe interessava era a região portuária de *New Slip*, localizada no estuário *East River*, esse estreito que divide a ilha de Manhattan, estava diretamente conectado ao fluxo das marés que mudavam suas correntes e provocavam inundações. Mesmo assim, a região era o centro das atividades marítimas da cidade, que por sua profundidade era capaz de receber navios de grande lastro. Justamente por ser o porto aonde os navios vindos da América do Sul, África e Ásia atracavam, era o primeiro local a sofrer com surtos de novas doenças.

Em seu primeiro mapa (mapa 2), os dados utilizados foram o número de casos fatais, quase fatais e de diagnósticos incertos ocorridos durante o surto de 1797, combinados com as localizações dos depósitos de lixo e outros resíduos. O objetivo de Seaman era encontrar padrões, identificar uma relação de causa e efeito entre a doença e as condições ambientais de um determinado local. Ou seja, o mapa era um dos elementos centrais da sua argumentação em favor da teoria anticontagionista e miasmática da febre amarela.



Mapa 2: Primeiro mapa sobre a febre amarela feito por Seaman que acompanhava o estudo *An Inquiry into the Cause of the Prevalence of the Yellow Fever in New York*, publicado na revista *The Medical Repository* em 1798. Os casos fatais estão numerados sequencialmente, os casos quase fatais estão simbolizados pela letra “E” e casos cujo diagnóstico era incerto estão simbolizados com a letra “O”. Fonte: *National Library of Medicine (EUA)*.

No segundo (mapa 3) Seaman tentou mapear os eflúvios. Com a letra “S” marcou os locais insalubres como depósitos de lixo, deslizamentos, inundações. Com a letra “X” marcou o que chamou de áreas de conveniência, locais contíguos ao mercado onde era comum o comércio e a aglomeração de pessoas. O resultado era “que na cidade parece haver uma conexão íntima e inseparável entre a prevalência da Febre Amarela e a existência de eflúvios pútridos.” (SEAMAN, 1798, p.324-25)



Mapa 3: Segundo mapa sobre a febre amarela feito por Seaman, que acompanhava o estudo *An Inquiry into the Cause of the Prevalence of the Yellow Fever in New York*, publicado na revista *The Medical Repository* em 1798. Os pontos numerados representam os doentes enquanto a letra “S” e as pequenas cruces marcam as áreas insalubres. Fonte: *National Library of Medicine (EUA)*.

Seaman, assim como outros pesquisadores da época, não foi capaz de perceber a importância do mosquito na transmissão da doença, apesar de ter notado o aumento significativo

desses insetos. De fato, “os mosquitos não eram percebidos como um vetor de doenças capazes de carregar seres invisíveis, mas como efeito secundário do miasma que foi a causa da febre.”¹⁸ (KOCH, 2005, p.11) Condicionados pela teoria miasmática, a “medicina urbana preocupava-se com a análise dos lugares de acúmulo e amontoamento, da circulação da água e do ar, assim como com a organização dos lugares dos esgotos e das fontes nas cidades.” (CZERESNIA, 1997, p.55) E as conclusões de Seaman corroboravam essa tese, seus mapas mostravam que o aumento de casos de febre amarela era mais intenso nas proximidades dos locais que emanavam eflúvios contaminados.

Ao longo do século XIX o mapeamento de doenças se expandiu, transformando-se em uma ferramenta comum aos médicos e epidemiologistas. A Inglaterra, por exemplo, criou na década de 1860 uma divisão de medicina cartográfica na Índia, especialmente para mapear os surtos de cólera.¹⁹ Ao longo do século, medicina, geografia e cartografia formaram uma simbiose, fundando assim o conceito de medicina cartográfica, essencial para o funcionamento da saúde pública.

A história da investigação em saúde pública é, essencialmente, tanto cartográfica e geográfica quanto numérico e estatístico. Desde o final do século XVIII, os dados sobre as doenças e seus determinantes passaram a ser analisados analiticamente nos mapas. Os burocratas responsáveis pela saúde de populações específicas, passaram a fundamentar os estudos em saúde em áreas de geográficas, visualizadas nos mapas. Os mapas também não são apenas um meio de captação de dados para os estudos da saúde estatística. No século XIX, o mapeamento da saúde e as estatísticas de saúde desenvolvidas conjuntamente por burocratas e pesquisadores foram essenciais na luta contra uma série de emergentes doenças epidêmicas que ameaçavam a industrialização e o comércio.²⁰ (KOCH, 2009, p.100)

¹⁸ Tradução livre do original: “The mosquitoes were not perceived as a disease vector carrying the unseen animalculae but as a secondary effect of the miasma that was the cause of the fever.” (KOCH, 2005, p11)

¹⁹ Esse tema faz parte dos estudos de doutorado em História da Ciência e da Medicina (Universidade de Cambridge) de Lauren B. Killingsworth.

²⁰ Tradução livre do original: “The history of public health investigation is, at heart, as much cartographic and geographical as it is numerical and statistical. Since the late eighteenth century issues of disease and its determinants have been first collected and then analytically considered in the map. The data of health studies has been grounded in geographic reportage areas created in maps for bureaucracies responsible for the health of specific populations. Nor are maps simply a means of constructing data catchments for statistical health studies. In the nineteenth century health mapping and health statistics developed conjointly as bureaucrats and researchers struggled with a series of emerging epidemic diseases that threatened industrialization and the trade on which it was based.”(KOCH, 2009, p.100)

No século XX a medicina cartográfica foi uma das ferramentas utilizadas pela *Fundação Rockefeller*, em conjunto com o *Instituto Oswaldo Cruz* e outras instituições brasileiras, como a Divisão de Cartografia do Exército, para acompanhar, controlar e planejar o projeto de erradicação da febre amarela. Os mapas produzidos nesse período são um exemplo da sofisticação que a combinação de dados laboratoriais e estatísticos com o mapeamento geográfico alcançou na medicina cartográfica, dando dinâmica as suas representações mesmo antes do surgimento das tecnologias cartográficas computacionais.

Os mapas produzidos pela *Fundação Rockefeller* sobre a febre amarela no Brasil

Uma das doenças mais exaustivamente mapeadas no Brasil, na primeira metade do século XX, foi a febre amarela. Esse trabalho foi capitaneado pelo projeto de erradicação da doença levado a campo pela *Fundação Rockefeller*,²¹ que atuou no país de 1916 a 1942.

Iniciativa filantrópica pioneira em saúde pública, a intervenção da Fundação Rockefeller na América Latina começou em 1913, quando ela criou a *International Health Commission* – Comissão, depois chamada de Junta e, em seguida, Divisão Sanitária Internacional – com a finalidade de estender às regiões Central e Sul do continente a campanha contra a ancilostomíase que a Comissão Sanitária da Rockefeller conduzia nos Estados Unidos. (LOWY, 1999, p.647)

Inicialmente, a fundação organizou os trabalhos de controle da febre amarela de acordo com a teoria do foco-chave,²² com a qual conseguiu alguns bons resultados, que todavia não se sustentavam. A natureza da doença no Brasil era muito mais complexa, como alertavam os especialistas brasileiros que nunca aceitaram a teoria norte-americana. Em 1930, o médico Fred L. Soper (1893-1977) assumiu a chefia dos trabalhos da fundação e, diante da falência da teoria do foco-chave, promoveu uma completa reestruturação do Serviço de Febre Amarela,²³ aumentando significativamente a quantidade e a qualidade dos resultados. A base da sua reestruturação

²¹ “A Fundação Rockefeller foi criada em maio de 1913, em Nova York, por um poderoso grupo econômico dos Estados Unidos, constituído a partir da Standard Oil, em aliança com a Igreja batista.” (BENCHIMOL, 2001, p.112)

²² “A campanha contra a febre amarela era guiada pela teoria do ‘foco-chave’, segundo a qual uma elevada densidade de mosquitos só era perigosa nas cidades, que constituíam o reservatório permanente do vírus da doença. Quando a densidade de *Aedes aegypti* nas cidades maiores atingisse um nível capaz de impossibilitar a transmissão da febre amarela (considerava-se que isso acontecia quando se obtinha índice abaixo de cinco, isto é, as larvas do *Aedes aegypti* eram encontradas em, no máximo, 5% das casas visitadas), o vírus desapareceria nessas cidades e a febre amarela se extingiria espontaneamente nas áreas menos povoadas e no interior do Brasil.” (LOWY, 1999, p.651)

²³ Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, criado em 1923 pela Fundação que em cooperação com o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) inaugurou ações sistemáticas de pesquisa e profilaxia da doença em âmbito nacional.

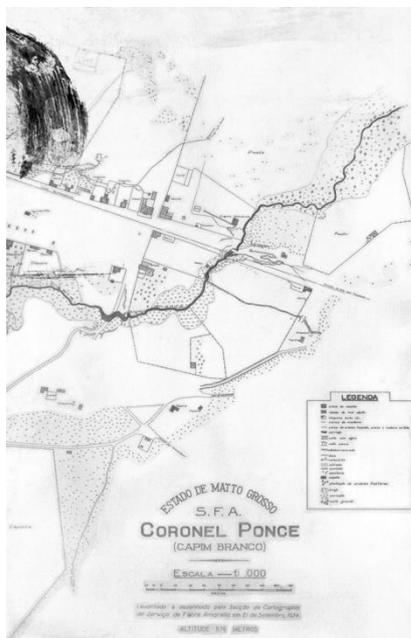
assentava-se na crença de que a pesquisa de campo era um trabalho tão essencial como a pesquisa laboratorial. Dessa forma, promoveu o treinamento e a criação de equipes especializadas na coleta de dados, o que incluía descrições geográficas, demográficas e cartográficas. Especialmente os mapas passaram a desempenhar um papel fundamental na organização das campanhas de eliminação do mosquito *aedes aegypti*, como sugeriu Bruce Wilson, um dos especialistas da Rockefeller:

Se não houver um mapa da região sob o controle do serviço, deve-se prepará-lo imediatamente. Se houver muitas localidades na região, será útil formar um especialista em cartografia e vinculá-lo em caráter permanente ao serviço. Os mapas deveriam ser preparados em uma escala que permitisse um acompanhamento suficientemente preciso da tarefa de eliminação dos focos larvares. (LOWY, 2006, p.341)

Com a descoberta do ciclo silvestre²⁴ da doença, em 1932, a importância dos mapas aumentou significativamente, pois eram essenciais nas duas principais tarefas do Serviço. Primeiramente, no planejamento das expedições de campo os mapas eram fundamentais, eram a base da estruturação das equipes de visitação dos domicílios, dos coletores de materiais histológicos e das equipes dispersoras de armadilhas – feitas tanto para insetos como para pequenos mamíferos. Nessa primeira etapa, podiam recorrer ao mapeamento já existente sobre os municípios e estados brasileiros, somente quando não encontravam exemplares sobre determinada localidade que aparecia a necessidade de mapeá-los.

Normalmente, isso acontecia nas localidades mais remotas, como foi o caso de Coronel Ponce (mapa 4), no Mato Grosso, local do primeiro surto de febre amarela silvestre no Brasil, identificado em 1934. Ao longo da década de 1930, o aumento da área de trabalho dos pesquisadores e inspetores para áreas remotas e zonas rurais levou a *Rockefeller* a investir no mapeamento do interior do Brasil, por isso contratou e supervisionou o primeiro trabalho de mapeamento aéreo do interior do país. (LOWY, 1999, p.657)

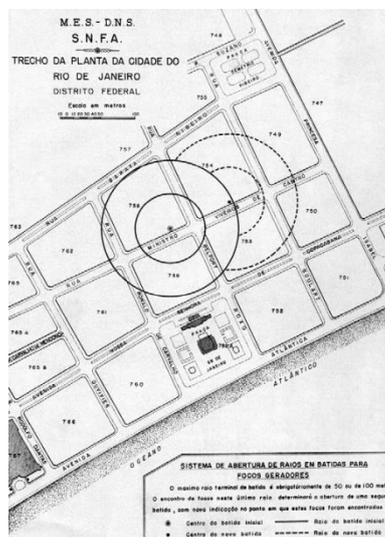
²⁴ No ciclo silvestre da febre amarela, os primatas não humanos (macacos) são os principais hospedeiros e amplificadores do vírus e os vetores são mosquitos com hábitos estritamente silvestres, sendo os gêneros *Haemagogus* e *Sabethes* os mais importantes na América Latina. Nesse ciclo, o homem participa como um hospedeiro acidental ao adentrar áreas de mata. “A descrição da febre amarela silvestre em 1932, e a nova maneira de ver a doença agora associada a animais selvagens e apenas acidentalmente transmitida a humanos, pôs fim ao objetivo de eliminá-la totalmente no Brasil.” (LOWY, 1999, p.662) Somente no final da década de 1940 que os especialistas da Rockefeller admitiram que era plausível um ciclo de transmissão da febre amarela silvestre no Brasil envolvendo macaco-mosquito *Haemagogus*-macaco.



Mapa 4: Mapa do município de Coronel Ponce, Mato Grosso, indicando a região em estudo. Pela legenda é possível perceber o nível de detalhamento das informações levantadas por esses mapeamentos, que cumpriam a função de controle, em cada ambiente focalizado, de sua topografia, ocupação e intervenção humana, vegetação, entre outros elementos relevantes às pesquisas epidemiológicas. Fevereiro de 1943.

Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação. Foto: Sílvio Cunha.

Esses mapas criados para servir como instrumentos de trabalho para os pesquisadores do Serviço de Febre Amarela, eram recortes das localidades em estudo, pois ali os cartógrafos só representavam o que era de interesse dos pesquisadores. O problema era que a estrutura taylorista, de rigor e precisão implantada por Soper demandava “a confecção de mapas que descrevessem, em detalhes, a posição de todas as vilas, povoados, fazendas, engenhos, estradas vicinais do município, para que os guardas pudessem levar a todas as habitações o levantamento do índice estegômico e, em seguida, o combate ao mosquito.” (BENCHIMOL, 2001, p.182) Os mapas detalhados eram essenciais para o sucesso do trabalho dos inspetores (mapa 5), eram eles que visitavam as casas e inspecionavam, controlavam e combatiam possíveis focos do mosquito.



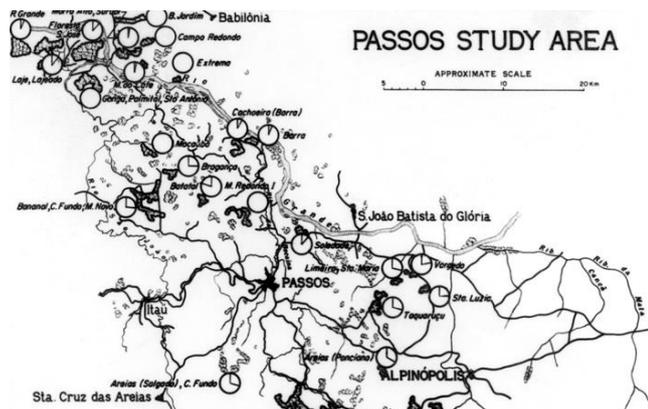
Mapa 5: Ao Serviço de Pesquisa de Focos Geradores cabia, segundo indicações feitas pelos guardas do SNFA, ou mesmo solicitação de moradores, averiguar as condições de focos de mosquitos. Para a realização desse trabalho foi criado um critério de definição da área a ser controlada. A planta desta figura ilustra a delimitação de uma área a ser inspecionada a partir do foco inicialmente localizado (em linha contínua) e a área suplementar (em linha tracejada) delimitada para uma segunda visita, caso fossem encontrados focos na primeira inspeção. Década de 1940. Fonte: Manual de instruções técnicas e administrativas do Serviço Nacional de Febre Amarela/LAFA/Bio-Manguinhos/Fiocruz

A racionalização desse serviço foi levada ao extremo para garantir o seu sucesso.

A área a ser controlada era dividida em zonas, tomando-se como critério para o desenho dela a extensão que um inspetor era capaz de percorrer em uma semana de trabalho, examinando todos os depósitos de água lá existentes. Nas esquinas, afixavam-se placas com os números do quarteirão e da zona separados por uma seta que indicava a direção que devia tomar o inspetor durante as suas visitas, providenciando-se a numeração de todos os prédios. A partir de 1932, os métodos da campanha urbana foram adaptados às áreas rurais, inclusive a numeração das casas e a definição de trajetórias padronizadas para os inspetores do Serviço de Febre Amarela. (BENCHIMOL, 2001, p.129)

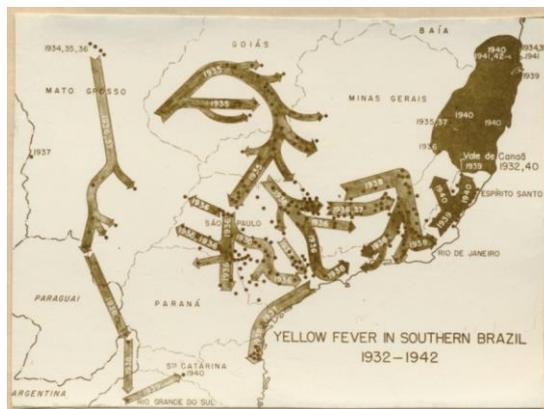
A segunda etapa era composta pela conjugação entre mapas e dados, no caso entre o levantamento cartográfico e as análises laboratoriais, ou dados epidemiológicos e demográficos. Por isso, Soper criou uma seção de mapeamento central dentro do laboratório central da *Rockefeller*, no Rio de Janeiro. (LOWY, 1999, p.657) Um exemplo desse trabalho conjunto acontecia quando “o Serviço de Viscerotomia chamava a atenção dos cartógrafos do laboratório central para determinada região” (BENCHIMOL, 2001, p.154) rapidamente elaboravam mapas de campo e estatísticos para embasar os estudos clínicos e de campo que eram direcionados para aquela região.

A cartografia criada nesse momento tinha que ser cuidadosa com os dados e com a geografia, pois a combinação das duas informações era essencial para os relatórios. O mapa da área de estudo de Passos/MG (mapa 6), por exemplo, é uma mostra da geolocalização de dados laboratoriais e estatísticos, que não necessariamente estavam condicionados a representar as populações humanas. No caso, o mapa é sobre a população de macacos *cebus* soro positivos, informação importante para o entendimento do ciclo silvestre da febre amarela.



Mapa 6: Mapa de Passos, MG, mostrando percentagem de macacos *cebus* que apresentaram soros positivos até junho de 1946. Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação. Foto: C. G. Inman

Uma das funções mais interessantes da medicina cartografia é a criação de modelos de dispersão ou mapas de modelagem epidemiológica, criados a partir dos dados geolocalizados sobre os infectados (mapa 7). Essa era uma importante ferramenta para a análise espacial da dispersão da doença e consequentemente para o planejamento de ações de saúde pública. Essa técnica conferia movimento aos mapas ao conjugar dados temporais e espaciais.



Mapa 7: Provável rota da disseminação da onda epizootico-epidêmica de febre amarela no Brasil. Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação - Foto FR (SFA-EC) 12-5 de A. Fialho.

De acordo com Ilana Lowy (2006) a produção de mapas era constante e enriquecia os relatórios que os especialistas da *Rockefeller* enviavam, quase que diariamente, ao escritório central nos Estados Unidos.

Especialista abriram, portanto, os mapas de todas as regiões onde o Serviço da Febre Amarela intervinha, e os serviços de cartografia foram vinculados aos seus escritórios regionais. Além dos mapas detalhados dos lugares em que a campanha de desenrolava, foram produzidos mapas especiais mostrando o progresso do trabalho realizado a cada mês. Mapas, gráficos ou diagramas permitiam visualizar o que havia sido feito, o que faltava fazer, e também aquilo que estava falhando no desenvolvimento do trabalho. (LOWY, 2006, p. 341-2)

De forma não intencional, a campanha da *Fundação Rockefeller* conseguiu alcançar o seu objetivo, a erradicação do vetor da doença e o controle do vírus através da vacinação, com atuação decisiva do *Instituto Oswaldo Cruz*. Porém eliminar os locais de reprodução do mosquito e assegurar que esses focos não ressurgissem não era uma tarefa simples, pois como afirmou Soper “tanto a febre amarela como o mosquito transmissor podiam existir abaixo do limiar de nossa visibilidade.”(LOWY, 1999, p.662)Por isso os mapas eram importantes aliados na luta epidemiológica, pois eram as ferramentas capazes de transformar o invisível em visível.

Os Mapas e os Vírus: os fundamentos da medicina cartográfica, os paradigmas da cartografia e o mapeamento de doenças.

Concomitantemente ao desenvolvimento laboratorial, a medicina cartográfica também se transformou ao longo dos dois últimos séculos. Se inicialmente a transposição de dados para os mapas acontecia depois que as epidemias passavam, atualmente, com as ferramentas online, é possível mapear as epidemias em tempo real. Se antes a cartografia era algo distante ou mesmo uma técnica inacessível aos epidemiologistas, hoje em dia faz parte dos currículos de especializações e pós-graduações na área da saúde.

Como demonstra Matthew Edney (2019) em seu mais recente livro, *Cartography, the ideal and its history*, a cartografia não é uma atividade universal e atemporal, mas sim um paradigma científico, consolidado especialmente ao longo do século XIX.

O ideal da cartografia consiste em uma teia entrelaçada e resiliente de preconceitos mutuamente reforçados, cada um dos quais sustenta convicções básicas que parecem ser proposições de senso comum sobre a natureza dos mapas. Esses preconceitos e convicções juntos interpretam a cartografia como um esforço transcultural de traduzir o mundo para papel ou tela, com o objetivo comum de avançar a civilização, aperfeiçoando um arquivo singular de conhecimento espacial através do uso de técnicas universais de observação e comunicação.²⁵ (EDNEY, 2019, p.4)

O paradigma da cartografia normalizou a ideia de que os mapas são, ontologicamente, reduções do mundo real, baseados em tecnologias objetivas de observação e medição e por tanto são materialmente um objeto estático, criado para reproduzir um momento específico, um fim em si mesmo. Todavia, os mapas que analisamos nesse estudo demonstram justamente o contrário. De fato, Edney chama a atenção para o caráter dinâmico dos mapas e do mapeamento e por isso defende que a análise histórica dos mapas deve ser processual, os mapas são produtos de um processo que tem a sua construção, circulação e consumo determinados historicamente.

“Uma abordagem processual considera o mapeamento necessariamente como algo ativo e dinâmico.”²⁶ (EDNEY, 2019, p.48) Normalmente, os mapas são considerados como fotografias,

²⁵ Tradução livre do original: “The ideal of cartography consists of an interlocking and resilient web of mutually reinforcing preconceptions, each of which sustains basic convictions that seem to be common-sense propositions about the nature of maps. These preconceptions and convictions together construe cartography to be the apparently transcultural endeavor of translating the world to paper or screen, with the shared goal of advancing civilization by perfecting a singular archive of spatial knowledge through the use of universal techniques of observation and communication.”(EDNEY, 2019, p.4)

²⁶ Tradução livre do original: “A processual approach construes mapping to be necessarily active and dynamic.” (EDNEY, 2019, p.48)

assim que são finalizados já estão desatualizados, pois aquele instante materializado já se modificou. Todavia, os mapas são como os “imutáveis móveis” de Latour (1987, p.227), jamais estão parados.

As pessoas estão sempre colocando os mapas em ação: fazendo mapas, fazendo-os circular, utilizando-os, ignorando-os. Conforme os mapas continuam a circular, dentro dos seus discursos ou cruzando outros, e ainda tem significado, eles permanecem válidos e atualizados. Até mesmo o armazenamento e a destruição de mapas são processos dinâmicos, exigido que decisões e ações sejam tomadas; arquivos e bibliotecas não são apenas locais de armazenamento, mas são locais de avanço da produção de conhecimento.²⁷ (EDNEY, 2019, p.48)

O dinamismo do processo do mapeamento pode ser visto, por exemplo, na medicina cartográfica, onde os mapas não são apenas ilustrações de relatórios ou o retrato de determinadas situações, mas sim formas gráficas de provar um argumento. (KOCH, 2015, p.4)

Os mapas que apresentamos nesse artigo carregam o dinamismo inerente das epidemias. Os dados epidemiológicos, por exemplo, que são a base fundamental da medicina cartográfica, são temporalmente dispersos, ou seja, são coletados em momentos diferentes da evolução da epidemia. Ao longo da história, os cartógrafos desenvolveram métodos e técnicas para transmitir esse dinamismo nos mapas. Se a primeira vista os mapas de Seaman parecem primitivos, processualmente analisados, eles foram os pioneiros na representação de dados epistêmicos. As docas insalubres de *East River* não existem mais, todavia isso não matou seus mapas, que continuam sendo revisitados todas as vezes que uma nova epidemia surge.

Os mapas pontuais que escolhemos feitos para a *Fundação Rockefeller* relacionados ao Serviço de Febre Amarela no Brasil, são apenas um pequeno exemplo de uma centena de mapas ainda inexplorados. Quase todos os relatórios dos pesquisadores da *Rockefeller* eram acompanhados de mapas e estes não eram meras ilustrações. Naquele momento, a cartografia já era vista como uma ferramenta essencial para os virologistas e epidemiologistas, por isso tinha uma seção específica dentro do laboratório central no Rio de Janeiro. Fruto de um processo

²⁷ Tradução livre do original: “people are always undertaking mappy acts: making maps, circulating them, using them, ignoring them. As maps continue to circulate within their discourses, or cross between discourses, and are found to still be meaningful, they remain valid and up to date. Even the storage and destruction of maps are dynamic processes, requiring decisions to be made and actions to be taken; archives and libraries are not just places of storage but are sites of further knowledge production” (EDNEY, 2019, p.48)

acumulado de desenvolvimento da medicina cartográfica, os mapas da *Rockefeller* eram o produto de uma cartografia dinâmica, capaz de acompanhar o desenvolvimento da febre amarela de forma diacrônica.

O advento do SIG e principalmente das ferramentas cartográficas da web revolucionou a nossa forma de lidar com os mapas. Tanto Seaman como os cientistas da *Rockefeller* não eram especialistas em geografia ou cartografia, por isso precisaram cooperar com os *experts* dessas áreas para desenvolver sua medicina cartográfica. No século XXI, a internet democratizou o acesso às tecnologias cartográficas, o mapa sobre a Covid-19 da *Johns Hopkins*, por exemplo, está aberto não só para a visualização geográfica, mas para a colaboração de informações.

O sucesso do mapa da *Johns Hopkins*, por exemplo, levou a criação de incontáveis mapas sobre a Covid-19. “Por causa da perspectiva do ‘olho de Deus’, os mapas mais do que os gráficos ou textos podem fazer com que os leitores pensem que estão recebendo o conhecimento completo, mas isso é uma ilusão.”²⁸(BRANCH, 2020)Praticamente todos os órgãos governamentais, agências de saúde e jornais criaram seus próprios mapas painéis, todos se baseiam na mesma fonte de dados objetivos – número de contaminados, recuperados, mortos, hospitalizados, quantidade de testes aplicados – porém, os apresentam de formas completamente diferentes. Isso acontece porque, por trás do uso de dados e softwares objetivos existem as escolhas subjetivas dos cartógrafos.

Se no passado os mapas da saúde eram exclusivamente feitos para os especialistas, hoje eles são ferramentas de informação em massa. A curiosidade sobre os mapas do Covid-19 também revela o interesse pela ciência. Em um momento de disputa, especialmente no Brasil, entre o discurso negacionista e o discurso científico, a produção de mapas com dados sobre a pandemia transformou-se em fonte de fácil entendimento para a população, uma maneira rápida e interativa de entender a expansão do vírus. Também é uma mostra da sede por informações e de como os mapas estão cada vez mais inseridos no cotidiano da população.

Conclusão: Mapas e Vírus

²⁸ Tradução livre do original: “Because of their “God’s eye view,” maps more than charts or texts may make readers think that they have complete knowledge, but this is an illusion.”(BRANCH, 2020)

Como previu Johnson, quando as megacidades do século XXI experimentassem o surgimento de uma epidemia viral de origem desconhecida, a primeira tarefa necessária seria perceber o ataque. “Usaremos um mapa. Esse mapa, porém, não será ilustrado à mão com base em dados coletados de porta em porta.” Será um mapa tecnológico e dinâmico, capaz de “evidenciar o fluxo diário de vida e morte que constitui o metabolismo de uma cidade, o aumento e o declínio dos estados de saúde e doença.” (JOHNSON, 2008, p.110)

Ele estava certo. O mapa da *Jonhs Hopkins* transformou-se na mais difundida e democrática forma de acompanhar o avanço do Covid-19 pelo mundo. Todavia é necessário ter em mente que sua representação não é perfeita ou totalizante, esse mapa, assim como todos os outros que fazem parte da medicina cartográfica, foram construídos em cima de escolhas.

Como afirma Edney (2019), não podemos cair na armadilha do caráter objetivo dos mapas. O mapeamento é um processo, condicionado por escolhas feitas na sua construção, ao longo do seu uso e até do seu descarte, essas escolhas fornecem as pistas para a reconstrução da história dos mapas.

O mapa sobre a febre amarela de Seaman, por exemplo, foi desenvolvido para confirmar a sua crença no anticontagionismo e na teoria miasmática. Mesmo com o abandono dessas teorias, ele continua sendo revistado por historiadores e epidemiologistas sempre que surgem novas epidemias, pois o interesse reside no processo que existe por trás da construção do mapa.

No dia 28 de agosto de 2020, Alberto Cairo e Tala Schlossberg publicaram um infográfico no *The New York Times* sobre os mapas de furacões nos Estados Unidos. Com o título “Esses mapas de furacões não significam o que você acha que significam”,²⁹ os autores chamam a atenção para a necessidade de auxiliar as pessoas na interpretação desses mapas. O paradigma da objetividade da cartografia leva as pessoas a interpretarem os mapas como retratos do real, o problema é que os mapas de furacões lidam com uma variável importantíssima, mas que na maioria das vezes passa despercebida, a incerteza. Os mapas de furacões, assim como as modelagens cartográficas das epidemias, são previsões, ou seja, lidam com um nível de incerteza que aumenta consideravelmente com o tempo.

²⁹ Those Hurricane Maps Don't Mean What You Think They Mean.

Tanto os mapas de furacões como os mapas de epidemias são ferramentas importantes para salvar vidas, para otimizar a mensagem que querem transmitir é essencial mostrar ao público o processo que os envolve. Antigamente esses mapas circulavam de forma restrita dentro do meio institucional, logo eram primeiramente interpretados pelos pares e eventualmente chegavam a um público geral. Atualmente, esses mapas estão universalmente disponíveis na internet e dessa forma podem ser lidos diretamente pelo público, por isso os jornalistas chamam a atenção para a necessidade de guiar a sua leitura. A proposta de Edney, de entender os mapas como processos nunca esteve tão atual.

Referências bibliográficas:

ACOSTA A.L.; XAVIER F.; CHAVES L.S.M; SABINO, E.C; SARAIVA, A.M e SALLUM, M.A.M. Interfaces à transmissão e *spillover* do coronavírus entre florestas e cidades. São Paulo. **Estudos Avançados**, 34(99), 191-207, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Reflexões sobre a peste**: ensaios em tempos de pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

BENCHIMOL, J.L. (coord.) **Febre Amarela**: a doença e a vacina, uma história inacabada. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BRANCH, Jordan. Be careful what you're learning from those coronavirus maps. There's an argument embedded in every map. Here's what you need to know. **The Washington Post**. 11 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/03/11/be-careful-what-youre-learning-those-coronavirus-maps/>. Acesso em: 01 de Julho de 2020.

CAIRO, Alberto e SCHLOSSBERG, Tala. Those Hurricane Maps Don't Mean What You Think They Mean. August 28, 2019. **The New York Times**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/29/opinion/hurricane-dorian-forecast-map.html?action=click&module=Opinion&pgtype=Homepage>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

CZERESNIA, D. **Do contágio à transmissão**: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

DONG, E.; DU, H. e GARDNER, L. Na interactive web-based dashboard to track COVID-19 in real time. **The Lancet Infectious Diseases**, Vol. 20, 533-534, May 2020.

DUARTE, Phelipe Magalhães. COVID-19: Origem do novo coronavírus. **Brazilian Journal of Health Review**. Curitiba, v.3, n.2, p.3585-3590, mar./apr.2020.

EDNEY, Matthew H. **Cartography – the Ideal and Its History**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2019.

GE, M; BANGUI, H; BUHNOVA, B. Big Data for the Internet of Things: A Survey. **Future Generation Computer Systems**, 87, p.601-614, 2018.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. Países asiáticos estão lidando melhor com essa crise do que o Ocidente. Enquanto lá se trabalha com dados e máscaras, aqui se chega tarde e fecham fronteiras. **El País**, 22 Mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html> Acesso em: 23 de Março de 2020.

HARVEY, David. **Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva**. São Paulo: Boitempo, 2020.

JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra a cólera mudou o destino de nossas metrópoles**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

JONES, D.S. COVID-19, history, and humility. **Centaurus**. 2020; 62 (2):370-380. <https://doi.org/10.1111/1600-0498.12296>

KOCH, Tom. Mapping the Miasma: Air, Health, and Place in Early Medical Mapping. **Cartographic Perspectives**. Number 52, Fall 2005, p.4-27.

KOCH, Tom. Social epidemiology as medical geography: Back to the future. **GeoJournal**, 74:99-106, 2009.

KUMAR D, MALVIYA R, KUMAR SHARMA P. Corona Virus: A Review of COVID-19. **EJMO** 2020;4(1):8-25.

LATOUR, Bruno. **Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

LOIS, Carla. Cómo mapear el coronavirus. Mapas de las epidemias y el saber estadístico. **Clarín**. 06 de abril de 2020. Disponível em: https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/mapas-epidemias-saber-estadistico_0_ylq1n6GgA.html. Acesso em: 08 de abril de 2020.

LÖWY, I. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política** [online]. Tradução de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. História e Saúde collection. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>>.

LÖWY, I.: Representação e intervenção em saúde pública: vírus, mosquitos e especialistas da Fundação Rockefeller no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, V(3): 647-77, nov. 1998-fev. 1999.

NORTH, Robert L. Benjamin Ruch, MD: assassin or beloved healer? **Proceedings**, Baylor University Medical Center, 13(1): 45-49, 2000.

NULAND, Sherwin B. **A Peste dos Médicos: Germes, febre pós-parto e a estranha história de Ignác Semmelweis**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

PERKEL, Jeffrey M. Behind the Johns Hopkins University coronavirus dashboard. **Nature Index**, 07 Abr. 2020. Disponível em: <https://www.natureindex.com/news-blog/behind-johns-hopkins-university-coronavirus-dashboard> Acesso em: 07 de Abril de 2020.

SWENSON, Kyle. Millions track the pandemic on Johns Hopkins's dashboard. Those Who built it say some miss the real story. **The Washington Post**, 29 Jun. 2020. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/local/johns-hopkins-tracker/2020/06/29/daea7eea-a03f-11ea-9590-1858a893bd59_story.html. Acesso em: 29 de Junho de 2020.

WALSH, Bryan. Covid-19: The history of pandemics. **BBC World**. 25 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20200325-covid-19-the-history-of-pandemics>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

WELHAUSEN, Candice A. Power and Authority in Disease Maps: Visualizing Medical Cartography Through Yellow Fever Mapping. **Journal of Business and Technical Communication**. Vol.29(3), p.257-283, 2015.

Fontes Impressas

SEAMAN, V. Inquiry into the cause of the prevalence of yellow fever in New York. **Medical Repository**, 1:3, p.314-32, 1798.

Mapas

FIOCRUZ. Sistema de abertura de raios em batidas para focos geradores. **Manual de instruções técnicas e administrativas do Serviço Nacional de Febre Amarela**. LAFA, Bio-Manguinhos, Fiocruz, Década de 1940.

ROCKFELLER, Fundação. **Coronel Ponce (MT)**. Casa de Oswaldo Cruz. BR RJCOG FR-SFA-EC-12-033. 02/1943.

ROCKFELLER, Fundação. **Mapa de Passos (MG) mostrando percentagem de soros positivos em macacos Cebus até junho de 1946**. Casa de Oswaldo Cruz. BR RJCOG FR-SFA-EC-12-201. 07/1946

ROCKFELLER, Fundação. **Mapa demonstrando a disseminação da febre amarela no sul do Brasil - 1932-1942**. Casa de Oswaldo Cruz. BR RJCOG FR-SFA-EC-12-005. 10/1942

SEAMAN, Valentine. **An inquiry into the cause of the prevalence of the yellow fever in New-York**. [New York: Printed and sold by T. and J. Swords, 1798]. NIH. U.S. National Library of Medicine, Digital Collections. Disponível em: <http://resource.nlm.nih.gov/101290761>. Acesso em: 02 de Julho de 2020.

“*A liberdade não é incompatível com a ordem*”: O vocabulário do Partido Liberal na Província do Espírito Santo

“*The liberty don't is incompatible with the order*”: the Liberal Party vocabulary in Espírito Santo provincial

Driely Neves Coutinho
Graduada em História
Faculdade Saberes – ES
drielynevescoutinho@gmail.com

Recebido em: 19/06/2020

Aprovado em: 09/07/2020

Resumo: A década de 1860, no Império brasileiro, foi marcada por uma transformação linguística que culminou com a modificação da *cultura política* imperial, como a emergência do republicanismo. A Província do Espírito Santo não esteve distante desse processo, embora composta por uma elite treinada à prevalência da ordem na localidade, e a difusão do republicanismo tenha surgido bem mais tarde que na Corte, os anos sessenta também modificou a *cultura política* local. Por meio da análise das *linguagens políticas* de periódicos locais, verificaremos que o período exposto promoveu a formação e a consolidação do Partido Liberal provincial, bem como, a sua conexão linguística com os conceitos difundidos na imprensa do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imprensa; Partido Liberal; Espírito Santo

Abstract: The 1860s in Brazilian Empire, was marked by a linguistic transformation that culminates with the modification of imperial *political culture*, as the emergency of republicanism. The Espírito Santo provincial didn't was detached this process, although composed of a trained elite to prevalence of order in locality, and the republicanism dissemination has appeared much later that in Court, the sixties also modified the political culture local. By means of *political language* analysis of local journals, verify that the reporting period promoted the formation and consolidation of Liberal Party provincial, as well as, the its linguistic connection with the concepts widespread in Rio de Janeiro's press.

Keywords: Press; Liberal Party; Espírito Santo

[...] Então, a província do Espírito Santo não será como tem sido, um objeto de zombaria até agora exposta as irrisões de um “momo” que dela zomba despidosamente. As fileiras liberais terão de engrossar, visto que muitos cidadãos abastados e ilustres com elas pactuam[...] (O Tempo 10/12/1861, nº12)

Introdução

A década de 1860 foi marcada por mudanças no cenário político nacional. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos”. (CARVALHO, 2007) Segundo Karulliny Siqueira, o movimento político ocorrido nesta década é denominado “Renascer Liberal”, onde emergia novas temáticas, novos debates e ocorrera a reconstituição do Partido Liberal. Assim, os assuntos mais debatidos entre os partidários eram: a descentralização, os malefícios da escravidão, e as questões referentes à Igreja e Estado. (SIQUEIRA, 2013) Sérgio Buarque de Holanda evidencia que as posições partidárias, que haviam sido diluídas em 1853, voltavam naquele momento a digladiar. (BUARQUE DE HOLANDA, 2004)

No ano de 1853, o Império do Brasil teria experimentado por quase dez anos a política da Conciliação moldada por Marquês de Paraná.¹ Deste modo, a reconfiguração dos partidos políticos que se desenrolou nos anos sessenta estava carregada do resultado deste processo. José Murilo de Carvalho revela que Nabuco de Araújo, imbuído de um espírito conservador, propôs a formação de uma *liga* entre liberais moderados e conservadores dissidentes, formando o Partido Progressista. Todavia, a estabilidade não fora resultado do processo, os liberais históricos disputaram hegemonia com o grupo. (CARVALHO, 2007) Posteriormente, jovens liberais questionaram o próprio partido.

Neste sentido, ressaltamos o periódico *A Actualidade*, redigido por uma nova geração de liberais², que circulou na Corte nos anos de 1859 a 1864. A folha logo no início exaltava os preceitos da Liga que se formava, contudo, ao decorrer de sua existência, percebera que a facção apenas perpetuava antigos conservadores no poder, o símbolo disso se encontrava no Gabinete de Zacarias. Sua circulação foi encerrada com bastante desânimo emitido pelos redatores perante a realidade política, mesmo que o Partido Liberal ainda estivesse no poder.

¹Para um estudo aprofundado acerca da política da Conciliação, verificar: ESTAFANES, Bruno Fabris. Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2010; FERRAZ, Paula Ribeiro. O gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

²Os redatores, em primeiro momento, são: Flávio Farnésé, Lafayette Rodrigues Pereira e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães. Este último, no ano seguinte vai a Catalão, em Goiás, assumir um cargo de magistratura, e abandona a redação. Em 1862, Pedro Luiz de Pereira Souza assume como um dos redatores. Sobrando em 1863 apenas o dono do periódico, Farnésé, por não concordar politicamente com seus amigos. Ademais, contrata Antônio Barbosa da Silva e Souza e Luiz Barbosa da Silva.

Outro periódico que ilustra a transformação do contexto partidário do Império é a folha *Opinião Liberal*, que circulou dos anos 1866 a 1870. A redação³ emitia um novo vocabulário reivindicando o progresso, o esclarecimento, e a democracia. Com um tom de radicalismo viria a negar o Imperador e o próprio Regime. Assim, a folha transformou os termos “democracia” e “república” em sinônimos. A circulação foi encerrada para suprir as necessidades do Clube Republicano.⁴ Deste modo, os acontecimentos políticos que envolvem a década de 1860 modificaram a cultura política do Império como um todo, após o período, a Monarquia enfrentou um movimento político de contestação. A linguagem do republicanismo havia chegado.

Contudo, o Império brasileiro não prestigiou harmonia linguística, mesmo no quesito dos partidos políticos. Assim, torna-se necessário destacar outra realidade que vivenciara para além do Rio de Janeiro. Logo, a pequena província do Espírito Santo, ao apresentar suas singularidades, demonstra-se como objeto interessante para o nosso trabalho. Além disso, a pouca produção de pesquisas acerca do tema justifica a escolha da redução da escala para a investigação proposta.

Buscando inserir um cenário provincial no contexto imperial, cabe ressaltar que o período regencial mostrou-se um marco histórico para a autonomia e a participação política nas províncias do Império. Se o Ato Adicional de 1834 modificou a realidade vivenciada na Corte, no âmbito provincial, na medida em que transformou os Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas, modificou por completo as realidades provincianas. Nas palavras de Terezinha Bichara: “A Província do Espírito Santo inaugura assim a sua fase histórica de autonomia constitucional e passa a ter, como unidade federativa, maior importância político-administrativa”. (BICHARA, 1984, p.33)

Rodrigo Goularte expõe que no momento da criação de um parlamento em nível regional, a província do Espírito Santo já possuía uma elite local capaz de realizar arranjos políticos para executar os planos de estabilização do Estado independente brasileiro. Propõe que essa elite fora treinada para enfrentar as demandas provinciais, bem como composta por

³ A redação era formada por três advogados novos: Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luis Monteiro de Sousa.

⁴ Em meu trabalho monográfico, debruçei sob o vocabulário dos periódicos *A Actualidade* e *Opinião Liberal*. Esses jornais representam uma espécie de trajetória do radicalismo que surgiu na década de 1860, uma vez que alguns nomes de seus redatores estavam assinados no Manifesto do Partido Republicano: Flávio Farnesé, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e Lafayette Rodrigues Pereira. COUTINHO, Driely Neves. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História). Faculdade Saberes, 2019.

indivíduos com trajetórias e experiências individuais, costurando diferentes teias de relações sociais, fazendo emergir na província demandas de diferentes grupos sociais. (GOULARTE, 2008)

No cenário nacional, ao fim da Regência, o vocabulário da imprensa demonstrava a formação dos partidos Liberal e Conservador. Durante cerca de vinte anos de existência política, periodistas do Partido Liberal queixavam-se do impedimento do partido perante o Regime ao longo do tempo. Na década de 1840 a primeira derrota fora a consolidação do projeto de Estado regressista, culminando na excitação dos liberais em grande parte do Império. A efervescência da época levou a efetivação do projeto de Conciliação do político Honório Hermeto Carneiro Leão, que manteve os liberais restringidos das cadeiras ministeriais. Como já explícito, na década de 1860 uma nova geração de liberais, enfatizando essa trajetória, demonstrava estar disposta a pertencer ao jogo político, mesmo que para isso o ordem estivesse ameaçada, ou até mesmo o próprio Regime.⁵

Entretanto, teria o Espírito Santo passado pela mesma trajetória partidária? Em 1840, agremiações políticas conflagraram-se na localidade? Quais são os principais efeitos causados pela Conciliação de Paraná? Ocorreria na região a radicalização linguística na década de 1860? A província do Espírito Santo, não desfrutara do mesmo cenário político que ocorria no centro imperial. Assim, nos anos de 1840, os personagens políticos atuantes na Assembleia Legislativa da província não elaboraram conceitos que demonstravam a construção de um ideário partidário. Nos fins da década de 1860, o Partido Liberal provinciano estava longe de radicalizar-se.

Ao iniciarmos tal discussão, primeiramente, torna-se necessário esboçar a perspectiva da historiografia tradicional⁶ capixaba acerca do tema.

Basílio Carvalho Daemon (DAEMON, 1870), Maria Stella de Novaes (NOVAES, 1985) e Geert Bank (BANK, 1998) compreendem que a formação dos partidos políticos no Espírito Santo haveria ocorrido no período regencial. Esses autores relacionam uma luta que ocorreria no período entre as irmandades religiosas que se apelidavam de “peroás” e “caramurus”, com o

⁵ Acerca do temática, verificar: COUTINHO, 2019. Verifica-se o vocabulário do Partido Liberal dos anos 1840 a 1860, identificando os conceitos que os jornalistas difundiam, bem como, a trajetória linguística de exclusão dos holofotes ministeriais propugnada por esses indivíduos.

⁶ Consideramos como historiografia tradicional obras compostas por memorialistas, pelos primeiros historiadores que analisam determinado tema ou conjuntura, e a perpetuação de suas vertentes. Os historiadores tradicionais entendem a história como narrativa dos acontecimentos, mantendo-se fiel a fonte.

desenvolvimento dos partidos liberal e conservador.⁷ Nas palavras de Francisco Antunes de Siqueira, um memorialista espírito-santense:

Estes partidos - peroá e caramuru - foram extremados e acamparam-se até em arraiais diversos, com bandeiras diferentes, para determinar dois partidos políticos - liberal e conservador - disfarçados pelo caráter religioso. (SIQUEIRA, 1999, p.70)

Já Karulliny Siqueira expõe não haver evidências sólidas para relacionar essas irmandades religiosas com os futuros partidos políticos que se instalaram na província. Assim como, não é possível verificar a influência política que esses grupos exerciam na província. A autora expõe que a proposta da historiografia tradicional parece fundamentar-se nas divisões existentes no Rio de Janeiro no período regencial, onde haviam as facções: caramurus, exaltados e moderados⁸. No entanto, a província não evidencia a existência dessas facções, nem de seus projetos políticos. (SIQUEIRA, 2016)

Portanto, Karulliny Siqueira assevera que somente após a década de 1860 pode-se identificar os partidos Liberal e Conservador na província do Espírito Santo. A localidade teria seguido um projeto pautado na ordem e na pacificação, em meio a tantas turbulências que vivenciavam os outros territórios do Império. Assim, Siqueira expõe que a condução da política local fora feita por uma “[...] elite coesa pautada em uma homogeneidade ideológica e de treinamento [...]”. Ademais, esboça que até aquela década fora ausente a imprensa difusora de opiniões produzida na própria província, permitindo restritamente aos capixabas o acesso à poucos periódicos que vinham de fora da localidade, mas que não inseriram o Espírito Santo no debate nacional. Diante desses fatores, tornava-se possível um projeto de moderação, e o enfraquecimento de qualquer desordem que ameaçasse a ordem do Império. (SIQUEIRA, 2013)

Na perspectiva da autora referenciada, a ausência da produção imprensa local fora a grande contribuidora para o afastamento dos distúrbios políticos que ocorreram no Brasil,

⁷ “A 23 de setembro deste ano, é tirada a imagem de São Benedito do altar da Igreja do Convento de São Francisco, causando esse fato grande alvoroço na cidade, assim como grandes desordens, processos canônicos em que intervieram o Coronel Dionísio Álvaro Resendo e o Capitão João Crisóstomo de Carvalho, assim também reclamações, representações e formação de dois partidos extremados [...] As festas que na igreja daquele convento se faziam com entusiasmo e grandes dispêndios, deu causa a alguns da Irmandade de São Benedito do Rosário se incomodassem, tomando com o acinte os de mais inteligência como fossem o Tenente Manoel Francisco de Cristo, José Joaquim de Souza Ribeiro, Luís dos Santos Lisboa e outros, chamando aos de São Francisco de provocadores e exaltados, apelidando-os de caramurus ou rusguentos, denominação dos partidos políticos do país, que hoje é denominado liberal [...]” DAEMON, 2010.

⁸ Verificar: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e a ação política na Corte Regencial*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

sobretudo no período regencial, sendo este um dos momentos mais conturbados do Império brasileiro. Nesse sentido, destaca-se: os conflitos que envolveram a Independência; as referidas tensões regenciais; as conflagrações partidárias que permearam a década de 1840. A partir do apaziguamento dos principais conflitos que inundaram as primeiras décadas do Segundo Reinado, houve a organização da elite capixaba para a formação de partidos políticos. Logo: “A emergência da imprensa política mais atuante, está diretamente ligada à formação e definição de identidades políticas locais[...]”. (SIQUEIRA, 2013)

Nesse sentido, no momento em que a linguagem dos liberais do Rio de Janeiro desfrutava de uma radicalização de ideias, na província, o bipartidarismo começava a se distinguir ideologicamente. O desenvolvimento das agremiações só haveria ocorrido através da difusão da imprensa periódica provincial, já que antes disso houvera um embargo da elite para o seu desenvolvimento.

Portanto, utilizaremos periódicos da localidade que circulavam na década de 1860, elucidando o surgimento dos partidos políticos na província, com o foco no Partido Liberal. Verificaremos, que embora a tardia formação dos partidos políticos no Espírito Santo, o vocabulário de seus redatores era permeado de certa coesão com os partidários da Corte. Assim, levantaremos os vocábulos que norteavam o Partido Liberal na imprensa capixaba naquele momento, colocando ao lado da linguagem do Rio de Janeiro, demonstrando, que além de linguagens, o Império contou com sublinguagens que fazem parte do contexto político nacional.

“A província do Espírito Santo não será como tem sido”: a emergência de um novo vocabulário.

Na esfera da Corte, falar sobre a formação do Partido Liberal é colocar, principalmente, o estudo da década de 1840 em questão. Na província do Espírito Santo, só fora possível a consolidação de um bipartidarismo político em duas décadas posteriores. Karulliny Siqueira salienta que nesse momento, por influência de uma nova cultura política que se alastrava na localidade, pode-se visualizar a emergência de grupos políticos divergentes. Promovendo assim, a inserção de um novo vocabulário, e uma linguagem política distinta. Conjuntura providenciada através do advento da imprensa política. (SIQUEIRA, 2013)

Logo, destacamos o periódico *A Liga*, que circulou na província nos anos de 1860 e 1861. O jornal era publicado aos domingos, em Vitória, na tipografia do Azeredo. Custava 100rs. Esse jornal significava na província o início das disputas na imprensa, questionando assim, o domínio

de uma das principais figuras políticas provinciana, Francisco Monjardim. Como também, pleiteava a candidatura de Antônio Pereira Pinto para o cargo de Deputado Geral. Para a redação da *Liga*, Monjardim era o grande empecilho para o desenvolvimento da província. O personagem era acusado de embargar a liberdade da província por meio de sua postura repressora. Por esse motivo, as páginas do periódico eram estampadas com o seguinte trecho:

Sou pequenina
Mas denonada;
Não temo ferro
De mão armada. (*A Liga* 08/04/1860, nº1)

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim era antigo no cenário político local. Concluiu seus estudos preparatórios em Vitória, e seguiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de consagrar-se na carreira militar. Figura que caracteriza-se por sua postura ordeira e pacífica, apaziguou as conflagrações rebeldes que passara o sul da província. Nos conflitos que envolviam a Independência e a Regência, foi o principal responsável para que os espíritos exaltados não florescessem na localidade. (MONJARDIM, 2013)

No âmbito nacional, o seu nome também obteve destaque. Monjardim fora oficial das Forças do Império. O militar foi agraciado com as condecorações: Cavaleiro da Ordem de Aviz; Conselheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; Comendador da Ordem de Cristo; Comendador da Ordem da Rosa. O Coronel exerceu os cargos de: Vereador no município de Vitória; Deputado Provincial; Deputado Geral; e 14 vezes Presidente de Província, mesmo sem nomeação oficial ao cargo. (MONJARDIM, 2013) Conforme os apontamentos de Karulliny Siqueira, a referida personalidade esteve presente na esfera política durante 60 anos de sua vida, atuando como conciliador e pacificador da província, nos momentos mais conturbados do Império: a Independência e o período Regencial. (SIQUEIRA, 2019) Assim, Monjardim obtinha bastante prestígio no cenário político local, a medida que combatia qualquer efervescência que viera a florescer na região, até mesmo por meio do cerceamento da imprensa.

O jornalista da *Liga* compreende o seu espaço na política local em relação ao domínio de seu grande opositor. No entanto, vocifera sua ousadia e expõe o seu caráter inovador frente a realidade da província. A partir de então, o Espírito Santo caminhou para o fim de sua homogeneidade política e ideológica. Como salienta Terezinha Bichara, no decênio entre 1858 e 1867, surge na província os primeiros vestígios de uma força formadora de grupos. A autora expõe que o silêncio herdado dos antigos conselheiros já não era mais realidade, externava-se

naquela conjuntura, posições divergentes. No entanto, Bichara expõe que essas discordâncias eram de cunho meramente pessoais. (BICHARA, 1984)

Conforme a análise do periódico, e os estudos da historiadora Karulliny Siqueira, percebemos que a folha demonstra a existência de grupos políticos divergentes que atuavam naquele momento. A autora aponta, que enquanto na Corte, liberais e conservadores dissidentes organizavam a Liga Progressista, na província, a conflagração política se verificava entre dois “partidos” distintos. O Partido Dionisiano, que possuía como líder Dionísio Rosendo, e o Partido Capichaba, com participação do ilustre Coronel Monjardim, cuja liderança estava contida em Inácio Rodrigues Bermudes. (SIQUEIRA, 2013)

Sendo a *Liga* aliada a Dionísio Rosendo, por muito tempo fora apresentado na historiografia que o Partido Dionisiano geraria posteriormente o Partido Conservador, uma vez que esse indivíduo, mais tarde, tenha sido chefe do partido. Entretanto, Siqueira expõe que não há indícios para que o Partido Capichaba defendesse ideários liberais. Ademais, nos relatórios de província, até aquele momento, demonstram que a província do Espírito Santo obtinha uma ausência de divisões partidárias definidas. (SIQUEIRA, 2013) No âmbito das linguagens políticas, verificamos a impossibilidade da existência dos partidos naquele momento, bem como a pouca probabilidade do periódico *A Liga* ter representado os interesses conservadores, uma vez que os vocábulos existentes no jornal se dispunham de um caráter frequentemente colocado pelos liberais: exclusão política, mesmo num momento que os conservadores geriam o Império.

A redação do jornal clamava pela emergência do *voto livre* na província. Logo, declaravam que o único voto que emitiria a *liberdade*, seria em Antônio Pereira Pinto. (*A Liga* 15/04/1860, nº02) Deste modo, esse sufrágio também significaria a predominância do *livre pensamento*. Assim, demonstravam que objetivavam, com novas ideias, promover a *civilização* e o *progresso* da província, sem a influência de um poderoso. (*A Liga* 13/05/1860, nº06)

Na Corte, verifica-se que o periódico *A Actualidade* emitia algum desses termos. Idiomas como “liberdade” e “progresso” modificaram o liberalismo brasileiro na medida que expressaram a emergência de uma nova cultura política, onde progredir, significaria a modificação da realidade vigente. Logo, compreendemos que os redatores da *Liga* objetivavam mudanças parecidas, no entanto, em alterar a predominância de um indivíduo, acusado de através do seu prestígio político, frear as liberdades, o progresso e a civilização na localidade: o Coronel Monjardim.

Modificar a realidade vigente, no âmbito provincial, para esses jornalistas, não significava a alteração do domínio ministerial de conservadores para liberais, uma vez que essas denominações não existiam no Espírito Santo.⁹ Essa alteração ocorreria pela retirada dos *velhos pacíficos*, (*A Liga* 29/04/1860, nº04) daquele que “[...]apenas serviu na câmara de divertimento para os seus colegas[...]”. Logo, a mudança na província ocorreria com a vitória de Pereira Pinto contra o *candidato patológico*, para a ocupação de uma cadeira na Assembleia Geral (*A Liga* 22/04/1960, nº03)

Conforme aponta Karulliny Siqueira, essa nova linguagem que emergia na província fora baseada na “[...] pedagogia do voto e nos ensinamentos sobre os principais atributos de um bom representante político[...]”. Assim, a autora expõe que através dessa imprensa doutrinária e pedagógica que se inseria no Espírito Santo, a elite provincial estabeleceu uma nova forma de se fazer política, expandindo o conceito de “povo”, como o único que poderia modificar a situação. (SIQUEIRA, 2013)

A fonte nos revela, que mesmo o periódico estando permeado de conceitos inovadores e modificadores da cultura política provinciana, a elite política capixaba seguia seus parâmetros sempre com referência à *ordem*. Assim, o termo “unidade” aparece como a união da nação, do povo e do governo. (*A Liga* 13/05/1860, nº06) É valoroso destacar, que falar em ordem no contexto imperial, é levar em conta a peculiaridade do liberalismo local pautado pela tradição ibérica. Assim, Maria Emília Prado salienta que haveria certa resistência à modernidade pela elite política brasileira, onde as principais transformações só ocorreria quando fossem extremamente necessárias, para não desestruturar a ordem tradicional do Império. (PRADO, 2001)

Destacamos, que a política da Conciliação, proposta por Paraná, era questionada pela folha, considerando os vocábulos que compunham o posicionamento dos jornalistas. Nesse sentido, a linguagem fora semelhante com o que circulava entre os liberais redatores da *Actualidade*. Na *Liga*, estampavam que muito tarde perceberam o erro das medidas que foram tomadas no período conciliatório, e que esse sistema seria utópico no Brasil: “Em resumo, - a imprensa e Conciliação - não são para nosso país, - porque dependem da liberdade, e - da civilização - que ainda todos não têm a honra de conhecer”. (*A Liga* 13/05/1860, nº06)

⁹ Vale ressaltar, que o projeto político implementado pela elite capixaba de distanciamento dos acirramentos políticos partidários, não significava que a província estava isolada da realidade nacional, ou atrasada. Os personagens políticos compreendiam e estavam atentos com os acontecimentos do Império, todavia, rejeitavam qualquer prática política que ameaçasse a tranquilidade local. Para saber mais: VIANNA, Karulliy Siqueira. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo 1860-1880*. Vitória: IHGES, 2013.

A semelhança linguística com o periódico que se alastrava na Corte, verifica-se também pela inserção de temas como a “reorganização dos partidos”, e a própria citação da *Actualidade* dentro do jornal. Transcrevendo um artigo do *Publicola*, o periódico provinciano relata:

A reabilitação, ou reorganização dos partidos, é portanto uma necessidade indispensável do dia.

[...]

Falava-se em conciliação política: dizia-se que ela era a única medida proficiente para acalmar a irritação dos espíritos; e um dos mais ilustrados militantes do partido liberal escrevia de modo a inocular estas teorias no ânimo das massas; porém, quais foram os resultados práticos colhidos desde essa época, para hoje[...] (*A Liga* 24/06/1860, nº13)

A redação da *Liga*, indicava concordar com as mesmas ideias do periódico da Corte, a *Actualidade*. No entanto, novamente evidenciamos a impossibilidade deste jornal pertencer aos ideais do Partido Liberal. Uma das grandes evidências, é que o principal inimigo político do personagem que escreve esse periódico, Monjardim, fosse futuramente o chefe dos liberais na província do Espírito Santo. Ademais, ligar a futura atuação desse personagem a essa realidade, serve aqui para demonstrar a inexistência dos partidos políticos até o ano de 1861.

Outro jornal analisado para a realização deste trabalho foi *O Tempo*. O periódico se declarava “político, comercial, noticioso e literário”. Tinha como gerente St. Wanderley. E era publicado às terças e sextas feiras na tipografia Liberal. A assinatura custava 10\$000 ao ano, se pago adiantadamente, e 5\$000 por seis meses na capital. Fora dela custava 12\$000 anualmente, e 6\$000 o semestre. (*O Tempo* 10/12/1861, nº12) Conforme aponta Karulliny Siqueira, o redator da folha fora José Marcellino Pereira de Vasconcellos, e, a partir do vocabulário do periódico pode-se vislumbrar o nascimento do Partido Liberal na província. (SIQUEIRA, 2013)

O periódico analisado declarava que finalmente houvera surgido uma imprensa de oposição na província. A redação se dizia espantada com a proibição da leitura da folha por parte dos poderosos. Faz-se necessário a longa citação:

Houveram até homens que se encarregam de espalhar que o Tempo era anarquista, revolucionário, sedicioso, inimigo das autoridades, e até inimigo do povo, cuja a causa ele defende.

[...]

O Tempo não é anarquista, nem inimigo da ordem, sê-lo-á se convir dar esse título aquele que deseja a veneração das leis em toda sua plenitude, e o respeito aos sagrados ditames da constituição.

Sê-lo-é, se convir dar esse título, aquele que seja a maior economia dos dinheiros públicos, e o engrandecimento deste belo torrão.

Sê-lo-á, se a **liberdade de imprensa** não valesse por todos os direitos em que o povo pudesse pensar, e se não fosse por si só uma instituição[...]
[...]

O povo tem visto cercearem-se cruelmente todas as suas garantias, dando-as ao Poder Executivo; - o país, para o homem que o estuda com reflexão profunda, tem perdido muito com o medonho **sistema dos oligarcas, que tem preparado o terreno somente para o seu proveito. É isto que se observa na Corte em grande escala, e vai se observando, desde muito tempo, nas maiorias das províncias,** mormente quando estas são poucos ilustradas, e menos ricas.

A Lei de 3 de dezembro de 1841, e o seu regulamento, começou a matar as garantias mais sagradas do povo, e o mesmo o pacto fundamental, criando funcionários de polícia, que se sucedem todos os dias pela sua mobilidade, e segundo as conveniências do Poder Executivo[...]. (*O Tempo* 10/12/1861, nº12) [grifos nossos]

O idioma exposto nos revela a difusão de um ideário propagado pelo Império no espectro liberal. A conjuntura vivida pelos indivíduos da província, no ministério de Caxias, fora a presidência de José Fernandes da Costa Pereira Júnior. (DAEMON, 1870) Aparentemente, a redação do jornal discordava desse exercício, e assim, aglutinando temas e conceitos recorrentes no vocabulário do Partido Liberal da Corte, puderam se organizar como grupo.

Verificamos acima, que o redator acusava o Poder Executivo provinciano de coibir a liberdade de imprensa. Tanto na Corte, como na localidade, vociferavam estar vivendo um sistema de oligarquias. Retomaram velhos temas liberais, formadores do partido no Rio de Janeiro, quando elucidaram que a Reforma do Código de Processo Criminal - a Lei de 3 de dezembro de 1841 - fora causadora dos impactos políticos que sofrera o Império. Assim, a fonte revela uma aproximação de um ideário liberal, ao passo que rejeita-se um tema que marcou o Regresso conservador.

Karulliny Siqueira expõe que “[...] a folha é um verdadeiro chamado a um novo partido que estava se formando e que objetivava angariar participantes para iniciar a saga liberal na província[...]”. Ademais, a autora indica que a organização do grupo liberal haveria ocorrido por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, com o apoio do Coronel Monjardim, cuja influência política contribuiu para a formação do Partido Liberal na localidade. (SIQUEIRA, 2013)

A redação, que era formada por diversos cavalheiros, dizia que embora a tentativa de abafar seus ideais que tentavam propagar, as ideias liberais surgiriam cheias de animação:

[...] Onde, sem receio de perder, e sim de muito ganhar, se possa ouvir os Ottonis, e Souza Franco e outros vultos respeitáveis? Então, a província do Espírito Santo não será como tem sido, um objeto de zombaria, até agora

exposta as irrisões de um “momo” que dela zomba despiedosamente. As fileiras liberais terão de engrossar, visto que muitos cidadãos abastados e ilustres com ela pactuam[...] (*O Tempo* 10/12/1861, n°12)

Através da veneração de nomes ilustres do Partido Liberal do Império, bem como o caráter linguístico de modificação a uma cultura política vigente, consideramos que o chamado renascer liberal na Corte, providenciou o nascimento do partido provinciano. Logo, concordamos com a afirmação de Siqueira, que expôs que a verdadeira formação do Partido Liberal na província só houvera ocorrido no ano de 1861, com suas condições específicas. E o jornal *O Tempo* foi o veículo utilizado para difundir as novas ideias que chegaram na província. (SIQUEIRA, 2013)

No ano de 1863 surge na província outro periódico pertencente ao Partido Liberal. *O Amigo do Povo*, denominado como um jornal político e noticioso. Era publicado em dias incertos, e distribuía-se gratuitamente. Assim como no periódico *O Tempo*, era redigido na Tipografia Liberal. No topo de sua página, transmitia o seguinte trecho:

Viva a nossa religião
Viva o trono Imperial
Viva para o bem da nação
- o Partido Liberal -

Nesse jornal, verificamos que o Partido Liberal já mostrava-se mais consolidado na província. Seu objetivo, exposto na única folha que encontra-se disponível, fora repelir “[...] com indignação as pretensões destes candidatos cascudos, e segui o Partido Liberal”. Logo, a redação buscava embargar as candidaturas dos “vermelhos”, Pereira Pinto e Silva Nunes. O candidato da folha para o Parlamento Brasileiro, naquele momento, era o Desembargador José Ferreira Souto. (*O Amigo do Povo* 08/08/1863, n°05)

O vocabulário do periódico emitia uma linguagem voltada a soberania do povo, que só seria possível “[...] elegendo os dois representantes que temos de mandar ao seio do parlamento para zelar pelos nossos direitos [...]”. Para a redação, um povo livre, é aquele que “[...] sabe com dignidade sustentar a sua liberdade, e os direitos que nos são garantidos pela constituição.” (*O Amigo do Povo* 08/08/1863, n°05) Assim, concordamos com a análise de Siqueira, que evidencia a posição do periódico em atribuir o conceito de povo à liberdade, que se sustentaria no momento da eleição. (SIQUEIRA, 2013)

Portanto, as fontes indicam que naquele momento, o contexto partidário que se vivenciava na Corte, fora muito distinto da perspectiva provincial. Logo, é neste sentido que se faz necessário o estudo em âmbito local, compreendendo o Império brasileiro com mais dinamismo e pluralidade. Assim, destacamos que em uma década de tantas transformações do Partido Liberal no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, o contexto era de organização do partido.

Todavia, a década de sessenta é configurada na província pela inserção da política nacional no âmbito local. Dessa forma, os anos de 1860, efervescentes politicamente no contexto do Império, diferentemente das antigas turbulências que passara o país, atingiram a realidade da província do Espírito Santo. Desse modo, a partir do desenvolvimento da imprensa opinativa, bem como o surgimento de uma nova geração no cenário político local, a cultura política provinciana sofrera uma modificação. Assim, a linguagem política dos redatores torna-se cada vez mais acirrada em suas disputas partidárias.

“Quem diz liberal, diz progressista”: o vocabulário do Partido Liberal de Vitória.¹⁰

Verificamos anteriormente que a organização do Partido Liberal no Espírito Santo ocorreu em uma conjuntura política distinta dos maioristas no Rio de Janeiro. Após a formação da agremiação da localidade, a Liga Progressista assumiu a frente do ministério por bons anos, contexto positivo aos novos partidários do liberalismo do Império. Neste sentido, traçaremos o vocabulário emitido pelos jornalistas liberais provincianos.

A subida da Liga Progressista ao ministério fora deveras comemorada pelo Partido Liberal de todo o Império. Após a chegada de um ministério liberal, seria a vez das províncias caminharem no mesmo sentido. Logo, analisaremos aqui o periódico *Jornal da Vitória*, que circulou dos anos de 1864 a 1869.

No momento da fundação deste jornal, os liberais passavam pela fase de ascensão ao poder. Desse modo, por um longo período, o periódico emitiu uma linguagem oficial do governo. Entretanto, após a queda do Gabinete de Zacarias, verificaremos que o vocabulário da folha sofre uma modificação.

¹⁰ Utilizamos no título a palavra “Vitória” ao invés de ser utilizado “Província do Espírito Santo”, uma vez que dentro da província o Partido Liberal obteve vertentes: os liberais do centro, e os liberais do sul. No entanto, para esse estudo, analisaremos apenas os periódicos que circulavam na cidade de Vitória. Para mais informações acerca dos liberais do sul, verificar: SIQUEIRA, 2013.

Karulliny Siqueira salienta, que a mudança na cultura política da província, bem como a linguagem emitida nos jornais a partir da segunda metade da década de 1860, ocorreu através da modificação dos personagens que difundiam a opinião pública. A autora indica que “[...] existia uma elite intelectual que, em sua maioria, se diferencia da elite homogênea atuante na primeira metade do século[...]”. Assim, a maioria destes indivíduos não vivenciou momentos como a Independência, ou as conturbações da Regência. Siqueira expõe, que estes pertenciam a uma nova geração política. (SIQUEIRA, 2013)

Em seu trabalho, a autora traça o perfil sócio-profissional dos redatores¹¹ dos anos de 1864 a 1868, destacando quatro periódicos¹² que circulavam no Espírito Santo durante esses anos. A conclusão da historiadora é que, diferentemente dos ordeiros e pacíficos que consolidaram a ordem no Espírito Santo, esses redatores esboçavam peculiaridades. Esses homens, com exceção de José Marcellino Vasconcellos, não eram nativos da província. Naquele contexto, o redator citado, também se enquadra como o mais antigo desses indivíduos, e pertencia às antigas discussões políticas provincianas. (SIQUEIRA, 2013)

Destaca-se também, que todos os redatores apresentavam formação superior. Em sua maioria, eram Bacharéis em Direito. A maioria ocupou cargos públicos na província, e todos eles conseguiram chegar ao paço da Assembleia Provincial. Nesse sentido, a autora aponta que todos estes tiveram sucesso ao difundir suas ideias, ao tornarem-se deputados provinciais. As principais faculdades frequentadas por esses homens, foram a de São Paulo e de Olinda. Assim, pode-se concluir que a elite espírito-santense, na década de sessenta do século dezenove, esbanjava de uma heterogeneidade. (SIQUEIRA, 2013)

O *Jornal da Vitória* tivera como proprietário, primeiramente, o Bacharel Manuel Feliciano Muniz Freire, e logo depois Delecarlience Dourmend de Alencar Araripe.¹³ O periódico era publicado duas vezes por semana, nas quartas e nos sábados na Tipografia Liberal.¹⁴ O preço das assinaturas, na capital, custava 10\$000 anualmente, e 5\$000 semestralmente. Fora de Vitória, o

¹¹ Os perfis dos redatores analisados foram de: Basílio de Carvalho Daemon, Clímaco Barbosa de Oliveira, José Correia de Jesus, Manoel Feliciano Moniz Freire, Tito da Silva Machado, Leopoldo Mello e Cunha e José Marcellino Pereira Vasconcellos.

¹² Sendo estes: o *Jornal da Vitória*, *Sentinella do Sul*, *O Estandarte* e o *Correio da Vitória*.

¹³ A inserção deste indivíduo na política da localidade já demonstrava os novos caminhos que a província havia tomado. Delecarlience Alencar Araripe era primo de José de Alencar, cearense e já pertencia ao Partido Liberal. Naquele momento, possuía uma tipografia na Província do Espírito Santo, indicando, a aproximação da linguagem nacional do partido ao cenário local.

¹⁴ A mesma que *O Tempo* e *O Amigo do Povo*.

custo era de 12\$000 ao ano, e 6\$000 o semestre. Os três principais redatores da folha foram: o próprio Manoel Feliciano Muniz Freire, José Correia de Jesus e Leopoldo Mello e Cunha.

Embora a constante crítica aos ideários conservadores, a redação do *Jornal da Victória* expunha uma linguagem mais amena, se comparada com os periódicos que difundiram as primeiras críticas aos seus inimigos políticos no Espírito Santo. O periódico, até meados dos anos de 1868, aparece sem grandes efervescências políticas. Com os liberais no poder, a redação parecia se preocupar mais com questões governamentais, e com a Guerra do Paraguai que agitava o país.

A folha nos fornece a imagem de um Partido Liberal organizado, chefiado pelo Coronel Monjardim e com os interesses em concordância à Liga Progressista. Verificamos também, que no momento de sua fundação, as discussões que norteavam o periódico se concentravam na substituição da cadeira de Deputado Geral deixada pelo desembargador Souto. No início das discussões, defendiam que Marcelino Vasconcellos - naquele momento membro do Partido Liberal - teria o direito de “[...] substituir a vaga de deputado que atualmente existe nesta província, como uma compensação de seus relevantes serviços, a menos que a falta de união e patriotismo não queira dar mais azo ao atraso que temos vivido[...].” (*Jornal da Victória* 09/04/1864, nº03)

Assim, o objetivo também estava posto contra a subida de um conservador para o cargo: “Escutei a palavra - liberdade; vencerão os amigos das ideias liberais. Se da liberdade nasce a justiça, a união, o poder, o progresso e alegria. Saudamos esse triunfo.” Diante do exposto, Antônio Francisco de Oliveira Sobrinho, redator dos trechos acima, percebemos que os liberais representavam para a folha um exemplo de *liberdade* e *progresso*. As fontes também indicam, que os conservadores, e principalmente o chefe do grupo, Álvaro Rosendo, espelhavam o *atraso*. (*Jornal da Victória* 09/04/1864, nº03)

Todavia, a elite atuante do Império brasileiro, constantemente alterava seus posicionamentos políticos, na medida em que demandavam determinadas posições políticas. Logo, José Marcellino Pereira de Vasconcellos migrou do Partido Liberal, para os hostes conservadores. No ano de 1864, ainda no início das publicações do periódico, Vasconcellos não aceita retirar sua candidatura em favor de Leão Velloso, e dissocia-se dos liberais daquele periódico. De acordo com Henrique Augusto de Azevedo, redator do fato: “[...] respondeu-me

que estava decidido a não desistir, e quando os seus correligionários o abandonassem, contava com alguns de seus amigos do eleitorado contrário[...].” (*Jornal da Victória* 13/04/1864, nº04)

Os redatores do *Jornal da Victória*, expressavam que a união de Vasconcellos com os conservadores era de “[...] uma conveniência toda ela filha do interesse individual[...].” (*Jornal da Victória* 01/10/1864, nº50) Diziam que essa união representava a *cobiça do poder*: “Neste caso, está a cobiça dos Srs. Ligueiros, então conservadores, derrotados: sacrificarão tudo, calçarão a honra a pés, praticarão as maiores desonestidades, somente para receberem por bem pouco tempo, as rédeas do governo. Infelizes! [...]” (*Jornal da Victória* 08/10/1864, nº52) Assim, a entrada de Marcellino Vasconcellos no Partido Conservador, relacionava-se com suas ambições de assumir o poder.

Verificamos acima, que diferente do contexto da Corte, o termo “*ligueiros*” aparece de forma distinta dos periódicos do Rio de Janeiro. Tanto na *Actualidade*, quanto na *Opinião Liberal*, *ligueiros* se referia aos indivíduos que pertenciam a Liga Progressista. Este termo aparece, por diversas vezes, de forma pejorativa, uma vez que os redatores dos jornais citados discordam, em determinado momento, da política progressista. No contexto linguístico dos redatores do *Jornal da Victória*, o vocábulo aparece de forma distinta. Embora a expressão também apareça de forma depreciativa, não estava relacionado ao Partido Progressista, já que, a redação pertencia a esse grupo.

Enquadrando-se no cenário político vigente, expunham estarem satisfeitos com o governo. Embora o país estivesse envolvido em uma guerra com outra nação, o Império gozava de “[...] completa tranquilidade e ordem em todas as suas províncias, e a perfeita cordialidade entre o governo brasileiro e todos os governos estrangeiros, à exceção do Paraguai[...].” (*Jornal da Victória* 28/02/1866, nº186) Para os redatores, o *patriotismo* e a *moderação* conservava a ordem e a tranquilidade pública. (*Jornal da Victória* 07/03/1866, nº188)

A partir das discussões que ocorriam na Corte, a respeito de liberais que estavam insatisfeitos com o governo, e que preferiam a subida dos conservadores à continuação dos progressistas no poder, os periodistas não compreendem as insatisfações. Questionavam: “O que leva a S. Ex^a a preferir um gabinete vermelho a um como o atual, de que fazem parte os Silveira Lobo, Paula e Sousa, Carrão, Saraiva, Nabuco e Marquês de Olinda?” (*Jornal da Victória* 28/03/1866, nº194) Assim, consideramos que o contexto linguístico que os redatores do *Jornal da*

Victória passavam, era de conjuntura governista. O Partido Liberal não estava em fragmentação na província.

Se para as redações da *Actualidade* e da *Opinião Liberal* a Liga Progressista fora prejudicial ao liberalismo que defendiam, para a folha provinciana a liga significava “[...] um Partido Liberal moderado [...] que por meio de uma política larga e generosa, miram a realização de reformas necessárias na legislação, e o desenvolvimento das forças vitais do país”. Para eles, os indivíduos que decidiram largar o egoísmo extremado, simbolizavam o *progresso* e a *liberdade*. (*Jornal da Victória* 26/12/1866, nº271)

No entanto, ao verificar a situação de divisão do Partido Liberal que passara o Império, utilizaram as palavras do deputado provinciano Horta de Araújo, na Assembleia Geral. O deputado expressava ser deplorável as dissensões que o Partido vivenciava. Expunha a política da Conciliação como uma página importante da história política do Brasil, e que a ela deve ao país, e ao Partido Liberal, a organização que triunfou nas urnas em 1863. Esta conjuntura precedera a liga, o início da fusão. Horta de Araújo salientava que não falava ali em nome de um partido genuíno ou histórico, pois os liberais deveriam estar em harmonia. (*Jornal da Victória* 01/09/1866, nº237) Seu clamor era claro:

Concorrei conosco para o triunfo das ideias liberais. Uni-vos, senhores, ante o inimigo estrangeiro que insulta nossos brios. Refleti um instante, e, as graves dificuldades da situação em referência a guerra, as finanças, a lavoura e o comércio. Vos farão convencer de que sem união, não é possível removê-las, e menos ainda, conjurar de sobre o futuro a nuvem negra que o ameaça. (*Jornal da Victória* 12/09/1866, nº240)

O discurso acima expõe a preocupação de um liberal da província com as dissidências políticas na esfera nacional. Bem como, verificamos neste momento a aproximação da província nas discussões do parlamento da Corte.

Acerca do tema referente a emancipação, verificamos um vocabulário moderado. A redação evidenciava ser necessário a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. (*Jornal da Victória* 07/04/1866, nº196) Entretanto: “A sua extinção, porém, não é um desses problemas que se possa resolver instantaneamente.” Os periodistas evidenciavam que o problema necessitava de “[...] prudência e sabedoria que o objeto requer.” (*Jornal da Victória* 20/03/1866, nº294)

A linguagem emitida pelo periódico nos promove a compreensão acerca de como estes indivíduos se definiam partidariamente. Com um idioma sempre de oposição aos seus adversários conservadores, entendiam haver entre eles uma dicotomia entre *liberdade* e *autoridade*. Nas próprias palavras de Horta de Araújo proferidas na Assembleia Geral, vislumbra-se que essa divisão ocorre desde 3 de Dezembro (a Reforma do Código de Processo Criminal), onde “[...] transpareceram forçosamente as tendências opostas dos dois partidos. Ou a luta dos dois princípios, o da autoridade e o da liberdade.” (*Jornal da Victória* 12/09/1866, nº240)

Outros termos surgem no periódico relacionados ao Partido Liberal. Seus protagonistas seriam defensores do *bem público* e das *ideias livres*. Diziam que de forma igualitária aos liberais da Corte, eles tomavam a *ordem* como símbolo, que seria ela companheira da *liberdade*. Almejavam o *voto livre*, que somente ocorreria *pacificamente*. (*Jornal da Victória* 19/01/1867, nº277) Assim, as fontes indicam que o liberalismo do Partido Liberal da província se assemelhava a característica da elite política local. O *progresso*, que também é um vocábulo comumente encontrado nas folhas, se consolidaria através da *ordem* e da *tranquilidade*.

Todavia, para os redatores do *Jornal da Victória*, embora emitiam representarem a liberdade, reconheciam que haveriam faltas de liberdade a serem transformadas. Questionavam:

Temos porventura a **liberdade eleitoral** e a **liberdade de parlamentar**?

[...]

Temos acaso a **liberdade individual** suficientemente garantida?

E não temos ainda o que fazer sobre a **liberdade da indústria** e do comércio, sobre a **liberdade do crédito** e a **liberdade do ensino**?

[...]

Falta-nos a **reforma da guarda nacional**, o que o país urgentemente reclama.

Falta-nos a **reforma administrativa** que não é menos urgente.

Falta-nos a **reforma judiciária** por longo tempo e inconvenientemente procrastinada. (*Jornal da Victória* 19/10/1867, nº354) [grifos nossos]

Na citação acima, verificamos que as reivindicações contidas na folha, se assemelhavam com a linguagem que encontramos nos periódicos partidários do liberalismo na corte.¹⁵ Ressaltamos, que esses temas se encontram presentes no vocabulário tanto de liberais históricos, como progressistas. Evidenciando, uma linguagem comum nas sublinguagens do Partido Liberal: a questão judiciária e administrativa; as liberdades necessárias para o progresso econômico e; a liberdade do ensino. Resultado da ampla difusão de ideias que ocorreu na década de 1860.

¹⁵ Vale ressaltar, que a transformação do liberalismo e as pautas desses novos indivíduos ocorriam também por meio da formação intelectual em universidades brasileiras, de forma distinta da antiga elite letrada coimbrã. Para saber mais acerca da formação intelectual das elites, verificar: CARVALHO, José Murilo. *A construção: a elite política intelectual. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Assim como nos periódicos a *Actualidade e Opinião Liberal*, o tema “instrução pública” ganhou força no periódico *Jornal da Victória*. Os periodistas e membros do Partido Liberal, compreendiam que o melhoramento da instrução pública desenvolveria “[...] as forças morais e materiais da província[...].” (*Jornal da Victória* 04/07/1866, n°220)

O momento harmonioso com a política geral e de domínio político na província estava por acabar para os liberais. A Queda do Gabinete de Zacarias alterou o jogo político de todo o Império. Na linguagem liberal provinciana, o sentido fora em direção ao estelionato político, e o vocabulário dos liberais, a partir de 16 de julho de 1868, era de exclusão. De um idioma ameno aos problemas que se encontravam o Império, os redatores do *Jornal da Victória* expõem, a partir deste momento, maior criticidade e denúncias ao cenário político.

Até aqui, percebemos que o vocabulário dos redatores do periódico fora governista, seu contexto se encaixava com poder em vigor do momento. Os temas que permeavam a folha eram sempre de caráter ameno, e as críticas aos conservadores, que definiram os primeiros jornais liberais da década, perderam lugar para as discussões oficiais. A partir dos últimos anos da circulação do impresso, e principalmente, a inversão partidária do ano de 1868, a sua retórica foi modificada. Assim, falar sobre “*nós e eles*”, ganhou força novamente. (*Jornal da Victória* 29/01/1868, n°383)

Imbuindo-se de uma criticidade proveniente das disputas políticas dos partidos da Corte, a redação expunha não ser os conservadores aqueles que salvariam a Constituição. Pois, eles teriam rasgado cada página quando promulgaram a lei de 3 de dezembro; haveriam cerceado as atribuições do júri; nulificaram o Ato Adicional. Reconheciam que a política de Conciliação fora exclusivamente conservadora: “[...] durante os quatorze anos de domínio solapou todas as instituições do país, vem agora dizer ao povo que quer salvar a constituição?[...]” (*Jornal da Victória* 27/1/1867, n°366)

Após a inversão partidária ocorrida no Império, o vocabulário expressava cada vez mais um caráter de alijamento político. A postura dos liberais redatores do periódico, fora em expor que, a partir daquele momento, os correligionários Partido Liberal sofriam perseguição política. Reclamavam que algumas autoridades recém nomeadas ameaçavam guerrear contra todo o cidadão que concedesse voto aos liberais. (*Jornal da Victória* 19/08/1868, n°438) Após as eleições municipais, diziam que “[...] as portas das prisões continuam a girar sobre seus gozos para darem

entrada a novos perseguidos.” Declarando assim, que haveria um impedimento para o voto da população nos candidatos liberais. (*Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452)

Acerca da alteração do ministério feita pelo Imperador, há de se considerar a diferença opinativa dentre esse periódico, e a *Opinião Liberal* no Rio de Janeiro. Não concordavam que um “[...] partido fraco, condenado pela opinião pública, tomar o poder de assalto com o pretexto de merecer a confiança da Coroa.” Consideravam aquela conjuntura *arbitrária*, pois haviam assumido o governo com o intuito de referendarem atos que nunca concordaram. No momento em que os conservadores aceitaram o poder oferecido pelo Imperador, demonstraram seu viés *absolutista*. No entanto, nossos redatores diziam não deixar fecundar “[...] em solo americano tão perniciosamente.” Pois, seriam eles “soldados da democracia.” (*Jornal da Victória* 22/08/1868, nº439)

Diante disso, as fontes demonstram os termos “*arbitrário*”, “*absolutista*” e “*democracia*”, utilizados de forma enfática. Todavia, o uso destes vocábulos deu-se de forma distinta dos liberais radicais da Corte. Falar de arbitrariedade e absolutismo, não significava questionar o Imperador, nem o próprio Regime. Os absolutistas, neste contexto, são os conservadores que aceitaram de forma indevida a concessão de Pedro II. Verificamos também, que a partir deste momento, o conceito “*democracia*” transcende no periódico, e os liberais são os seus representantes.

Outro debate que chama atenção nas páginas do impresso, se encontra na análise dos periodistas acerca do sistema representativo do Império. Para eles, havia um *falseamento* e um *viciamento* no *regime representativo*. Diziam que embora os partidos debatessem este tema, a *corrupção* que se alastrava, impedia que se fizesse algo contra. Utilizando as palavras do *Acadêmico de São Paulo*, defendiam em suas páginas a reforma eleitoral. Visto que, apenas cumprindo as exigências da *opinião pública*, desenvolveria a *liberdade* e se harmonizaria com os princípios da *ciência*. (*Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452)

O conhecimento científico no século XIX simbolizava, principalmente, os aspectos da modernidade de uma nação. Moema Vergara salienta, que do ponto de vista da prática social, a ciência se relacionava à cidadania. Pois, o cidadão ideal seria aquele que possuía as informações necessárias para atuar na “polis moderna”, uma democracia com cidadãos conscientes e responsáveis. A ciência intimamente relacionada aos valores democráticos. (VERGARA, 2008)

Assim, verificamos que para os redatores, o Império brasileiro agora representava um regime que não simbolizava o povo, onde não fluía a *democracia*, termo que aparece simbolizando a vontade popular, bem como uma antítese a corrupção e ao absolutismo propagado pelos conservadores. O Regime, nas palavras do periódico, era alastrado pela corrupção promovida pelos representantes, e que apenas partir de uma reforma eleitoral,¹⁶ o Brasil poderia gozar da liberdade, e se encaixar nas ideias da ciência. Nesse sentido, percebe-se que para esses liberais, o Brasil não desfrutara de autonomia, e nem estava harmonizado com o ideário científico, simbolizando o atraso do Império perante o resto do mundo Ocidental.

Vale ressaltar, que a modificação no jogo político imperial e provinciano fez com que o contrato do periódico fosse rescindido com a província para a publicação dos Atos do Governo. Consideravam este feito uma “*verdadeira ditadura*.” (*Jornal da Victória* 30/11/1868, nº472). Entretanto, deu margem para que o jornal obtivesse mais páginas para esboçar suas ideias e crítica ao cenário político.

Após a reorganização do Partido Liberal que ocorreu na corte, diferente dos liberais radicais da *Opinião Liberal*, que se organizaram no Clube Radical, os periodistas do *Jornal da Victória* se uniram ao Centro Liberal, formado pelos liberais históricos no Rio de Janeiro. Reclamavam assim, que o absolutismo vivenciado naquela conjuntura, e as responsabilidades dos erros do Poder Moderador, é culpa da política implantada pelos conservadores desde o início do Segundo Reinado. (*Jornal da Victória* 10/04/1869, nº558) Percebe-se portanto que se comportavam de forma distinta dos liberais radicais, os quais se encontravam na figura real os males de todo o processo.

Portanto, a linguagem do periódico nos indica que há, ao longo do tempo, uma mudança em seu vocabulário na medida em que estava distante do poder. Verificamos que o vocabulário presente em suas páginas, é de caráter moderado e com conceitos que aparecem de forma distinta dos liberais que atuavam principalmente na *Opinião Liberal*. As fontes indicam, que os jornalistas da Província estavam a par dos temas discutidos na Corte, e que contribuía politicamente para

¹⁶ Transcrevendo um artigo do *Academico de S. Paulo*, a folha demonstrava que a reforma eleitoral ocorreria com a superação do sistema vicioso que haveria perpetuado desde a Lei de 3 de Dezembro de 1841 (Reforma do Código de Processo Criminal), e a Lei de 29 de Setembro de 1850 (Lei de Terras), que resultaram em um atentado ao voto eleitoral, já que, freavam a vontade do indivíduo. Acreditavam, que a própria abolição da Guarda Nacional, substituída por um órgão democrático, resultaria na livre manifestação do representado, sem se sentir ameaçado. Também propunham o abandono da eleição direta, prática que julgavam atrasada. Assim, aproximando o eleitor ao representante. Como também, a independência entre os poderes, sobretudo, o empoderamento do Legislativo. *Jornal da Victória* 07/10/1868, nº452.

o jogo político nacional. Compreendemos, a partir do *Jornal da Victória*, que a Província do Espírito Santo tivera naquele momento uma elite política mais organizada partidariamente, se comparado com os jornais *O Tempo* e *O Amigo do Povo*.

Conclusão

Objetivamos traçar o vocabulário presente do Partido Liberal na Província do Espírito Santo com o intuito de compreender o Império brasileiro com mais complexidade e dinamismo. Percebemos, ao longo da pesquisa, que a conjuntura política da localidade se constituiu de forma distinta do cenário nacional. Assim, apresentamos que a linguagem utilizada pelo Partido evidenciou diversas sublinguagens, estando elas definidas a partir do contexto político vivenciado pelos personagens que as emitem.

Quadro 1

Periódicos utilizados para a análise do artigo.

Jornal	Ano de início da publicação	Tipografia
A Liga	1860	Tipografia do Azeredo
O Tempo	1861	Tipografia Liberal
O Amigo do Povo	1863	Tipografia Liberal
Jornal da Victória	1864	Tipografia Liberal

Portanto, analisamos o periódico *A Liga*, o relacionando com a inserção da imprensa política na província, e o início das críticas jornalísticas na localidade. Os jornais *O Tempo* e *O Amigo do Povo*, demonstram a formação e consolidação do Partido Liberal no Espírito Santo. Já o *Jornal da Victória*, nos traz a representação de uma agremiação organizada, consolidada e governista. Esta última folha também significa a incorporação do debate político nacional no Espírito Santo. A década de 1860 altera por completo o contexto político e linguístico provinciano.

Fontes

A Liga

O Tempo

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX. Oxford: Working Paper, *Centre For Brazilian Studies*, Oxford, 2007.
- BANK, Geert. Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IGES,
- BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889*. Vitória: Leoprint, 1984.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. 2ªed. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura; Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.
- GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetória e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império a República*. v.5, 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MONJARDIM, Leonardo Passos. *História Política da Família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga. 2003.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1984.
- PRADO, Maria Emilia. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (org.); PRADO, Maria Emília (org.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.
- SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do Passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudo e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura; Cultural ES, 1999.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo (1860-1880)*. Vitória: IHGES, 2013.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “O detentor da imortalidade subjetiva”: José Francisco Monjardim e a construção da ordem imperial. In: NASCIMENTO, Bruno César; OLIVEIRA, Uéber José de. (org). Os pensadores do Espírito Santo: de Anchieta a José Marcellino Pereira de Vasconcellos. Vitória: Milfontes, 2019.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo , 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- VERGARA, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: a História da Ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Intervência*. Vol 33. Maio, 2008. p.324-330.

A teologia da confissão positiva e o *American Way of Life* no Brasil: uma leitura a partir do conceito de identidade em Stuart Hall¹

The theology of positive confession and the *American Way of Life* in Brazil: a reading from the concept of identity in Stuart Hall

Marlon Andrey Nunes da Silva

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

marlonandrey@hotmail.com

Recebido em: 05/05/2020

Aprovado em: 06/08/2020

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as relações entre o discurso do *American Way of Life* e a teologia da confissão positiva presente no Brasil, buscando entender a extensão e os limites desse discurso no país. Nesse sentido, apresentamos um breve panorama da produção bibliográfica sobre o tema tanto de autores dos Estados Unidos quanto do Brasil e utilizamos como fontes para análise os livros publicados tanto pelo pastor norte-americano e criador da confissão positiva, Kenneth Hagin, quanto pelo missionário Romildo Ribeiro Soares (R.R. Soares), principal expoente dessa doutrina no Brasil. Como análise teórica, utilizou-se as reflexões do sociólogo marxista Stuart Hall, em especial sua discussão sobre as dinâmicas identitárias no mundo contemporâneo. Como conclusão final, entendemos que a teologia da confissão positiva pregada pelo missionário R.R. Soares no Brasil apresenta claras referências a valores e crenças pertencentes à cultura norte-americana e a elementos do campo religioso daquele país, entretanto, Soares promoveu releituras dessa teologia no Brasil, apropriando-se de crenças pertencentes ao campo religioso brasileiro, produzindo assim uma teologia de caráter “híbrido” nos levando a rejeitar a ideia de passividade diante do discurso do *American Way*.

Palavras-chave: Teologia da Confissão Positiva; *American Way of Life*; Identidade.

Abstract: This article aims to present the relationship between the American Way of Life discourse and the theology of positive confession present in Brazil, seeking to understand the extent and limits of this discourse in the country. In this sense, we present a brief overview of the bibliographic production on the subject by authors from the United States and Brazil, and use as

¹ Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa sobre a teologia da confissão positiva e o *American Way of Life* no Brasil que está sendo realizado no mestrado em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG), sob a orientação do Professor Doutor Renato da Silva Dias com bolsas FAPEMIG e CAPES. Além disso, este artigo buscou revisar e ampliar de forma significativa os argumentos apresentados no XXI Encontro Regional de História da ANPUH realizado na Unimontes/MG no ano de 2018, na qual publicamos o trabalho completo intitulado “Teologia da Prosperidade e *American Way of Life*: análises das obras de Kenneth Hagin e R.R. Soares”.

sources for analysis the books published both by the American pastor and creator of the positive confession, Kenneth Hagin, and by the missionary Romildo Ribeiro Soares (R.R. Soares), main exponent of this doctrine in Brazil. As a theoretical analysis, we used the reflections of Marxist sociologist Stuart Hall, especially his discussion of identity dynamics in the contemporary world. As a final conclusion, we understand that the theology of positive confession preached by the missionary RR Soares in Brazil presents clear references to values and beliefs pertaining to North American culture and elements of that country's religious field, however, Soares promoted reinterpretations of this theology in Brazil, appropriating beliefs belonging to the Brazilian religious field, thus producing a “hybrid” theology leading us to reject the idea of passivity in the face of the American Way discourse.

Keywords: Theology of Positive Confession; American Way of Life; Identity.

Introdução

O século XX foi um período de ampla expansão do pentecostalismo ao redor do mundo, expansão esta que atingiu a marca de quase meio bilhão de adeptos nos quatro cantos do planeta (JENKINS, 2004, p.93-4). Nesse sentido, esta expansão do movimento pentecostal tem sido apresentada como uma evidência contrária as teses de secularização do século XIX e início do XX, que afirmava que cada vez que a ciência e a democracia avançassem, as crenças religiosas desapareceriam. Em relação ao pentecostalismo, o mesmo sofreu transformações no decorrer do século XX, impactando as Igrejas protestantes históricas² – o chamado movimento carismático – e a Igreja Católica Romana – a renovação carismática. Já por volta dos anos 1970, com o surgimento das mensagens de prosperidade nos Estados Unidos, os líderes pentecostais e carismáticos passaram a pregar a possibilidade de se alcançar riquezas e cura física através da fé religiosa. Nesse sentido, o principal pregador e idealizador da teologia da prosperidade foi o norte-americano Kenneth Ervin Hagin (1917-2003). Tendo articulado em sua teologia as crenças na prosperidade e na cura divina de evangelistas populares dos anos 1940 a 1960, a espiritualidade e teologia pentecostal (Hagin foi pastor da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus), além da crença no poder mágico do pensamento e das palavras do *New Thought Movement* (Movimento do Novo Pensamento), o pastor norte-americano criou a chamada *Positive Confession* (Confissão Positiva)³, construindo um verdadeiro império com televisão, rádio, jornal, revista, faculdade

² Com o termo “protestantes históricas” estamos nos referindo as principais denominações que chegaram ao Brasil antes do século XX, como os luteranos e anglicanos (denominado “protestantismo de imigração”) até os metodistas, congregacionais, batistas e presbiterianos (denominado “protestantismo de missão”). Outro ponto importante é que essas denominações surgiram entre os séculos XVI e XVIII na Reforma Protestante no continente europeu.

³ A partir das nossas pesquisas, entendemos que a teologia da confissão positiva elaborada por Kenneth Hagin é um tipo de **teologia da prosperidade**, existindo assim outras mensagens de prosperidade que possuem diferentes ênfases e entendimentos sobre “como alcançar a vida próspera”. Podemos citar como exemplos a “teologia da cura”

bíblica e uma mega-igreja, expandido sua mensagem a partir dos anos 1960 e 1970 e sendo abraçada pelos principais líderes do *mainstream* evangélico norte-americano nos anos 1980 e 1990.

Além da expansão em todo o território norte-americano, a teologia de Hagin se expandiu para vários lugares do mundo e alcançou no Brasil um notório sucesso. Em território nacional, o missionário Romildo Ribeiro Soares (1947-) se tornou o principal divulgador da teologia de Hagin, erguendo um império religioso a partir da confissão positiva, com uma denominação evangélica (a Igreja Internacional da Graça de Deus) com milhares de templos espalhados pelo Brasil além de redes de televisão, rádio, jornais, revista, editora, gravadora e produtora de filmes, formando o chamado *Grupo Graça*, que é o complexo de empresas de mídias pertencente a Soares. No caso da editora do pastor brasileiro – a Graça Editorial – esta publicou praticamente todos os livros de Hagin no país além de dezenas de livros do próprio Soares com ideias bem alinhadas ao do pastor norte-americano.

Do ponto de vista da produção bibliográfica sobre o tema, nos Estados Unidos as primeiras obras a abordar a questão são de caráter teológico e confessional. Publicações como a de D.R. McConnell intitulada *A Different Gospel* (1988) e a de Bruce Barron chamada *The Health and Wealth Gospel* (1987) se tornaram referenciais importantes para o estudo da teologia da confissão positiva nos EUA. Já no mundo acadêmico, as obras sobre o tema eram escassas até o final do ano 2000, sendo que a partir daí novas pesquisas relevantes sobre o assunto foram surgindo. Como exemplos de trabalhos importantes estão a pesquisa da historiadora Kate Bowler intitulada *Blessed: A History of the American Prosperity Gospel* (2010) e a tese de doutorado de Jonathan Root denominada *Total Salvation: The Gospel of the abundant life and American Culture, 1947-1989* (2015). No geral, tanto o trabalho de Bowler quanto de Jonathan Root demonstram o forte entrelaçamento existente entre a teologia da prosperidade e a cultura norte-americana.

Já no Brasil, semelhantemente como ocorreu nos EUA, as primeiras publicações sobre o tema eram avaliações teológicas de pastores e teólogos evangélicos sobre o movimento. Os livros de Paulo Romeiro, *Super Crentes: O Evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade* (1993), Ricardo Gondim, *O Evangelho da Nova Era* (1993) e Alan Pieratt, *O Evangelho da Prosperidade: análise e resposta* (1993) se tornaram referências do assunto no Brasil. Já as pesquisas

do evangelista Tommy Lee Osborn (T. L. Osborn), o “evangelho da vida abundante” de Oral Roberts e a crença nos poderes do “pensamento positivo e das palavras positivas” do Movimento do Novo Pensamento. Nesse sentido, esclarecemos ao leitor que utilizamos em nosso trabalho os termos “teologia da prosperidade” e “teologia da confissão positiva” como sinônimos.

no mundo acadêmico ocorreram a partir dos anos 1980 e 1990, principalmente nos programas de pós-graduação em Sociologia e Ciência das Religiões. Entre os pesquisadores e as pesquisas mais importantes estão a de Paul Freston intitulada *Breve história do pentecostalismo brasileiro* (1994), o sociólogo Ricardo Mariano em *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando* (1995) e o historiador Paulo Siepierski em *Pós-pentecostalismo e política no Brasil* (1997). Todos esses autores apresentaram em seus trabalhos o impacto que a teologia da confissão positiva teve nas transformações identitárias do pentecostalismo brasileiro e apontaram, de forma tímida, para a presença de elementos da cultura americana nessa teologia.

Sendo uma teologia bastante pragmática, essa doutrina religiosa alcançou notório sucesso e se expandiu aos milhares entre as igrejas evangélicas brasileiras conquistando milhões de seguidores, entretanto, por outro lado, houve o avanço de fortes críticas de pastores e teólogos tradicionais. Uma das características principais dessa teologia – e que buscaremos abordar neste trabalho – é que a mesma pode ser considerada uma continuidade do discurso do *American Way of Life* historicamente presente no protestantismo brasileiro.⁴ Nesse sentido, como esse discurso se manifesta na teologia da confissão positiva no Brasil? E qual a extensão e os limites desse discurso?

O surgimento da teologia da confissão positiva nos Estados Unidos

Apesar do recente sucesso da teologia da confissão positiva nos Estados Unidos, historicamente a religiosidade daquele país, segundo afirmou a historiadora Virginia Garrard-Burnett, é marcada por uma ampla crença na prosperidade divina (2010, p.181) bem exemplificada desde o mito dos Pais Peregrinos, passando pela ética calvinista do trabalho, chegando às diversas religiões espiritualistas no século XIX – como a Ciência Cristã e o Novo Pensamento – que, por sua vez, influenciaram grandemente a teologia da confissão positiva no século XX além da literatura *self-help* (auto-ajuda) norte-americana. Nesse sentido, o surgimento da confissão positiva pode ser considerada uma nova versão – agora no século XX – de uma histórica crença americana na prosperidade divina.

⁴ A seguir citamos algumas pesquisas que exploram a influência histórica do *ethos* protestante norte-americano e a idealização do *American Way* no protestantismo brasileiro. Para mais informações, veja os livros de Antônio Gouvêa Mendonça intitulado *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil* (1984) e *Introdução ao protestantismo no Brasil* (1990) escrito por Mendonça em parceria com Prócoro Velasques Filho; a obra de Gerson Alencar chamada *Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira* (2007) e o livro de Magali do Nascimento Cunha denominado *A Explosão Gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil* (2007).

Tendo nascido em 1917 na cidade de McKinney no Estado do Texas, em seus livros o pastor Kenneth Hagin relatou que o mesmo nasceu com um problema cardíaco, caracterizada por ele como uma espécie de deformação no coração, além de ter adquirido outras doenças na juventude. Por causa disso, Hagin teria chegado à idade adulta “preso em uma cama”, sempre experimentando recaídas na saúde e precisando voltar ao hospital (HAGIN, 1996). Nesse sentido, o pastor relatou que quando ele passou a ler a Bíblia no contexto em que estava doente, o mesmo acabou aprendendo sobre “o direito que os cristãos têm a cura divina”. Convertendo-se ao movimento evangélico fundamentalista nos anos 1930, Hagin passou a ser um pregador batista (1996, p.23), mas com o passar do tempo, o religioso americano se aproximou do pentecostalismo, tendo experimentado o “batismo no Espírito Santo” e o “dom de línguas” e, em seguida, sendo ordenado pastor pelas Assembleias de Deus (1996, p.31).⁵ Já por volta dos anos de 1940, Hagin relatou ter abandonado o pastorado para se tornar um pregador itinerante, filiando-se ao movimento dos *Healing Revivals* (avivamentos de curas) entre os anos de 1940 a 1960 (HARRELL, 2009, p.433-7), e foi neste contexto dos “avivamentos de curas” que o pastor teve contato com as ideias de cura e riqueza, principalmente a partir da influência dos evangelistas T. L. Osborn (1923-2013) e Oral Roberts (1918-2009).

Com o “esfriamento” dos avivamentos de curas nos anos 1960, alguns pregadores deixaram de ser “pastores ambulantes” e construíram ministérios de ensino, entrando em programas de televisão e rádio, fundando jornais e revistas, além de instituições de educação religiosa. Como exemplos principais estão o famoso evangelista Oral Roberts que fundou a *Oral Roberts University* e foi um dos pioneiros no televangelismo e o próprio Kenneth Hagin que construiu o *Rhema Bible Training Center* e o *Kenneth Hagin Ministries* na cidade de Tulsa, Oklahoma (HARRELL, 2009, p. 433-7). Um ponto a ser destacado, é que tanto Roberts quanto Hagin – juntamente com milhares de outros líderes evangélicos – tiveram um enorme sucesso em uma região dos Estados Unidos denominada de *Bible Belt* (Cinturão da Bíblia), região está marcada por ser socialmente conservadora nos costumes e liberal na econômica, além de possuir expressiva adesão religiosa (BOWLER, 2010).

⁵ Segundo Stanley Burgess (2010, p. 964), o chamado pentecostalismo clássico acredita que existe uma “segunda experiência espiritual” (denominada de “batismo no Espírito Santo”) posterior à conversão (esta seria a “primeira experiência”), que consistiria em uma capacitação divina para que os líderes e membros das igrejas “realizem a obra do Senhor”. Nesse sentido, os pentecostais tendem a afirmar que essa “segunda experiência” possui uma evidência física inicial que a confirmaria, o chamado “dom de línguas”. Para os pentecostais, este dom de línguas pode ser tanto uma manifestação de *glossolalia* (falar em uma língua não idiomática) ou *xenolalia* (falar em uma língua idiomática não conhecida pelo falante).

De forma resumida, a teologia que Hagin desenvolveu e passou a pregar afirmava que “ser pobre ou doente era pecado”, pois Jesus Cristo, afirmava o pastor, “tinha morrido por todos os pecados humanos, incluindo a miséria financeira e a doença”. Nesse ponto, Hagin afirmava que o caminho que um fiel deveria tomar para alcançar essas bênçãos seria através da confissão positiva, isto é, não adiantava apenas orar, ou jejuar, ler a Bíblia e dar os dízimos e ofertas, sendo preciso também ter a prática de “confessar com a boca aquilo que se desejava”, daí deriva o nome de confissão positiva. Segundo o pastor:

Se a nossa maneira de pensar não estiver certa, de acordo com essas diretrizes, a nossa crença estará errada. Então, a nossa conversa será errada, e seremos confundidos e derrotados. Precisamos compreender o que a Palavra de Deus pode fazer por intermédio dos nossos lábios, porque, como temos visto, o Espírito Santo foi enviado para nos ajudar. [...] Uma promessa da Palavra de Deus deve ser confessada antes mesmo que se torne uma realidade. De acordo com a Palavra, já é real. Mas, para que ela torne realidade em sua vida, você deve confessá-la como tal (HAGIN, 2000, p.10).

Outra ideia bem desenvolvida pelo pastor americano é o entendimento de que Jesus não teria ensinado aos seus discípulos a fazerem orações “pedindo” a Deus alguma coisa, mas sim, “exigindo”, “determinando”. Segundo o pastor, no evangelho do apóstolo João, capítulo 14 e versículos 13 e 14, quando Jesus ensinava sobre a oração aos seus discípulos, a palavra que o mesmo teria usado por “pedir” poderia também ser traduzida por “exigir”, “mandar” ou “determinar”. Nesse sentido, Hagin afirmou que a tradução do texto estava errada e que a correta tradução seria “Tudo quanto **exigirdes** em meu Nome, isso [Eu Jesus] farei” (2008, p. 79).

Outra importante ideia desenvolvida por Hagin, conforme apontou Paulo Romeiro, é a polêmica distinção entre os vocábulo “logos” e “rhema” presentes no texto grego do Novo Testamento⁶. Nesse sentido, o pastor americano propôs uma diferenciação entre esses dois vocábulo – diferenciação esta que não é aceita por nenhum especialista – afirmando que o vocábulo *logos* designaria a “Palavra eterna de Deus”, revelada e escrita na Bíblia, com suas histórias e doutrinas, já o vocábulo *rhema*, segundo Hagin, se referiria ao ato do cristão – inspirado por Deus – “confessar” sua prosperidade ou cura física (ROMEIRO, 1998, p. 25-6).

Do ponto de vista histórico, Hagin foi influenciado pelas crenças mágicas do Novo Pensamento, em especial, através do pastor Essek William Kenyon (1867-1948). Outra influência

⁶Ao falarmos sobre a língua grega do Novo Testamento, estamos nos referindo ao grego helenístico ou koiné, que foi uma forma popular do grego que emergiu na pós-Antiguidade Clássica. Além de ter sido utilizado na escrita do Novo Testamento da Bíblia cristã, o grego koiné foi utilizado na Septuaginta, a tradução grega das Escrituras Judaicas.

foi o do já citado *Healing Revivals*, principalmente o conceito de T. L. Osborn sobre a “cura divina proveniente da expiação” e o conceito de “evangelho da vida abundante” do evangelista Oral Roberts. Entretanto, foi Hagin que promoveu a síntese entre os conceitos de Osborn e Roberts juntamente com a crença mágica no poder dos pensamentos e das palavras de Kenyon e do Movimento do Novo Pensamento, passando a anunciar o “direito a prosperidade e a cura física” juntamente com a prática de “confessar e declarar” esse direito. Outra característica importante no desenvolvimento de suas ideias foi a incorporação da teologia pentecostal, principalmente com sua ênfase no batismo com o Espírito Santo e no dom de línguas, além das crenças fundamentalistas, como a hermenêutica dispensacionista⁷, a escatologia pré-milenista⁸, o literalismo bíblico e a postura antiintelectual⁹ (BOWLER, 2010).

Além disso, o contexto histórico em que essa teologia surgiu (os anos 1950 e 1960) foi em um período de grande expansão econômica nos Estados Unidos, denominado pelo historiador Eric Hobsbawm de a “era de ouro” do capitalismo (1995, p.253-4), expansão econômica esta que estava entrelaçada com o avanço do conservadorismo social e do nacionalismo norte-americano, na qual o *American Way* era difundido como o estilo ideal de vida (PURDY, 2016, p. 227). Sobre o *American Way*, é importante frisarmos que esta é uma expressão da identidade nacional norte-americana, que por sua vez, possui outras expressões (mitos, símbolos e crenças) como o mito dos Pais Peregrinos, o mito do Destino Manifesto, o mito do Oeste, o *Self-Made Man* entre outros. Nesse sentido, um ponto importante a ser destacado é que no processo de construção desses mitos e expressões identitárias, o aspecto religioso se mostrou fortemente entrelaçado, sendo assim impossível desassociar religião e identidade nacional nos EUA (JUNQUEIRA, 2018), o que nos leva a concluir que o discurso religioso norte-americano – e que está presente na

⁷A hermenêutica dispensacionista surgiu no século XIX na Inglaterra e alcançou grande sucesso nos EUA, tendo no pastor John Nelson Darby (1800-1882) seu principal articulador. De forma resumida, o dispensacionismo divide a história bíblica em sete dispensações (1. Inocência, 2. Consciência, 3. Governo Humano, 4. Promessa, 5. Lei, 6. Graça, 7. Milênio), além de possuir uma perspectiva literalista e uma grande ênfase escatológica, principalmente no arrebatamento dos fiéis e na volta de Jesus à terra (BRAY, 2017).

⁸A escatologia pré-milenista afirma que a volta de Jesus a terra irá ocorrer antes do estabelecimento do milênio e que o mesmo será estabelecido por Jesus Cristo. Geralmente os dispensacionistas são pré-milenistas e tendem há encarar o milênio como um período literal de mil anos (BRAY, 2017).

⁹Com postura antiintelectual queremos dizer uma tendência de suspeita ao estudo reflexivo da teologia, além de rejeitar o diálogo com as ciências (naturais, exatas ou humanas) e com as múltiplas visões filosóficas e teóricas modernas. Em geral, o antiintelectualismo tende a ser pragmático, literalista e possui forte apego ao senso comum. Existem importantes publicações sobre o tema nos EUA como a obra *Anti-intellectualism in American Life* (1963) do historiador Richard Hofstadter (1916-1970) e o livro *The Scandal of the Evangelical Mind* (1994) do historiador Mark Noll.

teologia da confissão positiva – legítima e ao mesmo tempo é legitimado pelo *American Way of Life* (ELLIOT, 1988, p. 124-5).

Historicamente, o *American Way of Life* (modo de vida americano) tem sido uma categorização bastante utilizada para designar o estilo de vida da classe média americana. Apesar de que os historiadores e estudiosos do tema não conseguiram identificar o primeiro uso do termo no país, o mesmo passou a ser utilizado no final do século XIX e início do XX com o propósito de designar uma vida baseada no consumo, no individualismo, no pragmatismo, além da exaltação dos valores e das instituições tradicionais como a família nuclear heterossexual, a religião cristã e o chamado patriarcalismo. Segundo Paulo Roberto Ferreira Cunha:

O estilo de vida definido como *American Way of Life* passou a simbolizar uma forma de viver e de traduzir valores que mantém íntima relação com o consumo. O que foi mediatizado através de diversos veículos de comunicação além fronteiras dos Estados Unidos. Para que esta construção obtivesse consistência, foram necessários três-fatores chave: a reorganização geopolítica e econômica do mundo no momento pós-Segunda Guerra Mundial, o papel que o consumo adquiriu neste cenário de crescente industrialização e expansão internacional, concomitante à mediatização oriunda do avanço das tecnologias de comunicação que passaram a compor a vida cotidiana – e que difundiria suas imagens modulares. Tudo isso no decorrer de apenas um século, sendo que, de modo intenso, e em certo sentido, original, na confluência das décadas de 1950 e 1960 (CUNHA, 2017, p. 20).

Segundo a historiadora Kate Bowler (2010, p.114-6), outra importante característica que perpassa a confissão positiva nos EUA é a chamada *therapeutic culture* (cultura terapêutica). Sobre essa “cultura”, os especialistas no tema afirmam que ela se caracteriza por condicionar as pessoas a realizar julgamentos e análises que não estão pautadas nos papéis sociais e nem nos compromissos políticos, mas sim, nos “sentimentos interiores”. Nesse sentido, entender os sentimentos pessoais seria a chave para a prosperidade das pessoas e a resolução de todos os problemas sociais, bastando que o indivíduo passasse a cultivar “bons pensamentos” e possuir uma “mentalidade positiva” para se alcançar o sucesso e a resolução de suas questões (ASBURY, 2015, p.1).

Já em relação ao sucesso da confissão positiva nos Estados Unidos, Bowler afirma que o impacto dessa teologia não pode ser explicado apenas pela noção de “barganha com Deus”. Portanto, a autora argumenta que existem milhares de religiões nos Estados Unidos que propõem alguma “barganha com a divindade” com o intuito de resolver problemas do cotidiano, no entanto, a maioria desses grupos religiosos não alcançou a proeminência dos pregadores da

prosperidade, isto porque, afirmou a historiadora, a mensagem da confissão positiva vai além da relação “custo e benefício” com o divino, se apoiando em mitos e crenças que compõem o imaginário religioso norte-americano, isto é, a confissão positiva possui “apelos mais profundos” a cultura dos Estados Unidos (HARVARD POLITICS REVIEW, 2017).

Nesse sentido, por mais que os pregadores da prosperidade sejam “ridicularizados” por alguns setores da sociedade, os mesmos pregam uma mensagem altamente sintonizada com as crenças e mitos dos norte-americanos, que acabam se tornando mais atrativas em um contexto sócio-econômico de acirrada competitividade e grande desigualdade. Portanto, segundo Bowler:

[...] o evangelho da prosperidade explica a sorte. As coisas boas acontecem por causa do poder capitalista de Deus, e as coisas ruins acontecem aos que deixam de cumprir suas ordens. [...] Nesse contexto, o mal não pode existir e a responsabilidade pessoal reina suprema – sua fé é responsável por tudo o que acontece com você. É um ajuste natural para qualquer sociedade capitalista tardia, marcada por desigualdade e austeridade calcificadas, por que explica os problemas sociais profundos que os indivíduos não têm poder para mudar (HARVARD POLITICS REVIEW, 2017).¹⁰

Com o estabelecimento de seu ministério em Oklahoma a partir dos anos 1960 e 1970, as ideias teológicas de Hagin se difundiram entre diversos pastores norte-americanos, sendo que um dos primeiros a ser influenciado estava o seu próprio filho, Kenneth Hagin Jr., que além de passar a pregar juntamente com o pai na liderança do *Kenneth Hagin Ministries*, fundou a *Rhema Bible Church*, se tornando o pastor principal. A partir dos anos 1990, Hagin Jr. se tornou um dos principais pastores do país, inclusive ingressando em um programa de televisão a nível nacional. Outro discípulo de Hagin foi o pastor afro-americano Frederick K. C. Price (1932-), que além de ter estudado no Rhema Center, fundou a *Crenshaw Christian Center* em Los Angeles, na Califórnia. Price se tornou um importante televangelista, escrevendo obras de sucesso como *Prosperity: Good News for God's People* (2008) e *How to Obtain Strong Faith: Six Principles* (1982) (BURGESS, 2010, p.2356-7).

Já o pastor Kenneth Copeland (1936-) é outro importante seguidor de Hagin. O pregador norte-americano se converteu ao cristianismo evangélico em 1967, deixando de lado sua “promissora” carreira como cantor de música *country* e ingressando em uma carreira religiosa,

¹⁰ Tradução livre: “[...] the prosperity gospel explains away luck. Good things happen because of the capitalist might of God, and bad things come to those who fail to live up to his commands. [...] In such a framework, evil cannot exist and personal responsibility reigns supreme — your faith is responsible for everything that happens to you. It’s a natural fit for any late capitalist society, marked by calcified inequality and austerity, because it explains away the deep societal problems that individuals are powerless to change”.

tornando-se um dos mais famosos televangelistas dos EUA, apresentando diariamente o programa *Believer's Voice of Victory* em cadeia nacional, além de ter construído um império religioso na cidade de Fort Worth, Texas. Copeland é considerado o principal pregador da confissão positiva atualmente e possui um patrimônio estimado em 1 bilhão de dólares (2010, p.1398-9).

Já por volta dos anos 1990 e 2000, surgiram outros importantes discípulos de Hagin que passaram a pregar a confissão positiva nos Estados Unidos, como os pastores Benny Hinn, Joyce Meyer e T.D. Jakes. Benny Hinn (1952-) foi o fundador do *Centro Cristão da Cura* em Orlando, na Flórida, tornando-se famoso por ser um televangelista que ensina sobre cura e prosperidade, além de ser autor de livros de grande vendagem, como o best-seller *Bom Dia Espírito Santo* publicado no ano de 1990 (2010, p. 1732-3). Já a pregadora Joyce Meyer (1943-) é o rosto feminino mais conhecido da confissão positiva nos Estados Unidos e no mundo, sendo uma autora de livros com grande vendagem e possuindo um programa de televisão de grande sucesso – chamado *Desfrutando a Vida Diária* – que é transmitido diariamente para o mundo todo, em diversas línguas, alcançando quase 3 bilhões de pessoas, além disso, Meyer é famosa por organizar conferências sobre fé e bem-estar nos Estados Unidos (2010, p. 2083).

Por fim, outro importante representante da confissão positiva e discípulo de Hagin nos Estados Unidos é o bispo afro-americano T.D. Jakes (1957-). Jakes é o pastor-fundador da *The Potter's House* (Igreja Casa do Oleiro) em Dallas, no Texas, uma mega-igreja com cerca de 30.000 membros, além disso, Jakes é um televangelista renomado, autor *best-seller*, produtor de filmes (em estúdios de Hollywood), tendo sido entrevistado algumas vezes por celebridades como Oprah Winfrey (1954-), além de ter sido capa da Revista *Time* no ano de 2001(2010, p. 1933-4).¹¹

A chegada da teologia da confissão positiva ao Brasil: entre simpatizantes e críticos

Como já dito anteriormente, a doutrina da confissão positiva se espalhou entre diversos pregadores carismáticos nos Estados Unidos a partir dos anos 1970 e 1980 e alcançou líderes e pastores no mundo todo a partir dos anos 1980 e 1990¹², tendo no Brasil um dos lugares aonde

¹¹ Apesar de não citarmos no corpo do texto, existem outros importantes pregadores da prosperidade e discípulos de Hagin nos Estados Unidos. Podemos citar: Jim Bakker (1940 -) e Tammy Bakker (1942-2007) do ministério *PTL e Heritage USA*; Morris Cerullo (1931-2020), empresário, televangelista e líder do *Morris Cerullo World Evangelism*; Robert Tilton (1946 -) da Igreja Palavra da Fé e do programa *Success-N-Life*; Creflo Dollar (1962-), famoso televangelista e líder da Igreja *World Changers*; e por fim, John Osteen (1921-1999) e Joel Osteen (1963 -), líderes da Igreja *Lakewood* em Houston, no Texas.

¹² Apesar de não citarmos no corpo do texto, podemos apontar como principais pregadores da confissão positiva ao redor do mundo líderes como: Ulf Ekman(1950 -) da *Igreja Palavra da Vida* na Suécia; o apóstolo Jorge Tadeu da

ela obteve notável sucesso. Em território nacional, houve o surgimento de influentes pastores que passaram a pregar mensagens de prosperidade, como Robert McAlister (1931-1993) da Igreja Nova Vida e o bispo Edir Macedo (1945-) da Igreja Universal do Reino de Deus, entretanto, o principal divulgador da doutrina da confissão positiva no país foi o missionário R.R. Soares.

Nascido na cidade de Muniz de Freitas, no Estado do Espírito Santo, Romildo Ribeiro Soares viria a se tornar um dos mais importantes líderes religiosos do Brasil entre os anos 1980 e 1990 construindo um gigantesco império midiático com empresas religiosas, além de ter sido o fundador e líder de uma denominação com milhões de membros em todo o país, a Igreja Internacional da Graça de Deus¹³. Segundo Gerson Moraes (2008, p.80-1), depois que Soares deixou sua cidade natal e passou a morar no Rio de Janeiro na década de 1960, o mesmo ingressou na Igreja Nova Vida do bispo McAlister, na qual conheceu seu futuro cunhado e companheiro de trabalhos religiosos, Edir Macedo, além de ter tido os primeiros contatos com a teologia dos pregadores de cura provenientes dos EUA – especialmente T. L. Osborn – e dos ensinamentos sobre exorcismos e prosperidade que eram pregados por McAlister. Nesse sentido, depois de sair da Nova Vida e fundar a Igreja Universal com Edir Macedo em 1977, Soares se desligou da mesma devido a divergências internas com Macedo e fundou em 1980 a Igreja Internacional da Graça de Deus, passando a incorporar na década de 1980 as ideias da confissão positiva de Kenneth Hagin provenientes dos EUA.

A partir da influência de Soares na década de 1980, muitos outros ministérios que pregam a teologia da confissão positiva surgiram no Brasil, entre eles podemos citar: o apóstolo Miguel Ângelo (1953-) da *Igreja Evangélica Cristo Vive* no Rio de Janeiro; a apóstola Valnice Milhomens (1947-) do *Ministério Palavra da Fé*, tendo a mesma estudado no Rhema Bible Training Center pertencente ao Kenneth Hagin na África do Sul; o pastor Edson Rebustini da *Igreja Bíblica da Paz* em São Paulo; o apóstolo Bud Wright (1945-2013), fundador e líder da *Igreja Evangélica Verbo da Vida* e o responsável pela abertura de pólos educacionais do Rhema Training Center no Brasil; e

Igreja Maná em Portugal; Joseph Price (1963 -) da *Igreja Nova Criação* em Cingapura; o pastor David Yonggi Cho (1936 -) da *Igreja do Evangelho Pleno* em Seul, na Coreia do Sul; a *Igreja Hillsong* da Austrália liderada pelo pastor Brian Houston (1954 -); o pastor David Oyedepo (1954 -) do *Tabernáculo da Fé* na Nigéria; o pastor Cash Luna (1962 -) da *Igreja Casa de Deus* na Guatemala; e o pastor César Castellanos da *Missão Carismática Internacional* em Bogotá, na Colômbia.

¹³ Além de fundador de uma grande denominação religiosa, Soares é um televangelista de sucesso, apresentando diariamente o programa *Show da Fé* em várias emissoras do Brasil, e também um empresário bem-sucedido, dono de redes de televisão (*Rede Internacional de Televisão – RIT*), rádio (*Nossa Rádio*), jornal (*Jornal Show da Fé*), revista (*Revista Graça Show da Fé*), editora e livraria (*Graça Editorial* e *Shopping do Povo*), gravadora de música (*Graça Music*) e produtora de filmes (*Graça Films*), além de um seminário teológico (*Academia Teológica da Graça de Deus – AGRADE*).

por fim, outro líder religioso influenciado pelas ideias da confissão positiva é o pastor Silas Malafaia (1958-), que além de publicar livros de autores dessa teologia através de sua editora (Editora Central Gospel), costuma trazer representantes da confissão positiva ao Brasil, como Morris Cerullo, Mike Murdock, T. D. Jakes, Creflo Dollar entre outros.

Entretanto, essa expansão da teologia da prosperidade no Brasil não se deu sem críticas, sendo os seus pregadores alvo de “ataques” tanto da mídia quanto de religiosos evangélicos tradicionais. Em relação aos últimos, podemos citar como exemplos o pastor Paulo Romeiro que publicou em 1993 a obra *Super Crentes: O evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade*, na qual o mesmo teceu críticas aos adeptos desse movimento no Brasil. Outros líderes importantes a criticar as mensagens de prosperidade no país foram Ricardo Gondim, pastor da Igreja Assembleia de Deus Betesda e Alan Pieratt, teólogo batista. O primeiro afirmou em sua obra *O Evangelho da Nova Era* (1993) que os adeptos da confissão positiva pregavam um “evangelho estranho” às Escrituras Sagradas e o segundo no livro *O Evangelho da prosperidade: análise e resposta* (1993) realizou uma leitura histórica do movimento, classificando-os como “heréticos”. Por fim, o crítico mais contundente da confissão positiva no Brasil foi sem dúvidas o pastor presbiteriano Caio Fábio. Sendo um dos líderes evangélicos brasileiros de maior expressão nos anos 1990, Fábio foi o fundador e primeiro presidente da *Associação Evangélica Brasileira* (AEVB) e na frente dessa instituição, sugeriu ao bispo Edir Macedo da Igreja Universal que retirasse a designação de “evangélica” da sua denominação, já que a mesma pregava uma doutrina “contrária às Escrituras”. Sobre a confissão positiva, Fábio afirmou que:

Ora, entre nós, quase que invariavelmente, o que se tem é essa crença num Cristo que é o Despachante dos Crentes que dão ordens a Deus, conforme a diabólica “Teologia da Prosperidade” e seus filhotes confessionais – e que nada mais são do que ensino de demônios. Sim, ninguém duvide: A desgraça da Teologia da Prosperidade é que ela transformou os cristãos em discípulos de um “Cristo” que não é Jesus. É o Cristo da primeira casa, da segunda casa, da casa com piscina, da casa de campo. É o Cristo do primeiro emprego, do melhor emprego, das muitas empresas e das vitórias sobre sócios inconvenientes. Esse “Jesus”, além disso tudo, ainda funciona como Cupido em problemas amorosos (FÁBIO, 2009, p.45).

Em relação a R.R. Soares, o mesmo afirmou em seus livros que no início dos anos 1980 ele não conseguia se livrar de uma rinite alérgica, o que o levava a questionar a Deus e perguntar o “porque que o Senhor não o curava” (2000, p.32). Entretanto, o religioso brasileiro afirmou que esses questionamentos cessaram a partir do momento em que ele teve contato com os livros de Kenneth Hagin. Segundo Soares:

Que belo dia foi aquele em que caiu em minhas mãos o livro *O Nome de Jesus*, de Kenneth E. Hagin – recomendo a leitura deste livro a todos os irmãos. Era tudo o que eu precisava ler. Cada página, cada parágrafo, era lido com uma sede tremenda. Eu queria saber o que o irmão Hagin iria falar a seguir. Tudo aquilo que ele relatava era novo para mim, mas era como se eu já conhecesse há muito tempo e tivesse esquecido. Aquela mensagem foi um divisor de águas em minha vida. Que o Senhor recompense muito o irmão Hagin por esse belo trabalho (SOARES, 2000, p.34-5).

A partir dos contatos com as ideias de Hagin, Soares passou a pregar a confissão positiva no Brasil, desenvolvendo uma teologia bastante semelhante ao de seu “guru” na América. Em relação ao tema do pecado, Soares acreditava, como Hagin, que “ser pobre e doente” era uma transgressão da vontade de Deus, pois Jesus Cristo teria expiado na cruz todos os pecados humanos, incluindo aqui “a miséria financeira e as doenças físicas”. Soares também afirmava que Jesus, sendo um “modelo ideal de pessoa próspera”, não era pobre e não sofria de problemas, portanto, ele estaria “apto” para redimir a humanidade de todos esses males. Semelhante a Hagin, Soares também propôs como “caminho” para se alcançar essa prosperidade o ritual mágico-religioso de “confessar positivamente” aquilo que se gostaria de obter. Para o pastor brasileiro, não adiantava apenas ler a Bíblia, ir ao templo, orar, jejuar e dar os dízimos e ofertas, sendo necessário também entender “os mistérios” da confissão positiva e somente a partir disto o fiel alcançaria as promessas de Deus. Segundo Soares:

Não existe nada mais importante na nossa vida do que o que sai dos nossos lábios. A própria vida cristã que abraçamos é chamada de confissão [...]. Quando declaramos a Palavra, tornamo-nos tão irresistíveis quanto o próprio Deus o é, pois Ele e a Sua Palavra são um só. Assumindo-A, estamos aceitando a nossa posição no mundo espiritual. Sem Ela, nunca tomaremos posse de qualquer bênção. Há um conhecimento de Deus que só nos é concedido quando nos apropriamos da Palavra e A confessamos (SOARES, 2012, p.11-3).

Outra importante ideia de Soares que nos aponta para a influência de Hagin é a afirmação de que nos textos bíblicos Jesus não teria ensinado aos seus discípulos a “pedirem” algo a Deus, mas sim, “exigir” e “determinar”. Soares afirmou que:

Em João 14.13 está a revelação que revolucionou minha vida. Jamais esquecerei da manhã do dia 2 de dezembro de 1984, em Nova York, Estados Unidos. Naqueles dias, estava evangelizando os imigrantes brasileiros e portugueses que vivem naquela cidade. Era um dia frio. Estava hospedado na casa de uma maravilhosa família. Eles haviam saído para trabalhar e eu, sozinho em casa, estava lendo o livro *O Nome de Jesus*, de Kenneth E. Hagin, quando, de repente, meus olhos foram abertos. Hagin declara que a palavra **pedirdes** em João 14.13, pode também ser traduzida por **exigirdes**. Eu nunca havia ouvido alguém falar algo assim. Seria possível? Fiquei a meditar (SOARES, 2000, p.41).

Em geral, como Hagin, Soares possui uma visão individualista, acreditando que os problemas sociais e as dificuldades pelo qual as pessoas passam são em decorrência da sua falta de fé e de confiança, e não de problemas estruturais e sociais. O pastor brasileiro acredita que um dos meios mais eficazes de “subir na vida” seria através da crença na confissão positiva, que consiste em uma espécie de poder mágico que alteraria a realidade concreta do indivíduo apenas pelo poder da “fé” e da “palavra declarada”. Além disso, para Soares, a verdadeira fé consistiria em possibilidade de desfrutar a vida, como ter boa saúde e ter poder de consumo (SOARES, 2009, p.48-50).

Entretanto, apesar dessas semelhanças entre Hagin e o religioso brasileiro, existem algumas ênfases e ideias presentes nos livros de Soares que não estão manifestas nas obras do pastor norte-americano. Entre essas ideias, está o entrelaçamento que Soares realizou entre a confissão positiva e o imaginário religioso brasileiro, afirmando que a “ação demoníaca”, principalmente aqueles demônios associados às entidades pertencentes as religiões de matriz africana, do espiritismo e do catolicismo popular, seria o empecilho para as pessoas alcançarem as bênçãos prometidas por pregadores da confissão positiva. Nesse sentido, o sociólogo Ricardo Mariano afirmou que:

Superestimadas numericamente pelos crentes, as religiões mediúnicas constam entre seus maiores concorrentes no mercado de soluções simbólicas e prestação de serviços religiosos para as massas. Daí serem encaradas como obstáculo à expansão do Evangelho, desafio evangelístico a ser vencido no terreno da guerra espiritual (MARIANO, 2014, p.116).

Conforme afirmou Mariano, as religiões mediúnicas são superestimadas por pregadores da prosperidade e da guerra espiritual, o que é bem evidente nas declarações do pastor Soares:

Estamos vivendo uma era de demonismo, onde os espíritos enganadores dominam as mentes das pessoas. As religiões orientais demoníacas estão, sob capa cristã ou não, invadindo o mundo, entrando nos salões de festas ou coabitando nos casebres das favelas com os homens. Com vasta distribuição de literatura e pregação disfarçada, estão por toda a parte disseminando a prática do demonismo. Não existe nada que esteja fora da ação demoníaca. No futebol, na política, nas artes e na religião, nada escapa ao cerco do diabo (SOARES, s/d, p.20).

Portanto, nas obras de R.R. Soares são visíveis os “embates” que o mesmo trava com as religiões de matriz africana e com o catolicismo. No caso do último, Soares afirma que a Igreja Católica deve ser considerada uma “religião dos homens”, não possuindo assim nenhuma autoridade espiritual para falar em nome de Deus. Segundo o pastor:

Ao longo dos séculos, a igreja desviou-se da Palavra a tal ponto que até mortos passaram a ser invocados, a fim de que “intercedessem” diante de Deus pelos vivos. Essas atitudes, além de pagã, é diabólica [...]. A prática de pedir ajuda a pessoas que serviram a Deus e hoje estão com Ele na glória não tem o menor respaldo bíblico. Ela tem origem no paganismo e nas religiões antigas (como as do Egito), e deve ser completamente rejeitada (SOARES, 2000, p.97-8).

Outra crítica de Soares ao catolicismo está relacionada ao culto à Virgem Maria, denominado pelo pastor como uma “ação de engano do maligno” (2000, p.99). Soares também teve críticas ao catolicismo por causa do seu sincretismo religioso, pois segundo relatou o pastor, no período colonial “os escravos eram batizados e catequizados rudimentarmente” e eram “feitos cristãos a força”, o que acabou levando a um processo de sincretismo religioso, já que os africanos, na tentativa de poderem continuar a preservar as suas práticas religiosas, “procuravam identificar alguns Orixás com os santos” (s/d, p. 23).

Já em relação às religiões de matriz africana, o pastor se mostrou muito mais violento em suas publicações. Sobre a Umbanda, o religioso brasileiro afirmou que:

Essencialmente, Umbanda é religião de magia e feitiçaria, politeísta, fetichista e mitológica, muito semelhante ao Candomblé. A tônica da Umbanda é a adoração e a obediência aos Orixás (deuses), que aparecem sempre como forças divinizadas da natureza que se incorporam nos médiuns “evoluídos” para fazerem o bem. Quanto aos Exus (espíritos opressores e obsessores), são representados em sua maioria por forças negativas representativas de tudo o que não é bom, como, por exemplo, adultério, prostituição, pederastia, contendas, morte, maldade, etc (SOARES, s/d, p.24-5).

Já em relação a Quimbanda, Soares afirma que:

Na Quimbanda os Exus são cultuados, recebem vários nomes e atuam em vários locais, formando um exército numeroso sob as ordens de Satanás, a quem adoram abertamente, principalmente na segunda-feira de carnaval. A Satanás são oferecidos trabalhos sangrentos e perversos. Coisa curiosa é que os quimbandistas têm Satanás como chefe principal, mas afirmam crer em Deus e têm São Miguel Arcanjo como um espírito a quem prestam alta veneração (SOARES, s/d, p.27).

Outra crítica “feroz” que Soares teve é contra o Espiritismo. O religioso brasileiro chega a descrever o espiritismo como uma “fábrica de loucos”, no qual se predomina o “engano, desequilíbrio mental e nervoso, crime, loucura, possessão e opressão demoníaca, prostituição, pederastia, lesbianismo, idolatria etc” (s/d, p. 16-7). Nesse sentido, segundo afirmou Ricardo Mariano, ao fazerem críticas e combaterem o catolicismo e as religiões de matriz africana além do espiritismo, pastores como R.R. Soares acabam “incorporando elementos” dessas religiões. Como exemplos, podemos apontar para o uso constante em seus cultos dos nomes de entidades

de outras religiões (como Exu, Pombagira, Zé Pelintra entre outros), da identificação dessas entidades com os demônios da tradição cristã – com a intenção de “exorcizá-los” – e da apropriação das práticas dessas religiões, como as “correntes de oração” e as “campanhas espirituais”, além do uso de objetos e alimentos consagrados.¹⁴ Nesse sentido, Ricardo Mariano afirma que:

Ao combater a umbanda, o candomblé, o espiritismo e o catolicismo, até que ponto Universal e Internacional da Graça não são influenciadas e incorporam elementos da crença, da lógica e da visão de mundo dessas religiões? Não é necessária a realização de observações sistemáticas anos a fio para perceber a significativa influência que sofrem. Algo que se observa, desde logo, no fato de que a eficácia da experiência religiosa dos adversários acaba sendo legitimada, assumida como real (MARIANO, 2014, p.127).

Uma das características mais marcantes de denominações como a de R.R. Soares e que demonstram a apropriação que os mesmos fazem das práticas religiosas que combatem, é o uso constante de objetos consagrados em seus cultos religiosos. Segundo Mariano, nestes cultos é muito comum os pastores distribuírem itens como rosas, azeite do amor, pó do amor, perfume do amor, frascos de água do Rio Jordão, óleo do Monte das Oliveiras, saquinhos de sal, arruda, sal grosso, alianças, lenços, areia da praia do Mar da Galiléia, cruz, chaves, nota de dinheiro abençoada (uma fotocópia), pentes, sabonetes e águas (2014, p.134). Nesse sentido, Mariano afirmou que:

Universal e Internacional da Graça, indiferentes às críticas dos demais evangélicos, distribuem aos fiéis objetos ungidos dotados de poderes mágicos ou miraculosos, ato que mais uma vez as aproxima das crenças e práticas dos cultos afro-brasileiros e do catolicismo popular. [...]. Depois de ungidos, os objetos são apresentados aos fiéis como imbuídos de poder para resolver problemas específicos, em rituais diversificados e inventivos, tendo por referência qualquer passagem ou personagem bíblicos. Dotados de funções e qualidades terapêuticas, servem para curar doenças, libertar vícios, fazer

¹⁴ Em pesquisa na internet (hipertexto), podemos encontrar muitos exemplos de como a denominação de Soares se apropria do imaginário religioso brasileiro na produção de seus serviços religiosos. É possível encontrarmos as programações de cultos e anúncios de eventos especiais da denominação, tanto em formato digital (que circulam nos *websites* da denominação e nas redes sociais) quanto em formato físico, como panfletos e cartazes, anunciando os trabalhos. Podemos citar como exemplo a programação semanal comum em todos os templos de Soares, como a “segunda-feira da prosperidade” e a “sexta-feira da libertação”. Especialmente nas sextas-feiras, existem promessas de “libertação espiritual” e “desencapetamento total” de obras de “macumba, feitiçaria, bruxaria, magia negra, sacrifícios, penitências e promessas”, sendo necessário que o fiel leve ao templo itens como “patuá, colar de guia, imagens de escultura, figa, velas pretas e vermelhas, amuletos, cachaça, charutos ou roupas usadas na macumba”. Disponível em <http://gracaplena.blogspot.com/2008/12/vale-mais-que-mil-palavras.html> (Acesso em 3 de maio de 2020). Outro exemplo é a reportagem do portal evangélico *Gospel Mais* sobre a venda de um “sabão milagroso” por parte de um pastor da denominação de Soares no programa de TV da igreja. Disponível em <https://noticias.gospelmais.com.br/jornalista-critica-venda-sabao-milagroso-igreja-graca-84266.html> (Acesso em 3 de maio de 2020).

prosperar, resolver problemas de emprego, afetivos e emocionais (MARIANO, 2014, p.133).

Historicamente, a teologia de R.R. Soares se desenvolveu no Brasil no contexto dos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, do ponto de vista político, conforme apontou Francisco Carlos Teixeira da Silva, o país passava por um tempo de crises, na qual ocorria a passagem “lenta e gradual” do período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) para o regime democrático, processo este marcado pela instabilidade política além de grave crise econômica e social (2007, p.261-4). Do ponto de vista econômico, desde os anos 1970 o país entrou em um processo de desaceleração da economia e de grave crise, o que acabou gerando o aumento da inflação prejudicando assim a economia de milhares de brasileiros, além do início da difusão de ideias neoliberais no país (MELLO; NOVAIS, 2002, p.561-2).

Já em relação às mudanças no campo religioso brasileiro do período, o historiador Wander de Lara Proença afirma que desde os anos 1960 o Brasil experimentava um intenso processo de migração de pessoas provenientes da zona rural para o mundo urbano, movidas pelo desejo de conquistarem melhores condições de vida (2011, p.148). Entretanto, ao chegar às cidades, muitas pessoas se sentiram frustradas, pois a realidade era de desemprego em alta, falta de moradia e violência urbana, além da crise econômica e política que se tornaram impedimentos para a possibilidade de crescimento de milhões de brasileiros que saíram do campo. Diante desse cenário, Proença afirmou que:

Esse quadro social de instabilidade acabou criando condições propícias para a recorrência a respostas mais rápidas aos dramas existenciais, ou seja, esse componente externo instigou o florescimento de um mecanismo interno profundamente arraigado no campo religioso brasileiro: a magia. O contexto urbano se tornaria, dessa forma, lugar de uma magificação especialmente configurada pelo que se pode chamar de “massa de pressão cultural do campo” (PROENÇA, 2011, p.167).

Nesse sentido, Proença afirmou que a crise gerada pelas precárias condições de vida nas cidades propiciou a abertura de um “espaço” para as ofertas de serviços religiosos que buscavam satisfazer essa demanda existencial, entretanto, Proença afirma que não era qualquer oferta religiosa que era procurada por essas pessoas. Segundo o autor:

Esse escalonário deslocamento da população do campo para a cidade criou uma intensa “orfandade” religiosa envolvendo fiéis e devotos. Diante desse quadro, o discurso feito pelo corpo de especialistas urbanos da religião – católicos e protestantes históricos – não foi capaz de atender satisfatoriamente a essa massa em busca de amparo [...] (PROENÇA, 2011, p. 170).

Nesse sentido, com o fracasso das religiões “tradicionais” em responder aos anseios existenciais das massas – como o catolicismo, o protestantismo histórico e a teologia da libertação – a maior parte dessas pessoas buscaram respostas em religiões que propunham soluções mais mágicas aos seus problemas, como as religiões de matriz africana e as igrejas neopentecostais¹⁵ – da qual R.R. Soares era um dos principais representantes. Portanto, foi em tal contexto de crise econômica, política e social, na qual milhões de pessoas provenientes do campo com uma mentalidade religiosa marcada pela magia e que buscavam “respostas rápidas aos seus dramas e anseios”, que pastores como R.R. Soares surgiram, pregando uma mensagem de prosperidade, riqueza e saúde, ao mesmo tempo em que criticavam e apropriavam-se de elementos mágicos do campo religioso brasileiro.

Portanto, percebemos que apesar de existir um discurso do *American Way of Life* presente na teologia de Soares – que faz claras referências a soluções individuais para os problemas da sociedade, ao consumo, ao mito do *self-made man* e a “terapeutização” da vida – esse discurso não se faz presente no Brasil de forma “pura”, mas se manifestou a partir de um criativo processo de reelaboração, no qual Soares o entrelaçou com elementos místicos e simbólicos do imaginário religioso brasileiro, produzindo assim uma nova identidade religiosa no país.

A confissão positiva e o *American Way* em terras brasileiras: uma leitura a partir de Stuart Hall

Até o presente momento, apresentamos como o discurso religioso de matriz norte-americana se faz presente na teologia de Kenneth Hagin e em como elementos e ideias desse discurso estão manifestas em seu mais importante discípulo no Brasil, o missionário R.R. Soares. Entretanto, da mesma maneira que o sucesso da confissão positiva nos EUA não se explica unicamente pela “lógica da barganha com Deus”, sendo necessário entender que essa teologia corresponde às crenças e mitos da sociedade norte-americana, do mesmo modo isto ocorre no Brasil, pois o sucesso de Soares não se explica apenas pela “barganha com Deus” e nem pelo “*American Way*” em sua teologia, mas sim, pelo fato de que o mesmo promoveu uma releitura das obras de Kenneth Hagin, aplicando-as ao contexto social e as crenças religiosas brasileiras.

¹⁵Apesar de haver discussões na academia sobre a conceituação da terceira onda pentecostal no Brasil, adotamos neste trabalho o conceito de “neopentecostalismo” proposto pelo sociólogo Ricardo Mariano. Por neopentecostalismo, Mariano afirma ser uma nova forma de “ser pentecostal” que surgiu no Brasil a partir dos anos 1970 e 1980 e que possui como ênfases principais a teologia da prosperidade, a teologia da Guerra Espiritual e o movimento *gospel*, promovendo assim rupturas com o ascetismo contracultural dos pentecostais tradicionais (como a Congregação Cristã do Brasil e as Assembleias de Deus) além de uma progressiva acomodação à sociedade e a cultura do consumo (MARIANO, 2014, p.7-9).

Portanto, como já afirmado, não houve aceitação passiva por parte de Soares das ideias de Kenneth Hagin, sendo necessário que o mesmo “traduzisse” essas ideias – conforme expressão de Stuart Hall – para o contexto religioso e social do Brasil. Nesse sentido, o historiador e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) Antônio Pedro Tota afirmou que:

Um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação (TOTA, 2000, p. 193).

Portanto, segundo afirmou Wander de Lara Proença, pastores como R.R. Soares:

Promove[ram] um dinâmico processo de apropriação e ressignificação das expressões de fé arraigadas nas crenças afro-brasileiras e no catolicismo de devoção mais folclórica. Dessa forma, a “massa de pressão folclórica”, com um espectro denso de magia, proveniente, em boa parte, do mundo rural, encontraria finalmente um espaço de acolhimento para a experiência com o sagrado em níveis mais encantados [...] (PROENÇA, 2011, p.172).

A luz dessas informações, um autor que nos ajudou a entender de forma mais nítida as dinâmicas sociais e identitárias por trás deste processo de apropriação e recriação realizado por Soares, é o sociólogo marxista Stuart Hall (1932-2014). Hall foi um sociólogo de origem jamaicana que passou a residir na Inglaterra, e neste país produziu importantes obras sobre temas como a pós-modernidade, as identidades contemporâneas, as migrações, a diáspora entre outros. Entre suas obras mais impactantes, está a publicação de um capítulo de livro no ano de 1992, intitulado *The question of cultural identity*, que no Brasil foi publicado na forma de um livro completo denominado *A identidade cultural na pós-modernidade* na qual o autor promoveu uma importante discussão sobre as dinâmicas identitárias no mundo globalizado. Segundo o sociólogo:

As velhas identidades, que portanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p.7).

A partir dessa definição geral, Hall apresentou três concepções de identidade e as conceituou a partir do contexto histórico de surgimento e desenvolvimento de cada. Nesse

sentido, Hall afirma que existiu um “sujeito do iluminismo”, que seria “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência, de ação [...]”. Esse sujeito, segundo Hall, era marcado principalmente pela crença em uma identidade “imóvel”, em uma “essência”, algo que não mudava ou transformava (2002, p. 10-1). Já a outra concepção de identidade apresentada pelo autor é denominada por ele de “sujeito sociológico”, que se caracteriza pela crença em um “eu fixo”, em um “núcleo duro” que permanecia essencialmente o mesmo, entretanto, esse mesmo sujeito estaria em constante interação com o mundo social, o que acarretaria em mudanças. Para o sociólogo, esse “sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o seu “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (2002, p.11). Portanto, segundo Hall, no sujeito sociológico, a identidade “costura ou sutura” o sujeito à estrutura social, estabilizando “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (2002, p.12).

Por fim, a terceira e última definição de Hall – e a que nos mais interessa neste trabalho – é o do chamado “sujeito pós-moderno”. Para o autor, o surgimento dessa terceira forma de sujeito se deu a partir do descentramento dos dois primeiros, principalmente em meados dos anos 1960 e 1970. A partir daí, o sujeito passou a ser interpretado não mais como pertencente a uma única identidade, mas a várias. Segundo Hall:

Não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerentes. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2002, p.12-3).

Do ponto de vista sócio-histórico, Hall afirma que um dos principais motivos que tem levado a essa fragmentação das identidades tem sido a intensificação do fenômeno da globalização no mundo contemporâneo, em especial, a partir dos anos 1980. Nesse sentido, segundo afirmou o sociólogo Manuel Castells, a globalização atual é o resultado da revolução tecnológica e da reestruturação do capitalismo, o que levou ao surgimento de uma nova sociedade, a chamada “sociedade em rede”. Para Castells, a globalização tem como marcas principais a mundialização das atividades econômicas, a organização dessas atividades em redes, a

flexibilização e instabilidade dos empregos, a individualização da mão de obra, além da ampliação da influência das mídias e do mundo virtual (2018, p. 49).

De volta a Hall, o mesmo afirma que em tempos de globalização as identidades nacionais e religiosas têm perdido sua “estabilidade” e podem ser caracterizadas pela ausência de “identidades mestras” (2002, p.21). Nesse sentido, o autor defende que as novas identidades que tem sido formadas a partir da segunda metade do século XX são “identidades híbridas”¹⁶, pois a globalização tem levado a *fluxos globais* entre as nações, transportando ideias, valores e estilos através do consumismo global, criando a possibilidade de “identidades partilhadas” (2002, p.74). Sendo assim, Hall afirmou que:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2002, p. 88).

Diante desse cenário, Hall entende que tem havido pelo menos dois movimentos em relação a este processo de desestabilização das identidades tradicionais: o primeiro sendo um movimento de reação – que ele denominou como uma espécie de fundamentalismo, marcado pela busca do “*revival* do tradicionalismo local” (2002, p.85) –, já o segundo pode ser compreendido como um movimento de maior adaptação, denominado por ele de “tradução”. Sobre as pessoas que estão inseridas nesse segundo movimento, Stuart Hall afirma que:

Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não uma “casa” particular) (HALL, 2002, p. 88-89).

Conforme foi apontado por Hall, as novas identidades que tem emergido no mundo pós-moderno exigem das pessoas uma capacidade de negociar com as novas culturas “sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (2002,

¹⁶ A discussão acadêmica em torno do conceito de “hibridismo” é vasta e complexa, entretanto, neste trabalho buscamos apresentar uma definição sobre esse tema fundamentado na visão de Stuart Hall. Nesse sentido, o hibridismo é compreendido no pensamento de Hall a partir de um caráter político, na medida em que esses novos “cruzamentos culturais” desafiam as normas culturais centrais e dominantes, o que nos leva a poder localizar esses “híbridos” entre as formas tradicionais de cultura e as formas mais contemporâneas (HALL, 2002, p. 91-97). Uma obra importante na qual o conceito de hibridismo cultural é amplamente discutido e debatido foi publicada pelo historiador britânico Peter Burke. Ver: BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

p.88). A partir desse ponto, o sociólogo afirmou que essas pessoas “habitam” em uma cultura específica, denominada por ele de “culturas híbridas”. Segundo o autor:

As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. [...] Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintamente novos produzidos pela modernidade tardia (HALL, 2002, p.89).

Portanto, a partir das definições do sociólogo Stuart Hall, podemos melhor compreender o processo de apropriação e recriação das ideias de Kenneth Hagin pelo missionário R.R. Soares no Brasil. Nesse sentido, como afirmou o historiador Roger Chartier na obra *História cultural entre práticas e representações* (1988), nenhum processo de leitura deve ser considerado passivo, mas sim, altamente criativo. Ao ler um livro, uma obra, os leitores acabam indo além do “sentido original” proposto pelo autor produzindo assim novas interpretações (1988, p.100). Portanto, é praticamente impossível Soares ter se apropriado “integralmente” de todas as ideias de Kenneth Hagin, pois no próprio ato de leitura, novas ideias surgem e as ideias “originais” (aquelas pretendidas pelo autor) são ressignificadas e reelaboradas. No caso de Soares, o mesmo produziu uma releitura em uma conjuntura mundial marcada pela fragmentação das identidades e por um intenso processo de hibridismo cultural, além disso, o contexto religioso da qual Soares faz parte – a religiosidade brasileira – já é historicamente marcada por uma narrativa de sincretismo além do intenso trânsito religioso, o que fortalece o caráter “híbrido” da teologia de Soares no Brasil.

Sobre a religiosidade brasileira, o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta afirmou que no Brasil as religiões possuem uma grande tendência ao sincretismo e ao hibridismo cultural, sendo que essa característica é explicada principalmente pelo processo de formação colonial pela qual o país passou. Nesse ponto, DaMatta afirma que não haveria “ortodoxo” em matéria de religião no Brasil, pois as manifestações religiosas seriam sempre ressignificadas a luz da cultura sincrética. Por tanto, segundo o autor, ao comparar a religiosidade brasileira com a religiosidade norte-americana:

O número dois é um número onde a mediação não se apresenta como possível. Trata-se da representação de um dualismo diametral, sem possibilidades de englobamento (os dois termos são de Lévi-Strauss e Dumont), ou seja, na perspectiva do *dois*, homem e mulher estão em conflito, e nenhum pode englobar o outro em nenhuma situação. Mas, na perspectiva do número três, tudo muda. Com ele, há a possibilidade imediata da mediação, da conciliação e da harmonização. Por meio dele, a relação é reintroduzida novamente na díade,

e cria-se a possibilidade de adiar o conflito. [...] No fundo, o que estou dizendo é o seguinte: para se poder entender o Brasil como sociedade, é preciso partir para uma visão tripartida, retomando triângulos e analisando diversidades em suas relações (DAMATTA, 1988, p.20-3).

Portanto, como afirmou o antropólogo, no Brasil existe uma maior possibilidade de aceitação da necessidade de se fazer “conciliações” entre as manifestações religiosas, o que nos ajuda a melhor compreender as negociações propostas por R. R. Soares no país. Como já afirmado, são bem visíveis nas obras do pastor brasileiro as ideias de Kenneth Hagin, como as visões sobre o pecado, sobre a pessoa de Jesus, sobre a redenção, sobre a crença no poder mágico das palavras – crença esta proveniente do campo religioso norte-americano –, além da afirmação da necessidade de se “exigir” as bênçãos. Tudo isto aponta para uma real influência do discurso *American Way* sobre Soares, o que torna impossível falarmos em uma teologia da prosperidade “totalmente autóctone” conforme salientou o historiador Paulo Siepierski (1997, p.52). Nesse sentido, Soares promoveu releituras e modificações, pois diferente de Hagin, nos livros do religioso brasileiro não existe alusão ao período da Grande Depressão, nem aos avivamentos de curas e nem há experiências como as de “ir ao céu” e “ir ao inferno”, entretanto, o mesmo inova ao entrelaçar as ideias da confissão positiva com o imaginário religioso brasileiro, afirmando que a cultura religiosa do Brasil juntamente com as divindades das outras religiões seria o “entrave”, aquilo que impediria os seres humanos de experimentarem todas as promessas que a teologia da confissão positiva faz. No final, R. R. Soares acabou produzindo uma teologia tipicamente pós-moderna e brasileira, marcada pela intensa negociação cultural.

Considerações finais

Como visto, a teologia da confissão positiva pode ser considerada uma das principais responsáveis pela grande expansão do pentecostalismo em todo o mundo, em especial, nos países do chamado “sul global” (América Latina, África e Ásia) conforme a definição do historiador Philip Jenkins (2004, p. 16). Nesse sentido, vimos como essa teologia nasceu no contexto norte-americano, sendo o produto de misturas entre as crenças na prosperidade divina – que historicamente marca o protestantismo dos EUA – juntamente com as crenças mágicas no poder do pensamento e das palavras positivas provenientes do Movimento do Novo Pensamento, além dos *Healing Revivals* e da teologia pentecostal, com sua leitura fundamentalista da Bíblia e sua espiritualidade mais “encantada”. Foi o pastor Kenneth Hagin o responsável por fazer essa síntese entre crenças religiosas diferentes e realizou isto em uma conjuntura econômica marcada

pelo *boom* do capitalismo no país, pelo ufanismo nacionalista, na qual o *American Way* era pregado e difundido por todos, e em um contexto local – a região sul dos EUA – que historicamente é marcada pelo conservadorismo religioso e social, conhecido como *Bible Belt*.

Como foi mostrado, depois que os avivamentos de curas perderam fôlego nos EUA, muitos líderes e pregadores desse movimento migraram para ministérios de televisão e rádio, além da fundação de instituições de ensino. Nesse contexto, Hagin fundou o seu ministério em Tulsa, no Estado de Oklahoma, construindo um verdadeiro império religioso, além da fundação de seu famoso instituto bíblico. A partir daí, o pastor impactou milhares de líderes evangélicos tanto nos EUA quanto no mundo, fazendo discípulos de sua doutrina na confissão positiva em todos os lugares, principalmente na Ásia, na África e na América Latina, e como consequência dessa expansão internacional, foi no Brasil que Hagin teve um de seus mais fiéis representantes, o missionário R.R. Soares.

Sobre o pastor Soares, depois que o mesmo saiu da Igreja Nova Vida do bispo McAlister, ele acabou fundando a Igreja Universal do Reino de Deus juntamente com o seu cunhado Edir Macedo, entretanto, devido a desavenças internas, R.R. Soares acabou saindo da Universal e fundou a sua própria denominação no ano de 1980. Foi nessa década, como vimos, que o pastor brasileiro teve contato com as obras do pastor Kenneth Hagin, contato este que, segundo Soares, foi responsável por transformar o seu ministério. A partir desse ponto, o líder da Igreja Internacional da Graça passou a pregar as ideias do religioso norte-americano no Brasil, tanto através das “cruzadas evangelísticas”, quanto através da televisão, da rádio e dos livros. No caso do último, R.R. Soares publicou dezenas de obras no país (e no mundo) através de sua editora, a Graça Editorial, na qual a teologia da confissão positiva está explicitada, além disso, o religioso brasileiro adquiriu os direitos autorais de praticamente todas as obras de Hagin, publicando-as no Brasil através de sua editora. Entretanto, as ideias e as crenças de R.R. Soares não foram tão bem recebidas por todos os evangélicos, gerando críticas e uma série de publicações que contestavam as ideias do pastor brasileiro.

No entanto, apesar das críticas, o sucesso do líder neopentecostal é explícito e como vimos neste trabalho, uma das explicações mais coerentes para este sucesso está no fato de que o pastor soube “adaptar” e “traduzir” as ideias de Hagin para o contexto brasileiro. Nesse sentido, essa teologia possui elementos originalmente pertencentes à Hagin e que estão intimamente entrelaçados com o *American Way of Life*, entretanto, R.R. Soares não abraçou todos esses

elementos, mas rejeitou alguns e promoveu acréscimos, em especial, ao entrelaçar a confissão positiva com crenças e símbolos pertencentes ao campo religioso brasileiro. No intuito de melhor compreendermos esse processo, utilizamos as reflexões do sociólogo marxista Stuart Hall, em especial sua obra sobre a identidade cultural na pós-modernidade publicada em 1992. Em seu trabalho, Hall demonstra como que a crise das identidades tradicionais e o deslocamento das mesmas, principalmente por causa do intenso processo de globalização pelo qual passamos, geraram a impossibilidade de haver “identidades mestras”, sendo todas definidas como “identidades partilhadas”, marcadas pela constante negociação cultural, formando aquilo que o sociólogo denominou de “culturas híbridas”. Portanto, concluímos que as definições de Stuart Hall dão conta de explicar as apropriações e releituras feitas pelo missionário R.R. Soares das ideias de Kenneth Hagin no país.

Por fim, entendemos que Soares conjugou em sua teologia elementos provenientes da *Positive Confession* elaborada por Kenneth Hagin nos Estados Unidos – elementos estes que fazem parte do campo religioso norte-americano e que possuem marcadores culturais da identidade cultural e religiosa dos Estados Unidos – ao mesmo tempo em que o mesmo apropriou-se de elementos da cultura religiosa brasileira, principalmente a mentalidade mágica muito difundida no catolicismo popular e nas religiões de matriz africana. Portanto, ao fazer isto, em um contexto de intensa instabilidade econômica e política, além de uma massa de migrantes que estavam “desorientadas” nas cidades, Soares produziu um discurso religioso *híbrido* que estava altamente sintonizado com a realidade de milhões de brasileiros, prometendo respostas aos anseios e necessidades dessas pessoas e se utilizando de crenças e mitos que fazem parte do repertório religioso do país.

Fontes

- HAGIN, Kenneth E. **Eu creio em visões**. Graça Editorial: Rio de Janeiro, 1996.
- HAGIN, Kenneth E. **Pensamento certo ou errado**. Rio de Janeiro: Graça, 2000.
- HAGIN, Kenneth E. **O nome de Jesus**. Rio de Janeiro: Graça, 2008.
- SOARES, R.R. **A sua saúde depende do que você fala**. Graça Editorial, 2012.
- SOARES, R.R. **Como tomar posse da bênção**. Rio de Janeiro: Graça, 2009.
- SOARES, R.R. **Espiritismo: a magia do engano**. Graça Editorial, s/d.
- SOARES, R.R. **Exija seus direitos**. Graça Editorial: Rio de Janeiro, 2000

Referências bibliográficas

- ASBURY, Timothy; TRAVIS, Trysh (Org.). **Rethinking Therapeutic Culture**. The University of Chicago, 2015.
- BOWLER, Kate. **Blessed: a history of the American prosperity gospel**. PhD Thesis in Religious Studies, Duke University, 2010.
- BRAY, Gerald. **História da Interpretação Bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- BURGESS, Stanley M. **The New International Dictionary of Pentecostal and Charismatic Movements**. Zondervan, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 2**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. **American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950**. Tese de Doutorado em Comunicação. Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, São Paulo/SP, 2017.
- DAMATTA, Roberto. Introdução. In: SACHS, Viola (Org.). **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- ELLIOT, Emory. Religião, identidade e expressão na cultura americana: motivo e significado. In: SACHS, Viola [et al]. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FÁBIO, Caio. **Um só caminho**. Abba Press. São Paulo, 2009.
- GARRARD-BURNETT, Virginia. **A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina**. História: Questões & Debates, Curitiba, n.55, p.177-194, jul./dez. 2011
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARRELL, David E. Ministros de Cura e Televangelistas após a Segunda Guerra Mundial. In: SYNAN, Vinson. **O século do Espírito Santo: 100 anos do avivamento pentecostal e carismático**. São Paulo: Editora Vida, 2009.
- HARVARD POLITICS REVIEW. **The televangelist-in-Chief: Trump and Prosperity Gospel**. November, 12, 2017. Disponível em: <https://harvardpolitics.com/culture/tevangelinchief/>. Acesso em 4 de fevereiro de 2020.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JENKINS, Philip. **A próxima cristandade: a chegada do cristianismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JUNQUEIRA, Mary. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa de Nação (1776 – 1900)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MELLO, J.M.C; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.). **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORAES, Gerson Leite de. **A força midiática da Igreja Internacional da Graça de Deus**. Tese de doutorado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2008.

PROENÇA, Wander de Lara. **Sindicato dos mágicos: uma história cultural da Igreja Universal do Reino de Deus (1977-2007)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PURDY, Sean. O Século Americano. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2016.

ROMEIRO, Paulo. **SuperCrentes: O evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade**. Editora Mundo Cristão. São Paulo, 1998.

SIEPIERSKI, Paulo Donizete. **Pós-pentecostalismo e política no Brasil**. Estudos teológicos, São Leopoldo, RS, v.37, p.47-61, 1997.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Andar a pé: impactos da técnica moderna sobre a espontaneidade da prática da caminhada

From walking to walking: the impact of modern technique on the spontaneity of body expression.

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Mestre em Ciências da Motricidade

Universidade Estadual Paulista – UNESP

marceloaugusti@uol.com.br

Recebido em: 22/04/2020

Aprovado em: 19/07/2020

Resumo: Andar a pé é uma condição elementar da existência humana. Muitas atividades e práticas somente ganham forma, conteúdo e vida por meio da caminhada, sem o qual não teriam o mesmo apelo simbólico e intensidade de presença. Aprende-se a caminhar de modo espontâneo, por imitação. Isto é a técnica corporal. Quando o andar a pé torna-se uma prática sistematizada, a técnica corporal sai de cena: é a técnica moderna que impera no propósito de adequar a singularidade à normalidade. É neste contexto que o artigo interpela o andar a pé: de uma técnica corporal advinda da experiência individual que se transmuda em um gesto técnico oriundo da supremacia da ciência sobre o saber empírico. O objetivo é analisar os impactos da técnica moderna sobre a prática da caminhada nos dias atuais e o que isso implica ao sujeito caminhando em relação à sua liberdade de expressão corporal.

Palavras-chave: Caminhada; Técnica; Modernidade.

Abstract: Walking is an elementary condition of human existence. Many activities and practices only gain form, content and life through walking, without which they would not have the same symbolic appeal and intensity of presence. You learn to walk spontaneously, by imitation. This is the body technique. When walking becomes a systematic practice, the body technique leaves the scene: it is the modern technique that rules in order to adapt the singularity to normality. It is in this context that the article challenges walking: a body technique derived from individual experience that is transformed into a technical gesture arising from the supremacy of science over empirical knowledge. The objective is to analyze the impacts of modern technique on the practice of walking today and what this implies for human beings in relation to their freedom of body expression.

Keywords: Walk; Technical; Modernity.

Da espontaneidade do andar a pé ao gesto técnico do caminhar

Quem aspira ao domínio total deve liquidar no homem toda a espontaneidade, produto da existência da individualidade, e persegui-la em suas formas mais peculiares, por mais apolíticas e inocentes que sejam. Hanna Arendt

Andar a pé é um movimento corporal que se faz por si mesmo, sem planejamentos e estudos prévios, mas apenas por meio da observação comum, contentativas e erros: engatinhando primeiro, equilibrando-se, colocando-se ereto em seguida e pronto: um pé após outro pé, e lá vai o corpo, num equilíbrio instável e num impulso rítmico, arremetendo-se para adiante. Trata-se, antes de tudo, de uma vivência, isto é, uma experiência corporal que deixa marcas indeléveis em uma pessoa. Uma vivência é, pois, a relação imediata do ser humano com o mundo, em sua totalidade e singularidade (aquilo que deve ser “sentido na pele”, logo, vivencia-se com o corpo, unicamente). Assim, uma vivência é sempre “minha vivência”, um modo incondicional de viver a vida, de experienciar a existência (VIESENTEINER. 2013).

Mais do que um simples deslocar-se pelo espaço terrestre, portanto, o andar a pé impregnou-se de representações e simbolismos ao longo da existência do ser humano. Do uso utilitário em seus primórdios – a busca por alimentos e abrigo – passou a simbolizar inúmeros anseios do ser humano, desde as mais longínquas representações da cultura, como as esplendorosas procissões em louvor à deusa Ísis (APULEIO, 1990), no Antigo Egito, passando pela pompa dos cortejos fúnebres do barroco (REIS, 1991), até as formas atuais de apropriação, como aquelas direcionadas a saúde e estética corporal.

O andar a pé que se faz de modo espontâneo, isto é, sem técnicas ensinadas por um especialista e que modulem o gesto, pode ser verificado em diversos momentos da história da humanidade. Em um breve panorama histórico e cultural, elencamos alguns usos, sentidos e significados do andar a pé. Assim, conforme Le Goff (2005) a Idade Medieval é considerada a época em que o ser humano mais andou a pé pela Europa. Em constantes deambulações, destacavam-se nesse cenário, os errantes - pessoas em busca de aventuras em plagas distantes ou em busca de um viver melhor para longe das pestes que assolavam as terras europeias. Além deles, perambulavam os peregrinos – aqueles que andavam pelos campos em busca da penitência em solos sacrossantos; e também os monges, que seguiam o preceito de Santo Agostinho (354 d.C. - 430 d.C.), resumido na expressão *solvitur ambulando* – “caminhar resolve” – ou seja, caminhando se alcança a solução dos problemas.

Na Idade Moderna, o andar a pé associou-se à contemplação e reflexão, arregimentando para as suas fileiras filósofos como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Escreveu Rousseau, em 1782, em suas *Confissões*:

Eu nunca pensei tanto, existi de modo tão vívido e vivenciei tanto, nunca fui eu mesmo – se posso usar essa expressão – quanto nas jornadas a pé que fiz sozinho. Há no caminhar algo que estimula e aviva os meus pensamentos. Ao ficar parado tenho dificuldade em pensar; meu corpo precisa estar em movimento para que a mente possa funcionar (ROUSSEAU, 1782, p. 166)

Rousseau encontrou na caminhada o modo ideal para pensar a vida, refletir sobre si mesmo e buscar inspiração para compreender o mundo e a própria existência social. A figura do filósofo caminhante, uma suposta tradição iniciada com Aristóteles, século IV a.C. e seu método peripatético – ensinar enquanto se caminha – ganhou vida com Rousseau e seus passeios solitários. Posteriormente, o pensamento iluminista parece ter se apropriado dessa relação entre o caminhar solitário e o pensar, forjando uma imagem do filósofo caminhante associada com a liberdade intelectual e criatividade solitária que, no século XIX, influenciaria uma geração de escritores e filósofos românticos em seus modos de pensar e expressar seus sentimentos (COVERLEY, 2014).

Friedrich Nietzsche (1844-1900), seguindo a tradição e, talvez o maior ícone dentre os filósofos caminhantes, considerava a caminhada nas montanhas como a fonte inspiradora de seus aforismas – atividade que realizava quase diariamente, chegando às vezes a perambular por oito a dez horas (GROS, 2010). Também Charles Dickens (1812-1970), um homem dominado pelos pés em seus rompantes intempestivos – afirmando mesmo que se não caminhasse, morreria – expressava em seus romances a sua própria atitude perante a caminhada e o mundo, nas inúmeras cenas onde suas personagens perambulavam de modo vigoroso e por longas distâncias, como o próprio Dickens, em explorações infundáveis pela cidade de Londres, seja durante o dia ou à noite (COVERLEY, 2014).

É também no século XIX, sob os auspícios do romantismo¹, que o poeta inglês William Wordsworth (1770-1850), consagrou o caminhar como um modo de conhecer o mundo através do corpo. No poema intitulado *Virando a Mesa: uma cena noturna sobre o mesmo assunto*, Wordsworth

¹ Robinson e Gilbert (1989), em sua análise sobre o período romântico que marcou a Alemanha, França e Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, consideraram a caminhada como um elemento típico do estilo devida de muitos artistas, poetas e pensadores. Para os românticos, caminhar era o modo preferido de expressar sua liberdade individual: sinceros, espontâneos e genuínos na trajetória que empreenderam para a valorização de uma vida particular pautada pela emoção e afetividade latente.

apregooou que o verdadeiro conhecimento sobre o mundo e a vida não estava nos livros, porém, no próprio homem que deveria estar junto à Natureza para contemplá-la, percebê-la e dela extrair a sabedoria de maneira espontânea (COVERLEY, 2014).

O andar a pé, todavia, já havia sofrido baixas em sua espontaneidade durante a Antiguidade Clássica: a marcha dos soldados gregos foi um modo peculiar de caminhar onde os joelhos quase não se dobravam devido à pesada armadura que cobria todo o tronco e protegia o soldado dos joelhos aos pés (HANSON, 1990) e, também, a técnica da marcha militar dos soldados romanos que, com muito empenho, aprimoraram o passo militar, aquela passada regular e marcante que era característica do deslocamento das legiões romanas. O passo militar era considerado fator de sucesso nos combates romanos, pois, realizado de modo regular e ordenado, servia ao propósito fundamental de proteção das fileiras de soldados, uma configuração estratégica das legiões. Conforme Vegécio², em sua obra *De Re Militari*, uma legião romana em passo militar bem ritmado seria capaz de percorrer até vinte e quatro milhas em cinco horas de um dia de verão, fato que somente poderia ser alcançado com árduo treinamento.

Mas na Antiguidade, o andar a pé, ritmado e constante, serviu a outros propósitos além dos militares. O ofício dos bermatistas, especialistas na técnica de caminhar sempre no mesmo passo, com a mesma medida e capazes de calcular distâncias lineares com razoável precisão, serviu para a execução de uma ideia aparentemente absurda para os nossos dias: medir a circunferência da Terra, caminhando. Foi em 220 a.C. que, Eratóstenes de Cirene, convicto de que a Terra era esférica, decidiu calcular sua circunferência. Comparando as informações da incidência dos raios solares no primeiro dia de solstício, no ponto mais alto do céu, em lugares específicos de Alexandria e Siena, cidades que considerava como referências de ângulo de fração da circunferência terrestre, faltava medir a distância entre as cidades. A tarefa coube aos bermatistas, presença constante nas expedições de Alexandre da Macedônia, pois eram quem mediam as distâncias das terras conquistadas pelo imperador. Sob os auspícios do rei Ptolomeu III, os bermatistas partiram, caminhando, de Alexandria até Siena, concluindo que estas distavam cinco mil estádios (medida de comprimento usual na época para aferir distâncias em viagens, equivalente a 157m) ou 785 km. Eratóstenes sentenciou em, aproximadamente, 250 mil estádios ou 39.250 km a circunferência da Terra. Atualmente, com toda a tecnologia à disposição, a

²Públio Flávio Vegécio Renato, escritor romano do século VI, autor do referido compêndio militar sobre a ciência da guerra.

medida aproximada da circunferência da Terra é calculada em 40.075 km (PORTO DA SILVEIRA, 2000).

O andar a pé, contudo, se transformou em objeto de reflexão filosófica em 1802, com o alemão Karl Gottlob Schelle (1777-1825), que fez do passeio a pé a arte de caminhar, isto é, uma possibilidade do indivíduo conhecer o mundo de um modo alegre e despreocupado. Este passeio a pé era, sobretudo, uma atividade intelectual, próprio para pessoas cultas e de elevada classe social movimentarem o corpo enquanto repousavam o espírito. Ao passeio a pé considerava-se que pessoas rudes nos modos e que empreendiam esforço braçal eram incapazes de perceber suas sutilezas e as sensibilidades tão sublimes oriundas de um gosto tão refinado (SCHELLE, 2001).

A arte de caminhar de Schelle, um andar a pé requintado, encontrou inúmeros adeptos na Europa do século XIX, em um universo cultural onde caminhar, com fina elegância no traje, tornou-se um modo de distinção social: caminhar era para ver e ser visto, um desfile dos membros da alta classe que mediam, pelo olhar, as aparências alheias. Esse jogo de aparências, remontando às sociedades de corte dos séculos XVII e XVIII, marcava as diferenciações sociais e, pelo olhar é que se avaliava e julgava-se o oponente. No Brasil do século XIX, o caminhar da aristocracia pelos jardins, por exemplo, se opunha ao caminhar dos escravos e dos pobres pelas ruas, que andavam a pé pela necessidade de sua condição social, demandando esforço físico e, portanto, considerada como uma característica de pessoas socialmente inferiores. Caminhar, portanto, simbolizava a condição social das pessoas, dependendo de quem era o caminhante e o lugar onde se caminhava. Se o caminhar imperativo do escravo remontava a degradante condição de sua existência, o caminhar do aristocrata, por sua vez, representava virtude, riqueza, poder (AUGUSTI, 2019).

Mas o hábito de caminhar elegantemente pelas ruas tornou-se possível, somente devido às reformulações urbanas pautadas em um modelo de cidade que considerava, como fundamental para a ordem social e o progresso urbano, aspectos como a beleza, a higiene e a circulação. E isto ocorreu a partir do século XVIII, com o predomínio do pensamento iluminista e do primado da Razão, onde se elaborou uma ideia de cidade que fosse capaz de expressar o valor do espaço urbano como lugar de transformação de seus habitantes. A cidade das Luzes, vista como fonte de cultura, seria o espaço ideal para a difusão do progresso e da civilização humana (CARVALHO, 2008).

De cenários decadentes dos primórdios do industrialismo, Paris, Londres e Berlim transformaram-se em importantes centros políticos, econômicos e culturais, lugares que, por excelência, deveriam expressar os modos de vida burgueses. A modernização de Paris, pelo então prefeito George Haussmann, em 1850, promoveu a expansão do comércio, com lojas e restaurantes com terraços e cafés na calçada, estas com bancos e amplamente arborizadas, juntamente com as vias alternativas próprias para caminhadas. O passeio a pé pelos bulevares e seus monumentos, jardins e parques, conduziam os indivíduos pelos cenários parisienses no século XIX, um espetáculo sedutor para os olhos e os sentidos, sendo esses os lugares preferidos para que os privilegiados exercitassem a arte de passear, esta caminhada elegante, de pouco esforço físico e olhares atentos, ainda que sutis (BERMAN, 2007).

Opondo-se à massificação crescente da indústria cultural que transmutava pessoas em coisas, havia também aqueles que tentavam escapar à figura do ‘homem da multidão’, este indivíduo sempre apressado no ir-e-vir cotidiano, autômato na massa humana e que nada percebia em seu entorno em sua áspera correria para o trabalho³. Em contraposição emergia pelas ruas a figura do *flâneur*, esse observador apaixonado pela cidade, com seu andar lento e despreocupado, que buscava enxergar os pormenores do agitado mundo urbano, conferindo-lhe sentido para além das compras nos magazines do típico modo de vida burguês. Dizia-se até que seu melhor companheiro era uma tartaruga, utilizada para ensinar-lhe a caminhar sem o frenesi alucinado dos passos do ‘homem da multidão’ (BEJAMIN, 1985).

A modernidade, contudo, no que diz respeito ao caminhar, na Paris no século XIX, não se resumiu ao andar a pé na rua do *homem da multidão* ou ao *flâneur*, e tampouco ao gênero masculino andando a pé. Publicado em 1883, *Au Bonheur de Dames* (“Paraíso das Damas”), de autoria de Emile Zola (1840-1902), é um romance que trata da questão do desejo do consumo na sociedade moderna. Inspirado na primeira loja de departamento de Paris, *Au Bon Marché* – o primeiro grande e luxuoso *magazine* da cidade, inaugurado em 1838 – o cenário novelesco expõe o universo da moda e sua efemeridade, além de retratar as contingências dos pequenos comerciantes de roupas – as *boutiques* – diante do surgimento do vigoroso, devastador e impessoal *shopping center*. O *magazine* constituía-se no lugar onde as mulheres burguesas podiam passar a maior parte de seu tempo fora de casa, e pelos seus espaçosos corredores podiam caminhar

³ Referência ao texto de Edgar Allan Poe, *O homem da multidão*, de 1840.

livremente, sem serem importunadas, nem sempre com a intenção de fazer compras, porém, para *passear no shopping*.

A modernização das cidades teve como referência os pressupostos do higienismo que se refletiu em políticas urbanas que visavam à máxima assepsia das ruas e moradias. Como movimento de caráter disciplinar, o higienismo chegou ao Brasil em início do século XIX, originado das necessidades sociais de intervenção sanitária nas cidades. Tinha como ideal a valorização da população como um recurso, um capital da nação (trabalhador saudável trabalha mais e melhor). Para Marins (1998), o discurso higienista visava atender os interesses da classe dominante, um reflexo do pensamento das elites que, atingidas pelos inconvenientes da miséria que assolava boa parte das capitais, consequência da industrialização e do impulsivo crescimento demográfico não compatível com a infraestrutura das metrópoles, acarretou em um cenário de doenças e epidemias, altos índices de mortalidade, problemas de saneamento básico e, também, da falta de entendimento, por parte da classe trabalhadora, que habitavam esse cenário desolador, em relação às questões de assepsia e profilaxia. As péssimas condições de saúde pública, segundo Marins (1998), eram atribuídas pela classe dominante a essa parcela da população, que habitava em cortiços e não observava regras de comportamento adequadas a uma vida social compatível com o mundo do trabalho. Para as elites, os trabalhadores pobres eram considerados gente inferior, pestilentos, que deveriam ser primeiramente perseguidos e retirados das ruas, depois desalojados de suas habitações, enviados para as periferias e, finalmente, disciplinados na ordem médica e nas normas familiares.

A medicina social, expressão maior do higienismo, portanto, instituiu a ordem médica e a norma familiar, que se tornaram táticas disciplinares eficientes, alterando radicalmente os costumes e os hábitos da população com suas medidas invasivas que penetraram em todos os aspectos da vida dos indivíduos que fossem considerados de periculosidade para a saúde pública (COSTA, 1979), culminando nos cuidados com o corpo, como a correção postural e o desenvolvimento da condição orgânica geral do indivíduo, que se fez por meio da ginástica e da educação física.

Conforme Soares (2012) a educação física e os sistemas ginásticos compreendiam um conjunto de conhecimentos e normas sobre os cuidados com o corpo, sistematizados pela metodologia científica, e que se constituíam em modos legítimos de educar e modelar o corpo. A relevância da ginástica e da educação física, para além do domínio militar, se deu, principalmente,

com a afirmação dos modos de vida urbana. Tais sistemas, organizados a partir dos pressupostos do higienismo e da medicina social, tinham como objetivo contribuir para a regeneração física da sociedade, isto é, preservar a saúde de uma população trabalhadora degradada. A ginástica e a educação física, nesse contexto, serviram para pôr a sociedade em ordem, para disciplinar, para hierarquizar: reorganizar os gestos, mecanizar os movimentos; criar hábitos e comportamentos necessários à ordem capitalista e sua hierarquia de classes. Assim, as desigualdades sociais, justificadas pela ciência pelo pressuposto das diferenças biológicas, foram transformadas em “desigualdades naturais”, e o elemento histórico-social, determinante do destino do indivíduo, uma vez retirado de cena, possibilitou a justificativa científica de que, ser pobre ou rico (trabalhador ou burguês), era questão de ‘ordem natural’, evocando as ‘aptidões naturais’ para determinar a ocupação dos postos na sociedade capitalista.

O higienismo passou a determinar as normas sociais referentes ao comportamento do indivíduo em relação à saúde. O controle social se fazia pelo controle do corpo, que atentava para a saúde pública. Conforme Foucault (1985), o controle da sociedade sobre os indivíduos não se fez pela consciência ou ideologia, mas sim, pelo poder exercido sobre o corpo ou biopoder: um conhecimento biológico, que somente os especialistas compreendem e que escapa ao domínio do senso comum, submetendo o corpo do indivíduo ao rígido controle das normas prescritas pela medicina. Neste cenário, o caminhar passou a fazer parte das recomendações dos médicos, que prescreviam os retiros para o litoral ou para regiões montanhosas, para o aproveitamento dos benefícios dos tratamentos feitos na natureza, seja com os banhos de sol e mar, no ar puro da altitude ou em estâncias hidrominerais (MEDEIROS, 2014).

O crescente controle social exercido sobre o corpo humano pela medicina e, então, pela educação física e seus pressupostos militaristas, coagiam os indivíduos à observação de determinadas posturas corporais que, entendia-se, eram próprias à boa saúde. Havia, portanto, um modo adequado de caminhar, uma imposição técnica geralmente traduzida pela ordem ‘barriga para dentro, peito para fora, ombros para trás, cabeça erguida’, bastando apenas complementar com ‘ordinário, marchel!’. Os anos de 1940 até a década de 1980 foram pródigos no caminhar estereotipado do desfile cívico-militar. As escolas promoviam o espetáculo pela rua principal das cidades:

Os jovens de cabeça erguida, atitude correta, passo firme, marcham garbosamente sorridentes e belos, disciplinados e convictos, numa esplêndida visão do que será o Brasil glorioso de amanhã (LOYOLA, 1941, p.9.)

A organização em fileiras – dos mais altos na frente para os mais baixos em estatura atrás – o joelho estendido e o passo duro, ritmado ao som dos dobrados, era a expressão corporal que pretendia representar a ordem e o progresso alcançados pela civilização ocidental.

A derrocada da ditadura militar, em meados dos anos 1980, marcou o fim de uma época e o início da consolidação do paradigma emergente sobre a prática da caminhada. Com os avanços das pesquisas em qualidade de vida e o crescente predomínio do conhecimento científico sobre as relações entre atividade física e saúde, a caminhada tornou-se, no início dos anos de 1990, um dos elementos relevantes do discurso da então Ciência da Motricidade sobre o bem-estar. Caminhar passou a ser considerado como uma atividade física relevante para a maioria da população, inclusive com políticas públicas incentivando a sua prática regular como, por exemplo, o programa Agita São Paulo, instituído a partir de fevereiro de 1987.

De um modo geral, nas últimas duas décadas do século XX, apenas a disposição para ‘pôr o pé na rua’ bastava para ser bafejado pelos benefícios da caminhada. As exigências ou dicas dos profissionais da saúde – que, além dos médicos, eram os professores de educação física e os fisiologistas do esforço – referiam-se ao local e horário da prática (evitar avenidas movimentadas, poluição do ar e sol forte, preferindo locais arborizados ao início da manhã ou final da tarde), vestuário leve e confortável (calçados tipo tênis, bermudas e camisetas), cuidados com a hidratação e um exame clínico preventivo (LEITE, 1990).

Embora orientada cientificamente, entretanto, a prática da caminhada ainda não estava totalmente cerceada por especialistas ditando parâmetros de como andar. Todavia, com o advento do século XXI e o avanço tecnológico, aliado aos apelos midiáticos por beleza, juventude, longevidade e qualidade de vida, a prática da caminhada foi perdendo a espontaneidade que a caracterizava como uma atividade física de livre iniciativa, ainda que sob as recomendações de especialistas, para tornar-se cada vez mais um gesto técnico⁴.

Regulamentada por leis da biomecânica e controle fisiológico, a caminhada, na versão exercício físico⁵, tornou-se uma das representações do ideal técnico-científico destinado ao corpo

⁴ O gesto técnico é um modo de manipulação do corpo em busca da maestria esportiva. É um movimento que visa à máxima eficiência e que tem no resultado final o seu objetivo. Necessita ser ensinado por especialistas por meio de etapas de aprendizagem dispostas em sequências pedagógicas adequadas (DAÓLIO; VELOZO, 2008).

⁵ Conjunto de movimentos corporais dispostos em sequência ordenada, sistematizados por normas de controle e eficiência, regulamentados cientificamente e que visam extrair o potencial orgânico máximo do indivíduo. O exercício

humano saudável e produtivo e passou a ser dominada pelos especialistas em movimento humano, chegando mesmo a transformar-se em mercadoria. Todo um aparato pedagógico e tecnológico encontra-se à disposição para correção de posturas e aumento da eficiência, juntamente a uma indústria do exercício físico a produzir variados bens de consumo para a 'boa forma'.

Ao praticante da caminhada, logo, não mais lhe cabe ser espontâneo, porém, intencional, pois que este, agora, submetido a um padrão de movimentos cientificamente adequado, deve conhecer e dominar o gesto técnico do andar a pé, que deve ser aplicado a todos, indistintamente, além da observação criteriosa da frequência, duração e intensidade de esforço físico, expressas geralmente por valores de ritmo cardíaco e pressão arterial (WILMORE e COSTIL, 2002).

É nesse momento que a técnica moderna se faz valer de modo preponderante sobre a caminhada, tentando desarraigá-la de todo e qualquer vestígio de espontaneidade que se poderia sobreviver no andar a pé.

O Homo Sportivus e o triunfo da técnica moderna

Um dos pressupostos para o avanço das forças produtivas pelo sistema capitalista é o conhecimento técnico. Assim, os meios de produção (máquinas), devem ser capazes de atuarem em máxima eficiência de produtividade (quantidade de objetos e valores de uso). O conhecimento técnico foi fundamental para a concretização dos ideais de produção capitalistas e, acima de tudo, da capacidade do ser humano explorar os recursos da natureza e extrair a matéria-prima para as suas indústrias, transformando-as em bens de consumo (ROMERO, 2005).

A técnica ocupa um lugar privilegiado no mundo moderno, pois é o conhecimento técnico que permitiu ao ser humano um maior controle e domínio sobre a Natureza, em relação às possibilidades de se aproveitar cada vez mais de seus recursos. A técnica moderna e o crescimento industrial desproporcional por ela possibilitado, segundo Spengler (1941) tornaram-se objeto de atenção apenas no século XIX, diante dos problemas das cidades fabris e da degradação da vida humana frente os apelos das máquinas. A técnica moderna, considerada como um ideal materialista representava os anseios da filosofia utilitarista, ou seja, um modo de pensar

físico se opõe a atividade física, algo de caráter espontâneo e livre de padrões de eficiência corporal (CARPERSENet al, 1985).

em que tudo o que fosse útil para o ser humano deveria ser bom. Assim, o conhecimento técnico e as máquinas deveriam libertar o ser humano do ônus do trabalho (“livrá-los da miséria da escravidão do salário”), proporcionando-lhes uma vida de conforto e diversões (ou, como alguns acreditavam, levando felicidade para a maioria). As conquistas da humanidade (traduzido no modo de vida proporcionado pelo capitalismo) era uma evidência do progresso técnico e científico, porém, a degradação social subsequente não era computada aos mesmos fatores. Pela primeira vez, então, surgiram questionamentos sobre o valor social, o significado histórico e o sentido da técnica moderna para a vida humana.

A exploração da Natureza para fornecer matérias-primas para a indústria, portanto, foi uma condição possível somente pelo avanço do conhecimento técnico, do crescimento da própria indústria, do progresso científico e a conseqüente evolução tecnológica. Ciência e técnica se fizeram presenças decisivas na sociedade capitalista, invadindo quase, senão todas, as esferas da vida humana na atualidade. Para Habermas (1986) uma ação técnica corresponde a uma ação racional com respeito a uma finalidade, ou seja, requer a implantação organizacional dos meios e uma eleição entre as alternativas possíveis (planificação ou planejamento da ação). O controle e domínio técnico-científico, portanto, é uma condição da racionalidade instrumental, isto é, que os critérios adotados para uma tomada de decisão sejam fundamentados em um conhecimento técnico e científico capaz de atender eficientemente as demandas específicas da vida social (uma ideologia do rendimento). Quanto mais esse controle e domínio técnico-científico penetram as esferas da vida social, mais se burocratiza a vida em sociedade (a tecnocracia, que significa a ampliação dos critérios da ação instrumental sobre as tomadas de decisão em diversos contextos sociais, desde as formas de existência urbana, da mobilidade dos indivíduos, dos meios de comunicação etc.). As formas de vida social geradas pela racionalização tecnocrática com respeito aos fins tendem a empobrecer as formas de socialização de caráter humanitário e a rechaçar qualquer expressão ou manifestação cultural (de usos e costumes, de valor ou tradição) que escape ao contexto técnico-científico, considerando-as como vulgares e inferiores.

A técnica e a ciência, como não poderiam deixar de ser, alcançaram inapelavelmente o andar a pé. Em nome da saúde (da higiene), da ordem e do progresso, toda ação técnica se explica e justifica, esquadrinhando todo e qualquer espaço da vida individual e submetendo a todos às normas oriundas do conhecimento científico e da tecnologia. No discurso higienista de fins do século XIX, propagado pela Educação Física, afirmava-se que

As tecnologias políticas que investirão sobre o corpo, sobre a saúde, sobre as formas de se alimentar e morar serão traduzidas pelo discurso da boa higiene que irá postular as “regras do bem viver”, as quais uma vez “conhecidas” permitiriam o alcance da tão almejada “saúde” (SOARES, 2012, p. 25).

Este discurso médico-higienista, todavia, omitia a questão das condições sociais e das diferenças de classes que impediam o acesso das camadas economicamente inferiores da sociedade às tais “regras do bem viver” (não se tratando apenas de simples desconhecimento da população), pois o ‘universo da saúde’ propagado pelos médicos higienistas, de conteúdo técnico-científico em relação aos saberes e atitudes, visava tão somente aos interesses da civilização burguesa que ansiava pela manutenção da ordem social.

Assim, não se pode falar sobre corpo e movimento sem remeter à questão da técnica. Mas a técnica, entretanto, não é algo que tem sua origem ou se refira tão somente às máquinas, instrumentos ou sistemas produtivos. Conforme Spengler (1941) a técnica transcende as origens da humanidade, é a-histórica, pois que se encontra desde os primórdios da vida animal na Terra. A existência animal depende de sua capacidade e habilidade de movimentar-se, pois isso lhe permite certa independência da Natureza de um modo geral, conferindo-lhe possibilidades de superioridade e até mesmo de significação à sua existência. A técnica constitui-se em uma “tática de vida”, sendo que a sua expressão é a mobilidade corporal e a conduta individual perante os conflitos e confrontos da própria vida.

Marcel Mauss, em 1934, discorreu sobre as técnicas corporais, definindo-as como uma maneira do homem servir-se de seu corpo, cuja variação nos modos de andar, cavar e nadar, por exemplo, diferiam conforme cada contexto cultural e modos de vida em que se apresentavam. A aquisição desta técnica corporal ou da destreza do corpo para solucionar os problemas comuns do cotidiano ou revelar modos de apropriação do corpo e do movimento no seio de uma dada sociedade, se faz de modo espontâneo e hereditário, por imitação e costume. Ao contrário, um passo de *ballet*, ou seja, um gesto técnico necessita de um ensinamento metódico, sistemático e constante, portanto, de uma educação específica para aquisição de um hábito que será incorporado como um aspecto especial da realidade (MAUSS, 2011).

A técnica corporal do caminhar pode ser compreendida, conforme aponta Serres (2004), em suas considerações acerca da corporeidade e da motrivivência, como um modo do sujeito integrar-se ao mundo, identificar-se com os seus e relacionar-se com o universo social e cultural ao qual está inserido. Não é, pois, uma técnica no sentido de produtividade e eficiência mecânica,

porém, um gesto corporal significativo de um modo peculiar de ser e estar no mundo, eficaz a muitos propósitos humanos⁶.

Quando se fala de técnica aplicada ao corpo humano como um ensinamento metódico e sistemático, fala-se da técnica como um instrumento, ainda que toda técnica corporal seja um instrumento, pois Mauss (2011) considerava o corpo como o primeiro instrumento técnico natural do ser humano. Porém, a técnica aplicada como instrumento, fundada em uma racionalidade objetiva, denota controle e dominação, não apenas de si mesmo, mas da Natureza e de outrem. Assim,

A sociedade se reproduz num crescente conjunto técnico de coisas e relações que incluiu a utilização técnica do homem - em outras palavras, a luta pela existência e a exploração do homem e da natureza se tornaram cada vez mais científicas e racionais. O duplo significado de "racionalização" é relevante neste contexto. A gerência científica e a divisão científica do trabalho aumentaram enormemente a produtividade do empreendimento econômico, político e cultural. Resultado: o mais elevado padrão de vida. Ao mesmo tempo e com os mesmos fundamentos, esse empreendimento racional produziu um padrão de mente e comportamento que justificou e absolveu até mesmo as particularidades mais destrutivas e opressivas do empreendimento. A racionalidade e a manipulação técnico-científicas estão fundidas em novas formas de controle social (MARCUSE, 1973, p. 143).

Ao mesmo tempo em que a sociedade vê elevarem-se seus padrões de vida, o uso da técnica como instrumento de exploração do homem pelo homem, evidencia o caráter irracional de sua racionalidade: a perda da autonomia do sujeito em detrimento de uma liberdade de escolha que apenas submete o indivíduo a uma razoável gama de produtos e serviços que, no entanto, constituem-se em formas de controle social, sendo que a satisfação das necessidades pessoais ficou relegada à oferta comercial. Deste modo, “os controles tecnológicos parecem serem a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível” (MARCUSE, 1973, p. 30).

Dito de outra maneira, em relação ao andar a pé, mesmo que o indivíduo queira fazer as coisas ao seu modo – caminhar como lhe convém – ainda que isso não lhe seja proibido, o

⁶ Cabe ressaltar a distinção entre eficiência (fazer certo as coisas) e eficácia (fazer as coisas certas). Eficiência tem a ver com conhecimento técnico que exige perfeição em sua execução, mas que pode resultar inútil caso não agregue nada de substancial. Já a eficácia é um saber-fazer para além do cumprimento técnico especializado, mas que trata da resolução total de uma situação. Seria algo do tipo cavar um poço (ser eficiente na tarefa), mas não encontrar a água (sem eficácia na tarefa). Eficiência e eficácia caminham juntas, porém, ser eficaz é o que determina o resultado final.

mesmo sofrerá uma carga de tensão em sua consciência, advinda do bombardeio de informações dos meios comunicativos (TV, rádio, internet e mídias em geral) que poderão coagi-lo em sua pretensa singularidade e, expondo-lhes o suposto caráter do risco de suas ações ‘irracionais’. Para Marcuse, “quando a técnica se torna a forma universal de produção material, circunscreve toda uma cultura; projeta uma totalidade histórica, um ‘mundo’” (MARCUSE, 1973, p. 150).

Dominada pela técnica moderna, a caminhada tornou-se um produto universal, circunscrevendo os modos espontâneos de se locomover, degradando a técnica corporal em seus diversos estilos culturais e impondo a sua totalidade histórica e unificando e padronizando o ato. Tornou-se um ‘mundo’ à parte, reduzindo-se componente de análise estatística, cujo referencial desloca-se do sujeito para o objeto a partir do estabelecimento do padrão de excelência da biomecânica determinada pela ciência.

A cultura esportiva é um exemplo da sujeição do indivíduo à técnica instrumental, a esta totalidade histórica que se impõe. Para Ponciello (1997), a cultura esportiva é uma particularidade distintiva da classe dominante em uma sociedade hierarquizada, constituindo-se de práticas específicas que representam a identidade de um grupo social e simbolizam seu estilo de vida. Tal cultura integra-se totalmente aos modos de vida capitalistas (produção, indústria, consumo), aos costumes e hábitos aristocráticos e a uma tradição lúdica dos corpos, que são características que permeiam uma sociedade que se fundamenta na visão unificada e coerente do mundo – um mundo industrializado, cientificado, tecnologicado – entendendo-se isso como uma cultura legítima que expressa uma ordem privilegiada de uma sociedade civilizada (PONCIELLO, 1997). Os indivíduos, submetidos ao adestramento das modalidades esportivas, ainda que angariem posições de destaque na sociedade pelos seus feitos atléticos, estão submetidos justamente ao domínio e controle do padrão técnico advindo da norma econômico-cultural vigente.

Da cultura esportiva para a cultura do corpo, as bases conceituais construtoras da ordem e da norma social mantêm-se intactas. Ou seja, se o esporte não é para todos, pois requer habilidades específicas que são elevadas ao máximo em seu potencial e é a marca distintiva de um seletivo grupo de indivíduos talentosos (privilegiados geneticamente), a cultura do corpo deveria pertencer a todos. Contudo, ela exalta a forma corporal perfeita (o indivíduo ‘sarado’ que ‘malha’ diariamente), e faz os músculos ‘saltar aos olhos’, numa exibição paranoica do antigo ideal apolíneo.

O meio principal que propicia o surgimento do ‘corpo atlético’ é o exercício físico. O ideal que rege a cultura do corpo é ser feliz e eternamente jovem, esbelto, ‘definido’, um corpo que esbanja saúde e alegria, onde a entropia se faz de vencida e a morte sucumbe ante a tirania do deus músculo. É a corpolatria superando a corporeidade, a motricidade se impondo ante a motrivivência. Recorre-se, assim, a mil e uma opções que o mercado da aptidão física e do bem-estar oferece aos adeptos mais sensíveis aos apelos do corpo que dói, mas que sai vitorioso no final⁷.

Em Martin Heidegger, encontramos argumentos que contribuem para a compreensão do fenômeno andar a pé/caminhada a partir de reflexões sobre a técnica e que servem para fundamentar o entrelaçamento da técnica com o exercício físico e deste com a caminhada. O filósofo alemão, em texto publicado em 1954, intitulado *A questão da técnica*, discorre sobre o entendimento da técnica na sociedade industrial, a técnica moderna, “algo totalmente incomparável com todas as outras técnicas anteriores, porque ela repousa sobre a moderna ciência exata da natureza” (HEIDDEGER, 2007, p.38), cuja essência está no desocultamento do potencial da natureza que, de outro modo, não se realizaria por si mesmo, isto é, sem a interferência da técnica.

A técnica não é somente um fazer, manejar ou empregar meios para fins, porém, um desalojar, no sentido de um exigente desafio à natureza para dela extrair e armazenar seu potencial energético conforme a necessidade humana assim a obriga. A natureza, no contexto da técnica moderna, desabriga-se como uma reserva em potencial para servir às demandas impostas pelo ser humano em seu percurso rumo ao progresso.

Jacques Ellul, em 1964, refere-se à questão da técnica da seguinte maneira:

A técnica exige previsibilidade e, em não menor grau, exatidão de previsão. É necessário, portanto, que a técnica prevaleça sobre o ser humano. Para a técnica isto é uma questão de vida ou morte. A técnica precisa reduzir o homem a um animal técnico, o rei dos escravos da técnica. O capricho humano esboroa ante essa necessidade; não pode haver nenhuma autonomia humana face à autonomia técnica. É preciso que o indivíduo seja talhado por técnicas, quer negativamente (pelas técnicas da compreensão do homem), quer positivamente (pela adaptação do homem à estrutura técnica), a fim de eliminar os defeitos que sua determinação pessoal introduz no projeto de organização (Ellul apud ROSZAK, 1972, p. 19).

⁷ Alusão ao jargão do halterofilismo “*no pain, no gain*” (“sem dor, sem ganhos”), ou seja, se não submeter o corpo à exaustão pelo exercício físico, não haverá resultados (ganhos em massa muscular ou definição corporal).

A técnica moderna, aplicada ao corpo humano e manifestada sob a forma de exercício físico, preenche os requisitos indispensáveis que sintetizam o domínio técnico sobre o movimento humano: exatidão e previsibilidade de execução, se impondo como uma necessidade a quem deseja o ‘corpo perfeito’ e a ‘juventude eterna’. Pode-se dizer que, atualmente, o exercício físico é o responsável pela modulação do comportamento do indivíduo no que se refere ao modo como este se apropria de seus movimentos corporais.

A caminhada, no sentido conferido pela técnica moderna, tornou-se um desalojar das reservas energéticas do corpo humano para a satisfação das demandas sociais pela saúde, conforme o direcionamento de uma cultura corporal voltada para o bem-estar físico e a estética corporal. Esta cultura corporal traz à superfície o *Homo Sportivus*, um modelo de existência humana forjado pelos ideais e pela prática esportiva, cuja proposta é a renovação da vida e a realização de uma expressão extraordinária da Humanidade (BENTO, 2007).

Este *Homo Sportivus*, ideal de civilização, ao emergir dos modos de vida contemporâneos e das formas institucionalizadas do indivíduo se apropriar do seu corpo, transformou o ato de caminhar em exercício físico sob o signo da técnica. O domínio tecnocrático que se apoderou da sociedade contemporânea, elevou a técnica à condição de supremacia como o meio eficaz e indiscutível no que concerne à providência das necessidades vitais do ser humano, um pré-requisito fundamental à realização dos desejos pessoais. Assim, por meio de consultas aos especialistas – os tecnocratas do saber – o indivíduo é levado a crer que a resolução de seus problemas e a satisfação de sua existência encontra-se garantida. Nas palavras de Theodore Roszak,

A característica principal do regime de especialistas está no fato de que, embora possua amplo poder coercitivo, ele prefere extrair-nos submissão explorando nossa profunda lealdade para com o cientificismo e manipulando as seguranças e bens materiais que a ciência nos deu (ROSZAK, 1972, p. 22).

A racionalidade objetiva e o conseqüente domínio técnico-instrumental que imperam nos modos de vida sociedade contemporânea e invadem cada vez mais as particularidades da existência individual por meio dos sutis apelos ao uso desenfreado da tecnologia, evidenciam o cenário onde o indivíduo é constringido a abandonar a espontaneidade e a singularidade de sua existência para entregar-se às mãos de profissionais, cujo conhecimento técnico-especializado, lhe asseguraria a maneira correta de caminhar e, desta atividade tecnicizada e tecnologizada, extrair todos os benefícios apregoados pela ciência.

Quando se diz, portanto, que do ponto de vista biomecânico e fisiológico o correto é caminhar de tal ou qual forma, afirma-se a supremacia da técnica moderna sobre autonomia do indivíduo. Prevalece o componente técnico subjugando a determinação pessoal e, neste modelo, isto significa o suposto aperfeiçoamento da natureza humana, ou seja, extrair do corpo a potência energética que ele, por si mesmo – isto é, espontaneamente – não estaria apto ou disposto a ceder.

A caminhada/exercício físico, assim, se impõe como o modo do indivíduo executar movimentos precisos para um fim objetivo, com uma sequência ordenada de gestos técnicos direcionados para retirar do corpo um potencial oculto (saúde? beleza?). A técnica moderna, aplicada ao andar a pé na forma de exercício físico, logo, promove a padronização do gesto corporal, uniformizando o todo coletivo e desvalorizando a singularidade de quem caminha. Este, ao perder a autonomia sobre o seu próprio repertório gestual, deixa de vivenciar a caminhada como algo genuíno, perdendo de vista a capacidade do andar a pé de provocar-lhe as experiências de vida significativas. A caminhada torna-se, então, no contexto desta racionalidade objetiva e domínio técnico-instrumental, um andar a pé rígido, mecanizado e que, talvez, pouco tenha a ver com expressão sensível da natureza humana, reduzindo-se a síntese de uma corporeidade tecnicizada⁸.

Neste contexto em que predomina o exercício físico como ‘o bem maior que sana todos os males do corpo’, propõe-se aos profissionais da saúde a reflexão e a crítica acerca da prática da caminhada como um modelo forjado pela técnica moderna, ao qual, em suas conceituações e elaborações, desconsidera as particularidades do gesto motriz e as singularidades do indivíduo, sobrepondo a eficiência mecânica em detrimento da eficácia da espontaneidade.

O sujeito caminhando e o reencantamento do mundo

A despeito da imposição da técnica moderna, o ser humano, em sua busca infindável pela felicidade, resiste entre o andar a pé espontâneo e a impostura da prática da caminhada. Encontram-se, pelo Brasil, inúmeros grupos de caminhantes que fazem do andar a pé um modo de expressão das singularidades dos indivíduos, cujo gosto de caminhar e o estar junto à Natureza são os principais diferenciais dessa ‘livre caminhada’ que, em sua maioria, ocorre nos finais de

⁸*Power Walking, Nordic Walking e Fit Walking* são formas de caminhar em que predomina o caráter técnico em detrimento à espontaneidade.

semana em estradas rurais entre os municípios e em percursos que podem ultrapassar os vinte quilômetros (AUGUSTI, 2014).

Este andar a pé sem observações de normas biomecânicas e fisiológicas, então, retoma o que Gross (2010) aponta como uma possível compreensão da essência do que podemos denominar de *sujeito caminhando*:

Caminhar não é um esporte. Pôr um pé na frente do outro é uma brincadeira de criança. Nada de resultados, nada de números quando se dá um encontro: o caminhante dirá que caminho tomou, em que trilha se descortina a mais bela paisagem, a vista que se vislumbra de tal ou qual terraço. [...] Para caminhar, são necessárias antes de tudo duas pernas. O resto é supérfluo. [...] E depois, quando se anda a pé, só há um desempenho que de fato conta: a intensidade do céu, o viço das paisagens. (GROS, 2010, p. 9-10)

É nesta perspectiva que o andar a pé espontâneo e eficaz difere da prática da caminhada/exercício físico, mecanizada e eficiente, submetida e controlada e que transforma o indivíduo em autômato. Para o sujeito caminhando os sentidos se aguçam, as sensações afloram e o mundo é percebido em outra dimensão, qual seja, a da experiência significativa oriunda da vivência corporal. Nas palavras de Bruhns (2009):

A experiência do caminhar perdura além do efêmero e possibilita uma combinação entre o prazer estético (admiração) e o desejo de conhecer. Uma série de sensações físicas se faz presente – olfativas (odores de plantas, flores, detritos e outros), táteis (calor temperado pela brisa, temperatura da água, por exemplo), visuais, auditivas -, em um meio ambiente a ser descoberto, percebido e conhecido pelo aguçamento dos sentidos. Uma experiência de contemplação filtrada por valores e concepções de vida (BRUHNS, 2009, p.164).

Ao se perder o sentido antropológico do andar a pé na prática tecnicizada da caminhada, o significado atribuído ao ato se resume às determinações normativas técnico-instrumentais. Prevalece o gesto técnico esportivo. Porém, para que as vivências desabrochem genuinamente, como em Bruhns (2009), se faz necessário compreender a caminhada a partir de um gesto técnico vinculado a um princípio criador, algo associado à arte – uma arte corporal – que expressa um modo de fazer derivado das experiências de cada caminhante – uma técnica empírica, portanto – que ainda não foram penetradas por teorias, explicações ou demonstrações científicas.

Embora não se discuta a validade do conhecimento científico e as técnicas dele decorrentes, Granger (1994) alerta para os saberes adquiridos pela experiência pessoal, que são tão válidos quanto os científicos. Considerando que todo gesto humano é uma técnica corporal

obtida pela experiência e muito anterior ao conhecimento científico, a questão central desse embate é que a prática da caminhada, ainda não incorporada pela ciência, permite a expressão da singularidade de quem caminha, uma intenção, um estilo próprio e criativo. O caminhante, portanto, é aquele que atribui sentido à própria caminhada.

Este sujeito caminhando, portanto, é o condutor de seus passos e ele os aperfeiçoa na medida em que caminha. Ou seja, quanto mais se anda a pé, mais se aprimora o gesto de caminhar, e isto cabe somente a quem vivencia. Impor padrões de movimentos considerados eficientes por julgamentos exteriores ao sujeito, forjados em conceitos, é o mesmo que sentenciar o fim da espontaneidade em prol da mecanização sistemática e da hegemonia de um tipo de conhecimento fragmentado e desvinculado da vida. Fica-se a impressão que quanto mais se busca a eficiência, mais se desvia das singularidades dos sujeitos e, em consequência, mais se avança no domínio de um processo desumano que aniquila o que ainda possa haver de espontâneo na natureza humana.

Que não se perca, pois, a naturalidade do andar a pé. Que a caminhada constitua-se no modo do sujeito se apropriar do mundo, conhecendo-o a partir de suas sensações e percepções, emancipando-se das representações forjadas em uma racionalidade técnica que lhe subtrai possibilidades de vivências e um sentido da existência peculiar que emerge a cada caminhada. Esta caminhada que, conforme Le Breton (2000) apresenta-se como um jeito simples e tranquilo de reencantar o mundo, é onde se encontram o sentido e o significado do andar a pé, uma prática que se inscreve nas dimensões do físico, do sensível e do espiritual, e que ainda resiste às determinações técnico-científicas da sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

- APULEIO, Lucio. **O asno de Ouro**. Tradução de Francisco Antônio de Campos. Portugal: América, 1990.
- AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. O andar a pé como fator de distinção social no Brasil do século XIX. **Tempos Históricos**. Vol 23. 1º semestre/ 2019, p. 408-434.
- AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. **Caminhada e estilo de vida: implicações no lazer e na qualidade de vida**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro, SP, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: **Textos de Walter Benjamin**. Flávio R. Kothe (org.) São Paulo: Ática, 1985.

- BENTO, J. O. Do “Homo Sportivus”: relações entre natureza, cultura e técnica. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.21, n.4, p.315-30, out./dez. 2007.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRUHNS, Heloisa Turine. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. São Paulo: Manoel, 2009.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.
- CASPERSEN, Carl. et al. Physical Activity, Exercise and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research. **Public Health Reports**. v.100, n. 2, p.126-131, 1985
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COVERLEY, Merlin. **A arte de caminhar: o escritor como caminhante**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- DAÓLIO, Jocimar; VELOZO, Emerson Luís. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte. **Pensar a Prática**, vol 11, nº 1, p.9-16, 2008. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/1794/3338> . Acesso: 04/04/2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GRANGER, G.G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Unesp, 1994.
- GROS, Frederic. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Ciencia y técnica como ideologia**. Madrid: Tecnos, 1986.
- HANSON, Victor Davis. **O modelo ocidental da guerra: a batalha da infantaria na Grécia clássica**. LesBellesLettres, coleção Histoire, 1990.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **ScientleStudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.
- LE BRETON, David. **Éloge de la marche**. Paris: Métailié, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.
- LEITE, Paulo Fernando. **Aptidão Física, Esporte e Saúde: prevenção e reabilitação**. São Paulo: Robe, 1990.
- LOYOLA, Hollanda. Um Povo desfila. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n.58, p. 9, 1941.
- MARINS, Paulo Cesar Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.
- MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MEDEIROS, Daniele Cristina Carquijeiro. As publicações médicas e as estâncias hidrominerais (1930-1940): o incentivo médico ao contato com a natureza. In: Simpósio de Hidrologia Médica. Águas Termiais, Minerais e Naturais de Poços de Caldas, 1, 2014, Poços de Caldas, **Anais**, Poços de Caldas, nov.
- PONCIELLO, Christian. **Les cultures sportives**. PUF. 1997.

PORTO DA SILVEIRA, J.F. **Erathostenes e a medida da Terra, c. 250 AC.** Instituto de Matemática, UFRGS. Porto Alegre: 2000. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~portosil/erath.html>. Acesso em: 18/7/2016.

REIS, José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROBINSON, Jeffrey; GILBERT, Roger. **The Walk: notes on a romantic image.** London: WW Norton, 1989.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura.** São Paulo: Vozes, 1972.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Les Confessions. Têxtedumanuscrit de Genève.** Édition E-books Libres. Disponível: https://ebooks-bnr.com/ebooks/pdf4/rousseau_les_confessions.pdf. Acesso: 03/04/2020.

SHELLE, Karl Gottlob. **A arte de passear.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SERRES, Michel. **Variações sobre o corpo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2012.

SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica: contribuições a uma filosofia da vida.** Porto Alegre: Edições Meridiano, 1941.

VIESENTEINER, JorgeLuís. O conceito de vivência (Erlebnis) em Nietzsche: gênese, significado e recepção. **Kriterion**[online]. 2013, vol.54, n.127, pp.141-155. ISSN 0100-512X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100008>. Acesso: 16/7/2016.

WILMORE, Jack; COSTILL, David. **Fisiologia do esporte e do exercício.** São Paulo: Manole, 2002.

Criminalidade feminina e suas representações na imprensa: o caso das mulheres dos “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960)

Criminalidad femenina y sus representaciones en la prensa: el caso de las mujeres de los “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960)

Maíra Cristina Tomé Fonseca

Graduada em História

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

mairatome@hotmail.com

Recebido em: 25/06/2020

Aprovado em: 27/07/2020

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as representações criadas por jornais e revistas da década de 1960 – tanto locais quanto de circulação nacional – sobre quatro mulheres criminosas da cidade de Uberaba – MG, num caso que ficou popularmente conhecido como “Crimes do Agradinho”. Sabendo que, historicamente, as mulheres tiveram que ocupar um lugar de docilidade e passividade, não ultrapassando muito os limites do ambiente doméstico, veremos nesse trabalho quais são os impactos e os discursos produzidos por determinados setores da sociedade quando essas mesmas mulheres transgridem e quebram as expectativas em relação aos papéis sociais pré-estabelecidos e se mostram as agentes, as executoras de um crime. Para isso, estaremos amparados em discussões sobre História das Mulheres e das Relações de Gênero; História e Imprensa; e Crime e Imprensa.

Palavras-chave: Uberaba; Criminalidade feminina; Imprensa e crime.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar las representaciones creadas por periódicos y revistas de la década de 1960 – tanto locales cuanto de circulación nacional – acerca de cuatro mujeres criminales de la ciudad de Uberaba – MG, en un caso que se ha vuelto popularmente conocido como “Crimes do Agradinho”. Sabiendo que, historicamente, las mujeres tuvieron que ocupar un lugar de docilidad y pasividad, no sobrepasando mucho los límites del ambiente doméstico, veremos en ese trabajo cuáles son los impactos y los discursos producidos por determinados sectores de la sociedad cuando estas mismas mujeres violan y rompen las expectativas en relación con los papeles sociales preestablecidos y se muestran las agentes, las ejecutoras de un crimen. Para eso, estaremos amparados en discusiones sobre Historia de las Mujeres y de las Relaciones de Gênero; Historia y Prensa; y Crimen y Prensa.

Palabras clave: Uberaba; Criminalidad femenina; Prensa y crimen.

Introdução

No ano de 1964, o cenário nacional brasileiro estava diante do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e nos submeteu a uma ditadura durante 21 anos. Quase que simultaneamente, a cidade mineira de Uberaba se encontrava assustada e chocada com a descoberta de uma série de crimes cometidos na Rua Campos Sales, no bairro Abadia. Quatro mulheres, moradoras dessa rua, estavam envolvidas na trama e eram acusadas de terem matado pelo menos doze pessoas, desde o ano de 1957. A morte vinha pelo estômago: elas cozinhavam algo que agradasse o paladar de suas vítimas, ofereciam a comida – geralmente carne de porco, feijoada e doce de mamão – como um “agrado” e matavam a pessoa envenenada. Com o passar das investigações e com o desenrolar do caso, os crimes ganham popularmente o nome de “Crimes do Agradinho”.

O caso fica famoso na cidade e nacionalmente, chamando a atenção de rádios, jornais e revistas de todo o Brasil, os quais se constituem como nossas fontes para a escrita desse artigo. São eles: jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba; revista *O Cruzeiro*, órgão dos Diários Associados; revista *Realidade*, da editora Abril; jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro e jornal *Diário do Paraná*, também órgão dos Diários Associados. Noticia-se inclusive, que teria vindo a Uberaba um repórter da revista *Time*, de Nova York, interessado na história, mas não há confirmação da publicação. Os periódicos podem ser encontrados no site da Hemeroteca Digital Brasileira, com exceção do jornal *Lavoura e Comércio*, que se encontra no Arquivo Público de Uberaba, e da revista *O Cruzeiro*, que é acervo pessoal.

As personagens do caso foram Francisca Coelho do Nascimento, Maria Eduarda Peixoto da Costa, Maria Helena de Moura e Francisca Silva Ferreira, todas moradoras da Rua Campos Sales na época da descoberta dos crimes. A história tem início quando Maria Eduarda Peixoto, no dia 16 de abril de 1964, procura o guarda civil Ernesto Elias dos Santos, seu vizinho, para denunciar que Francisca Coelho do Nascimento seria a autora de pelo menos oito mortes ocorridas no bairro nos últimos anos. Segundo Maria Eduarda, ela precisava “tirar um peso das costas” e queria ser ouvida pelas autoridades. A polícia de Uberaba passou a investigar e, ao perceber a impressionante riqueza de detalhes com que Maria Eduarda contava os crimes, imaginou que só alguém envolvido poderia saber tanto. A delatora passa então a ser suspeita. Francisca Coelho a acusa de quatro das oito mortes denunciadas. Em contraponto, “Mariinha” diz que todas eram de responsabilidade da vizinha. Dentre as vítimas de Francisca Coelho,

estariam dois maridos e alguns desafetos. Já Maria Eduarda teria matado algumas pessoas que estariam impedindo a volta de seu marido Claudionor para casa. A série de reportagens feita pelo jornal *Lavoura e Comércio*, dizia sempre que a trama estava longe de acabar e que poderiam surgir mais nomes. E foi o que aconteceu. Maria Helena de Moura foi o terceiro nome a surgir na história como mais uma mulher a se utilizar do “agradinho”, dessa vez para matar seu amante, Milton Dias. Por último, temos o nome de Francisca Silva Ferreira, acusada de matar seu marido, Antônio Dias Ferreira (Doca), com quem era casada há mais de 29 anos.

As particularidades de cada uma dessas mulheres e suas vítimas serão conhecidas melhor ao decorrer desse trabalho, que tem por objetivo analisar as representações criadas em torno delas pelos veículos de comunicação que nos serviram de fonte, justamente por serem mulheres cometendo crimes – mais especificamente, o homicídio – pois esse era, como veremos, mais um dos lugares relegados às mulheres, um espaço predominantemente masculino e do qual não era esperado que elas fossem protagonistas. A mulher,

Quando comete crimes, não raras vezes, passa despercebida pelo imaginário social e pelo mundo jurídico, como agente capaz de arquitetar-los e praticá-los. Que mulher? Que crimes? Não é comum nas ruas, nos jornais ou no mundo acadêmico ouvir debates, notícias ou pesquisas sobre mulheres assassinas. Não é comum, também, no campo jurídico, ouvir relatos de mulheres assassinas. É mais comum ouvir relatos sobre mulheres assassinadas. (ALMEIDA, 2001, p. 13).

Por esse motivo, temos aqui a chance de dar visibilidade tanto para uma história não contada da cidade de Uberaba, quanto para os estudos sobre delitos femininos, os quais têm ganhado destaque como um campo significativo para a historiografia do crime. Sair de um papel social pré-estabelecido, já é por si só uma transgressão, uma ameaça à ordem. Por isso, as mulheres que matam trazem consigo inúmeras possibilidades de análises sobre como são vistas e representadas pela sociedade. Ao estudá-las, podemos também conhecer a vida cotidiana de um bairro, como é o nosso caso, a vida de pessoas ordinárias que, de repente, se deparam com um acontecimento que modifica todo o ritmo do lugar.

Mulheres criminosas na historiografia

Há algum tempo pensa-se qual foi e qual é o lugar das mulheres na História e na historiografia, e não restam mais dúvidas da importância desse campo na compreensão dos processos históricos. A chamada História das Mulheres atualmente é um campo de grande relevância dentro da historiografia. Mas nem sempre foi assim. Desde sempre fomos levados a

conhecer uma História majoritariamente masculina, branca e ocidental. As mulheres tiveram suas memórias apagadas e intencionalmente silenciadas. E essa intencionalidade passa não apenas pelo recorte de gênero, mas também pelas questões de raça e de classe. Se as mulheres brancas tiveram seu lugar e sua voz negados na História, as mulheres negras e pobres foram ainda mais marginalizadas.

A possibilidade de se estudar e fazer uma História das Mulheres emergiu com o movimento da Escola dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre, iniciado na década de 1920, no qual as tradições historiográficas se modificaram de forma significativa, passando a ser possível estudar a história de pessoas comuns e do cotidiano, e não apenas os grandes feitos, marcos e personagens históricos. A chamada Nova História ampliou o leque de estudos do historiador e abriu espaço para a entrada de novas fontes documentais. Além disso, possibilitou o surgimento de novos campos de estudo como a História das Mentalidades e a História Cultural, e passou a se utilizar da interdisciplinaridade¹ como ferramenta de auxílio para análise, o que contribuiu e muito para o avanço da História das Mulheres na historiografia. No caso específico do Brasil,

A influência da Nova História em curso na Europa colocara também entre nós o desafio de pensar a sexualidade, a criminalidade, os desvios. As obras de Michel Foucault, então traduzidas e publicadas, incentivaram, por sua vez, o que no jargão acadêmico convencionou-se chamar de “historiografia da transgressão”. Vários historiadores, debruçados sobre as fontes egressas das instituições de poder – a Igreja ou o Estado – varriam os escaninhos da vida social no Brasil colonial e imperial, e também republicano, em busca de práticas que se desviavam da norma no campo dos amores e do imaginário. Surgiram, assim, em artigos, teses ou livros, as histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das “mal faladas”, das pecadoras, das “doidas”, das pobres, das escritoras feministas. Devassavam-se processos de toda a ordem, lugar mesmo da transgressão. Interrogavam-se mulheres do Norte ou do Sul do país. (PRIORE, 2010, p. 226).

Dessa forma, os documentos oficiais deixam de ser a única fonte confiável para o estudo do homem e da sociedade, e é aí que as mulheres conseguem ser ouvidas. Como sempre foram invisibilizadas e apagadas dos meios oficiais, pode-se agora estudá-las através de fontes alternativas: história oral, cartas, diários, arquivos policiais e judiciários, arquivos familiares, jornais, revistas e vários outros. E, nesse sentido, a riqueza de detalhes que são encontrados no

¹ A partir daqui, a História passa a contar com a contribuição de novas disciplinas em seus estudos, como a Literatura, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras.

que antes estava à margem, traz não só as mulheres para o centro, mas também os negros, os escravos, os indígenas, os homossexuais e tantos outros esquecidos pela história.

A partir daí, temos a possibilidade de estudar as mulheres no universo da violência e de pensá-las não apenas como vítimas das diversas formas de opressão a que, de fato são submetidas ao longo da História, mas também sob um outro olhar, descortinado no momento em que elas ultrapassam os limites das expectativas em relação aos papéis sociais e se revelam as agentes dos crimes, as criminosas. Sabendo da condição feminina que foi historicamente imposta, vemos que um crime cometido por uma mulher é capaz de causar grande estranheza, pois não se é esperado que ela seja capaz de cometer qualquer tipo de delito, ou pior, de matar alguém, sendo próximo ou não a ela. Além disso, há o fato de que convencionou-se considerar o homicídio um “crime masculino”. Essa forma de negação das mulheres dentro do mundo do crime, como se esse fosse mais um dos lugares onde elas não poderiam estar e agir de fato, se mostra igualmente uma forma de retirá-las de um papel central, como autoras de determinado acontecimento histórico – ainda que seja de um crime.

O perfil da mulher, no Brasil, como emocionalmente mais frágil e passiva, cuja sexualidade é negada em nome da reprodução, diluiu no imaginário social a imagem da mulher vítima, incapaz de transgredir e violentar. Quando realizam ações desse tipo, são consideradas em segundo plano, como exceções. Essa história advém do período colonial em que se instituiu o sistema patriarcal e do período de transição para uma sociedade burguesa, aquele que instituiu a família burguesa nos moldes europeus, quando a figura da mulher foi institucionalizada como esposa e mãe, e nada mais. Percebe-se, nos casos em estudo, um claro condicionamento emocional, e, não se pode negar, a mulher criminosa também é fabricada por essa sociedade. Entretanto, e já sabemos, nem sempre foi assim a história das mulheres e, hoje, além da emoção e da paixão, muitas mulheres carregam em si a necessária frieza para cometer determinados crimes. (ALMEIDA, 2001, p. 104).

Portanto, estudar as mulheres criminosas dentro da historiografia passou a ser um campo de grande interesse para as(os) historiadoras(es), configurando um campo de História dos crimes e dos(as) criminosos(as). Dominique Kalifa (2012, p. 187) nos diz que “o crime é um acontecimento histórico popular; ele é esse fato que ocorre de repente na vida das pessoas ordinárias, suscitando nelas o inesperado, o extraordinário, o acontecimento – o histórico, portanto”. Assim, através dessas histórias, podemos conhecer personagens que, de outra forma, talvez jamais teriam visibilidade.

Para pensarmos então, a realidade das mulheres no mundo dos desvios, precisamos ter em mente, antes de qualquer outra coisa, o abismo social que existiu e ainda existe entre as

mulheres pobres e não brancas, de camadas mais baixas; e as mulheres das camadas mais elevadas, brancas e que se adequavam aos padrões da sociedade burguesa que foram estabelecidos no Brasil após a instauração da República, como nos mostra Rachel Soihet (2018). Criou-se uma ideia, que se perpetua até os dias de hoje, de que as mulheres pobres e não brancas cometeriam mais crimes do que as mulheres burguesas, mas isso se esvai a partir do momento em que consideramos que à essas últimas estavam dispostos muito mais recursos tanto para encobrir alguns casos como para se defender deles. Os casos de transgressão vindos por parte das mulheres pobres e não brancas tinham muito mais chances de se tornarem casos de polícia. Além disso, a maioria das mulheres populares não tinha acesso a bons advogados e esse é só mais um dos fatores que ressalta a desigualdade.

Há também um outro aspecto, que diz respeito à relação das mulheres com o trabalho e a rua. Enquanto a mulher burguesa estava reduzida ao espaço doméstico, dedicando-se à família, as mulheres pobres há tempos ocupavam o ambiente da rua. Necessitavam, por questões de subsistência, sair de casa para vender sua força de trabalho. A rua que, ao mesmo tempo em que representava um espaço de possibilidades e novidades, onde tudo acontecia, representava também o espaço do perigo e da transgressão e, por isso, os crimes que eram cometidos por mulheres nesse espaço tendiam a ser muito mal vistos, bem mais que os cometidos no ambiente doméstico, e eram alvos de maior repressão policial, além de terem mais probabilidades de condenação. As mulheres que estavam de alguma forma presentes nesse espaço estavam muito mais próximas dos desvios da sociedade – e, conseqüentemente, do universo masculino – e, por isso, não tinham como ser bem vistas.

Apesar de, na década de 1960 – período aqui estudado – as mulheres terem conquistado mais espaços, como o das universidades, por exemplo, e lutarem com voz mais ativa pelos seus direitos, com a emergência e o fortalecimento do movimento feminista, há ainda uma necessidade, por parte de setores conservadores da sociedade, de controle dos corpos femininos, tanto moral, quanto sexual e político. As publicações da época, em revistas e jornais, tinham um misto de conservação de um comportamento ideal para as mulheres e ousadia para começar a quebrar algumas dessas correntes. Assim, apesar de muitos avanços em relação ao início da República, o mundo do crime continuava um espaço não adequado para as mulheres, assim como inúmeros outros.

Não há como negar, no entanto, que as mulheres criminosas são personagens marcantes na vida cotidiana de uma cidade, justamente por contrariarem os padrões impostos a elas e, por isso, são ricos objetos de estudo para nós historiadoras(es), como nos mostra Sandra Pesavento:

Algumas destas personagens ficaram na memória da cidade, sobrevivendo no relato dos mais antigos moradores, tornando-se objeto de investigação recente, como personagens hoje quase lendários. A maior parte delas, porém, foi esquecida e sobre algumas se fabricou o silêncio, abafando suas vidas. Mas, na época em que viveram, povoaram o imaginário da cidade, mobilizando a população, que as amou, detestou, condenou ou chorou por elas. Trata-se, pois, de desenterrá-las dos arquivos e tentar ler, através delas, as representações que foram criadas no passado. (PESAVENTO, 2008, p. 17).

No caso das mulheres do “Agradinho”, nossa intenção é também recuperá-las enquanto importantes personagens da história do bairro Abadia e enquanto mulheres transgressoras da ordem, bem como entender de que forma elas foram representadas pela imprensa daquele período. Estudá-las através desse tipo de fonte pode nos relevar elementos que muitas vezes passam despercebidos pelos documentos oficiais, de dar detalhes dos personagens que despertam o interesse do público e mexem com o imaginário social, que nada mais é do que “o conjunto das produções, ficcionais ou não, que podem produzir uma concepção, uma representação da sociedade, e que será produtora de práticas sociais” (KALIFA, 2012, p. 186). Como em nosso caso, no qual a série de reportagens feitas pelo jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba influenciou para que, em um único domingo, passassem pela cadeia da cidade mais de 600 pessoas a fim de ver de perto as famosas envenenadoras.

Além disso, quando pensamos as mulheres criminosas, vemos também que, ao longo do tempo, tentou-se criar uma ideia de que existiriam “crimes tipicamente femininos” e formas de matar “mais femininas” e menos agressivas, se é que isso é possível. Esses seriam, por exemplo, os crimes contra os filhos – o chamado infanticídio –, e os crimes contra os companheiros, sejam maridos ou não. Esse ideal de que as mulheres só matavam no ambiente doméstico, pessoas bem próximas a elas, num momento de grande desespero e descontrole e após muito sofrimento, servia mais uma vez para tentar manter a ordem, pois não se podia admitir que as mulheres se afastassem muito de sua natureza dócil. Nesses casos, as chances de absolvição eram maiores, visto que se alegava a legítima defesa ou por estar sob uma forte emoção, sem capacidade de distinguir o certo do errado. Porém, isso mudava quando as vítimas eram pessoas fora do ambiente familiar ou quando a mulher tinha comportamentos que se desviavam das regras do jogo social.

Pergunto: existe o “crime feminino” típico ou se trata de uma construção originada do discurso criminológico? Será que a significação dos crimes a elas atribuídos não esconde uma realidade diversificada em torno dos crimes por elas cometidos? E, sendo assim, quem é a mulher que mata e que representações sobre esse crime são construídas por ela e pelo mundo jurídico? Que lugar ocupam essas mulheres na estrutura social, no mundo cultural que é permeado pela violência? (ALMEIDA, 2001, p. 15).

Ademais, temos também o estereótipo criado sobre as formas que as mulheres se utilizavam para matar suas vítimas. Convencionou-se pensar que elas se utilizavam muito mais de métodos silenciosos e que não precisassem de força física para matar. O principal deles seria então, o envenenamento. Para pensarmos como esse mecanismo era visto pelos estudiosos mais próximos da época do nosso caso, temos como exemplo as ideias de Napoleão L. Teixeira²:

Crime por excelência da mulher: o envenenamento. Comum nas históricas, carrega, em si o *sélo* da histeria: é o crime estranho, dissimulado, misterioso, o crime praticado na sombra. Para um envenenador, assinala Frederic Boutet, há cem envenenadoras. Diz Paul Bourget que o gesto de deitar a morte num copo é tipicamente feminino: não exige força física; não expõe quem o realiza a possível defesa da vítima, quando a arma branca ou a arma de fogo, manejadas por mãos frágeis, talvez falhassem. Daí a conclusão de autor francês, de que o veneno é a arma das mulheres e dos cobardes. (TEIXEIRA, 1955, p. 135).

O autor discorre também sobre o arsênico, o veneno que foi a arma utilizada pelas mulheres do “Agradinho”.

E, dos venenos, o preferido pelas mulheres envenenadoras é, ainda, o arsênico. Por quê? Pela facilidade de sua aquisição, pelo sabor quase imperceptível, por sua cor facilmente disfarçável e, finalmente, porque o arsênico, ministrado em doses gradativas, paulatinas, pode passar quase despercebido àquele que o ingere. Envenenadoras famosas apareceram na história: Locusta, ao tempo de Nero; Lucrecia Borgia e sua famosa “acqua tofana”; Beatrice de Cenci; Catarina de Médicis; Madame de Montespan; a Marqueza de Brinvilliers; Catarina Voisin; e, recentemente, na França Marie Besnard, mulher que matou dois maridos, seu pai e sua mãe, o sogro e a sogra, e mais seis parentes e amigos; descoberta, causou surpresa a revelação de ser ela uma criminosa, por ser mulher notável por sua bondade, afabilidade, lhanza de trato, por seu elevado espírito caritativo e por sua grande religiosidade. (TEIXEIRA, 1955, p. 135).

Essa substância tem um histórico bem particular, justamente por ter sido amplamente usada como forma de matar ao decorrer da História, povoando o imaginário daqueles que se interessam pela cultura criminal. Além disso, tem um histórico terapêutico para a medicina, tendo sido utilizada como tratamento de diversas enfermidades, inclusive da sífilis até a década de 1940, antes da introdução da penicilina (GONTIJO; BITTENCOURT, 2005).

² Professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Temos, portanto, o reforço de um discurso médico da época, que acaba se transferindo para a sociedade, de que o envenenamento como forma de matar é um recurso dos que, dentro de sua covardia e fraqueza, escolhem matar de forma silenciosa. Isso foi, durante muito tempo, uma verdade que tinha preponderante influência sobre as instâncias jurídicas.

Conhecendo melhor, pois, as particularidades encontradas quando voltamos o nosso olhar para as mulheres no mundo do crime, podemos assim entender que, quando uma mulher mata, ela antes de qualquer outra coisa está rompendo com toda uma condição que lhe estava imposta anteriormente. Muitas vezes, ela enxerga no crime a única forma de sair da opressão a que está submetida; uma forma de emancipação. Sabe-se que, embora com muitas tentativas de mostrar o contrário, as mulheres que cometem crimes não deixam de ser mulheres, mesmo no sentido socialmente construído. Elas só veem na violação das normas sociais uma forma, ou a única, de escapar de suas amarras. “O crime também pode ser uma forma de manifestação de insatisfação da mulher e questionamento das estruturas machistas ainda existentes” (ALMEIDA, 2001, p. 105).

A relação entre História e Imprensa

A utilização da imprensa como fonte para a historiografia no Brasil também está relacionada com a chegada da Nova História, como nos mostra Tânia de Luca (2008), com a terceira geração dos Annales, na França, que abriu caminho para que os historiadores pudessem se valer de novos objetos e abordagens para a análise e compreensão da sociedade. Anterior a isso, esperava-se que o historiador trabalhasse com fontes indubitáveis, confiáveis, neutras e recuadas de seu tempo. Jornais e revistas, portanto, estariam totalmente descartados visto que tinham sua credibilidade posta à prova em todos esses sentidos. No entanto, já sabemos que esses documentos podem ser muito relevantes para nossos estudos, desde que tenhamos o olhar atento, fazendo as críticas pertinentes e nunca nos esquecendo de que sempre há uma intenção, uma produção de sentido ao escolher o que deve ser noticiado e o que deve ser esquecido. Para o jornalista, é sempre mais importante registrar o momento. Já ao historiador cabe recuperá-lo e interpretá-lo.

Ao pensarmos então, uma história da imprensa brasileira, vemos que ela é repleta de particularidades e foi se construindo e se desenvolvendo concomitantemente à história do próprio Estado Nacional.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (DE LUCA; MARTINS, 2013, p. 18).

Ao longo de nossa trajetória, seja enquanto Colônia, Império ou República, é possível apreender peculiaridades e transformações dentro da imprensa, e é importante ter em mente que, independente do período histórico, a imprensa sempre esteve intimamente ligada com as forças do jogo político e das instituições no Brasil, tanto é que os personagens presentes em qualquer uma dessas esferas eram, na maioria das vezes, os mesmos.

Diante do exposto, conseguindo perceber que a grande mídia sempre esteve na linha de frente de defesa de governos poderosos e autoritários, podemos pensar que nossa análise sobre os “Crimes do Agradinho” se insere nesse contexto de imprensa que saía em defesa do golpe militar. O início das reportagens sobre nosso caso coincide justamente com o mês do golpe militar, abril de 1964. As revistas trabalhadas, de circulação nacional, faziam parte de grandes conglomerados da mídia brasileira, como, por exemplo, os *Diários Associados*, no caso da revista *O Cruzeiro* e, por isso, serviam e davam voz aos poderosos daquela época. O impresso de alcance regional, o jornal *Lavoura e Comércio*, também não escapa dessa realidade, visto que defendia o pensamento conservador dos fazendeiros e comerciantes da cidade de Uberaba. Portanto, não é difícil perceber as tendências e ideologias de cada fonte estudada, e é de extrema importância que se considerem essas questões para que entendamos as formas com que esses meios se referiram às nossas personagens.

O crime na imprensa no Brasil: história e historiografia

Pensando então, nas novas possibilidades e fontes para a compreensão do homem e da sociedade que nos foram ampliadas ao final do século XX, Marc Bloch (2001, p. 79), ao tratar das fontes, nos diz que: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. Assim sendo, os periódicos que trazem em suas páginas notícias sobre crimes ganham espaço na medida em que se mostram ferramentas poderosas para a compreensão de como viveram os sujeitos anônimos do nosso passado – que de outra forma não teriam espaço na historiografia –, e não só as grandes figuras.

Assim,

Levando-se em consideração que os jornais criaram um dos caminhos para se pensar questões envolvendo criminalidade e qual seria a ação legítima da justiça, uma análise dos discursos contidos nesses periódicos é de suma importância para os autores preocupados com uma história social do crime para a construção de um quadro mais completo sobre as principais forças que moldaram as atitudes de uma parcela da população a respeito da criminalidade, das ações policiais e da justiça. (CARNEIRO, 2015, p. 64).

Torna-se, portanto, importante objeto de estudo à medida que se mostra uma rica ferramenta de análise social, pois tem ali muitos sujeitos envolvidos: os criminosos, as vítimas, o olhar do jornalista que escreve a notícia e a reação do público que a lê. Os crimes que vão para os noticiários têm suas particularidades, visto que conseguem atingir o grande público, coisa que os documentos legais não conseguem fazer. Enquanto as fontes criminais falam com uma linguagem jurídica e mais objetiva, os jornais e as revistas, por sua vez, através de elementos como a linguagem, a estrutura, os títulos e as manchetes, a utilização de iconografias e toda uma narrativa que pode ser mais romanceada, conseguem chamar a atenção do público e, assim, reforçar os padrões de comportamento e vender o produto. O caso do “Agradinho”, especificamente, se mostrou um interessante tema de vendagem para os veículos impressos que o noticiaram, na medida em que se mostrava ser um assunto que despertava grande curiosidade do público. Para além do processo judicial, esse caso, ao ser noticiado por vários veículos de comunicação Brasil afora, mexeu de forma significativa com o imaginário popular, visto que não era esperado que viesse das mãos de quatro mulheres.

Com isso, ao noticiar os crimes à sua maneira, a imprensa é capaz de influenciar o público e suas condutas diante do ocorrido, visto que está sempre dialogando com a opinião pública. Podem ser influenciados, inclusive, o processo e a sentença judiciais. Não podemos, no entanto, cair na armadilha de colocar o leitor como um mero receptor da notícia, assintomático e passivo, que recebe a influência pretendida pelo jornal e não reage, apenas reproduz. Obviamente sabemos que os leitores têm suas percepções de mundo e que nenhuma notícia vai ser lida da mesma forma e terá o mesmo impacto em pessoas diferentes. As notícias e as formas como são postas trazem sim intencionalidades, mas não podemos tratar o público como “marionetes” delas. O fato é que, independente da forma com que reverbere, esse tipo de notícia tem sempre o poder de chamar a atenção. O primeiro impacto e a primeira curiosidade estão ali presentes.

Conscientes disso, podemos nos perguntar: o que torna essas notícias sobre crime e violência tão interessantes ao público? Por que as notícias relacionadas a tragédias despertam

tanto a nossa curiosidade? De que forma a imprensa se utiliza desse gosto peculiar para atrair atenção? Dominique Kalifa argumenta:

Parece-me que uma das principais características da cultura de massa seja transformar, progressivamente, o leitor, o espectador, no objeto mesmo do consumo cultural. Trata-se de uma cultura autofágica, que faz do consumo de nós mesmos o coração de sua produção, sendo, por isso, uma cultura democrática no primeiro sentido do termo. Nós nos consumimos. (KALIFA, 2012, p. 187).

São, portanto, “histórias que contam às pessoas ordinárias, aos leitores ordinários, qualquer coisa de suas próprias vidas, de suas próprias histórias” (KALIFA, 2012, p. 187). Percebendo essa dinâmica, os periódicos viram nessas notícias uma oportunidade de aumentar sua fama e seu lucro, o que se mostrou uma grande estratégia da imprensa ao redor do mundo. Eles alcançavam assim, um maior público, que ficava ansioso para acompanhar as páginas policiais, o desenrolar e o desfecho dos casos, e ainda iam além, pois conseguiam reforçar os papéis e as normas sociais, o que é feito até hoje.

Como salienta Fonteles Neto (2009):

Os periódicos, de forma mais acessível ao grande público, passam a canalizar e disseminar as teorias criminológicas, no fim do século XIX e início do XX, e ao mesmo tempo serviam de ressonância para a construção de estereótipos em torno da figura do criminoso nos setores populares, evidenciando estigmas físicos e traços de sua personalidade. A partir daí, criminosos passam a conquistar notoriedade por terem seus crimes registrados nos jornais e revistas. Surgem os primeiros repórteres especializados que não se limitam apenas ao mero registro. Eles introduzem a crônica policial como uma peça caracterizada por certo estilo e competem, às vezes, com as autoridades na apuração dos crimes misteriosos. (FONTELES NETO, 2009, p. 5).

Assim, os crimes ganham seu espaço particular e de destaque na imprensa, fazendo-se cada vez mais presentes as notícias sensacionais sobre tragédias, mortes, assassinatos, suicídios, à medida que a indústria da comunicação passa a se beneficiar desse tipo de abordagem. Valéria Guimarães nos mostra em seu trabalho que a modernização empreendida na República Velha, chega também até a imprensa, porém, o sensacionalismo estampado nos impressos, “dentro da perspectiva dos contemporâneos, estava ligado ao seu oposto em uma chave representada como atraso, excessivamente popular, não civilizado, algo a ser banido” (GUIMARÃES, 2008, p. 2). Apesar de estar totalmente ligado à modernização da imprensa, era sempre alvo de descrédito e vinculado a uma matriz cultural popular.

Dentro dessa discussão, temos o conceito de *faits divers*, ou fatos diversos, advindo da historiografia francesa do crime.

Em seu sentido mais usual, os *fait divers* são a seção dos jornais dedicada aos incidentes do dia (normalmente mortes e crimes de sangue). Seu termo remonta à criação da grande imprensa em fins do século XIX e seu sentido primeiro é o de ordem profissional, significando igualmente notícia de pouca importância. Os jornais que concedem grande espaço a esse gênero são geralmente considerados como imprensa altamente popular. Os *fait divers* são associados ainda ao horror e ao drama, vinculando nas páginas dos jornais também notícias de suicídios, de acidentes, de personagens anormais, de erros jurídicos, de anedotas, dentre outros. É por meio da análise dessas reportagens que surge a maior parte dos estudos sobre a relação entre criminalidade e mídia que se utilizam das contribuições da História Cultural. (CARNEIRO, 2015, p. 67).

Portanto, para os estudiosos da História Cultural, é mais do que necessário passar pelo estudo do *fait divers* quando vão tratar da relação entre crime e imprensa. É fundamental essa discussão que abarca as notícias sensacionais e os *faits divers*, visto que eles trazem o cotidiano, as particularidades e peculiaridades de uma cidade, um bairro ou uma rua, como no caso desse trabalho. A linguagem oral, tão rica e por muito tempo tão desvalorizada dentro da historiografia, é trazida para dentro das redações dos jornais e aproxima o público da notícia. Por isso, quando se diz que esse tipo de notícia é extremamente popular, no sentido de grau de instrução e classe social, deveria estar muito mais ligado à percepção cultural e não a algo pejorativo, visto que se pode apreender dali a história e a cultura de um povo.

O caso das “envenenadoras de Uberaba”

Imagem 1 - As quatro mulheres do “agradinho” atrás das grades da cadeia de Uberaba, nas páginas da revista *O Cruzeiro*, edição de 06 de junho de 1964. Na parte superior, da esquerda para a direita: Francisca Coelho do Nascimento e Francisca Silva Ferreira. Na parte inferior, da esquerda para a direita: Maria Helena de Moura e Maria Eduarda Peixoto da Costa.



Fonte: Acervo pessoal.

A personagem que podemos considerar a figura central da nossa trama chamava-se Francisca Coelho do Nascimento, a “Chiquinha”, como era conhecida. Chiquinha era moradora da Rua Campos Sales, tinha 52 anos de idade na ocasião da descoberta dos crimes, viúva, usava óculos de aro de metal e fez sua fama por ser dona de um terreiro onde realizava alguns “trabalhos”, rezas e passes no Alto do Abadia. Os moradores do bairro a procuravam quando tinham algum problema e não achavam solução. “Chiquinha é macumbeira, diz o guarda civil Ernesto dos Santos, acrescentando ‘sua casa vivia cheia de gente, que procurava orientação.’” (SERIAM 3..., 1964). Para muitos, Chiquinha só sabia trabalhar para o mal. O fato é que é com essa personagem que a história se inicia e toma maiores proporções, visto que é dela que surge a ideia de se livrar de alguns “problemas” com doses de pó de rato.

As notícias nos mostram que Chiquinha começou a praticar os crimes em 1957, matando seu marido José Durval, quando passou a perceber que o mesmo era um homem violento, e então tem a ideia do pó de rato para eliminá-lo. Algum tempo depois, arranja um novo companheiro, Natal Natalino do Nascimento, e aplica a fórmula do “agradinho” no segundo marido, visto que o mesmo bebia muito. A partir daí, D. Chiquinha parece “tomar gosto” pela receita e os casos se tornam cada vez mais frequentes. Agora, não somente os companheiros eram presenteados com os “agradinhos”, mas também os desafetos da senhora se tornariam alvos. Em um dos casos, chegou a envenenar até pessoas por engano. Na intenção de matar sua vizinha Geralda Rosa dos Santos, manda um doce de mamão para a casa dela, porém o plano dá errado quando mais seis pessoas presentes no momento comem o doce envenenado. O alvo de D. Chiquinha acaba não morrendo, e sim sua filha Maria Tereza, de 18 anos. Todos os outros sobrevivem. A revista *Realidade* cita em certo momento da reportagem que D. Chiquinha teria dito “– O agradinho eu mandei para Geralda, mãe dela. Ninguém mandou ela gostar de doce de mamão...” (RIBEIRO, 1966, p. 127).

Para começarmos a pensar o imaginário construído em torno dessa personagem, temos que tomar como chave principal de análise o fato de ela estar sempre associada à macumba pelos noticiários. “Macumbeira” é geralmente o primeiro título dado a D. Chiquinha nas reportagens. Título que, historicamente, assumiu uma forte carga preconceituosa em relação às religiões de matrizes africanas – que sempre causaram certo pavor aos setores cristãos e conservadores da sociedade – e, assim, criou-se no imaginário popular uma ideia de que a macumba era uma prática utilizada para fins maléficis, dando a essa palavra uma conotação negativa. Isso fica ainda mais

visível em uma passagem da reportagem da revista *Realidade*, que mostra que Francisca Coelho do Nascimento e Maria Eduarda Peixoto foram submetidas a exames psicológicos antes de irem a julgamento. Sobre D. Chiquinha:

Se Francisca Coelho tivesse, como todos esperavam, as suas faculdades mentais abaladas, não haveria nem julgamento. Tudo se resolveria com o internamento das duas num hospital psiquiátrico, ou no manicômio judiciário. Mas o laudo médico afirmava que Francisca Coelho é pessoa normal, apesar de influenciada por soluções fantásticas de macumba e feitiçaria, e é capaz de distinguir o bem do mal, sendo pois juridicamente capaz. Se deve, tem de pagar. (RIBEIRO, 1966, p. 128).

Segundo Carvalhães, Toneli e Mansano (2018, p. 2), “a dificuldade em atribuir uma dimensão violenta às mulheres faz com que, comumente, o seu envolvimento na criminalidade seja localizado como resultado de coações, psicopatologias, paixões, frivolidade, insensatez e indecência”. Portanto, quando uma mulher comete um crime tenta-se encontrar uma explicação com suporte em outros sentidos lógicos, como a falta de equilíbrio psicológico e emocional, a legítima defesa, a prevalência do lado irracional na mulher, bem como a dimensão “selvagem”, “misteriosa”, “perigosa”, ligada à bruxaria e a certo “poder” oriundo da natureza feminina. O modo de vida levado por mulheres que cometem crimes, seus comportamentos e condutas são muito mais relevantes para a compreensão do que o próprio crime em si, e isso fica nítido nesse trecho e em diversos outros, como: “Chiquinha fazia ‘trabalho’ com charuto, vela e cachaça” (MAIS DOIS..., 1964). Esse tipo de conduta, que não era aceita socialmente, mostrava que Chiquinha realmente se desviava dos padrões de comportamento femininos não somente por ter matado várias pessoas, mas também pelo fato de ser macumbeira e, provavelmente, ter sido levada a cometer tais atrocidades justamente por ser envolvida com esse tipo de “feitiçaria”, o que uma mulher “normal”, de “boa conduta”, não seria capaz de fazer. Característica que a imprensa fazia questão de enfatizar e que, inclusive, em um dos veículos que noticiaram, se estendeu também às outras mulheres: “Macumbeiras envenenaram oito pessoas em Uberaba” (ROCHA, 1964, p. 6).

Além disso, temos o fato de que Chiquinha comete crimes não apenas contra seus companheiros, dentro da atmosfera doméstica, da vida privada e numa situação que poderia passar como legítima defesa. A personagem também utiliza o “agradinho” para matar alguns supostos inimigos e, mais uma vez, ultrapassa o limite do comportamento feminino aceitável. Novamente, ela retrata um tipo de “desprendimento da pura condição feminina” (ALMEIDA, 2001, p. 42) e isso fica muito claro na forma como as notícias se dirigem a ela. A ideia do “crime

tipicamente feminino” (ALMEIDA, 2001, p. 15) é totalmente quebrada nesse caso e, por isso, a personagem é retratada sempre como um monstro, sendo a ela atribuídos adjetivos como “perversa assassina”, “fera”, “cérebro doentio, tacanho, destituído de qualquer capacidade para raciocinar para o bem”, “macabra”, “a Barba-azul de saia”, “feiticeira”.

Chiquinha se mostra então, a idealizadora e primeira executora da mágica receita e confessa, até com certa facilidade, quatro das oito mortes que a princípio foram descobertas. “- Esses foram os meus agradinhos. Os outros são da Mariinha e das outras” (RIBEIRO, 1966, p. 125). A partir daí, vão surgindo no caso suas companheiras e vizinhas, e, juntas, elas irão alterar o ritmo e o andamento do bairro Abadia e da cidade como um todo durante aquele período.

A segunda personagem de nosso caso aparece como o fio que desenrola toda a história, pois é ela a delatora dos crimes, quem vai procurar a polícia para denunciar sua vizinha Francisca Coelho. Maria Eduarda Peixoto da Costa, a “Mariinha”, tinha 46 anos de idade, era casada com Claudionor José da Costa, moradora da mesma rua e, segundo as reportagens, era a mais “falante” de todas as quatro criminosas. Em abril de 1964, ocorre que,

No dia 16, pela madrugada, Maria Eduarda Peixoto da Costa, que acusou Francisca, começou a falar sozinha, em voz alta, em sua própria residência, na rua Campos Sales. Gritava: “Sr. Ernesto, me ajuda, que tenho um peso nas minhas costas, preciso ser ouvida por uma autoridade”. Ernesto, chamado por Maria Eduarda, é o guarda-civil Ernesto Elias do Santos, residente na mesma rua Campos Sales, vizinho de Maria Eduarda. Ouvindo o apelo, Ernesto consultou à esposa: “Você está ouvindo?”, a resposta foi positiva. Ernesto retrucou para sua esposa: - Há cinco anos venho observando os acontecimentos nesta rua, com mortes inexplicáveis. Hoje vou agir, aproveitando o apelo que está sendo feito por D. Maria. (SERIAM 3..., 1964).

A partir desse momento, a história começa a se revelar e a ser noticiada não só em Uberaba, mas em todo país e, possivelmente, até no exterior. A imprensa fazia questão de mostrar a todo tempo como aquela era uma sequência de crimes inéditos na cidade e até na região, e que, além disso, era uma história que estava longe de acabar, o que chamava ainda mais atenção do público e o levava a querer acompanhar o desenrolar do caso.

Diante disso, com uma história tão rica em mãos, os veículos de comunicação passam a construir e difundir imagens dessas quatro mulheres e assim “contribuem para a reprodução da ordem dos gêneros” (CARVALHÃES; TONELI; MANSANO, 2018, p. 2), visto que demonstravam a todo o momento que aquelas mulheres estavam se desviando da “normalidade” do comportamento ideal feminino. Trechos como: “Quarteto detestável”, “Quatro mulheres

perversas, destituídas de qualquer sentimento de humanidade. Irresponsáveis”, “espírito desalmado de quatro mulheres”, “Todas não demonstram o menor arrependimento de coisa alguma. Estão sempre sorridentes e prontas para atender a todos que as procuram”, “terríveis feiticeiras” nos mostram que realmente a imprensa estava empenhada em reforçar a narrativa de que mulheres que matam são de fato desalmadas e estão totalmente fora dos limites da ordem estabelecida.

No caso de Mariinha, a justificativa encontrada para sua transgressão foi colocá-la no plano da loucura. Sabemos que, ao longo da história, tentou-se associar a mulher à loucura, o que foi justificado pelas ciências e pela medicina, principalmente nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, o advento da República marcou uma época de muitas transformações e modernizações baseadas nos padrões burgueses, na tentativa de promover o controle social. Isso refletiu em muitos espaços, e não foi diferente com a medicina. “Em meio às mudanças consolidava-se o processo de *medicalização da loucura*, transformando-a em *doença mental*, em objeto exclusivo de um saber e de uma prática especializados, monopolizados pelo alienista” (ENGEL, 2018, p. 270).

Nesse momento, muitos comportamentos femininos serão incluídos nesse diagnóstico e as mulheres serão tidas como mais próximas da loucura e da histeria por conta de sua “natureza”, sua sexualidade e até pelo fato de menstruarem ou engravidarem. Durante muitos anos, muitas mulheres foram internadas em sanatórios sem que houvesse de fato doenças mentais diagnosticadas. Esse estereótipo da mulher louca e histérica era reforçado por grande parte da sociedade, bem como pela imprensa.

Diante disso, Maria Eduarda sempre se mostrou muito falante nas reportagens e tinha fama de ser “louca” por alguns moradores da rua. *Lavoura e Comércio, Realidade* e *O Cruzeiro* deixaram bem claro esse lado “espalhafatoso” de Mariinha, e sua intimidade e paixão por microfones, sendo retratada nas fotos das reportagens sempre com um microfone nas mãos, quando dava suas entrevistas à rádio PRE-5³.

Isso nos diz muito acerca da construção da imagem da loucura em torno da mulher. Uma mulher que se mostrasse muito e falasse muito com certeza estava rompendo com a ideia de mulher recatada, discreta e, possivelmente, teria muito mais proximidade com a loucura e a

³ PRE-5, *Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro*, era a rádio da cidade que, em parceria com *Lavoura e Comércio*, noticiou os “Crimes do Agradinho”.

histeria. Isso já é exposto logo no começo, ao noticiarem que Maria Eduarda começou a falar sozinha e a gritar para denunciar os crimes, como se fosse mesmo uma mulher descontrolada.

A riqueza de detalhes com que Maria Eduarda contava os crimes era impressionante, fazendo-se pensar que só alguém envolvido poderia saber tanto e, portanto, ela passa a ser a segunda suspeita dos crimes, sendo acusada por D. Chiquinha de ser a autora de quatro das oito mortes ocorridas na rua Campos Sales. Ela nega veementemente e diz que nunca matou “sequer um frango” (POLICIA DE..., 1964). Nesse momento, as duas mulheres começam a distribuir entre si as vítimas e são levadas a acareação, até surgirem as novas personagens.

Existem muitas passagens que indicam a suspeita e a possibilidade de Maria Eduarda ser uma mulher “alienada” e em uma das reportagens do *Lavoura e Comércio*, quando perguntada se havia sido internada dois anos num hospital de alienados, ela mesma responde: “- Nunca. Sô sadia. Sei o que falo. Estou muito bem, apenas ressecada, em consequência do veneno que Chiquinha me deu, mas que graças a Deus não me matou”. (MAIS DOIS..., 1964). Segundo ela, Chiquinha teria atentado também contra a sua vida. A acusada negou.

As vítimas de Maria Eduarda teriam sido seus sogros, a cunhada e o concunhado, pois eram contra seu casamento com Claudionor, que havia saído de casa. As reportagens nos mostram que Mariinha era completamente apaixonada pelo marido, mas desde que ele havia saído de casa, ela não estava mais em seu juízo perfeito e teria matado as pessoas que queriam impedir seu retorno. Aqui temos, mais uma vez, a ligação do crime feminino às paixões e irracionalidade. Assim sendo, o desfecho de Maria Eduarda a condena não à prisão, mas à loucura.

Foi pedido exame de sanidade mental nas duas principais acusadas. Psiquiatras da Faculdade de Medicina examinaram demoradamente Maria Peixoto Costa e Francisca Coelho do Nascimento. Para a primeira, o resultado foi definitivo: não tinha, na época dos fatos, nem tem hoje, condições mentais para avaliar o caráter criminoso de seus atos: é débil mental. (RIBEIRO, 1966, p. 128).

É impossível saber se aquela mulher tinha mesmo problemas mentais. O que pretende se mostrar aqui é justamente o discurso criado pela imprensa acerca dessa personagem, tentando de todas as formas justificar seus crimes relacionando-os a uma natureza insana feminina e fazendo com que os leitores a percebessem dessa forma.

A terceira personagem chamava-se Maria Helena de Moura e era a mais nova das quatro mulheres, tendo entre 23 e 32 anos – essa informação é desconstruída nos periódicos. Maria

Helena era acusada por Maria Eduarda Peixoto de ter matado o amante da primeira, Milton Dias. Ela, por sua vez, nega e diz que era Mariinha quem tinha matado o homem. Maria Helena acusou a vizinha quando entrevistada pela rádio PRE-5 e disse que a mesma havia preparado um almoço e um jantar com pó de rato para seu amante, além de ter colocado a mistura também na mamadeira de seu filho menor – que tinha entre 2 e 5 anos. Porém, a suspeita maior recaía sobre Maria Helena, visto que

Ela havia dito ao comerciante Hildeu Marques Viera, residente na rua Guia Lopes, 1352, que iria eliminar o seu amante Milton Dias com veneno. O fato é que Milton Dias morreu a onze de junho de 1962, poucos dias depois de Maria Helena ter feito aquela revelação ao citado comerciante. Este ao ter notícia do propósito de Maria Helena, revelou por sua vez o fato ao sr. Wilson Dias de Oliveira, irmão do sr. Milton Dias. Somente agora, depois de tudo publicamente divulgado, Wilson comunicou ao guarda Ernesto dos Santos a afirmação de Maria Helena de que iria eliminar seu irmão. (SERIAM 3..., 1964).

Em contrapartida, Maria Helena contestou:

Disse que o comerciante Hildeu mentiu ao acusá-la, pois estava interessado nela. Chegou mesmo a aconselhá-la a dar veneno ao Milton Dias e que se quizesse o veneno ele tinha para vender. Disse que arrumaria o veneno. Disse não saber se ele disse isto brincando. (MAIS DOIS..., 1964).

No caso dessa personagem, fica claro mais uma vez a relevância que é dada pela imprensa acerca do comportamento da mulher que comete crime, mais do que o próprio crime em si, bem como a ligação da mulher com a dimensão da sexualidade, da sedução – o que era visto com maus olhos. O interesse de outro homem por ela e também uma afirmação feita pela própria Maria Helena de que teria dado sim um chá para o amante, mas com glândula de macaco, para recuperar a “potência” (RIBEIRO, 1966, p. 127), nos mostram que sempre há a ligação entre um crime cometido por uma mulher e um desvio de um certo comportamental ideal feminino.

Essa personagem é a menos citada em nossas fontes, visto que atentou contra a vida de uma só pessoa, que era seu amante. Já sabemos que os crimes cometidos dentro do ambiente privado, da família – mesmo que não fosse casada com esse homem – tendem a ser mais relevados aos olhos da sociedade e da Justiça, o que ficará ainda mais visível na última personagem de nosso caso.

Francisca Silva Ferreira aparece alguns dias depois e logo é presa juntamente com as outras mulheres, na cadeia da Rua Afonso Rato, em Uberaba. Havia dúvida quanto a uma das

vítimas mortas pelo “agradinho”, o lavrador Antonio Dias Ferreira (Doca). A polícia resolveu investigar e chegou até sua esposa, que confessou o crime sem muita resistência.

- Chama-se Francisca Silva Ferreira, conta com 45 anos de idade, é viúva de Antonio Dias Ferreira (Doca). Conheceu d. Chiquinha (Francisca Coelho do Nascimento) há cinco anos, como vizinha. Passando na rua, clamou para d. Chiquinha sua vida. Disse ser católica. Procurou D. Chiquinha para uma “orientação”, para melhorar a sua vida, pois sofria muito com o seu marido, que a espancava e chegou mesmo a ameaçá-la de morte. De uma feita armou-se de uma faca e avançou sobre ela, só não a matando, em face da intervenção de um dos filhos do casal, o mais velho, que conta 26 anos de idade, Altamiro Dias Ferreira. Era casada com Doca há 29 anos. Depois desta cena, Doca ainda continuou a viver com Francisca Silva. Não foi feita nenhuma queixa à Polícia. Doca fez varias outras ameaças à vida de sua esposa, segundo declarações desta. Disse mais que não sabia que Chiquinha havia matado tanta gente. Consultada, d. Chiquinha disse à Francisca Silva que devia eliminar seu marido. Era a unica solução. Chiquinha forneceu o pó de rato à Francisca. Esta com apenas uma dose conseguiu matar Doca, que durou apenas cinco dias após ingerir um almoço preparado por sua esposa. Disse mais que, enquanto o veneno, pó de rato, fazia efeito, ela Francisca Silva Ferreira procurou o farmacêutico Durval pedindo remedio para vomitos. Não foi chamado nenhum medico. Diz ela que o Samdu compareceu à sua casa e medicou seu marido, mas o veneno era forte e ele morreu. Seus filhos nada sabiam até o momento em que ela estava conversando com a reportagem, ontem à noite. (DOCA FOI..., 1964).

Nesse caso em particular, temos uma personagem que se utiliza do “agradinho” para matar o marido, seu companheiro há 29 anos, com quem tinha filhos, o que, apesar de ser uma atitude condenável, ainda se encaixava nas estruturas e papéis sociais impostos.

Um homem deve trabalhar para o sustento da sua família e uma mulher deve manter-se fiel a esse homem, e se isso não ocorre, sempre é melhor não investigar porquê. A resposta poderia pôr em risco, fazer entrar em crise, as bases sobre as quais se assentam não só os códigos legais como as normas mais amplas de relacionamento social. É mais prudente supor que ambos aceitam, em todos os casos, os limites de sua definição conjugal e social e estabelecer uma discussão a partir daí (CORRÊA, 1983, p. 310).

Portanto, uma mulher que mata dentro do ambiente doméstico, um homem com quem vive há muitos anos, num momento de esgotamento, não é tão perigosa e ameaçadora à ordem quanto uma mulher que se mostra capaz de planejar e matar seus inimigos, por exemplo. No caso de Francisca Ferreira, ela mata pois “já estava frouxa de sofrer. O caso era matar ou morrer” (DOCA FOI..., 1964). E D. Chiquinha ajuda: “- Num homem dêses a gente tem que dar jeito, comadre. Eu tenho prática.” (RIBEIRO, 1966, p. 125). O jeito foi o “agradinho”, bem dosado, no almoço e no jantar.

Francisca Ferreira se encaixa então, no perfil da mulher que mata o companheiro num momento de desespero, o que abre a possibilidade de criar uma imagem da mulher que se torna mais uma vítima do que uma criminosa. Esse argumento era uma estratégia de defesa comum utilizada por advogados que defendiam mulheres que matavam seus maridos, como nos mostra Mariza Corrêa (1983) em seu trabalho. Mulheres que matam seus companheiros, mas durante toda a vida se mostraram boas donas de casa, boas mães e esposas, tinham muito mais chances de não serem condenadas – tanto pela Justiça quanto socialmente – por um ato desesperado, que muitas vezes acontecia para defender sua casa, seus filhos e a si mesma. Esse era o caso de Francisca. “Essa mulher cometeu seu crime na linha que divide a mulher doméstica, calma, dedicada à família, e a mulher criminosa que age para dar fim a uma contenda e não espera que outros resolvam seu problema” (ALMEIDA, 2001, p. 45). O fato de não esperar que resolvam para ela, ou parar de suportar uma situação de violência sem reagir, é por si só um ato de contestação das estruturas impostas.

Todas essas questões são nitidamente refletidas nas reportagens sobre o caso, na imagem criada pela imprensa sobre essa mulher, um tanto quanto diferente das outras.

Francisca Silva Ferreira é a mais calma e normal das quatro mulheres envolvidas nos crimes da rua Campos Sales. Pensa para falar. Fala pouco. É justamente o contrário de Maria Eduarda, que fala pelos cotovelos... É mais reservada. (DOCA FOI..., 1964).

Quando a reportagem do *Lavoura e Comércio* se dirige à Francisca como “a mais calma e normal”, e em outras passagens como “arrependida”, “pensa para falar”, “fala pouco” e mostra que ela era uma mãe que estava preocupada com os filhos, são reforçadas mais uma vez as expectativas em relação aos padrões de comportamento. Aqui, não há adjetivos como “fera”, “perversa”, “macumbeira” ou “louca”. Ela não foge totalmente do papel esperado, da vida privada e do bom comportamento da mulher. Ela apenas não podia mais sofrer. E é exatamente isso que a imprensa da época vai fazer questão de mostrar à sociedade que estava interessada no caso.

Imagem 2 - Primeira página do jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, edição de 10 de junho de 1968, a qual noticiava o fim do processo contra as mulheres do “Agradinho”, contendo fotografias das quatro.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Ao final, quatro anos depois de ter sido iniciado o processo contra as mulheres, “o mais rumoroso caso policial dos últimos vinte anos, que apaixonou a opinião pública uberabense, acaba de chegar ao seu fim” (CHEGOU AO..., 1968). Nossas fontes nos mostram que durante o processo, foram interrogadas, além das réis, dezenas de testemunhas. Contudo, elas não foram condenadas judicialmente por “falta de provas concretas, quanto à materialidade dos crimes e quanto à sua autoria” (CHEGOU AO..., 1968), sendo consideradas impronunciadas. O caso, no entanto, continuou povoando o imaginário da população uberabense e, mesmo assim, ainda por bastante tempo.

Considerações Finais

Pensar, portanto, a atuação de mulheres dentro do mundo do crime, se mostra um trabalho instigante e desafiador. Diante do que foi exposto, vimos que, dentro de uma sociedade

conservadora como a nossa, as mulheres que ousam ultrapassar determinados limites que estão impostos serão, de uma forma ou de outra, condenadas. Mesmo que não judicialmente, essa condenação virá, sem dúvidas, recheada de moralismo pelo olhar e voz dos que irão levar a notícia adiante. Como vimos nesse trabalho, mesmo as quatro mulheres do “agradinho” tendo sido absolvidas pela Justiça, foram julgadas e condenadas pela sociedade a partir das imagens criadas sobre elas pela imprensa da época. “Macumbeira”, “feiticeira”, “perversa”, “louca”, “débil mental”, “falante”, “sedutora” e tantos outros adjetivos atribuídos, acabaram por reforçar a conservação dos papéis sociais que deveriam ser obedecidos por homens e mulheres, mas que por elas foram quebrados.

Vimos também, a importância de se olhar com cuidado para os arquivos judiciais e jornalísticos que, apesar de terem sido desprezados durante muito tempo pelos historiadores, se mostram importantes fontes historiográficas na medida em que colocamos nosso olhar crítico sobre eles e os “fazemos falar”. Eles podem ser ricas fontes para o conhecimento da vida e do cotidiano de pessoas comuns e marginalizadas.

Percebemos que, num país de passado escravocrata – que ainda está longe de ser superado – como o Brasil, até hoje condenamos, judicialmente ou não, muito mais mulheres pretas e pobres que cometem crimes do que mulheres brancas. Criou-se um padrão para se acreditar que essas mulheres, pela cor da pele e classe social, estariam automaticamente ligadas à criminalidade, o que ainda tem grande influência sobre as instâncias jurídicas, policiais e midiáticas.

Assim, tentamos dar visibilidade a uma História das Mulheres e das Relações de Gênero, com enfoque para as mulheres que cometem crimes e como elas podem ser estudadas. Pensamos o papel da História e da Imprensa quando se trata de crimes, pois, é fato que esses jornais e revistas ganham, de muitas formas, ao noticiar os fatos sensacionais do cotidiano e, além disso, criam um imaginário social na população que, por sua vez, produzirá práticas sociais. Dessa forma, trabalhos como esse podem acrescentar aos debates desses campos, além de resgatar e visibilizar histórias de mulheres comuns e contribuir para uma História Social da cidade de Uberaba.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

BELÉM, José. As envenenadoras de Uberaba. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, órgão dos Diários Associados, 6 jun. 1964.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CADÁVERES EXUMADOS revelam o “Clube da Morte” – Mulheres acusadas de 8 envenenamentos em Minas. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 7, 8 jul. 1964. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARNEIRO, Deivy F. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: _____CARNEIRO, Deivy F.; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015. v. 1. 332p.

CARVALHÃES, Flávia Fernandes de; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Mulheres no crime: análise sobre enunciados difundidos pela mídia brasileira. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

CHEGOU AO fim o volumoso processo do caso dos “agradinhos”. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 10 jun. 1968.

CÔRREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil** (organizadoras). 2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: _____ PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

DENUNCIADAS AS envenenadoras da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 set. 1964.

DOCA FOI morto pela sua própria esposa. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 28 abr. 1964.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: _____ DEL PRIORI, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime**. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - CE. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

GUIMARÃES, Valéria. **O Mundo dos Mistérios: história da imprensa e história cultural - o sensacionalismo como objeto de uma abordagem multidisciplinar**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói.

GONTIJO, Bernardo; BITTENCOURT, Flávia. Arsênio: uma revisão histórica. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 80, n. 1, p. 91-95, 2005.

KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [Entrevista cedida a] Marcos Luiz Bretas, Diego Galeano. **Topoi**. Revista de História. Volume 13, Número 25. Julho – Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n25/1518-3319-topoi-13-25-00185.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

- MAIS DOIS crimes na rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 25 abr. 1964.
- NOVAMENTE EM foco as envenenadoras da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 26 ago. 1966.
- POLICIA DE UBERABA descobre oito crimes de morte praticados por uma única mulher!. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 22 abr. 1964.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto 2010.
- RIBEIRO, José Hamilton. De agrado também se morre. **Revista Realidade**, São Paulo, Editora Abril, 5 ed., p. 122-128, agosto, 1966. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/realidade/213659>>. Acesso em: 20 jun. 2020
- ROCHA, Alcides. Macumbeiras envenenaram oito pessoas em Uberaba: polícia prende suspeitos. **Jornal Diário do Paraná**, órgão dos Diários Associados, Curitiba, segundo caderno, p. 6, 9 mai. 1964. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 jun. 2020
- SERIAM 3 as criminosas da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 23 abr. 1964.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: _____ DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- TEIXEIRA, Napoleão L.. A MULHER E O CRIME. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, dez. 1955.

‘Esses elementos que enfeiam a cidade’: Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956 – 1960)

‘These elements that garnish the city’: Beggars and vagrants in the Capital of the Republic (Rio de Janeiro, 1956 - 1960)

Rodrigo Gomes da Costa

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
rdr.costa07@gmail.com

Recebido em: 12/07/2020

Aprovado em: 17/08/2020

Resumo: Baseando-se no conceito de desclassificação cunhado por Laura de Mello e Souza, este artigo tem por finalidade investigar as condições de vida dos mendigos e vadios e sua relação com o poder público na cidade do Rio de Janeiro durante o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os vestígios documentais utilizados neste trabalho são os jornais e para analisar essa documentação recorreu-se a metodologia da Análise do Discurso Crítica. Apesar da vigência do regime democrático no período, é possível perceber a intensa campanha por parte do Estado para a eliminação ou, no mínimo, o controle desses indivíduos nos espaços públicos da cidade. Mesmo em uma época de avanços econômicos, políticos e sociais, os mendigos e vadios como grupo tiveram diante de si apenas a violação dos seus direitos, a repressão e a opressão.

Palavras-chave: Mendigos; Vadios; Juscelino Kubitschek

Abstract: Based upon the concept of disqualification developed by Laura de Mello e Souza, this article aims to investigate the living conditions of beggars and vagrants, and their relationship with public authorities in the city of Rio de Janeiro during the Juscelino Kubitschek Government (1956-1961). The documentary vestiges hereby used are the newspapers and, to analyze this documentation, the Critical Discourse Analysis methodology was adopted. Despite the validity of the democratic regime in the period, it is possible to notice the intense campaign set up by the State for the elimination or, at least, the control of these individuals in the public spaces of the city. Although there had been economic, political and social advances, beggars and vagrants, as a group, only faced the violation of their rights, repression, and oppression.

Keywords: Beggars; Vagrants; Juscelino Kubitschek

Introdução e referencial teórico

Em junho de 1957 o Rio de Janeiro estava em festa. As ruas belamente ornamentadas, lotadas de pessoas, algumas elegantemente vestidas - outras nem tanto - aguardavam a chegada do presidente português, General Craveiro Lopes (Diário de Notícias, 8 de junho de 1957). Pela primeira vez desde a vinda da família real portuguesa, um Chefe de Estado lusitano pousava seus pés novamente em solo brasileiro. Os dois países viviam contextos sociopolíticos e econômicos distintos: Portugal já amargava quase 30 longos anos de ditadura sob o primeiro-ministro Salazar, e o Brasil experimentava os sabores da democracia, com o desenvolvimento impulsionado pelo presidente Juscelino Kubistchek.

Na história republicana brasileira, os golpes de estado e o impedimento de um presidente de concluir o seu mandato, infelizmente, tornou-se algo rotineiro. Por JK ter possuído uma forma dinâmica de governar, alcançado o êxito em muitas das propostas feitas anteriormente e conseguido “ser eleito, tomar posse e empossar o seu sucessor, atravessando todo o seu mandato como um líder que soube e pôde absorver e neutralizar conflitos dentro da legalidade institucional do país”, seu período na presidência adentrou no imaginário popular como os “anos dourados” (GOMES, 1991. P. 2). De acordo com Benevides isso só foi possível graças a sua capacidade de arbitrar os interesses dentre os diversos grupos políticos, a manutenção da ordem assentada nos militares, em particular o exército (sob o general Lott) e ao sucesso de sua política econômica, além das liberdades democráticas que vigorava como ausência de presos políticos, imprensa livre, liberdade de organização partidária e sindical e assim por diante (BENEVIDES, 1976). Juscelino gozava de uma aliança formada pelo seu partido, o PSD (que congregava o establishment varguista) e o PTB (partido do seu vice, João Goulart, que representava as conquistas sociais do período Vargas e que permitia uma maior inserção do povo na política nacional) no Congresso (LAFER, 2019. Pp. 127-131).

O lema “50 anos em 5” tornou-se um verdadeiro mantra inúmeras vezes repetido. Kubitschek alcançou, até certo ponto, a conciliação entre “o processo democrático e a

intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista” (MOREIRA, 2013. P. 158). Afirmamos “até certo ponto”, pois como veremos no desenrolar desse artigo, grupos de pessoas – que nesta análise focar-se-á especificamente nos mendigos e vadios - acabaram sendo excluídos tanto do processo democrático quanto do usufruto do desenvolvimento. Este ponto nos ajuda a tornar mais verossímil o quinquênio JK e também a época entre ditaduras em que a sua administração está incorporada, uma vez que como aponta Girardet (1986), as épocas áureas de uma sociedade são construídas sob forte carga simbólica, e é possível que muitos fatos possam ter ocorrido, mas seus significados e dimensões foram alterados com o correr do tempo pela lembrança, passando então a fazer parte da esfera mitológica (pp. 97-98)

O mendigo, que é o indivíduo que tem a sua renda constituída de pedir e receber caridade de outrem e o vadio, aquele que não possui um trabalho permanente, que muitas vezes necessita recorrer às esmolas para obter e/ou ampliar a renda, os dois têm em comum o fato de retirarem seus ganhos das ruas. O primeiro pode chegar ao ponto de não possuir nem mesmo uma habitação e o segundo não possui uma residência fixa, ficando assim, por diversas vezes perambulando pelas ruas. Ambos compartilham a situação de ter um único objetivo, a sobrevivência biológica. (FILHO, 1994; ESCOREL, 1999 e FERREIRA, 2005 *apud* BRASIL, 2012). Apesar de duramente combatidos, não são um problema recente e, diga-se de passagem, os debates sobre a escassez e a penúria já consumiram e continuam a consumir muita tinta e papel na história do Brasil. Com o passar do tempo e o advento do capitalismo, a visão sobre o pobre foi alterada. Na Idade Média, a pobreza era vista como algo positivo, uma característica moral, pois, enquanto os ricos eram muitas vezes vistos como pobres em virtude, os desafortunados materialmente eram reverenciados por sua riqueza espiritual, assim “o pobre não era tratado como uma questão social ou como um problema político.” (SPRANDEL, 2004. Pp. 13, 14)

Na América Portuguesa, segundo Laura de Mello e Souza (1986), a relação entre a miséria e a opulência permeava a sociedade. E é dessa obra, ressaltando-se as devidas especificidades de cada época, que provém o conceito de desclassificação no qual nos baseamos. Para ela, a pobreza era uma condição estruturante na formação dos desclassificados, a causa que produziria como efeito a marginalidade. Nas Minas Gerais setecentista, o acúmulo de ouro por poucos de um lado

e uma grande massa de escravos ocupando todos os postos de trabalho de outro, empurravam para a margem todo aquele que não encontrava seu local nessa sociedade, tornando-se o indivíduo que está “mal classificado”, pois “o desclassificado social é um homem livre – frequentemente miserável –, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”, sofrendo um “*distanciamento* em face de um todo *heterogêneo e diversificado*” (SOUZA, 1986. Pp. 13, 14, grifos da autora). Ele é parte dessa sociedade, pertencente ao sistema – fruto deste – mas, ao mesmo tempo, excluído dele e negado por ele¹. O grande contingente desses indesejáveis chamou a atenção das autoridades coloniais, que desenvolveram estratégias de transformá-los de ônus em bônus, utilizando-os para atacarem quilombos, lavrar terras distantes, procurar novos locais de exploração do ouro, “enfim, tarefas de que o cativo não podia desincumbir” (SOUZA, 1986. P. 216)

A independência política do Brasil não trouxe consigo uma mudança para essa multidão de desclassificados que não possuía um espaço no sistema. O código criminal do Império, datado de 1830, é bem claro ao estabelecer a punição para qualquer um que não possuísse “uma ocupação honesta, e útil, de que possa subsistir”: pena de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1830). Desta maneira, eram tênues as linhas que separavam uma mão atarefada de uma mão estendida e pedinte, visto que uma renda minguada forçosamente fazia com que os mais miseráveis precisassem complementar seus ganhos com a mendicância, que não passava despercebida aos olhos do legislador. Mendigar acarretava prisão simples, ou trabalho, por oito dias, podendo chegar a um mês. Digno de nota é a inclusão da proibição de mendigar em grupos (e não apenas sozinho ou com a família) dado que agrupamento de pessoas era visto como potencialmente perigoso.²

¹ Segundo a autora, a desclassificação social numa sociedade existe pois o seu inverso é uma realidade concreta, a da classificação social assentada em status, honra, expropriação, acumulação e etc. Na colônia, os extremos eram muito bem definidos e classificados entre senhores e escravos, enquanto isso o meio teve seu vácuo preenchido por massas de desclassificados que diante do escravismo, tiveram impedida sua oportunidade de acesso à mão de obra (Souza, 1986. pp. 11 – 13, 62, 63).

² Segundo Kátia Santana o período regencial foi marcado por grandes tumultos e desordens, principalmente na capital do Império, o Rio de Janeiro. Diante disso, o governo central recrudescer as leis sobre ajuntamento de pessoas, de modo que a suposição de atuação ilícita pairou sobre quaisquer agrupamentos de indivíduos, até mesmo um amontoado de gente em torno de um chafariz público buscando água para abastecer suas casas passava a estar sob suspeita. Numa sociedade na qual a ajuda do outro era questão de vida ou morte nos mais diversos aspectos, tais

A chegada da República tampouco permitiu a inclusão e melhora significativa de vida para esses desventurados. Enquanto no império o paradigma dominante era a ideia de civilizar – um processo de lapidação social, comportamental, educacional, moral, político – que visava o “aperfeiçoamento da civilização” e assim encaixar a sociedade nos moldes europeus de comportamento³, a República – que buscava superar o passado colonial e imperial, considerados arcaicos - abraçaria o progresso como norma. O projeto liberal⁴ levado a cabo focava-se mais na administração do país e deixava de lado questões importantes, como a inclusão das massas, “sendo profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização” (CARVALHO, 1987. P. 45). O Rio passou por grandes reformas urbanas, alargamento de ruas, construções de novos prédios que buscavam não apenas solucionar problemas estruturais, como também fornecer uma aparência fina e europeia à cidade (SILVA, 2017). No plano das reformas jurídicas, o primeiro código de posturas da capital federal do novo regime, de 1890, “deixava transparecer a preocupação republicana com o controle da população marginal” (CARVALHO, 1987. P. 36).

Compreender os significados de cidade é peça fundamental para entendermos o Rio de Janeiro da década de 1950. De acordo com Benevolo (1984), o termo *cidade* possui duas acepções: “uma indicando uma organização da sociedade concentrada e integrada” e a outra “para indicar a situação física desta sociedade”. Assim, na primeira vemos “ ‘cidade’ como corpo social” vinculada às dimensões culturais e sociais de organização e na segunda entendemos a cidade

proibições, em último caso, criminalizavam a pobreza, as relações, os modos de vida e as condições de sobrevivência da população desfavorecida (SANTANA, 2019).

³ “[...] o Segundo Reinado [...] foi a época dos salões eruditos e das rodas de literatos das novas confeitarias cariocas, das palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos, da inauguração de novos teatros, além de marcar o período de maior intensidade e tolerância na vida política da cidade.” Obviamente, os desclassificados do período dificilmente frequentariam tais locais, porém tal compreensão elucida as leis produzidas. Não só a elite tentava alcançar um padrão, mas o peso das punições buscava disciplinar a população no geral para inseri-la num modelo idealizado (AZEVEDO, 2016. Pp. 31 – 74)

⁴ Para J. Murilo de Carvalho seguiu-se a proclamação da República um intenso debate sobre qual república construir. Diante das elites apresentavam-se três opções: (1) a liberal, inspirada nos Estados Unidos e assentada na defesa da propriedade, numa liberdade e interesses individuais em detrimento das liberdades e interesses públicos e coletivos, focada na organização, na institucionalização e racionalização do poder. Havia a opção (2) jacobina, de inspiração francesa, que pleiteava a participação popular direta assentada no “coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais para o cidadão”, na qual a governabilidade deveria estar equilibrada juntamente com a liberdade e o exercício do poder. E por último, a (3) positivista que “não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa.” Por impedir ações políticas, os positivistas criam que os cidadãos deveriam ser passivos diante de um pequeno grupo seletivo, a quem caberia as tomadas de decisões (CARVALHO, 1987 e 2017).

como “um cenário físico da vida humana” compreendendo toda a ingerência e inserção humana em determinado espaço natural, desde mínimas ações até grandes intervenções no ambiente, como as construções, detentoras de diversas características da sociedade que as produziu (pp. 13-28)⁵. Para isso, a produção do espaço urbano - o uso da terra e a organização espacial - sofre interferência direta de diversos agentes, por exemplo, o Estado como aponta Corrêa (1989). A atuação do Estado na área espacial da cidade reflete a dinâmica da sociedade do qual faz parte.

Este artigo utilizará a imprensa como corpus documental para análise do tema no período devido a sua importância. Almuiña Fernández (1995) afirma que o periódico, o qual tem como finalidade primária ser meio de comunicação, pode tornar-se “extremadamente útil e inclusive imprescindível para os diversos aspectos de carácter qualitativo [...]” (FERNANDÉZ, 1989. P. 622. Tradução nossa)⁶. Por não ser neutra nem homogênea, a imprensa nos oferece diferentes discursos e abordagens sobre o mesmo assunto, até mesmo contraditórias, pois, segundo o autor, é dinâmico o debate para a criação de opiniões visando influenciar a população e, até mesmo “através de uma análise cuidadosa do léxico podemos descobrir inclusive mensagens subliminares que se pretendem inculcar no leitor, inclusive pela margem do discurso principal” (FERNANDÉZ, 1989. P. 622. Tradução nossa)⁷. Utilizaremos a metodologia da Análise do Discurso Crítica (ADC), desenvolvida por Norman Fairclough. Para ele, a linguagem é parte da vida social e está interligada a outros fatores sociais. Segundo a ADC, é possível apreender práticas sociais através da linguagem, visto que o discurso não é apenas a língua em uso, e sim “constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”, estando impregnado de espaços de luta, ações humanas tornando o sujeito em agente. Ao manusear os periódicos “o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos” (RESENDE, 2006). Assim, priorizamos diferentes jornais, de linhas editoriais distintas, alguns de pressupostos mais à direita e liberal, como o Correio da Manhã e o Diário de Notícias, e também outro de ideais mais à esquerda e popular como o Última Hora. As notícias foram selecionadas de acordo

⁶ Texto original: “extremadamente útil e incluso imprescindible para multitud de aspectos de carácter cualitativo [...]”

⁷ Texto original: “através de un análisis cuidadoso del léxico podemos descubrir incluso mensajes subliminales que se pretenden inculcar em el lector, incluso al margen del discurso principal”.

com a importância do espaço ocupado, como reportagem de capa ou editoriais especialmente produzidos sobre o assunto, visto que isso demonstra a valorização que se buscou dar à informação e à tentativa de impactar o leitor (FERNANDÉZ, 1995 e 1989).

“...dar um jeito no miserável que recolhe níqueis na rua.”

Os mendigos espalhavam-se pela cidade, a miséria ao ar livre contrastava com os magníficos prédios do início do século, a ponto de o jornal Última Hora produzir um editorial, que apesar de não apresentar estudos que comprovem essa declaração, trazia em seu título a afirmação de que haveria mais mendigos no Rio do que em todo o restante do país, tal era a situação que saltava aos olhos (Última Hora, 22 de julho de 1957). Esse exército de excluídos era composto dos mais diversos tipos de pessoas, muitos eram pobres por não terem ocupação, alguns eram trabalhadores informais que foram impedidos de exercer alguma forma de ganha-pão, já outros verdadeiramente faziam da mendicância seu ofício.

Aos olhos da imprensa no geral, a visita do ilustre mandatário europeu trouxe vários benefícios para a cidade, dentre eles

o repentino e total desaparecimento dos camelôs que infestavam as nossas principais ruas, [...] bem como a ausência dos mendigos, das meretrizes ambulantes, dos débeis mentais, dos desocupados, enfim de toda essa triste e muitas vezes perigosa fauna humana [...] (Última Hora, 13 de junho de 1957. P. 3)

Além de serem destituídos de todos os recursos, os indivíduos pertencentes a esta singular “fauna” são também animalizados e privados de sua dignidade humana. O recolhimento dessa população de rua foi comemorado, afinal “centenas desses elementos enfeivavam a cidade com a sua presença” (Última Hora, 13 de junho de 1957. P. 3), as ruas - não o espaço físico, mas o espaço público prenhe de processos sociais - lhes era negada (Gonçalves, 2008) e deveriam ser limpas não apenas das quinquilharias expostas, mas também dos indivíduos desagradáveis que por elas perambulavam.⁸

Se viver nos logradouros não era fácil, ser despejado nos abrigos não tornava as coisas melhores. O Abrigo Cristo Redentor foi o receptor dos recolhidos, recebendo 300 novos

⁸ A respeito da importância do poder municipal sobre o desenvolvimento da rua nos seus espaços físicos e públicos, ver BENETTI, 2017.

hóspedes que seriam somados aos antigos moradores do local, tonando-se habitantes de uma casa que já possuía “suas dificuldades e a precariedade de verbas para fazê-lo subsistir [...]” (Última Hora, 17 de junho de 1957. P. 13). Como cães recolhidos pela carrocinha, ao chegarem são levados ao banho, os barbeiros da instituição “tosam aquelas cabeleiras imundas” e depois são alimentados. As preocupações não estavam na discrepante distribuição de cem peças de roupa para os trezentos recém-chegados, na falta de alimentos extras que contemplasse a todos por um período ou na insuficiência de medicamentos, mas sim o “mais grave, porém que isto, é a possibilidade de todos estes homens serem soltos tão logo a visita deixe a casa” (Última Hora, 17 de junho de 1957. P. 13). Uma semana antes, no dia 9, já haviam sido presos cerca de outros 500 mendigos, sendo levados para galpões na Rua Conde de Bonfim, aonde ficariam retidos (Última Hora, 9 de junho de 1957. P. 8). Questionado sobre a sorte futura dos mendicantes, o policial responde sem rodeios dizendo que após a visita presidencial, todos serão postos em liberdade (Última Hora, 17 de junho de 1957. P. 13).

A recolha de mendigos não era novidade: em 1932, um grupo de 18 crianças foi detido por pedir esmolas, fato que foi lembrado 25 anos depois no jornal (Diário de Notícias, 13 de junho de 1957. P. 4). Em 1955 foi realizado no Rio o XXXVI Congresso Eucarístico, organizado pela Igreja Católica, e que contou com a presença de diversos visitantes estrangeiros que ficariam alojados na cidade (Correio da Manhã, 9 de julho de 1955. P. 3). Assim, à meia-noite da sexta, 15 de julho, os policiais saíram em ronda com uma ordem expressa de limpar a cidade, “não permitindo que mendigos fiquem expostos nas vias públicas, solicitando óbulos de pessoas caridosas, e nem permanecerem ao relento, dormindo nas portas dos edifícios” resultando na apreensão de 83 pessoas encaminhadas ao já referido Abrigo Cristo Redentor (Última Hora, 15 de julho de 1955. P. 6). Cabia aos órgãos integrantes do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) as procuras e apreensões.

O DFSP, órgão que daria origem às atuais Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Federal, teve atuação direta nas políticas públicas de combate à mendicância na época. Aliás, procurar e aprisionar mendigos está na raiz da criação do Departamento. Conforme lei de 1902, a polícia foi reestruturada e dividida em militar e civil. A polícia militar continuou com suas

atribuições de apoio ao exército⁹, e à polícia civil caberia a partir de então, reunir em “colônias correccionaes para reabilitação, pelo trabalho e instrução, [...] mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados no Districto Federal [...]” (República dos Estados Unidos do Brasil, 1902). Durante sua existência, o DSFP sofreu reformulações e ampliações de atribuições, contudo sem deixar de lado o motivo de sua criação. Reestruturado, buscou compor-se de um corpo conhecedor do Direito e dotados de uma capacidade técnica de investigação. Por ter sido a primeira constituída, a polícia civil da capital federal acabou por tornar-se a referência e o modelo que seria seguido pelas outras polícias civis dos estados e, diante da

necessidade de um órgão federal que [...] pudesse operar com autonomia ou, pelo menos, orientar a ação das autoridades locais e com estas cooperar, imprimindo ritmo uniforme às atividades dispersas e não raro em choque desses organismos, para a manutenção da ordem política e social e da segurança pública do país (DE GOUVEIA, 1945. P. 328)

é transformado no setor responsável que atendia “às necessidades locais do Distrito Federal, relativas ao exercício das funções de polícia judiciária, como aos imperativos de ordem nacional” subordinado diretamente ao Ministério da Justiça (DE GOUVEIA, 1945. Pp. 328, 330). Em 18 de julho de 1957 o Serviço de Repressão à Mendicância, departamento do DFSP, inaugurou a sua sede própria contando com duas cadeias, sendo uma masculina e outra feminina, serviço médico e social, refeitório, dormitório com 500 leitos e assistência social para expedição de documentos e recolocação dos presos no mercado de trabalho (Correio da Manhã, 19 de julho de 1957. P. 2)

A presença dos mendigos e vadios (muitos deles camelôs) afetavam diretamente a economia da região central da cidade, até mesmo envolvendo pequenas corrupções com os agentes públicos para fazerem vistas grossas a sua presença e às vendas irregulares. O natal de 1956 aproximava-se, e sendo esta uma data muito aguardada no comércio, multidões de pedintes e camelôs aglomeravam-se na Praça Duque de Caxias com a Avenida Presidente Vargas, na Rua do Ouvidor, na Avenida Rio Branco, Rua da Carioca, Avenida Gonçalves Dias e Rua do Passeio. O coronel Rivermar de Almeida, chefe dos guardas municipais solicitou pessoalmente ao delegado Pereira da Costa uma faxina na cidade, afinal para ele a presença desses desclassificados

⁹ Sobre as origens da polícia, principalmente a do Rio de Janeiro, sua atuação e desenvolvimento através dos tempos, ver HOLLOWAY, 1997; BRETAS, M. L. 1985, 1997a e 1997b.

importunava, sujavam as ruas, causavam confusões e eram “uma concorrência desonesta ao comércio legal”, afirma. Um comerciante bem-sucedido da Avenida Rio Branco “comparou-os com o lixo que elevou a Cidade Maravilhosa a uma categoria pouco cheirosa e ainda menos invejável”, e apesar do jornal dizer que “não vamos a tanto”, paradoxalmente concluem dizendo que presenciam “o espetáculo quase repelente do comércio clandestino efetuado na Central do Brasil [...] onde o freguês tem que penetrar tampando as narinas [...]” (Último Hora, 7 de dezembro de 1956. P.3). A capital do maior país da América Latina não poderia ter sua imagem manchada por uma população vista como de baixo nível, e percebemos nas palavras do comerciante o ressentimento que possuía ao presenciar essas pessoas às quais ele atribuía como um dos motivos do rebaixamento daquela que era considerada a Cidade Maravilhosa.

O perigo de vida também era parte do cotidiano. Alberto Santos, de 45 anos, era mendigo e morava de favor na casa de Carolina Fonseca. Alberto foi encontrado em uma vala, com hematomas provavelmente providas de alguma luta corporal e com um arame à volta do pescoço, sendo descartada a hipótese de suicídio (Diário de Notícias, 19 de julho de 1958. P. 6). Esse não foi um caso isolado. Uma semana antes, Davi Oberlande estava deitado na Rua Domingos Ferreira, em Copacabana quando, segundo a versão publicada no periódico, um grupo de menores com cerca de 10 anos de idade aproximou-se, despejou álcool sobre o homem e em seguida, ateou-lhe fogo. “Como uma tocha humana a vítima passou a gritar desesperadamente”, sendo socorrida e internada no Hospital Miguel Couto com queimaduras de terceiro grau (Correio da Manhã, 12 de julho de 1958. Pp. 12, 16). O acontecimento causou comoção, e no dia 17 de julho o vereador Guilherme Monteiro acusou as autoridades de ignorarem o fato, já que anteriormente questionadas sobre os autores do crime, a DFSP não passava nenhuma informação e nem tomava ação, mudando de atitude depois de cobrança pessoal do Presidente da República (Correio da Manhã, 18 de julho de 1958. P. 6). Quatro dias depois, no dia 21, o mesmo vereador pediu providências ao ministro da Justiça para a investigação do caso. Monteiro denunciou que os réus, de boa situação financeira, escapavam das punições pois “seus pais abastados socorrem logo, prontificando-se a pagar as indenizações devidas” (Correio da Manhã, 22 de julho de 1958. P. 9). Davi, o mendigo incendiado, faleceu no hospital depois de vinte dias de sofrimento, tendo as despesas do funeral pagas pela presidência da República. A coroa de flores depositada em sua

homenagem trazia consigo o valor que custara, mil cruzeiros, e aproveitando o ocorrido para protestar contra Juscelino, o jornal ironiza afirmando que esse valor saciaria a fome do pedinte e subsidiaria uma hospedagem, impedindo que estivesse na rua, o que possivelmente o teria livrado de sua triste sina (Diário de Notícias, 1 agosto de 1958). Teria a solução do caso sucumbido ao poder corruptor dos envolvidos, a letargia penal ou as investigações abafadas ao esbarrar com algum interesse como as imputações do parlamentar deixam transparecer? O que sabemos é que meses depois, o Correio da Manhã (13 de janeiro de 1958, P. 6) afirmava que “nunca se ouviu do desfecho do incidente”.

O Diário de Notícias (8 de janeiro de 1958. P. 1) realizou um ranking no qual estavam inseridos quais os problemas seriam considerados primordiais, aqueles em que deveriam ser feitos esforços imediatos para a solução. A mendicância aparece em nono lugar juntamente com os menores abandonados em décimo. É recorrente a pecha de fuga do trabalho atribuída aos pedintes e a necessidade de um tratamento. Foucault (2014) afirma que a docilização dos corpos e a disciplina são largamente utilizados como formas de dominação. Para docilizar, “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, seus gestos, de seus comportamentos” e com a disciplina, poder “adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” buscando um aumento na sua utilidade econômica e diminuição na sua capacidade contestatória (pp. 135, 167). Assim, não é de surpreender que a proposta frequentemente apresentada para a resolução do problema da mendicância seja a repressão através das leis e a imposição de um trabalho, claramente ilustradas nas palavras do Última Hora (17 de junho de 1957. P. 13) em que “a recuperação de todos possa ser conseguida pouco a pouco, através da laborterapia.”

“Exploram a caridade pública como um meio de profissão”

Em frente ao Theatro Municipal, com sua imponente águia de ouro no teto, “está uma infeliz. Suas roupas são limpas e o seu aspecto geral não é desagradável [...] movimenta uma sanfona barata, produzindo sons sem harmonia.” Mesmo sem habilidade com o instrumento, esta mulher, que nem mesmo o direito de ser chamada pelo nome foi-lhe dado - porque segundo o escritor do artigo “seu nome é de menor importância, pois o que deu, com certeza, é falso” - buscava de alguma forma demonstrar alguma ocupação para receber alguns trocados. “Eu não

sou mendiga”, escapa para nós o seu testemunho através da pena do cronista, “eu não estou pedindo esmola, estou aqui trabalhando com a minha sanfona. Não peço dinheiro a ninguém, dá quem quer” e, buscando reforçar alguma dignidade no que faz, diz: “[...] meus filhos não podem morrer de fome. Podem pensar como quiserem, mas foi assim que resolvi o meu problema”, conclui (Última Hora, 22 de julho de 1957). Chama à atenção a necessidade de duas afirmações por parte da entrevistada: a primeira, a ênfase de não ser uma mendiga. É possível que por não estar maltrapilha e suja, não enxerga-se como tal ou então, mais provavelmente, mesmo apercebendo-se da sua necessidade de contar com a caridade alheia, tem consciência das frequentes incursões patrocinadas pela DFSP, buscando apresentar-se da melhor forma possível, recorrendo até mesmo a alguma ocupação para tentar desvincular sua imagem da de uma pedinte. Segundo, a declaração de que tocar sanfona é seu afazer e que não solicita dinheiro, mas que recebe de bom grado de quem voluntariamente o oferece, é uma clara tentativa de demonstrar que está não abusando da bondade alheia, ponto esse de relevância visto que os falsos mendigos pululavam nas ruas da cidade.

Os falsos pedintes eram uma realidade, sendo considerados como um “comércio da mendicância” (Última Hora, 31 de dezembro de 1957. P. 7), sendo diversa a composição do grupo de impostores, indo desde jovens até idosos, provenientes de diferentes bairros da cidade, também de municípios vizinhos que reuniam-se em locais específicos da capital, até mesmo no interior das barcas que ligam o Rio a Niterói, o que muitas vezes resultava em conflitos por pontos estratégicos. Tal situação começou a exigir atenção e atuação das autoridades. As operações do DFSP costumavam ser realizadas em ações conjuntas: em alguns momentos com o juizado de menores, em outros com o Serviço de Assistência à Mendicância, criado em 1958, vinculado à Secretaria de Saúde da prefeitura (Diário de Notícias, 29 de abril de 1958. P. 9; Diário de Notícias, 30 de maio de 1958. P. 15; Última Hora, 25 de junho de 1958. P. 6). Essas operações seguiam, nas palavras do jornal, “planos para a limpeza da cidade”. Nessa afirmação podemos perceber que o limpar carrega consigo atribuições excludentes, faxineiros de refugos humanos, e para os delituosos, Guilherme Romano, então secretário de saúde da cidade, desejava “providenciar processo criminal para os falsos mendigos que exploram a caridade pública como um meio de profissão” (Diário de Notícias, 29 de abril de 1958. P. 9).

Na véspera do réveillon de 1957, a cidade está apinhada de turistas e a DFSP deflagra mais uma operação. Às 15h do dia 30 de dezembro, os policiais vão às ruas em busca dos falsos mendigos, caçada que adentra a noite. No encontro da Avenida Rio Branco com a Rua São José foi encontrada

uma senhora, já idosa, utilizando-se de três menores – um menino e duas meninas – conseguia atrair as atenções gerais, conseguindo, desta forma angariar boas esmolas. À aproximação dos comissários de menores, [...] tentou fugir, embrenhando-se entre os populares que por ali transitavam àquela hora da tarde. Contudo, não concretizou o seu intento, sendo detida mais adiante e levada para o interior de uma caminhoneta, da polícia (Última Hora, 31 de dezembro de 1957. P. 7)

A cena de uma pessoa idosa, com três crianças é convencedora e muitas pessoas faziam doações por caridade. Pedir moedas nas ruas realmente poderia ser lucrativo, como demonstra o caso de uma outra pedinte apreendida que tinha em seu poder, logo na primeira semana do mês, o valor de Cr\$ 3.311,00 cruzeiros, quantia que era mais do que o dobro do salário mínimo mensal de São Luiz – MA (Cr\$ 1.500), e maior do que o de Florianópolis - SC (Cr\$ 2.400) e Curitiba – PR (Cr\$ 2.700), e sendo naquele ano o salário mínimo mensal regional no Distrito Federal por volta Cr\$ 3.800,00 cruzeiros (Última Hora, 7 de março de 1958. P. 9; BRASIL, 1956)¹⁰.

Era comum que, após serem presos e processados, alguns optassem por esquivarem-se do trabalho e retornassem às ruas. Adalberto Bernardo de Mello, descrito como saudável e de boa aparência, pedia esmolas junto com os seus filhos Maria Guiomar de 6 anos e Alberto, com 3 anos. Ao ser entrevistado, “afirmou que em menos de 1 hora e 20 minutos, arrecadara a importância de Cr\$ 550,00” (Última Hora, 25 de junho de 1958. P. 6). A certa facilidade de obter ganhos pedindo atraía até mesmo aqueles que já estavam envolvidos em outras atividades proibidas. É o caso de Alípio de Moraes, que com bom humor demonstrou que as populações de rua também são sujeitos históricos conscientes de suas atitudes. Residente em Nova Iguaçu, cidade vizinha à capital, ia com seus nove filhos menores para a rua. Nesse dia, como todos os outros, ele tira seu violão da bolsa, posiciona-se e, no entanto, no instante em que iria começar a tocar, um dos guardas lhe segura pelo braço. O policial o intima a acompanhá-lo, e como quem

¹⁰ Na época, o Brasil era dividido por regiões salariais, cada qual possuindo um valor de salário mínimo próprio. O Rio de Janeiro detinha o maior valor nominal com Cr\$ 3.800,00 cruzeiros, seguido de São Paulo com Cr\$ 3.500,00 cruzeiros, de acordo com o decreto.

parece já estar acostumado com essa rotina, Alípio passa então os dedos nas cordas, tira algumas notas do instrumento e pergunta: “Qual a música que o senhor quer cantar?”. Ele é então conduzido ao juizado, afirma trabalhar numa banca de jogos, e ao ser indagado pelo juiz onde estaria o registro de sua ocupação na sua carteira de trabalho, Alípio é certo: “Mas quem é que tem a coragem de anotar na carteira profissional que faz propaganda de contravenção?” (Última Hora, 7 de março de 1958. P. 9).

Em uma das operações foram recolhidas 29 menores, “de todas as cores e idades” (Última Hora, 7 de março de 1958. P. 9). Observa-se que a utilização de crianças era generalizada, não apenas onde elas mendigavam sob supervisão dos pais, mas também eram contratadas para serem acompanhantes dos adultos nas ruas, em toda uma rede de aluguel que era praticada. Dependendo do quanto rentável era o espaço, quem desejasse mendigar naquela região precisava pagar uma taxa aos poderosos locais, que então permitiam a circulação. Após conseguirem essa espécie de “alvará”, os falsos mendigos recorriam a famílias em regiões carentes para alugar-lhes os filhos, negociando diretamente com os pais. Os pais, conscientes das desigualdades raciais vigentes, estabeleciam diferentes preços de acordo com a tonalidade de pele da criança, chegando até mesmo a tabelar os valores, “sendo a criança loura alugada por 60 cruzeiros, enquanto a morena é alugada por 40 e a de cor por 15” (O Metropolitano, 15 de março de 1959. P. 2). Se a quantidade de crianças influenciava nas esmolas recebidas, pelo preço de uma loura arrendava-se quatro pretas ou dependendo do local aonde iria-se pedir, como um bairro abastado por exemplo, uma criança loira atrairia mais moedas, revelando uma cruel, mas eficiente prática econômica e de relação de mercado.

Considerações finais

Conforme assinalado por Laura de Mello e Souza, a própria dinâmica do sistema cria grupos de desclassificados que não conseguem imiscuir-se ao todo, assim os mendigos e vadios são parte direta do sistema e, mesmo que à primeira vista pareçam estar desvinculados, na realidade são resultado dele e com ele interagem. Numa época em que as classes abastadas puderam desfrutar das benesses que o desenvolvimentismo trazia e a classe dos trabalhadores, depois de tantas lutas, podia usufruir alguns dos seus direitos conquistados como proteção social por meio das leis trabalhistas e salário mínimo, os mendigos e vadios estavam apartados dessa

lógica, não encontravam sua classificação na sociedade. No Brasil, as políticas de criminalização da pobreza por diversas vezes instituíram órgãos complexos de opressão e controle. Mesmo durante períodos de reconhecido crescimento econômico, grupos de indivíduos não puderam ser beneficiados disso, a *res publica*, não era de todos. A legislação que criminalizava o ato de mendigar só foi revogada em 2009, através da lei 11983/09, depois de séculos levando ao cárcere os que tinham os bolsos e os estômagos vazios. Hoje as populações de rua são tratadas através das questões de saúde e assistência social, e não mais penal (VARANDA & ADORNO, 2004). Isso por si só já é um avanço, levando em consideração o fato de o país estar entre as dez maiores economias do mundo, mas também com uma das piores concentrações de renda do planeta.

A cidadania tem percorrido “um longo caminho” para sua consolidação no Brasil. Tem-se por hábito dividir a cidadania em três grupos básicos de direitos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Os direitos civis estão relacionados aos direitos indispensáveis à vida e a liberdade como, por exemplo, o ir e vir, ser respeitado, não ser agredido, ter acesso a justiça, não ser condenado sem processo, manter relações civilizadas entre as pessoas e etc. Os direitos políticos incluem participar nas decisões da sociedade, organizar-se, poder expressar-se e ser ouvido e por fim, os direitos sociais que incluem a participação na riqueza coletiva como educação, trabalho, saúde e moradia. No entanto, o pleno exercício da cidadania só pode ser alcançado na democracia (CARVALHO, 2019). Costumeiramente admite-se como democracia a concepção liberal, de visão jurídica, assentada na lei e na ordem. Não obstante, neste trabalho entendemos democracia, tal qual defendido por Chauí (2017), como uma organização social que delinea as relações e as instituições, “ou seja, é o único regime político que é também a forma social da existência coletiva”, formando desta feita a “sociedade democrática”. Está na espinha dorsal da democracia a criação e manutenção de direitos, por conseguinte, esta entende o conflito como legítimo e primordial diante dos privilégios de uns e a necessidade de outros. A democracia se assenta na soberania popular, e quando os indivíduos entendem que “tais direitos não existam nem estão garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los”, ou seja, a resistência. Os direitos são universais, fruto de “uma criação social, de tal maneira que só há democracia com a ampliação contínua da cidadania” para o usufruto de todos, formando assim os cidadãos.

A democracia brasileira encontra na violência um dos grandes obstáculos para sua efetivação. Na esteira de Chauí (2017), violência é o ato que desnaturaliza o outro, tornando-o em um objeto. Inclui a privação de liberdade de decidir, coagindo-o. Vai contra um direito, impedindo o seu exercício, espoliando o indivíduo. Age contra o outro, agredindo-o. Enfim, violência é o que viola o outro, com “presença da ferocidade nas reações com o outro enquanto outro ou por ser um outro”. Assim, a violência é incompatível com a democracia, pois esta última “impede o poder exercido pela força, pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pelo terror”. Consequentemente, é possível perceber a falha do Estado e da sociedade em estender e consolidar a democracia, porquê muitas das vezes ele é o agente que pratica a violência desrespeitando e/ou cerceando o acesso a direitos básicos das pessoas, como a vida, emprego, moradia e justiça. O tratamento dispensado a esse grupo desclassificado demonstra a complexidade de transformar os direitos de letra em prática.

A cidade - a sua construção social - reproduz os ideários da sociedade que a forma. A maneira como lidavam com os mendigos e os vadios revela o seu cariz repressivo e sua configuração excludente. Estarem tais pessoas abandonadas nas vias e espaços públicos, sem o mínimo necessário para a sua sobrevivência e apartados de qualquer dignidade, revela a violação dos seus direitos civis. As políticas públicas, formuladas sem a participação dos envolvidos, com recolhimentos obrigatórios e internações compulsórias, retirava-lhes seus direitos políticos. A impossibilidade de acesso a um trabalho e moradia decentes demonstra o impedimento do usufruto dos direitos sociais. Contrastando tristemente com o momento histórico em que se experimentava a democracia pós-ditadura e ampliação de direitos para uma parte da sociedade (FERREIRA, 2013; CARVALHO, 2019), eles tornaram-se não-cidadãos e as limpezas urbanas eram a face visível dessa violência, sendo na realidade, o expurgo dos indesejáveis.

Isso nos leva a ponderar sobre aqueles que se passavam por falsos mendigos. As justificativas oficiais das incursões policiais era de que esses agentes acreditavam estar resgatando os pedintes, visando transformá-los em algo útil, deixando no ar as fronteiras entre o legal e o moral e ético. A reabilitação não buscava o alívio da pobreza e conferir-lhes alguma dignidade, mas antes era focada no que essas pessoas poderiam se transformar, e no que ofereceriam se estivessem trabalhando, em suma, de que forma poderiam ser moldados, extorquidos, o que

poderiam oferecer e produzir. Não estariam eles, depois de alienados do sistema, utilizando isso a seu favor, e de formas alheias as convencionais e institucionais, buscando sobreviver e resistir à exploração de horas extenuantes de trabalho, à expropriação do que produziriam em troca de salários tão corroídos que os obrigariam a, de qualquer forma, voltar às ruas para complementar os ordenados com um pouco a mais?

O país estava passando por uma fase que era entendida como de avanços. O Rio, como capital da nação, não ficaria imune a isso. O poder público acreditava ter uma imagem de sociedade a zelar e o progresso imaginado encontrar-se-ia com a vida real, fruto da pobreza. O governo agiria para que a sua idealização fosse posta em prática e os meios utilizados pouco importariam, contanto que o objetivo fosse alcançado, e assim, fariam de tudo ao seu alcance para que “o turista não presencie [...]” o que a maneira de ver das autoridades e da mídia era “o espetáculo chocante, dado por mendigos” (Última Hora, 30 de julho de 1958. P. 8).

Referências bibliográficas

Fontes – Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional/RJ

CORREIO DA MANHÃ. **Trânsito e estacionamento de veículos durante a realização do Congresso Eucarístico.** Rio de Janeiro, 9 de julho de 1955.

CORREIO DA MANHÃ. **Inaugurada a nova sede da delegacia de mendicância.** Rio de Janeiro, 19 de julho de 1957.

CORREIO DA MANHÃ. **Acusados pela polícia meninos teriam incendiado o mendigo.** Rio de Janeiro, 12 de julho de 1958.

CORREIO DA MANHÃ. **Desconfiança.** Rio de Janeiro, 18 de julho de 1958.

CORREIO DA MANHÃ. **Enforcado o mendigo com um arame e atirado a uma vala.** Rio de Janeiro, 19 de julho de 1958.

CORREIO DE MANHÃ. **Polícia protege “juventude transviada” de Copacabana.** Rio de Janeiro, 22 de julho de 1958.

CORREIO DA MANHÃ. **Reforma.** Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1959.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Aconteceu há 25 anos – o que o Diário de Notícias publicou no dia.** Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1957.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Consagração ao presidente de Portugal.** Rio de Janeiro, 08 de junho de 1957.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Mosaico – As nossas dez mais.** Segunda seção. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Prefeitura e polícia em ação conjunta contra a mendicância – Hospital para os enfermos e cadeia para os malandros.** Rio de Janeiro, Diário de Notícias, 29 de abril de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Combate à mendicância nas lanchas da frota carioca.** Rio de Janeiro, 30 de maio de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Enforcado o mendigo com um arame e atirado a uma vala – crime misterioso num sítio em Santa Cruz.** Rio de Janeiro, 19 de julho de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Mosaico.** Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1958.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830.** Manda executar o código criminal. Rio de Janeiro: Assembleia Geral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm, consultado em 16/04/2020, às 03h42min.

O METROPOLITANO. **Decresceu o número de mendigos no Rio.** Rio de Janeiro, 15 de março de 1959.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902.** Reforma o serviço policial no Distrito Federal. Rio de Janeiro: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>. Acessado em 18/04/2020 às 07h11min.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Decreto nº 39.604-A, de 14 de Julho de 1956.** Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. Rio de Janeiro: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 23/04/2020, às 04h40min.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009.** Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11983.htm#art. Acessado em 23/04/2020, às 14h35 min.

ÚLTIMA HORA. **Contra os mendigos a “blitz” de ontem.** Rio de Janeiro, 15 de julho de 1955.

ÚLTIMA HORA. **Ação silenciosa da Polícia, anuncia o delegado Pereira da Costa: “Até o Natal a cidade está livre do comércio de camelôs”.** Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1956.

ÚLTIMA HORA. **Presos cerca de 500 mendigos pela delegacia de vigilância em promiscuidade na seção de mendicância.** Rio de Janeiro, 9 de junho de 1957.

ÚLTIMA HORA. **Onde irão os 300 homens recolhidos ao Abrigo Cristo Redentor? – Voltarão para as ruas os mendigos quando a visita deixar a casa!** Rio de Janeiro, 17 de junho de 1957.

ÚLTIMA HORA. **Flashes do Momento – Rio sem camelôs.** Rio de Janeiro, 13 de junho de 1957.

ÚLTIMA HORA. **Há mais mendigos no Rio do que no resto do Brasil! – A maioria vem do nordeste abandonado.** Rio de Janeiro, 22 de julho de 1957.

ÚLTIMA HORA. **Em plena atividade o Serviço Especial de Diligências: Juizado de menores declara guerra ao comércio da mendicância no Rio.** Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1957.

ÚLTIMA HORA. **Safra do dia de Santo Antônio: polícia deteve duzentos (40% falsos) mendigos!** Rio de Janeiro, 16 de junho de 1958

ÚLTIMA HORA. **Copacabana: “blitz” noturna contra a falsa mendicância.** Rio de Janeiro, 25 de junho de 1958.

ÚLTIMA HORA. **Prossegue a batalha aos mendigos malandros.** Rio de Janeiro, 30 de julho de 1958.

Bibliografia de apoio

AZEVEDO, A. N. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso.** Rio de Janeiro, Brasil: Editora PUC RJ/Mauad X. 2016.

BENETTI, P. Notas sobre o nascimento da rua no Rio de Janeiro – Códigos de posturas e leis sobre a rua no Rio de Janeiro (1830 – 1906). In: DE FARIA, R. & REZENDE, V. F. **O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano: o papel do setor municipal de urbanismo.** Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital. 2017

BENEVIDES, M. V. **O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política.** Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1976.

BRETAS, M. L. **Policiar a cidade republicana.** Revista da OAB/RJ. Vol. 22. Rio de Janeiro, Brasil. 1985.

BRETAS, M. L. **A guerra das ruas. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Brasil: Arquivo Nacional. 1997a.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Brasil: Rocco. 1997b.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. 1987.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil.** 2ª Edição. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras. 2017.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – o longo caminho.** Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. 2019.

CHAUÍ, M. O mito da não-violência brasileira. Em E. M. ITOKAZU, & L. CHAUÍ-BERLINK, **Escritos de Marilena Chauí - Sobre a violência** (Vol. 5). São Paulo: Autêntica. E-book. 2017.

ISBN: 978-85-513-0084-8. Acessado às 02h35 em 16/06/2020, disponível em https://www.amazon.com.br/Sobre-viol%C3%A0ncia-Escritos-Marilena-Chau-ebook/dp/B075CTLS3S/ref=sr_1_5?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&crd=1GEPW9BMSEY23&dchild=1&keywords=chau%C3%AD&qid=1592285467&sr=1-5

DE GOUVEIA, C. Á. **A reforma da polícia civil do Distrito Federal**. Revista de Direito Administrativo, Vol. 1, N. 1. 1945. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/8362/7137>. Acessado em 18/04/2020, às 20h15 min.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz. 1999.

FERREIRA, F. P. M. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005**. Belo Horizonte, Brasil. 2005.

FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946 – 1964): Revisitando temas historiográficos. In: NUNES, J. P. A., FREIRE, A. **Historiografia portuguesa e brasileira no século XX – olhares cruzados**. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.

FERNANDÉZ, C. A. La prensa escrita como documento histórico. In: **Universidad de Madrid. Haciendo História – Homenaje al profesor Carlos Seco**. Madrid, Espanha: Imp. Hispagraphis. 1989.

FERNANDÉZ, C. A. **La prensa fuente para a la história de la población**. Revista População e Sociedade. Porto: Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM). 1995.

FILHO, W. F. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. Dissertação de mestrado em História. Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA. 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir – Nascimento da prisão**. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes. 2014.

GOMES, A. C. Introdução - Qual a cor dos anos dourados? Em A. GOMES, & e. all, **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1991.

GONÇALVES, G. R. **Para que servem as ruas? A ação do Estado na transformação dos usos do espaço público urbano (séc. XIX - XX)**. Ponto Urbe [Online], 2 | posto online no dia 30 dezembro 2008, acessado em 17 de abril de 2020 às 03h05. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1906>; DOI: 10.4000/pontourbe.1906

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV. 1997.

LAFER, C. Antagonismo político e os "anos dourados". In: E. BACHA, J. M. CARVALHO, J. FALCÃO, M. TRINDADE, MALAN, P. **130 anos: em busca da república**. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca. 2019.

MOREIRA, V. M. L. Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Vol., 3. RJ: Civilização Brasileira. 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde. 2012.

RESENDE, V. M. **Análise do discurso crítica**. SP: Contexto. 2006.

SANTANA, K. L. O. **“Reuniões perigosas”:** ajuntamento ilícito e política na corte regencial (1831 – 1837). Dissertação de mestrado em História. Seropédica, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. 2019.

SOUZA, L. **Os desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal. 2ª edição. 1986.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical – Interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Relume Dumará. 2004.

VARANDA, W. & ADORNO, R. C. F. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. Revista Saúde e Sociedade, Vol. 13, Nº. 1. Pp. 56 – 69. Janeiro – Abril. 2004.

Intelectualidade laica e Clérigos ultramontanos em defesa dos fundamentos da Identidade Nacional: uma análise a partir das *Conferências Anchiéticas*, de 1896.

Secular Intellectuality and Ultramontane Clerics in defense of the foundations of National Identity: an analysis from the *Anchietan Conferences*, of 1896.

Ana Rosa Clochet da Silva

Doutora em História
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
anaclochet@gmail.com

Flávio Renato Varotti Filho

Graduando em História
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
flavio.varotti@outlook.com

Recebido em: 04/08/2020

Aprovado em: 06/09/2020

Resumo: A presente pesquisa objetiva compreender como os discursos de intelectuais laicos e clérigos ultramontanos, compilados no primeiro volume das *Conferências Anchiéticas*, de 1896, resgatam a memória da Companhia de Jesus, a partir da associação entre as ideias de civilização, identidade nacional e catolicismo. Através de discursos de natureza política e religiosa, reagiram ao advento do regime republicano, o qual representou uma dupla ameaça, segundo suas interpretações. Por um lado, aos privilégios de elite política que, em tempos monárquicos, monopolizava os cargos diretivos; por outro, à condição hegemônica do catolicismo na sociedade brasileira, dado que a República veio acompanhada pelo advento da liberdade religiosa e do fim do regime do padroado, mediante o qual o catolicismo preservou sua condição de religião oficial do Império.

Palavras-chave: Ultramontanismo; Conferências Anchiéticas; Intelectualidade Laica.

Abstract: This research aims to understand how the speeches of secular intellectuals and ultramontan clergy, compiled in the first volume of the Anchietan Conferences, of 1896, rescue the memory of the Society of Jesus, from the association between the ideas of civilization, national identity and Catholicism. Through speeches of a political and religious nature, they reacted to the advent of the republican regime, which represented a double threat, according to their interpretations. On the one hand, to the privileges of the political elite that, in monarchical times, monopolized the leadership positions; on the other, to the hegemonic condition of Catholicism in Brazilian society, given that the Republic was accompanied by the advent of

religious freedom and the end of the patronage regime, through which Catholicism preserved its condition as an official religion of the Empire

Key-words: Ultramontanism; Anchieta Conferences; Secular Intellectuality.

Introdução

A produção historiográfica sobre as relações entre Igreja e Estado no Brasil oitocentista, revigorada nos últimos anos, tem a ver, em grande medida, com a relevância desta problemática em dias atuais, quando a religião assume inegável caráter público, alocando-se na política e na mídia de formas inéditas (MARIANO, 2011, p. 249). Tal fenômeno tem levado intelectuais de diferentes especialidades das Ciências Humanas a se interessarem pelas singularidades históricas comportadas pelo advento das sociedades modernas e seculares, revendo o compromisso normativo resultante do movimento de produção de novas institucionalidades religiosas, no âmbito do qual se construiu o Estado laico no Brasil. Neste caso, mesmo após a instauração de condições jurídicas que franqueavam a liberdade às demais religiões, o catolicismo permaneceu como “modelo e referência” para o que era definido como religião, modelando o próprio direito à liberdade religiosa, “definida mais em termos de auto-regulação [sic] do que de controle estatal” (MONTERO, 2012, p. 170-71). Por consequência, a secularização não teve como “decorrência necessária e mecânica a privatização da religião na esfera doméstica” (MONTERO, 2006, p. 49-50) e, tampouco, a secularização da sociedade (ORO, 2011, p. 235).

Para os interesses deste artigo, situado no campo da História das Religiões, é importante frisar que, à luz de tal debate, trata-se de analisar “questões relativas à importância da presença institucional da Igreja Católica na arena das lutas políticas, mas também à função política do religioso” (GODOY; SILVA, 2019, p.2). Sob tal enfoque, interessa-nos analisar um exemplo desta relação, de modo a evitar os perigos de um “vazio histórico”. (GODOY; SILVA, 2019, p. 3).

No Brasil, durante a segunda metade do século XIX, o catolicismo de tendência ultramontana se fez representar por diferentes atores, incluindo as ordens religiosas. Dentre estas, inclui-se a Companhia de Jesus, banida dos domínios portugueses pelo Marquês de Pombal, em 1759 e restaurada pelo Papa Pio VII, no âmbito do Congresso de Viena, em 1814, marcado pelo restauracionismo das antigas Monarquias absolutistas em seus respectivos tronos, pela redefinição das fronteiras nacionais e pela formação da Santa Aliança.

Na conjuntura do Segundo Reinado, os jesuítas retornam ao Brasil, após serem expulsos da Argentina, buscando difundir seus princípios, subordinando-se ao Vaticano e opondo-se a o laicismo dominante na primeira República, que colocava em xeque o papel da religião como fundamento da sociedade. Neste sentido, vale lembrar que o novo modelo vinha coroado pela separação institucional entre Igreja e Estado – consolidada pela Constituição de 1891 – e pelo fim da condição do catolicismo como religião oficial do Estado, medida esta consagrada pelo Decreto de 7 de janeiro de 1890 que, antecedendo o texto constitucional, introduziu a liberdade religiosa e privou o catolicismo da condição de religião oficial do Estado.

A oposição a estas novidades constitucionais fez com que os inicianos encontrassem fortes aliados na sociedade civil, sobretudo entre aqueles que então se opunham ao avanço da secularização da sociedade e ao modelo de Estado laico. Especificamente, uniram forças com uma intelectualidade laica e monarquista, insatisfeita com a perda de cargos diretivos no país trazida pelas novas condições impostas pela República. Houve, então, uma ampla mobilização na defesa dos vínculos entre religião, política e sociedade, o que incluiu uma construção discursiva apologética da Companhia de Jesus e seu papel histórico, associado à evangelização e à formação da sociedade colonial, cujos princípios foram interpretados, anacronicamente, como verdadeiro fundamento da identidade nacional.

Tal associação foi registrada numa série de textos compilados na obra *Conferências Anchieta*, de 1896, organizada por Eduardo Prado por ocasião do terceiro centenário da morte de José de Anchieta, em 9 de junho de 1897. Especificamente, interessa-nos destacar o volume intitulado “III Centenário da Morte do Venerável Joseph de Anchieta, publicado em 1900”, o qual reúne nove textos de diferentes autores – incluindo Eduardo Prado e Joaquim Nabuco –, todos originalmente escritos como leituras públicas a serem realizadas durante os anos de 1896 e 1897 e tendo por principal objetivo a celebração da memória de José de Anchieta (MOURA NETO, 2012).

O presente artigo propõe uma análise qualitativa desta fonte, com vistas a compreender as condições históricas e sociológicas que justificaram e viabilizaram, momentaneamente, a articulação de interesses entre leigos monarquistas e clérigos afinados à tendência ultramontana do catolicismo, resultando numa dada representação acerca do passado colonial, com base na qual buscaram legitimar suas reivindicações de natureza político-religiosa. Para tanto, mobiliza a categoria analítica cunhada por Max Weber de “afinidades eletivas” e, mais precisamente, de uma

tipologia específica deste termo: a de “classes sociais e ordens religiosas”, cuja definição “não se trata simplesmente de um pacto entre grupos sociais em função de interesses comuns, mas sim de um *ethos* pacífico comum” (LÖWY, 2011, p.135). *Ethos* esse, oriundo dos privilégios políticos e religiosos, que legitimavam suas respectivas posições sociais, enquanto integrantes de uma sociedade, cuja transição política, do Império à República, colocava em xeque a continuidade de seus respectivos *status*.

Do ponto de vista metodológico, a análise dos textos reunidos nas *Conferências Anchiitanas* se pauta num duplo referencial. Por um lado, vincula-se à Análise de Discursos (AD), cuja contribuição reside na concepção pontual de funcionamento discursivo, o qual não é tomado como “integralmente linguístico”, mas deve ser relacionado às suas condições de produção “que representa o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto discursivo” (ORLANDI, 1987, p.117). A segunda perspectiva metodológica, que se alinha à AD, orienta-se pela busca do *locus* de apropriação e produção cultural (NEDER, 2009), a partir da necessidade em se entender as condições históricas dessa produção. Tal perspectiva nos ajuda a historicizar as ideias contidas nas *Conferências* de 1896, bem como o “lugar de fala” de seus autores, o que nos reporta ao cenário intelectual brasileiro da década de 1870, quando os antigos *Institutos Históricos* e *Faculdades de Direito* se mostraram receptivos às novas ideias provenientes da Europa, fomentando diferentes olhares sobre a Nação, incluindo o viés regionalista, que na fonte analisada atravessa, particularmente, o discurso de uma intelectualidade paulistas, ao estabelecer os nexos entre *catolicismo, povo e identidade nacional*.

Tais objetivos e perspectivas teórico-metodológica da análise orientam a estrutura proposta pelo presente artigo, com o qual se pretende iluminar facetas inéditas e reveladoras dos vínculos entre religião e política no Brasil oitocentista, focando suas manifestações no plano discursivo.

Intelectualidade Laica e Ultramontanismo no século XIX

A compreensão das relações entre intelectuais laicos e clérigos ultramontanos nos remete, inevitavelmente, para alguns aspectos das relações mais amplas entre Igreja Católica e Estado nacional, no Brasil oitocentista. Relações que variaram segundo a conjuntura abordada, ao mesmo tempo que são reveladoras da pluralidade de tendências que se definiram nas interfaces entre o político e o religioso, competindo por visibilidade social.

É legítimo reconhecer que, até meados do século XIX, dominou a vertente “regalista” no que toca ao modelo de relacionamento entre Igreja e Estado no Brasil, cuja origem remonta ao direito do padroado, reconfigurado durante o reformismo pombalino e perpetuada após a independência, como padroado imperial (SANTIROCCHI, 2015). Sob este modelo, a Igreja permaneceu fundida institucionalmente ao Estado, que preservou seu direito de recolher dízimos, nomear padres e bispos, além de vetar documentos papais, mediante o Beneplácito do Imperador. Contudo, o envolvimento de alguns dos clérigos de tendência regalista nas revoltas liberais, de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, levou à perda de legitimidade destes e ao favorecimento, pelo próprio Estado, de clérigos de tendência ultramontana, os quais passaram a ser nomeados para compor o bispado nacional, de forma a solidificar as bases da monarquia (SANTIROCCHI, 2010, p. 120). O que implicou uma nova orientação do modelo de relacionamento entre Igreja e Estado sob moldes ultramontanos, embora ainda sob a vigência do padroado.

Segundo Santirocchi, embora o termo "ultramontanismo" remonte à linguagem eclesiástica medieval,¹ foi somente no século XIX que passou a significar o pensamento e a postura da Igreja Católica frente às transformações trazidas pela Revolução Francesa. Essa fase da Igreja foi descrita pela historiografia como conservadora, pois em reação às novas tendências políticas, seus representantes buscaram reafirmar o escolasticismo, reestabelecer a Companhia de Jesus e apoiar-se nas diretrizes do Concílio de Trento (HAUCK, 1992). Desde 1864, a orientação ultramontana foi referenciada em dois documentos emitidos pelo papa Pio IX, em dezembro daquele ano: a *Encíclica Quanta Cura* – que deveria oferecer uma síntese dos erros relacionados à sociedade moderna e, especialmente, à questão da liberdade de consciência –, seguida pelo *Syllabus* - uma lista contendo tais erros, representando a resposta ortodoxa da Igreja católica à sociedade contemporânea. Definia-se, assim, o projeto de modernidade oficialmente encampado pela Igreja católica, de moldes tridentinos e apoiado no dogma da infalibilidade do poder papal e na defesa da autonomia institucional da Igreja, frente ao poder temporal.

No Brasil da segunda metade do século XIX, seria este o principal referencial da identidade ultramontana, inicialmente sustentado pelo episcopado nacional, mas que não tardaria a mobilizar

¹ Segundo Ítalo Domingos Santirocchi, “a palavra ultramontano deriva do latim, ultramontes, que significa “para além dos montes”, isto é, dos Alpes.” Na sua origem, denominava todos os Papas não italianos. Acrescenta, ainda, que no século XIII, o conceito passou a ser usado para “identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito entre os poderes temporais e espirituais”. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

diversos instrumentos e atores, nos marcos do movimento conhecido como a "romanização" da Igreja Católica: processo que tendeu a afirmar a autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica, diretamente subordinada a Roma e cada vez mais dependente de padres estrangeiros pertencentes às Congregações e ordens Missionárias, enviados ao Brasil com a função de “controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e laicato”. (SANTIROCCHI, 2010, p. 27)

Neste contexto, retornando ao Brasil desde 1842, a Companhia de Jesus passou a constituir um dos braços do ultramontanismo². A tal ponto que, em diversas regiões do território nacional - como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Nordeste -, “na segunda metade do século XIX, ser chamado de jesuíta era igual a ser chamado de ultramontano” (AZEVEDO, 1988, p. 215). Em diversas ocasiões, a orientação dos jesuítas se mostrava crítica ao regalismo do Estado imperial, o qual inibia a autonomia institucional da Igreja e impedia, através do Beneplácito régio, que as bulas papais encontrassem efetiva vigência no território nacional.

Nesse sentido, uniram forças com o bispado ultramontano no contexto da chamada “Questão Religiosa” (1872-1875), marcada pelos embates entre os bispos de Olinda, Dom Vital, do Pará, Dom Antônio Macedo Costa -, contra a presença de maçons nas Igrejas e irmandades leigas, uma vez que a maçonaria era apontada, no *Syllabus* de erros emitido pelo Papa Pio IX, como um dos 80 erros da modernidade. No Brasil, o clero ultramontano, igualmente preocupado com “defesa do dogma religioso” (RAMIRO JR.; LYNCH, 2012), sentiu os efeitos deste embate pelo filtro representado pelo Estado regalista, que se mostrou impermeável à condenação da maçonaria pela Santa Sé, detonando os episódios que culminaram na prisão dos dois bispos citados e, desde então, no progressivo esgotamento da colaboração entre Igreja e Estado, inclusive, no tocante ao afastamento clerical dos debates parlamentares. Em Pernambuco, tais episódios renderam a expulsão dos jesuítas italianos, em 1874, depois de terem atuado nas missões populares nesta província, assim como no Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará (AZEVEDO, 1988, 214).

Os desgastes entre Estado e Igreja, com base nos eventos oriundos da Questão Religiosa, foram recorrentes até a eclosão da República, em 1889. O que, a nosso ver, colaborou para que, ao progressivo afastamento da política institucional, representantes do ultramontanismo

² Segundo Domingos, já no século XVIII, a “Companhia de Jesus passou a ser identificada de modo mais veemente com o ultramontanismo”, expressão utilizada para designar aqueles que defendiam a superioridade pontifícia sobre os reis e os Concílios sobre os assuntos temporais. (DOMINGOS, 2014, p.96).

passassem a figurar “como um dos discursos de crítica ao regime” imperial (RAMIRO JR., 2016, p. 84), concorrendo com o Estado pelo controle das consciências. Daí passarem a trilhar estratégias de influência direta sobre a sociedade civil, o que incluiu o alinhamento com uma intelectualidade laica, simpática à causa ultramontana, cuja ascensão política se dá a partir de um novo quadro sociocultural, delineado na transição Império para a República e representada na Assembleia Constituinte de 15 de novembro de 1890, que não admita clérigos entre seus 205 deputados, sendo formada majoritariamente por “juristas formados em São Paulo e Pernambuco, que há décadas já haviam garantido lugar cativo nas atividades parlamentares” (CIARALLO, 2011, p. 9).

Segundo Liliane Splendor e Reginaldo Dias (2016), além de resultarem do próprio processo de laicização do Estado brasileiro, os contatos entre intelectuais laicos e clérigos, sobretudo ultramontanos, são sintomáticos da mudança de postura da Igreja Católica em relação ao Estado e ao palco das decisões políticas, delineada em finais do século XIX. Sendo assim: a despeito de prejudicada pela ascensão dos princípios da liberdade religiosa – juridicamente franqueada pelo Decreto 119-, de 7 de janeiro de 1890 -, a Igreja Católica passa a agir de forma a regular sua presença nos debates políticos e sociais, agora mais não por meio do acesso direto aos centros diretivos do Estado, mas pela articulação com elites políticas e intelectuais as quais, em conjunto, agiriam no processo de manutenção do catolicismo e da Igreja Católica como referenciais da identidade nacional.

É importante ressaltar que esta articulação entre clérigos ultramontanos e intelectuais laicos não nos permite encaixá-la num padrão de repetição histórica, já que, por conta de possíveis variações conjunturais e dos agentes envolvidos, tais contatos foram dinâmicos ao longo do século XIX. Não faltam exemplos para demonstrar tal diversidade: o jurista, Cândido Mendes, laico e simpático à causa ultramontana, elabora o primeiro Código do Direito Canônico no Brasil, advogando pelo fim do padroado e pela manutenção do ultramontanismo. Joaquim Nabuco, por outro lado, possuiu maleável relação com o movimento ultramontano: quando jovem, e iniciante na carreira política, escreve, em 1873, um manifesto crítico a tal tendência, no Brasil: *A Invasão Ultramontana* (BLAKE, 1898, p. 99). Contudo, em momentos ulteriores desta análise, veremos que Nabuco passa a se relacionar de maneira profícua com a fé católica e o movimento ultramontano contribuindo, neste sentido, com as *Conferências Anchiitanas* de 1896.

Portanto, a aproximação entre agentes laicos e clérigos, a partir da conjuntura histórica observada, parece-nos passível de ser interpretada a partir instrumentalização da categoria weberiana de “afinidades eletivas”. O que torna necessário perscrutar o lugar social destes homens e suas ideias, inserindo-os num cenário mais amplo, em que o avanço da secularização condicionava a garantia de privilégios de natureza política e religiosa ao investimento discursivo no vínculo entre catolicismo e identidade nacional. Na defesa desse “*ethos* pacífico comum” (LÖWY, 2011, p.135), portanto, “fazer frente ao protestantismo, ao maometismo e ao positivismo não só é demonstração de lealdade ao catolicismo; é, também, demonstração de lealdade à pátria” (CIARALLO, 2011, p.10).

Os Letrados da Nação: regionalismo, instituições e ideias

A primeira questão que nos mobiliza diz respeito a quem eram estes intelectuais? Pergunta fundamental para começarmos a delinear possíveis correlações entre os sujeitos, suas ideias e projetos políticos, os quais se orientavam direta ou indiretamente pelos seus lugares sociais. Além de leigos em sua maioria bacharéis em Direito, formando “um núcleo homogêneo de conhecimento e habilidades” (CARVALHO, 2003, p. 65) – casos de Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Couto Magalhães, Theodoro Sampaio, Brazilio Machado e João Monteiro³, as *Conferências* foram pronunciadas por clérigos como o padre Américo Novais, o arcebispo Francisco de Paula Rodrigues, e o cônego Manoel Vicente.⁴

A singularidade da visão histórica destes homens, “é a crítica ao regime de 1889, tido por militarista, americanista e ateu. Comparar a República e a Monarquia era comparar o presente e uma idade clássica” (NETO, 2014 p. 84). A defesa da Monarquia, tida como regime natural da nação, é decorrente da própria orientação filosófica e jurídica do Direito Natural ministrada nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, de base tomista⁵, cuja inserção nos meios acadêmicos instigou um quadro programático referenciado pelos ideias monárquicos e católicos,

³ As informações biográficas destes personagens foram consultadas no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake*, respectivamente nos vol. 1 (1883, p. 428); vol. 4 (1898, p. 10), 5 (1899, p. 229-230) e vol. 7 (1902, p. 255).

⁴ Cumpre-se destacar que, por não acharmos um perfil pessoal concreto a respeito destes clérigos, pensaremos suas respectivas argumentações, a partir do seu pertencimento à lógica mais ampla das reivindicações ultramontanas.

⁵ Considerado o ponto culminante do pensamento escolástico, mediante a busca de uma harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do cristianismo. Difundido no Brasil pelos jesuítas, durante o período colonial, este conjunto de doutrinas filosóficas e teológicas constituíram uma estrutura de pensamento longa no país, adquirindo funções mais práticas durante o século XIX, alinhadas aos cursos de direito das Faculdades de São Paulo e Recife. (MARTINS, p. 2011).

levando em consideração que o próprio “Papa Pio IX procuraria defender o discurso político da monarquia” (MARTINS, 2011, p.79).

Tal referencial teológico e filosófico, ao se articular aos quadros disciplinares destas faculdades, na segunda metade do século XIX, cria um prisma de análise de matiz conservador que:

difundido na formação dos magistrados constitui, durante a consolidação e apogeu do Império, um elemento estruturante do paradigma monárquico adotado, servindo de referencial interpretativo da realidade econômica, social e cultural e legitimando-se pela cultura religiosa pertencente ao processo histórico da colonização (MARTINS, 2011, p.83).

O mesmo referencial foi “sendo gradativamente incorporado ao movimento ultramontano”, engendrando uma “compreensão contrária às mudanças políticas, econômicas e culturais que então emergiam nos movimentos revolucionários da sociedade europeia e americana” (MARTINS, 2011, p.81).

Não estranha ter sido esta uma referência filosófica e teológica comum a leigos e clérigos na orientação das *Conferências Anchiitanas*, ao evocarem a memória da Companhia de Jesus como a responsável por catequizar, civilizar e formar o povo e suas tradições nacionais, na defesa do “catolicismo ultramontano como elemento estruturante do poder” (MARTINS, 2011, p. 82) e em oposição às mudanças introduzidas pelo regime republicano; em especial, à liberdade religiosa e à laicização do Estado.⁶

Além do tomismo, também as teorias científicas do século, embaixadoras das ideias de civilização e miscigenação, representam não apenas como importante *mote* argumentativo das *Conferências Anchiitanas*, mas outro elo intelectual entre leigos e clérigos que a redigiram. Integrantes daquilo que Ângela Alonso denomina de “elite imperial” - composta por membros de famílias intimamente alinhadas aos ditames políticos do sistema monárquico e, como no caso de Nabuco, diretamente ao próprio Imperador⁷ -, frequentavam os mesmos institutos e faculdades⁸

⁶ É neste sentido que alguns representantes leigos do ultramontanismo, como José Soriano de Souza e seus irmãos, Florentino Henriques e Tarquínio Braulio, deixavam claro a influência do pensamento tomista em artigos publicados pela instituição de ensino na qual lecionavam, a Faculdade de Direito de Recife.

⁷ O argumento de Alonso se orienta pela ideia de que, Joaquim Nabuco, membro do grupo dos “novos liberais”, embora insatisfeito com a demora em assumir cargos importantes dentro da lógica diretiva do país, defendia a regulação do status quo monárquico, de forma a enxergar em Dom Pedro II um instrumento rápido de condução de transformações na sociedade. (ALONSO, 2001, pp. 112-120)

que, a partir de 1870, apropriam-se do evolucionismo spenceriano, do darwinismo social e das teorias raciais em voga.

Neste sentido, é necessário situar historicamente estes centros, cujo principal expoente fora o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) fundado em 1838 sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, incumbido do papel comum aos demais institutos históricos, de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos]” (SCHWARCZ, 1993, p.129). A sua forma de admissão era “zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais” (GUIMARÃES, 1988, p. 9). Seus integrantes, embora espalhados pelas regiões do Brasil, compartilhavam algo em comum: circulavam entre os espaços do IHGB, o qual, por sua vez, portava-se como o lugar privilegiado e autorizado de elaboração de uma narrativa sobre o nacional, respaldada numa tradição de civilização e progresso europeia, a partir de uma “realidade social brasileira, muito diversa” do modelo. Tarefa que “contribuirá para uma progressiva difusão e homogeneização do ‘projeto nacional’ no seio deste grupo social”. (GUIMARÃES, 1988, p.14)

A despeito de receber maior destaque, o IHGB apresentava relações dinâmicas com Institutos regionais, como o *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de São Paulo*, cujos membros, embora afinados aos objetivos de construção do nacional, esboçaram um discurso “marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos”, o que resulta em preocupações e falas marcadas por uma forte tonalidade regional. (SCHWARCZ, 1993, p. 130).

Também as Faculdades de Direito se formaram no cerne do *status quo* imperial,⁹ inserindo seus alunos num conjunto de referências intelectuais e de debates políticos, que “socializavam membros dos estamentos senhoriais para compor a elite política” (ALONSO, 2001, p.120). Doravante, formavam-se bacharéis, que se aprofundavam nos estudos “das letras, retórica e línguas mortas, aqui, considerado como requisito central para a formação de estadistas do

⁸ “Esse é o caso das escolas de direito que, criadas cinco anos após o rompimento com Portugal, tinham como meta a elaboração de um código único e desvinculado da tutela colonial, bem como a formação de uma elite intelectual mais autônoma” (SCHWARCZ, 1993, p.32)

⁹ “[...] escolas de Direito, no Brasil, foram organizadas, inicialmente, para formar uma aristocracia nos moldes da sociedade de corte [...] valorizava a filosofia conservadora, que defendia a monarquia, em detrimento o republicanismo” (MARTINS, 2011, p.77.)

império” (ALONSO, 2001, p.123) - como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Bazílio Machado e João Monteiro –, os quais “não contestavam o *status quo* imperial”, mas partiam em sua defesa como condição de seus ingressos nos cargos diretivos do país (ALONSO, 2001, p.124).

Se em momentos anteriores a 1870, pensar a nação perpassava-se por um filtro monárquico e católico, a partir daí, agrega-se a estes referenciais um novo “modelo racial de análise”, respaldado num “um ideário positivo-evolucionista” bastante consensual entre os grupos analisados. (SCHWARCZ, 1993, pp.18-19). A novidade voltava-se para o amálgama entre as ideias de *raça* e *povo*, semelhante ao que foi desenhado na Europa, por antropólogos culturais evolucionistas, que defendiam uma estrutura sucessória de evolução civilizacional, que todas as nações e povos deveriam, por excelência, percorrer. Esta relação entre *raça* e *nação* encontrou no Brasil e, mais precisamente, entre as elites intelectuais dos Institutos Históricos, uma forma de diálogo com um predecessor bem conhecido: Carl Friedrich Philipp von Martius, cientista ocupado das coisas brasileiras, cujo texto premiado em 1847, pelo IHGB, “define as linhas mestras de um projeto historiográfico” que reserva ao Brasil a “missão específica”, enquanto nação, de “realizar a ideia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial (GUIMARÃES, 1988, p.16)

A título de complementação, é interessante destacar que, embora a voga intelectual racializada represente um marco para a história das ideias no Brasil, já havia uma linha de pesquisa dentro do IHGB a qual, além de vincular a história nacional com a monarquia e o catolicismo, detinha-se nos estudos raciais, dando primazia à miscigenação entre portugueses “civilizados” e indígenas “selvagens”, cuja consumação só teria sido possível mediante ação catequética da Companhia de Jesus. (GUIMARÃES, 1988, p. 17)

Aos novos referenciais para se pensar a nação, soma-se uma série de transformações econômicas estruturais na sociedade brasileira, que resulta na alteração do centro produtivo do país, graças à crescente economia cafeeira paulista, a qual substituía as fazendas do vale do Paraíba, de modo a configurar-se como a região mais dinâmica do país, tanto em nível econômico, quanto de integração territorial por uma malha ferroviária. É neste contexto, portanto, que a elite paulista se alinha em torno do projeto de resgatar seus vultos e tradições por meio do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de São Paulo*, sendo liderado, a princípio, por Eduardo Prado. Embora marcadamente regional, sua visão de história condicionaria a ideia de que São Paulo era a locomotiva da nação.

As instituições conectavam, a partir do restrito espaço dos debates em torno da temática nacional, agentes de um *ethos* social singular, sobretudo, no que concerne aos meios adotados para assumir cargos diretivos, que durante o regime monárquico consistiam na defesa e participação do *status quo* político-social. Integrados pelos Institutos Históricos e pelas Faculdades de Direito, detinham o privilégio de debater e formular os projetos políticos para a nação. Logo, pensar a nação pelas ideias de civilização e progresso, era enquadrar o desenvolvimento do país, não em um conceito restrito de sociedade, mas em modelos universais.

Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios- já que toda a humanidade deveria passar por eles-, seguiam determinada direção, que ia do mais simples ao mais complexo e diferenciado (SCHWARCZ, 1993, pp. 75-76).

Este o cerne do dilema no qual se viam envoltos: inserir a Nação “numa tradição de civilização e progresso” europeia, a partir de uma “realidade social brasileira, muito diversa” do modelo. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

As Conferências Anchiéticas, de 1896: um amálgama intelectual

Em 1896, sob a liderança de Eduardo Prado, teve início uma sabatina de conferências que deveria terminar em 1897, em celebração do tricentenário do falecimento de José de Anchieta. Tais discursos seriam organizados com um teor evidente: vincular as ações dos jesuítas - em especial do padre Anchieta - ao processo de formação da nação brasileira por meio da civilização, proporcionada pela catequese jesuítica e católica, cujos efeitos fizeram-se sentir na formação do povo brasileiro, miscigenado e católico. O discurso remete à estratégia da tendência católica ultramontana, em se articular com outros espaços de participação social que não apenas o palco político oficial. Assim, buscando “adentrar a consciência dos indivíduos e influenciar seu modo de pensar e agir”, os católicos ultramontanos se aproximam destes intelectuais laicos, de modo a promover a ideia de que “não é possível que uma nação se desenvolva e progrida de modo pleno sem o auxílio da religião”. (DIAS; SPLENDOR, 2016, p.1556)

Nestes termos, a forma discursiva adotada nas *Conferências* teve como base os interesses subjacentes aos seus integrantes, aqui apresentados a partir de suas respectivas visões de história e inserções regionais/sociais, fazendo sobressair: o marcado regionalismo paulista; o elogio à monarquia seguido pela crítica à liberdade religiosa, possibilitado pelo advento republicano e, por

fim, ao catolicismo de tendência ultramontana, para o qual a religião católica aparece como único e verdadeiro fundamento da sociedade moderna e civilizada (SILVA, 2019). Desse modo, posicionavam-se de forma contrária ao pluralismo religioso e, sobretudo, ao protestantismo, dada sua suposta incompatibilidade natural em relação ao Brasil e sua história.

Para adentrarmos a argumentação desenvolvida nas *Conferências Anchiéticas*, é necessário compreender os sentidos que o conceito de civilização passa a assumir no Brasil, bem como os ditames que norteavam a elaboração de *Conferências*. Como era de se esperar, tal termo não seria empregado com significado único: na verdade, conectava-se a interesses políticos específicos e, por vezes, conflitantes. A despeito de inserido no paradigma da busca pelo progresso, o conceito de civilização, aqui analisado, além de imiscuído na voga cientificista da década de 1870, apresenta uma orientação católica ultramontana, que supostamente fornecia o fundamento civilizador universal da sociedade moderna (SILVA, 2019). Do mesmo modo, a elaboração de conferências, ao longo da segunda metade do século XIX, remetia ao projeto de “educar as pessoas, torná-las melhores intelectual e espiritualmente colaborando para o processo civilizacional, pois o desenvolvimento intelectual era um de seus requisitos” (CARULA, 2012, p. 70).

Neste sentido, a documentação eleita nos remete a mais uma forma do emprego do conceito de civilização, na perspectiva de um grupo político cujos interesses, em fins do século XIX, remetiam à defesa da regulação de seus privilégios políticos, intelectuais e religiosos. Para tal empreitada, valeram-se dos produtos intelectuais da época para, simultaneamente, incorporar aspectos pontuais da modernidade à base católica da formação da nação, bem como advogar um suposto passado ideal, representado pela Monarquia e pela condição hegemônica da Igreja Católica, assim como pela obra catequética iniciada padre José de Anchieta, alçado à condição de fundador da identidade nacional e suas tradições, então ameaçadas pelo advento da República.

A imagem de Anchieta é lembrada por uma menção apologética de seus feitos e de sua figura, referida como “esse novo Cristo” (MONTEIRO, 1900, p.211). Sem as heroicas ações de Anchieta e da Companhia de Jesus, resultantes “do espírito de solidariedade próprio à humanidade” (PRADO, 1900, pp.36-37), o processo catequético seria falho, bem como ausente de santidade e da valorização do elemento patriótico. Anchieta, portanto, teria sua existência voltada “para fora do sensível e do inteligível, isto é, do histórico e humano”, revestindo-se como uma “seráfica figura”. (MONTEIRO, 1900, p.214)

Com pretensões nacionais, portanto, os escritos reunidos no primeiro volume das *Conferências Anchiitanas* deixam transparecer o teor regional do verdadeiro processo de “invenção de tradições” pelos grupos dominantes paulistas (NETO, 2014, p.57), ao ancorarem num passado idealizado os pilares de seus projetos e visões. A dinâmica discursiva discursiva daí derivada, projetava no século XVI – o século de Anchieta – “uma colônia forte e vigorosa que o donatário tinha por obediência que fundar nas regiões meridionais do Brasil”. (MACHADO, 1900, p.62)

O elemento do nacionalismo, recoberto pelo elogio ao catolicismo e à Igreja Católica, é sentido em eventos históricos considerados, aqui, como fundamentais para a união dos povos do Brasil e seus defensores, que lutaram contra um inimigo em comum: os franceses. Estes, interessados em tomar os “territórios nacionais”,¹⁰ se alinharam aos tamoios, grupo indígena nativo. “Fervera sangrenta luta com os tamoios, que a perfídia do manhoso Villegaignon se haviam aliado contra a pátria, a que já os ousados calvinistas tinham como dado o afrontoso nome de França Antártica” (MONTEIRO, 1900, p.237). Neste sentido, a ameaça calvinista, representada pelos franceses, é generalizada para o protestantismo e outras expressões religiosas contrárias ao catolicismo e, por conseguinte, à nação brasileira, cuja defesa histórica, fora responsabilidade da Companhia de Jesus.

Era fulcral estabelecer a ligação entre nação e catolicismo, ainda mais no momento que a ascensão da liberdade religiosa impunha riscos à hegemonia católica. Não por acaso, se analisarmos o discurso de Eduardo Prado, colonização e catolicismo são termos alocados de forma quase que tautológica, isto é, “com a colonização portuguesa e católica viemos a ser, com todas as nossas fraquezas, com todas as nossas reais ou pretensas desvantagens étnicas, viemos a ser nós mesmos, isto é, uma nação e um povo” (PRADO, 1900, p.45). Logo, era requisito *sine qua non* estabelecer a naturalidade católica do povo brasileiro, buscando, em suas “origens históricas”, como e por quem, tal processo fora conduzido.

A obra da Companhia de Jesus representava, assim, um verdadeiro modelo de civilização, a ser seguido naquela conjuntura de finais do século XIX, quando outros referenciais da civilização moderna ocidental avançavam. Assim, argumentava-se, “O Brasil, como toda a América Latina, é um exemplo de que há um terceiro método de colonizar, que poderemos chamar, sem erro, o método católico” (PRADO, 1900, p. 45). A nação, destarte, seria fruto de

¹⁰ O uso da expressão se justifica pela percepção anacrônica que recobre o argumento nacionalista deste discurso. Assim o utilizamos, pois carrega significações próprias à visão de história à época na qual o nosso objeto se insere.

um método específico de civilização, o modelo católico, cujas propriedades dignificariam a procedência do povo brasileiro, formado não pela

trucidção de uma raça inteira, hecatombe que o protestantismo não impediria no sul, como não soube impedir noutras regiões, mas à fusão de raças opostas de origem, e que o catolicismo, renovando o seu antigo prodígio da cristianização e da absorção dos bárbaros, soube também na América ensinar, civilizar, abençoando a união fecunda das raças de que deviam brotar tantas nações (PRADO, 1900, p.45).

A miscigenação aparece conectada à especificidade católica de catequização e civilidade. Deste modo, partindo da ideia paradigmática de que a miscigenação era a chave para se entender a nação, tais intelectuais reportavam à catequização jesuítica os créditos de tal amálgama.

Tanto que chegaram a S. Vicente os primeiros jesuítas, foi seu empenho maior regularizar entre portugueses as coisas da religião e da moral, mas principalmente, inspecionar a escravidão dos índios, para o que traziam do poder civil competente faculdade. Iam às casas dos lavradores, indagavam da procedência de seus escravos, de como foram capturados, e, averiguada a injusta causa, restituíam-lhe a liberdade, faziam-nos voltar às suas terras, exortando os senhores a desobrigarem as suas consciências (SAMPAIO, 1900, p.124)

Theodoro Sampaio, monarquista de origem baiana, responsável pela vertente territorialista do IHGBSP,¹¹ no excerto acima exposto, atribui à ação da ordem jesuíta em relação aos povos indígenas, praticamente ignorando que, historicamente, o tratamento dispensados aos indígenas não fora homogêneo, justificando mesmo a guerra justa aos índios bravios e selvagens, genericamente denominados como “tapuias”.¹² Esta visão, compartilhada por jesuítas como Manoel da Nóbrega e Frei Vicente do Salvador, chocava-se, ainda, com os projetos imigrantistas encampados pelas próprias elites intelectuais da segunda metade do século XIX, legitimados por uma perspectiva eugênica, fundamentada na teoria do “branqueamento” racial. Provavelmente, a menção à via eugênica não é mencionada nas *Conferências Anchiitanas* em função do fato de que, embora referida como solução para a formação do povo e a própria viabilidade da nação, a imigração de origem anglo-saxônica e germânica esbarrava no problema representado pelo fato destes não professarem a religião oficial do Estado brasileiro, chocando-se com os interesses dos

¹¹ “A historiografia paulista territorialista foi simbolizada pela produção de Teodoro Sampaio, monarquista de origem baiana, que escreveu tratados sobre a formação de São Paulo abordando o papel do bandeirante e a formação étnica de São Paulo, na trilha intelectual de Capistrano de Abreu” (NETO, 2014, p. 45)

¹² Vale-se recordar que o elemento do indianismo, previsto nos debates historiográficos do IHGB e do IHGBSP, não era interpretado de maneira uníssona, isto é, de modo a ressaltar apenas uma visão. As discussões sobre os indígenas, em fins do século XIX, “giravam em torno de dois grandes eixos: civilizá-los ou exterminá-los” (CARULA, 2012, p.173).

clérigos e leigos católicos redatores do documento analisado. Afinal, as “afinidades eletivas” entre os grupos analisados iam no sentido de reforçar a ideia de que se não fosse o catolicismo e a Companhia de Jesus, o terceiro método do qual fala Eduardo Prado, a nação não seria viável.

Quanto à miscigenação entre brancos portugueses e indígenas, há de se elaborar algumas observações. Os discursos não tratam de uma miscigenação desprovida de base territorial, pelo contrário, a ênfase é dada, sobretudo, a São Paulo. Como já dissemos, a intelectualidade responsável pela elaboração das *Conferências*, em sua maioria, compunha os quadros acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo e do IHGBSP, cuja ligação com as elites paulistas, corroborava para o processo de criação de um sentimento identitário regional, recoberto por pretensões nacionais. Em outros termos, buscavam vincular a história de São Paulo, agora região com amplo desenvolvimento político e econômico, com a história do Brasil.

Aparelhada a apostólica missão da qual fazia parte o jovem José de Anchieta, aos vinte anos de sua idade, o padre Nobrega, já então provincial no Brasil, enviou-o a fundar um colégio entre os índios nos campos de Piratininga. Começa aí, de fato e incontestavelmente, a obra da conquista do planalto brasileiro, a expansão do Brasil (SAMPAIO, 1900, p.125).

Piratininga – representada anacronicamente como uma espécie de São Paulo antes dos jesuítas –, era alçada à condição de verdadeiro palco onde brancos e indígenas, portugueses e nativos, sob a tutela pacificadora da Companhia de Jesus e Anchieta, se amalgamaram:

[...] a vila dos catecúmenos de Piratininga ia perdendo depressa sua feição indiana. O elemento europeu, ou o branco já oriundo do país, começava a tomar preeminência. Sentiam os padres escapar-lhes a filha preferida e, contudo, abençoavam-na. Era o destino dela, estava talhada para as grandezas (SAMPAIO, 1900, p.133)

Dissertando acerca dos povos nativos do Brasil, o General Couto Magalhães (1900, p. 263), que já fora presidente da província de São Paulo em tempos de Monarquia, conclui que, segundo “a opinião de Martius [...] os aborígenes do Brasil vieram dos planaltos dos Andes, e conquistaram a grande região”. A despeito do elemento indígena representar o foco da obra de Magalhães, este discurso, contudo, visa afirmar a importância dos jesuítas e Anchieta quanto a necessidade da

preservação das raças indígenas que nos são muito úteis debaixo do ponto de vista antropológico, como mostrarei adiante, e da raça mestiça do mameluco, cariboco, ou caboclo, que D’Orbigny, Darwin, Saint-Hilaire, Ferdinand Denis e Quatrefages dizem ser uma das boas do mundo, e é mais americana do que a

do negro ou a pura branca dos europeus, que nos vieram do velho mundo (MAGALHÃES, 1900, p. 250).

A população mestiça, formada no âmago de Piratininga, resulta no surgimento de um novo homem: o bandeirante mameluco. Segundo Erasmo Moura Neto (2014), os intelectuais do IHGBSP, a despeito de priorizarem os estudos quanto aos benefícios nacionais promovidos por este arquétipo paulista, não desconsideravam os jesuítas como agentes basilares para se pensar o processo da construção nacional. A Companhia de Jesus, portanto, possuiria mérito graças à mestiçagem que possibilitou, pois, ao catequizar e civilizar o indígena, permitiu um contato pacífico com o elemento português. De tal passividade, resultariam os miscigenados mamelucos paulistas, que teriam supostamente condições de civilizar o restante do território brasileiro.

O elogio à miscigenação - postura nem sempre recorrente nos debates à época -, assim como a naturalização do catolicismo se mostravam, assim, investimentos discursivos fundamentais para a garantia do lugar desta religião, no Brasil em fins do século XIX, como fundamento da coesão e identidade nacional. Por sua vez, do ponto de vista político, a queda da Monarquia promoveu verdadeiras alterações, inclusive pessoais, como as de Joaquim Nabuco que, durante os momentos de ascensão do movimento ultramontano, se mostrou crítico ao seu conteúdo programático.¹³ Contudo, sua percepção político-religiosa, durante os momentos iniciais da República, segundo Alonso (2007), aproximou-se de posturas conservadoras, inclusive, no que tange à sua postura religiosa.

Como outros abolicionistas, Joaquim Nabuco viu a República como a reação dos senhores de escravo contra a monarquia. Exilando-se do país duas vezes, no começo dos anos de 1890, Nabuco passa a grande parte da década buscando refúgio na família e na religião. Como ocorreu com o mais jovem Eduardo Prado, a 'boemia' da juventude cede lugar a um apego amadurecido pela fé, experimentada como um porto seguro em tempos de profunda alteração da ordem social (NETO, 2014, p.50)

Pensamos que, a despeito de Nabuco não agir como defensor do catolicismo enquanto religião de Estado - e seus escritos dos anos 1870 demonstram isso - a partir do fim da Monarquia e início da República, sua estratégia se modifica, de modo a se aproximar da vertente católica ultramontana e reivindicar, entretanto, a volta de seus privilégios políticos e sociais, enquanto membro da dita elite imperial, reforçando nossa visão teórica das afinidades eletivas, já

¹³ “Nabuco, em dois folhetos, *A Invasão Ultramontana* e o *Partido Ultramontano*, de resposta aos opúsculos de Cândido Mendes e em defesa do Estado independente da Igreja, ambos de 1873” (ALONSO, 2001, p. 114).

que, como se vê, a articulação entre laicos e clérigos ultramontanos, neste contexto, se mostra instrumental e circunstancial, voltada para objetivos específicos.

o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná [...] Quanto à população, acreditais que sem o catolicismo tivesse sido possível fundir pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano (NABUCO, 1900, p.326)

Como já exposto, retornando ao Brasil na segunda metade do século XIX, a Companhia da Jesus alinhou-se, circunstancialmente, às diretrizes ultramontanas da Igreja romana e ao movimento de reformas encampados pelo bispado nacional. O que justifica os argumentos que visavam resgatar e defender a memória dos jesuítas, promovendo a associação discursiva destes com o movimento ultramontano, escamoteando o fato de suas ações e projetos nem sempre foram congruentes, o que de resto se aplica às próprias relações entre o bispado ultramontano e a Santa Sé (SANTIROCCHI, 2015).

Tal situação permite que as reivindicações, especialmente ultramontanas, sejam veiculadas como um instrumento de crítica e de análise histórica. De crítica, pois, como se sabe, o intuito destas *Conferências* era de se contrapor à liberdade religiosa, bem como aos riscos que as transformações trazida pelo novo regime poderiam acarretar no campo político-religioso; de análise, pois reconstitui de forma idealizada e valorativa um passado nacional elogioso ao catolicismo, simbolizado pelo Padre Anchieta e a Companhia de Jesus, então considerados como “personagens de destaque na história do Brasil, graças a sua atuação na gênese da nação como representantes exemplares da fé, zelosos missionários e catequizadores [...] como agente civilizador do Brasil” (NETO, 2014, p.84).

A Companhia de Jesus é uma dessas estruturas que têm o cunho da perfeição natural e em que não se pode deixar de reconhecer uma inspiração, uma coesão, uma força de crescimento, superiores ao poder de qualquer homem isoladamente e aos recursos de qualquer grupo de homens fechados na terra (NABUCO, 1900, p.330).

Mesmo que articulada à monarquia neste passado fundante, a Companhia de Jesus e seu principal representante seriam os verdadeiros protagonistas na edificação dos elementos especificadores da nação. A clássica premissa ultramontana, de busca por autonomia e primazia institucional da Igreja, é revestida por um discurso de apelo à primazia da fé sobre o secular, do catolicismo como principal ingrediente da nação. Isto é, o “fato, porém, é que as nações quase

todas, pelo menos as que têm história, têm sido criações de sua fé, jatos de religiões nascentes, destroços de religiões em conflito, relíquias de religiões mortas” (NABUCO, 1900, p. 336).

O catolicismo seria o responsável por incutir na nação “o traço moral permanente, o traço por excelência” (NABUCO, 1900, p. 335). Religião e nação, catolicismo e identidade brasileira seriam, naturalmente, conjugados por uma “comunhão civil” (NABUCO, 1900, p. 337), sem a qual não seria possível pensar o país e sua história. Portanto, o catolicismo, instaurado pela Companhia de Jesus e base da formação nacional, porque afrontado pelos perigos da liberdade religiosa e, de modo mais amplo, de uma visão de modernidade em voga,¹⁴ deveria ter sua importância histórico-nacional resgatada.

Lembremo-nos que, desde a década de 1870, a realidade intelectual brasileira passa por transformações importantes, cujos efeitos, ao fim e ao cabo, dinamizam as visões políticas e sociais de alguns dos principais agentes históricos de fins do século XIX.¹⁵ Nabuco, por este viés, passa a comparar as propriedades intelectuais e institucionais da Igreja às correntes intelectuais da época, afirmando que:

[...] há de também consolidar-se um dia no catolicismo tudo que exista de real e permanente no catolicismo tudo o que exista de real e permanente no comtismo, no darwinismo, no spencerismo, o que não tiver morrido deles no tempo de prova que a religião impõe às novas verdades postulantes (NABUCO, 1900, p. 337).

Mesmo salientando a durabilidade do catolicismo em sua capacidade de englobar visões e teorias científicas, considerando-as como passageiras em detrimento da estabilidade e unidade da religião católica, Nabuco se vale de argumentos científicos, como estratégia de conferir legitimidade a seus argumentos. Denotava, aqui, uma forma singular de relacionar modernidade e catolicismo, sobretudo, no que concerne ao emprego dos ícones modernos de análise histórico-social, cujo emprego se dera a partir da articulação discursiva com o catolicismo, tido por base estruturante e universal da civilização moderna.

Pois bem. Esse é o traço que, por honra mesmo dos seus fundadores espirituais, o nosso país precisa hoje recordar, avivar, prolongar como a linha

¹⁴ A Encíclica *Quanta Cura*, de 1864, elaborada pelo papa Pio IX, deixa claro os perigos ofertados pela Modernidade, a exemplo, o galicanismo, jansenismo, regalismo, liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa.

¹⁵ Um exemplo desta articulação entre ideias e novas formas de se relacionar com a sociedade, segundo Celso Castro, é o positivismo comtista de matiz meritocrática, que configurou a principal base intelectual e política da mocidade militar; esta, em seu argumento, a principal organização de crítica monárquica e de reivindicação republicana (CASTRO, 2000.)

diretriz de sua vida. Até bem pouco era ao Estado que cumpria tirar essa linha, hoje temos que ser nós mesmos. Nossa consciência enfraqueceu, cessando a responsabilidade, e ficando entregue inteiramente ao poder político a conservação e graduação do sentimento religioso do país. Os cultos verdadeiramente fortes são os que vivem do interesse, da piedade, dos sacrifícios dos seus crentes [...] A verdade, digamo-lo em toda franqueza histórica, é que a descristianização do Brasil começou com a expulsão dos jesuítas (NABUCO, 1900, p. 339)

A presença da Igreja Católica no Brasil seria, destarte, fruto de um processo longo de civilização católica que, segundo o Arcebispo Francisco de Paula Rodrigues, remonta ao “mundo romano”, quando o Apostolado Católico, instituição “única da história, de que as outras não são mais que uma paródia”, iniciara seu processo catequético. O Apostolado, neste sentido, acompanha, em termos históricos, o próprio desenvolvimento da Igreja como instituição. Logo, por suas ações civilizatórias e formadoras de nações, por vezes forjadas pelas “suas próprias mãos”, com “vontade enérgica e vasta” de ambições universais, permitiu que “hoje assistamos ao grande espetáculo da catolicidade da Santa Igreja de Deus” (RODRIGUES, 1900, pp. 6-7).

Esta missão universal, conduzida no Brasil pela Companhia de Jesus, estava supostamente ameaçada, não apenas pelo protestantismo, mas também pela ciência moderna, que “procurou por todos os meios lhes destruir o alcance divino” (RODRIGUES, 1900, p. 7). Recorrendo à longevidade institucional do Apostolado Católico - “a maior de todas as forças” - Rodrigues afirma que, enquanto “a ciência fora procurar nas entranhas do globo argumentos que pudessem desmentir os dados bíblicos [...] não há talvez uma só nação que não deleite os olhos suplicantes para o Vaticano, a fim de procurar nos lábios de Leão XIII a palavra que vai resolver todos os problemas” e cujas encíclicas “caem como um raio de luz neste mundo convulso, para estabelecerem a paz e a ordem; e crentes e descrentes saúdam com respeito esse grande pontífice que preside aos destinos da sociedade neste fim do século XIX” (RODRIGUES, 1900, pp 9-11).

Neste sentido, a retórica de um “mundo convulso”, supostamente ameaçado por aquelas tendências associadas ao “vendaval das liberdades modernas que começava a açoitar o Brasil” (CIARALLO, 2011, p. 93) – tais como as correntes liberais, positivistas, protestantes, maçônicas, entre outras -, justificava a investida de leigos e clérigos católicos, na defesa do papel histórico do catolicismo na sociedade brasileira da época.

O conceito de civilização contido nestes discursos apresenta uma conotação católica ultramontana desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX, que postulava o

cristianismo como único referencial civilizatório da sociedade moderna, tratando de “associar a política a uma estrutura moral calcada nos preceitos teológicos da Igreja Católica Romana” (SILVA, 2019, p.13). As tensões geradas pela Questão Religiosa (1872-1875), impuseram à Igreja um temor relativo à perda da

condição pretensamente universal do catolicismo como único e verdadeiro alicerce da civilização. Emergia daqui um conceito de civilização que, associado a outros- como família, moral, sacerdócio e educação- fundia-se ao conceito de cristianismo, sinônimo de catolicismo romano” (SILVA, 2019, p.13).

A visão civilizatória do catolicismo ultramontano, assim, pretendia alçar o Brasil ao conjunto mais amplo das nações civilizadas, tendo em vista que a Igreja Católica, sob a tutela papal, espalhava “o Evangelho por toda a parte, e, por onde caía a sua semente, brotavam as povoações civilizadas, surgiam as nações modernas” (RODRIGUES, 1900, p. 10). O exemplo do Apostolado Católico, no Brasil representado pela Companhia de Jesus, justifica-se, como argumento discursivo funcional, pois seria a condição universalizante da nação brasileira, cuja conexão com o restante do mundo moderno se dava pela própria universalização do catolicismo, enquanto elemento civilizador da nação.

Direis que a sociedade Moderna não necessita mais deste elemento católico. Em primeiro lugar, eu vos respondo que a sociedade precisa e dá testemunho disso. É ela mesma que recebe quase de joelhos as soluções dadas pelo pontífice da Igreja Católica; é ela mesma que reconhece a Igreja Católica como uma força (RODRIGUES, 1900, p.14).

Doravante, o catolicismo, visto pelos ultramontanos como única religião verdadeira e fundamento da civilização, era apresentado como agente da própria modernidade, cujo potencial de auxílio humano não deveria ser ignorado, pois, ao contrário do que pensavam alguns filósofos e críticos, a Igreja e seu líder, o papa, eram referências espirituais contrárias às supostas confusões da época.

Conclusão

“Aqui há de novo uma grande nação católica a criar” (NABUCO, 1900, p. 340). Sob a inspiradora frase de Joaquim Nabuco, julgamos ser necessário terminar este artigo reafirmando as principais aspirações políticas, as quais motivaram este grupo a elaborar discursos de natureza político-religiosa, críticos à consolidação da República e suas potenciais consequências. No plano discursivo, tal intelectualidade criara uma retórica que vinculava nação, civilização e catolicismo, embasados pela defesa da monarquia, vista como regime político natural e ideal à realidade

brasileira; a miscigenação, vista como base da formação do povo; o regionalismo paulista, emulado através de intelectuais do IHGBSP e da Faculdade de Direito que, de modo geral, creditavam a São Paulo e seu povo miscigenado, os caboclos bandeirantes, a conquista do restante do Brasil; e, por fim, o elemento coesivo de todo esse discurso, o catolicismo por seus principais agentes: a Companhia de Jesus e o padre Anchieta, além do Apostolado Católico, sem os quais, o Brasil não poderia almejar a ser uma nação civilizada e católica.

Portanto, de acordo com o que afirmamos acerca da perspectiva teórica de afinidades eletivas entre classes sociais e ordens religiosas, o caso aqui analisado não representa meramente uma visão de história, mas um projeto político cunhado por agentes que, embora oriundos de grupos diferentes e, por vezes, divergentes, unem-se estrategicamente, para, através das bases intelectuais subjacentes às suas respectivas formações, defenderem, no plano discursivo, um *ethos*, monárquico e católico, supostamente ameaçado pela liberdade religiosa, bem como pelas novas condições de participação política inauguradas pela República. Junto a isso, os integrantes das *Conferências Anchiéticas* alegavam o protagonismo do catolicismo no processo de construção da nação brasileira, de forma a defenderem a necessidade de retomada do trabalho deixado pela Companhia de Jesus, quando da sua expulsão do país.

Hoje, provavelmente, não teríamos mais um só índio selvagem nas nossas florestas; lograríamos a doce consolação de ver todas as tribos caminhando animosas para um iluminado porvir incorporadas à comunhão política do país. (NOVAIS, 1900, p.187)

A análise deste documento, portanto, ilustra a reação de uma dada intelectualidade católica e monarquista que, sem abrir mão de seus interesses econômicos e políticos marcadamente regionais, uniram forças com clérigos de tendência ultramontana, na defesa de seus lugares sociais e do papel da religião católica, no contexto republicano. Desse modo, a despeito do advento do novo regime, em novembro de 1889, ter parecido confirmar a tendência moderada do legitimismo no Brasil¹⁶, a reação monarquista e católica também esteve presente, sempre que pareceu ameaçar os privilégios político-religiosos, tradicionalmente desfrutados pelas elites imperiais.

Referências bibliográficas:

¹⁶ No Brasil, ao contrário daqueles países onde o advento da modernidade política contou com “maior resistência da Igreja à aceitação dos princípios liberais”, a influência do legitimismo não se deu por “reação ao advento do governo constitucional e representativo”, mas por resistência àquilo que se julgava serem os excessos do liberalismo (LYNCH, p. 66 e 40).

Fontes Primárias:

III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta: conferências preparatórias. Paris: Aillaud, 1900. Acesso em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake; 1º vol, p.428. Rio de Janeiro: 1883.

Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake; 4º vol, p.10. Rio de Janeiro: 1898.

Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake; 5º vol, pp.229-230. Rio de Janeiro: 1899.

Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake; 7º vol, p.255. Rio de Janeiro: 1902.

Referências:

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império.** Paz e Terra, São Paulo: 2001.

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AZEVEDO, Ferdinand. **“A Inesperada Trajetória do Ultramontanismo no Brasil Império”.** Persp. Teol. 20, pp.201-218. 1988.

CARULA, Karoline. **“Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)”.** 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-27092012-115018. Acesso em: 2020-05-07.)

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República.** Zahar, Rio de Janeiro: 2000.

CIARALLO, Gilson. **“O Tema da Liberdade Religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política”.** Revista de Sociologia Política, vol.19, nº38. Curitiba, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito; SPLENDOR, Liliane Andréia. **“O Catolicismo dentro do contexto político, social e intelectual do Brasil Republicano: O Período da República da Espada”.** XI Seminário em Ciências Humanas- SEPECH Humanidades, Estado e desafios didático-científicos; pp.1552-1561, Londrina: 2016).

DOMINGOS, Simone Tiago. **“Política e Religião, “repercussões da polêmica sobre o retorno dos jesuítas ao Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1870)”.** 2014. 317 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281160>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GODOY, João Miguel Texeira de; CLOCLÉ DA SILVA, Ana Rosa. **“Igreja e Estado em contextos de (des)secularização: a trajetória de um debate”.** Reflexão, n.44, pp1-6. Campinas:2019.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **“Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27).

JÚNIOR, Luiz Carlos Ramiro; LYNCH, Christian E. C. **“A Questão Religiosa no Brasil- Interfaces entre religião, política e direito público”**. 8º Encontro da ABCP, p.13, 2012. Gramado: RS.

LÖWY, Michael. **“Sobre o conceito de “Afinidade Eletiva” em Max Weber”**. *Plural*, v.17, pp.129-142. São Paulo: 2011.

MARIANO, Ricardo. **“Laicidade à brasileira”**. *Civitas*, v.11, n.2, pp.238-258. Porto Alegre: 2011.

MARTINS, Patricia Carla de Melo. **“Padroado Régio no Auge do Império Brasileiro”**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, nº9, pp. 75-91, 2011.

MONTERO, Paula, “Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso”. *Religião e Sociedade*, vol. 32 (1), 2012, pp. 167-183.

MONTERO, Paula. “Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.74, 2006, pp. 47-65.

MOURA NETO, Erasmo Soares de. **““O traço perpétuo”: a construção apologética da história da Companhia de Jesus, a partir das “Conferências Anchiétanas” de 1896”**. Dissertação de Mestrado, UFRJ. RJ: 2014.

NEDER, Gizlene; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. **“Intelectuais, circulação de ideias e apropriação cultural: anotações para uma Discussão Metodológica”**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. Pontes, 2ª ed. Campinas, SP: 1987.

ORO, Ari Pedro. “A laicidade no Brasil e no Oriente: algumas considerações”. *Civitas: revista de ciências sociais*. Porto Alegre, RS. Vol. 11, n. 2 (maio/ago. 2011), pp. 221-237, 2011.

SANTIROCCHI, Ítalo. **“Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo- Reforma”**. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo. **Questão de Consciência: os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SILVA, Ana Rosa Clolet, “Matizes Europeias, conceitos americanos: a construção do pensamento católico-conservador no tempo-espaço da modernidade ocidental”. Comunicação apresentada no **22nd International Conference in the History of Concepts "Beyond Borders: Conceptualizing Boundaries, Crossings and Disruptions"**. Mexico: Colegio de Mexico, 25 a 27 de julho de 2019

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930**. Companhia das Letras, São Paulo: 1993.

Integração e conectividade comercial entre gregos e egípcios na região de Náucratis

Integration and commercial connectivity between greeks and egyptians in the region of Naukratis

Allan Arthur de Souza Camuri

Mestrando em História

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

allan_camuri@hotmail.com

Recebido em: 01/06/2020

Aprovado em: 10/07/2020

Resumo: A conectividade mediterrânea têm sido objeto de estudo de diversos especialistas em antiguidade. Entretanto, muito se têm a explorar. Este artigo visa analisar a região de Náucratis, no Egito, e seu papel nas estruturas política e econômica do Mediterrâneo, considerando a conjuntura helênica e suas relações com o estado egípcio. O entreposto apresenta um leque de artefatos arqueológicos cuja análise revela a amplitude da inserção de Náucratis na rede de conectividade. Busco explorar os interesses dos gregos nesta região, demonstrando como a integração entre helenos e egípcios contribuiu para a circulação de mercadorias e para a aquisição de gêneros agrícolas por parte dos gregos, o que os auxiliou a enfrentar os períodos de recessão de abastecimento e crises políticas.

Palavras-chave: Náucratis; Rede de conectividade; Mediterrâneo.

Abstract: The Mediterranean connectivity has been the object of study of many specialists in antiquity. However, much remains to explore. This article aims to analyze the region of Naukratis, in Egypt, and its paper in the political and economic structures of the Mediterranean, considering the hellenic conjuncture and its relations with the egyptian state. The port shows many archaeological artefacts, which analyses reveal the amplitude of the insertion of Naukratis in the connectivity network. I seek to explore the Greek's interests on this region, showing how the integration between the Helens and the Egyptians contributed to the circulation of goods and for the acquisition of agricultural genera by the greeks, that helped them to face the periods of supply recession and political crises.

Key words: Naukratis; Network; Mediterranean.

Em fins da década de 1960, Fernand Braudel¹ já compreendia os antigos a partir de uma perspectiva alternativa, que levava em consideração a conexão entre diferentes grupos. Em

¹ *Memórias do Mediterrâneo: pré-história e antiguidade* (2001) foi escrito na década de 1960, só sendo publicado, contudo, em 1998, treze anos após a morte de Fernand Braudel.

relação as sociedades do Egeu, Braudel (2001, p. 140) comenta que, já no II milênio A.E.C.², os cretenses estabeleceram contato com povos estrangeiros, o que possibilitou sua prosperidade mesmo após a conquista micênica da ilha de Creta em 1400. Dialogando com Braudel, Alan Greaves, pesquisador da história de Mileto, expressa a comunicação marítima entre minoicos e jônios desde a era do bronze, na qual grupos oriundos de Creta alcançaram a Península Milésia, se envolvendo em trocas comerciais com populações locais (GREAVES, 2002, p. 45 – 46). A identificação dessa aproximação foi possível devido aos objetos encontrados nas escavações, indicando que a cultura material consiste em um testemunho indispensável para compreender a conectividade entre diferentes sociedades. A importância dos artefatos também se manifesta em relação ao processo difuso de expansão grega do período arcaico, no qual as investigações arqueológicas mostram ser essenciais para o entendimento dos assentamentos e das relações entre os helenos e os povos nativos (MALKIN, 2011, p. 24).

Braudel (2001, p. 154) apresenta a capacidade do mediterrâneo de difundir rapidamente a materialidade, especialmente em decorrência da crescente navegação das populações costeiras. O aspecto do Mar Mediterrâneo como via de transmissão, não só de objetos, mas também de códigos e ideias, é justamente a razão pelo qual esse autor o considera uma “espécie de planeta onde tudo circulou precocemente” e um dos “centros vivos do universo”, que interliga os continentes africano, europeu e asiático em um espaço unitário (BRAUDEL, 2001, p. 30 – 31). Michel Gras (1998, p. 7) também emprega uma visão semelhante, destacando o Mediterrâneo como um núcleo de integração dos homens. Gras traça uma comparação entre o papel do mar para as sociedades mediterrânicas e o papel da ágora para as *poleis* gregas: “assim como a ágora, a praça pública, está no centro da cidade grega, o Mediterrâneo é o lugar central que condiciona a vida social, a vida relacional do mundo.” (GRAS, 1998, p. 8).

A unidade mediterrânica é defendida por Braudel já em sua grande obra intitulada *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Ao dissertar sobre o meio geográfico, Braudel salienta que tanto as paisagens como as condutas humanas em relação ao ambiente formam uma unidade em diversos períodos históricos, como sendo resultado do clima mediterrânico (BRAUDEL, 1972, p. 231). Além da questão geográfica, o mar é caracterizado por Braudel por apresentar uma unidade humana em virtude da conectividade empreendida pelos

² Todas as datas no artigo se referenciam a períodos anteriores a era cristã (A.E.C.). Dessa forma, omitiremos a sigla.

grupos sociais, o que vinculava diferentes regiões em um mesmo espaço marítimo (BRAUDEL, 1972, p. 275).

A unidade distinta mediterrânea é uma percepção criticada por Peregrin Horden e Nicholas Purcell no livro *The Corrupting Sea*. Esses autores trabalham com o Mar Mediterrâneo lançando mão de uma abordagem que dialoga a ecologia com a interatividade humana, se atendo as subdivisões em microrregiões, cuja unidade só é formulada a partir das comunicações marítimas existentes em virtude da facilidade de navegação (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 10). Sendo assim, não há uma unidade da paisagem ou das formas de vida no Mediterrâneo, já que a geografia é subdividida em topografias distintas. Uma outra acusação à Braudel efetuada por Horden e Purcell é referente ao determinismo ambiental de sua análise, no qual apresenta o homem como um prisioneiro de seu meio (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 42). Essa questão também é tratada por William Vernon Harris (2005, p. 6), que ressalta o fracasso na tentativa de equilíbrio entre ação humana e condicionamento geográfico por parte de Braudel. Mesmo se alinhando a Horden e Purcell ao exercer questionamentos sobre Braudel e o determinismo ambiental, Harris se destaca também como um dos principais críticos às argumentações presentes na obra *The Corrupting Sea*.

Os estudos de Harris reconhecem que Horden e Purcell partem do princípio de interação mútua entre o meio e a decisão humana. Contudo, o resultado da abordagem do Mediterrâneo através das microrregiões não difere muito de Braudel no que consiste o determinismo geográfico. Para Harris, Horden e Purcell trazem muitas poucas referências às ações humanas ao trabalharem com regiões como o Vale de Beqaa³ e o Sul da Etrúria⁴ (HARRIS, 2005, p. 6). Harris defende que sempre houve conectividade em diferentes graus ao longo da história mediterrânea, mas que o mais importante não é apresentar este fato como resultado de uma tese, como fazem Horden e Purcell, mas sim, levantar problemáticas acerca de como esta conectividade é empreendida (HARRIS, 2005, p. 24). Irad Malkin demonstra um pensamento semelhante ao desaprovar a importância de descobrir que “tudo é conectado”, privilegiando, entre outros elementos, a compreensão das implicações das conectividades (MALKIN, 2011, p. 25).

³ Região do Levante que corresponde aproximadamente ao atual Líbano. É perceptível que Horden e Purcell enfatizam as formações montanhosas e ação dos ventos, fazendo poucas referências à participação humana (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 54 – 59). As críticas de Harris se relacionam ao fato de Horden e Purcell mencionarem muito rapidamente a presença de militares romanos no Vale.

⁴ Descrições a respeito da ecologia, principalmente das chuvas e da paisagem vulcânica, preenchem as considerações de Horden e Purcell sobre essa região da Península Itálica (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 59 – 64). A ausência de um aprofundamento na organização das drenagens por parte de etruscos e romanos é destacada por Harris como uma contradição nas argumentações dos autores.

Malkin estuda o mundo Mediterrânico pelos termos da teoria de redes⁵. Sua abordagem enfatiza os vínculos de conexão entre regiões distintas, que são ligadas umas às outras por laços de circulação de produtos e ideias (MALKIN, 2011, p. 17 – 18). Esse viés teórico tenta compreender as estruturas que formulam as redes e os impactos das conectividades relacionadas a elas em diferentes organizações sociais. O maior problema do trabalho de Braudel, para Malkin, é que o Mediterrâneo é tido como uma espécie de “recipiente” do meio ambiente, não havendo observações sobre a dinâmica da formação das redes e dos processos de conexão (MALKIN, 2011, p. 44). Da mesma forma, Horden e Purcell não desenvolvem a construção das redes e suas implicações. O Mediterrâneo em *The Corrupting Sea* acaba por ser muito semelhante ao de Braudel, excetuando-se a fragmentação em microrregiões (MALKIN, 2011, p. 45).

O trabalho de Irad Malkin tem como foco a civilização grega, especialmente durante o período arcaico (séc. VIII – VI A.E.C.). Essa delimitação temporal é presente também na obra de Michel Gras, que apresenta a seguinte caracterização do Mediterrâneo arcaico: “é o espaço de todas as mobilidades. As populações arcaicas sentiram-se fascinadas pelos deslocamentos, pelos fenômenos migratórios que tinham os seus ritmos naturais e que se assemelhavam às migrações das cegonhas e dos atuns” (GRAS, 1998, p. 193). A civilização grega e sua rede de conectividade são formadas durante esse período, justamente quando os gregos viajam pelas águas, fundando novas comunidades (MALKIN, 2011, p. 3). Essas “colônias”⁶, que vinculam os gregos a diferentes regiões, é o que forja a Hélade. Elas se transformam progressivamente em pontos de conexão⁷, acelerando a difusão da rede helênica pelo Mediterrâneo. Alguns desses pontos possuem múltiplas linhas de comunicação, obtendo e transmitindo informações à uma vastidão de outros territórios (MALKIN, p. 23, 39).

⁵ Na primeira década do século XXI, a teoria de redes se tornou popular nos campos das negociações e da biologia. Alguns neurocientistas utilizam as redes para o estudo das trocas e dos danos cerebrais. O físico Albert-László Barabási, um dos nomes mais expoentes dessa vertente teórica, comenta sobre a difusão do cristianismo em termos de redes. Em relação as humanidades, se destaca o trabalho do Psicólogo Stanley Milgram, que já na década de 1960, aborda a conexão entre os seres humanos a partir das redes de contato (MALKIN, 2011, p. 26).

⁶ Os termos “colônia” e “colonização” devem ser utilizados com cautela quando se trata do estudo da expansão marítima e comercial grega do período arcaico e clássico. Segundo Michel Gras (1998, p. 12), a partir do renascimento, foi comum a utilização de tais termos para se referenciar as comunidades fundadas por gregos pelas costas mediterrânicas. Contudo, isso traz uma analogia para com as fundações da Europa Moderna, ou mesmo do Império romano, sendo as comunidades gregas instituições distintas dessas últimas. Apesar dessa linha de pensamento, Gras (1998, p. 177) mantém a utilização da expressão “colônia”, justificando-a pela falta de um melhor vocabulário.

⁷ O que Irad Malkin (2011) apresenta como *nodes* (“nós”), denominaremos como pontos de conexão, que se referem a regiões que atuam como ponte de contato entre unidades distintas, possibilitando a transmissão de informações.

A mesma delimitação temporal analisada por autores como Gras e Malkin, será abordada neste artigo. Tendo em vista as concepções de Malkin acerca da crucialidade dos pontos de conexão, ou seja, das “colônias”, para a formação do mundo helênico, iremos apresentar a região de Náucratis, no Delta egípcio, como uma parte integrante da rede grega. A conectividade entre gregos e egípcios é fortalecida no século VII por meio de alianças diplomáticas e econômicas, nas quais a região de Náucratis exerce um papel proativo, dilatando as fronteiras entre ambas as civilizações. A arqueologia britânica fornece informações consistentes sobre as descobertas no sítio de Náucratis⁸, o que serve como base para o desenvolvimento de novas pesquisas envolvendo essa região.

O intento deste trabalho é traçar as linhas de conexão entre Náucratis e outras localidades do Mediterrâneo, buscando compreender as forças que impulsionaram suas construções, assim como algumas de suas implicações para as sociedades helênicas. Evidências apontam a importância ímpar do Delta egípcio para as relações econômicas de diferentes *poleis*, sendo Náucratis um ponto de conexão que possibilitou a aquisição de diversos produtos egípcios por parte dos gregos, especialmente os gêneros agrícolas do Nilo. Os recentes debates historiográficos, assim como o diálogo entre os documentos textuais e os artefatos arqueológicos, permitem compreender o peso de Náucratis para a Hélade, o que está de acordo com a perspectiva de Irad Malkin no que consiste o papel das “colônias” para o mundo grego. Os dados corroboram com a ideia de que a rede helênica não pode ser observada com olhares que dividem centro/periferia (MALKIN, 2011, p. 41), levando em conta a importância de Náucratis para as relações interestatais mediterrânicas.

Os gregos e os egípcios mantiveram laços políticos e econômicos desde a era do bronze, sendo possível testificar a presença minoica e micênica no Delta do Nilo durante o II milênio. Entretanto, a partir do século VII, com a fundação de Náucratis, as trocas se desenvolvem com maior vitalidade. A criação do entreposto está atrelada a concessão de terras aos gregos por parte

⁸ O sítio arqueológico de Náucratis foi descoberto na segunda metade do século XIX pelo egiptólogo britânico Willian Flinders Petrie, que liderou as primeiras escavações entre 1884 e 1885, identificando importantes edificações, como o templo dedicado a Apolo e o templo dedicado a Dioscuri. Ernest Gardner, em 1886, realiza a segunda campanha arqueológica em Náucratis, descobrindo, entre outras estruturas, o templo de Afrodite. Em 1899 e 1903, David Hogarth toma a frente das novas campanhas arqueológicas no sítio do antigo assentamento grego, sendo a descoberta do *Hellenium*, o maior templo de Náucratis, sua realização mais importante. Em fins da década de 1970 e princípios de 1980, os Norte-Americanos Albert Leonard Jr. e William Coulson retomam as atividades na região. A partir de 2012, o Museu Britânico investe em novas investigações, que se mantêm em continuidade, com Alexandra Villing sendo uma das mais importantes lideranças.

O referido artefato consiste em um caco de uma Enócoa coríntia. Dietrich von Bothmer (1972, p. 4), ao trabalhar com a pintura dos vasos gregos, destaca que as Enócoas eram jarros utilizados no consumo do vinho, afirmando assim as proposições de Braun. Logo, não foi apenas a questão militar que impulsionou a aliança Greco-egípcia¹¹, mas também os interesses mercantis do Egito em relação à Grécia, que puderam ser atendidos através da edificação de um entreposto que possibilitava a rápida e ampla aquisição das produções helênicas.

A documentação textual grega mais antiga de que se tem conhecimento no que diz respeito a região de Náucratis são os relatos de Heródoto, que expõem algumas das características do processo de instauração do entreposto:

Âmasis se tornou um amante dos helenos, e entre outros serviços prestados à alguns deles, ele deu a aqueles que vinham ao Egito a cidade de Náucratis para habitarem. Aos que viajavam sem desejo de se assentar, ele concedeu terras onde poderiam erguer altares e construir lugares sagrados dedicados aos seus deuses¹² (HERÓDOTO, II: 178).

A partir do documento, é possível notar as relações diplomáticas entre o Egito saíta e a Grécia, contexto ao qual Náucratis é fundada. A arqueóloga alemã Astrid Möller (2000, p. 37 – 38) discorre a respeito dos estreitos diálogos entre o faraó Âmasis e os helenos, destacando que o Estado egípcio concedia presentes, em troca de objetos de valor e contingente militar. Assim, a diplomacia interestatal é um elemento primário para a elevação de Náucratis como uma região de importante atividade econômica no Mediterrâneo. O diálogo entre gregos e egípcios fez com que esse assentamento se transformasse em um centro de interseção, onde os helenos poderiam realizar cultos religiosos e trocas comerciais, proporcionando, em contrapartida, mercadorias provenientes de diferentes pontos da Hélade para o Egito. Entretanto, o que levou os gregos a empreenderem negócios com os egípcios? Quais foram seus interesses na institucionalização de um entreposto no Delta?

¹¹ Tal como afirma Irad Malkin (2011, p. 3), não existiu um Império Pan-Helênico. Quando é mencionado uma aliança Greco-Egípcia, essa se refere a uma variedade de diferentes *poleis* helênicas, especialmente àquelas localizadas na Ásia Menor, que se aliaram ao Estado faraônico em termos militares e econômicos.

¹² Todas as citações de Heródoto no presente artigo foram traduzidas do original em grego para o inglês por A. D. Godley. Tradução própria do inglês para o português. Versão em inglês do trecho em questão: Amasis became a lover of the Greeks, and besides other services which he did to some of them he gave those who came to Egypt the city of Naucratis to dwell in, and to those who voyaged to the country without desire to settle there he gave lands where they might set altars and make holy places for their gods.

As transformações dos métodos analíticos da arqueologia, especialmente o desenvolvimento da arqueometria¹³, confirmam que a maior parte dos artefatos de cerâmica encontrados em Náucratis foram produzidos em *poleis* da Grécia asiática. A abrangência da materialidade oriunda da Ásia Menor no Delta egípcio é explicada quando se observa o empreendimento da fundação de Náucratis, evento protagonizado por helenos da Península Anatólia, que enfrentavam sucessivos problemas políticos e econômicos. Conforme Irad Malkin (2011, p. 173), “uma série de cataclismos envolvendo invasões e conquistas por cimérios, assírios, babilônicos, lídios, medas e, finalmente, os persas, parecem ter sido parte de uma turbulência crescente¹⁴”, provocando a desestabilização das organizações políticas gregas desse território. Jean-Pierre Vernant (2002, p. 75) atrela aos problemas das ameaças externas, levantados por Malkin, uma recessão de abastecimento, que se expressa como um desdobramento da carência de cereais. A crise vigente, que também acaba por se estender para a Grécia Continental, estimula a busca por terras por parte das *poleis* helênicas, que se expandem pelos limites do Mediterrâneo e do Mar Negro (GRAS, 1998, p. 136). Esse é o cenário que acaba por desencadear na instituição de novos assentamentos, inclusive no Delta do Nilo.

A “colonização” grega não operou em ritmo conjunto, não existindo uma coordenação sistemática do processo, sendo ela uma série de emigrações e instalações distintas que atendiam aos interesses particulares de cada comunidade política (GRAS, 1998, p. 178). Cada *polis* lançou-se em suas próprias aventuras marítimas de forma independente, criando uma linha de conexão particular que as vinculava a terras estrangeiras. Os debates em torno das forças que impulsionaram os gregos a se assentarem em Náucratis levam a reflexão sobre um segundo documento que trata sobre a região. Estrabão menciona Náucratis e sua fundação, trazendo informações que contrastam com o relato de Heródoto:

No tempo de Psamético (que viveu no tempo de Cyaxares de Mede¹⁵), os milésios, com trinta navios, adentraram o Egito pela boca Bolbitina, e, desembarcando, ergueram uma fortaleza; posteriormente, navegaram para o

¹³ A arqueometria diz respeito a metodologias da ciência arqueológica que utiliza as ciências naturais, especialmente a física e a química, para a análise dos vestígios materiais. A análise por ativação de nêutrons, que captura a composição química de um objeto, foi o principal método utilizado no estudo dos artefatos de cerâmica encontrados em Náucratis. Dessa forma, houve a possibilidade de identificar parte do percurso da materialidade do sítio. Consideramos também as contribuições da aplicação da petrografia, que também possuía o papel de detecção da trajetória dos artefatos, operando, contudo, com comparações entre as composições mineralógicas.

¹⁴ Tradução própria do original em inglês para o português. No original: A series of cataclysms involving invasions and conquests by kimmerians, Assyrians, Babylonians, Lydians, Medes, and finally Persians all must have seemed to be a part of a huge, escalating turbulence.

¹⁵ Rei que elevou o poder meda, derrotando o império assírio e expandindo seus domínios para o Oeste.

Nomo de Sais, derrotaram a cidade de Inaros em uma batalha naval, fundando Náucratis, não muito acima de Schedia.¹⁶ (ESTRABÃO, XVII: I.18).

Apesar da confirmação arqueológica das evidências de uma aliança entre Âmasis, que reinou entre 570 e 526, e os gregos, Estrabão informa que a fundação de Náucratis é anterior. O documento em questão proporciona a perspectiva de que a instalação do entreposto é um episódio do governo de Psamético I, que lidera o estado faraônico na segunda metade do século VII. As recentes escavações atestam que Náucratis foi reorganizada sob o governo de Âmasis, intensificando os laços entre gregos e egípcios, porém, já era um assentamento helênico antes desse período (VILLING; SCHOUTZHAUER, 2006, p. 5). Diversos artefatos de cerâmica que antecedem Âmasis foram encontrados no sítio (ex.: Fig. 1, Fig. 2, Fig. 3, Fig. 4), o que reforça a afirmativa de que os helenos já se assentaram no Delta antes de seu reinado. Não há menções de um acordo diplomático entre o Egito e a Grécia no discurso de Estrabão, mas sim, que Náucratis foi fundada pela iniciativa de grupos oriundos de Mileto, a única *polis* responsável por seu estabelecimento. A narrativa apresenta um contexto distinto de uma aliança, no qual Mileto funda uma fortaleza, evento que é seguido por conflitos com forças locais. A iniciativa militar milésia permite identificar uma necessidade em obtenção de terras no Norte do Egito.

John M. Cook (2008, p. 213) enfatiza que Mileto liderou a fundação de Náucratis, frisando ainda que “escritores latinos destacam que Mileto foi a *polis* fundadora de 75 ou mesmo 90 colônias: isso sem dúvidas é um exagero, mas podemos nomear duas dúzias de lugares entre o Helesponto e a distante costa do Mar Negro cujo fundações milésias foram feitas.¹⁷” As razões da expansão milésia, mencionada por Cook, são trabalhadas por Alan Greaves. O autor conclui que Mileto possuía campos vastos com produção suficiente para o abastecimento da população local, entretanto, as incursões militares da Lídia e, posteriormente, da Pérsia, levaram Mileto a expandir seus domínios pelo Mediterrâneo e pelo Mar Negro, uma vez que a *polis* teve sua *khora* reduzida (GREAVES, 2002, p. 108). A partir de Greaves, entende-se a expansão milésia,

¹⁶ Todas as citações extraídas da *Geografia* de Estrabão foram traduzidas do original em grego para o inglês por Horace Leonard Jones. Tradução própria do inglês para o português. Na versão em inglês do referido trecho: In the time of Psammitichus (who lived in the time of Cyaxares the Mede) the Milesians, with thirty ships, put in at the Bolbitine mouth, and then, disembarking, fortified with a wall the above-mentioned settlement; but in time they sailed up into the Saitic Nome, defeated the city Inaros in a naval fight, and founded Naucratis, not far above Schedia.

¹⁷ Tradução própria do original em inglês. No original: She [Mileto] is said by Latin writers to have been the mother city of 75 or even 90 colonies; this is no doubt an exaggeration, but we can give names to two dozen places between the Hellespont and the far coasts of the Black Sea for which a Milesian foundation was claimed.

englobando as expedições ao Egito, como uma resposta aos problemas relacionados a perda de terras e de abastecimento de gêneros alimentícios

John Boardman (1980, p. 129) aponta a busca de grãos como sendo a principal força que moveu os helenos a se assentarem em Náucratis, perspectiva também compartilhada por A. J. Graham (2008, p. 134), quando este afirma que o trigo era a principal mercadoria obtida pelos gregos na região, e por Maria Regina Candido (2016, p. 59), que considera Náucratis como sendo um “lugar de trocas comerciais para assegurar a importação de cereais, metais e produtos agrícolas”. Tendo em vista as constatações historiográficas, junto aos esforços empreendidos por Mileto ao adentrar nas terras nilóticas, o que é exposto por Estrabão, destaca-se a ideia de que as razões que levaram os gregos a fundarem Náucratis foi a busca de terras e gêneros alimentícios. No entanto, no que consiste o papel de Mileto, uma outra problemática se apresenta. Se a arqueologia confirma que Náucratis foi fundada após uma aliança entre o Egito e Gyges, de que forma Mileto, que buscava caminhos externos em decorrência das incursões da Lídia, protagonizou a instauração do entreposto helênico no Egito?

No que concerne a fundação de Náucratis, apesar de a arqueologia estar de acordo com Estrabão em relação a iniciativa milésia, essa provavelmente não foi a única *polis* envolvida no empreendimento (SCHOUTZHAUER; VILLING, 2006, p. 59). Destacamos uma forma de empreitada coletiva no Delta egípcio durante o século VII, na qual a *polis* milésia iniciou a ancoragem e a investidura militar naquelas terras, fundando Náucratis e sendo acompanhada posteriormente por forças colaborativas que já estavam no Egito em virtude da aliança com Psamético I. Os escritos de Heródoto (II: 152) mencionam que jônios e cários alcançaram as terras do Nilo, efetuando acordos com Psamético I, o auxiliando em questões relacionadas a defesa militar e obtendo recompensas, o que confirma a existência de uma aliança entre gregos e egípcios nesse período, sem que, contudo, tenham relações diretas com Mileto. Tais relações vieram a ser empregadas após a fundação de Náucratis, quando grupos jônios e cários se alinharam a presença milésia na região. As facções mercenárias foram possivelmente enviadas por Gyges da Lídia e, após servirem aos seus propósitos com o Estado Egípcio, se assentaram no recente porto de Náucratis, onde poderiam cultuar os deuses helênicos (WILLIAMS; VILLING, 2006, p. 48). Artefatos arqueológicos provenientes de Mileto (Fig. 1), assim como de outras cidades jônicas (Fig. 2), e da Cária (Fig. 3), foram detectados no sítio de Náucratis, sendo datados desde o século VII e princípios do século VI:

Figura 2: Fragmento de Placa milésia encontrada em Náucratis. Datada entre 610 e 590



Fonte: Catálogo organizado pelo Museu Britânico. Disponível em: https://projects.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/search_object_details.aspx?objectid=3551107&partid=1&searchText=AM1363&numpages=12&output=bibliography/!/OR/!/8909/!/!/Naukratis:+Greeks+in+Egypt/!/!/!/!/!/&sortBy=catNumber&orig=/research/publications/online_research_catalogues/russian_icons/catalogue_of_russian_icons.aspx&catalogueOnly=True&catparentPageId=35374&catalogueName=Naukratis:%20Greeks%20in%20Egypt&displayEssayResults=True¤tPage=1 Acessado em: 01/06/2020.

Figura 3: Fragmento de um Dino chiota encontrado em Náucratis. Datado entre 625 e 600



Fonte: Catálogo organizado pelo Museu Britânico. Disponível em: https://projects.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/search_object_details.aspx?objectid=1335372&partid=1&searchText=British+museum+1924&numpages=12&output=bibliography/!/OR/!/8909/!/!/Naukratis:+Greeks+in+Egypt/!/!/!/!/!/&sortBy=catNumber&orig=/research/publications/online_research_catalogues/russian_icons/catalogue_of_russian_icons.aspx&catalogueOnly=True&catparentPageId=35374&catalogueName=Naukratis:%20Greeks%20in%20Egypt&displayEssayResults=True¤tPage=7 Acessado em: 01/06/2020.

Figura 4: Fragmento de um Escifo cário encontrado em Náucratis. Datado de 600



Fonte: Catálogo organizado pelo Museu Britânico. Disponível em:

https://projects.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/search_object_details.aspx?objectid=1335590&partid=1&searchText=Carian&numpages=12&output=bibliography%2f!%2fOR%2f!%2f8909%2f!%2f%2f!%2fNaukratis%3a+Greeks+in+Egypt%2f!%2f%2f!%2f%2f!%2f&sortBy=catNumber&orig=%2fresearch%2fpublications%2fonline_research_catalogues%2frussian_icons%2fcatalogue_of_russian_icons.aspx&catalogueOnly=True&catparentPageId=35374&catalogueName=Naukratis:%20Greeks%20in%20Egypt&displayEssayResults=True¤tPage=1 Acessado em: 01/06/2020.

O caco de cerâmica proveniente da Ilha de Chios (Fig. 3) traz indícios de que facções oriundas dessa *polis* estiveram envolvidas no empreendimento durante o século VII. Heródoto (II: 178) menciona Chios como uma das *poleis* responsáveis pela administração da região, a partir de Âmasis. Entretanto, o catálogo organizado pelo Museu Britânico enumera mais de 2.000 artefatos arqueológicos chiotas, sendo grande parte desses datados desde o século VII e princípios do século VI, antes da reorganização do assentamento, como exemplificado na Figura 3. É possível que forças militares de Chios estivessem inseridos entre os grupos mercenários jônios no Delta do Nilo, que, junto dos cários, se alinharam à milésios localizados em Náucratis.

A presença de círculos sociais distintos é uma característica da região de Náucratis desde sua fundação. Os egípcios aderiram a estadia grega no Delta por razões diplomáticas, militares e econômicas, não apenas permitindo o estabelecimento de uma instituição no século VII, mas fortalecendo os laços no século seguinte. A partir de Náucratis, as mercadorias do Nilo poderiam circular pelo Mediterrâneo, enquanto os egípcios obtinham algumas das mais importantes produções helênicas. Apesar da Ásia Menor ter mobilizado o maior quantitativo material para Náucratis, outras diversas regiões exerceram contato com o assentamento, amplificando a presença egípcia na órbita de influência grega, além de elevar Náucratis à categoria de ponto de conectividade plural, servindo como região intermediária entre a cultura egípcia e múltiplas terras banhadas pelas águas mediterrânicas.

O posicionamento econômico de Náucratis se insere em uma rede que integrava uma ampla territorialidade do antigo Mediterrâneo, proporcionando mercadorias e costumes à

diversas sociedades. O artefato coríntio, mencionado anteriormente (Fig. 1), desperta nossa atenção para as relações do Delta egípcio com comunidades do continente, e não apenas da Ásia Menor, tema que será retomado adiante. Mesmo que a iniciativa da fundação de Náucratis tenha sido empreendida pela Jônia, as materialidades de outras proveniências circulam pela região, a exemplo dos objetos de cultura fenícia, produzidos no Chipre, como elucidado na figura 5.

Figura 5: Estátua de calcário cipriota-fenícia encontrada em Náucratis. Datada entre 575 e 540



Fonte: Catálogo organizado pelo Museu Britânico. Disponível em:

https://projects.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/search_object_details.aspx?objectId=460142&partid=1&searchText=Cyprus+Hunter&numpages=12&output=bibliography%2f!%2fOR%2f!%2f8909%2f!%2f%2f%2fNaukratis%3a+Greeks+in+Egypt%2f!%2f%2f!%2f!%2f&sortBy=catNumber&orig=%2fresearch%2fpublications%2fonline_research_catalogues%2frussian_icons%2fcatalogue_of_russian_icons.aspx&catalogueOnly=True&catparentPageId=35374&catalogueName=Naukratis:%20Greeks%20in%20Egypt&displayEssayResults=True¤tPage=1 Acessado em: 01/06/2020.

Materiais arqueológicos cipriotas alcançam Náucratis já em fins do século VII e princípios do VI, não muito após a fundação do entreposto, assim como se dá em relação aos artefatos oriundos das *poleis* continentais. A acelerada difusão de mercadorias para o Delta egípcio em função de Náucratis indica a importância dessa região para o comércio mediterrâneo desde os primórdios de sua fundação. As produções de calcário, de acordo com Alexandra Villing e Udo Schoultzhauer (2006, p. 7), podem ter sido levados à Náucratis através das relações entre o Egito e a Grécia asiática, o que, de forma alguma, exclui as possibilidades de presença fenícia na região,

já que Diodoro Sículo¹⁸ (I: 66.8) assinala que nos tempos de Psamético I, gregos e fenícios eram os povos que mais comercializaram com o Egito.

Os gregos da Anatólia se mantiveram como protagonistas nas negociações em Náucratis, mesmo após o período de fundação. No século VI, as trocas são acentuadas, especialmente por que, a partir de Âmasis, Náucratis se torna o único porto do Egito onde estrangeiros poderiam realizar transações comerciais (HERÓDOTO, II: 179). A fundação do *Hellenium*, o maior templo do assentamento, reafirma o pacto entre o estado egípcio e os gregos. A administração do santuário e do entreposto passam a ser atreladas, e suas lideranças representam a imponência da Grécia asiática na instituição de Náucratis. Klazomênas, Rhodes, Halicarnassos, Mitilene, Fóciaia, Chios, Téos, Facelis e Cnidos são apontadas por Heródoto como gestoras do assentamento, sendo acompanhadas pela presença de milésios, samios e eginetas (HERÓDOTO, II: 178). Como já argumentado, um interesse comum congregava as variadas comunidades políticas envolvidas com Náucratis: a busca de grãos e terras férteis. Os problemas enfrentados por Mileto e outras *poleis* da Ásia Menor impulsionaram suas facções a buscar gêneros alimentícios no Delta. Entretanto, esse era o mesmo objetivo de povos do continente?

Em relação a Egina, ilha próxima a Ática, Estrabão (VIII: 6. 16) destaca seu solo pobre, com carência de plantio e de terras cultiváveis, fazendo com que seus habitantes explorassem os mares para adquirirem os recursos necessários. As populações eginetas em Náucratis, mencionadas por Heródoto, podem ter chegado ao Egito buscando recursos agrícolas, processo semelhante ao das *poleis* asiáticas. Com o desenvolvimento da rede econômica, os eginetas atuaram também como mediadores do comércio da cerâmica coríntia e ática na região de Náucratis, abundantes especialmente a partir do século VI. Mesmo que muitos jarros de Corinto tenham alcançado o Delta através de intermediários, outros podem ter sido trazidos pelos próprios coríntios, cuja presença em Náucratis é certificada por dedicações religiosas encontradas no sítio (VILLING; SCHOUTZHAUER, 2006, p. 7). No que consiste as trocas entre o Delta egípcio e Atenas, é importante que as análises se estendam ao período clássico. É certo que seja abrangente os artefatos áticos arcaicos em Náucratis. Contudo, além da cerâmica, as escavações descobriram um índice quantitativo elevado de moedas de prata ateniense datadas do século V, que trazem indícios da demanda de cereais por parte de Atenas. Nesse período, a moeda passou a ser

¹⁸ A versão utilizada da obra *Library of History* de Diodoro Sículo contém a tradução do original em grego para o inglês por C. H. Oldfather.

utilizada pelos atenienses como o principal meio de aquisição de gêneros agrícolas¹⁹ em portos estrangeiros, em um contexto de declínio do comércio da cerâmica ática (MOSSÉ, 2008, p. 125).

Figura 6: Moeda de prata ateniense encontrada em Náucratis. Datada entre 450 e 406



Fonte: Catálogo organizado pelo Museu Britânico. Disponível em:

https://projects.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/search_object_details.aspx?objectId=1120557&partid=1&searchText=Silver+coin&numpages=12&output=bibliography/!/OR/!/8909/!/!/Naukratis:+Greeks+in+Egypt/!/!/!/!/!/!/&sortBy=catNumber&orig=/research/publications/online_research_catalogues/russian_icons/catalogue_of_russian_icons.aspx&catalogueOnly=True&catparentPageId=35374&catalogueName=Naukratis:%20Greeks%20in%20Egypt&displayEssayResults=True¤tPage=2 Acessado em: 01/06/2020.

De acordo com a pesquisadora Claude Mossé (2008, p. 82), o trigo do Egito foi amplamente carregado para Atenas na segunda metade do século V, o que, vinculado às descobertas das moedas de prata em Náucratis, evidencia a presença de atenienses no assentamento, provavelmente negociando sua prata em troca de cereais egípcios. Apesar das dificuldades investigativas, as evidências arqueológicas, atreladas a documentação textual e as recentes pesquisas historiográficas, possibilitam compreender a importância do Egito para o mundo helênico. A produção agrícola grega tornou-se insuficiente, sendo necessária a abertura de horizontes para a aquisição de grãos em regiões “bárbaras”, tanto por parte das *poleis* asiáticas quanto por populações continentais. É evidente não apenas que Náucratis tenha sido um dos pontos necessários para esta aquisição, como também teve sucesso em corresponder aos anseios dos mercadores helênicos, considerando a manutenção e o fortalecimento progressivo de suas relações com as *poleis* gregas. Entretanto, de que forma foi possível que este entreposto atendesse tantas demandas?

¹⁹ Assim como outras regiões montanhosas do Mediterrâneo, a Ática era pouco propícia à cultura de cereais (MOSSÉ, 2008, p. 123), o que fazia com que Atenas necessitasse de ampla importação de gêneros agrícolas produzidos em terras distantes.

Segundo Braudel (2001, p. 19 - 21), a geografia mediterrânea consiste majoritariamente de vastas montanhas que encobrem as costas, dificultando o cultivo e o contato entre diferentes grupos por meio das estradas. A exceção à essa constatação é justamente o Norte da África, que inclui os vastos domínios do Delta egípcio, fazendo o que a terra seja propícia à produção de gêneros agrícolas de forma mais abundante do que nas terras balcânicas e na Ásia Menor. Os escritores helênicos já mostravam seu fascínio pela capacidade produtiva do Egito, relatando a boa qualidade do solo. Heródoto (II: 14) se encanta com as cheias do Nilo, que irrigam os campos e proporcionam aos egípcios uma abundância nas colheitas, não sendo necessário sequer muito trabalho para isso, observações também expostas por Diodoro Sículo (I: 34. 1 - 2), que expressa a variedade agrícola propiciada pelo solo, assim como a facilidade na obtenção dos gêneros alimentícios necessários por parte dos egípcios, graças aos presentes do Nilo. Em Estrabão, encontra-se a seguinte passagem: “A atividade populacional [do Egito] em conexão com o rio chega ao ponto de conquistar a natureza através da diligência. Por natureza a terra produz mais frutos do que quaisquer outras terras, e ainda mais quando regada²⁰” (ESTRABÃO, XVII: 1.3). A documentação indica que em diversas temporalidades a eficácia produtiva do Nilo despertou a atenção dos povos da Hélade, tanto do Continente quanto do Oeste da Anatólia, estimulando-os não apenas a estabelecerem um assentamento no Delta, como também obter mercadorias nesse de forma contínua, tendo em vista a facilidade da produção egípcia e sua possibilidade de exportação de excedentes.

A geografia do Egito é uma das justificativas do sucesso de Náucratis em responder as necessidades da Hélade. Todavia, considera-la como única via explicativa seria reducionista, além de adentrar em críticas efetuadas tanto por W. V. Harris quanto por Irad Malkin, como mencionado anteriormente. Agregada à questão do ambiente, se encontra a organização política de Náucratis e as relações com o estado faraônico. O diálogo interestatal entre as forças militares helênicas e o centro de poder saíta viabilizaram a prosperidade econômica de Náucratis e a manutenção de seus laços mediterrânicos, sendo esses benéficos tanto para o Egito quanto para os estrangeiros. Por sua vez, a colaboração mútua, atendendo a interesses comuns, entre gregos de diferentes *poleis* em Náucratis, restringiram as possibilidades de eclodir conflitos capazes de

²⁰ Na versão em inglês: The activity of the people in connection with the river goes so far as to conquer nature through diligence. For by nature the land produces more fruit than do other lands, and still more when watered.

limitar o papel econômico do entreposto. Logo, a geografia egípcia e a organização política fizeram de Náucratis, uma “encruzilhada decisiva”²¹ para a história mediterrânica.

Apesar de enfatizarmos a observação das forças profundas que fizeram emergir a instituição de Náucratis, é importante ressaltar que há, sem dúvidas, razões particulares de cada *poleis* envolvida no processo. As evidências apontam que a busca de terras e grãos as uniu em um objetivo em comum, o que não descarta as motivações particulares de cada comunidade política que participou da formação de Náucratis e de suas linhas de conexão. A investigação a respeito dessas peculiaridades é instigante. Contudo, seria necessário toda uma pesquisa específica que vai além dos limites estipulados para este trabalho, que tem por objetivo abordar os impulsos gerais. Apesar de termos nos concentrado nessa abordagem, ainda assim, uma questão fica em aberto: de que forma Náucratis de fato se integra ao mapa global da rede de conectividade do Mediterrâneo helênico?

A teoria trabalhada por Irad Malkin trata acerca da inconsciência no processo de formação da rede grega. Partindo dessa ideia, compreende-se que Náucratis possuiu sua construção própria, e os agentes envolvidos no projeto tinham em mente apenas o atendimento de suas necessidades vigentes, e não a construção de parte de um sistema global. Segundo Malkin (2011, p. 31), a rede grega não foi planejada, sendo sua edificação um desdobramento de determinadas atividades, cujo atores não tiveram a percepção da integração que empreendiam. A instauração de Náucratis e as linhas de conexão vinculadas a esse entreposto não visaram sua articulação a amplitude do mundo grego. Porém, os eventos intrínsecos a esses relacionamentos interestatais elevaram Náucratis a uma posição proeminente como ponto de contato, inserindo-o na rede mediterrânica. Esse sistema é caracterizado não apenas pelas interdependências entre os helênicos, mas também, pela integração de diferentes universos. A pesquisa explica o quanto o Egito exerceu um papel proativo na exportação de recursos para o mundo helênico, havendo a formação, por parte das *poleis* gregas, de uma relação de dependência para com terras estrangeiras.

A região de Náucratis representa a ampla realidade de trocas culturais e econômicas no contexto mediterrânico, cujo proximidade dos povos construiu diálogos que proporcionaram o desenvolvimento de redes de conectividade. As trocas foram produtivas para os diversos grupos

²¹ Braudel referência Náucratis dessa forma ao falar sobre a presença milésia no Egito: “Desde o século VI, a cidade (Mileto) possui quase uma centena de feitorias nas margens do Ponto Euxino; dispõe, em Itália, de um importante ponto de paragem, Síbaris, para expedir produtos industriais; também está presente no Egito, na encruzilhada decisiva de Náucratis” (BRAUDEL, 2001, p. 283).

que essas envolviam. Mercadorias, códigos, ideias e valores circulavam pelas águas e transformavam culturas, integrando diversas regiões. Através do desenvolvimento de pesquisas que contemplem as transações pelo Mediterrâneo antigo, é possível romper com determinadas noções isolacionistas. Apesar das contribuições da teoria de redes e também de diversas obras que enfatizam os diálogos interculturais, é necessária uma ampliação de análises globais sobre o mundo antigo. O estudo dos choques entre as culturas, as trocas econômicas e as relações de poder entre sociedades distintas, faz com que enxerguemos as implicações dos contatos para determinado grupo social. As investigações sobre Náucratis, como evidenciado, demonstram a importância do Egito para os helenos, especialmente no que concerne à exportação de grãos, ao mesmo tempo que permite compreendermos a emergência das produções gregas nas terras banhadas pelo Nilo. Essa questão amplia os olhares sobre o complexo sistema de trocas que permeava entre os antigos, transformando costumes e percepções do mundo, rompendo com as fronteiras que supostamente afastavam as sociedades.

Referências bibliográficas

- BOARDMAN, John. **The greeks overseas: their early colonies and trade**. London: Thames and Hudson, 1980.
- BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II**. Vol I. Glasgow: Collins, 1972.
- _____. **Memórias do Mediterrâneo: pré-história e antiguidade**. Lisboa: Terramar, 2001.
- BRAUN, T.F.R.G. *The greeks in Egypt*. In: BOARDMAN, John; HAMMOND, N.G.L (Eds.). **The Cambridge ancient history: the expansion of the greek world, eight to sixth century B.C**. Vol III, part 3. Cambridge: The Cambridge University Press, 2008. P. 32 – 56.
- CANDIDO, Maria Regina. **Atenas: liderança unipolar no Mar Egeu (480-411 a.C)**. Rio de Janeiro: Letras e Versos/ NEA-UERJ, 2016.
- COOK, J.M. *The Eastern greeks*. In: BOARDMAN, John; HAMMOND, N.G.L (Eds.). **The Cambridge ancient history: the expansion of the greek world, eight to sixth century B.C**. Vol III, part 3. Cambridge: The Cambridge University Press, 2008. P. 196 – 221.
- DIODORUS OF SICILY. **Library of History**. Vol I. Translated by C. H. Oldfather. The Loeb Classical library. Harvard: Harvard University Press, 1933.
- FANTALKIN, Alexander. *Identity in the Making: Greeks in the Eastern Mediterranean during the Iron Age*. In: VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo (Eds.). **Naukratis: greek diversity in Egypt: studies on East greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean**. London: The British Museum, 2006. P. 199 – 208.
- GRAHAM, A. J. *The colonial expansion of Greece*. In: BOARDMAN, John; HAMMOND, N.G.L. (Eds.). **The Cambridge ancient history: the expansion of the greek world, eight to sixth century B.C**. Vol III, part 3. Cambridge: The Cambridge University Press, 2008. P. 83 – 162.

- GRAS, Michel. **O Mediterrâneo arcaico**. Lisboa: Teorema, 1998.
- GREAVES, Alan M. **Miletos: a history**. London: Routledge, 2002.
- HARRIS, W. V. *The Mediterranean and Ancient History*. IN: HARRIS, W. V (Org.) **Rethinking the Mediterranean**. New York: Oxford University Press, 2005. P. 1 - 42.
- HERODOTUS. **History**. Vol 1. Translated by A. D. Godley. The Loeb Classical Library. Havard: Havard University Press, 1920.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The corrupting sea: a study of Mediterranean history**. Oxford: Wiley Blackwell, 2000.
- MALKIN, Irad. **A small greek world: networks in the ancient Mediterranean**. New York: Oxford University Press, 2011.
- MÖLLER, Astrid. **Naukratis: trade in archaic Greece**. New York: Oxford University Press, 2000.
- MOSSÉ, Claude. **Péricles: o inventor da democracia**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.
- SCHOULTZHAUER, Udo; VILLING, Alexandra. *East greek pottery from Naukratis: The current state of research*. In: VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo (Eds.). **Naukratis: greek diversity in Egypt: studies on East greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean**. London: The British Museum, 2006. P. 53 – 68.
- STRABO. **Geography**. Vol IV. Translated by Horace Leonard Jones. The Loeb classical library. Havard: Havard University press, 1951.
- _____. **Geography**. Vol VIII. Translated by Horace Leonard Jones. The Loeb classical library. Havard: Havard University press, 1967.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- VILLING, Alexandra. *'Drab bowls' for Apollo: the mortaria of Naukratis and exchange in the archaic eastern Mediterranean*. In: VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo (Eds.). **Naukratis: greek diversity in Egypt: studies on East greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean**. London: The British Museum, 2006. P. 31 – 46.
- VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo. *Naukratis and the eastern mediterranean: past, present and future*. In: VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo (Eds.). **Naukratis: greek diversity in Egypt: studies on East greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean**. London: The British Museum, 2006. P. 1 – 10.
- VON BOTHMER, Dietrich. *Greek vase painting: an introduction*. **The Metropolitan Museum of Art Bulletin, New Series 31 (1)**, 1972, p. 3 – 9.
- WILLIAMS, Dyfri; VILLING, Alexandra. *Carian Mercenaries at Naukratis?* In: VILLING, Alexandra; SCHOULTZHAUER, Udo (Eds.). **Naukratis: greek diversity in Egypt: studies on East greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean**. London: The British Museum, 2006. P. 47 – 48.

Mulheres negras, espaço urbano e sobrenomes em Recife na década de 1890: notas de pesquisa

Black women, urban space and surnames in Recife in the 1890s: search notes

Maria Emilia Vasconcelos dos Santos

Doutora em História Social
Universidade Estadual de Campinas
mariaemiliavas@hotmail.com

Flaviane Soares da Silva

Graduanda em História
Universidade Federal Rural de Pernambuco
flaviane_nane@hotmail.com

Recebido em: 14/10/2019

Aceito em: 21/07/2020

Resumo: O artigo busca compreender as experiências das mulheres negras entre os anos de 1890 e 1899 na cidade do Recife. Para tanto, utilizaremos como fontes para localizá-las as notas das colunas policiais do jornal Diário de Pernambuco. Esse material permitirá uma aproximação às vivências dessas mulheres, a partir de um conjunto de informações captadas de maneira fragmentada devido às características da fonte como, por exemplo, a adoção do nome ou sobrenome Conceição para escapar da polícia. Do ponto de vista metodológico optamos por elaborar tabelas em *Excel* onde sistematizamos informações sobre essas mulheres e os episódios onde elas foram flagradas. Esse trabalho fez uso da perspectiva analítica da História Social a qual privilegia a observação, das ações dos de cima e dos de baixo, de forma dialógica e diacrônica.

Palavras-chave: Mulheres pobres no século XIX; Mulheres Negras; Pós-abolição em Recife.

Abstract: The article seeks to understand the experiences of black women between 1890 and 1899 in Recife. For that, we will use as sources to locate them the notes of the police columns of the newspaper Diário de Pernambuco. This material will allow an approximation to the experiences of these women, based on a fragmented collection of information due to the characteristics of the source, such as the adoption of the Conceição name or surname to escape the police. From the methodological point of view we chose to elaborate tables in Excel where we systematized information about these women and the episodes where they were caught. This work made use of the analytical perspective of Social History which privileges.

Keywords: Poor Women in the 19th Century; Black Women; Post-Abolition in Recife.

Introdução

O presente texto tem por intuito apresentar aproximações às vivências das mulheres negras na cidade do Recife, no imediato Pós-abolição¹. A investigação está centrada em notas publicadas no jornal Diário de Pernambuco, da década de 1890, fazendo incursões quantitativas e qualitativas dos registros das experiências desse segmento da população. É necessário sublinhar, que existem poucos estudos sobre a realidade enfrentada pelas mulheres de pele escura no pós-abolição.

O final do século XIX foi marcado por mudanças políticas e sociais no Brasil, tal como a Abolição da escravidão, a instauração do regime republicano, remodelações urbanas e a introdução de novos costumes para transitar nos espaços públicos. Com isso, uma política de disciplinarização das camadas populares foi efetivada. Uma série de transformações foram implantadas através da difusão de regras higienistas e de bons costumes, a fim de padronizar os comportamentos dos trabalhadores que integravam a nação brasileira, uma nação que se projetava moderna e civilizada.

Diante desse quadro, se percebe na cidade do Recife, assim como em outras cidades brasileiras, uma mobilização de juristas, agentes do estado, intelectuais e articulistas de jornais para discutir e adotar medidas que visavam adequar sua população a um determinado modelo de civilidade. Foi nesse ambiente de constantes repressões e disciplinas, que as mulheres pobres, trabalhadoras e negras imprimiam seu jeito de ser no cotidiano do centro urbano e, quando necessário, procuravam utilizar em seu favor as mesmas regras de conduta as quais lhes eram impostas.

Escolhemos a década de 1890, como recorte temporal de nossa pesquisa, por ser o período imediatamente posterior à abolição da escravidão, bem como, da recente proclamação da República. Momentos em que a questão racial foi tema central de debates tanto na esfera jurídica quanto no senso comum.² O recorte temporal adotado - a década de 1890 - abre a possibilidade

¹ Agradecemos o apoio do CNPQ para o desenvolvimento da pesquisa.

² Segundo Lilia Schwarz, o recorte de 1870 até 1930 traz a influência que as questões raciais tiveram no pensamento científico do Brasil. Cientistas, políticos, acadêmicos, entre outros, discutiam suas ideias nas mais diversas instituições sugerindo alternativas para adaptar as teorias estrangeiras a realidade já miscigenada brasileira. O pensamento racial europeu adotado no Brasil se transformou em um instrumento conservador e autoritário na construção de uma identidade nacional e na consolidação da hierarquia sóciorracial existente à época. Os jornais, sobretudo o *Província de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, tiveram um importante papel em divulgar o ideário evolucionista-positivista para a sociedade local. Do mesmo modo que os romances naturalistas difundiram os modelos científicos deterministas em suas obras. (SCHWARCZ,1993)

de avaliar as consequências imediatas da abolição sobre uma região que abrigou uma das mais duradouras sociedades escravistas das Américas.

A cidade do Recife é nosso palco de observações, pois se constituiu como um centro urbano com intensa presença de ex-escravizados, homens e mulheres pobres locais e vindos das regiões interioranas do Estado de Pernambuco em busca de meios para ganhar a vida (SILVA, 2011). E, além disso, centrar nossa análise na capital pernambucana nos ajuda também a perceber as implicações do fim do cativeiro sobre as vivências cotidianas das populações negras que ali habitavam.

A abertura dos Portos em 1808 favoreceu a urbanização da cidade do Recife, já que garantiu uma maior circularidade de produtos estrangeiros, os quais poderiam ser reexportados para outras regiões, e de pessoas de outras nacionalidades (SILVA, 2011, p. 35). O qual levou ao surgimento das obras de modernização do centro urbano, através da “construção de avenidas, teatros, prédios públicos, áreas de recreio”, entre outros ambientes que incentivassem comportamentos valendo-se dos “novos costumes de civilidade e de ordem pública”. Ou seja, o projeto de progresso estava atrelado ao discurso civilizador (MAC CORD, 2009, p. 41-42).

A partir da segunda metade do século XIX, Recife teve um aumento populacional devido a quantidade de pessoas vindas do interior, as quais fugiam das sucessivas secas, ao declínio da escravidão, e as contínuas migrações entre províncias e entre nações. De acordo com Maciel Silva (2011), a população passou de 29.211 habitantes em 1828 para 117.948 habitantes em 1873 (SILVA, 2011, p.35-37). O aumento populacional pode ser percebido também no surgimento de novas freguesias, como: Afogados, Poço da Panela, Jaboatão, entre outras (COSTA, 2013, p. 73).

É nesse processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras que buscamos acessar as estratégias de normatização dos corpos femininos negros. A qual se dava pela preservação da honra familiar e da ordem moral, através dos bons costumes e das normas de conduta (ESTACHESKI, 2010, p.13). O material de pesquisa utilizado para acessar as experiências dessas mulheres na Primeira República foram os jornais. Importante instrumento para analisar os fragmentos de seus cotidianos, os estereótipos imputados a elas, assim como traz resquícios da mentalidade da elite sobre as camadas populares.

Iniciamos a pesquisa no jornal Diário de Pernambuco, periódico mais longo e de maior circulação no Estado. A coleta de dados ocorreu, principalmente, na seção policial e de denúncias na coluna “publicações à pedido”, entre os anos de 1890 e 1899, onde encontramos os

casos de estupro, defloração, rapto e crimes de ofensa à moral pública, pois eram crimes perpetrados contra mulheres ou que enquadravam mulheres que possuíam comportamentos considerados, pelos articulistas, fora dos padrões morais estabelecidos pelos grupos abastados³.

Nosso estudo tem inspiração na obra de E. P. Thompson (1987), para quem as experiências dos homens e das mulheres levam a padrões de relações, a ideias, a instituições e às mudanças. Portanto, é uma relação histórica; encarnada em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. O conceito de classe também é aqui entendido como um fenômeno histórico, não como uma categoria estática que exclui o papel das relações sociais nas transformações históricas. Seguimos as concepções discutidas por Thompson que percebe a atuação dos homens e das mulheres comuns como agentes ativos do processo histórico.

A definição de raça é inspirada nas considerações de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2002), o qual percebe esse elemento como um marcador de desigualdade e de exclusão de indivíduos no Brasil. Além disso, faremos uso do termo “negra” ao longo do texto pois, a expressão serve para englobar mulheres pretas, pardas, morenas e mulatas. Cabe mencionar, que quando se finda oficialmente o escravismo novas formas de dominação se forjam. Destaque-se as teorias raciais que calcadas por um discurso científico hierarquizavam os indivíduos justificando a subalternidade dos negros/negras através de critérios sóciorraciais.

Para a categoria gênero, a discussão adotada foi baseada em Joan Scott (1990), a qual percebe gênero como a diferenciação entre homens e mulheres, e que a depender da cultura, do grupo social e do período histórico, esta diferença recebe um significado, um valor atribuído.

Com isso, faremos uso desses conceitos para elaborar uma análise dos papéis impostos e assumidos por essas mulheres, para compreender suas vivências cotidianas e os mecanismos adotados pelas elites, a fim de, reprimir as sociabilidades consideradas inaceitáveis para uma mulher civilizada.

O Pós-Abolição, as mulheres negras e a cidade

³ Em nossa incursão no Diário de Pernambuco a fim de sistematizar as informações, sobre as personagens centrais da presente pesquisa, procedemos à coleta dos dados. Desse modo, estabelecemos os seguintes campos para compor a tabela em *Excel*: data dos eventos; coluna do jornal onde o caso aparece; nome; cor; idade estado civil; local de moradia; descrições sobre o comportamento das mulheres; relações de parentesco e resumo do evento abordado.

O campo de estudos do pós-abolição inclui preocupações múltiplas. Desde o papel e as expectativas do Estado, dos ex-senhores e dos ex-escravizados depois do 13 de maio de 1888 com relação, notadamente, ao trabalho e a liberdade. A partir dos anos 2000 os estudos sobre as sociedades pós-escravidão refletiram sobre a ressignificação dos conceitos de cidadania, raça e liberdade para os diferentes atores sociais (DOMINGUES, GOMES, 2014; MATTOS, RIOS, 2004). Inclui-se também, as temáticas da racialização, mobilidade social, migrações, o acesso à terra e às práticas culturais que tornou-se questão central de grupos de pesquisa, artigos, livros e eventos nacionais e internacionais do campo do pós-abolição⁴.

Ou ainda como afirmam Cooper, Holt e Scott o campo de pesquisa do pós-abolição nos ajuda a:

... pensar sobre as pessoas como seres específicos em termos sexuais, raciais e culturais, [como] podem ajudar a tirar o foco daquilo que terminou com a emancipação dos escravos para lançá-lo sobre o que com ela começou (COOPER, HOLT, SCOTT, 2005).

As mulheres negras sofreram interdições em suas práticas sociais e culturais, os quais iam desde circular pela cidade no desempenho do trabalho como também nas suas atividades de lazer em fins do século XIX. Cabe observar o contexto da época, que se apresentava com um ideal de modernização acompanhando a República recém-proclamada. As transformações urbanas efetivadas em diferentes cidades brasileiras em fins do século XIX objetivavam normatizar o uso do espaço público e as vivências dos moradores desses territórios. Esse processo acentuava discriminações e exclusões como Cristina Wissenbach sublinha:

De maneira geral, uma visão excludente e elitista, carregada de preconceitos e de desvalorização, atingiu tudo aquilo que não contivesse as marcas da modernidade ou que não deixasse transparecer um certo ar europeizado que se buscava, entre outros projetos, nas reformas urbanísticas que reedificaram as cidades brasileiras da época (WISSENBACH, 1997, p. 17).

O início da República e seu projeto de modernidade não implicava necessariamente na melhoria de vida da população, sobretudo da camada empobrecida composta, predominantemente, por mulheres e homens negros. O comportamento dos sujeitos que traziam as marcas fenotípicas e simbólicas da escravidão ilustrava os resquícios do atraso social, de um passado que se tentava apagar. As sociabilidades das mulheres pobres na cidade, as quais

⁴ Apresentação dos campos de pesquisa sobre o pós-abolição feita pelo GT Emancipações e Pós-abolição da Anpuh Nacional <https://anpuh.org.br/grupos-de-trabalho/atividades/item/300-gt-emancipacoes-e-pos-abolicao>.

destoavam do estilo de vida das elites, eram denunciadas e coibidas como ocorrido em 1890 com a prisão de Maria Francisca da Conceição acusada de embriaguez e de ter praticado ofensas contra a moral pública (Repartição de Polícia, Diário de Pernambuco, 1890, ed. 244 p.1).

De acordo com Valter Roberto Silvério (2018), nesse processo de modernização, a espacialidade negra no espaço urbano foi reduzida, num processo conhecido como gentrificação, o qual consiste no enobrecimento de um espaço da cidade, através da valorização imobiliária, resultando na expulsão da população de renda mais baixa. Desse modo, a separação do espaço físico nesse período do pós-abolição foi marcado por critérios raciais, o qual restringiu a circulação dos negros e impediu o seu acesso aos bens e as políticas públicas básicas.

Uma série de fatos tecidos pelas ações das mulheres negras interagem na conformação de suas identidades. Por isso, para Thompson, detectar as ações humanas a partir dos seus próprios atos e/ou dos discursos proferidos por agentes coletivos permite perceber a identidade de classe a partir de dados subjetivos e objetivos como, por exemplo, a constituição de territórios negros nas cidades. A classe é produto de um complexo de junções políticas, culturais, econômicas, raciais e das indeterminações do processo histórico. A pressão imposta às práticas culturais das mulheres negras nos espaços urbanos no Recife do pós-abolição não se processou em um campo vazio, mas, em meio à resistências e estratégias criativas de sobrevivência construída através de valores contraditórios.

Muitas das personagens que encontramos no jornal, provavelmente, exerciam as atividades de vendeiras, lavadeiras, costureiras ou criadas domésticas, apesar de não estar explícita na documentação, foram múltiplas as atividades de trabalho as quais foram submetidas as mulheres negras para manutenção das suas existências. Para o desempenho de suas tarefas tomavam os espaços públicos da cidade como locais de trabalho, mas também, de lazer e reivindicação. Na maioria das notas pesquisadas nos periódicos era nas ruas que elas foram flagradas cometendo atos considerados, aos olhos das autoridades policiais, como inadequados aos sujeitos civilizados.

O trabalho feminino no pós-abolição era herdeiro das relações escravistas e como nos lembra Machado e Ariza (2018) a restrição da autonomia, da mobilidade e do tempo para cuidar de sua família eram marcas de uma sociedade onde negros e negras vivenciaram uma liberdade precária. O intenso controle das formas das mulheres empobrecidas e negras ocuparem os espaços urbanos, por parte das autoridades policiais e dos articulistas dos jornais, é indicativo das

complexidades de tornar-se livre em um contexto que as práticas de dominação de viés escravista buscavam estratégias para alongarem-se. O memorialista Júlio Bello (1985), pertencente a uma tradicional família de senhores de engenho da Mata Sul pernambucana, trouxe em 1925 para servir de copeira no Recife uma “crioulinha” neta dos escravos de seu pai. A família do memorialista tinha a prática de compor sua criadagem de gente com ascendência escrava e vinda de suas propriedades rurais, considerados trabalhadores mais dóceis e fiéis.

A limitação da liberdade de circular dos negros tem sua origem fortemente marcada pela escravidão, criminalizando e constringendo os sujeitos, resultando igualmente na perseguição e controle das práticas culturais, consideradas também como atos de vadiagem, colocando em xeque a conquista maior da abolição, a liberdade.

O governo provisório instaurado após 1889, promulga o Código Penal de 1890. Nesse código existiam dispositivos legais que podiam acarretar, principalmente, na prisão de homens e mulheres negras (os), como o Capítulo III Dos Crimes Contra a Saúde Pública, o Capítulo XII (Dos mendigos e ébrios) e o Capítulo XIII Dos Vadios e Capoeiras. Este último tratava de criminalizar a prática da capoeira nas ruas e da ausência de trabalho formal (BRASIL, 1890).

O Código Penal de 1890 é uma normativa que assumiu entre outras a função de instrumento de controle social no período, foi publicado após o fim do regime escravista, com o intuito de auxiliar a construir um ideal republicano, modernizador e civilizador da sociedade. E este ideário de uma nação civilizada passava pelo disciplinamento da população, sobretudo, para as camadas populares, em sua maioria gente negra, as quais tiveram que se adequar aos padrões morais da elite burguesa (SERAFIM, AZEREDO, 2011).

Segundo Rose Dayane S. Brito (2017), a separação entre um “criminoso em potencial” para o “cidadão” se baseava na ideologia de que “o trabalho dignifica o homem”. Com isso, os dispositivos legais se tornaram os principais instrumentos para reprimir qualquer atitude que levasse ao ócio. Contudo, o discurso meritocrático que buscava incutir na população a ideia da ascensão social ocultava a realidade precária a qual estava submetida os trabalhadores, tais como o acesso restrito à moradia, educação e alimentação. Ou seja, a ideia de que através do desempenho de atividades laborais regulares era possível ascender de indivíduo miserável à integrante da alta classe não era compatível com a realidade vivida por esses indivíduos.

Para a autora, a condição precária das classes populares era tal que “o olhar das autoridades [...] não diferencia trabalhadores de desocupados, mendigos, contraventores e

criminosos” (BRITO, 2017, p.151). A autora afirma ainda, que essa ideologia do trabalho serviu como uma nova forma de dominar a classe pobre nesse período de transição do regime escravista para o da ampliação do trabalho livre. Ou seja, explorava a força de trabalho do indivíduo e lhe submetia a condições precárias de sobrevivência. No caso específico das mulheres trabalhadoras dos centros urbanos como observado no Recife, o serviço doméstico surge como solução para os anseios do grupo patronal, pois, ligava a criada a uma casa, ou seja, a uma autoridade privada (SILVA, 2011).

Com a Abolição, se observou um aumento do quantitativo de desempregados e subempregados na população brasileira, em sua maioria oriundos do sistema escravista (SERAFIM, AZEREDO, 2011). Devido a esse crescimento populacional urbano com uma massa de ex-escravizados, as classes dominantes criaram uma alternativa a curto prazo para controlar e disciplinar essa parte da população, a promulgação de uma norma repressiva e de exaltar o trabalho como uma virtude.

Essa realidade, bastante difundida nos núcleos urbanos em fins do século XIX, fez com que contingentes de mulheres pobres e negras fossem compelidas ao trabalho regular em casas senhoriais. O mundo do trabalho feminino no Recife do imediato pós-abolição envolvia submissão e coerção como também, por parte dos afrodescendentes a busca por autonomia e por produzir interpretações distintas das relações sociais e laborais. É o que podemos empreender pela adoção das prisões⁵ como punição para os hábitos populares ou ainda, para aquelas que queriam controlar o ritmo e frequência de trabalho sendo por isso, classificadas como vadias. Em linhas gerais, a descrição feita sinaliza um quadro de mudanças e instabilidade experimentado pelos antigos donos do poder, no contexto das transformações operadas com a extinção da escravidão e a emergência da república.

Sobrenomes e os significados velados

Os escravizados comumente eram designados apenas pelo primeiro nome ou em alguns casos pelo nome seguido de designativos étnicos ou de procedência como, por exemplo, Maria Conga ou João Alagoas. Há trabalhos que sinalizam a violência simbólica da imposição/adoção

⁵ De 94 notas coligidos no jornal do Diário de Pernambuco, para a década de 1890, encontramos 67 casos em que mulheres acusadas de ofensas contra a moral pública, distúrbios ou embriaguez foram presas. Nenhuma dessas 67 possuem a cor definida no periódico, apesar disso, compreendemos que estes eram um crime que normalmente envolviam as mulheres negras, por serem nelas imputadas os comportamentos fora dos padrões.

de um nome cristão por escravizados e seus descendentes, e outros estudos os quais indicam relações familiares e de ancestralidade por meio da utilização de nomes familiares (RIOS, 1990). Com a conquista da liberdade cremos que, os ex-escravizados encontraram momento mais oportuno para adotar sobrenomes.

Para Zeuske (2002), com o final do regime escravista, os nomes desempenharam papel de suma importância para a identidade pessoal. No caso cubano, alguns sobrenomes serviram para identificar ex-escravizados e marca-los nos baixos estratos sociais. No caso pernambucano e brasileiro, a adoção de sobrenomes foi uma prática social vitoriosa no cotidiano de ex-cativos para afastá-los do passado escravo e para aproximá-los do reconhecimento do status de pessoas livres (SANTOS, 2014). Quando as circunstâncias exigiam, o nome completo era apresentado. Para os interlocutores, uma vez ele fosse pronunciado deveria emitir significados práticos nas relações cotidianas, como, por exemplo, lembrar que o nomeado estava inserido em uma rede de proteção ou para fugir de represálias e punições.

O emprego de um nome e/ou sobrenome em determinadas situações e conforme relações estabelecidas poderia proporcionar condições mais ou menos favoráveis para acesso à recursos e para inserção em categorias classificatórias. Para Weimer (2008) às práticas de nomeação se relacionavam com sistemas de classificação que são historicamente construídos:

Eles não apenas formatam os sujeitos, mas também são por eles formatados. As categorias que deles fazem parte são manipuladas e transformadas pelos atores sociais na medida do seu manejo. Passa-se, assim, sem abrir mão da ideia de que existem categorias estruturais que definem a existência em sociedade, à compreensão de que os seres humanos possuem, eles também, influência transformadora sobre a estrutura, agindo de uma forma performática e não mecânica e prescritiva (WEIMER, 2008, p.245).

Utilizar um sobrenome, usar variados sobrenomes em diferentes momentos ou chegar a adotar um que achasse mais adequado, fazia parte da estratégia conflituosa de criar uma identidade individual e coletiva.

Em sua pesquisa de mestrado, Silvana Santiago (2006) percebeu o uso constante do nome “Conceição” entre as mulheres enquadradas no crime de vadiagem ou em crimes de conflitos cotidianos (vítimas de agressão, defloramento, roubo) na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. O uso do prenome convertido em sobrenome tem explicações diversas. Indica filiações e linhagens, como os homônimos repetidos de pai para filho, padrinhos ou outros familiares ou ainda, nomes similares com variação na ordenação dos elementos os quais

compõem apontando para trocas geracionais, de pertencimento familiar e cultural (WEIMER, 2008). Segundo Sidney Chalhoub, essa prática já era adotada no período da escravidão a fim de garantir fugas dos indivíduos escravizados, como, por exemplo, o pardo Nicolau⁶ que utilizou nome semelhante ao do padrinho para passar a viver como livre (CHALHOUB, 2012, p.94).

Estudando a população descendente de escravizados na serra gaúcha do pós-abolição Weimer (2008) observou que, entre os ex-cativos e seus descendentes o prenome costumava virar sobrenome. A utilização dos sobrenomes após o 13 de maio se fez cada vez mais necessário em transações por escrito ou na interação com o Estado além de, conferir aos ex-escravizados respeito e credibilidade. Isso não significa, porém, que outras formas de nomeação não fossem adotadas no dia a dia desses sujeitos.

Segundo Santiago (2006), a adoção da alcunha Conceição se deve, primeiro, ao fato de ser um nome muito comum no Brasil devido a herança religiosa do catolicismo, com forte devoção a Nossa Senhora da Conceição. Através do hibridismo religioso era relacionada a orixá Iemanjá⁷, uma divindade feminina originária de uma região da Nigéria e relacionada, na mentalidade ocidental dominante, à fertilidade e a maternidade. Vale ressaltar que, os adeptos das religiões de matriz africana vêm abandonando a conceituação de sincretismo, visto como uma dominação colonial e ultrapassada, de modo que o hibridismo vem sendo uma nomenclatura mais utilizada (FERRETTI, 2014, p.29). Na qual, se promove uma africanização das religiões, afim de “recuperar elementos rituais perdidos na diáspora, além de reaprender a língua ioruba” (PRANDI, p.155, 1998).

O segundo motivo para assumir a alcunha Conceição, de acordo com Silvana Santiago (2006), foi uma estratégia adotada por muitas mulheres com a intenção de esconder seus nomes verdadeiros a fim de dificultar a sua identificação, notadamente, quando se envolveram em atividades consideradas ilícitas. Algumas delas conseguiram, inclusive, se esquivar das incursões das autoridades policiais em suas práticas repressivas devido à presença de tantas mulheres com nomes iguais, podendo resultar em confusões, como prender a pessoa errada.

⁶ Ele adotou o nome Tomás José da Silva para se passar por livre e se alistar como praça no corpo de artilharia. Contudo, acessando sua certidão de batismo foi descoberto que seu nome verdadeiro era Nicolau, e que seu padrinho possuía um nome parecido ao adotado por ele, chamado Tomé José da Silva.

⁷Na África, é a divindade do rio Ogum, que fica na região da Nigéria, tendo seu ritual centrado nas águas doces desse rio, porém, no Brasil, seu culto se dá nas águas salgadas. Entre as suas principais características está a maternidade, a feminilidade e a proteção amorosa (AGUIAR, 2014).

Num total levantado no Diário de Pernambuco de 94 casos de mulheres vítimas de crime de defloramento, estupro e/ou rapto, ou réis em casos de ofensa à moral pública, desordem e/ou embriaguez, foi percebido que 28 mulheres possuíam a alcunha de “Conceição”. Sendo desse total, 22 acusadas de crimes de ofensa à moral pública, 01 acusada de desordem, 03 vítimas de defloramento e 02 vítimas de rapto e defloramento. Outras 16 tiveram apenas seus prenomes registrados. Um número significativo de mulheres aparece com os sobrenomes Carmo, Prazeres, Encarnação, da Luz que, em certa medida, se aproximam dos sentidos emanados pelo nome/sobrenome Conceição. Ou seja, alinhando a noção de um sagrado feminino e de significados que perpassava experiências culturais de religiosidades católicas e africanas.

Com isso, o uso do nome “Conceição” como uma forma de anonimato pode ser uma estratégia utilizada também pelas mulheres que frequentavam as ruas da cidade do Recife em fins do século XIX. Para dar um exemplo apropriado, podemos citar o caso de Antonia Jeronyma da Conceição, conhecida por Antonia Minandes, acusada de produzir distúrbios (Questura Policial, Diário de Pernambuco, 1898, ed. 113, p.1).

Os silêncios existentes em relação a cor na documentação consultada, apesar da frequência de referências às prisões e delitos perpetrados por mulheres nas folhas jornalísticas, nos permitem especular que os episódios onde os aspectos raciais não aparecem explicitamente tratava-se de gente negra. No levantamento feito no Diário de Pernambuco, além de ser frequente a ausência do registro da cor negra, houve apenas, um caso de defloramento de uma mulher branca (único caso em que é assinalada a cor da vítima) o qual foi bastante detalhado na coluna policial (Questura Policial, Diário de Pernambuco, 1897, ed. 38 p.2). Diferentemente dos outros casos que trazem somente o nome da sujeita e o crime em que ela estava envolvida, o caso de Edmunda Adelina de Lemos Amaral trouxe informações como: local do ocorrido, idade, moradia, ofício, entre outros elementos. Ou seja, o caso da vítima de cor branca, de 26 anos, moradora da rua Estreita do Rosário e criada doméstica obteve um grande destaque devido a quantidade de dados contidos na referida notícia, enquanto que outras sujeitas, possivelmente negras, são silenciadas e apagadas pelo mesmo periódico. Por isso, a necessidade do cruzamento de fontes para conseguir mais detalhes sobre as trajetórias e experiências dessas mulheres neste recorte temporal será um aspecto a ser desenvolvido em pesquisas futuras.

A dissertação de Silvana Santiago (2006) trouxe reflexões importantes acerca dos marcadores raciais presentes sobre o corpo da mulher negra no pós-abolição, seja através da

formação de estereótipos, tais como a sexualidade exacerbada e a degeneração racial, já que é o fator étnico que contribui com a construção de outras relações de poder, assim como, o controle sobre o corpo feminino como meio de conseguir alcançar o status de nação civilizada. Desse modo, o espaço privado é visto como o local seguro, feito para as mulheres honestas, enquanto que o espaço público era visto como um lugar cheio de desvios, frequentado por “mulheres prostitutas”, mulheres que possuíam comportamentos fora dos padrões e que, portanto, não recebiam a proteção da justiça, mas sim, a sua perseguição e penalização.

Desse modo, as mulheres negras que desde antes da Abolição já ocupavam as ruas com seus serviços de “porta a fora”, continuam a utilizar o espaço público como meio de conseguir o seu sustento. Com isso, o que se percebe é que muitas mulheres estiveram sujeitas a repressão e penalização da polícia e da justiça por estas ocuparem lugares tidos como inadequados para uma mulher higienizada e honrada. Levando muitas delas a serem enquadradas no crime de vadiagem e atentado à moral pública ao se moverem pelas cidades no desempenho de suas atividades cotidianas.

Essas mulheres foram recorrentemente, ao longo de nosso período de estudo, descritas nas notas do periódico recifense como causadoras de “distúrbios”, as quais cometiam “ofensas a moral pública”, bêbadas ou “desordeiras”. Esses epítetos são indicativos de uma vigilância das práticas sociais de mulheres negras no espaço urbano e traziam a marca simbólica da escravidão. As coerções e denúncias de má conduta da população pobre, entre eles as mulheres negras, apontam para a quebra da rotina instaurada pela cultura escravista observado nas normas de conduta impostas e das relações de trabalho tuteladas.

As notas, denúncias e as chamadas “publicações à pedido” existentes na imprensa a respeito dessas mulheres ocorreram durante dias de semana, ou seja, em dias destinados às dinâmicas das atividades laborais. O que nos levar a crer que essas mulheres, por seu turno, não entendiam como incompatíveis as tarefas de trabalho com as saídas para encontros e festas. Ainda que, os patrões preferissem as recolhidas, consideras como de boa conduta. Os juízos sobre as formas de ocupar a cidade, por parte de nossas personagens, eram descritas como carregados de vícios, imoralidades e indecências.

É interessante notar que, a maneira como as mulheres eram representadas tem a ver com as seções onde parte de suas experiências eram registradas. Eram colunas regulares, curtas e voltadas para o universo policiaisco e por isso, possuíam os seguintes títulos: Repartição de

Polícia, Questura Policial, Tribunal do Júri e Publicações a Pedido. A presença das mulheres ditas desordeiras nas ruas, segundo as notas do jornal, era marcada por bebidas alcoólicas e os conflitos indicados como resultado de ajuntamentos que perturbavam o sossego e ultrapassavam constantemente as fronteiras simbólicas da civilidade. Tais conflitos não geravam notícias com muitas linhas e os registros não chegavam a indicar as razões das contendas. Talvez, porque fossem desconhecidas as causas que deram origem aos eventos ou porque fossem consideradas manifestações de gente dada à criminalidade e a indecência, tais estigmas estavam cada vez mais racializados no período em foco.

Além disso, há ainda uma tentativa de eliminação do elemento africano “incivilizado”, “atrasado” da herança cultural brasileira, o que, na visão das classes dominantes, confrontava a construção de um Brasil “moderno” e “civilizado”. Desse modo, manifestações culturais, como a capoeira, foram duramente reprimidas, e as perseguições amparadas pelo Código Penal de 1890. Esses costumes eram associados a atividades perigosas, de vagabundo, de desordeiros, porque eram praticadas por negros. (CUNHA, 2013)

As fontes pesquisadas nos permitem conjecturar a partir do uso do nome Conceição com as associações feitas a ele na época e, com as referências imputadas às mulheres que majoritariamente ocupavam os espaços urbanizados flagradas pelas colunas policiais do jornal Diário de Pernambuco, de que se tratava em sua maioria de mulheres negras.

Considerações Finais

Através do levantamento no jornal Diário de Pernambuco, foi possível ter acesso aos nomes das mulheres que foram vítimas ou acusadas de algum crime. Naqueles nos quais elas são colocadas na posição de infratora eram, em sua maioria, julgadas por seus comportamentos, enquadradas como culpadas de atentar contra a moral pública. Com isso, e com o auxílio da bibliografia de apoio, percebemos que há uma tentativa de padronização dos comportamentos a serem adotados por elas, e que qualquer desvio dessa normativa era caso de penalidade. Pois, como bem evidencia Martha de Abreu Esteves em seu livro *Meninas Perdidas* (ESTEVEES, 1989), a mulher era o centro da moralização dos costumes.

Tomando como referência as reflexões feitas por Silvana Santiago (2006), foi possível perceber que assim como ela identificou o uso frequente da alcunha “Conceição” em sua

pesquisa no Rio de Janeiro do início do regime republicano. No levantamento realizado nas notas do Diário de Pernambuco também foi notável a recorrência do uso do sobrenome Conceição entre as mulheres descritas nas seções policiais.

Vale ressaltar também a ausência da versão feminina nas notas jornalísticas, apesar de tratarem de casos de defloração e estupro, crimes que foram perpetrados frequentemente contra mulheres. Foi através dos relatos apresentados pelos agressores que encontramos descrições dos casos de crimes sexuais. Porém, apesar dessa dificuldade em se ter acesso a um ponto de vista feminino dos eventos, é nessas fontes, os jornais, que podemos acessar a história dessas sujeitas. A constante normatização que a sociedade impunha sobre seus corpos e os desvios atribuídos a elas nos permitem uma aproximação às suas vivências. Essas mulheres praticamente não deixaram registros escritos sobre si mesmas, o que torna a investigação sobre seu passado um esforço ainda mais desafiador.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Janaina C. T. M. de. “No caminho das águas tem presentes no rio, tem festa no mar”: o hibridismo cultural nas festas de Iemanjá e Oxum em Salvador e Aracaju. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n.3, p. 1161-1181, set.-dez. 2014.

BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

BRITO, Rose Dayanne Santos de. “O pobre não é vadio”: uma crítica ao discurso elitista acerca do trabalho na primeira república. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2, p.144-160, ago.-nov. 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. & SCOTT, Rebecca J. **Além da Escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias negras: os libertos da Costa d’África no Recife, 1846-1890**. Bahia: Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. **Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife**. Recife: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

ESTEVEES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRETTI, Sérgio F. Sincretismo e hibridismo na cultura popular. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2014.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros**: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Campinas: Tese (Doutorado em História) —Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T.; ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternidade e emancipação na cidade de São Paulo (1870-1888). In: **Negros nas cidades brasileiras (1890 – 1950)**. Barone, Ana; Rios, Flávia (Orgs.). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 8, **Topoi**, 2004.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

Questura Policial. **Diario de Pernambuco**, Recife, p.2, 17 de fevereiro de 1897.

Questura Policial. **Diario de Pernambuco**, Recife, p.1, 25 de maio de 1898.

Repartição da Polícia. **Diario de Pernambuco**, Recife, p.1, 30 de dezembro de 1890.

RIOS, Ana L. **Família e Transição** (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). Niterói: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1990.

SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de Tal**. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Campinas: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio**: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Campinas: Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, 268p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SERAFIM, J. G.; AZEREDO, J. L. A (Des) criminalização da cultura negra nos códigos de 1890 e 1940. **Revista Amicus Curiae**, UNESC v. 6, n. 6, 2011, p.1-17.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Salvador: Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Uma releitura do “lugar do negro” e dos “lugares da gente negra” nas cidades. In: **Negros nas cidades brasileiras (1890 – 1950)**. Barone, Ana; Rios, Flávia (Orgs.). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de Magia e Sobrevivência**. Sociabilidades e Práticas Mágico-Religiosas no Brasil (1890/1940). São Paulo: Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1997.

ZEUSKE, Michael. *Estructuras e identidade en la “segunda esclavitud”: el caso cubano, 1800-1940*. **História Crítica**, n. 24, 2002.

No laboratório de Luís da Câmara Cascudo: um estudo de caso da Sociedade Brasileira de Folclore (1941-1949)¹

In Luiz da Camara Cascudo's laboratory: a case study of the Brazilian Folklore Society (1941-1949)

Ewerton Wirley Silva Barros

Mestrando em História

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

ewertonwirley@gmail.com

Recebido em: 22/06/2020

Aprovado em: 23/08/2020

Resumo: O chamado Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) foi um movimento de discussões folclóricas propostas intelectuais desde a virada do final do século XIX ao XX na busca pela institucionalização do saber folclórico nas esferas social, política e acadêmica. Um dos atores desse Movimento, foi o intelectual Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) que, em seu laboratório, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) no ano de 1941. Buscando visibilidade, difusão de suas ideias e, filiação de intelectuais brasileiros e estrangeiros, publicou nos anos de 1941, 1942 e 1949 Estatutos de sua instituição. Os Estatutos seriam uma espécie de conjuntos de regras, funcionamento administrativo e perspectiva teórico-metodológica a serem adotadas. Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar os Estatutos da SBF, problematizando sua função, bem como a percepção institucional em torno do folclore, as relações de poder instituídas e as diretrizes postas aos membros e filiados. No arcabouço teórico-metodológico, balizo-me nas concepções de *relações de poder*, *análise de discurso* e *redes de sociabilidades* refletidas, respectivamente, por Michel Foucault e Jean-François Sirinelli.

Palavras-chave: Movimento Folclórico Brasileiro; Cultura Brasileira; História Intelectual.

Resumen/Abstract: The denominated Brazilian Folklore Movement (BFM) was a movement of folklore discussions intellectual proposals since the turn of the late 19th to the 20th century in the search for the institutionalization of folk knowledge in the social, political and academic spheres. One of the actors in this Movement was the intellectual Luiz da Camara Cascudo (1898-1986) who, in his laboratory, founded the Brazilian Folklore Society (BFS) in 1941. Seeking visibility, diffusion of his ideas and affiliation of intellectuals Brazilians and foreigners, published in the years 1941, 1942 and 1949 Statutes of his institution. The Statutes would be a kind of sets of rules, administrative functioning and theoretical-methodological perspective to be adopted. In this sense, this article has the general objective of analyzing the Statutes of the BFS, questioning its function, as well as the institutional perception around folklore, the power relations

¹ Este artigo é uma adaptação modificada do segundo capítulo da monografia “Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)”.

established and the guidelines put to members and affiliates. In the theoretical-methodological framework, I focus on the concepts of power relations, discourse analysis and sociability networks reflected, respectively, by Foucault and Sirinelli.

Keywords: Brazilian Folk Movement; Brazilian Culture; Intellectual History.

“[...] o meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente”.

– Jean-François Sirinelli

Rua Junqueira Aires, Nº 377, bairro Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, ano de 1942. Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), em sua residência, recebeu a notificação de que os Estatutos da Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) – instituição intelectual de caráter folclorista que havia fundado recentemente – seriam republicados. Desta vez, pelas oficinas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado do Rio Grande do Norte (DEIP-RN). Aconteceu-lhe que, um ano atrás, no mês de maio, ele havia publicado tais Estatutos em artigo no jornal *A República* (RN) – um dos órgãos oficiais do Estado. Nessa segunda ocasião, seria em uma espécie de livreto. O artigo amarelado do periódico seria trocado pelo tom bege do livreto, a coluna substituída por uma encadernação. Essa mudança na impressão, de acordo com Tania Regina de Luca (2008, p. 132), devia-se não somente aos métodos de impressão disponíveis num dado momento, mas também ao lugar social que esses periódicos ocupavam. A divulgação, certamente, difundida por todo território nacional e, atravessando as fronteiras, alcançando países do exterior.

Cascudo foi um intelectual de seu tempo. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi advogado, professor, pesquisador, historiador, folclorista e antropólogo. Em um país, cujas Ciências Humanas estavam em formação, em processo de institucionalização acadêmico-científica nas universidades, Cascudo transitou entre os ofícios, paradigmas, discussões e saberes. Sua aproximação com o campo do folclore ocorreu-lhe devido a penúria financeira que sua família encontrava-se. Já ingresso no terceiro período do curso de Medicina em Salvador e Rio de Janeiro, seu pai empobreceu, fazendo com que ele retornasse para sua residência em Natal e transferisse o curso para o bacharelado em Direito em Recife (PE) – trajeto que custou-lhe suas economias pessoais. (CASCUDO, 2008, p. 51). Nesse movimento de formação acadêmica, bem como movimento de espaço, de vida, de ressignificações pessoais, o próprio Cascudo veio a relatar em uma entrevista a sua descoberta e relação com uma nova área: os estudos culturais.

Nesta época pensava em ser médico e cursei até o terceiro ano. Acontece que meu pai empobreceu e eu pensava em ter meu próprio laboratório para fazer pesquisas. Pensei, então, em fazer engenharia. Não o fiz porque sou inimigo pessoal de matemática – por isso, sou capaz de ainda terminar ministro da Fazenda. **Foi aí que descobri a cultura popular, a que na época, ninguém dava importância nenhuma. Foi um choque para toda a província: o filho do Coronel Cascudo preocupado com *catimbó* e festas populares** (“Cascudo, o caçador de cultura. Reportagem de Cassiano Arruda Câmara”. **Manchete:** 27 de abril de 1968. CEDOC) [Grifos nossos].

Assim, ele passou a construir o seu próprio laboratório de folclore – um cômodo em sua casa repleto de livros, pesquisas, entrevistas com as mais diversas pessoas independentes de suas posições sociais, anotações e correspondências trocadas com intelectuais brasileiros e estrangeiros que também possuíam seus respectivos laboratórios. Envolto nesse mundo, as discussões em torno do campo folclórico já aconteciam bem antes de seu nascimento, no chamado Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) – um movimento de discussões folclóricas por eruditos, polígrafos e intelectuais que desenvolveu-se desde a virada do final do século XIX ao XX no país.

Nesse Movimento, Sívio Romero (1851-1914) e João Ribeiro (1860-1934) apareceram como alguns dos pioneiros. Romero, percebeu o folclore através da poesia oral, utilizou os contos e cantos enquanto fontes, e elaborou uma fundamentação teórica próxima da literatura. (GRILLO, 2015, p. 124). Ribeiro, por sua vez, explorou o folclore por meio do encontro das três etnias brasileiras – a indígena, a branca e a negra – sob a perspectiva teórica da psicologia coletiva alemã. Algumas décadas depois, por volta dos anos 1920-1930, Leonardo Mota denunciou o pouco prestígio social que o saber folclórico tinha, elencando a necessidade de o folclore – o saber, o conceito e o ofício do pesquisador – ser mais divulgado na inteligência brasileira. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013a, p. 88).

A bibliografia produzida era escassa, quando não esgotada. Os seus elaboradores – dentre eles, Cascudo –, sugeriram constantemente para que algum editor iniciasse a “Biblioteca do Folclore Brasileiro”, a qual fosse capaz de reeditar obras raras, que reunissem ensaios de acesso difícil e traduzir obras estrangeiras, para que eles continuassem suas pesquisas. Contudo, não obtiveram retorno. E, segundo Cascudo (1941), sem mencionar nomes, os que tentaram, falharam. A justificativa dos “editores” foi de que não havia público. Os pesquisadores, em contrapartida, retrucavam de que não havia público por não haver bibliografia. Foi um debate incansável.

Numa tentativa de sanar essas dificuldades, os folcloristas espalhados pelo país se reuniram e formaram redes de sociabilidades e, por conseguinte, instituições. No que diz respeito à concepção de redes, balizo-me na reflexão de Sirinelli (2003, p. 248), ao evidenciar que elas seriam culminadas através “de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”, ou seja, resultada pelo laço afetivo entre os intelectuais, bem como a afinidade temática que os envolve – nesse caso, o saber folclórico. A noção de sociabilidade, nas palavras da historiadora Angela de Castro Gomes (1996, p. 41), pode também ser considerada por meio de duas “feições”: a subjetiva, marcada pela afetividade, competição e cumplicidade; e a objetiva, quer institucional-formal, quer voluntária e extremamente informal e não institucional.

A ideia de instituição lhes emergiu como uma forma de legitimar suas redes de sociabilidades e, principalmente, o saber folclórico. Então, os intelectuais e suas instituições também procuraram tornar-se um poder autônomo dentro das instituições sociais de poder a que pertenceram e a que buscaram pertencer, respectivamente: a academia e o Estado (RAMA, 2015, p. 42), no intuito de criarem novos espaços institucionais e novas formas de agrupamento e organização profissional e política. Contudo, ao tempo que almejavam autonomia dentro da academia e do Estado, eles também exerciam o poder entre si, em suas redes de sociabilidades. Este aspecto pode ser averiguado no momento de elaboração de seus Estatutos e suas divisões de atividades; nas definições teóricas em torno do folclore; e no modo de como deviam se portar no exercício metodológico de suas pesquisas. Esse exercício de poder em definir e redistribuir atividades, segundo Foucault (2013, p. 164), esteve direcionado à função maior: “adestrar”, no sentido de retirar e apropriar-se ainda mais e melhor dos membros institucionais, não agrupando suas forças para reduzi-las, mas procurando ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

Dessa maneira, as primeiras experiências institucionais brasileiras de caráter folclóricas foram formadas a partir do final da década de 1930: a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) por Mário de Andrade (1893-1945); a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) por Arthur Ramos (1903-1949); a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) por Cascudo; e a Comissão Nacional de Folclore (CNF) por Renato Almeida (1895-1981). Com as formações dessas, a circulação de ideias passou a ser ampliada devido ao imenso número de intelectuais envolvidos. Consequentemente, foi a partir desse período que as instituições “coloriram” o Movimento Folclórico Brasileiro, tendo em vista que cada instituição tinha seu regimento, plano

de trabalho e produção do saber folclórico, desenvolvendo suas atividades nos mais diversos estados brasileiros.

Na academia, o folclore não era visto como um saber científico e com a chegada das Ciências Sociais e seu projeto de institucionalização nas universidades brasileiras nos anos 1930, os folcloristas perceberam um momento oportuno. Assim, a aproximação nas Ciências Sociais, da parte desses folcloristas, segundo o sociólogo Renato Ortiz (s/d, p. 8), ocorreu porque ela “iluminava” – isto é, abria margem – para a institucionalização dos campos da Sociologia e da Antropologia. Os folcloristas, portanto, também buscaram a institucionalização de seus estudos e, especialmente, a autonomia em suas pesquisas. (VILHENA, 1997, p. 43).

Outra disciplina acadêmica que também dialogava com o saber folclórico foram as Letras. Todavia, os folcloristas procuraram distanciar-se dela, pois argumentavam que suas pesquisas eram “reduzidas” a uma dimensão literária. (VILHENA, 1997, p. 127). Albuquerque Júnior (2013b, p. 126), ao pensar essa questão, afirmou que em meio a esse contexto de busca pela cientificidade para o saber folclórico e o diálogo com as disciplinas concernentes no meio acadêmico, os folcloristas objetivavam atingir, constantemente, o caráter científico de seus estudos.

Uma preocupação constante dos folcloristas é, justamente, a de afirmar o caráter científico de seus estudos. Parece-me que a própria fragilidade teórica e metodológica destes estudos leva a esta necessidade constante de afirmação da cientificidade das atividades que realizam. **Em meu modo de entender, o problema não está no caráter científico ou não destes estudos, mas na concepção de ciência que os preside**, que não me parece ser a concepção moderna de ciência, mas sim uma concepção clássica, uma ciência ainda entendida como erudição, como taxinomia, como classificação, ordenação e hierarquização das empiricidades que levantam em suas atividades de pesquisa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 126) [Grifos nossos].

A concepção de ciência que presidiu, nesse momento, foi o paradigma científico dito Positivista.² Um paradigma que, segundo Fortunato (2001, p. 23), “queria ser objetivo, friamente analítico, politicamente neutro, apontando com isso a pretensão de uma ciência sem sujeito e o escamoteamento ideológico encoberto pela objetividade”. Os folcloristas buscaram se aproximar desse paradigma porque ele poderia lhes proporcionar dois fatores: o primeiro, além de obter o caráter científico, poderia também ser um modelo para interpretar o saber (ORTIZ, [s/d], p. 8); o

² O positivismo foi um paradigma científico emergente do final do século XIX cuja estrutura de discussão, segundo José D’Assunção Barros (2011, p. 66), foi: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente *objetivo*; a construção de uma história *universal*, comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de *imparcialidade* do sujeito que produz o conhecimento.

segundo, romper às inclinações e influências teóricas dos outros campos de saberes – como da já citada literatura.

No que diz respeito à instituição do Estado, os folcloristas procuraram estabelecer vínculos com o desígnio de obter subvenções – apoio financeiro – para que suas pesquisas e atividades fossem realizadas, pois o constante deslocamento espacial da parte do pesquisador para a “colheita” de informações e a publicação de suas análises em formato de livros e, na maioria das vezes, em jornais requeria dinheiro. Aqui, vale destacar dois fatores relevantes quanto à publicação em jornais: o primeiro, é que o jornal assim como a revista, na ocasião, foram os principais meios de divulgação não somente de notícias, mas de ensaios e textos folclóricos, literários, históricos etc.; o segundo, que muitos de seus autores eram intelectuais, de origem aristocrática ou não, que já trabalhavam para as empresas jornalísticas como uma fonte de renda antes de dialogarem com o saber folclórico. (GOMES, 1996, pp. 45-47). Dessa maneira, os jornais lhes “apareciam” como uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, sendo um passaporte para mundos políticos e sociais maiores (GOMES, 1996, p. 45), e como um meio de divulgar e socializar suas pesquisas.

É nesse contexto que Cascudo insere-se no Movimento Folclórico Brasileiro. Em seu laboratório, cria uma instituição – a Sociedade Brasileira de Folclore – e, junto com ela, leis, regras e diretrizes concernidas em Estatutos para quem fosse filiar-se. Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar os Estatutos da Sociedade, publicados respectivamente nos anos de 1941, 1942 e 1949, problematizando sua função, bem como a percepção institucional em torno do folclore, as relações de poder instituídas e as diretrizes postas aos membros e filiados.

“*Pedibus tardus, tenax cursu*”: fundação da Sociedade Brasileira de Folclore³

No dia 30 de abril de 1941, Cascudo fundou em seu laboratório a Sociedade Brasileira de Folclore com o propósito de estudar, pesquisar e sistematizar o folclore local, nacional e continental, recolhendo e analisando todas as manifestações da ciência popular, relacionadas com essa disciplina. (ESTATUTOS, 1942, p. 3). Na sua composição de membros e extensão institucional, foi além de seus muros: reuniu intelectuais norte-rio-grandenses, entrou pelas

³ A tradução do lema da Sociedade Brasileira de Folclore, “*Pedibus tardus, tenax cursu*”, seria “*deixar-se vai ao longe*”. Mais informações, cf.: CASCUDO, Luís da Câmara. “Etnografia & Folclore: Organização duma Sociedade de Folclore”. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 05 de abril de 1942. HDBN.

veredas dos sertões, perpassou pela região nordeste, passou na região centro-oeste, e chegou ao sudeste do país dialogando e congregando intelectuais brasileiros; atravessou o rio Potengi, localizado a alguns metros de seu local, onde o sol se põe todas as tardes, e navegou oceanos, interagindo com intelectuais estrangeiros, aumentando assim sua rede intelectual.

A princípio, Cascudo procurou por um lugar próprio para as suas atividades, porém não obteve êxito, ficando as reuniões e as demais atividades exercidas pela SBF sendo realizadas em sua residência. Além dessa dificuldade, não havia papéis para as atas. A instituição também não tinha uma biblioteca própria, no que acabou sendo utilizada a de seu fundador. As dificuldades iniciais não haviam terminado: quando foram registrar a instituição no cartório, Cascudo comentou que um de seus amigos do Rio de Janeiro estranhou a ousadia de um grupo intelectual provinciano intitular-se “Brasileiro”. Em suas palavras:

Registamos a Sociedade no cartório, com as exigências do Código Civil. **Um amigo, do Rio, estranhou o atrevimento de uma Sociedade provinciana chamar-se “Brasileira”. Devia ficar no “Norte Rio Grandense” por muito favor.** Respondi agradecendo o conselho e informando que o nome da Sociedade era uma propriedade que íamos defender com papel selado e Juiz de Direito. O homem sossegou, mas nunca mais me escreveu. Zangou-se com a propriedade civil (CASCUDO, Luís da Câmara. “História de sete anos de folk lore”. **Jornal do Comércio**: Pernambuco, 11 de Janeiro de 1948. CEDOC) [Grifos nossos].

Na continuidade de sua institucionalização, a SBF solicitou uma subvenção anual que foi concedida, por meio de decreto, pelo interventor federal Rafael Fernandes Gurjão.

Contando com a ajuda do governo, a SBF elaborou e divulgou ao público os seus Estatutos – conjunto de regras, funcionamento administrativo e perspectiva teórico-metodológica adotada – no órgão oficial do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 7 de maio de 1941 e nas oficinas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de Natal-RN no ano de 1942, mudando o formato da impressão. Se, anteriormente, seus Estatutos apareciam formatados em coluna nas páginas do jornal *A República* (RN), na ocasião foram impressos e encadernados em livreto próprio.

O DEIP-RN pertencia ao jornal *A República*, vizinho ao lar de Cascudo. Até então, não era o órgão oficial do Estado, mas divulgava as informações de seus atos. Todavia, esse cenário veio a ser modificado com o Regime Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas (1882-1954), onde o interventor Aldo Melo, sob os parâmetros do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituiu o jornal como órgão oficial. O DIP, criado em 1939, teve como objetivo ser uma propaganda oficial e censura do regime varguista ditatorial instaurado, bem como ficar sob

domínio do chefe de Estado. Assim, os jornais passaram a ser vigiados, controlados, coagidos, censurados, perseguidos e alinhados politicamente. (BARBOSA, 2007). Os jornais que já estavam aparelhados ao Estado Novo, segundo Tania Luca (2008, p. 129), atuaram como difusor de propaganda política favorável ao regime – o que foi o caso dos Estatutos da SBF.

O folclore foi aparelhado ideologicamente ao Estado, pois estudava, pesquisava e difundia os costumes e tradições do povo brasileiro, fundamentando a perspectiva nacionalista varguista. Segundo o historiador Edward Palmer Thompson (2012), de forma comumente ocorreu em outros países que também exerciam regimes autoritários, como foi o caso da Inglaterra e Portugal – o que motivou uma reação negativa da parte de camadas intelectuais de esquerda, que denunciava o referido saber como promulgador de ideologia reacionária. Daí o consentimento em Cascudo poder publicar os Estatutos de sua Sociedade no jornal *A Manhã* e no DEIP, assim como outros artigos no *Diário de Notícias* (RJ), que veremos adiante.

No formato de livreto, os Estatutos tornaram público as diretrizes da instituição: a) Certidão do registro civil; b) Processo para a filiação; c) Direitos e deveres das sociedades filiadas à SBF; d) Sugestões para a colheita de material folclórico; e) Plano geral dos inquéritos. Segue as análises desses Estatutos.

O seu funcionamento ocorreu através dos meandros de uma Diretoria – composta por um Presidente, três Comissões e dois Secretários – sendo eleita bienalmente. As comissões foram e tinham como função, respectivamente: Coordenação de Pesquisa, sistematizar as pesquisas, selecionar o material obtido pelos seus membros, organizar as apresentações de teses e elaborar os pareceres; Revista e Divulgação, promover festas, conferências, visitas instrutivas e, fazendo jus ao seu nome, a publicação de arquivos e textos; Orçamento e Patrimônio, responsável pelas questões econômicas e financeiras da instituição e pela atuação no salvaguardamento do patrimônio artístico, biblioteca, arquivos, museus e outros itens pertencentes à SBF. Quanto aos secretários, eram escolhidos e nomeados pelo Presidente.

Com as comissões estabelecidas, a Sociedade passou a se comprometer com a criação de um órgão de publicidade que divulgasse nacional e internacionalmente os trabalhos realizados de seus membros, além de se propor em transcrever e traduzir estudos considerados de valor notório e documentos raros – aspecto que Cascudo havia apontado um ano antes. Para que esses procedimentos fossem realizados, a instituição aconselhou que o associado procurasse comparar o seu objeto folclórico com o folclore norte, centro e sul americano. A criação de tal órgão não

obteve êxito no decorrer da atuação da Sociedade, no entanto, e a perspectiva comparativa do folclore se tornou um dos principais aspectos institucionais na trajetória intelectual de Cascudo – atributo que veremos no decorrer desse trabalho.

O mandato se encerrava, assim que a próxima gestão iniciava seus trabalhos, através de eleições que, segundo os Estatutos (1942), deveriam ocorrer no dia 22 de agosto – homenagem ao dia em que o inglês William Thoms (1803-1885) publicou na revista “*Athenaeum*” o nome *folklore* pela primeira vez, no ano de 1846. A reeleição era válida, e caso não houvesse a eleição na data proposta pelo estatuto ou em assembleia, entendia-se que a diretoria tinha o seu mandato prorrogado até a realização de uma nova eleição. Vale ressaltar que, diferentemente da eleição de diretoria, a eleição das três comissões deveria ser interna. Dessa maneira, cada comissão elegeria o seu presidente. Todavia, apesar das diretrizes dos Estatutos, Cascudo presidiu a Sociedade durante toda sua trajetória intelectual.

No que diz respeito aos membros e à filiação institucional, não havia limitações no sentido de que para realizar tal processo, a Sociedade não fazia distinção de etnia e nacionalidade. Por outro lado, proibia ao sócio a participação em movimentos de caráter religioso ou político, exceto de expressão nacional. No ato de cadastramento e tido como dever dos membros, eles deveriam enviar dois exemplares de todas as suas publicações e cópias datilografadas da bibliografia referente ao folclore e etnografia local. Após o cadastramento, era chegado o momento de reunião. Nesta reunião, os sócios eram dispensados de exibirem suas pesquisas, bastando-lhes somente a apresentação do que tinha mais afinidade no domínio folclórico e/ou de obras já publicadas ou inéditas. Outra característica realçada pelos Estatutos era de que os membros não tinham a obrigação em responder subsidiariamente pela Sociedade. Nesse caso, as verbas eram obtidas pelos sócios, subvenções oficiais, doações, publicações por assinaturas e venda dos impressos.

Os cargos mencionados até então foram ocupados, majoritariamente, por pessoas da elite norte rio-grandense, bacharéis, intelectuais, políticos etc., da seguinte forma: Cascudo na presidência; Luís Tavares de Lira na presidência da Comissão de Coordenação e Pesquisa; Eloy de Sousa na presidência da Comissão de Revista e Divulgação; Antônio Gomes da Rocha Fagundes no cargo de presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio; Manuel Rodrigues de Melo e Aluizio Alves enquanto secretários. Já no quadro de sócios, outros nomes são encontrados nos Estatutos, a saber: Antônio Soares de Araújo, Felipe Guerra, Juvenal Lamartine

de Faria, Nestor dos Santos Lima, Valdemar de Almeida, Paulo Pinheiro de Viveiros, Américo de Oliveira Costa, Clementino Câmara, Aderbal de França, Jerônimo Rodrigues, Luís Veiga e Sérgio Severo de Albuquerque Maranhão.

A invenção do folclore: teoria, método e escrita

No plano teórico, a Sociedade Brasileira de Folclore baseou-se na proposta de Pierre Saintyves – pseudônimo utilizado pelo francês Émile Nourry (1870-1935) – ao defender que folclore é “a ciência da cultura tradicional nos ambientes populares dos países civilizados”. (ESTATUTOS, 1942, p. 9). Na ocasião que apresentou essa definição em seus Estatutos, a Sociedade elucidou aos seus membros que não se inquietassem e nem perdessem tempo procurando a origem conceitual do termo folclore, averiguando por onde ele começa e termina.⁴ Sendo assim, a tarefa da instituição para o Brasil seria de pesquisar, registrar e arquivar.

Consequentemente, caberia aos membros recolher, selecionar e conservar a pesquisa folclórica, sendo “uma produção digna de louvor e de elevação intelectual”, não deixando à margem a liberdade individual de comentar, classificar, deduzir e escrever o material recolhido. O que seria esse material? Como era o processo de recolhimento seguido de seleção e classificação? O material se referia à pesquisa do folclorista nas expressões populares – sejam cantos, contos, danças, entre outras –, realizada através de entrevista ou no ato presencial de manifestação. Dessa forma, ao encontrar-se com o/ entrevistado/a ou no momento de apresentação, a Sociedade advertia aos membros e pesquisadores que prezassem pela “fidelidade” – considerada como a virtude máxima do folclorista. A fidelidade advertida concernia em “não admitir a colaboração espontânea, inconsciente e poderosa da própria imaginação no material obtido. Não terminar as frases registradas. Fixar talqualmente ouviu”. (ESTATUTOS, 1942, p. 7).

Na continuação da pretensão pela fidelidade, o ofício do folclorista foi comparado, pela Sociedade, ao do fotógrafo que não usa retoques em seu trabalho. Todavia, a analogia feita abriu margens à crítica visto que, os dois ofícios se aproximam por serem considerados “artes menores” que florescem à sombra das ciências – História, Sociologia e Antropologia – e também se por tentarem se prender ao real. (ORTIZ, [s/d]. p. 56). Essa pretensão, por conseguinte, foi

⁴ Dois anos após a publicação dos Estatutos (1942), em 1944, Cascudo retratou a “dificuldade” que o conceito folclore enfrentava. Segundo o seu artigo “Uso e abuso do folclore” (1944), publicado no periódico *A Manhã* (RJ), Cascudo afirmou que o folclore era utilizado tanto como sinônimo da canção popular, como um cantor dessa expressão era visto como folclorista.

lhes posta ao serem questionados sobre a “realidade” que retratavam, tendo em vista que tanto a câmera como o relato folclorista é feito através do ângulo do fotógrafo e do folclorista, selecionado de acordo com seus interesses. (BURKE, 2011, p. 27). Destarte, assim como uma fotografia não abrange o cenário todo, sendo apenas um recorte deste, os registros folclóricos também passavam por processo de seleção.

Um exemplo que elucida a “fidelidade” mencionada pode ser verificado, também, nos Estatutos, em relação às apresentações musicais. Quando o folclorista fosse transcrever a música que ouvia, a Sociedade sugeria que ele registrasse do mesmo modo que ouviu – incluindo as possíveis vozes nasaladas, os processos imprevistos de portamento e ampliação vocal. Já na colheita de assuntos religiosos – macumbas, candomblés, xangôs –, era recomendável que o pesquisador fosse “solidário” com os informantes interagindo na expressão religiosa – cantando, bebendo, dançando, saltando. (ESTATUTOS, 1942, p. 8). Aqui, a instituição ressalta a importância da participação, pois traz como exemplo a inserção do padre Antonio Colbacchini (1881-1960) na comunidade dos Orarimugudoges do Mato Grosso: “o padre Colbacchini, entre os Orarimugudoges do Mato Grosso bebeu aluá de milho mastigado pelas velhas. Folclore e Etnografia tem seus mártires. Sacrifique-se...”. (ESTATUTOS, 1942, p. 8).

Além disso, a Sociedade se atentou ao que a presença do membro poderia ocasionar na colheita folclórica. Logo, ela solicitou a inspiração de confiança por parte do pesquisador, ambientando o informador com a sua participação. Mas como isso deveria ocorrer? Perguntando, conversando, mostrando que ama o assunto, sabendo alguma narrativa, feita com simplicidade, empregando verbalismos locais, sem a pretensão de impressionar pela inteligência e sabedoria. (ESTATUTOS, 1942, p. 7). A impressão que se deveria causar, no entanto, era com as narrativas trágicas descritas pelos entrevistados, demonstrando pavor quando o teor da fala parecer apavorar o narrador – sem essa interação, a confiança poderia esfriar. (ESTATUTOS, 1942, p. 8). Mas, como não há só medo e pavor nos diálogos, nos relatos alegres o entrevistador também deveria se atentar com os risos proferidos, pois “uma gargalhada incontida põe toda uma boiada a perder”. (ESTATUTOS, 1942, p. 8).

Outra sugestão a era de realizar a entrevista em outro lugar que não fosse a residência do entrevistado, de acordo com os Estatutos (1942, p. 8), “a presença de pessoas da família ou do próprio consulente no cenário doméstico, perturba a confiança” e, por isso, a Sociedade ressaltava: “lembremo-nos que um inquérito de FOLK-LORE exige uma confiança suprema”.

Após a entrevista, era recomendado realizar outras, pois apenas uma poderia limitar as informações. A partir da segunda, no entanto, aumentariam os detalhes. Após o pesquisador realizar o seu primeiro encontro com o entrevistado atentando para os detalhes da colheita folclórica, a Sociedade orientava: “Nunca aceitar informações de uma só conversa. Tente-se endossá-las com o segundo, e discreto, interrogatório. Haverá sempre pequenas modificações, para melhor”. (ESTATUTOS, 1942, p. 8).

Finalizada essa parte do procedimento, era o momento de sistematizar o material recolhido. A Sociedade defendia que fosse separado e classificado tudo o que estivesse relacionado à política, mítica, rítmica, além dos gestos, versos, superstições e frases, com a finalidade de simplificar o trabalho da instituição, facilitando outros estudos e criando mapas folclóricos dos Estados brasileiros. (ESTATUTOS, 1942, p. 10). Esse papel institucional, segundo o historiador Albuquerque Júnior (2013b, p. 128) foi uma tentativa de valorizar o método que Cascudo utilizava, em contrapartida aos métodos utilizados pelos folcloristas precedentes – Leonardo Mota e o próprio Sílvio Romero, por exemplo –, que recolhiam o material e não realizavam nenhuma classificação.

Diante das posturas metodológicas apresentadas – a pretensão pela fidelidade e/ou a veracidade dos fatos –, podemos perceber que o método positivista atuou como modelo direcionador da Sociedade para o ofício folclorista, tendo em vista que as perspectivas da instituição se aproximam do referido paradigma: a ideia da pretensão pela verdade, à possibilidade de um conhecimento inteiramente objetivo na sua interpretação dos fatos e à presunção de que o intelectual deveria ser imparcial em seu trabalho. (BARROS, 2011, p. 66).

Por outro lado, a pretensão pela verdade também esteve encoberta pela vontade de poder – vontade esta que dita regras, nega, seleciona, permeia e produz coisas, forma saber e produz discurso –, cujo objetivo é finalizado na elaboração de seus próprios enunciados, em que se constitui, por fim, um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. (FOUCAULT, 2016, pp. 39-45).

Dois exemplos do exercício de sistematização, presentes nos Estatutos (1942), eram o registro dos versos populares e da superstição. No primeiro caso, a Sociedade pedia a escrita das “assonâncias ou tonâncias e disposição estrófica”. (ESTATUTOS, 1942, p. 10). Quando o folclorista escrevesse que um verso é ABCB, por exemplo, a Sociedade identificaria e

compreenderia que apenas o segundo e quarto verso têm rimas. (ESTATUTOS, 1942, p. 10). No segundo caso, foi solicitado o mapeamento do espaço concernente à superstição e suas ramificações, a saber: os remédios naturais; a casa e as crenças que envolvem sua construção, detalhando as suas divisões e os móveis e objetos presentes; o trabalho; vida social, como o namoro, noivado e matrimônio; a religião e práticas adotadas em seu meio; etc. São através desses aspectos de operacionalização folclórica que Cascudo e a Sociedade defendem a institucionalização do folclore enquanto ciência.

Cascudo se coloca como representante do que seria uma terceira fase ou terceira maneira de lidar com o folclórico, que ele insiste ser a maneira científica, aquela que, além de não adulterar as formas populares, não só as reproduz, as coleciona, as copia fielmente, mas dá a elas, através da comparação do cotejamento, da observação as dessemelhanças e diferenças, da pesquisa da origem e da trajetória histórica destas formas e manifestações, uma dada ordenação, estabelecendo grades de classificação, caçando as variantes, tentando estabelecer uma estrutura fixa e recorrente que permita identificar e hierarquizar a dispersão do material nomeado como popular (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 130).

Todavia, Albuquerque Júnior (2013b, p. 136) apontou que, “classificar não é apenas nomear, organizar, selecionar, hierarquizar, distribuir, mas é também dar significado distinto, deslocar de lugar, inventar lugares novos para estes materiais fazerem sentido”. Desse modo, ao passo que o pesquisador recolhia o material, separava e classificava, ele também engavetava e atribuía sentidos do que seria tido como folclore a partir de sua concepção de mundo, de seu lugar. Na ocasião, a classificação provinha do método taxionômico, que, segundo Foucault (2013, p. 143) “tem por função caracterizar (e em consequência reduzir as singularidades individuais) e constituir classes”. Sendo assim, cabia aos folcloristas agrupar e categorizar as aproximações entre as manifestações folclóricas. Utilizaremos como exemplo a manifestação folclórica Bumba-meu-boi. O que se aproxima e o que se distancia dessa manifestação do estado de Rio Grande do Norte e do Maranhão? O pesquisador responderia a essa questão “categorizando” e “agrupando” as semelhanças. A taxionomia, para Albuquerque Júnior (2013b, p. 137-145), atuou de forma ambígua, pois, por um lado, buscou identificar as transformações sofridas pelas espécies folclóricas e, por outro, afirmou sua intenção de racionalização, de pôr ordem na dispersão dos elementos que comporiam o universo cultural dos populares.

Por conseguinte, a escrituração do texto em formato de monografia folclórica. Nessa, foi sugerido a ilustração com fotografias e músicas, sempre que o assunto possibilitasse. Caso aparecesse alguma espécie de animal ou vegetal no trabalho, deveria ser acompanhada de sua classificação científica, seja no decorrer ou no final do texto. (ESTATUTOS, 1942, p. 7). Com a

publicação, a Sociedade aconselhou que o autor não esperasse que os seus amigos e conterrâneos julgassem sua atividade meritória e digna de prêmio, pois no trabalho, o essencial, é a convicção de sua necessidade humana simples sendo o julgamento consagrador, portanto, é dispensável, ou adiável. (ESTATUTOS, 1942, p. 9).

A promulgação dos Estatutos de 1942 representou uma ascensão para a trajetória da Sociedade, fundada há pouco mais de um ano. A explanação da diretoria e de seu funcionamento, de seus sócios e suas funções exercidas por cada um, além da apresentação da definição folclórica e as contribuições e deveres no ofício folclorista, representou para o Movimento Folclórico Brasileiro um notável crescimento institucional. Contudo, ao passo que a Sociedade se instaurava, as dificuldades também emergiam. Ainda no ano de 1942, Cascudo publicou o texto “Etnografia & Folclore: Organização duma Sociedade de Folclore”, no qual evidenciou as barreiras travadas pela sua instituição.

De forma discreta, ele afirmou que tinha “autoridade para dizer que uma Sociedade de Folclore deve ser eficiente e simples sem os requisitos característicos de muitas outras associações intelectuais e literárias” – conotando as burocracias emergentes no processo de institucionalização. Quanto ao seu papel de presidente, ele declarou que a necessidade de ter alguém para guiar as atividades seria para “expor os motivos, abrindo e fechando as sessões. Presidir, proceder, sentar na frente. Nada mais”. Quanto à produção da Sociedade ele explicou:

Não adianta, visivelmente, a publicação de livros apressados, reformáveis depois de uma leitura. É querer vencer o Folclore motorizando o trabalho. Andando de automóvel. Conquistando público pela assiduidade do nome na lombada dos volumes. É, sabidamente, uma fórmula de notoriedade e de vitória, o automóvel (CASCUDO, Luís da Câmara. “Etnografia & Folclore: Organização duma Sociedade de Folclore”. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 05 de abril de 1942. HDBN).

Em seguida, Cascudo mencionou o lema da Sociedade: “*Pedibus tardus, tenax cursu*”. Que numa tradução “libérrima” – termo utilizado por ele –, seria: “*devagar se vai ao longe*”. Em uma análise metafórica a respeito da conjuntura que a instituição folclórica perpassava, o “devagar” se deve aos passos iniciais que ainda executava, enquanto o “longe” pode ser refletido em sua difusão organizacional – realizada desde o primeiro ano de sua fundação, em 1941, filiando-se à instituição estrangeira – Círculo Pan-americano do Folclore – e fundando outras no Brasil.

Diante do aparato metodológico institucional exposto, outra característica principal da invenção do folclore pela Sociedade nos emerge nesse momento: os sujeitos do folclore, ou seja, quem seriam as pessoas relacionadas às suas manifestações e/ou expressões – questionamento

que a Sociedade não elucidou em seus Estatutos (1942). Contudo, o historiador José Reginaldo Gonçalves (2009, p. 179) chamou a atenção para o fato de que “Cascudo, em virtude de uma perspectiva marcada pela teoria difusionista da cultura⁵, tendia a pensar o folclore nos limites de um horizonte universalista”. Seguindo essa linha de raciocínio, Cascudo não pensou o folclore como resultado das três culturas (índigena, branca e negra) que teriam formado o Brasil – fundamentação utilizada por folcloristas, pelos estudos culturais e historiografia brasileira desde o final do século XIX na construção da brasilidade –, mas visualizou através da vertente “universalista”, abrangendo outras culturas, como a americana e a europeia.

Embora [Cascudo] reconheça e assinale a especificidade que as formas do folclore e das culturas populares assumem no contexto brasileiro, ele as entende como parte de um processo de criação e difusão universal, próprio da humanidade como um todo, e não um processo essencialmente brasileiro (GONÇALVES, 2009, p. 179) [Grifos nossos].

Dessa forma, podemos perceber que, no artigo “Humanismo e Folclore”, da autoria de Cascudo, publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), no ano de 1943, o autor já trazia indícios do que seria a sua vertente “universalista”, mencionada por Gonçalves (2009), ao afirmar que o folclore era a única ciência capaz de evidenciar a unidade humana: “Nenhuma outra ciência evidencia a unidade humana, dentro das medidas materiais da verificação, como o folclore. Demonstra positivamente a homogeneidade do espírito humano no seu percurso terreno”. Um ano depois, em 1944, Cascudo descreve mais uma vez a chamada vertente “universalista”:

Se os materiais são brasileiros, a construção será brasileira, embora o master plan seja universal porque os fundamentos são humanos, universais e perpétuos. O que já não mais interessa é a limitação do regional ou nacional, sem as articulações ao continental e geral. O motivo do Folclore é o Humano, o normal, o diário, o comum. Se encontramos uma superstição ou mito registrada em Heródoto essa só nos interessará se existir presentemente. A erudição, mesmo mnemônica, terá a palavra quando um dos elementos do Folclore, a persistência, for constatada. **Folclore não é uma arqueologia de mitos, mas um processo de identificação do milênio no atual, no vivo e no presente** (CASCUDO, Luís da Câmara. “Uso e abuso do folclore”. *A Manhã*: Rio de Janeiro, 02 de junho de 1944. HDBN) [Grifos nossos].

Assim, Cascudo elucidou sua postura em relação aos sujeitos do folclore: brasileiros. Entretanto, por mais que eles e seus materiais culturais fossem brasileiros, na sua ótica de

⁵ O difusionismo é uma vertente teórica que defende que as culturas originam-se através de empréstimos de outras culturas. Para mais informações sobre a difusão da cultura, cf.: BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Apresentação e tradução de Celso Castro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

enxergar o folclore, a vertente analisada seria a universal, não se delimitando a miscigenação e espacialidade brasileira.

Para Cascudo, as diversas formas do folclore e das culturas populares existem no presente, e não como supostas “sobrevivências” de um passado “primitivo”; afetam a vida cotidiana das pessoas, orientam-lhes as escolhas e imprimem sentido a suas experiências. E aqui reside, em grande parte, a atualidade de sua obra. Em outras palavras, para ele, o folclore, as culturas populares estão presentes no corpo, no comportamento, no paladar, nos gestos, nos sentimentos mais íntimos dos seres humanos, manifestando o que ele chamou de “a contemporaneidade dos milênios”: elementos arcaicos se fazem presentes na contemporaneidade enquanto “ruínas vivas” (GONÇALVES, 2009, p. 180).

Em outras palavras, o folclore seria o resultado das expressões que as pessoas manifestam e que perpassam de umas para as outras através de milênios. Delimitando melhor, seria a identificação da continuidade de expressões realizadas há milênios no tempo presente.

Além do laboratório: uma expansão e atuação institucional

Definida a postura da Sociedade Brasileira de Folclore sobre as questões teórico-metodológicas do saber folclórico, o próximo passo seria dado em torno da expansão de sua rede institucional. A primeira forma de expansão institucional foi de sua inserção no Círculo Panamericano de Folclore (CPF). Com o lema: “um alto pensamento de unidade fraternal”, o CPF foi destinado a uma aproximação cultural que se estendia do Canadá a Argentina, de modo que proporcionou um intercâmbio de informações, livros e fotos que ampliaram a discussão e os quadros folclóricos nos países de todo território americano. Sendo assim, cada país teve um “delegado” – função com as atribuições de presidir e mediar as discussões e pesquisas. No Brasil, o cargo foi assumido e dirigido por Cascudo. No ano de 1944, a área geográfica de discussão do Círculo foi delimitada entre o México e a Argentina.

No âmbito nacional, Cascudo junto com a Sociedade fundaram subcomissões nos estados de Alagoas, Piauí, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1942, circulava no país, através do periódico *A Noite* (RJ), o artigo “Fundada a Sociedade Goiana de Folclore”, retratando a criação desta sociedade com Derval Alves de Castro como presidente. Três meses depois era fundada a Sociedade Matogrossense de Folclore, em Cuiabá, com o apoio de Francisco Ferreira Mendes, e em maio era noticiado nos jornais à fundação da Sociedade Alagoana de Folclore, ambas filiadas à SBF.

Em uma de suas entrevistas prestadas ao jornal *A Manhã* (1944), Cascudo comentou sobre o seu plano de fundar subcomissões em todo o território nacional. Ele afirmou a necessidade de que “determinar a fundação de uma sua congênere em cada capital do Brasil, que possibilite a permuta de informações e a unidade de estudo nacional”. Contudo, dentre os estados brasileiros onde já haviam sido instituídas as subcomissões, não estava o Rio de Janeiro. Vale salientar que, nesse momento, o estado carioca foi o local onde se concentrou a capital federal brasileira e, conseqüentemente, abrangeu a maior circulação de ideias da *intelligentsia* brasileira. Diante do questionamento quanto ao aspecto da inexistência de uma subcomissão no Rio de Janeiro, Cascudo esclareceu:

Isso não me preocupa, porque a nossa sociedade se articula de vários modos com os centros de trabalhos folclóricos existentes aqui, como a cadeira da Faculdade de Filosofia e Letras, o Instituto de Etnologia e Antropologia, e o centro de pesquisas folclóricas da Escola Nacional de Música (“Colheita e sistemática do folclore brasileiro”. *A Manhã*: Rio de Janeiro, 01 de Junho de 1944. HDBN) [Grifos nossos].

A aparente “despreocupação” destoava do demonstrado três anos antes, no entanto. Visto que, Cascudo revelou interesse em fundar uma subcomissão no Rio de Janeiro, em 1941, chegando a fazer um apelo aos folcloristas cariocas através do periódico *Diário de Notícias* (RJ) do referido estado: “[...] fazemos um apelo aos folcloristas do Rio de Janeiro e dos Estados para que a tenham [a Sociedade Brasileira de Folclore] como uma varanda aberta para os amigos, para os encantos da palestra comunicativa e todos os sonhos de trabalho comum”. Contudo, pelo provável não retorno dos intelectuais cariocas, não fora fundada uma subcomissão no estado. Ademais, segundo Cascudo (1948), as subcomissões tinham a autonomia no exercício de sua administração, tendo apenas a obrigatoriedade de seguir os métodos instituídos pela Sociedade – de preferência a classificação – como medida de uniformizar as atividades.

Ao tempo que a Sociedade se expandiu, ela também atuou nos cenários percorridos. O seu local de fundação, a cidade de Natal, acabou concentrando os maiores diálogos, no entanto. Os Congos, forte expressão popular de Natal, entrava em declínio devido à “extrema pobreza dos seus fãs”.⁶ Como uma tentativa de salvaguardar o auto popular, a SBF, no ano de 1941, se comprometeu a estudar o auxílio que deveria ser prestado aos Congos, especificamente ao Rei

⁶ Segundo Cascudo (2012, p. 218-219), os Congos são autos populares brasileiros de motivação africana, cujo seus principais elementos de formação foram: a coroação dos Reis de Congo; préstitos e embaixadas; reminiscências de bailados guerreiros, documentativos de lutas, e a reminiscência da Rainha Njinga Nbandi, Rainha de Angola, conhecida como Rainha Ginga, por defender a autonomia do seu reinado contra os portugueses, batendo-se constantemente com os sobrados vizinhos, inclusive o de Cariongo, circunscrição de Luanda.

Cariongo e ao Embaixador da Rainha Ginga, para que eles pudessem continuar a dançar e cantar durante as festas seguintes. A Sociedade ainda se comprometeu a criar uma instituição de apoio aos Congos, para que esses não viessem a desfalecer – a instituição seria responsável por uma ajuda financeira para as compras de roupas, espadas, coroas e os demais elementos que constituem a apresentação. Assim, no ano de 1942 o jornal *Diário de Notícias* (RJ) já sinalizava a criação da Federação dos Folguedos Tradicionais – o resultado do comprometimento que a Sociedade havia firmado. Dois anos depois, a Federação já atendia a outros grupos folclóricos, como os pastoris, fandangos, cheganças, bumba-meu-boi etc.

No ano de 1949, a Sociedade tornou a público mais uma edição de seus Estatutos. Sem ater-se às questões teórico-metodológicas como na edição anterior (1942), a instituição divulgou dois novos aspectos: a relação de membros e a nova diretoria. A quantidade de sócios fora composta por volta de 143, sendo subdivididos nas seguintes categorias: sócios brasileiros efetivos (27); titulares brasileiros (44); titulares estrangeiros (72). Sua diretoria foi reduzida a sete integrantes e funções: Luís da Câmara Cascudo, na qualidade de “Presidente Fundador”; Desembargador Luis Tavares de Lyra e Juvenal Lamartine nos cargos de Vice-Presidente; Manoel Rodrigues de Melo, Veríssimo de Melo e Hélio Galvão enquanto secretários; Paulo Pinheiro de Viveiros na Presidência do Conselho Cultural. Aqui, vale destacar: a filiação e ascensão de cargos de Veríssimo de Melo e Hélio Galvão na SBF, algo não encontrado ou mencionado anteriormente; a permanência de Cascudo no exercício do poder maior da instituição – a presidência –, respaldada pelo novo Estatuto (1949, p. 5), no qual ele foi votado como “presidente perpétuo por deliberação unânime da assembleia geral em 7 de abril de 1949”.

Considerações finais

Posto isso, o Movimento Folclórico Brasileiro não foi um movimento intelectual homogêneo em sua trajetória, mas heterogêneo nas suas correlações de forças. O eixo em comum entre tais sujeitos foi, evidentemente, o saber folclórico, mas a percepção adotada e a busca por uma projeção de seus trabalhos também foram atuadas de formas distintas. No caso da Sociedade Brasileira de Folclore, analisada e foco deste trabalho, percebi que o desenvolvimento do seu corpo administrativo, percurso teórico-metodológico sugerido aos membros e atividades a serem realizadas por estes, em uma leitura de seus Estatutos, foram aspectos que ficaram sob os

domínios de Cascudo. Nessa relação institucional, a Sociedade seria a projeção intelectual de Cascudo. Em outros termos, a Sociedade se centralizaria no próprio Cascudo.

Os Estatutos, publicados nos anos 1941, 1942 e 1949, remodelados em suas técnicas de impressões – passando de coluna do periódico *A República* (RN) para livreto impresso pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado do Rio Grande do Norte (DEIP-RN) – foi possível devido não somente a projeção intelectual de Cascudo, mas também ao seu aparelhamento ideológico do Estado Novo. O saber folclórico, como dito anteriormente, estudava os costumes e tradições de um *povo* – nesse caso, o *povo* brasileiro – sob uma matriz ideológica conservadora, defendida por regimes autoritários. Assim, uma das principais funções dos Estatutos foi a difusão ideológica varguista.

Nesse sentido, outras questões emergem: Qual seria o destino da SBF? Teria Cascudo conseguido ampliar ainda mais a sua instituição? Como ficaria a sua posição dentro do Movimento Folclórico Brasileiro, uma vez que havia outras instituições e a sua obtinha notoriedade e projeção nacional e internacional? Teriam os folcloristas brasileiros obtido o estatuto científico tão almejado para o saber folclórico? São perguntas, caro leitor(a), que abre-me à margem para continuar dialogando e refletindo com você nos próximos trabalhos.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013a.

_____. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore**: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963). Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BARROS, José D’Assunção. **Os primeiros paradigmas**: Positivismo e Historicismo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Teoria da História; v. 2).

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Apresentação e tradução de Celso Castro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011, pp. 7-38.

CÂMARA, Cassiano. “Casculdo, o caçador de cultura. Reportagem de Cassiano Arruda Câmara”. **Manchete**: 27 de abril de 1968. CEDOC.

CASCUDO, Luís da Câmara. “Colheita e sistemática do folclore brasileiro”. **A Manhã**: Rio de Janeiro, 01 de junho de 1944. HDBN.

_____. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12. Ed. São Paulo: Global, 2012.

_____. “Etnografia & Folclore”. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1941. HDBN.

_____. “Etnografia & Folclore: Organização dum Sociedade de Folclore”. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 05 de Abril de 1942. HDBN.

_____. “História de sete anos de folk lore”. **Jornal do Comércio**: Pernambuco, 11 de Janeiro de 1948. CEDOC.

_____. **O Tempo e Eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. “Uso e abuso do folclore”. **A Manhã**: Rio de Janeiro, 02 de junho de 1944. HDBN

“Rio Grande do Norte: subvencionada a Sociedade Brasileira de Folclore”. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1941. HDBN.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. Ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

FORTUNATO, Maria Lucinete. Construção do conhecimento: invenções e reinvenções de saberes. In: OLIVEIRA, Francisca Bezerra de; FORTUNATO, Maria Lucinete (Orgs.). **Ensaio**: construção do conhecimento, subjetividade e interdisciplinaridade. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, pp. 15-32.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luis da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 174-183.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo**: Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Edições Loyola, [s/d].

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-269.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, pp. 227-267.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

O debate parlamentar (1868 -1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império

The parliamentary debate for the elaboration of the Law of the military draw in Brazil Empire

Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos Santos

Mestre em História

Universidade Estadual Paulista – UNESP

campelo.viniciust@gmail.com

Recebido em: 01/05/2020

Aprovado em: 06/08/2020

Resumo: O pensamento em relação ao recrutamento militar para o Exército Brasileiro foi estigmatizado como desonroso pela sociedade oitocentista. Essa desonra, estava alinhada com as práticas que havia sobre essa tarefa, sendo as principais ser forçado, desigual e esporádico. A instituição militar estava destinada a parcela menos significativa da sociedade (mendigos, ex-escravos, criminosos... etc.) que não possuíam ofícios ou profissões bem determinadas. A Lei nº 2556 de 26 de setembro de 1874, ficou conhecida como a Lei do Sorteio militar e tinha como diretriz o estabelecimento do sorteio universal. Qualquer homem livre ou liberto entre 19 a 30 anos incompletos estaria à disposição do Exército, alterando radicalmente a lógica que havia sobre o recrutamento militar até então. Por se tratar de uma lei polêmica, que atingia diversos atores sociais, o debate parlamentar (Câmara e Senado) foi intenso na tentativa de adequar a nova legislação aos anseios de todos os setores envolvidos na questão do recrutamento militar.

Palavras-chave: Brasil; exército; recrutamento.

Abstract: The thought regarding military recruitment to the Brazilian Army was stigmatized by the 19th century society considered as something dishonorable. This dishonor was in line with the practices that existed on this task, the main ones being forced and irregular. The military institution was destined for the least significant part of society (beggars, ex-slaves, criminals, etc.) that did not have well-defined trades or professions. Law No. 2556 of September 26, 1874, became known as the Law of the Draw established the universal draw. Any free or liberated man between 19 and 30 years of age would be at the disposal of the Army, radically altering the logic that had existed over military recruitment until then. As it is a controversial law, which affected several social actors, the parliamentary debate (Chamber and Senate) was intense in an attempt to adapt the new legislation to the wishes of all sectors involved in the issue of military recruitment.

Keywords: Brazil; army; recruitment.

Introdução

O recrutamento militar para o Exército desde o período colonial foi denominado de *Tributo de Sangue*. Seguindo uma lógica implantada no período colonial, o recrutamento militar tinha como aspecto ser forçado, sinônimo de violência e arbitrariedades, consistindo em um mecanismo eficaz de controle social. A população brasileira de homens livres pobres tinha aversão ao serviço militar, pois além de ser uma instituição de caráter punitivo devido aos inúmeros castigos recebidos pelos recrutas a remuneração obtida para fazer parte das fileiras do Exército era ínfima. Desta forma ser recrutado para o Exército era considerado algo degradante.

Até a constituição da Lei nº 2556 em 26 de setembro de 1874, o recrutamento militar ficou sob jurisdição do *Regime de Ordenanças de 1570*, transcorrendo para o *Alvará Régio de 1764* e, posteriormente, para as *Instruções de 10 de julho de 1822*. Nessas três regulamentações há como característica os inúmeros critérios de isenção para o serviço militar. Os mecanismos de isenção, acabaram por restringir o recrutamento militar para determinada esfera da sociedade. Esse grupo era considerado pela sociedade do período como “vadios”, “desonrados”, “criminosos” e “ociosos”, pois não possuíam ofícios determinados. A oferta de trabalho para esse grupo era sazonal, o Brasil era uma sociedade escravista, portanto, o emprego da mão de obra livre era limitado. Além de não possuírem ofícios, não possuíam nenhum critério que lhe garantissem imunidade perante as leis, e por fim, não estavam inseridos em redes de proteção (MENDES, 2010).

Deste modo, o recrutamento não estava alçado apenas à esfera militar, era algo mais amplo, inserido em uma dinâmica de jogo de interesses e negociações, envolvendo diferentes atores que procuravam garantir os seus interesses quanto ao serviço das armas. Nessa dinâmica existe um tripé formado por: poder central, agentes administrativos e a população. Nesse jogo de interesse, o Poder central, estabelecido pela corte e a alta cúpula militar, buscou assegurar a exigência necessária para a efetivação do recrutamento militar, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. O objetivo era recrutar a quantidade mínima necessária para defesa da nação, sem onerar as forças produtivas da sociedade brasileira. Os agentes administrativos encarregados de realizar o recrutamento no decorrer do Império eram: subdelegado, pároco local e juiz de paz, frequentemente eram associados aos potentados locais e exerciam uma dupla função. Precisavam

garantir o número necessário de indivíduos para o serviço militar, satisfazendo as exigências do Estado, contudo, não poderiam afetar as redes de proteção e clientela da sua localidade. Assim sendo, os responsáveis pelo recrutamento executavam a sua função de forma arbitrária, colocando os seus interesses privados à frente dos interesses público do Estado brasileiro. O último pilar que sustentava o recrutamento militar era a população. Normalmente os homens livres pobres ingressavam nas fileiras do Exército, principalmente os não inseridos na lógica de patronato e clientela. O patronato era algo natural para essa parcela da população. A inserção nessa lógica de relacionamento era utilizada pelos homens livres pobres como um mecanismo de proteção, pois era se submetendo a essa racionalidade que esses homens pretendiam se diferenciar dos ditos “vagabundos” e “desonrados” que eram os principais recrutados para o serviço das armas (GRAHAM, 1997).

A necessidade de uma possível reforma no recrutamento militar já estava imersa dentro da instituição Exército brasileiro desde a década de 1840, como demonstrou, os relatórios do Ministério da Guerra a partir daquele período. O alto oficialato do Exército já via como necessidade uma nova legislação sobre o recrutamento, pois, as *Instruções de 10 de julho de 1822* já não atendiam as necessidades específicas da nação naquele momento. O estopim para uma grande discussão sobre o tema foi a guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870). O conflito contra o Paraguai comprovou a indisponibilidade da nação brasileira com relação ao serviço das armas. Inicialmente houve a mobilização da sociedade por meio do corpo de tropas dos *Voluntários da Pátria*, contudo, conforme o conflito se estendia, foi necessário empregar o recrutamento forçado, seguindo os parâmetros das *Instruções de 1822* fazendo com que homens livres fugissem para o interior se evadindo do recrutamento. De acordo com o historiador Fábio Faria Mendes: “A violência e as tropelias de toda ordem, a multiplicidade das isenções, a imprevisibilidade e a insuficiência da oferta de soldados, a interferência do patronato e dos partidos na seleção dos recrutas não podiam continuar sendo as bases da formação do exército profissionalizado, eficiente e moderno que desejavam os militares reformistas” (MENDES, 2010, p. 119). No pós-guerra houve uma intensa mobilização de militares reformistas no intuito de modernizar a instituição militar e essa pauta virou tema nos debates legislativos tanto da Câmara como no Senado.

Os modelos de recrutamento militar.

O projeto para uma nova legislação referente ao recrutamento militar, transitou entre a Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado Imperial por um período de sete anos (1868-1874) até a sua aprovação em 28 de agosto de 1874. Nesses anos, tivemos a presença de Gabinetes controlados tanto por liberais como por conservadores.

Durante esse período, mais de um modelo de projeto foi apresentado, seguindo como referência a organização militar dos principais países europeus, no caso a França, Prússia e a Grã-Bretanha. Esses três países serviram como arquétipo a se seguir no debate sobre o recrutamento.

Analisando o sistema de organização militar da Grã-Bretanha se fundamentava no sistema de voluntariado e milícias. Os britânicos possuíam uma população numerosa, seu exército desfrutava de excelentes condições técnicas e materiais, o que facilitava a disposição da população local ao serviço das armas (RALSTON, 1990). Já o Exército brasileiro não tinha condições materiais para o exercício primordial de sua função que era a defesa da soberania nacional. No Brasil o modelo de voluntariado chegou a ser cogitado, entretanto, a visão negativa que se tinha da instituição Exército brasileiro no imaginário da população não possibilitaria que o sistema funcionasse.

A Prússia tinha como modelo a conscrição universal. No contexto das invasões napoleônicas, o rei Frederico Guilherme III estabeleceu um decreto em 17 de março de 1813 denominado *Landwehr*, no qual todos os homens entre a idade de 18 a 45 anos que não serviam no exército, contudo possuíam capacidades físicas para o serviço das armas, seriam recrutados para a guerra. Esse modelo se tornou uma norma para o recrutamento militar na Prússia. O serviço militar prussiano era amplo, as isenções eram mínimas e não era permitido a substituição pecuniária ou pessoal. O tempo de serviço era de três anos e após o fim do serviço militar obrigatório, os veteranos passavam à reserva, mas recebiam treinamento periódico para manter uma reserva mobilizada para no caso de futuros conflitos, caracterizando a Prússia como uma sociedade militarizada (NARCISO, 1999).

O modelo francês de recrutamento militar se tornou a referência para os reformadores brasileiros. Com o início da Revolução Francesa em 1789 e conseqüentemente o ataque dos exércitos invasores da Áustria e da Prússia, houve a urgência para uma adequação do exército francês. A Batalha de Valmy¹ foi a primeira vitória do exército revolucionário francês se tornando um paradigma para o serviço militar obrigatório. Houve uma mobilização em massa de aproximadamente 60 mil civis, possibilitando um aumento considerável para o exército francês.

No ano de 1793 no período da Convenção Nacional foi estabelecido um decreto conhecido como “*Levée en masse*”. Esse decreto estabelecia uma mobilização de toda a nação francesa contra os inimigos da revolução. O artigo 1º do decreto estabelecia: “Desde este momento, até a expulsão dos inimigos do território francês todos os franceses estão permanentemente requisitados”. Esse decreto estabelecia que todo o homem francês entre os 18 aos 25 anos seria recrutado. Essa medida conseguiu impulsionar mais de 600 mil combatentes.

Outro símbolo do serviço militar francês foi a *Lei de Jourdan*. Lei instituída em 1798, delimitava que o recrutamento militar seria obrigatório, mas a prestação do serviço era limitada por um sistema de sorteio. Jovens dos 20 aos 25 anos seriam submetidos ao serviço militar. Por estabelecer o sorteio, a nova legislação definia alguns critérios de isenção como: ser estudante, ser funcionário público e pertencer ao clero. Além das isenções a *Lei de Jourdan* permitia a substituição de caráter pecuniário. Segundo Raimundo Narciso “na realidade o sistema livrava do serviço militar os filhos de todos os que estivessem acima do remediado. Os desfavorecidos da sorte que não conseguiam escapar ao serviço militar estavam, além disso, proibidos de se casar durante os cinco, seis ou oito anos, tantos quanto durava o serviço militar imposto” (NARCISO, 1999, p. 74).

Inspirando-se no modelo francês de conscrição por sorteio, propostas para uma nova legislação referente ao recrutamento militar foram apresentados para discussão no parlamento. O objetivo era pôr fim aos mecanismos de coerção empregados antes e durante a guerra da Tríplice Aliança, na intenção de alterar o *status* de recruta do Exército brasileiro.

¹ A Batalha de Valmy (1792) ocorreu no contexto de reação ao processo revolucionário francês. O conflito se deu entre o exército francês contra tropas prussianas. As forças francesas estavam sob comando de Charles Dumouriez e François Kellermann e o exército prussiano sob comando do Duque Brunswick. Essa batalha não aconteceu efetivamente, pois o exército prussiano se retirou, sendo a primeira vitória da Revolução Francesa.

A dinâmica partidária e o seu reflexo na construção da nova legislação do recrutamento militar

A Lei nº 2556 de 1874, conhecida como Lei do Sorteio militar passou por um intenso debate até a sua aprovação durante o Gabinete Rio Branco (1871 -1875). Parlamentares associados aos dois partidos dominantes (Partido Liberal e Partido Conservador) discutiram o assunto abordando o tema com perspectivas diversas. Por meio da análise dos discursos dos parlamentares envolvidos no debate, não foi possível definir uma linha de pensamento alinhada a uma orientação partidária, que delimitasse uma perspectiva ideológica.

A historiografia brasileira estabeleceu três linhas a respeito da origem ideológica e social dos partidos imperiais do Brasil. A primeira tese, considera que não havia diferenças entre os partidos. Tanto o Partido Conservador como o Partido Liberal seriam formados pela mesma elite política imperial. Defensores dessas teses temos: Caio Prado Júnior com a obra *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Nestor Duarte com *A ordem privada e a organização nacional*, Maria Isaura Pereira de Queiroz por meio da obra *O Mandonismo local e a Vida Política brasileira*, Vicente Licínio Cardoso e a obra *À margem da História do Brasil* e, por fim, Richard Graham com *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*.

Segundo a sua linha de pensamento, Caio Prado Júnior considerava que os partidos políticos imperiais estavam inseridos em um conflito entre burguesias. De um lado uma “burguesia reacionária”, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, alinhados à sua maioria ao Partido Conservador, contra uma “burguesia progressista”, constituída por comerciantes. De acordo com o autor essas diferenças não se manifestavam nos partidos políticos. Nestor Duarte e Maria Isaura consideravam os partidos políticos como representações dos interesses de uma elite agrária, que controlava a política imperial. Para Nestor Duarte só existiam diferenças nas perspectivas ideológicas não havendo distinção na prática.

Vicente Licínio Cardoso discorreu que ambos os partidos representavam os interesses dos setores escravistas, não havendo nenhuma disputa partidária para o controle da influência no Parlamento. Nessa perspectiva, Vicente Licínio Cardoso criticou as análises dos contemporâneos

do período o Visconde Rio Branco e Joaquim Nabuco. Segundo Licínio Cardoso, os diagnósticos de Visconde Rio Branco e Joaquim Nabuco eram equivocados, pois não havia disputas entre o Partido Conservador e Partido Liberal no decorrer do Segundo Reinado. O brasilianista Richard Graham se aproxima da perspectiva apresentada por Vicente Licínio de Cardoso, também corrobora com a tese de que a divisão partidária no Império do Brasil não possuía nenhum efeito, pois os partidos eram formados pelo mesmo setor da sociedade. Em seu estudo acima de qualquer diretriz partidária, a política do Império se baseava na formação de redes de clientela, iniciada desde a esfera paroquial chegando até a esfera nacional.

A segunda tese distingue os partidos imperiais no que concerne a classe social no qual os seus membros eram oriundos. Raymundo Faoro com a obra *Os Donos do poder*, Azevedo Amaral em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, Afonso Arinos de Melo Franco com *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. Raymundo Faoro categorizou o Partido Conservador como um estamento burocrático, já os liberais seriam os representantes de setores agrários diferentes que divergiam dos avanços do poder central, promovidos pela burocracia patrimonial. Com um ponto de vista diferente de Faoro, Azevedo Amaral analisou o Partido Conservador como a representação dos interesses rurais. O Partido Liberal não tinha como composição o setor agrário, era composto por intelectuais e demais grupos marginalizados do processo produtivo brasileiro. Afonso Arinos de Melo e Franco se aproxima da visão de Azevedo Amaral, principalmente na perspectiva de composição social do Partido Liberal. Afonso Arinos considera a composição dos liberais como membros de uma burguesia urbana, intelectuais, magistrados e comerciantes. Os conservadores eram a representação dos interesses agrários, ligado a elite cafeeira do Rio de Janeiro.

A terceira tese sobre a distinção partidária leva em consideração diferenças no aspecto regional e à relação de dicotomia rural e urbano. Fernando Azevedo com *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* e João Camilo Torres com *Os construtores do Império* são os expoentes desse ensaio. Os dois autores compartilham da análise de que o Partido Liberal estava atrelado aos grupos urbanos de diferentes regiões. Os conservadores representariam o setor rural. Camilo Torres aduziu que com o processo incipiente de urbanização, houve o aparecimento de forças liberais autônomas distantes da elite escravocrata composto majoritariamente pelo Partido

Conservador. Fernando Azevedo compôs o Partido Liberal como uma pequena burguesia urbana, padres, bacharéis, intelectuais e militares.

O nascimento do Partido Conservador e do Partido Liberal remota ao período regencial, contudo já no período do Primeiro Reinado havia grupos que sustentariam as bases para a formação dos partidos políticos. O autor Jeffrey D. Needell em seu estudo *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Constituição*, argumenta que ao término do Primeiro Reinado havia dois grupos políticos na Câmara. Um grupo era ligado a oligarquia luso-brasileira, alinhada ao imperador, composta por famílias negociantes da Corte e da baixada fluminense. A outra facção política alinhava-se as oligarquias regionais, marginalizadas das nomeações do Estado pois não possuía uma representatividade política, além de uma população urbana intermediária. Esse grupo oligárquico excluído e essa camada urbana intermediária seriam a base do que ficou conhecido como “oposição liberal”, vinculada a figuras como Diogo Antônio de Feijó², Evaristo Ferreira da Veiga³ e Bernardo Pereira de Vasconcelos⁴. Após o desmembramento desse grupo chamado “oposição liberal” que surgiu o Partido Liberal e o Partido Conservador.

O Partido Conservador surgiu no final da década de 1830 por uma coalizão entre ex-moderados e ex-restauradores da “oposição liberal”. Nesse primeiro momento a liderança entre os conservadores ficou sob tutela de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Rodrigues Torres⁵. Já o Partido Liberal se originou da união de membros da antiga “oposição liberal” com uma ala

² Diogo Antônio de Feijó (1784 – 1843) foi padre, político brasileiro e regente do Brasil entre 1835 e 1837. Nascido em São Paulo foi eleito deputado para as Cortes Constitucionais, em Lisboa. Foi deputado nas legislaturas 1826 – 1829 e 1830 – 1833, combinando ideias liberais com práticas conservadoras. Foi eleito senador em 1833. Em 1842 Diogo de Feijó participa da Revolução Liberal em São Paulo sendo preso e libertado no ano seguinte. (VAINFAS, 2002).

³ Evaristo Ferreira da Veiga Barros (1799 – 1837) foi um poeta, jornalista e político brasileiro. Foi proprietário do jornal *Aurora Fluminense*. Foi deputado pela província de Minas Gerais entre 1830-1837.

⁴ Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795 – 1850) foi um político brasileiro responsável pela criação do Partido Conservador. Nascido na província de Minas Gerais, na cidade de Vila Rica. cursou Direito na Universidade de Coimbra e foi um dos responsáveis pela criação dos cursos jurídicos no Brasil, instalados em Olinda e São Paulo. Foi deputado de 1826 a 1837 e senador entre 1838 a 1859, ministro da Justiça do Império de 1837 a 1839. (VAINFAS, 2002).

⁵ Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802 – 1872) foi um jornalista e político brasileiro. Nascido em Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Formou-se em matemática na Universidade de Coimbra em 1825. Foi deputado pela província do Rio de Janeiro entre 1834 a 1836 e presidente do Banco do Brasil. Foi redator do jornal *O Independente* que circulou entre 1831 a 1833. Assumiu Secretária da Marinha (1831 – 1832) após a abdicação de D. Pedro I. Foi um importante membro do Partido Conservador, tornando-se líder ao lado de Eusébio de Queiroz e Paulino José Soares de Sousa, a chamada “trindade saquarema”. (VAINFAS, 2002).

política denominada “exaltada” composta por políticos com ideais republicanos. Tanto o Partido Conservador como o Partido Liberal se consolidaram entre as décadas de 1830 a 1840.

José Murilo de Carvalho fez uma análise mais recente sobre a composição partidária dos ministérios no decorrer do Império. De acordo com o autor, o Partido Conservador em sua maior parte era composto por funcionários públicos. O Partido Liberal era composto em sua maioria por profissionais liberais.

A composição interna de ambos os partidos pode ser mais bem avaliada se tomarmos a filiação partidária como variável independente no cálculo das porcentagens e eliminarmos as categorias “sem partido” e “economia”. Aparece então que o Partido Conservador era composto por 55% de funcionários públicos (o Partido Liberal tinha 34%) e de 45% de profissionais liberais (contra 66% do Partido Liberal), o que redundava em uma significativa diferença percentual de 21% (CARVALHO, 2006, p. 206).

Por meio dessa pesquisa, José Murilo de Carvalho afirma que não havia um predomínio de proprietários de terras ou no Partido Conservador ou no Partido Liberal. Em ambos os partidos havia uma presença considerável da elite agrária. Deste modo, José Murilo demonstrou que as teses apresentadas por João Camilo Torres, Raymundo Faoro, Azevedo Amaral e Fernando Azevedo estavam equivocadas. O autor justifica que as diferenças entre os partidos estão na sua composição social e as diferenças regionais. Outra questão salientada por José Murilo de Carvalho está na distinção entre a elite agrária ligadas aos partidos. Os proprietários de terras filiados ao Partido Conservador estavam concentrados em áreas de colonização mais antiga, principalmente da região nordestina como: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Essa elite política tinha como interesse uma maior centralização do Império, sendo que a produção agrícola desenvolvida nessas áreas estava destinada à exportação. Já os donos de terras vinculados ao Partido Liberal provinham de áreas como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e tinham um interesse menor na centralização do Império.

Os partidos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império

pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias (CARVALHO. 2006, p. 219).

É nesse ambiente de divergência interpartidárias como intrapartidárias apontado por José Murilo de Carvalho, que os projetos para uma nova legislação sobre recrutamento foram discutidos na Câmara como no Senado.

A reforma do recrutamento militar: um debate necessário.

O primeiro projeto de lei para uma nova legislação referente ao recrutamento militar foi apresentado em 1866 no *Relatório da comissão de Exame da Legislação do Exército* presidida pelo Conde D' Eu. Esse projeto foi feito no contexto da guerra contra o Paraguai, após a comprovação da ineficácia do recrutamento militar no decorrer de um conflito. Esse projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1868 e consistia em um tempo de serviço de seis anos para os voluntários recrutados e de nove anos para quem fosse refratário. A elaboração desse projeto ficou de encargo de Manuel Buarque de Macedo⁶, Pedro Leão Veloso⁷, Justiniano Madureira e Alvim e Lima e Silva. Antes do início da discussão na Câmara, Manuel Buarque de Macedo expôs os propósitos do novo projeto:

A comissão, em todos os estudos que fez, na escolha e na aplicação dos princípios que adoptou, só teve em vista remover, tanto quanto fosse possível, tão sérios inconvenientes, conciliando os grandes interesses civis da sociedade brasileira com o serviço militar, e procurando manter este a igualdade do tributo que impõem a constituição do Império.

Na reforma que hoje intentamos devemos ter muito em vista que partimos de um systema de levas forçadas, mais repugnante talvez que todos os meios de alistamentos condenados entre as nações modernas, porém que consagra há 46 annos isenções e privilégios a uma grande parcela dos cidadãos.

Dest'arte se depreheende que uma nova lei de recrutamento não pôde ainda abolir nem atacar de frente concessões ou favores que o direito tem conferido

⁶ Manuel Buarque de Macedo (1837-1881) foi um político brasileiro. Nascido em Recife, era bacharel em matemática pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, doutor em ciências políticas e administrativas pela Universidade de Bruxelas. Atuando no gabinete liberal ocupou o cargo da Agricultura e Obras Públicas em 1880. (BLAKE, 1883).

⁷ Pedro Leão Veloso (1828-1902) foi juiz, jornalista e político brasileiro. Nascido na província do Maranhão, Pedro Leão Veloso ocupou os cargos de deputado provincial, presidente da província do Espirito Santo entre 1859-1860 e presidente da província do Piauí em 1863. (BLAKE, 1883).

ou o habito sanciona-lo, sem prover-se de meios substitutivos a que cada um dos favorecidos de hoje se possa socorrer mais tarde e sem quebra do principio de que todos devem concorrer para a defesa e sustentação da pátria e de suas instituições.

Foi guiada por considerações desta ordem que a comissão acreditou que não lhe era licito entrar em uma larga escala de medidas que abrangessem todos os elementos constitutivos do exercito, e sim limitar-se a confeccionar um simples projecto de alistamento, onde se attendesse de preferencia ás circumstancias e condições em que por elle se tenha de achar o cidadão (BRASIL, 1868, p. 77).

Determinados pontos como à escolha do modelo e isenções foram discutidos pela Comissão e pela Câmara, como a escolha da conscrição como modelo para se efetivar o recrutamento. De acordo com a Comissão, a conscrição seria o modelo ideal pois era o mesmo sistema que as nações ditas mais “civilizadas” praticavam. Outro ponto de destaque foi no que se refere as isenções. A Comissão buscou limitar as isenções, pois pretendeu enfatizar a ideia de universalização do recrutamento militar. Para Buarque de Macedo o expositor do projeto na Câmara: “Desde que se procura estabelecer a igualdade do tributo, entendeu Dr. Buarque que se deve collocar o maior número possível de cidadãos em condições de concorrer para ella, quer com o serviço pessoal, quer por entre qualquer meio que importe em ônus” (BRASIL, 1868, p. 79). A substituição de caráter pessoal foi permitida mais a de caráter pecuniário não estava prevista no projeto. Ou seja, caso o indivíduo recrutado conseguisse achar outra pessoa para o substituir na tarefa militar, não haveria problemas. Entretanto, não estava permitido o indivíduo recrutado tentar se evadir do serviço militar mediante ao pagamento de determinada quantia.

O projeto era composto por 28 artigos, um ponto de discussão apontado pelo então deputado pela província de São Paulo, José Bonifácio⁸ foi a não permissão de libertos para fazerem parte do recrutamento militar. O artigo 1º do projeto considerava os libertos como “inábéis” para a tarefa. Segundo a José Bonifácio, a Constituição Federal de 1824 por meio do artigo 6º, inciso I, os libertos eram considerados cidadãos brasileiros. Sendo cidadãos, conforme o artigo 179º, inciso XIV deve se observar que: “todo cidadão pode ser admitido aos Cargos

⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva (1827 – 1886) foi um poeta, jurista, professor e político brasileiro. Conhecido como José Bonifácio, o Moço como forma de distingui-lo do seu tio avô. Formou-se em Direito em 1853 e foi deputado pela província de São Paulo entre 1861 a 1868 e senador entre os anos de 1878 a 1879. (BLAKE, 1883).

Publicos, Civis, Políticos, ou Militares, sem outra differença, que não seja dos seus talentos, e virtudes” (BRASIL, 1824). Na visão do deputado José Bonifácio:

Para ter homens é preciso limitar as isenções, admittir as substituições sem limites, crear um imposto para melhorar a sorte do soldado e resguardar o seu futuro, promover os engajamentos.

A comissão violou ainda os seus princípios quando excluiu o liberto de ser soldado; o liberto, que pela constituição do Imperio, vota (apoiados) e pela lei pode ser guarda nacional (BRASIL, 1868, p. 8).

O relator do projeto Manuel Buarque de Macedo procurou expor uma argumentação a favor da nova legislação, alegando que “a comissão nunca pretendeu offerecer a câmara um projecto de lei que satisfizesse a sua expectativa, nem mesmo que curasse de todas as medidas reclamadas por um bom systema de recrutamento” (BRASIL, 1868, p. 8). Na visão do deputado esse novo projeto deveria se afastar totalmente das práticas de recrutamento forçado “tudo banir desse projecto todos os princípios e medidas já condemnados pela experiência” (BRASIL, 1868, p. 9).

Esse primeiro projeto de recrutamento militar foi entregue a Câmara dos Deputados no período em que o Partido Progressista estava no controle. Com a dissolução do Gabinete Zacarias de Góes em 16 de julho de 1868, como consequência na maneira como conduziram o conflito contra o Paraguai, os conservadores assumiram o poder, uma nova comissão foi encarregada de fazer um novo projeto e enviar para o parlamento. A comissão escolhida foi

composta pelos deputados Rodrigo Silva⁹, Pederneiras¹⁰, Lamego¹¹, Oliveira Junqueira¹² e Pereira da Silva¹³ apresentando uma nova proposta para o recrutamento.

Para esse fim, organizou um substitutivo total, compreendendo o que achou de preferível no projecto da câmara, e as idéas e disposições mais praticas e proficuas que o outro offerencia, deixando de parte tudo o que ambos apresentavão de regulamentar. Lembrando as bases geraes, e dando-lhes os precisos desenvolvimentos, concentrou em cinco artigos e seus respectivos parágraphos a matéria completa do que pertence ao poder legislativo. Assim regularisava a discussão perante a câmara, tornado-o a mais clara e methodica quer para fim de organizar o exercito e armada, quer para exame e apreciação dos meios, consistentes no recrutamento, verdadeiro imposto, ao qual devem ficar sujeitos todos os cidadãos do paiz, qualquer que seja a classe a que pertenção, como iguaes perante a lei, conforme o exige a constituição política do Imperio (BRASIL, 1869, p. 183).

O novo projeto apresentado em 1869 reduziu a quantidade de artigos de vinte e oito para cinco. As propostas não eram totalmente distintas, tendo algumas diferenças como na idade permitida para o recrutamento. O primeiro projeto propunha que “todos os cidadãos maiores de 18 annos e menores de 21 annos” fossem submetidos ao recrutamento. Já o segundo projeto traz no artigo 1º que “todos os cidadão brasileiros maiores de 18 e menores de 30 annos de idade são obrigados ao serviço militar do exercito e da armada”. Outro ponto de distinção entre os projetos está em relação a contribuição pecuniária. O segundo projeto permitia a substituição de caráter pecuniário enquanto o primeiro negava.

Na sessão de 09 de julho de 1869, presidida pelo presidente da Câmara Joaquim Octávio Nebias¹⁴, membro do Partido Conservador, foi colocado em discussão a reforma do

⁹Rodrigo Augusto da Silva (1833 – 1889) foi advogado e político brasileiro. Foi deputado provincial, deputado geral e senador pelo Império do Brasil entre 1888 a 1889. Atuou como Ministro da Agricultura entre 1887 a 1888 e Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 1888 a 1889. Considerado um dos líderes do Partido Conservador nos anos finais do Império.

¹⁰ Inocêncio Veloso Pederneiras (1818 – 1891) foi um historiador militar e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro foi deputado pela província do Rio Grande do Sul. (SANTOS, 2019, p. 78).

¹¹ Jesuíno Lamego da Costa (1811 – 1886) foi um militar e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro. Fez carreira militar na Marinha e atuou como deputado e senador do Império entre 1872 a 1886. (BLAKE, 1883).

¹² João José de Oliveira Junqueira (1832-1887) foi um político brasileiro militante do Partido Conservador. Nascido na província da Bahia. Foi presidente das províncias do Piauí (1857-1858), Rio Grande do Norte (1859-1860) e Pernambuco (1871-1872). Se tornou senador em 1873. (BLAKE, 1883).

¹³ João Manuel Pereira da Silva (1817 – 1898) foi um escritor e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro. Foi deputado e senador pelo Império do Brasil entre 1888 a 1889. (SANTOS, 2019, p. 78)

recrutamento militar. O objetivo era especificar qual dos projetos serviria de base para essa segunda discussão. O então Ministro da Guerra Manuel Vieira Tosta, o Barão de Muritiba¹⁵, defendeu a escolha do primeiro projeto, discorrendo que “a Câmara em sua sabedoria escolhe aquelle que julga mais conveniente” (BRASIL, 1869, p. 86). Em uma maneira de contra argumentar o deputado João Manuel Pereira da Silva, membro da segunda comissão, ressaltou a importância da Câmara de escolher o projeto mais conveniente e menos oneroso, não tendo a intenção de “provocar a câmara com questões de preferências”. Por fim, por meio de votação, a Câmara escolheu o segundo projeto remetido em 1869.

Escolhido o projeto para ser discutido no Parlamento, liberais e conservadores passaram a se posicionar sobre o recrutamento militar para o Exército e para a Armada. Alguns membros do Partido Liberal se posicionavam na ideia de uma força composta por voluntários, inspirado no modelo inglês. Os liberais acreditavam que a conscrição em momentos de paz era sinônimo de tirania. Eram a favor de um aumento do bônus para o alistamento visando atrair voluntários e ansiavam com a ideia de redução do tamanho do Exército (BEATTIE, 2009). Membros do Partido Conservador e uma parcela do alto oficialato do Exército propunham a conscrição limitada, pois no período da guerra, mesmo aumentando o bônus para o alistamento e os salários das tropas, o Exército não conseguiu atingir o número de voluntários desejados. Na visão de uma parcela dos conservadores a conscrição seria importante para ideologia militar de integração nacional. O ponto de confluência entre ambos os partidos era de que o recrutamento forçado deveria acabar.

O deputado Pinto Moreira na sessão de 9 de julho de 1869 proferiu críticas a organização do Exército brasileiro, pois a condição degradante da corporação afastava a população da ideia do serviço militar. Para o deputado era necessário “O alvo a que se devem dirigir todos os nossos esforços é o melhoramento da organização militar, pondo-a de accordo com os princípios da sciencia e da civilização moderna” (BRASIL, 1869, p. 97). A crítica de Pinto Moreira ao projeto se

¹⁴ Joaquim Octávio Nêbias (1811 – 1872) foi um político brasileiro. Nascido na província de São Paulo e foi deputado provincial pela mesma província. Foi deputado geral e presidente da Câmara dos Deputados entre 1869 a 1870 e atuou como ministro da Justiça. (CABRAL, 2012).

¹⁵ Manuel Vieira Tosta (1807 – 1896) foi proprietário rural, juiz, desembargador e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro. Atuou como presidente de província em Pernambuco (1848 -1849) e Santa Catarina em (1870 – 1871). Foi ministro da Guerra, ministro da Justiça, deputado geral e senador do Império do Brasil (1851 – 1889). (BLAKE, 1883).

baseava no sistema de conscrição. O deputado era contra a ideia de uma militarização do país como forma de manter o Exército pois “sacrificando-se legítimos interesses sociaes, como importantíssimos direitos individuaes” (BRASIL, 1869, p. 98). Apesar de expressar que a condição degradante dos que eram submetidos ao serviço militar, o deputado era adepto do sistema de voluntariado por achar que a conscrição acarretaria em um aumento da violência, devido a maneira como as tropas recrutadoras conduziam a tarefa e também em razão da resposta a essa violência pelos populares.

O deputado conservador Theodoro Silva¹⁶ dissertou a favor da reforma do recrutamento como sendo uma necessidade urgente. Theodoro Silva argumentou que a influência do recrutamento era grande no cotidiano da população, principalmente em períodos eleitorais pois era utilizado como um instrumento de barganha política. Nesses períodos eleitorais, homens não inseridos em redes de proteção fugiam por medo de serem recrutados. Em consequência dessas características era nítido uma total aversão aos serviços militares, sendo assim, o deputado era contrário ao sistema de voluntariado, pois o engajamento de voluntários seria praticamente nulo. Como forma de defender o sistema de conscrição, Theodoro Silva questionou: “os nobres deputados que se mostram tão hostis ao systema de conscripção e sorteio, que outro meio offerecem para fazer o recrutamento? Querem que permaneça o actual regimen?” (BRASIL, 1869, p. 101).

O deputado João José de Oliveira Junqueira do Partido Conservador, na sessão de 16 de julho de 1869 descreveu a importância de uma nova lei sobre o recrutamento militar, contudo, diferiu da ideia de militarização do país exposta por outros parlamentares. Na visão de Oliveira Junqueira a militarização: “é o principal perigo e maior desgraça que hoje pesa sobre os povos da Europa” (BRASIL, 1869, p. 152). O parlamentar defende o modelo francês de recrutamento, uma conscrição por sorteio.

Além de deputados adeptos ao sistema de voluntariado e adeptos do sistema de conscrição, havia deputados que eram contrários à reforma do serviço militar para o Exército e a Armada. Um desses congressistas que discursou a favor da manutenção das *Instruções de 1822* foi

¹⁶ Theodoro Machado Freire Pereira da Silva (1832 – 1910) foi um político brasileiro. Nascido na província de Pernambuco, foi deputado pela provincial e presidente da Paraíba entre 1868 a 1869 e presidente da província do Rio de Janeiro entre 1870 a 1871.

o então deputado do Partido Conservador, Andrade Figueira¹⁷. Na visão do congressista a “universalização” do “tributo de sangue” traria consequências graves ao país.

O systema de conscripção, a igualdade para o serviço militar será a mesma que se lê actualmente com o recrutamento forçado. A igualdade da conscripção é antes perante as eventualidades do sorteio, do acaso, do que daiten do serviço militar que nem todos os alistados são chamados a prestar. A sorte designa uns, deixa ficar outros; eis-ahi toda a desigualdade (BRASIL, 1869, p. 156)

Na visão do deputado a “universalização” era imoral, pois colocaria todos os indivíduos a mercê do serviço das armas. A proposta do projeto de 1869 extinguiu antigos critérios de isenção como de homens casados, viúvos com filhos e filhos únicos de viúvas. Por conta da extinção desses critérios, o então deputado considerou o novo projeto como sinônimo de “arbitrariedade” e discursou a favor da continuidade das *Instruções de 1822*.

Segundo ao bom senso publico, devem figurar nos quadros do exercito somente aquelles a quem as isenções não aproveitão; a saber, a classe dos vagabundos, viveiros de criminosidades e ociosidade, segundo a phrase apropriada do preambulo das instrucções de 10 de julho de 1822, sem emprego e sem occupação honesta de que subsistão, ao contrário, perturbadores da tranquillidade publica; ou a classe dos que, não tendos os trabalhos manuaies e profissões protegidas pela lei, tem todavia recursos para se fazer substituir ou para lei, tem todavia recursos para se fazer substituir ou para pagar a contribuição pecuniária que a lei designa como meio de exoneração do serviço (BRASIL, 1869, p. 157).

Andrade Figueira entendeu o sorteio como um mecanismo de arbitrariedade, pois a afetaria a questão moral das famílias, fazendo com que o recrutamento se tornasse um risco para o lar das famílias brasileiras. “Trata-se de uma alta questão de moralidade publica (apoiados): no momento em que os maridos tiverem de abandonar suas esposas para servirem no exercito, há de recciar se muitas scenas immoraes e atentatórias do sagrado vinculo conjugal” (BRASIL, 1869, p. 160). A partir das falas de Andrade Figueira e de João José de Oliveira Junqueira, ambos vinculados ao Partido Conservador, é possível perceber uma falta de unidade de pensamento com relação a nova legislação. Os deputados expunham as suas opiniões referenciadas em seus interesses privados primeiramente.

¹⁷ Domingos de Andrade Figueira (1834 – 1919) foi um advogado e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro, cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nomeado presidente da província de Minas Gerais em 1868. Foi deputado geral pela província do Rio de Janeiro 1869 a 1872. (BLAKE, 1883).

Após intensa discussão na Câmara do Deputados o projeto foi remetido ao Senado Imperial em 1869, entrando em argumentação no mesmo ano, até ser aprovado em 1874. Assim como na Câmara, a discussão principal referente ao novo projeto era no que concerne no modelo proposto, como por exemplo a conscrição, substituições, isenções entre outros temas.

O senador pela província do Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá¹⁸, conhecido como Segundo Marquês de Paranaguá, membro do Partido Liberal argumentou a favor do novo projeto na sessão de 22 de maio de 1874. No ponto de vista do Senador o novo projeto era um “melhoramento em relação ao estado actual que não pode ser pior” (BRASIL, 1874, p. 70). Conforme Paranaguá: “eu não quero dizer que o projecto satisfaça a todas as aspirações, que contenha todos os requisitos de uma boa lei de recrutamento; mas isso não é parte para que devemos condemnal-o, desde já, em principio” (BRASIL, 1874, p. 70). O Marquês de Paranaguá considerou que a nova lei tinha princípios liberais, pois buscava uma solução para o recrutamento pautando-se na equidade. Essa equidade só seria possível caso limitassem os critérios de isenções, reduzindo apenas para: “incapazes por moléstias ou defeitos phisicos e moraes, e aos que servem de amparo a viuvez e a orphandade desvalida” (BRASIL, 1874, p. 70).

Por ser do Partido Liberal, o discurso do Segundo Marquês de Paranaguá repercutiu no Senado. O senador Visconde de Souza Franco¹⁹ também ligado a ala dos liberais tentou desvincular o projeto a qualquer princípio liberal, como vai exposto o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Senhores, o grande argumento apresentado para sustentar que o projecto é liberal, é a igualdade perante a lei. Esse projecto não é liberal, não pode ser liberal a lei que tende a afastar o homem da missão providencial, para que vem ao mundo. Não é liberal a lei que, forçando as vocações, compromette o futuro dos indivíduos e os grandes interesses do paiz. Não é, não pode ser liberal este projecto, porque liberal só aquelle principio ou facto, que tende a aperfeiçoar o homem neste mundo, para que elle siga o destino para que a Providencia o

¹⁸ João Lustosa da Cunha (1821 – 1912) foi um magistrado e político brasileiro. Nascido na província do Rio de Janeiro foi presidente da província do Maranhão entre 1858 a 1859. Governou a província de Pernambuco entre 1865 a 1866 e a província da Bahia entre 1881 a 1882. Foi ministro do Conselho de Ministros (26º gabinete). Atuou como ministro da Justiça, da Guerra e dos Estrangeiros. (BLAKE, 1883).

¹⁹ Bernardo de Sousa Franco, Visconde de Sousa Franco (1805 – 1875) foi um jornalista, magistrado e político brasileiro. Nascido na província do Pará. Foi deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro entre 1839 a 1840 e 1841 a 1842. Foi ministro e conselheiro de Estado e senador pelo Império do Brasil entre 1855 a 1875. (BLAKE, 1883).

creou, destino concordo com sua vocação especial. (apoiados) (BRASIL, 1874, p. 76).

Visconde de Souza Franco analisou o projeto como um retrocesso, pois a questão do sorteio já estava presente no *Alvará Régio de 1764*, sendo assim “princípio cego, que o governo absoluto não pode manter em Portugal ao século passado” (BRASIL, 1874, p. 76). Ao término do seu discurso, Souza Franco salientou a ideia de não poder vincular o novo projeto de recrutamento a nenhum princípio liberal pois utilizava o princípio do sorteio, assim como *Alvará Régio de 1764*. De acordo com o senador: “eu, portanto concluindo esta parte do meu discurso, sustento que o projecto não é liberal, encarado sob nenhum, ponto de vista, não pode ser liberal, não pode ter o voto de um liberal a pretexto de que contém idéas liberaes” (BRASIL, 1874, p. 76).

Os discursos proferidos pelas duas lideranças do Partido Liberal no Senado, corrobora com a ideia de uma ausência de uma linha de pensamento entre os membros do mesmo partido no que concerne o recrutamento militar. Os membros dos partidos eram representantes de várias localidades, cada uma com interesses diversos e posicionamentos políticos distintos. Analisando nessa perspectiva, é possível conclamar que não havia diretrizes partidárias para a questão do recrutamento militar.

Conforme o novo projeto era discutido no Senado, ele era adaptado com novas propostas, visando adequá-lo ainda mais as pretensões nacionais referentes ao serviço militar, aproximando assim dos moldes europeus. Entre das diversas propostas a que causou maior polêmica foi apresentada pelo senador Figueira de Mello²⁰. O senador era adepto de uma distribuição equitativa conforme ao número de homens recrutados. Com esse ponto de vista o congressista propôs: “na distribuição desses contingentes militares, não deveis querer que ella se faça na proporção do número apurado, mas sim na proporção da população livre nacional de cada província” (BRASIL, 1874, p. 228).

²⁰ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello (1809 – 1878) foi magistrado e político brasileiro. Nascido na província de Pernambuco se formou em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. Foi deputado provincial e senador do Império do Brasil de 1870 a 1878. (BLAKE, 1883).

Pertencente a província do Ceará, Figueira de Mello analisou que o número de recrutados de cada província era distinto. Segundo o senador algumas províncias se comprometiam mais com o encargo do recrutamento militar do que outras províncias. Em sua fala na 47ª sessão de 18 de julho de 1874 o parlamentar comparou a sua província, Ceará, à província de Minas Gerais, reminiscência das divergências internas entre as províncias no que tange o recrutamento militar. Na visão do mesmo a contribuição de Minas era muito menor “quando minha província, com 700.000 habitantes livres, pouco mais ou menos, tiver de dar certo número de recrutas, a província de Minas, com mais de dous milhões de habitantes, dê muito menos” (BRASIL, 1874, p. 228). A justificativa mineira para o menor engajamento para o serviço militar era de que os mineiros não possuíam o espírito militar, sendo que a maioria dos homens já trabalhavam na lavoura antes de se alistarem. Essa justificativa para Figueira de Mello não era plausível pois: “todos os brasileiros são obrigados a servir no Estado na proporção de seus haveres, e as províncias na proporção dos cidadãos aptos a pegarem em armas. Não pode a justiça querer que o peso da bolsa e o tributo de sangue caia mais sobre nós que sobre os outros” (BRASIL, 1874, p. 228).

A sua fala polêmica repercutiu pelo Senado, fazendo com que um senador representante da província de Minas Gerais, Manoel Teixeira Sousa, o Barão de Camargo²¹ na 48ª sessão de 21 de julho de 1874 discorresse de forma contrária ao seu colega cearense, salientando a importância mineira para o “tributo de sangue”.

Disse o nobre senador que a província de Minas era egoísta e não tinha patriotismo. Tenho aqui um documento extrahido dalli foram enviados 6232 individuos quer para esta Corte, quer para Matto Grosso, e todos com o destino ao Paraguay [...] Não é, portanto, procedente a censura que fez o nobre senador do Ceará em relação ao pequeno numero de força que a província apresentou para essa guerra (BRASIL, 1874, p. 240).

Barão de Camargo argumentou a favor da província mineira sublinhando algumas características: “Minas é uma província geral de grandes distancias, sua população em geral dedica-se a lavoura; poucos são os individuos que vagam pelas povoações sem occupação útil,

²¹ Manoel Teixeira de Sousa (1811 – 1878) foi um proprietário rural e político brasileiro. Foi deputado provincial. Deputado geral e senador do Império do Brasil de 1860 a 1878. (BLAKE, 1883).

que são os que facilmente podem ser recrutados” (BRASIL, 1874, p. 240). Por conta dessa fala do senador mineiro, teve início uma discussão entre os parlamentares.

Sr Barão de Camargo – Não é exacto entretanto que não faça o recrutamento na proporção de designação que cabe a província: as autoridades fazem o recrutamento em alguns lugares até com excesso de um numero que lhes toca dar; os recrusas são enviados a capital; mas sabe V. Ex que não faltam motivos

Sr Figueira de Mello – Não apoiado; com o único fim de fazer restabelecer a justiça para todas as províncias do Império.

Sr Barão de Camargo – Pois bem; quer o nobre senador que a província de Minas (porque creio que a sua emenda foi apresentada unicamente pelas observações que fez em relação a essa província) (não apoiados). Dê um numero de recrusas proporciona a sua população livre, ou quer que a província de Minas fique sob a pressão da sua própria grandeza, sem reserva de nenhuma circunstancia.

Sr Figueira de Mello –Oh senhores! Quer-se a igualdade.

Sr Barão de Camargos – Acho que o nobre senador andaria melhor se tivesse procurado offerecer alguma outra idéa que pudesse melhorar o projecto senão o julga bom para garantir a verdade das qualificações.

Sr Figueira de Mello – Esta é uma dellas.

Sr Saraiva – Melhora muito.

Sr Barão de Camargo – é uma medida de desconfiança. O que se conseguirá com esta suspeita contra a província de Minas?

Sr Figueira de Mello – Não é suspeita nenhuma.

Sr Saraiva – é uma disposição justa; não se trata de Minas, nem de outra qualquer província; trata-se de todo o Império (BRASIL, 1874, p. 240).

O debate referente a proporcionalidade de recrutados para cada província, iniciado na 47ª sessão de 18 de julho de 1874 se estendeu e na 52ª sessão do dia 25 de julho de 1874, Figueira de Mello enfatizou a importância de se respeitar o princípio de igualdade. Em seu pensamento a igualdade expressa no projeto só seria possível caso valasse para todas as províncias, sem distinção, retomando assim as suas críticas a província de Minas Gerais.

Sr. Figueira de Mello - A lei de recrutamento é uma lei de igualdade, porque tende a chamar ao serviço das armas todos os cidadãos, que estão no caso de prestar-o uma lei inimiga de todo o arbítrio portanto, o senado deve admitir essa lei de igualdade, a província de Minas deve concorrer para o exercito da mesma maneira que as outras; não deviam concorrer para o serviço militar, e deixando de fraternisar com todos os brasileiros no sacrifício que elles fazem em bem ao Estado.

Quando, Sr presidente, vejo a província da Bahia com 1,200,000 habitantes, porque esta é exactamente a sua população, segundo ao ultimo censo; quando vejo que a Bahia com 1.200.000 deu para o exercito 15.296 soldados, não posso deixar de enchar-me de admiração para com ella, e de saudar essa nobre terra.

Ora, eu sinto dizel-o, a província de Minas Geraes nesta parte foi tanto ou quanto indifferente, porque em vez de dar os 4070 soldados que deu conforme os documentos officiaes...

Sr Barão de Camargo – Dou 6232.

Sr Figueira de Mello – devia pela sua população de 2.200.000 habitantes dar 20.000, pelo menos, e por consequência deu a 5º parte que lhe pertencia dar.

Diz o nobre senador que a província de Minas deu 6.232 soldados, mas não é o que se acha no documento official, que o S. Ex encontrará no relatório do ministro da guerra de 1872; portanto, attendendo a este documento, parece-me que fallo com justificado motivo, a província de Minas tendo 2.200.000 habitantes, em vez de dar como deu 4070 soldados, devia dar se tivesse empunhado as armas na mesma proporção das outras províncias, não menos de 20.000 soldados mas não os deu. Como explicar esse facto? (BRASIL, 1874, p. 277).

Em seu discurso, Figueira de Mello apontou três causas que acarretavam na ineficiência do recrutamento na província mineira. Para o senador:

Se a província de Minas, tendo tanto patriotismo, não tendo egoísmo, não dá soldados, é por uma de três causas; ou os mineiros teem uma theoria falsa acerca do sentimento do dever, que os chama as armas; ou elles teem o sentimento do dever, mas não concorrerm para o serviço militar do Estado, porque as autoridades deixam de cumprir seu dever nellas não o cumprem porque teem a theoria dos contrabandistas, a que há pouco me referi, ou finalmente porque em Minas nascem por um homem quatro mulheres, e então não é justo, que as mulheres venham pegar em armas (BRASIL, 1874, p. 285).

O senador mineiro Barão de Camargo classificou as falas de Figueira de Mello como irresponsáveis, declarando que o mesmo teria uma total aversão e um “ódio” à província de Minas Gerais. Para o parlamentar mineiro basear o recrutamento por meio do censo seria

ineficaz. A justificativa estava no fato de haver um processo de migração entre as províncias: “Províncias há para as quaes a corrente da imigração tende a aumentar-se consideravelmente” (BRASIL, 1874, p. 286). No posicionamento do senador Barão de Camargo, caso adotassem o censo como critério para o alistamento, as províncias de maior contingente populacional seriam prejudicadas, pois haveria uma migração em massa para províncias menos populosas, afetando assim na oferta de mão-de-obra livre, prejudicando a economia dessas províncias. Apesar do intenso debate, a emenda referente a proporcionalidade do recrutamento por província baseado no censo, foi votada e rejeitada pelo Senado Imperial.

Após anos de discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Imperial, escolhendo projeto, modelo de recrutamento e propondo emendas, o novo projeto foi aprovado em 28 de agosto de 1874. Segundo ao historiador Peter Beattie a nova legislação “foi uma importante vitória para a plataforma de modernização do Exército” (BEATTIE, 2009, p. 134).

O presidente do Senado Visconde de Jaguarý²² no encerramento da 15ª legislatura da Assembleia Geral de 12 de setembro de 1874 enfatizou o seu entusiasmo com a nova legislação de recrutamento militar, considerando-a um marco para o Império do Brasil, colocando o país no caminho das nações “civilizadas” do mundo.

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação – Agradeço-vos mais uma vez.

A nova lei de recrutamento vae acabar com o antigo e muito defeituoso systema de leva forçada, realçando a condição do soldado brasileiro e distribuindo com igualdade e sem vexames e ônus do serviço militar. E uma reforma condigna de nosso patriotismo e adiantamento (BRASIL, 1874, p. 321).

Conclusão

A Lei nº 2556 que estabelecia a reforma do recrutamento militar para o Exército e para a Armada se enquadra em um conjunto de leis que visavam a modernização do Estado Imperial brasileiro. O recrutamento militar era um tema polêmico pois envolvia vários setores sociais (potentados locais, militares e homens livres pobres) e por conta dessa especificidade, passou por

²² José Ildefonso de Sousa Ramos (1812 – 1883) foi advogado e político brasileiro. Nascido na província de Minas Gerais. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado geral e presidente das províncias do Piauí (1843 -1844), Minas Gerais (1848 -1849) e Pernambuco (1850). Foi presidente da Câmara dos Deputados e em 1874 foi escolhido como senador do Império do Brasil 1874 a 1883. (BLAKE, 1883).

um longo período de discussão tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Imperial. Nesse intervalo de sete anos de tramitação, o projeto foi alterado diversas vezes, buscando adequar a nova legislação aos anseios dos atores envolvidos nesse processo.

Tanto liberais como conservadores se posicionavam de forma contrária ao recrutamento forçado. Para ambos os partidos, o recrutamento forçado deveria ser substituído por outro sistema mais eficaz. Por meio da análise dos discursos proferidos pelos congressistas é possível perceber que não existia uma diretriz partidária quando o tema era o recrutamento militar, haviam divergências intrapartidárias em relação a essa questão, principalmente após a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871. Uma fração dos conservadores apoiava o sistema de conscrição limitada, já os liberais uma parcela era adepta do sistema de voluntariado. Os políticos imperiais pertenciam a uma elite social, sendo que alguns deles se beneficiavam com recrutamento militar, principalmente no que concerne a formação de redes de clientela, o que facilitava no processo de controle político e social em sua localidade. Por conta disso, a nova legislação procurou minimizar as mudanças, mantendo assim vários critérios de isenção que já existiam nas *Instruções de 1822*, transformando uma legislação que seria uma “modernização” na questão do recrutamento militar em apenas mais uma legislação no que se refere o serviço militar.

Referências bibliográficas

- BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 30 abril 2020.
- BRASIL. [Anais (1868)]. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1868
- BRASIL. [Anais (1869)]. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1869.
- BRASIL. [Anais (1870)]. **Anais do Senado brasileiro**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1870.
- BRASIL. [Anais (1874)]. **Anais do Senado brasileiro**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1874.

Obras consultadas

- AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- AZEVEDO, Fernando. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil**. 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1883. 7v.
- CABRAL, Dilma et al. **Ministério da Justiça 190 anos**: justiça, direitos e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da História do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Ed Globo, 1995.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010.
- NARCISO, Raimundo. O Serviço Militar e a Cidadania. **Nação e defesa**, nº 91, 1999, p. 65.
- NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº10, p. 5-22, nov. 2009
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na Vida Política brasileira: (da Colônia à Primeira República), In. **Estudos de sociologia e história**. [S,I: s.n], 1957.
- RALSTON, David B. **Importing the european army: the introducing of european military techniques and institutions into the extra-erupean world**, 1600 -1914. Chicago University of Chicago Press, 1990.

SODRÈ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império**. São Paulo: Cia. Ed Nacional. 1968.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Os diádocos e as Relações Internacionais: o sistema helenístico ao fim do século IV a.C.

The diadochi and International Relations: the hellenistic system by the fourth century BC

Jorel Musa de Noronha Lemes

Mestrando em Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG
jorelemes@hotmail.com

Recebido em: 30/06/2020

Aprovado em: 11/08/2020

Resumo: As abordagens tradicionais no campo das Relações Internacionais são caracterizadas pelo ahistoricismo e por uma ênfase no Tratado de Vestfália, de 1648, como data fundadora do Sistema Internacional. Não obstante, estas abordagens são continuamente contestadas por novos pesquisadores no campo e, à luz desta perspectiva, a proposta deste artigo é analisar o sistema helenístico ao fim do século IV a.C., com o objetivo de descobrirmos as suas características e visando identificar se este sistema pode ser caracterizado como um Sistema Internacional. Isto sendo feito, o sistema helenístico foi caracterizado por sua bidimensionalidade, alta capacidade de interação e, também, pela presença da lógica da anarquia, da balança de poder e da predominância da política de poder. Por fim, conclui-se que a investigação de Sistemas Internacionais de outrora é passível de contribuir à abordagem realista das R.I, sendo necessária a revisão do paradigma vestfaliano e da tendência ao ahistoricismo para se alargar o campo de estudo desta vertente teórica e, em última instância, evoluir com as pesquisas do fenômeno do Sistema Internacional.

Palavras-chave: Diádocos; Relações Internacionais; Sistema Internacional.

Abstract: The mainstream approaches in the field of International Relations are characterized by their ahistoricism and their emphasis in the treaty of Westphalia, in 1648, as a founding date of the International System. Nevertheless, these approaches are steadily contested by new researchers in the field and, in light of this perspective, in this article it is intended to analyse the hellenistic system by the end of the fourth century BC, with the objective of identifying its characteristics and if it can, indeed, be portrayed as an International System. This being achieved, the hellenistic system was characterized by its bidimensionality and high interaction capacity, as well as by the presence of the logic of anarchy, the balance of power and the predominance of power politics. Lastly, it was concluded that investigations of International Systems of yore are capable of contributing to the realist approach in International Relations, being thus required, in

order to increase the scope of study, a review of the westphalian paradigm and the ahistoricism trend.

Keywords: Diadochi; International Relations; International System.

Introdução

No campo das Relações Internacionais, há uma tendência de se ignorar a história até o ano de 1648. Neste ângulo, o Sistema Internacional, o qual é o objeto de estudo da disciplina, foi estruturado após a derrota habsburga na Guerra de Trinta Anos, o Tratado de Vestfália criando um sistema de atores políticos soberanos e unitários. Consequentemente, presume-se que o estudo da história anterior a este momento não contribui com a disciplina. Em contrapartida, atrelada a esta tendência vestfaliana está o rotineiro estudo anacrônico de eventos de outrora, a exemplo da guerra do Peloponeso, para a confirmação de inferências a respeito do Sistema Internacional contemporâneo (BUZAN; LITTLE, 2000).

Atualmente, novos pesquisadores contestam estas duas práticas. Assim, o objetivo do presente estudo consiste em estudar as características do sistema helenístico ao fim do século IV a.C., com o intuito de demonstrar as suas nuances e particularidades, ao passo em que se verifica também se este sistema pode ser de fato caracterizado como um Sistema Internacional. Para tal, será instrumentalizado o modelo de investigação de um sistema proposto por Buzan e Little (2000). Tendo em vista a possível confirmação de distintos Sistemas Internacionais, a generalização trans histórica de conclusões oriundas do sistema vestfaliano, e a negligência destes sistemas de outrora, é posta em xeque. Em última instância, por meio deste estudo é sugerido que a história é passível de contribuir para a disciplina de Relações Internacionais e especialmente à sua vertente realista, com estudos multidisciplinares, uma perspectiva histórica universal, e a revisão desta inclinação vestfaliana que chega a limitar excessivamente o campo.

Este estudo é composto por 5 seções, além da presente introdução e da subsequente conclusão. Na primeira seção são discutidas duas das principais tendências dominantes que atravessam o campo das Relações Internacionais, enquanto na segunda e terceira seção discute-se o conceito de Sistema Internacional e os critérios de sua definição. Depois, a quarta seção traz uma breve contextualização das guerras dos *diadokhoi*, os sucessores de Alexandre Magno. Por fim, na última seção está a nossa análise do sistema helenístico de 312 a.C. a 301 a.C., dividida em duas subseções, uma discutindo as unidades do sistema e a outra levantando os seus processos e características estruturais.

As datas de referência na disciplina de Relações Internacionais

De acordo com Nogueira e Messari (2005), as teorias de Relações Internacionais têm como propósito a formulação de métodos e conceitos que promovem o entendimento do funcionamento do Sistema Interacional. Enquanto campo acadêmico formal, a disciplina nasce no imediato pós-Primeira Guerra nas academias britânicas e estadunidenses, se espalhando para o resto do mundo com o ideal de se investigar as causas do fenômeno humano da guerra e, por conseguinte, impedir novas calamidades, semelhantes ao conflito de 1914 a 1918, de acontecerem. Esta data fundadora, entretanto, é crescentemente contestada no campo das Relações Internacionais, em conjunto com a outra influente data mencionada por pesquisadores nesta área: o ano de 1648 (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Em 1648, a Guerra de Trinta Anos se encerrou e o Tratado de Vestfália fora acordado. Nas Relações Internacionais, este evento é comumente considerado como marco fundacional do Estado nacional moderno soberano e, conseqüentemente, do Sistema Internacional anárquico e das relações internacionais como um todo. De fato, proeminentes teóricos deste campo indicam esta data como sendo a de origem do Sistema Internacional moderno, a exemplo dos realistas Kenneth Waltz (WALTZ, 2010) e Hans Morgenthau (MORGENTHAU, 2001). Dito isso, esta narrativa é contestada por uma nova corrente de autores, que destacam que o Tratado de Vestfália resultou em um recuo da soberania estatal e que no ano de 1648 não se originou a soberania estatal e o Sistema Internacional, uma vez que ambos são anteriores a esta data, resultantes de várias transformações ao longo dos séculos (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Na narrativa tradicional, Vestfália possui essa importância por ser a data em que a hierarquia imperial fora derrotada, dando criação a um Sistema Internacional com atores soberanos. Porém, nota-se que esta é uma visão eurocêntrica, focada no destino do Sacro Império Romano Germânico, e há de salientar que, nos séculos seguintes, os impérios foram a norma e não a exceção, eles sendo soberanos acima de um conglomerado de *polities* que não detinham total independência. Por outro lado, somente nos meados do século XX que o estado soberano se tornou a principal unidade política, com o fim dos impérios europeus (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Por trás desta tradicional conclusão está a dicotomia entre império e soberania: a presença de um império, com pretensões imperialistas, e que se considera superior às outras entidades

políticas, é dita como cancelando a soberania destes outros Estados e, por conseguinte, eliminando a existência de um Sistema Internacional. Todavia, outros pesquisadores contestam esta ideia e a denominam de uma falsa dicotomia, uma vez que a variação de autonomia entre atores não necessariamente leva a uma única hegemonia dominante. Ademais, a Guerra de Trinta Anos não foi um resultado do imperialismo habsburgo: sua continuação e, especialmente, a sua intensificação, foram consequências do oportunismo de outros atores, os Estados envolvidos usufruindo da fragilidade habsburga para avançarem com seus interesses, a exemplo da Dinamarca, a França e a Suécia. Com isso, em nenhum momento suas soberanias estavam em disputa (OSIANDER, 2001).

Por fim, formou-se, do foco na soberania estatal pós-Revolução Francesa, a percepção de que os atores internacionais são inteiramente separados uns dos outros e que eles possuem seus comportamentos moldados singularmente pelos seus próprios interesses, resultando, assim, na incorporação da ideia do Estado-nação moderno pela disciplina de Relações Internacionais. Não obstante, séculos depois os Estados estão interligados em uma complexa rede internacional de governança, eles se constringendo mutuamente e praticando a cooperação. Em essência, a natureza do Sistema Internacional no início do século XXI é mais semelhante à natureza interna do Sacro Império Romano Germânico no século XVII, no que concerne a relação entre seus Estados membros, do que com aquele sistema observado após a revolução francesa (OSIANDER, 2001).

Por meio de investigações que contestam essa tendência vestfaliana, Teixeira e Scotelaro (2018), por exemplo, identificam a presença de um peculiar Sistema Internacional na idade do Bronze, no Oriente Próximo, e Buzan e Little (2000) afirmam que ao longo da história houve inúmeros Sistemas Internacionais, o primeiro sendo possivelmente aquele formado pelas relações entre as cidades da Suméria em 3500 a.C., na Mesopotâmia. Exposto isso, o propósito deste artigo é identificar se o sistema helenístico ao fim do século IV a.C. pode ser caracterizado como um Sistema Internacional, procurando-se observar as suas características fundamentais e identificar se ele pode contribuir à disciplina de Relações Internacionais e, especificamente, às teorias realistas deste campo.

Ampliando a definição de Sistema Internacional

Um sistema é um aglomerado de partes ou unidades, estas unidas entre si por meio de uma forma regular de interações. Neste sentido, há um padrão de interações dentro deste sistema,

mas, caso haja mudanças dentro dele, um sistema pode ser quebrado, dando origem a um outro tipo de sistema com outros padrões de interação (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Nas Relações Internacionais, há várias abordagens distintas sobre o conceito de Sistema Internacional. Os realistas consideram que o Sistema Internacional é anárquico e é composto por Estados similares em termos de suas soberanias e de seus arranjos institucionais internos, de modo que nenhum Estado interfere legitimamente nas questões domésticas de seus pares. Como o sistema é anárquico, ou seja, não há uma entidade hierarquicamente superior às suas unidades, a maneira de um Estado garantir a sua segurança é por meio da maximização do poder, e isto inevitavelmente resulta na eclosão de conflitos entre os Estados. Neste sentido, isto ocorre mesmo se o interesse de um Estado é somente a sua autopreservação, isto sendo denominado como o dilema de segurança (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Segundo Schmidt (2005), o que une diversos teóricos em um único grupo denominado de realista é a atenção dada à política de poder. Assim, os realistas consideram que o poder militar é aquele mais importante, já que é ele que protege a soberania de um Estado, seja por meio de conquistas ou de guerras defensivas, e isto resulta na predominância da política de poder no Sistema Internacional. Uma vez que o poder é distribuído desigualmente, os teóricos atribuem uma grande importância à configuração da estrutura sistêmica, em termos de sua polaridade: para os realistas, específicas configurações sistêmicas produzem um sistema mais estável. Neste sentido, para Waltz um sistema bipolar, em que dois Estados se sobrepõem sobre os outros, é mais estável que um sistema multipolar, ocorrendo-se menos conflitos (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Nota-se, entretanto, que não há unanimidade entre os teóricos a respeito de quais configurações sistêmicas são mais estáveis ou não (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018). Certos autores, da vertente da estabilidade hegemônica, concluem que a unipolaridade, ou seja, a hegemonia, é o sistema mais estável (SNIDAL, 1985), enquanto outros consideram que não apenas a polaridade que é importante, mas também o equilíbrio entre os polos, uma vez que um sistema multipolar homogêneo, em termos de distribuição de poder entre os polos, pode ser mais estável que um sistema multipolar desequilibrado (SCHWELLER, 1998).

Esta abordagem realista estreita a sua definição a ponto de ele ser considerado como existindo somente após o Tratado de Vestfália em 1648. Isto posto, esta abordagem é insuficiente para entender a maior parte da história. Ainda mais importante, ela possui falhas no auxílio do

entendimento do próprio sistema pós-Vestfália, uma vez que deixa de fora, exatamente por estas estreitas definições, as existentes variações nos: níveis de soberania, comportamentos e da natureza dos Estados. Consequentemente, para Buzan e Little a disciplina das Relações Internacionais é carente de uma perspectiva histórica global, e isto é evidente nas teorias dominantes desta disciplina (BUZAN; LITTLE, 2000).

Ao revisitarem o conceito de Sistema Internacional, Buzan e Little (2000) promovem uma distinção em setores com diferentes alcances, unidades e padrões de interação. Nesta visão, pode ser observado os seguintes recortes: o setor político-militar, o setor societário e o setor econômico. Por outro lado, há três fontes de explicações, trabalhadas na disciplina das Relações Internacionais, sobre o Sistema Internacional: os processos, a capacidade de interação, e a estrutura. Os processos informam um investigador a respeito dos padrões de interação observados entre as unidades constituintes de um sistema, e para as Relações Internacionais os padrões duradouros e recorrentes que ocorrem nas relações entre as unidades são o foco, com os fenômenos da guerra, a balança de poder e as alianças, por exemplo, nos dizendo as características do sistema como um todo (BUZAN; LITTLE, 2000).

No que lhe concerne, a capacidade de interação é a causa permissiva da estrutura, dos processos, e do sistema como um todo: se as unidades não estão interagindo entre si, não há um Sistema Internacional. A capacidade de interação define as possibilidades de interações entre as unidades, impactando seus tipos e suas intensidades. Esta capacidade é em si moldada pelos níveis tecnológicos, a exemplo de estradas, caravanas, navios e aviões, e pelas regras e valores compartilhados entre as unidades. Portanto, a capacidade de interação molda o tamanho de um sistema e a importância de cada setor, já que o setor político-militar requer uma alta capacidade devido os constrangimentos por trás da movimentação de um exército, enquanto o setor societário somente necessita da transferência de informações, e assim ele pode ter proeminência em um sistema com baixa capacidade de interação. Nota-se, entretanto, que esta capacidade pode se alterar dentro de um sistema, impactando os processos, a estrutura e as unidades com esta mudança (BUZAN; LITTLE, 2000).

A explicação estrutural, por sua vez, se refere aos princípios de ordenamento das unidades em um sistema, sendo sugerido que o comportamento destas unidades seja impactado pelo ambiente em que elas se situam. Neste sentido, a estrutura no setor econômico pode ser o mercado, enquanto no setor político-militar uma possibilidade é a anarquia. Apesar destas

estruturas serem distintas umas das outras, elas praticam o mesmo papel em um Sistema Internacional (BUZAN; LITTLE, 2000).

Buzan e Little (2000) recusam a ideia de que as unidades não podem ser diferentes em seus funcionamentos em um Sistema Internacional anárquico. Para Waltz, as unidades são fundamentalmente idênticas, variando somente as capacidades de cada uma (WALTZ, 2010). Todavia, ao terem uma abordagem histórica, a contestação desta afirmação neorrealista crucial, e os dois autores aceitam a presença de unidades distintas em termos de suas funções, como também em termos de seus arranjos institucionais. O primeiro se refere à diferenciação funcional entre as unidades, umas sendo totalmente independentes e outras não, a exemplo de vassalos e protetorados. Logo, esta distinção funcional está relacionada à soberania, e a presença de certos atores políticos que não possuem a total soberania não inibe a possibilidade de um Sistema Internacional anárquico (BUZAN; LITTLE, 2000). Isto posto, os sistemas de domínio e o da suserania são aqui aceitos, sendo: o primeiro, quando o poder e a autoridade de uma unidade dominante estende a áreas domésticas de outras, mas essas continuam mantendo uma identidade de um ator independente e; o segundo, quando uma unidade cede funções de governança à outra, porém mantendo-se a noção de anarquia, posto que estas unidades políticas estão separadas (WATSON, 1992).

A diferenciação em termos de arranjos institucionais está relacionada à forma em que as unidades estão construídas internamente. Estados-nação, impérios da antiguidade, civilizações nômades e cidades-estado todos possuem distintos arranjos internos, e estas diferenças não excluem a possibilidade de um Sistema Internacional composto por todas elas. Ademais, nota-se que em inúmeros casos onde as unidades com diferentes organizações internas praticam as mesmas funções no sistema (BUZAN; LITTLE, 2000).

Os critérios para a examinação de Sistemas Internacionais

Devido aos diferentes requerimentos logísticos que cada setor necessita, em termos de capacidade de interação, há três possibilidades de sistemas: o Sistema Internacional completo, com um alto nível de interação nos três setores; o Sistema Internacional econômico, englobando interações a nível econômico e societário, mas sendo carente de interações no setor político-militar; e o sistema pré-internacional, o qual é composto somente de interações socioculturais, este tipicamente observado em povos não-urbanos e tidos como primitivos. Não obstante, em um dado momento histórico, um Sistema Internacional econômico pode unir inúmeros Sistemas

Internacionais completos, eles coexistindo entre si. Enquanto isso, para que as interações sejam fundadoras de um sistema, é preciso que elas sejam substanciais, penetrando as unidades envolvidas, e que ocorram regularmente, ao ponto em que as pressões estruturais possam chegar às unidades (BUZAN; LITTLE, 2000).

Ademais, Sistemas Internacionais podem ser lineares ou bidimensionais. No primeiro caso, cada unidade interage exclusivamente com as suas vizinhas, ocorrendo uma corrente de interações que, em última instância, as unem em um único sistema. Alternativamente, sistemas bidimensionais são aqueles em que as unidades interagem com todas as outras, não somente com aquelas próximas geograficamente. No tópico das unidades, a definição usada por Buzan e Little (2000) é a de uma entidade, composta por vários grupos, organizações e indivíduos, capaz de um comportamento auto-direcionado e com um certo nível de coesão a ponto de ser um ator capaz da tomada de decisão. Nesta perspectiva, civilizações como um todo não são consideradas como unidades, enquanto clãs, cidades-estado e tribos são englobados nesta definição. Logo, em termos básicos há cinco tipos de unidades, elas podendo operar nos três tipos de sistemas: grupos de caçadores-coletores; tribos; cidades-estado; impérios; e Estados modernos. (BUZAN; LITTLE, 2000).

Isto posto, o objetivo será analisar, dado o recorte temporal de 312 a.C. a 301 a.C., os seguintes aspectos em nosso estudo: os tipos de unidades, as funções políticas destas unidades, a capacidade de interação do sistema, a dimensão do sistema, os processos do sistema e, por último, a estrutura sistêmica.

Há de se destacar ainda, que iremos focar na investigação do setor político-militar, uma vez que ele requer uma capacidade interacional superior àquela requerida pelos outros setores e, por isso, fortes interações neste setor também refletem a existência de interações econômicas e societárias (BUZAN; LITTLE, 2000). Outrossim, será procurado analisar nestas questões os cinco proeminentes *diadokhoi*, ou sucessores, como também outras unidades que de alguma forma interagiram com algum destes.

As guerras dos diádocos e as dinastias sobreviventes

Após oito anos de conflito, desde a morte de Alexandre Magno na Babilônia em 323 a.C., a facção de Pérdicas foi finalmente derrotada. Declarado regente do Império e comandante do exército imediatamente após a morte de Alexandre, Pérdicas havia procurado aumentar o seu poder exercendo controle sobre a família real. Eventualmente, uma rebelião de inúmeros líderes

macedônios – como Antípatro, sátrapa da Macedônia, Antígono Monoftalmo, sátrapa de Frígia, Panfília e Lícia, e Ptolomeu, sátrapa do Egito – teve sucesso e Pêrdicas fora assassinado em 320 a.C. Todavia, seus apoiadores, como Eumenes de Cardia, continuariam lutando até 315 a.C., sendo finalmente derrotados por Antígono Monoftalmo (SANT ANNA, 2012). Com o fim das forças remanescentes da facção de Pêrdicas, a chance de unificação do império macedônico havia se encerrado, pelo menos a curto prazo.

Assim, em 314 a.C. consolidam-se quatro principais comandantes macedônios: Cassandro, filho de Antípatro, na Macedônia e Grécia; Ptolomeu no Egito; Lisímaco na Trácia; e Antígono na Anatólia e Babilônia. Por causa da extensão do poder de Antígono, ele recebeu um ultimato para entregar certas regiões aos outros três, como também para ceder a Babilônia para seu antigo sátrapa, Seleuco. Ele se recusou e uma nova guerra, o terceiro conflito entre os sucessores de Alexandre, se eclodiu. Ao seu fim, em 311 a.C., Antígono derrotou e conseguiu uma paz em que os outros sátrapas aceitavam o seu domínio da Anatólia. Todavia, Seleuco havia conquistado a Babilônia e Antígono focou seus esforços na tentativa de sua reconquista, na qual ele fracassou. Logo, Antígono aceitou o domínio de Seleuco sobre a Babilônia e a Pérsia em 309 a.C. (ROMM, 2011).

Seleuco, sátrapa da Babilônia, se juntou aos outros quatro diádocos ao exercer poder *de facto* sobre grandes territórios. Com o assassinato da família real argéada nas mãos de Cassandro, e a continuidade do domínio destes líderes sobre seus territórios, estes cinco comandantes se declararam *basileus*, ou reis, a partir de 306 a.C. em meio a um quarto conflito entre eles. Inicialmente Ptolomeu, Cassandro e Antígono lutaram entre si, até Antígono se sobressair e derrotar os outros beligerantes, resultando na formação de uma coalizão contra Antígono Monoftalmo e seu filho e co-rei, Demétrio Poliórctes (WATERFIELD, 2012).

Em seu apogeu, esta quarta guerra dos sucessores resultou na batalha de Ipso em 301 a.C. na parte ocidental da Anatólia, na qual Lisímaco e Seleuco, auxiliados por um contingente de Cassandro, enfrentaram e venceram Antígono e Demétrio. Antígono faleceu nesta batalha, enquanto Demétrio conseguiu escapar, ele mantendo o controle sob várias ilhas em meio a uma partição dos territórios asiáticos de Antígono entre Lisímaco, Ptolomeu e Seleuco, ao passo que suas regiões na Grécia foram transferidas ao controle de Cassandro. Anos depois, Cassandro faleceu e no reino da Macedônia um conflito se instaurou. Com isso, Demétrio observou uma oportunidade e ele conquistaria a Macedônia por um curto período, até ser novamente derrotado,

desta vez por Lisímaco e Pirro, rei de Epiro. Eventualmente, Demétrio foi capturado por Seleuco, encerrando as suas pretensões e a Macedônia ficando sob o controle de Lisímaco (PLUTARCO, 1920).

Em seguida, Seleuco, o diádoco do então mais poderoso dos impérios desde a batalha de Ipsos, entrou em conflito contra Lisímaco em 285 a.C., derrotando-o quatro anos depois e prosseguindo com o intuito de ocupar a Trácia e a Macedônia. Uma vez que Lisímaco havia falecido em batalha, não havia resistência nestes locais para a ocupação selêucida, e este avanço resultaria na unificação do império alexandrita, com exceção do Egito que estava sob o controle do filho de Ptolomeu, Ptolomeu II Filadelfo e, as regiões do vale do Indo, as quais haviam sido cedidas por Seleuco ao império Múria em 303 a.C. Todavia, Seleuco fora assassinado antes de seu avanço à Macedônia e o império selêucida, sob o comando de seu filho, Antíoco I, ficou limitado à Mesopotâmia e a grande parte da Anatólia. Nesse ínterim, após o fim do império de Lisímaco, inúmeras invasões celtas aconteceram na Macedônia, Grécia e Anatólia, e Antígono II Gônatas, neto de Antígono Monoftalmo e filho de Demétrio Poliórctes, derrotou os celtas na Macedônia e foi declarado rei (WATERFIELD, 2012).

Após meio século de disputas, uma certa estabilidade fora alcançada. As três dinastias que sobreviveram às guerras dos diádocos foram a antigona, ocupando a Macedônia e a Grécia, a ptolemaica, ocupando o Egito, a Palestina e a Cirenaica, e a selêucida, controlando a Mesopotâmia, o Irã e partes da Anatólia. Por sua vez, a Síria foi palco de disputa entre estas duas últimas dinastias. Todas estas três foram longevas, a antigona existindo até 168 a.C., a selêucida até 63 a.C., e a ptolemaica até 30 a.C., estas duas superando a longevidade do império Aquemênida, por exemplo. Finalmente, cada uma destas foi derrotada e teve suas regiões anexadas por Roma nestas respectivas datas (WATERFIELD, 2016).

As características do sistema helenístico entre 312 a.C. e 301 a.C.

Nesta seção, investigar-se-á as características do sistema helenístico no período entre 312 a.C. e 301 a.C., sendo instrumentalizado o modelo de pesquisa de um Sistema Internacional proposto por Buzan e Little (2000). O recorte de 312 a.C. a 301 a.C. foi feito devido à relativa estabilidade, neste espaço-temporal, da balança de poder e das potências centrais ao sistema: os cinco reinos dos sucessores de Alexandre Magno. Isto posto, as unidades aqui trabalhadas são as seguintes, além destas cinco: o império Múria, a cidade-estado de Atenas, a liga dos Ilhéus, o reino Odrísio e a Nabateia. Há de se destacar ainda, que estas não completam o sistema, visto que

um incontável número de cidades interagiu com elas, a Grécia e a Anatólia tornando-se efetivamente em campos de disputa entre os interesses das potências. Contudo, esta seleção suficientemente engloba a diversidade das unidades no sistema, com impérios, cidades-estado, federações, tribos nômades e tribos sedentárias sendo representadas.

Imagem 1: a divisão territorial em 303 a.C



Fonte: adaptado de Mladjov (2020). Disponível em: <https://sites.google.com/a/umich.edu/imladjov/maps>. Acesso em: 10/06/2020.

As unidades do sistema

Os impérios foram a classe de unidades dominante, em termos de poder e influência, neste sistema. Posto que a organização burocrática e administrativa do reino antigona foi espelhada nos outros reinos helenísticos, e como todos estes cinco eram semelhantemente centralizados em um único indivíduo macedônico, militar e carismático, será aqui detalhada somente a natureza interna do reino de Antígono Monoftalmo e seu filho, Demétrio Poliórcetes, em adição ao império Máuria. Logo, deve ser notado que as conclusões a respeito deste reino antigona podem ser replicadas aos outros quatro impérios dos diádocos.

O Estado helenístico formado por Antígono Monoftalmo era complexo, profundo e de longo alcance. Exercendo um poder militar altamente centralizado, Antígono e seu filho

controlavam um imenso corpo administrativo e burocrático na Anatólia e Síria, eles dominando diversos povos e cidades de distintas naturezas internas. Antígono usava de um conselho de Estado formado por seus *philoi*, os quais eram consultados em questões importantes e tomavam posições e funções militares, diplomáticas, financeiras e administrativas. Em geral, o império antígono era composto por regiões controladas por governadores primariamente macedônios diretamente abaixo de Antígono, dinastias nativas vassalas ao império, e poleis gregas ligadas diplomaticamente a Antígono, mas com o mínimo de interferência interna sendo exercida sob elas. Ademais, importantes fortalezas, posições defensivas, contingentes militares, e forças navais, eram todas comandadas por diferentes militares diretamente sob o controle de Antígono e Demétrio, estes militares atuando de uma forma independente aos líderes provinciais (BILLOWS, 1997).

Como o núcleo de seus exércitos era dependente do recrutamento de soldados helênicos, Antígono procurou manter constante o seu acesso aos contingentes das cidades-estado gregas no mar Egeu e na costa oeste da Anatólia, criando uma liga helênica em que as cidades possuíam uma certa autonomia e não eram guarnecidas por soldados diretamente sob o comando de Antígono, mas em troca elas entregavam o controle de suas políticas externas a Antígono e eram requeridas a auxiliarem nos conflitos do império. Com isso, Antígono garantia a independência, em relação às questões domésticas, dessas cidades. Notavelmente, a maioria das intervenções de Antígono na arena doméstica em poleis gregas ocorreram por apelos das próprias cidades, e mesmo após a sua morte Antígono manteve a sua reputação com os gregos (BILLOWS, 1997).

Por outro lado, Antígono usou extensivamente de nativos da Anatólia em seus exércitos e na administração imperial: certos dinastas nativos, como os príncipes de Bitínia e Paflagônia, mantiveram as suas regiões, eles sendo vassalos do império e contribuindo aos esforços de guerra, e havia membros não-helênicos em seu conselho. Ademais, Antígono promoveu a formação de poleis nativas, fundou inúmeras cidades helênicas e colônias militares, como também praticou o sinecismo, unindo pequenas cidades em uma só com o intuito de fortalecer a coesão de certas regiões. Em geral, a prática aquemênida de sátrapas foi desenvolvida e avançada por Antígono. Também havia uma política econômica, com Antígono taxando os seus súditos, investindo em minas, cunhando a sua própria moeda e buscando novas fontes de renda, a exemplo de sua empreitada ao comércio de olíbano no mar Vermelho (BILLOWS, 1997).

Em suma, o reino antigona, apesar de estar situado em um contexto de constante conflito, desenvolveu uma complexa organização burocrática e administrativa, com Antígono e Demétrio possuindo o monopólio da força, a legitimidade sobre o território por meio da conquista, e a posição hierarquicamente superior a outras unidades políticas distintas. O reino antigona, similarmente aos outros quatro reinos de sucessores neste espaço-temporal e ao império Máuria, era um império totalmente soberano, e as práticas antigonas foram repetidas pelos reinos de Seleuco, Lisímaco, Cassandro e Ptolomeu em diferentes magnitudes (BILLOWS, 1997).

Todos os cinco *diadokhoi* chegariam a assumir a diadema, o símbolo helenístico da realeza, entre 306 a.C. e 304 a.C., e eles cunhariam moedas com seus próprios nomes, exceto Antígono, o qual cunhou suas moedas com o nome de Alexandre Magno. Além do mais, o poder destes cinco auto-proclamados reis era mais próximo de absoluto do que o poder dos dinastas aquemênidas e dos reis da Macedônia nos séculos anteriores, incluindo Alexandre Magno. A exemplo do que ocorria na Pérsia, o poder da dinastia argéada macedônica, apesar de não ser institucionalmente restrito, era na prática limitado pela existência de uma influente nobreza hereditária que possuía importantes territórios e um status diferenciado. No entanto, esta nobreza macedônica fragmentou-se após a morte de Alexandre e dos conflitos que disto se sucederam (BILLOWS, 1997).

No que lhe concerne, o império Máuria foi formado aproximadamente em 321 a.C., quando Chandragupta derrotou o reino Nanda. Em seguida, este império entraria em conflito contra governantes macedônios e mercenários helenos remanescentes das campanhas de Alexandre, eventualmente sendo vitorioso em cima de Seleuco ao fim do século IV a.C. O império não tinha uma organização administrativa uniforme e totalmente centralizada, pois havia regiões com um maior grau de independência do que outras. Conforme apontado por Thapar (2006), três diferentes padrões de administração estavam presentes simultaneamente: o Estado metropolitano, centralizado no comando de Chandragupta e seu sucessores; as áreas centrais, com uma certa delegação de poder; e as regiões periféricas, nas quais o controle era primariamente local.

Nas regiões metropolitanas da planície do Indo-Ganges, incluindo a capital imperial, certos focos do controle estatal eram: a arrecadação de fundos, o investimento em estradas e casas, e a aproximação entre as cidades, com o intuito de nutrir o comércio e arrecadar fundos

para a manutenção do exército. Em seu turno, as províncias centrais eram aquelas imediatamente após as regiões metropolitanas, sendo estas exploradas de uma forma heterogênea, cada província sendo reestruturada de uma forma específica, de modo a contribuírem ao império de acordo com suas características geográficas e seus recursos. Por fim, as áreas periféricas observavam pouca intervenção estatal, os oficiais do Estado possivelmente tendo fracos laços com os chefes locais e coletando quaisquer tipos de proveitos disponíveis. Nesta lógica, o império não introduziu novas formas de administração nas regiões periféricas, ele apenas usufruindo do que já estava estabelecido previamente. Adicionalmente, em matéria de diversidade, o império Máuria era composto por inúmeras culturas distintas, incluindo iranianos zoroastras, gregos e budistas (THAPAR, 2006).

Entre as próprias unidades imperiais neste sistema já se observa uma alta diferenciação em termos de seus arranjos institucionais. Sem embargo, a diferenciação em termos de função, ou seja, em termos de soberania no sistema, só começa a ser notada no próximo tipo básico de unidade: a cidade-estado. Tal como mencionado, as unidades a serem pesquisadas são a cidade-estado de Atenas e a liga dos Ilhéus, uma federação composta por diversas cidades gregas situadas no grupo de ilhas Cíclades, no mar Egeu.

Após a morte de Alexandre Magno, Atenas e grande parte das cidades gregas que haviam sido avassaladas por Filipe II, pai de Alexandre, rebelaram contra o domínio macedônico, dando início à guerra lamiaca. Esta rebelião foi rapidamente derrotada e Atenas se rendeu incondicionalmente, ela recebendo uma guarnição sob o comando de Antípatro em 322 a.C. Posteriormente, esta cidade se viu controlada por Cassandro, ele unilateralmente colocando Demétrio de Falero no governo da pólis de 317 a.C. em diante. Neste período, Atenas, sob o governo de um indivíduo leal à Cassandro, continuava subjugada ao domínio estrangeiro, e a presença da guarnição macedônica assegurava a lealdade da cidade à Demétrio de Falero. Enquanto isso, forças atenienses repetidamente auxiliaram Cassandro em seus conflitos (WATERFIELD, 2012).

Em 307 a.C. o império antigona conquistou a cidade e Demétrio de Falero fora expulso, ocorrendo a restauração da democracia ateniense e a eliminação da guarnição estrangeira pela primeira vez desde 322 a.C. Em função disso, os atenienses afirmaram uma aliança formal com Antígono, concedendo inúmeras honras a ele e a seu filho. Nos anos seguintes, Atenas e o império antigona combateram juntos contra Cassandro, até que por fim Demétrio Poliórcetes

conseguiu expulsá-lo da Grécia e o forçou a se retirar à Macedônia, no ano de 304 a.C. Dois anos depois, Antígono fundou uma liga helênica, na qual todos os seus membros reiteraram as alianças entre si e concordaram em esforços mútuos para a derrota de Cassandro. Porém, essa liga foi desmantelada após a morte de Antígono em 301 a.C. (WATERFIELD, 2012).

Como exposto, Atenas presenciou dois distintos arranjos internos no período analisado, de 312 a.C. a 301 a.C., como também deixou de ser um domínio de outra unidade no sistema, ao ter a sua total soberania reconquistada. Há de salientar que a aliança de Atenas com Antígono, semelhantemente às alianças de Antígono com inúmeras outras cidades gregas - a exemplo de Rodes e Samos - eram usadas por Antígono com o intuito de aumentar a sua esfera de influência e direcionar a política externa destas cidades por meio das cláusulas acordadas (BILLOWS, 1997). No que concerne a seu sistema político interno, foi introduzido um acesso limitado, por níveis de renda, à participação política dos cidadãos no período de Demétrio de Falero, o qual dependia de Cassandro para governar. Adicionalmente, as instituições democráticas foram sabotadas, ocorrendo um *de facto* governo oligárquico até a liberação da cidade em 307 a.C., pelo qual se viu o retorno da velha democracia na pólis e a não interferência externa a seus arranjos internos. Logo, Atenas experimentou a oligarquia e a democracia neste espaço-temporal (BAYLISS, 2012).

A liga dos Ilhéus, por sua vez, tinha um arranjo interno singular. Sendo uma federação de várias cidades-estado gregas e suas ilhas no mar Egeu (KOEHN, 2012), ela era comandada por um líder estrangeiro, o qual era nomeado por Antígono. Imediatamente inferior a este líder estava o *synedrion*, um conselho de representantes nomeados pelas ilhas-membros e que possuía o poder de requisitar contribuições financeiras das ilhas participantes e infligir punições. Notavelmente, o cidadão de uma ilha tinha os mesmos direitos nas outras, a liga não sendo uma liga de estados aliados, mas sim um completo estado federativo. Em termos diplomáticos, ela era um *de facto* domínio do império antigona, a federação declarando Antígono como rei e tendo suas forças navais comandadas por ele e seu filho. Todavia, nota-se que não ocorreu uma interferência nas leis domésticas das ilhas, como também nenhuma guarnição estrangeira fora instalada por Antígono (BILLOWS, 1997).

A última classe de unidades neste sistema helenístico é a tribo, aqui sendo abordado o reino Odrísio, composto por tribos sedentárias, e os Nabateus, uma tribo nômade. O reino Odrísio era uma união de várias tribos da Trácia sob a dinastia da tribo odrísia. Centros urbanos eram comuns em seu território, e não havia uma fragmentação política e geográfica na região,

algo que era característico dos gregos. Neste sentido, apesar do rei dos Odrísios Seuthes III, durante o período analisado, ser mencionado individualmente pelos historiadores, a organização política do reino era complexa, havendo uma condução coletiva deste Estado pelas elites tribais, uma casta de líderes baseados em diferentes cidades (ARCHIBALD, 2003). Imediatamente após a morte de Alexandre, foi entregue a Lisímaco a província da Trácia durante a partição da Babilônia. Contudo, a região precisava ser reconquistada e Lisímaco derrotou Seuthes III, tornando o reino Odrísio em seu domínio. Durante as guerras dos diádocos, este reino se rebelou contra Lisímaco sob o incentivo de Antígono, sendo derrotado novamente e retornando a ser um vassalo deste rei macedônico (DELEV, 2015).

Por fim, os Nabateus, presentes ao longo da costa do mar Vermelho e em Hejaz, eram liderados por um conselho de anciãos ao fim do século IV a.C., enquanto a presença de um rei já é aludida pelas fontes históricas primárias no século seguinte (GRAF, 2006). Com um forte braço militar, eles possuíam um monopólio das rotas de comércio na região, e este povo ainda era primariamente nômade neste período (ELLIOT, 1996). De 312 a.C. em diante os Nabateus guerrearam contra Antígono, derrotando três distintas incursões e impedindo a dinastia antigona de explorar a rota de comércio da região e os recursos do mar Vermelho. Durante estes enfrentamentos a troca de mensagens entre as duas unidades políticas foi constante, eles usando do aramaico, a língua franca na Palestina e em Hejaz nesta época (BILLOWS, 1997).

A capacidade de interação, os processos e a estrutura sistêmica

Entre o início da invasão de Alexandre ao império Aquemênida e a batalha de Ipso em 301 a.C., não se verifica mudanças tecnológicas notáveis a ponto de se drasticamente alterar a capacidade de interação do sistema em questão. Por outro lado, os resultados socioculturais da invasão macedônica ao império Aquemênida foram profundos, criando uma ponte entre os helenos e os nativos da Ásia e do Egito, apesar de que, tais interações já ocorressem anteriormente em menor escala. Sem embargo, a conquista macedônica intensificou o intercâmbio cultural, não ocorrendo uma eliminação das culturas nativas, mas sim um amalgamento da cultura greco-macedônica com as diversas culturas locais (ALMEIDA; CAVALCANTI, 2019). Enquanto isso, o grego virou a língua franca na maioria das regiões e a cultura da pólis foi crescentemente incorporada pelos nativos (CHRUBASIK; KING, 2017).

Fator de grande importância, também, foram as características específicas dos cinco *diadokhoi*: todos militares, macedônios, veteranos das campanhas de Alexandre e que se

conheciam pessoalmente. Isto intensificou as interações entre seus respectivos impérios, diminuindo as distâncias entre eles e permitindo a vigência de uma balança de poder que incorporava a maior parte do mundo conhecido por eles. Nesta perspectiva, a própria ambição destes sucessores foi um fator importante, seus interesses não sendo limitados pelo o que fora acordado na partição da Babilônia em 323 a.C. Logo, o que estava por trás da conexão no setor político-militar entre estes cinco impérios não eram apenas fatores tecnológicos ou apenas o intercâmbio cultural após o fim do império Aquemênida. Isto não significa que estas questões não foram decisivas à intensificação das interações em um nível local, elas tendo um efeito notável nos setores sociocultural e econômico deste sistema.

Entrementes, no setor político-militar um dos mais importantes fatores por trás da alta capacidade de interação vista neste sistema helenístico, até 301 a.C., foi a presença de indivíduos ambiciosos que fundaram impérios e procuraram se sobressair, em relação a seus rivais. Nota-se que após a morte destes diádocos, as interações neste setor político-militar foram enfraquecidas e perderam alcance, isto mesmo no caso das três dinastias sobreviventes, a antigona, a selêucida e a ptolemaica. Enquanto isso, contatos diplomáticos ocorreram repetidas vezes entre 312 a.C. e 301 a.C., como no caso da formação da coalizão em 303 a.C.: sendo expulso da Grécia por Antígono, Cassandro requisitou o auxílio de Lisímaco, e os dois em seguida entraram em contato com Seleuco e Ptolomeu. No final, eles decidiram não só por uma aliança anti-antígona, mas também pela própria estratégia militar que procurariam instrumentalizar durante a guerra, e isto se realizou destarte a distância entre os territórios de Lisímaco, na Trácia, e Seleuco, na Babilônia, ser superior a 2000 quilômetros. No auge desse conflito, o quarto confronto entre diádocos em duas décadas, estes dois *basileus* uniram seus exércitos, Seleuco trazendo 500 elefantes que ele havia ganhado do império Máuria no tratado de paz entre os dois Estados (BILLOWS, 1997), e Antígono, denominado por Plutarco como o mais velho e mais poderoso dos diádocos (PLUTARCO, 1920), fora finalmente derrotado.

Inúmeros processos de um caráter político-militar foram observados neste sistema. A diplomacia, como uma instituição, demonstra o interesse por unidades políticas a atuarem dentro de uma estrutura mutuamente reconhecida (BUZAN; LITTLE, 2000). Neste período, a diplomacia era profundamente complexa, várias unidades tendo uma forma de representação diplomática permanente. Adicionalmente, além de coalizões como a de 314 a.C. – 311 a.C. e a de 303 a.C. – 301 a.C., verifica-se a presença de alianças com específicas cláusulas, tratados de paz,

negociações e encontros, a norma de *uti possidetis*, o intercâmbio de presentes diplomáticos, e a entrega de ultimatos (BILLOWS, 1997).

Três outros importantes processos formadores nesta época foram o ideal de *eleutheria*, a legitimidade pela conquista e a balança de poder. *Eleutheria*, traduzido para “liberdade”, foi um termo que sofreu mudanças em seu significado antes e durante o período helenístico. De início, as unidades políticas gregas consideravam que a liberdade e a independência eram alcançadas exclusivamente quando nenhuma restrição era vista à sua organização, às suas atividades e à sua sociedade como um todo, isto incluindo a política externa de uma respectiva cidade. Não obstante, inicialmente devido às hegemonias espartanas e atenienses, e posteriormente devido à hegemonia macedônica e os *diadokhoi*, a liberdade das cidades gregas, em termos de política externa e também em suas questões domésticas, foi continuamente restringida, a ponto da própria noção de *eleutheria* ser alterada: esta palavra tornou-se próxima de ser um sinônimo da palavra grega *autonomia*, ao fim do quarto século a.C. (BILLOWS, 1997). O resultado foi que, em virtude da incapacidade destas cidades em resistirem aos avanços imperialistas, seja dos macedônios ou das cidades proeminentes, a interferência na política externa das poleis tornou-se em uma norma neste Sistema Internacional.

Considerando o interesse destas cidades, de não interferência em seus funcionamentos internos, elas sendo autônomas, mas não totalmente independentes, elas fortemente repudiavam e procuravam resistir à imposição externa de uma oligarquia ou tirania, a exemplo daquelas impostas por Cassandro. As numerosas alianças que Antígono formou com poleis gregas devem ser analisadas neste contexto, ele mantendo suas autonomias e, por conseguinte, sendo percebido como um libertador destas unidades políticas (BILLOWS, 1997).

Quanto a legitimidade da conquista, a legitimidade do conquistador militar era algo reconhecido. Nesta visão, aquele que militarmente conquistou um território se tornava no legítimo soberano deste território, estas terras sendo transferidas de forma hereditária a seu sucessor. Este processo formador era anterior aos *diadokhoi*, posto que Alexandre Magno e Filipe II ambos aludiram a ele, e os sucessores prosseguiram com a noção da terra conquistada pela lança. Ainda, prévias conquistas militares de um território rebelde tornavam legítima, na visão destes *basileus*, a reconquista pela dinastia, isso mesmo no caso de um rei reconquistando um território perdido por seu antecessor. Por esta questão da legitimidade da terra tomada pela lança, os cinco sucessores eram percebidos como legítimos governantes de suas regiões, apesar de eles

serem estrangeiros em terras distantes. Logicamente, rebeliões locais aconteceram, mas sem necessariamente terem reivindicações à legitimidade percebidas como superiores à dos cinco sucessores (HAMMOND, 1996).

Em similar medida, como os agentes neste sistema constantemente co-atuavam estrategicamente, observando as interações entre terceiros e calculando os resultados indiretos de cursos de ação de outras unidades para a sua própria sobrevivência (BUZAN; LITTLE, 2000), surgiu, em meio a este intenso contexto diplomático, uma lógica da balança de poder. Em seu centro estavam os cinco reinos dos diádocos, e as interações destes com as unidades periféricas certamente foram impactadas por esta dinâmica na balança de poder, resultando, assim, na predominância da política de poder no sistema.

De 312 a.C. a 301 a.C. verifica-se inúmeros cursos de ação dirigidos por esta lógica. A título de exemplo, a política econômica de Antígono e suas empreitadas no mar Vermelho tiveram como intuito o enfraquecimento do poder ptolemaico, enquanto por trás de sua relação com as cidades gregas estava a tentativa de usurpar a influência de Cassandro na região. Ademais, o ponto fundamental que levou à formação das duas coalizões neste espaço-temporal foi a análise, por parte de Seleuco, Ptolomeu, Cassandro e Lisímaco, que o poder antigona ameaçava a sobrevivência de cada um de seus reinos, isto antes mesmo de Antígono agir de forma beligerante. Em uma ótica neorrealista, com um desequilíbrio na balança de poder, naturalmente as peças se moveram, formando uma coalizão e restabelecendo o equilíbrio. Décadas depois, o mesmo ocorreria novamente, com Lisímaco e Ptolomeu se aliando contra Seleuco.

Desta maneira, apesar de estar presente a lógica da hierarquia no sistema, primariamente entre estes reinos centrais e as unidades periféricas, a lógica da anarquia prevaleceu, os polos do sistema sendo soberanos, militarmente poderosos, e atuando por meio de um cálculo que levava em conta a balança de poder. Complementando, posto que sucedeu constantes contatos entre os polos a longas distâncias, este Sistema Internacional fora caracterizado por sua notável bidimensionalidade, e os cinco reinos interagiram entre si incessantemente, inclusive aqueles que não eram vizinhos entre si, como o reino de Seleuco e o reino de Lisímaco. Ainda, as interações destes diádocos com as outras unidades não eram limitadas à proximidade de suas fronteiras, com Antígono se aliando temporariamente com o reino Odrísio, por exemplo, e Ptolomeu buscando alargar a sua esfera de influência na Grécia de 311 a.C. em diante.

Por estas questões, este sistema helenístico se caracteriza por ser, de fato, um completo Sistema Internacional, com um elevado grau de interações no setor político-militar e composto por diversas classes de unidades, havendo também uma grande diferenciação em termos de arranjos internos e de níveis de soberania. Outrossim, a lógica da hierarquia esteve presente, os impérios sendo hierarquicamente superiores, em distintos níveis, a uma vasta gama de outras unidades. Em contrapartida, como havia diversas unidades soberanas e, inclusive, seis distintos impérios, a lógica da anarquia prevaleceu no centro deste Sistema Internacional, a balança de poder sendo um dos mais importantes processos formadores por trás do sistema e do comportamento destas unidades.

Consequentemente, certas características básicas de um Sistema Internacional neorrealista estavam presentes neste sistema helenístico, a exemplo de outros sistemas da antiguidade, a divergência sendo principalmente a diversidade das unidades e a presença de uma hierarquia entre algumas destas (BUZAN; LITTLE, 2000). Ademais, podemos verificar no período investigado a predominância da política de poder e das interações no setor político-militar e, por todos estes fatores, este Sistema Internacional é passível de contribuir às abordagens realistas de Relações Internacionais, a exemplo de análises do impacto, na estabilidade de um sistema, da configuração estrutural multipolar desequilibrada, configuração característica deste sistema helenístico, com o reino de Antígono se sobressaindo em relação aos outros quatro polos.

Tendo definido o sistema dos diádocos ao fim do século IV a.C., a problematização da explicação do funcionamento deste específico sistema é algo para outra pesquisa. Seja como for, está claro que a vertente vestfaliana negligencia Sistemas Internacionais diversos, os quais, ao serem objeto de pesquisa dentro da disciplina das Relações Internacionais, são passíveis de nos produzirem inferências a respeito da evolução e do funcionamento de Sistemas Internacionais, suas unidades, as interações entre os atores, a estabilidade sistêmica, e os efeitos das normas, valores e regras compartilhadas. Diante disso, a própria análise crítica da História contribui com a disciplina por meio de uma investigação da evolução dos sistemas ao longo dos séculos, não se tomando o Sistema Internacional do século XX e XXI como estático e imutável.

Sem embargo, quando ocorrem, estas pesquisas de tais sistemas de outras épocas são comumente instrumentalizadas por meio de uma análise anacrônica atrelada à noção de ahistoricidade, sendo aplicada noções como soberania e legitimidade sem a devida distinção histórica. O resultado é que pesquisadores rotineiramente ignoram a diversidade de unidades e as

características fundamentais de sistemas de outrora, generalizando as suas conclusões para toda a gama de sistemas ao longo da história. Isto é uma abordagem problemática, uma vez que “o Sistema Internacional moderno não fornece as bases explicativas para compreender as relações externas desencadeadas na Antiguidade” (TEIXEIRA; SCOTELARO, 2018, p. 91). Por meio de nossa investigação, é evidente as singularidades do Sistema Internacional helenístico, ele sendo caracterizado pela sua bidimensionalidade, por sua alta capacidade de interação, pela presença concomitante da lógica da anarquia e da hierarquia, por inúmeras normas internacionais, por sua diversidade de unidades, e pela intensidade das interações político-militares em virtude das ambições dos diádocos. Portanto, não necessariamente a ele se aplicam conclusões produzidas por estudos do sistema pós-Vestfália. Em última instância, o que é necessário é uma perspectiva histórica universalista, e por ela a história pode ser instrumentalizada a ponto de contribuir aos estudos das Relações Internacionais como um todo.

Considerações finais

Neste trabalho analisamos a tendência vestfaliana na disciplina de Relações Internacionais, sendo identificado que ela negligencia parte significativa da história como um objeto de análise por meio de uma definição estreita do conceito de Sistema Internacional. Por meio de uma abordagem proposta por Buzan e Little (2000), procuramos detalhar as características fundamentais do sistema helenístico ao fim do século IV a.C., se observando as suas singularidades.

Concluimos que este sistema era de fato um Sistema Internacional completo, com inúmeros importantes processos formadores e um alto grau de interação nos três setores, o econômico, o sociocultural, e principalmente no político-militar. Ademais, as unidades eram diversificadas, ocorrendo uma grande diferenciação funcional e, inclusive, em termos de seus arranjos internos. Com isso, observamos não apenas a presença da lógica da hierarquia, mas também a da anarquia, tendo em vista a presença de vários impérios participando em uma balança de poder, e o resultante foi a predominância da política de poder entre as unidades.

Notando-se as singularidades deste sistema helenístico, principalmente em comparação ao sistema pós-Vestfália segundo as abordagens tradicionais, conclui-se que a investigação de Sistemas Internacionais de outrora é passível de contribuir à disciplina de Relações Internacionais, sendo necessária a revisão do paradigma vestfaliano e da tendência ao ahistoricismo. Somente por meio deste desenvolvimento que se é possível produzir uma

perspectiva histórica universalista, na qual a evolução dos Sistemas Internacionais ao longo dos séculos é em si um importante objeto de estudo para a disciplina. Finalmente, em função da presença, neste sistema helenístico, de características semelhantes, porém não idênticas, àquelas do Sistema Internacional moderno segundo a abordagem realista, esta superação da tendência vestfaliana se apresenta como fundamental para a ampliação do escopo de estudos desta respectiva vertente teórica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Vitor; CAVALCANTI, Juliana. Caminhos históricos para o domínio helenístico sobre Jerusalém. **NEARCO – Revista eletrônica de antiguidade e medievo**, v. 12, p.175-195, 2019.
- ARCHIBALD, Zosia. Space, hierarchy, and community in archaic and classical Macedonia, Thessaly and Thrace. *In*: BROCK, Roger. **Alternatives to Athens: varieties of political organization and community in ancient Greece**. [S.l.]: Oxford University Press, 2003.
- BAYLISS, Andrew. **After Demosthenes: the politics of early Hellenistic Athens**. [S.l.]: Bloomsbury Academic, 2012.
- BILLOWS, Richard. **Antigonus the One-Eyed and the creation of the Hellenistic state**. [S.l.]: University of California Press, 1997.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history: remaking the study of International Relations**. [S.l.]: OUP Oxford, 2000.
- CARVALHO, Benjamin; LEIRA, Halvard; HOBSON, John. The big bangs of IR: the myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 39, n. 3 p.735-758, 2011.
- CHRUBASIK, Boris; KING, Daniel. **Hellenism and the local communities of the eastern Mediterranean: 450 BCE-250 CE**. [S.l.]: Oxford University Press, 2017.
- DELEV, Peter. Thrace from the assassination of Kotys I to Koroupedion (360-281 BCE). *In*: VALEVA, Julia. **A companion to ancient Thrace**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2015.
- ELLIOT, Jack. The Nabatean synthesis of Avraham Negev. *In*: SEGER, Joe *et al.* **Retrieving the past: essays on archaeological research and methodology in honor of Gus W. Van Beek**. [S.l.]: Eisenbrauns, 1996.
- GRAF, David. The Nabateans in the early Hellenistic period: the testimony of Posidippus of Pella. **Topoi. Orient-Occident**, v. 14, n. 1, p.47-68, 2006.
- HAMMOND, Nicholas. The Macedonian imprint on the Hellenistic world. *In*: GREEN, Peter. **Hellenistic history and culture**. [S.l.]: University of California Press, 1996.
- KOEHN, Clemens. League of islanders (Nesiotic League). *In*: BAGNALL, Roger *et al.* **The Encyclopedia of Ancient History**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2012.
- MINGST, Karen; ARREGUÍN-TOFT, Ivan. **Essentials of International Relations**. [S.l.]: W.W Norton, 2018.

- MLADJOV, Ian. **Historical Maps**. Ian Mladjov's resources. 2020. Disponível em:<<https://sites.google.com/a/umich.edu/impladjov/maps>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates**. [S.]: Campus, 2005.
- OSIANDER, Andreas. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian myth. **International Organization**, v. 55, n. 2, p.251-287, 2001.
- PLUTARCO. **Lives: Demetrius and Antony, Pyrrhus and Gaius Marius**. Tradução por Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library: London, 1920.
- ROMM, James. **Ghost on the throne: the death of alexander the great and the war for crown and empire**. [S.]: Knopf, 2011.
- SANT ANNA, Henrique. Antígono versus Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301 a.C.. **Opsis**, v. 12, n. 2, p.232-246, 2012.
- SCHMIDT, Brian. Competing realist conceptions of power. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 33, n. 3, p. 523-549, 2005.
- SCHWELLER, Randall. **Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998.
- SNIDAL, Duncan. The limits of hegemonic stability theory. **International Organization**, v.39, n. 4, p.579-614, 1985.
- TEIXEIRA, Rodrigo; SCOTELARO, Marina. Os princípios do sistema internacional no Oriente Próximo antigo: redistribuição e reciprocidade. **Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p.79-93, 2018.
- THAPAR, Romila. The Mauryan Empire in early india. **Historical Research**, v. 79, n. 205, p.287-305, 2006.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Long Grove, IL: Waveland Press Inc., 2010.
- WATERFIELD, Robin. **Dividing the spoils: the war for Alexander the great's empire**. [S.]: Oxford university press, 2012.
- WATERFIELD, Robin. **Taken at the flood: the roman conquest of greece**. [S.]: Oxford university press, 2016.
- WATSON, Adams. **The evolution of international society**. London: Routledge, 1992.

“Que é que pode ser o rei?” O Paiz e a linguagem de contestação da ordem no final da década de 1880

“Who can be the king?” O Paiz and the language about order contestation in the end of the 1880 decade

Cibele Camargos Pereira
Graduada em História
Faculdade Saberes - ES
cibelecamargosp@gmail.com

Recebido em: 06/07/2020

Aprovado em: 30/07/2020

Resumo: O presente artigo pretende analisar a linguagem de contestação da ordem imperial que fora veiculada no jornal “O Paiz” na década de oitenta do século XIX brasileiro. Evidenciamos a imprensa como elemento determinante no processo de desconstrução dos simbolismos que sustentavam a representação da monarquia. Promovemos um balanço, ilustrando as principais perspectivas historiográficas acerca do ocaso do Império. Neste sentido, exploramos a inauguração de uma nova cultura política na sociedade imperial, fundada na crítica as tradições do regime, e na construção de um vocabulário que propagandeava a República.

Palavras chaves: Crise do Império; Republicanismo; Imprensa.

Abstract: This paper intend to analyze the contestation language about the empire order that was made in the newspaper “O Paiz” in the end of the brazilian nineteenth century. Emphasised the press like a important artifice in the deconstruction of the symbolisms that supported the monarchy representation. We performed a balance, illustrating the main historiographic prospects about the end of the Empire. In this respect, we explored the inauguration of a new politic culture in the empire society, grounded in the critic of the state traditions, and in the constrution on the new vocabulary that promoted the Republic.

Keywords: Empire crisis; Republicanism; Press.

Almejando compreender a conjuntura política do processo de ruína do regime imperial brasileiro, dirigimos nosso olhar sobre as linguagens que circulavam no período. Consideramos o arcabouço linguístico do contexto como articulação de grupos insatisfeitos com a situação de alijamento do poder político, dando margem para a construção de uma nova cultura política, fundada no questionamento do regime vigente.

As últimas décadas do século XIX brasileiro abrigaram modificações em diversos eixos da ordem estabelecida. O movimento abolicionista e as leis que iniciaram a emancipação dos escravos; a ampliação do acesso às universidades; a oportunização da fundação de tipografias e publicação de jornais; a emergência do republicanismo, constituíram uma série de mudanças que alteraram o cenário político nacional (ALONSO, 2002, p.97-98).

Segundo Angela Alonso, a modernização ocorrida na sociedade imperial nos anos de 1870 promoveu um conflito intra-elite. Neste sentido, os dois partidos imperiais, conservador e liberal¹, se desfiguraram. Além disso, a entrada em cena de uma nova geração de intelectuais começara a pressionar o sistema, a fim de atingir os cargos representativos do governo (ALONSO, 2002, p.86-87).

É necessário compreender os elementos que compõe a sustentação do regime imperial. Desse modo, averiguaremos como se desenvolveram as linguagens dos contestadores da ordem, além de identificar o arcabouço linguístico dos envolvidos no processo, responsáveis pela introdução de uma nova cultura política. A ressignificação da representação da monarquia conduziu seus caminhos ao colapso, e posteriormente à ruína.

Os sentidos da crise

A ordem estabelecida no Brasil imperial no instante posterior a proclamação de sua Independência do Estado português, foi, conforme argumenta José Murilo de Carvalho, consequência das decisões da elite política do período. A instalação de um regime monárquico, a construção da unidade nacional, “de um governo civil estável”, a opção pela manutenção do trabalho escravo, o catolicismo e a excessiva centralização política constituem alternativas impostas pelos anseios de uma elite política existente no país, permeada por uma homogeneização ideológica, visto que compartilhavam, grosso modo, a formação acadêmica (CARVALHO, 2008, p.21).

A referida elite imperial, conforme salienta Angela Alonso, possuía como modelo o repertório europeu, almejando não aproximar sua experiência em similaridades com os países da América próxima, visto que a vivência política na América latina era marcada por desordem. Havia um consenso acerca dos aspectos da ordem estabelecida que não poderiam conhecer

¹ O Partido Liberal dividia-se e perdia seus membros mais radicais para o novo Partido Republicano (CARVALHO, 2008, p.207). Já no interior do Partido Conservador, a parte moderada enfrentou os emperrados, empreendendo uma reforma modernizadora no Império (ALONSO, 2009, p.4-5).

reformas, pois constituíam a base do regime: “a forma de governo, o regime de trabalho, a religião do Estado, o controle social” (ALONSO, 2002, p.65).

Compreendemos que a conjuntura do Brasil monárquico era alicerçada em uma rede de elementos simbólicos que mantinham sua ordem inalterada, onde não cabiam reformas, portanto, a elite dirigente não direcionava críticas a esses aspectos. Contudo, um novo grupo de intelectuais surgira no contexto imperial (na década de 1860 para Carvalho; e na década de 1870 para Alonso) como questionadores das bases do regime, contestando a sua perpetuação, visto que encontravam-se excluídos dos espaços de atuação política.

O processo de ruína da ordem imperial originou uma série de interpretações historiográficas diferentes. Oliveira Viana(2010) e Nelson Werneck Sodré(1987), parte da historiografia tradicional, entendem o processo como orientado por três aspectos: a Questão Militar, a Questão Religiosa e a Questão da Abolição. A obra de Sodré pauta-se numa visão marxista, evidenciando o processo como marcado pela emergência de uma classe média, que impõe nova configuração à sociedade imperial (SODRÉ, 1987, p.269-270). Já o trabalho de Oliveira Vianna (2010) explicita a influência da crise do gabinete Zacarias de Goés, em 1868, no processo de deslegitimação do regime.

Em contrapartida, para Emília Viotti da Costa, o golpe de 15 de novembro fora articulado a partir da insatisfação do exército, somado a impaciência dos membros do Partido Republicano, que não vislumbravam reformas possíveis no interior do regime. A oligarquia dominante havia deixado claro que não cederia espaço para reformas, já que elas ameaçariam seu poder (COSTA, 1999, p488-489).

Sérgio Buarque de Hollanda (2004, p.7) argumenta que, a queda do gabinete liberal em 1868, e o estabelecimento do conservador, marcam o fim das glórias do regime e o início da crise. A grave crise econômica de 1875 comprometeu a modernização do país. Ademais, a enfermidade que vitimou o imperador a partir de 1877, influenciou o simbolismo monárquico, já que uma monarquia se sustenta na imagem de um rei forte. Somada a essas questões, Hollanda salienta que homens de elite excluídos da representação política iniciam a retórica da contestação ao regime (HOLLANDA, 2004, p.349 e 353).

Entretanto, a perspectiva dos referidos autores nos parece insuficiente para entender a composição da crise do Brasil Imperial, concordamos com a visão mais recente, de Angela

Alonso, acerca do processo. Alonso afirma que até a década de 1870 as instituições políticas desenvolvidas pelos conservadores mantiveram-se intactas e inquestionadas em sua essência. Contudo, os anseios dos liberais em expandir sua participação política converteram-se em pressões favoráveis à reforma eleitoral e judiciária (ALONSO, 2002, p.70-71).

Ademais, os fundamentos da economia, pautada no escravismo, encaminhavam-se para o colapso do sistema, conduzindo à propagação de divergências no seio do Partido Conservador. Os conservadores emperrados repudiavam modificações nos princípios do regime, ao passo que os moderados entendiam que as mudanças deveriam ocorrer de modo gradual (ALONSO, 2009, p.4-5).

Compreendemos que a fragilização do *status quo* saquarema, fora gerada pelas desavenças no interior da elite e pela interrupção da agenda da modernização conservadora. Destacamos também as modificações no âmbito econômico a partir da Lei Eusébio de Queiroz e das reformas do gabinete do Visconde do Rio Branco. Ademais, os meios de expressar opiniões tornaram-se mais acessíveis, sendo mais fácil fundar tipografias, publicar livros e jornais, como também ingressar no ensino superior. Desse modo, criam-se os meios para a estruturação de um espaço público de discussão política nas áreas urbanas. Nesse ambiente compôs-se a contestação de elementos como a escravidão e a própria monarquia, assim emergia a crise (ALONSO, 2002, p.97-98).

A partir desta perspectiva, o surgimento de setores da elite imperial, descontentes com a ordem estabelecida relaciona-se à ocorrência de transformações no interior da própria elite imperial. Explicitamos a atuação de uma nova geração política.

Nesse sentido, segundo Milene Ribas da Costa, as modificações geradas pela lei Eusébio de Queiroz (1850), e a “modernização conservadora” (nos anos iniciais da década de 1870), conduziram à formação de dois grupos com interesses díspares. A elite tradicional afeita e privilegiada pela ordem imperial estabelecida, contrária a reformas, passou a conviver com um grupo ligado a novas experiências econômicas e proveniente de outros setores sociais, excluídos do sistema político e interessados em ocupar estes espaços (RIBAS DA COSTA, 2006, p.29).

No campo das ideias, Karulliny Silverol Siqueira salienta que, o final do Oitocentos brasileiro fora permeado pelo fluxo contínuo de teorias estrangeiras de caráter cientificista, evolucionista e progressista, assim conjugava-se uma nova linguagem e cultura política. A

historiadora evidencia que, a crise definiu-se a partir do repertório de rechaço ao Estado monárquico, entendido como ineficaz, e pela exaltação da República, modelo do progresso (SIQUEIRA, 2016, p.101-102).

Compreendemos que os impulsos da contestação eram orientados pelos desejos dos marginalizados politicamente em construir a sua participação. Não se tratava apenas de republicanos visando impugnar a manutenção do sistema monárquico, as vozes dos liberais radicais também questionavam as formas como os caminhos do império eram conduzidos. A conjuntura que ensejou a formação dos novos grupos de intelectuais, bem como a oportunidade de seus posicionamentos serem expostos, foi responsável pela constituição da crise.

Instrumentos de contestação da ordem

A década de 1870 foi palco para a emergência de uma nova geração de intelectuais no Brasil monárquico. O grupo formado possui gênese na democratização do acesso ao Ensino Superior, na ampliação dos ambientes de leitura, provenientes da modernização conservadora. A geração de 1870 começou a exprimir seus ideais a partir de um processo divergente dos políticos tradicionais. Já que não conseguiam alcançar cargos nos ambientes políticos tradicionais (Parlamento, Câmara do Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Provinciais), articulam novos modos de expressão política.

Os grupos contestadores do regime imperial encontraram alternativas para propagar seus discursos utilizando “campanhas temáticas, associações de curta duração, passeatas, comícios, banquetes”, além disso, valiam-se dos periódicos e da publicação de livros. Em destaque, delineia a imprensa como responsável pela emergência de um novo “clima político-cultural” (ALONSO, 2002, p.276 e 279).

De acordo com Marialva Barbosa, a década de 1880 inaugura uma modernização dos periódicos, aumenta-se o número de tipografias nas províncias fluminense e paulista. A autora salienta que a expansão dos meios de transporte, bem como o melhoramento dos serviços dos Correios, é responsável pela constituição de um hábito de leitura dos periódicos nos centros urbanos nacionais (BARBOSA, 2010, p.117).

A elite contestadora encontrou na imprensa um espaço de articulação política, sendo, portanto, amplamente utilizado. Para Lúcia Ferreira (2010, p.1), o discurso da imprensa atua

“como espaço sócio-histórico em que se articulam o poder e as transformações sociais, participe ativo na construção das identidades culturais [...]”.

Nesse sentido, os periódicos redigidos pelos questionadores da ordem monárquica, almejam modelar os posicionamentos dos leitores em relação aos fundamentos do regime. Assim como esclarece Humberto Fernandes Machado (2007, p.4), os periódicos partilham do poder de moldar a opinião pública a partir do fato que está sendo veiculado em suas páginas.

Considerando a análise de Silvana Mota Barbosa Blanco, percebemos os periódicos redigidos no contexto da crise imperial como cruciais no processo de deterioração simbólica da ordem monárquica e de deslegitimação das suas instituições, promovendo intenso “juízo” da dinâmica imperial. As páginas dos jornais questionadores do regime eram permeadas por um “estilo teatral, trágico ou cômico” (BLANCO, 1995, p.90).

Contudo, por meio da análise de Andrea Santos da Silva Pessanha, é possível conferir, que o caráter formador de opinião pública atribuído aos jornais no Brasil Imperial necessita observação. É prudente observar que os periódicos atingiam seletivo público letrado, visto que as condições de alfabetização nacional eram restritas, assim como o valor da folha caracterizava-se como empecilho para atingir os grupos menos abastados (PESSANHA, 2006, p.57).

No entanto, ainda assim, o percurso da urbanização facilitou a difusão das mensagens dos jornalistas, ampliando o número de leitores, assim como o espalhamento, por meio da oralidade, dos discursos escritos, com destaque para a leitura pública (PESSANHA, 2006, p.57).

A democratização dos meios de expressão de opinião propiciou a articulação da crítica no período da crise do regime imperial. Os novos espaços constituíram ferramenta essencial para a propaganda republicana, bem como para a reivindicação liberal por reformas no interior do regime. A dessacralização da monarquia ocorreu nas ruas, nos eventos públicos e nos periódicos, dia após dia, em certo ponto, toda a ordem viria a ruir.

O vocabulário da contestação: o periódico *O Paiz* no final da década de 1880

A desconstrução dos elementos que promoviam a perpetuação da ordem imperial ocorreu através dos novos discursos advindos daqueles que antes eram silenciados, já que não possuíam espaço para ecoar suas ideias. As críticas eram direcionadas aos sustentáculos do regime monárquico, atacando diretamente os pilares do *status quo* imperial, moldados pelos Saquaremas

nos anos anteriores. A configuração da contestação trabalhava de modo a desacreditar a eficácia do sistema vigente, valendo-se de um novo vocabulário linguístico.

Ao longo da crise, a representação da monarquia vai assumindo novos contornos frente à sociedade imperial, orientada pela nova cultura política do período. Nesse sentido, compreendemos que a soberania política de um monarca é respaldada em meio da exibição de artifícios simbólicos, de signos que esculpem sua imagem e legitimam a sua dominação (CHARTIER, 2011, p.21). Portanto, entendemos que as investidas em relação a representação do império, propulcionistas de severas modificações na forma como o poder imperial era encarado necessita atenta análise, visto que atuou como determinante para o ensejo da República.

O vocabulário da nova cultura política se inscrevia no clamor por reformas, que conduzia o debate e os confrontos entre os políticos. Milene Ribas da Costa (2006, p.32) entende a linguagem contestatória como direcionada às faculdades do Poder Moderador, a centralização política e administrativa, e aos privilégios da elite tradicional.

Ademais, Maria Teresa Chaves de Mello concorda com os pressupostos da referida autora, acrescentando a representação da figura do monarca, o modo de trabalho escravo, a centralização política e administrativa como questões de rechaço dos contestadores. As condecorações eram vistas como mantenedoras dos privilégios, condenavam o regime, acusando-o de corrupção. Mello aponta que a doença do imperador incidiu diretamente sobre o poder monárquico, o discurso republicano apontava uma fragilidade do poder pessoal com Pedro II enfermo, afirmando que o “espírito do regime ficava atingido” (MELLO, 2007).

A crítica dos contestadores era voltada para as “instituições políticas do Segundo Reinado” e para os “valores da tradição imperial”. Valendo-se do ideário do evolucionismo histórico, para uma política científica, promoveram, por meio da linguagem que circulava na imprensa, uma reformulação da identidade nacional, deslegitimando a tradição pautada no nacionalismo indianista dos românticos. A geração de 1870 empenhou-se em desenvolver uma nova estrutura simbólica para a nação (ALONSO, p.242-243).

Os intelectuais questionavam a legitimação do regime pelo direito divino do rei; contrariavam as noções de desigualdade natural que mantivesse a maioria dos grupos distantes da participação política; rechaçavam a existência de uma religião que conduzisse os atos do governo; apontavam a deficiência do sistema representativo como responsabilidade da elite, não do povo;

criticavam as formas de efetuar a composição dos cargos públicos como determinantes na inoperância do Estado; ademais, eram contrários ao regime de trabalho escravo como base da produção (ALONSO, 2002, p.244).

A linguagem política utilizada pelos contestadores do sistema vigente, tanto grupos republicanos, quantos liberais, ambos descontentes com a condição de alijamento político, atua na construção de novas representações da ordem estabelecida. Desse modo, configura-se uma nova cultura política, fundada na contestação. Nossa direção será analisar a linguagem que possibilitou a emergência das representações impugnadores da ordem.

Analisaremos a linguagem veiculada pelo periódico *O Paiz*, redigido por Quintino Bocaiuva² e seus colaboradores. Sua redação localizava-se na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sendo propriedade de João José dos Reis Júnior. Circulava de segunda a segunda e seus escritos misturavam questões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, criminais, entretenimento, além das propagandas, que ocupavam, tradicionalmente, as duas últimas páginas.

O valor da assinatura anual da folha, na Corte e em Niterói, era de 12\$000, ao passo que nas demais províncias cobrava-se 16\$000, para aquisição do número avulso, investia-se 40 RS³. Seus editores o declaravam como neutro em relação às querelas dos partidos políticos, apresentando-se como espaço de articulação de ambos os grupos veicularem seus posicionamentos e propostas⁴.

No entanto, a partir da análise da linguagem veiculada nas páginas do jornal, formulamos destoante hipótese acerca de seu posicionamento político. A folha ofertava severas críticas à

² Quintino Bocayuva era figura proeminente no movimento republicano da corte e líder do partido.

O Paiz, 16/10/1888, nº1470. Em seção intitulada *O Paiz*, são apresentadas as felicitações dadas ao periódico pelo seu quarto aniversário. Em trecho de “O Diário Popular de São Paulo” encontra-se a parabenização acompanhada de homenagem ao jornalista, “O Paiz é Quintino Bocaiúva, esta que é a verdade, e assim é que todos sentem”.

³ O valor deste jornal era bastante acessível. Consideramos que um escravo de ganho ou mesmo alforriado poderia eventualmente comprar um exemplar, já que recebia cerca de 80 réis como remuneração pelo trabalho diário (MOREL, 2016, p.63).

⁴ *O Paiz*, 26/06/1888, nº1358: Como é sabido, a nossa folha é neutra nas contendas dos partidos políticos que entre si disputam a preponderância no governo do Estado.

[...] a imprensa neutra é a arena do debate, e abrir espaço à livre manifestação do pensamento de cada um é fornecer, pela discussão, a própria opinião pública, o elemento indispensável para que ela se pronuncie com conhecimento de causa, quer tanto às doutrinas quer tanto aos partidos e às pessoas interessadas no pleito político.

[...] abrimos também hoje uma sessão especial que [...] fica pertencendo ao Partido Republicano, que por meio dos seus escritores terá a liberdade de fazer a propaganda dos seus princípios e a de defender os legítimos interesses.

Esse direito, nas mesmas condições, pode ser exercido por qualquer outro partido que queira ter na imprensa de grande circulação um espaço consagrado a ser o órgão das suas ideias.

ordem imperial, aos membros do governo representativo, ao próprio monarca e seus familiares; acusava o governo de corrupção; propagandeava a abolição; rechaçava as tradicionais cerimônias e festas; condenava o Poder Moderador, a centralização e o parlamentarismo. Ademais, a insatisfação atingia o possível Terceiro Reinado, por meio do apontamento das incapacidades da Princesa Isabel. É notável a postura republicana do jornal, interessado em encerrar o domínio imperial.

No ano 1888, a seção intitulada “Partido Republicano” dedicou-se a questionar os privilégios do regime monárquico e a inutilidade de um imperador. Utilizando aspectos linguísticos que caracterizavam a busca por progresso, evidenciando a ordem estabelecida como arcaica.

Que do campo senhores, para o **governo de todos**, sobretudo para o **governo republicano**, da pátria, em vez da exploração de tudo e de todos para um e os seus, para a **monarquia, ociosa e privilegiada**.

Se no passado a ideia da pátria casava-se a ideia de rei, é que o rei era o braço da pátria. Hoje, porém, **que é que pode ser o rei?** Alimento à árvore, sombra à ramagem, ou parasita dela? **Parasita**, porque a árvore tem agora a sombra das próprias folhas, não mais teme os furores dos céus: fez-se paz na floresta, e o vendaval não precipita troncos sobre troncos; parasita porque a pátria é hoje somente a pátria, tumulto do antepassado, lar do conterrâneo e o berço do filho. (O Paiz, n.1421, 28 ago. 1888).

De acordo com o vocabulário acima, percebemos um artifício linguístico republicano que almejava tornar sinônimos os termos democracia e república. Visto que, a República é caracterizada como “governo de todos”. Em contrapartida, a monarquia é associada aos vocábulos: exploração, ociosa, privilegiada.

Ademais, o jornalista propõe que o governo de um rei representa o “passado”. Observamos o uso de metáforas como recurso retórico. Sendo assim, o imperador é acusado de “parasita”.

A linguagem orientada pelo ideário progressista expõe a impossibilidade e a inutilidade de promover reformas na ordem vigente. É exposto que a monarquia é o passado, neste sentido, publica-se: “A monarquia é esterilização do passado, a leviana dissipação do presente e seria a catástrofe medonha do futuro nacional, se pudesse perdurar” (O Paiz, n.1393, 31 jul. 1888).

Os políticos da antiga geração são descritos pelo jornal como desinteressados em seguir os caminhos do progresso. Além disso, utilizando o recurso linguístico da metáfora, exibiu-se que

os “homens da monarquia” “tratam a nação como um poltrão esfaimado, cuja gula, dizem eles, é preciso saciar” (O Paiz, n.1376, 14 jul. 1888).

Destacamos nas páginas d’*O Paiz* o tom da linguagem que empregavam para revogar a legitimidade do *status quo* imperial. Em artigo intitulado “Mecanismo Emperrado”, valendo-se da ironia, apresentam a impossibilidade de o sistema funcionar de modo satisfatório, alegando que os impedimentos encontram-se na “exagerada centralização e no parlamentarismo”, não nos políticos que geriam a coisa pública.

Porque o mal é inerente ao nosso sistema de governo, enquanto perdurar o **parlamentarismo** não podemos pretender que os assuntos propriamente administrativos escapem à influência da política ou sejam por ela contrariados até nos tramites ordinários de expediente dos negócios.

O efeito da **exagerada centralização**, que torna dependente do despacho dos ministros até a falta de selos nos papéis entregues às secretárias, e que tanto avolumam o papelório obrigado a transitar pelos canais competentes, e facilmente se compreende que é admirável haver ainda quem queira ser ministro em um regime semelhante.

O defeito está no sistema e não nas pessoas, e é isso que caracteriza a **impotência do nosso governo para fazer o bem, ainda quando deseja fazê-lo** [...] (O Paiz, n.1396, 03 ago. 1888).

A linguagem acima polariza os vocábulos de “bem” e “mal”, definindo o governo imperial como o próprio “mal”, salientando sua impossibilidade de propagar o “bem”. O idioma conduz à percepção que o sistema vigente está “emperrado”, por mais que reformas sejam empreendidas, o regime monárquico continuará inadequado, incapaz de promover o bem comum. Desse modo, propaga-se que a solução dos problemas do país encontra-se em outro modelo de governo, a República.

O Poder Moderador⁵, frequentemente chamado de poder irresponsável, configurou o repertório da crítica de *O Paiz*. Proclamavam os problemas existentes no império como consequência das errôneas escolhas de Pedro II, que atuava desmoralizando os políticos em suas decisões.

⁵ Emília Viotti da Costa orienta que as atribuições do referido poder reservavam a Pedro II uma dominação praticamente absoluta, podendo influir nas questões do legislativo e do judiciário, bem como atuar no executivo, compartilhando esse âmbito apenas com os ministros, que poderiam ser nomeados ou retirados dos seus cargos quando o monarca achasse conveniente. No entanto, o imperador, poucas vezes, impôs seus desejos nas decisões políticas e administrativas do país, deixando a cargo das oligarquias que controlavam a dinâmica política do Império (COSTA, 1999, p.461).

A linguagem da contestação caracterizava a atribuição de D. Pedro II como causador de um poder pessoal. Utilizando o vocábulo “ruína”, definem o monarca como responsável pela crise do Estado imperial, através de suas decisões facultadas pelo quarto poder (O Paiz, n.1240, 28 fev. 1888).

Os jornalistas conviviam com o ideário progressista e evolucionista do período. Nessa perspectiva, estas concepções moldavam o arcabouço linguístico destes intelectuais. Em seção intitulada Partido Republicano, defendem que: “A nação precisa restaurar-se, banir as instituições aviltantes que a tem aniquilado, retemperar-se nos largos concursos da verdadeira liberdade e entrar francamente nos **caminhos do futuro**” (O Paiz, n.1376, 14 jul. 1888). O vocábulo “futuro” permeia o idioma republicano, que entende a monarquia como símbolo de um passado que precisa ser abandonando.

O movimento de contestação do regime imperial compreendia que: “Não é pertinente no momento atual, volvermos a esse **passado** de ontem para fazermos reparos importunos que de modo algum aproveitam” (O Paiz, n.1358, 26 jun. 1888). De acordo com a linguagem evidenciada, notamos que propagandeavam a impossibilidade do regime de prosperar, a monarquia ficara no passado, e nenhuma reforma poderia direcioná-la para o futuro.

A nova geração de intelectuais questionava a forma como era recebido o movimento republicano pelos monarquistas: “Em falta de argumentos válidos com que possam combater a **marcha natural da transformação monárquica para o regime republicano**, eles procuram caluniar e deprimir o movimento” (O Paiz, n.1358, 26 jun. 1888). O vocabulário linguístico marcado pelas noções evolucionistas é evidente ao analisarmos o uso do termo “marcha natural”. Os questionadores da ordem entendiam que a substituição do sistema aconteceria como um caminho da evolução e do progresso.

As cerimônias e festas costumeiramente realizadas na corte compunham o aparato que sustentava o poder monárquico. A crítica também respingou nesses eventos tradicionais, diminuindo sua relevância e construindo uma narrativa de esbanjamento do tesouro nacional.

A cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à princesa Isabel, pelo aniversário da Lei do Ventre Livre, fomentou agitações por parte do periódico, além da crítica de sujeição da monarquia ao poder temporal, ironizaram da seguinte forma: “O governo dará a solenidade religiosa toda a pompa oficial que lhe for compatível” (O Paiz, n.1421, 28 ago. 1888).

Ademais, em meio as acusações de desperdício do dinheiro público, figurou o presente dado pelo Imperador ao seu médico, que acompanhou o seu tratamento contra a diabetes. Em passagem intitulada “Mimo Imperial” satirizavam a casa oferecida por Pedro II ao responsável pela sua saúde (O Paiz, n.1412, 19 ago. 1888).

A doença que atingiu Pedro II em primeiro de março de 1887 originou especulações acerca da sua estabilidade mental, três meses depois, em 23 de junho de 1887, deixou o país para tratar sua enfermidade na Europa. A partida do imperador fez com que a princesa Isabel assumisse o governo como regente, pela terceira vez, dando provas de que o Terceiro Reinado estaria próximo. A futura imperatriz, bem como seu esposo, o Conde d’Eu, não eram bem quistos na sociedade imperial, até mesmo entre os monarquistas. Argumentava-se sobre o vazio de poder deixado com a ausência do monarca (HOLLANDA, 2004, p.353).

A linguagem expressa nas páginas de *O Paiz* valeu-se, a partir daí, da situação. A diabetes do imperador era associada a demência, e as freqüentes menções ao estado de saúde do monarca conduzem a construção de uma linguagem de incapacidade do governante em gerir os assuntos públicos, alegando que a anarquia havia se instalado.

Inúmeros artigos aproveitavam-se da condição física do governante na construção da linguagem contestatória “O Estado de saúde do Imperador do Brasil agravou-se com os últimos incômodos que apareceram e Sua Magestade está de cama” (O Paiz, n.1311, 09 mai. 1888); em outra edição “Os médicos que examinaram Sua Magestade ultimamente constatam a existência de congestão e nelvragia, complicando seus padecimentos gerais” (O Paiz, n.1315, 13 mai. 1888); ademais “Apesar das melhorias de Sua Magestade persistem os cuidados pela gravidade do seu estado” (O Paiz, n.1330, 29 mai. 1888); e ainda “O imperador não mostra resentir-se de fadiga, apesar do seu estado de fraqueza” (O Paiz, n.1338, 06 jun. 1888); além disso, “A febre é intensa e o Dr. Semola receia que sobrevenham perturbações cerebrais” (O Paiz, n.1314, 12 mai. 1888).

A linguagem expressa nas páginas do periódico caracterizava o Imperador Pedro II por meio dos vocábulos “astro obscuro; funesto”. O Segundo Reinado é descrito como de “pura perda”. Em contrapartida propagandeavam a República como a obra de organização da nação, descrevendo-a como “gloriosa” (O Paiz, n.1393, 31 jul. 1888).

Em junho de 1889, publicava-se n’O Paiz que a monarquia estava com os dias contados. Afirmava-se que o que ainda mantinha a ordem vigente era “uma tolerância respeitosa pelas

peessoas da família imperial”. Contudo, “o privilégio odioso e obsoleto” da Dinastia de Bragança daria lugar, por meio das “conquistas pacíficas do progresso” à República (O Paiz, n.1710, 13 jun. 1889).

O ano de 1889 fora marcado pela concessão de inúmeras condecorações por parte do governo imperial, a fim de angariar apoiadores para a manutenção da ordem estabelecida. Tal fato é alvo das críticas do periódico. Sendo assim, utilizando metáforas como artifício retórico, a folha propagava que a instituição monárquica estaria ruindo.

Esta superactividade funcional do aparelho governamental do Império denuncia um **estado inflamatório e febril**.

Paralisia do corpo social; irritação congestiva do cérebro governamental; são problemas ou indícios de uma **fatal demência**.

A psiquiatria moderna possui no seu quadro nosológico a espécie conhecida por delírio das grandezas.

O poder monárquico está relevando, neste período crítico de sua existência, **o delírio da confiança**.

Cada Barão que se fabrica, cada tenente coronel da Guarda Nacional que é nomeado, cada faminto que se retira da ucharia governamental com a **sua tigela cheia de caldo**, aparece-lhe um novo esteio para as instituições, uma nova coluna para sustentar a **abóboda dos privilégios**, cujo peso recai mais duramente sobre os ombros do povo contribuinte, do povo que trabalha e sofre (O Paiz, n.1790, 01 set. 1889).

A crise enfrentada pelo Império é descrita, através de metáforas, como “um estado inflamatório e febril”. A sociedade é expressada como sofrendo de “paralisia” diante do quadro governamental. Notamos o aproveitamento do estado de saúde de Pedro II pelo vocabulário linguístico do jornal, já que esboçava-se uma “irritação congestiva do cérebro governamental”, “uma fatal demência”. O idioma republicano parece tentar aproximar a doença enfrentada pelo monarca e a ineficiência do regime, alegando um vazio de poder.

Ademais, as condecorações fornecidas pela monarquia são representadas como um esteio para as instituições imperiais. O termo “abóboda de privilégios” é utilizado como sinônimo para o governo estabelecido.

Conclusão

Promovemos uma análise acerca do debate historiográfico da história do ideário político e intelectual da geração de 1870. O balanço realizado perpassa trabalhos entre 1925 e 2015. Entretanto, nessa longa temporalidade é possível observar alguns elementos que contribuíram para a elaboração de análises que se tornaram marcos importantes para este tema: Carvalho e Alonso, principalmente. Seguindo as proposições destes dois últimos trabalhos, tentou-se analisar algumas edições do jornal *O Paiz*.

A nova elite política imperial utilizava os artifícios comunicativos da época para expor uma nova linguagem que conjugava a ordem estabelecida. A partir dos novos conceitos associados ao regime monárquico, uma representação diferente é moldada. Nesta perspectiva, a direção da geração de 1870 foi construir um linguajar que descaracterizava a monarquia, visando evidenciar um idioma que propagandeava e legitimava o governo republicano.

Portanto, destacamos que o vocabulário linguístico, expresso pelos grupos aliados do poder, exercem cada vez mais pressão contra a ordem. Os sentidos que conferem legitimidade a manutenção do regime monárquico, pouco a pouco, vão se perdendo, nas páginas de jornais, nas passeatas, nos comícios. A articulação dos descontentes em um bloco unificado, mesmo que temporariamente, se traduz no golpe final à ordem imperial, o 15 de novembro põe a monarquia abaixo. O Terceiro Reinado cede espaço, a contragosto, à República Federativa do Brasil.

Referências:

1. Fonte

O Paiz

2. Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, K. ; SALES, R. (Org.). **Coleção O Brasil Império Vol III (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (no prelo).

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BLANCO, Silvana Mota Barbosa. **República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. **Fronteiras**, 24. Dourados, p.15-29, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Lúcia. M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Fênix**, 2. Rio de Janeiro, p.1-16, 2010.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. Jundiaí: Paço editorial, 2016.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

RIBAS da COSTA, Milene. **A implosão da ordem: A crise final do Império e o Movimento Republicano paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2006.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil AS, 1987.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

Separatismo ou não-separatismo? A escrita da história de Varela e Docca sobre a Farroupilha

Separatism or non-separatism? Writing the history of Varela and Docca about Farroupilha

Pâmela Cristina de Lima

Graduanda em História
Universidade de Passo Fundo - UPF
174267@upf.br

Recebido em: 20/05/2020

Aprovado em: 14/08/2020

RESUMO: A Farroupilha, ou *Guerra dos Farrapos*, é tradicionalmente apresentada pela historiografia como uma guerra regional, iniciada em 1835, como um levante de caráter republicano contra o governo imperial, e protagonizada pela então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porém, desde a gênese da revolução, muitas foram as controvérsias acerca de suas intenções e de seu ideário. Seriam os *farrapos* separatistas? Até que ponto o republicanismo significava *brasilidade*? Buscava-se autonomia à província? No presente trabalho, discorreremos acerca das concepções sobre a Farroupilha. Para tal caminhada teórica, utilizaremos as perspectivas adotadas Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Varela.

PALAVRAS-CHAVE: separatismo; não-separatismo; Farrapos.

ABSTRACT: The Farroupilha, or War of the Farrapos, is traditionally presented by historiography as a regional war, begun in 1835, as a Republican uprising against the imperial government, and starred by the then province of St. Pedro do Rio Grande do Sul. However, since the genesis of the revolution, there have been many controversies about their intentions and their ideals. Would it be the separatist rags? To What extent has republicanism meant brasility? Did you Seek autonomy from the province? In the present work, we discuss the conceptions about the Farroupilha. For This theoretical walk, we will use the perspectives adopted by Emílio Fernandes de Souza Docca and Alfredo Varela

KEYWORDS: Separatism, non-separatism, Farrapos.

Introdução

O que foi a Farroupilha?¹ A esta, e a outras indagações similares, a historiografia sul-riograndense ofereceu as mais variadas respostas no decorrer do tempo. Caminhamos desde concepções de um movimento com intenções claramente separatistas (VARELA, 1915), passando pelo separatismo teórico e, por fim, chegando à ideia de brasilidade da *revolução* e à tese de que os farroupilhas eram defensores da soberania brasileira (ORNELLAS, 1948). Por que tantas discordâncias? De Alfredo Varela, perpassando por João Pinto da Silva (1930), Aurélio Porto (1937), Manoelito de Ornellas e Emílio Fernandes de Souza Docca, o movimento teve variadas interpretações.

Devemos, primeiramente, considerar o contexto de composição de cada obra, uma vez que o conhecimento contextual auxilia no entendimento do que o autor quis dizer quando da escrita de suas obras (SILVA, 2015) e, somado a isso, nos auxilia na compreensão da relação da

teoria com a realidade do período. Tomaremos como exemplo a obra *Terra Farroupilha*, de Aurélio Porto, escrita em 1937. Considerando o contexto brasileiro da época, remetemos à plena

implantação do Estado Novo² e, sete anos antes, à chegada de um gaúcho³ no poder. Nesse contexto de nacionalismo, a história foi utilizada com fins políticos. A legitimação de Getúlio

Vargas como um gaúcho que se tornara presidente é concretizada pela afirmação, na obra anteriormente referida, da *brasilidade* dos farrapos e, em outras obras, de uma espécie de *destino manifesto*, onde a integração nacional ocorreria sob a liderança de um gaúcho (BERNARDI, 1981).

Além do mais, é importante considerar que a produção historiográfica sulina avançou quando do surgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS),

¹ A apresentação da Farroupilha como uma —revolução‖, de acordo com a produção historiográfica recente, é inadequada. Primeiramente, por não ter havido engajamento popular significativo no processo. Além disso, não a definimos como tal em função de não ter havido mudanças ou rupturas significativas com a conjuntura anterior à sua ocorrência. Sobre isto, ver ZALLA; MENEGAT (2011), SOARES (2016), SOARES (2019).

² —O Estado Novo foi implementado no dia 10 de novembro de 1937. Foi comunicado à população brasileira por meio do programa de rádio Hora do Brasil pelo próprio Vargas. As ações tomadas golpeavam diretamente as instituições democráticas: o Congresso Nacional foi fechado, bem como as assembleias estaduais e câmaras municipais. O Poder Executivo passou a ter o controle efetivo sobre as demais instâncias de poder, com o pleno apoio das lideranças militares‖ (FERNANDES, 2016).

³ A expressão *gaúcho*, aqui empregada, remete àquela visão construída, idealizada e personificada em Getúlio Vargas. Um homem íntegro, bom e heroicizado, que reflete exatamente a figura do gaúcho proposta por Moysés Vellinho (VELLINHO, 1944). O autor nos mostra o gaúcho como —representativo do brasileiro que vivia na extremadura meridional do país‖ (*Ibid.*, p. 23), ou seja, o gaúcho como portador de *brasilidade* e que, na figura de Getúlio, agora tem o dever de zelar por sua —pátria amada‖. Ou seja, é mais uma forma de inserir o Rio Grande no contexto nacional e, ainda, de demonstrar seus sentimentos nacionais.

que foi fundado em 1920 por uma gama de intelectuais do período, entre eles o militar Emílio Fernandes de Souza Docca. Veremos adiante que o órgão representou a afirmação institucional da *brasilidade* da Farroupilha e, além disso, corroborou para a afirmação dessa visão. Primeiramente, sua revista foi o espaço privilegiado de publicações acerca deste e outros temas. Também cabe citar sua parcialidade no tocante a essa questão; quando das publicações de viés separatistas feitas por Alfredo Varela, o Instituto manifestou sua plena discordância com este autor, reafirmando a tese do caráter brasileiro do movimento (GUTFREIND, 1992). O Instituto sulino formou-se nos moldes do já vigente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja fundação se dera em 1838, na cidade do Rio de Janeiro. O Instituto teve papel decisivo na —formação— do sentimento nacional e na consolidação da identidade, da brasilidade. Muitos estudiosos foram enviados ao exterior na ânsia de reunir documentos que contivessem informações acerca da América Portuguesa (REIS, 2007). De modo geral, ao emergir, —o IHGB cria as condições para formação da Memória Nacional e ideia de nação brasileira, bem como os primeiros moldes da historiografia brasileira, tornando-se responsável, de certo modo, pela gênese da historiografia brasileira— (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 2). De um modo geral, o IHGB teve —duas fases— historiográficas, genericamente falando. A primeira fase, período que vai de 1838 (ano de fundação do IHGB), até a década de 1880 do século XIX, fora marcada pelas concepções iniciais acerca do nacionalismo e ideais de pertencimento; a segunda, que se estende de 1880 até meados da década de 1920, onde percebemos uma interpretação que voltava sua atenção ao que se dizia fora do estado, no que tange à memória nacional e modelos políticos, cujos principais expoentes foram Tristão de Alencar Araripe⁴ e João Francisco Assis Brasil⁵. A produção do IHGB contou com a —colaboração— do IHGRGS, que foi fundado em 1920, corroborando com a atribuição de sentido ao patriotismo e inserção do Rio Grande do Sul no contexto nacional. Como principal expoente tivemos Souza Docca, um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sobre o qual discorreremos posteriormente. No que tange às concepções divergentes acerca da *brasilidade* ou não da

⁴ Em *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, 1880, o autor trata o a Revolução como guerra civil. Para ele, o que primava entre os revoltosos eram os interesses particulares, não os da nação. Os verdadeiros republicanos teriam sido os participantes da Confederação do Equador, que teriam priorizado a causa democrática (RODRIGUES, 2013). No entanto, não houve acusação de separatismo.

⁵ Percebe-se na obra desse autor, sobretudo em *A República Rio-Grandense*, que o uso do passado farroupilha se deu com fins de formação ideológica (*ibid.*, 2013). Assis Brasil via a revolução como vinda de um sentimento de contrariedade também presente em outras províncias, uma vez que um território extenso como o do Brasil não devia ser governado de forma única, justificando assim a autonomia provincial. O autor elenca um italiano chamado Zambeccari como principal na Revolução, afastando da região do Prata a gênese do movimento. C.f. BRASIL (1982).

Farroupilha, tanto o Instituto sulino quanto o brasileiro fizeram parte da efervescência de publicações⁶. Acerca da historiografia do período, discorreremos brevemente a seguir.

A Farroupilha: algumas considerações

Antes de iniciarmos a análise historiográfica sobre os escritos de Varela e Docca, precisamos apresentar brevemente o que foi a Farroupilha, de acordo com os estudos mais recentes sobre o tema. Para tal, iremos utilizar alguns trabalhos que são referência no tema, como o de Eduardo Scheidt (2002), Jocelito Zalla e Carla Menegat (2011) e Mara Rodrigues (2013). Começamos pela análise do último artigo mencionado.

Em *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935)*, publicado em 2013, Rodrigues apresenta as maneiras como a Farroupilha foi compreendida, interpretada e apropriada pelo IHGB nos anos próximos a seu primeiro centenário. É de uma de suas notas de rodapé que tomamos emprestada a definição do que foi a Farroupilha:

Revolução Farroupilha foi o nome pelo qual se tornou conhecida a guerra civil que, entre os anos de 1835 e 1845, opôs senhores de terra e criadores de gado em várias partes da província do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo sul do Brasil, ao governo imperial brasileiro e seus representantes. Dentre as motivações do conflito, podem ser apontadas questões de ordem econômica, como a demanda dos criadores e charqueadores pela proteção do governo imperial da carne salgada produzida no sul em relação à que se importava do Uruguai a preços mais baixos. Agregavam-se a esse problema econômico motivações de ordem política, relacionadas ao processo de construção e centralização do estado nacional brasileiro em curso desde a independência do país, em 1822. Os rebeldes se autodenominavam —farraposll , termo que denominava um movimento liberal extremista originário da corte, em 1831. O movimento rebelde teve algum sucesso militar, pois além de alongar o conflito por quase dez anos, logrou estabelecer um governo republicano que proclamou sua autonomia do Império brasileiro. O conflito foi finalizado com um acordo de paz que reintegrou a província sulina ao Império brasileiro, bastante vantajoso aos chefes farrapos, mas extremamente prejudicial a muitos de seus escravos que haviam sido libertos durante a guerra (RODRIGUES, 2013, p. 162).

A autora aponta que parte dos intelectuais do IHGB tinha sua atenção voltada ao cenário nacional, visando a disputar o poder nele existente. Outra parte, por sua vez, limitava os vínculos entre nacional e regional sobretudo à legitimação das ambições de Getúlio Vargas, conforme referimos mais acima. A autora menciona, ainda, que demorou muito tempo para que algo sobre

⁶ Cabe citar a importância que a revista do IHGRGS teve na circulação dos textos da época. A Revista teve sua primeira edição em 1921.

a Farroupilha fosse publicado na revista do IHGB, e que isto teria se dado apenas em 1880, décadas após o conflito.

Afunilando um pouco a análise, poderemos pensar como se deu a interpretação da Farroupilha em seu *espaço* de ocorrência: o Rio Grande do Sul. A Farroupilha, desde o contexto de sua ocorrência, esteve presente em variadas obras, cartas pessoais, folhetins e jornais. A escrita sobre o episódio iniciado em 1835 conheceu seu advento no dia 25 de setembro do mesmo ano, cinco dias após a deposição do presidente da província de São Pedro, em um manifesto no qual Bento Gonçalves explicou os motivos do ocorrido (SOARES, 2019). Na literatura, o conflito conheceu amplo destaque, sendo escritas várias histórias de romance sob a tensão das guerras e lutas armadas.¹³ A Farroupilha, portanto, converteu-se tanto em tema literário, quanto historiográfico (BOEIRA, 2019). Em função de ter composto a agenda historiográfica sul-rio-grandense e nacional, por meio da atuação dos Institutos Históricos, a presença da Farroupilha na escrita da história dos séculos XIX e XX, sobretudo este último, fora —fantasmagórica, ou seja, atuara como uma ameaça simbólica à coesão do *edifício* nacional, tão cara e almejada pelo governo central (*Ibid.*, 2019).

No seio do movimento, as relações entre província e Império levaram a um jogo de batalhas discursivas, onde havia a noção de —que fora o Império que falhara com a província e, ainda, —a de que o papel que cabe aos sul-rio-grandenses é o do protagonismo no contexto da nação e, assim sendo, era —a nação [que] obrigava sua parte a se manifestar (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 51). Além disso, o discurso sobre a Farroupilha também contemplou a apresentação desta como algo uníssono, ou seja, como se todas as *vozes* provincianas ecoassem no sentido de refutar as —injustiças imperiais. Deste modo, o discurso acerca da Farroupilha negligencia três fatores principais: a) as conturbadas relações entre Estado e Província, que acabaram por desencadear o levante farrapo, mas que foram justificadas como uma negligência do primeiro para com a segunda, o que teria obrigado uma reação efetiva de uma das partes, legitimando a revolta farrapa e a ideia do protagonismo sul-rio-grandense; b) a adesão de uma parte pequena dos sul-rio-grandenses ao conflito, sobretudo militares e grandes proprietários; e c) a divergência de interesses entre os próprios revoltosos, que tinham em suas mãos uma nova república, mas que precisavam decidir quais seriam seus rumos a partir de então.

Na historiografia acerca da Farroupilha, produzida pelos intelectuais do IHGRGS, dois foram os impasses principais (SCHEIDT, 2006): a) houve influência platina no Rio Grande, num

intercâmbio cultural bilateral, e não apenas belicoso?; e b) ao fundar uma república independente do Brasil, a intenção fora separatista, ou preconizara o sistema futuro? São estes os pontos principais de divergência entre os intelectuais cujos escritos tomamos como objeto no presente artigo.

Historiografia sul-rio-grandense: um breve panorama

Situamos o início de nossa análise no século XX. A efervescência científicista consolidada no século anterior havia também chegado à operação historiográfica, isto é, ao modo de se conceber e escrever a História no início do século XX, sobretudo a partir dos anos 1920-30. Tivemos um novo fazer historiográfico, dito científico. Trazendo tal contexto à produção historiográfica sul-rio-grandense, percebemos que a mesma estava ainda mergulhada na literatura (GUTFREIND, 1992). Tínhamos ainda presente, dentro do *fazer historiográfico* geral, a ideia de uma História que registra os —grandes homens¹¹, representantes de poder, para a posteridade (ARENDR, 2002) e, mais ainda, que mantinha a tradição —vivall de modo a fabular, construir um modelo a ser seguido posteriormente (GAGNEBIN, 1999). Esses são os fatores primordiais para entender a composição historiográfica do Rio Grande do Sul no primeiro quartel e, sobretudo, na metade do segundo quartel do século XX, pautada em narrar revoluções, acontecimentos e personagens. Em menor escala, tivemos manuais historiográficos, como o *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*, de Dante de Laytano (1979). Em tal obra, o autor realiza uma síntese de autores e obras do período, caracterizando-se seus escritos mais como descritivos do que como analíticos. Outro manual a ser citado é o de Marlene Medaglia Almeida (1983), que discorre sobre o entendimento do que devia ser um trabalho historiográfico em sua *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*.

A produção historiográfica teve caráter legitimador, sobretudo no início do século XX. Conforme Ieda Gutfreind:

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguindo com a Revolução de 30, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1992).

De obras literárias a historiográficas, de escritos sobre revoluções a biografias, a historiografia dos séculos XIX e XX no Rio Grande do Sul foi marcada por uma preocupação comum: a definição da natureza e das origens do *gaúcho*, bem como do Rio Grande, mesmo com

diferentes orientações⁷ (*Ibid.*, 1992). Tal preocupação perpassou por vários intelectuais, e recaiu nas interpretações sobre a Farroupilha. Tivemos, em 1835, uma liderança em prol da —união brasileira⁸ ou da autonomia rio-grandense? Os autores, cada qual a seu modo, entre discordâncias e corroborações, levantaram as mais variadas concepções. Além do mais, devemos considerar que o contexto de maior efervescência historiográfica sulina se deu concomitantemente ao surgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).⁸ O Instituto corroborava com as ideias de seu —irmão maior⁹, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No período estado-novista, a identidade nacional estava em pleno processo de emergência (diga-se construção) e, para fazê-la, era utilizado o pressuposto de que se dava a consolidação de uma —escrita oficial da história⁹ (ARMANI, 2012).

Mas, o contexto de afirmação nacional teria colaborado na afirmação de *brasilidade* do sul-rio-grandense? Além disso, teria o ideário de identidade brasileira exercido influência sobre a variedade de interpretações sobre a Farroupilha e, ainda, sobre a tentativa de —autenticar⁹ o gaúcho enquanto indivíduo com sentimentos de —amor à pátria⁹? Na tentativa de melhor responder tais questões, nosso trabalho se divide em três partes. Apresentamos um panorama geral acerca do contexto da época, marcado pelas produções do IHGB e, posteriormente, deste junto ao IHGRGS. Agora, analisaremos as diferentes concepções de cada autor acerca do movimento farroupilha, considerando suas perspectivas no tocante aos ideais revolucionários de separatismo ou não-separatismo. Em seguida, à guisa de conclusão, faremos uma relação entre as perspectivas dos autores, contrapondo seus entendimentos e identificando pontos em comum. Iniciaremos com Alfredo Varela e seu entendimento separatista da Farroupilha.

Alfredo Varela: autonomia e separatismo

⁷ A análise das origens gaúchas se deu, na maioria das vezes, pela contraposição de obras que viam (ou não) a influência das sociedades platinas na formação do Rio Grande do Sul no que diz respeito a costumes, tradições e até mesmo ações (como o caso da polêmica em torno da Revolução Farroupilha, a qual tomamos como objeto). No tocante ao início da divergência de opiniões na busca das origens, que remonta ao século XIX, tivemos controvérsias quanto à inserção ou não de influência platina. Enquanto alguns autores destacavam apenas a participação portuguesa (como José Feliciano Fernandes Pinheiro, nos *Anais da Província de São Pedro*, de 1822), outros aceitavam e defendiam a existência de intercâmbios com a área do Prata (a exemplo de Alcides Lima, em sua *História Popular do Rio Grande do Sul*, de 1883. C. f. LIMA (1983). Aos primeiros, atribuiu-se o uso da *matríz lusa* e, aos últimos, a adoção da *matríz platina* (GUTFREIND, 1992), a nosso entendimento uma divisão um tanto genérica, se considerarmos a diversidade de perspectivas e abordagens passíveis de serem usadas na análise.

⁸ Sobre o IHGRGS, ver as teses de doutorado de Letícia Borges Nedel (2005) e Jefferson Telles Martins (2015).

⁹ Frise-se que, para o presente artigo, serão enfocadas e analisadas as interpretações de Alfredo Varela e Emílio de Souza Docca, embora se reconheça que foram vários os autores, em diferentes contextos, que interpretaram e apropriaram a Farroupilha para determinados fins. Sobre isto, ver Zalla e Menegat (2011).

Antes de discorrer propriamente acerca de Alfredo Varella e sua tese de separatismo e autonomia rio-grandense, cabem algumas considerações gerais. No trato à Farroupilha, percebe-se que as divergências estiveram fundadas em dois impasses principais (SCHEIDT, 2006). Primeiramente, a questão da admissão ou não da influência platina sobre o ocorrido, e também sobre a cultura e o *ser gaúcho*, isto é, sobre quem *ele* era, como era, como se —formou... Outro impasse vem a ser o caráter separatista da *Revolução*, levantado por alguns autores do tema, enquanto outros afirmaram ferrenhamente a brasilidade da *Revolução* e do gaúcho em si¹⁰. Na concepção de Gutfreind (1992, p. 124), mesmo que houvesse divergência dos grupos intelectuais quanto ao caráter do evento e à incorporação ou não de influências platinas, ambos estavam nesse impasse por uma mesma razão:

[...] mesmo em um caminho diverso na interpretação, [...] se encontravam numa vala comum, almejando para esse momento histórico [contexto de 1930 e posteridade imediata] a integridade nacional; aí fundiam-se todos, sejam defensores da brasilidade farroupilha ou das pretensões separatistas, quer federalistas ou unitários.

Alfredo Augusto Varella de Vilares nasceu em 1874, na cidade sul-rio-grandense de Jaguarão. Desde cedo esteve em contato com o contexto fronteiriço e as respectivas relações com o Prata. Estando ali inserido, Varella alimentou uma admiração pelos movimentos das tropas, fossem essas brasileiras ou da região vizinha (SILVA, 2010). Participou como militante nos momentos iniciais do que viria a ser a gênese do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), no início do século passado. Leitor assíduo de grandes obras, iniciou-se nos ensaios históricos em 1897, através de *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica*. Escritor de variadas obras¹¹, as quais incluíam a temática sul-rio-grandense, Varella recebeu críticas e adquiriu pouco espaço

¹⁰ Quanto aos teóricos do separatismo, podemos citar Alfredo Varella, João Pinto da Silva e seu separatismo teórico e Barcellos, com a ideia de separatismo expediente (comparação da Revolução Farroupilha com os demais levantes regionais do período). Os teóricos que discorreram acerca do não-separatismo dos *farrapos* foram Emílio Fernandes de Souza Docca (que vê a revolução como veiculada às anteriores), Othelo Rosa (que nega influências estrangeiras na região), Moisés Vellinho (que afirma o desejo de integração nacional por parte dos sul-rio-grandenses) e, por fim, Manoelito de Ornellas (que defende os *gaúchos* como desejosos da soberania brasileira). Para tais considerações, consideramos a tabela elaborada por Ieda Gutfreind em *A Historiografia Rio-Grandense* (GUTFREIND, 1992, p. 13).

¹¹ Entre as principais obras de Varella, destacamos aqui aquelas que tratam de assuntos particulares e especificidades, no que tange Rio Grande do Sul. Temos *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica* (1897), *Revoluções Cisplatinas* (1915), *Política Brasileira: Interna e Externa* (1929) e *História da Grande Revolução* (1933). Ambas tratam, em maior ou menor escala, das controvérsias acerca da interpretação da Revolução Farroupilha, da brasilidade do movimento e do *gaúcho* em si e, ainda, da semelhança ou não semelhança com os *gaúchos platinos*, sejam elas físicas, psíquicas ou culturais.

no contexto historiográfico vigente, uma vez que suas obras iam na contramão das tendências¹² do primeiro quartel do século XX.

No que tange à figura do Rio Grande do Sul, várias foram as ênfases. Varella compôs escritos carregados de carga simbólica, percebidos na questão da natureza, que era apresentada de forma harmônica com seus habitantes. Em outras palavras, suas obras contavam com uma alta carga de determinismo geográfico, chegando inclusive a estabelecer uma dialética entre homem e natureza, onde o *habitat* seria um instrumento à evolução (FUÃO, 2009). Além do mais, apontava o estado sulino como portador de especificidades que o tornavam único¹³. A exaltação da relação entre homem e natureza, bem como a peculiaridade do meio, são notadamente inseridas por Varella em seus escritos.

O principal aspecto presente na obra de Varella é a tese de separatismo. Em meio ao contexto de afirmação nacional, o autor afirmou a intenção separatista da Farroupilha. Varella via a década de 1830 como o auge das —propensões antiunitáriasll (*Ibid.*, 1992). O autor considerava o Rio Grande do Sul como um —paísll, uma —pátriall mediadora entre família e humanidade, devendo seu tamanho ser suficiente para que houvesse contato e convivência entre seus membros, características estas que, para ele, o Estado sulino possuía. Varella, como já referido anteriormente, enfatizava as especificidades sul-rio-grandenses, apontando para um Estado autônomo, que sobreviveria por meio de suas potencialidades. Em suma, via o Rio Grande do Sul como voltado a si mesmo, não para o Brasil (*Idem, Ibid.*, p. 17). Além do mais, percebemos em Varella a eminente vontade de —demonstrar a verdade ll, que ele enfatiza em suas obras:

Ao meu Rio Grande

Há mais de três décadas, um rapazito de 14 anos, inflamado no culto das tradições pátrias, jurou a si mesmo dedicar-se à comprovação do que negava a crônica interesseira, para a qual eram homens destituídos em absoluto de toda e qualquer fé política, os rebeldes de 1835. O adolescente criara-se no âmbito da primitiva conspiração, presumia ter apanhado o que nela se tramava, grata confiança lhe segredando que era o verdadeiro ideal dos combinados, o que se propunha fixar (VARELA, 1915, p. 9).

¹² Utilizamos o vocábulo *tendências* para ressaltar a historiografia dominante do período dos escritos de Varella, ou seja, aquela produzida com fins de legitimação e afirmação da *brasilidade* do gaúcho, da máxima de negação de influências platinas, da diferenciação entre *castelhanos* e *gaúchos* no tocante ao modo de ser e, ainda, àquela afirmação de —independência ideológica ll sul-rio-grandense quanto a influências externas no tocante à *Grande Revolução*.

¹³ O autor explicitava o território fronteiriço, e como este estava destacadamente relacionado ao Prata. A especificidade sul-rio-grandense estava, portanto, na defesa dos laços existentes entre o todo, mas, como já se afirmou, sem negar laços com os platinos (GUTFREIND, 1992).

Na passagem acima, percebemos características marcantes da obra de Alfredo Varella. Em primeiro lugar, o autor destaca uma espécie de —juramentoll , uma promessa a si mesmo, de escrever de forma comprobatória, ou seja, exalta o compromisso com a verdade. Perceba-se, no entanto, os limites disto. Escrever a verdade, conforme sabemos hoje, não é possível. O que fazemos enquanto historiadores, no entanto, são representações plausíveis do ocorrido, com base em rigor metodológico. Em segundo lugar, Varella dirige uma crítica à —crônica interesseirall , ou seja, à forma como o autor concebia a maneira vigente de escrita, dentro do IHGRGS e IHGB, cerceada por pretensões e permeada de parcialidade. Somado a isso, um terceiro ponto chama-nos atenção: há a preocupação em ter autores que escrevam sem estar imbuídos de ideais políticos que possam influenciar seus escritos¹⁴. O quarto ponto refere-se à inserção precoce de Varella no contexto de fronteiras.

Na breve análise sobre as concepções de Varella e sobre as razões que, para o autor, fizeram do Rio Grande do Sul um estado peculiar, enfatizamos o impacto destas na visão separatista do mesmo, no que tange à Farroupilha. O separatismo, tendo Varella como expoente, concebeu a ideia de que a soberania do sul brasileiro seria benéfica aos demais Estados que continuariam formando a nação, de modo que tornaria claras as relações abusivas de paternalismo e coronelismo vigentes (LUVIZOTTO, 2003). Além do mais, percebe-se claramente as justificativas republicanas, a defesa da Federação e a aproximação às áreas platinas, no que tange à assimilação cultural, intercâmbio de ideias e modos de vida. Mesmo justificando o separatismo e demonstrando condições para que o mesmo se concretizasse, a historiografia situada na *matriz platina* de Ieda Gutfreind acabou refutada em detrimento de outra surgida a partir de 1920, que viria a predominar na produção intelectual do período, na qual não teria espaço para Varella, que passou a ser concebido como —um inimigo de deveria ser neutralizado entre a elite intelectual sulina (GUTFREIND, 1992). Conforme podemos perceber, Varella tinha consciência do porquê de sua *condenação*, ou seja, do motivo pelo qual seus escritos não tiveram espaço em meio ao IHGB e IHGRGS

Andam num tresvário permanente os que me condenam e feracíssimos, porque não escrevi uma HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, *ad usum delphini*,

¹⁴ Varella coloca este ponto como forma de demonstrar o contexto que se formava no período. Em 1915, ano em que publicou *Revoluções cisplatinas: a república rio-grandense*, emergiam os escritos enfáticos à *brasilidade* e à afirmação do Rio Grande do Sul no contexto nacional. A título de exemplo, temos a obra de Emílio Fernandes de Souza Docca, de 1912, intitulada *A proclamação da república no Brasil: estudo histórico*, onde as pretensões nacionalistas começam a ser delineadas. É preciso perceber, no entanto, que os ideais políticos se fazem presentes. Escreve-se a história de um ponto de vista político, ou seja, partindo de um posicionamento.

isto é, para a leitura aprazível dos principótes de nossa bastarda, inepta democracia, e da sua aula de incensadores (VARELLA *apud* SILVA, 2010, p. 176).

Percebemos, na passagem anterior, que há certa ambiguidade neste escrito de Varella; tornar a leitura aprazível alude diretamente à forma como escreviam os demais historiadores, que vinham a corroborar com a produção nacionalista, de identidade e de pertença, seja no estilo literário, seja no conteúdo pautado no *sentimento nacional e brasilidade*. Percebemos, ainda, algumas concepções acerca da Farroupilha e do Rio Grande do Sul em geral, que ratificam seus pontos de vista, já tratados anteriormente.

[...] [O Rio Grande do Sul] no período revolucionário iniciado em 1835, assombrou o mundo com os mais sublimes feitos, honrando o gênero humano em rasgos imorríveis de civismo e abnegação, ainda não excedidos por povo algum da Terra, na defesa imortal da bandeira que hasteara! E não só nessa guerra, como em todas as outras, [...], o Rio-grandense revelou-se digno dos seus antecedentes; não houve sacrifício que não sofresse pela causa comum, [...] (VARELLA *apud* FUÃO, 2009, p.60).

O que percebemos é a força com a qual se faz presente a exaltação da bravura do sul-rio-grandense, tomando forma de *epopeia* (SILVA, 2010), isto é, mostrando o sujeito coletivo do rio-grandense como bravo, guerreiro, corajoso, etc. e, além disso, enfatizando seu papel marcante e pioneiro, no que tange à honra, à negação de tendências —egoísticas— em detrimento ao bem comum e, ainda à extrema dedicação pela causa defendida, pela *bandeira que hasteara*, ou seja, pela defesa do intuito republicano e separatista do Rio Grande do Sul.

A *brasilidade* do gaúcho e a *lusitanidade* do Brasil: constructos de Emílio Fernandes de Souza Docca

A operação historiográfica no pós-1920, pautada na ideia da construção do ideal de pertencimento e coesão nacional, conheceu o conceito de *nacionalismo* como *conceito-síntese*. A produção historiográfica esteve marcadamente voltada à consagração e legitimação da unidade nacional, seja ela política, cultural ou ideológica. Esse aspecto é perceptível por vários fatores, mas consideramos como principal o fato de contarmos com a atuação do IHGRGS, assegurada pelo IHGB, que mesmo cedendo espaço a obras de outras vertentes¹⁵, mostrava-se

¹⁵ No Parecer do IHGRGS, assinado pelos intelectuais afirmantes da *brasilidade* sul rio-grandense, constam algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, o Instituto deixa clara sua participação no patrocínio das obras de Alfredo Varella, separatistas, mas enfatiza que não era solidário aos pontos de vista emitidos em tais obras. Em segundo lugar, percebe-se uma clara negação do separatismo, enfatizando a —integridade de um alto sentimento de brasilidade— e legitimando que a —independência da Província foi apenas um meio e não um fim— (GÜTFREIND, 1992).

absolutamente concordante com o *historiar para o nacionalismo*. Em outras palavras, percebemos obras e autores expoentes na defesa de um Rio Grande do Sul que não era separatista, nem platino, e que primava pela Ordem e Progresso da nação (GUTFREIND, 1992). Varella, enquanto separatista, definitivamente não teve espaço nessa historiografia, e inclusive foi rebatido e duramente criticado¹⁶. Quanto ao quadro do IHGB no contexto analisado, Mara Rodrigues faz algumas considerações:

Acompanhando-se rapidamente as trajetórias dos sócios sul-rio-grandenses no interior do IHGB antes de 1921, pode-se dizer que algumas indicações não primavam pelo critério do merecimento intelectual. Os pareceres das comissões de história e de sócios do IHGB não deixam dúvida, por exemplo, sobre o caráter predominantemente político [...]. Foi Souza Docca que iniciou de forma mais explícita a operação de reabilitação das lideranças farrroupilhas na memória histórica nacional. Apesar de não ter sido o primeiro sul-rio-grandense a ser lembrado para ingressar no IHGB em 1921, foi o mais atuante dos três que ingressaram nesse ano, chegando a sócio efetivo alguns anos depois (RODRIGUES, 2013, p. 171 – 172).

A importância de Emílio Fernandes de Souza Docca foi além de sua atuação como sócio fundador do Instituto. Militar de carreira, Docca foi um dos defensores ferrenhos do nacionalismo e, em especial, da *brasilidade* rio-grandense. Quando do ingresso do autor no IHGB, e da emergência de suas primeiras concepções,

[...] o que se tinha [...] era um sul-rio-grandense proclamando em conferência no IHGB que Bento Gonçalves era um chefe bem-intencionado, mas volúvel e influenciável; que a República não era uma força atávica no Rio Grande, já que ela vingara por obra dos republicanos de outras províncias brasileiras e do estrangeiro que haviam trazido suas más influências aos farrapos; por fim, o povo gaúcho era afeito à violência e à desordem. Os heróis do passado reviviam no historiador do presente. [...] Os caudilhos eram reabilitados ao mesmo tempo em que os sul-rio-grandenses ingressavam na sua era historiográfica. A mediação de Souza Docca se via legitimada pela noção de patriotismo e pelo estabelecimento da continuidade entre o passado e presente (*Ibid.*, p. 174 – 175).

No tocante à produção historiográfica de Docca constata-se uma produção saudosista, cerceada por construtos de identidade marcados por aproximações temáticas, de modo a manter a articulação social (ARMANI, 2002), sendo que o autor fora influenciado pelo ideário positivista, um dos quais seguia em meio ao seu ecletismo teórico (GUTFREIND, 1992). Esse viés

¹⁶ Spencer Leitman, em *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos; um capítulo na história do Brasil do século XIX* (1979), coloca que —quase todos os historiadores brasileiros têm posição contrária às interpretações do rio-grandense Alfredo Varella. [...] Seu ponto de vista, no Brasil nacionalista de hoje, é considerado como tendo atingido o limiar da traição.

positivista era perceptível pela linearidade que o autor aplicava em suas datações. Além disso, elaborava hipóteses pautado em ideais morais e cívicos, muitas vezes sem o necessário aprofundamento¹⁷.

Em *Gente Sul-Rio-Grandense* (1940), Docca tem como intenção desconstruir o separatismo proposto anteriormente por Alfredo Varella, que considerava os contatos com a região do Prata. É interessante perceber que o nacionalismo do autor teve relação direta com seus vínculos pessoais e com o contexto do período. Sua ligação a Getúlio Vargas embasou sua concepção de que o Estado Novo foi a verdadeira revolução, uma vez que foi capaz de dissolver particularismos, circunscrevendo-os a uma só bandeira (SILVA, 2015). Docca faz menção ao gaúcho da região de fronteira, que teria zelado pela defesa e manutenção da ordem.

No tocante à Revolução Farroupilha, a principal preocupação de Docca foi a busca pela comprovação do sentimento de nacionalidade do sul-rio-grandense. Houve, por parte do autor, a incessante tentativa de provar o não-separatismo e a *brasilidade* dos farrapos, evidenciada pela afirmação de que eles não almejavam a separação, mas sim a implementação do *federativismo*, o que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro em meio ao tamanho do território e das diferenças entre as distintas regiões (SCHEIDT, 2006). Por essa razão, Docca deferiu críticas ferrenhas a Varella.

O autor separatista [refere-se a Varella] não fez prosélitos entre os estudiosos de nosso passado, mas tem sido auxiliar magnífico dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar aos olhos do grande público, os sentimentos de patriotismo dos rio-grandenses. Os historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce, sem ideias preconcebidas que têm meditado sobre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar. Estamos no limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa e o grande público deve ser honestamente informado do verdadeiro ideal dos farroupilhas, ideal esse vazado em documentação vultosa e interessante, mas só conhecida dos estudiosos, e relatado em trabalhos de mérito, mas de divulgação restrita (DOCCA *apud* ARMANI, 2012, p. 199).

Esse fragmento explicita as principais concepções de Souza Docca. Sabendo-se que o patriotismo, o saudosismo e o civismo marcaram seus escritos (ARMANI, 2002), percebe-se que sua crítica a Varella provém do que este último escreve e concebe: o tema do separatismo, que figura como um afronte aos sentimentos dos *gaúchos*. Ou seja, as ideias separatistas poderiam romper com a *brasilidade* que Docca defendia. Além disso, é perceptível a ênfase ao fato de que os

¹⁷ Cabe uma ressalva. Docca era um militar que *historiava*, não um historiador que *mitava*. O compromisso com a verdade e o uso contextualizado da interpretação e subjetividade histórica não compunham seu *metier*.

autores *meditavam*¹⁸ sobre o tema, chegando à conclusão de que o separatismo proposto por Varella não era aceitável. Destacamos também que o intuito nacionalista era pertinente no contexto. Não havia uma forma mais eficiente de legitimar a *brasilidade* do estado sulino desde as origens do que evocando o gaúcho dos pampas e o sentimento nacional dos farrapos no momento em que a Revolução Farroupilha chegava ao seu centenário, por isso a eminente convocação a informar o grande público sobre o *verdadeiro ideal* farroupilha. Em outras palavras, o centenário foi tornado um momento simbólico, de afirmação do sentimento nacional. Além do mais, fica clara sua orientação positivista na menção enfática do uso de uma *documentação vultosa e interessante*, o que denota a desconsideração com o acréscimo de subjetividade que Varella fazia às suas obras, quando escrevia sobre os contatos com a região platina considerando suas percepções e vivências, e na exaltação dos grandes homens e da bravura do estado sulino.

Souza Docca apresentava, desta forma, novos elementos no processo de enquadramento e reabilitação da memória farroupilha. A um só tempo, o movimento que manteve durante dez anos uma guerra contra o Império tornava-se não somente digno e glorioso, mas também *patriótico* e indispensável à integridade da nação! Após uma verdadeira operação de glorificação, nos anos precedentes, em relação às individualidades farroupilhas — que agora pairavam com suas auras de grandes homens, desprendidos e corajosos, acima das controvérsias ideológicas do conflito —, o próprio *caráter* do evento sofria uma releitura (RODRIGUES, 2013, p. 178 – 179. Grifo da autora).

É preciso considerar que Docca foi um homem de seu tempo, escrevendo imerso nos acontecimentos e tendências intelectuais e historiográficas de pensamento. Suas teses e obras corroboram com uma história pedagógica, voltada ao ensino e pautada em termos cívicos (ARMANI, 2012). Seus escritos foram permeados pelo cientificismo¹⁹, ocorrendo um apagamento da influência africana no estado sulino, relacionando a cultura africana a hábitos estereotipados.

Eram fetichistas [refere-se aos africanos *Minas*]. Em geral bem proporcionados, de porte airoso, cor azeitonada (...) menos carregada que a dos negros puros, esquivos aos trabalhos pesados. Tinham temperamento dócil; eram

¹⁸ Seria a *meditação* uma forma de reflexão e estudo ou seria ela forma como Docca lançava hipóteses de cunho moral, sem a necessária base teórica, com base no que era conveniente ao período de afirmação nacional?

¹⁹ A respeito do cientificismo, Schmidt (2001, p. 113 – 114) argumenta que —os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX foram marcados pela difusão de diversas teorias científicas que deixaram marcas profundas no estudo da natureza (com o evolucionismo de Darwin) e da sociedade (com o positivismo de Comte e o darwinismo social de Spencer), no direito e na psiquiatria (com a antropologia criminal de Cesare Lombroso e Enrico Ferri) e mesmo na religião (com o kardecismo). Tais correntes procuravam romper com as explicações abstratas e metafísicas, buscando desvendar racionalmente a lógica do mundo natural, social, humano e sobrenatural, preferencialmente através da observação empírica. Todas tinham como ponto em comum a convicção de que a ciência e a técnica poderiam resolver os problemas básicos da humanidade.

extremamente afetivos e leais – daí procede sua nobre e notável dedicação aos seus senhores e, particularmente, aos filhos destes. Eram amantes das festas, inclinados à *embriaguês* e de *temperamento sensual*. Tinham queda especial pela arte culinária e, por isso, preferidos para os trabalhos de cozinha (DOCCA *apud* SILVA, 2015, p. 107).

Os escritos de Souza Docca contemplam também os indígenas. O autor distingue dois *grupos* como mais influentes na identidade gaúcha: minuanos e charruas. Esses grupos, como provenientes dos pampas, condiziam com o estereótipo no qual cria o autor, ou seja, a afinidade com o mundo rural, *tipicamente* gaúcho. Para Docca, os indígenas eram hábeis por terem mantido contato com os estancieiros e, além disso, ser considerados dignos de estar *lado a lado* com o patrão no trabalho, e estavam acima do *elemento negro* por ter estado presente em um passado distante, trabalhando em prol do progresso rio-grandense.

Notadamente, o papel primordial de civilizador e *bonicidade* recaiu sobre o europeu, mais especificamente o português (GUTFREIND, 1992). Segundo Sarah Silva (2015), Docca menciona a influência europeia, também, por meio do *elemento italiano* e do *elemento germânico*. O primeiro é apresentado por Docca como portador de origem latina, portanto consanguíneo com os brasileiros, apegados à pátria e ao trabalho. O segundo apresentou subdivisões²⁰, e foi definido com uma característica principal: a propensão ao trabalho devido ao seu espírito de ordem e disciplina. Além disso, Silva (*ibid.*, p. 113) também discorre acerca dos sistemas sociais formadores do Rio Grande do Sul na concepção de Souza Docca: a estância e o espírito militar.

As grandes propriedades rurais construídas pela aristocracia lusitana seriam caracterizadas pela conformação de —células sociaisll, onde as relações entre patrões e empregados se articulariam dentro de um espírito democrático proporcionado pelas lides no campo, pela natureza igualitária dos lusitanos, e pelas relações de trabalho escravistas do pampa, sempre mais bandas em comparação às charqueadas localizadas do sul do Rio Grande. Ainda, de acordo com Souza Docca, poucos teriam sido os negros presentes nas estâncias, já que supostamente desnecessários devido à natureza do trabalho na pecuária. Quanto ao igualitário espírito militar, este teria se desenvolvido em campanhas bélicas de defesa de fronteiras, expressas na conformação de acampamentos tão democráticos quanto as estâncias.

Docca pertencia ao que Ieda Gutfreind (1992) denominou *matriz lusitana*, ou seja, o autor minimizava ou negava as influências e contatos com a área platina, defendendo a supremacia da

²⁰ Houve a classificação do *elemento germânico* em dois grupos. O primeiro grupo era formado por imigrantes loiros com a pele clara, superiores ao ver de Docca. O segundo grupo eram menos *arianos*, por isso ficaram em um nível inferior. C.f. SILVA (2015).

cultura lusitana. Nesse âmbito, a autora destaca que Docca elencava temas principais a serem estudados,²¹ todos relacionados com a afirmação da *lusitanidade* brasileira e gaúcha. Ainda segundo Gutfreind, outro aspecto presente nas concepções de Docca foi o determinismo²², perceptível pela adesão às três fases de Cousin²³ e, além disso, possuía a percepção de uma *historia magistral vitae*.

Sintetizando a complexidade do pensamento de Docca, podemos afirmar que o *filio condutor*²⁴ de sua análise foi a nacionalidade. Da afirmação do sentimento nacional, perpassando pela *lusitanidade* da formação brasileira e *brasilidade* da Revolução Farroupilha, Souza Docca *manteve* na história os personagens que lhe couberam (o índio em relações amigáveis com o estancieiro nos pampas, o português que origina o gaúcho dotado de *bravura* e o imigrante europeu propenso ao trabalho) e *apagou* dela quem não lhe convinha (o *elemento negro* e o colonizador espanhol²⁵). Entre determinismos e hipóteses pautadas em valores morais, Docca corroborou com a tendência nacionalista que se punha em voga na historiografia do pós-1920.

Os significados da Farroupilha para além das *matrizes*

Conforme mencionamos mais acima, Gutfreind (1992) pauta sua análise na existência de duas —matrizes— de interpretação, uma delas denominada *platina*, outra chamada *lusitanista*. A primeira delas é onde se enquadraria Varela, que aceita e discorre a respeito de contatos entre o Rio Grande e o Prata. A segunda, predominante no IHGRGS, concebe o elemento português como proeminente na *formação* do Rio Grande. Sem dúvida, as considerações da autora são de grande valia, mas a percebemos um tanto ultrapassadas, uma vez que a produção historiográfica mais recente, sobre a Farroupilha, acrescentou outros vieses, que superam a dicotomia que as matrizes propõem.

A Farroupilha, para além das matrizes, passou a ser interpretada e refletida pelo viés da memória e das representações que ela propunha e sugeria. A autora Sandra Pesavento, por

²¹ Os temas elencados por Docca foram as Bandeiras e os bandeirantes, a Companhia de Jesus e a vida do *povo heroico* vindo de Portugal, ou seja, a busca de um remonte às origens e do desenvolvimento posterior com ênfase à atuação portuguesa.

²² Privilegiava as —fatalidades do meio—, a ideia de conseguir definir algo *a priori*.

²³ São os três estados do espírito humano, propostos por Victor Cousin: sensorial, perceptivo e de compreensão. C.f. GORTE (2018)

²⁴ Em alusão à sua orientação pautada no positivismo.

²⁵ A colonização espanhola foi *apagada* do Rio Grande do Sul nos escritos de Souza Docca. Como se justificaria que a região platina não exercia influência no Brasil, especificamente no sul, se ambas as regiões possuísem um colonizador comum, que influenciara sua cultura e *modo de ser*? Esse é o motivo, em nossa interpretação, pelo qual não é mencionada a existência de colônias espanholas no Rio Grande do Sul.

exemplo, fora expoente neste quesito. Em 2009, publicou *Uma certa Revolução Farrroupilha*, onde buscou compreender a construção do mito farrapo, e do fato em si, pelos intelectuais, sobretudo os sul-rio-grandenses ligados ao IHGRGS, a partir das décadas de 1920-30. A autora se debruça sobre o intuito de compreender o porquê de os dez anos de guerra terem sido cristalizados como fato importante na memória e nas representações (SOARES, 2019). Cabe destacar que Pesavento, além de acrescentar à historiografia farrapa uma abordagem de grande valia, diferiu em sua própria forma de perceber o ocorrido.²⁶ A abordagem que Pesavento sugere, assim, vai além da dicotomia de Gutfreind.

Particularmente, pensamos que a Farrroupilha significou um evento importante não somente para a Província de São Pedro, como também para o então Brasil Imperial. Seja entendida como uma revolta da elite contra as taxações e impostos centrais, seja percebida como uma tentativa de autonomia em meio ao todo, acreditamos que ambas as possibilidades podem ser pensadas de maneira dicotômica, acrescentando-se outros vieses na percepção do evento, como questões políticas, interesses locais, etc. Sem dúvidas, as interpretações já existentes, e os vieses de análise já propostos, servem muito mais como estímulo a novos estudos do que como certezas a respeito do decênio farrapo.

Considerações finais

Em meio ao contexto de construção da identidade e do sentimento de pertença, uma finalidade: a de tornar mais conciso e coeso o sentido do nacionalismo. O IHGB e o IHGRGS corroboraram com este intuito da produção historiográfica, uma vez que contaram com intelectuais que escreveram imbuídos da tarefa de promover um Brasil nacionalista, de origens portuguesas. Quando Docca, um dos sócios fundadores do IHGB, produziu seus escritos, ficou evidente que os construtos ideológicos neles presentes conduziam a uma análise embasada mais na finalidade empregada a suas obras, que era a afirmação do nacionalismo, do que no compromisso real com o ocorrido, característica fundamental do *historiar*. Evidenciamos em Docca o incipiente desejo de *aportuguesar* o Brasil e *abrasileirar* o Rio Grande do Sul, numa tentativa de mostrar que o *gaúcho* possuía sentimentos de *brasilidade* em relação ao país, com vistas

²⁶ Em artigo de 1985, intitulado *Uma ideologia dos Farrapos*, Pesavento buscava um desvelamento ideológico do texto, com vistas a perceber a luta de classes existente entre as classes sociais. Por tal viés de interpretação, era necessário considerar as ligações existentes entre os intelectuais e as classes sociais que representavam, sendo que os primeiros eram considerados como difusores dos ideais das classes dominantes. A ciência, assim, teria como função a manutenção da *superestrutura* (SOARES, 2019).

a tornar implausível a ideia de separatismo da Revolução Farroupilha. A ênfase ao caráter de bravura e coragem do *gaúcho* vai de encontro à justificação dos conflitos nos quais a então *provincia de São Pedro* esteve envolvida, alegando que esse envolvimento se dava *em nome do país*, ou seja, com vistas a manter as fronteiras seguras, e não a obter possessões nas áreas externas às fronteiras. Considerando esses embates entre sulinos e *castelhanos*, Docca acabava por contradizer-se; se, por um lado, alegava a não-influência platina sobre os sul-rio-grandenses, por outro explicitava suas relações de conflito. Ou seja, mesmo não admitindo influências e relações entre as —duas áreas—, percebe-se que havia em seu pensamento a ciência de que, de alguma maneira, teria existido o intercâmbio entre *gaúchos* e *platinos*, mesmo que por meio de campanhas bélicas.

Alfredo Varela, por sua vez, escreveu considerando influências platinas, as mais variadas. Seus escritos, em parte, conectam-se à sua experiência de infância, uma vez que cresceu no contexto fronteiriço, o que fez com que percebesse desde cedo os movimentos *para lá e para cá* entre sul-rio-grandenses e platinos. Sua tese não corroborava com a operação historiográfica dominante, ou seja, com o intuito do IHGB e do IHGRGS de exaltar o sentimento nacional e de pertença, uma vez que o autor defendia o separatismo da Revolução Farroupilha. Por isso, suas obras foram refutadas pelo Instituto, mesmo que tenham passado por este, e tal ação foi claramente explicada pelo IHGRGS; este último fez questão de enfatizar que não concordava com os escritos de Varela. Seus escritos estiveram permeados por uma carga determinista, que harmoniza homem e meio, bem como a consciência de que a historiografia brasileira daquele contexto estava carregada por ideias de nacionalismo, sendo este o princípio fundamental da produção intelectual. Varela esteve ligado ao que Ieda Gutfreind chamou *matriz platina* da historiografia, que, considerando as influências e os intercâmbios platinos, não teve espaço na produção historiográfica de seu contexto, que, por sua vez, era marcado pelo nacionalismo, pela construção da *brasilidade* e, ainda, pela afirmação da *lusitanidade*, que evocava uma origem única aos brasileiros, e constituía o *mito das origens* que daria base à ideia de pertença e identidade.

É perceptível, portanto, a existência de dois pontos fundamentais de divergência entre a escrita da História dos dois autores: a intenção dos Farrapos (separatismo, para Varela; federativo, para Docca) e as relações entre Rio Grande do Sul e área platina (para Varela existentes, inclusive fluidas e com contatos culturais variados; para Docca, admitidas apenas quando do contato por via belicosa, sem mais aspectos).

Referências

- ALVES, Leonardo de Carvalho; OLIVEIRA, Adriana P. de; CORREA, Leonardo S. Importância do IHGB para a formação da memória nacional e a Ideia de uma nação brasileira. **I Seminário Científico da FACIG**, Manhauçu, 2015, p. 2.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mario W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Debates política, n. 64).
- ARMANI, Carlos Henrique. **Oficina do Historiador: A História da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso**. Edipucrs: Porto Alegre, 2012, p. 193-207.
- _____, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no Brasil dos anos 20-40: o caso de Emílio de Souza Docca*. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: a revolução de 1930 e temas políticos*. Porto Alegre: Sulina/Escola Superior de Teologia de São Lourenço dos Brindes, 1981.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Uma província de peso: a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX*. In: SOARES, Fabrício A. A.; SILVA, Ricardo Oliveira. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982.
- DOCCA, Souza. *Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bicentenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia. Anais do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia: comemoração ao bicentenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.
- FERNANDES, Cláudio. *O que foi o Estado Novo? Brasil Escola*, 2016. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>>. Acesso em 24 de março de 2019).
- FUÃO, Juarez José Rodrigues. Alfredo Varela. In: FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. 2009. Tese (Doutorado em História) - UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GORTE, Gabriel Henrique Sydorak. Victor Cousin e a França no século XIX. **XVI Encontro Regional de História**, Paraná, p. 1 - 12, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/arquivo/downloadpublic>. Acesso em: 6 abr. 2019.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 22.
- LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Metrópole. 1979.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. O Separatismo no Rio Grande do Sul. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Etnicidade e separatismo no Rio Grande do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Paulista, Marília, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88834/luvizotto_ck_me_mar.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 mar. 2019.
- MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. **Tese (Doutorado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- NEDEL, Leticia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. **Tese (Doutorado em História)**, PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 07/fev/2020.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- PORTO, Aurélio, red. Coord. Lit. *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: Selbach, 1937.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. **Revista Tempo**, [S. l.], 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/aop_mr0055_13.pdf. Acesso em: 6 abr. 2019.
- SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. **Revista Eletrônica da Anphlac**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1369>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, ed. 41, p. 113 - 126, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a06v2141.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.
- SILVA, Jaisson Oliveira da. O particular: Alfredo Varela, historiador da "Grande Revolução". In: SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varela*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- SILVA, João Pinto da. *A província de São Pedro; interpretação da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930
- SILVA, Sarah Amaral. *Da civilização dos pampas à raça de gigantes: relações raciais e regionalismos na construção do gaúcho e do bandeirante na historiografia brasileira dos anos 1940*. **Caderno de Letras**, 2015.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841 - 1999)*. Pontifícia Universidade Católica (PUC - RS): **tese de doutorado**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/browse?type=author&value=Soares%2C+Fabr%3%ADcio+Ant%3%B4nio+Antunes>. Acesso em: 15/07/2019.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *História das narrativas da Farroupilha*. In: _____; MARTINS, Jeferson Teles. *História e Historiografia Sul-rio-grandense*. EdiUnesc: Criciúma, 2019.

VARELA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas; a república rio-grandense*. Porto: Chardron, 1915.

VELLINHO, Moisés. *Letras da Província*. Porto Alegre: Globo, 1944

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. *História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, nº62, p. 49-70, 2011.

Acesso em: 27/jan/2020. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf>

Uma Casa para os heróis: a construção da memória de Tiradentes na sede do Poder Legislativo Federal na cidade do Rio de Janeiro (1920-1927)

A House for national heroes: the construction of the memory of Tiradentes in the seat of the Legislative Branch of Rio de Janeiro (1920-1927)

Thiago Figueiredo Martins

Mestre em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

firtins@gmail.com

Recebido em: 16/03/2020

Aceito em: 27/06/2020

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de usos do passado na construção da sede do Poder Legislativo federal na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e como se relaciona com o espaço urbano da cidade capital. O edifício foi pensado como um panteão cívico, com a figura de Tiradentes, protomártir da independência, recebendo um destaque central. A inauguração da sede permanente do Poder Legislativo foi acompanhada da elaboração de materiais, que buscavam a afirmação uma memória histórica da evolução tanto do espaço escolhido como nova sede, como dos personagens que fizeram parte da evolução política do Brasil.

Palavras-chave: Tiradentes; Poder Legislativo; memória; Rio de Janeiro.

Abstract: The present paper aims to analyze the process of uses of the past in the construction of the Legislative Branch in the 1920s in the city of Rio de Janeiro, then capital city, and how it relates to the urban space of this capital. The building was designed as a civic pantheon, in which was placed the statue of Tiradentes, proto-martyr of Brazilian independence, receiving a central highlight. The inauguration of the permanent seat of the Legislative Branch was accompanied by the formulation of materials, which sought to affirm a historical memory of the evolution both of the space chosen as a new headquarters, and of the characters who were part of the political evolution of Brazil.

Keywords: Tiradentes; Legislative Branch; memory; Rio de Janeiro.

A construção da Câmara cobre uma área de 3 mil metros quadrados. Foram feitas algumas modificações internas, mas sem prejudicar a fachada. O estilo do Palácio é Neo-Grego (sic), e a estátua de Tiradentes à sua frente representa uma alegoria em homenagem à vitória da liberdade, na atitude desassombrada diante da morte, pois Tiradentes — José Joaquim Da Silva Xavier — está de frente

erguida, como significar a sua vontade inquebrantável. Todo o conjunto, a começar pela estátua de Tiradentes até os monumentos laterais e o alto do edifício, representam a Independência e a República que deram ao Brasil o Poder Legislativo, tornando o Palácio Tiradentes um templo austero e sóbrio (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 de junho de 1960, segunda seção, p. 1).

Uma memória em disputa

A matéria do *Diário de Notícias* de 1960, ano em que a capital do Brasil foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, remete à memória do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, que perderia sua função de casa do Poder Legislativo com a transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. O texto busca a criação de uma memória histórica do espaço: as alegorias e obras de arte representam a história oficial e os valores políticos do regime republicano.

O trabalho de memória, parte constitutiva da criação dos lugares de memória, foi realizado por agentes políticos durante a Primeira República com o intuito de criar uma atmosfera favorável ao regime. Segundo Pierre Nora, na contemporaneidade, a percepção de aceleração do tempo e de esfacelamento da memória foi acompanhada pela explosão desses lugares, que são repositórios das memórias e servem para garantir a coesão social e dar sentido à História Nacional (NORA, 1993). O Palácio Tiradentes pode ser compreendido, dessa forma, como um lugar que expressa um conjunto de memórias que foram mobilizadas em um trabalho de apropriação e resignificação.

Concordamos que ocorre um processo de trabalho de memória na composição da história do prédio, mas não podemos perder de vista o seu caráter conflituoso, marcado pelas disputas na sociedade. Essa construção pode ser mobilizada e apropriada de acordo com as demandas de determinados grupos (ROUSSO, 2001).

A função didática que a memória carrega para a criação do Estado-nação, e do sentimento de nacionalidade e, assim, a construção de uma determinada memória, de lugares específicos, é resultado dos grupos que conseguiram hegemonizar uma versão da História oficial no Estado Nação. O Palácio Tiradentes é um exemplo da criação de lugar de memória que expressa a História oficial da nação brasileira.

A relação entre a memória e a construção de uma identidade nacional foi apontado por Michel Pollack o autor defende que esse processo de construção e formação da memória, é marcado por uma série de disputas políticas no seu âmbito individual e coletivo. O processo de

enquadramento da memória, ou seja, do trabalho de organização e seleção do que deve ser lembrado e esquecido, que vai formar uma memória nacional é marcado por essas disputas. Essa memória enquadrada, estável é fruto daqueles grupos que conseguiram vencer essas disputas pela memória nacional (POLLACK, 1989).

A construção do Palácio Tiradentes e a escolha de símbolos nessa composição arquitetônica são exemplos do papel do Estado brasileiro na seleção de eventos históricos — como a Proclamação da República, a Independência do Brasil e o próprio martírio de Tiradentes¹ — que estão representados nas alegorias na fachada do Palácio. O prédio, apesar da escolha do seu principal patrono, também reservou um lugar importante para outras figuras históricas, compondo um verdadeiro panteão cívico nacional (Obras de arte do Palácio Tiradentes: Alerj, 2013.)

A versão oficial da história nacional está representada nas obras presentes no prédio. O conjunto arquitetônico e artístico do Palácio e a sua função representativa compõem a memória do espaço, assim como uma versão dos principais acontecimentos da História do Brasil. É formada, desse modo, uma memória oficial a partir da arquitetura e das obras de arte do Palácio Tiradentes. As escolhas que envolveram o projeto de construção da nova sede do Poder Legislativo buscavam, naquele momento, ressignificar um lugar de memória para a população.

A produção de um livro em comemoração aos cem anos da Câmara, lançado na inauguração do Palácio Tiradentes é a nossa principal fonte². Esse livro apresentou dois objetivos evidentes: consolidar a visão de uma cidade moderna e, ao mesmo tempo, reforçar uma História oficial. Podemos analisar o esforço das elites políticas na última década da Primeira República para criar uma memória histórica que os colocasse no centro da evolução política e institucional do país. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926.)

A história do Palácio Tiradentes faria parte de um longo processo de construção da memória nacional por parte das elites políticas que governavam o Brasil e, posteriormente, de grupos políticos locais que mobilizaram a memória da cidade-capital. A memória do edifício como um monumento dedicado à História nacional e símbolo do poder político se relaciona com

¹ Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi um líder do movimento de emancipação da região de Minas Gerais conhecido como Inconfidência Mineira. Executado no Rio de Janeiro por crime de lesa-majestade, a memória dessa figura fez parte do imaginário popular por muitos anos e ganhou contornos oficiais na República.

os processos de produção de memórias sobre o prédio. A construção do Palácio em si é um exemplo de usos do passado e criação de memória oficial.

Um ponto importante é compreender que além de um lugar de memória e de um edifício funcional do Poder Legislativo, o Palácio também é um monumento, que tem uma função simbólica e representativa; ele é parte de um conjunto maior que forma o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, sede do poder a época da construção do prédio. O Palácio Tiradentes tinha uma função política e administrativa, não sendo um monumento voltado exclusivamente para a memória e para o capital simbólico.

O Palácio Tiradentes foi construído dentro de um contexto de reformas urbanas que se sucederam desde o início do século XX. O lugar físico transformado pelas reformas urbanas reflete a mudança política que o regime republicano impunha na sociedade brasileira. A criação de uma cidade-capital passava necessariamente pela criação de novas memórias e tradições na antiga cidade-capital do Império. Ao invés de transferir o centro político do país, criando uma cidade para ser capital, como foi realizado pelos Estados Unidos. O Brasil se optou por modificar o Rio de Janeiro para que este estivesse à altura de uma cidade-capital republicana.

A década de 1920 no Brasil e as transformações urbanas no Rio de Janeiro

A relação entre o Palácio Tiradentes e a cidade do Rio de Janeiro pode ser compreendida no processo de formação da *capitalidade*. Esse conceito, desenvolvido por Giulio Argan, é definido como um conjunto de valores e símbolos que uma cidade-capital possui. Desse modo, o Palácio é parte dessa construção de capital. O autor aponta para a existência de uma “arte da capital”, uma arte e uma arquitetura que fazem parte da manifestação simbólica do poder nas cidades-capitais, além de pressupor uma troca de valores com outras cidades-capitais (ARGAN, 2004). Buscamos nessa referência um norte para compreendermos as relações de poder que envolveram a criação de um monumento como o Palácio Tiradentes.

As modificações no espaço urbano atenderam a lógica do poder político, e a construção do Palácio Tiradentes fez parte desse processo de transformações na dinâmica e na arquitetura da cidade do Rio de Janeiro. Tais modificações dialogavam com a ideia de modernização da capital e de construção de uma cidade considerada digna de ser a capital da República. Segundo a perspectiva de Richard Morse, não podemos falar de um projeto de modernidade que funciona

como um modelo a ser seguido por outras capitais. Trata-se de uma leitura própria da modernidade realizada na periferia, no qual Paris é a principal referência. O Rio de Janeiro não deve ser visto como uma simples cópia, pois rompe a visão tradicional das cidades como cadinhos da modernidade (MORSE, 1995).

A escolha do lugar, o projeto, o estilo arquitetônico e o contexto político da época em que o prédio foi erguido nos permitem pensar como esse monumento, para além de ocupar uma função administrativa, expressou um projeto de poder e produziu uma determinada memória. A cidade do Rio de Janeiro foi marcada por uma série de mudanças na constituição do seu espaço urbano, o deslocamento de centros de poder e a criação de espaços de circulação das elites nas áreas centrais da cidade propiciaram uma nova dinâmica de circulação e de experiências na cidade.

Com toda essa transformação da dinâmica e da organização do espaço urbano um antigo centro de poder, a Praça XV, sofreu um processo de esvaziamento da sua importância com a criação de novos centros no período republicano. Buscamos demonstrar como esse espaço foi reabilitado como um dos centros de poder em um período de constantes mudanças sociais e políticas que marcaram a década de 1920.

O Largo do Paço foi a sede do poder político dos governos português (colônia e Reino Unido) e imperial, rebatizado como Praça XV de Novembro, em homenagem à Proclamação da República. O local era um importante centro de convergência de poderes. Antônio Colchete Filho, em sua obra *Praça XV: projetos de espaço público*, demonstra como diversos agentes sociais (Estado, políticos, artistas, elite econômica) foram importantes no processo de concepção, financiamento e criação de monumentos no espaço urbano (COLCHETE FILHO, 2008)

Nesse espaço encontrava-se a antiga Cadeia Velha, que abrigava a Câmara Municipal e, posteriormente, a Câmara dos Deputados, tendo sido também o presídio dos inimigos da Coroa Portuguesa no período colonial. O Paço Imperial, sede do Poder do Império brasileiro, era o edifício mais importante desse espaço central da cidade, encontrando-se ao lado da Cadeia Velha. Os edifícios, além do seu uso prático, também funcionavam para expressar o poder por meio da criação de símbolos. Esse processo de encenação, de produção de elementos que legitimam poderes constituídos, produzia um consenso que a força não é capaz de produzir, como um teatro do poder (BALANDIER, 1980).

Essa encenação do poder no nosso caso é parte constitutiva do centro urbano da cidade-capital. O papel dos símbolos, dos monumentos na constituição do espaço central da cidade, é uma ferramenta de persuasão das elites que governavam o Brasil. Angel Rama, em *A cidade das letras*, desenvolve a ideia de como as cidades-capitais na América foram construídas com o intuito de ser a expressão do poder, com a construção de centros irradiadores de poder (RAMA, 1985).

Nesse sentido, compreendemos o Largo do Paço como esse centro irradiador de poder, o que se manteve até o período do Reino Unido de Brasil e Portugal. Com as mudanças na cidade-capital e a construção de outros espaços de Poder durante o Império e posteriormente na República, o Largo do Paço perderia essa importância de centro político. Rachel Sisson defende que novas áreas da cidade, como o Campo de Santana, que foi o palco da Proclamação da República pelos militares, e a Praça Marechal Floriano, que ficou mais tarde conhecida como Cinelândia, passariam a ter a centralidade que antes estava concentrada no Largo do Paço. Porém ao ser rebatizada de Praça XV, manteve certa centralidade, compartilhando com outros espaços da cidade a dinâmica do poder político (SISSON, 2008).

Nosso intuito é analisar a construção de memória e as razões que levaram esse antigo espaço central, a Praça XV de Novembro, a ser escolhido pelas forças políticas durante a década de 1920 para abrigar a sede do Poder Legislativo Nacional, e como essa escolha contribuiu para a criação de uma nova memória do espaço. Um contraponto importante é o Palácio Monroe, uma vez que sua história nos ajuda a compreender como um local que foi esvaziado de seu sentido original e como sua memória foi sendo apagada ao longo dos anos, o que levou o seu desmonte nos anos 1970. O local abrigou o Senado Federal por um longo período da primeira metade do século XX e, em 1921, foi a sede provisória da Câmara dos Deputados. A decisão de transferi-lo definitivamente para uma sede permanente, em 1922, fez com que a Câmara fosse transferida para a Biblioteca Nacional até a conclusão das obras da sede definitiva em 1926.

A ideia de criar uma sede permanente, inclusive que servisse às duas casas, Senado e Câmara, ganhava força, mas foi descartada por divergências do local que a nova sede de ambas as casas seria erguida. Sendo assim, a Câmara ficou livre para escolher a sua futura instalação. Aproveitando as comemorações do Centenário da Independência, tais como a Exposição Universal que levou ao arrasamento do Morro do Castelo, a Câmara cedeu o seu prédio para a Exposição em troca da construção de uma nova sede.

A capital do Brasil nos anos 1920 foi marcada por um processo de modernização e transformação urbana, que vinha acontecendo com as reformas do prefeito Pereira Passos e do presidente Rodrigues Alves desde o começo do século XX. Essas reformas tinham como característica abrir avenidas, retirar a população pobre dos centros para áreas mais afastadas e implementar uma política higienista na cidade (BECHIMOL, 1992).

Durante a Primeira República, é possível observar um modelo de reformas urbanas da capital do Brasil associado a um amplo controle político do Distrito Federal pelo governo central. As transformações do espaço urbano eram realizadas pelo poder público, que teve um forte papel na transformação da cidade em uma capital modelo.

Esse período foi marcado por uma série de conflitos políticos e por crises que se agudizaram na última década de duração do regime oligárquico. A crise pode ser explicada pela própria estrutura de poder que foi estabelecida e, ainda, agravada por uma série de eventos que marcaram o período, tais como a greve geral de 1917, as sucessivas quedas nos preços internacionais do café, a Primeira Guerra Mundial, a reação republicana e o movimento tenentista. Epitácio Pessoa presidente da época governo sob um estado de sítio, reprimiu durante os movimentos que contestavam o seu poder e saiu fortalecido (FERREIRA, 2006).

Durante a década de 1920 as oligarquias precisavam de um Estado forte que pudesse manter o poder. A situação de crise levou ao fortalecimento e centralização do Estado por meio de um pacto entre os atores que governavam o país. Paulo Sérgio Pinheiro defende em sua obra *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política* que os anos 1920 representaram a superação da descentralização, ou seja, o ápice do inchamento dos aparelhos de Estado.

Segundo Pinheiro, esses novos atores e o próprio processo de urbanização estavam relacionados à estrutura do Estado oligárquico. A reação contrária às oligarquias ocorreu com o apoio de setores das classes médias urbanas: os tenentes, profissionais liberais e intelectuais. O fortalecimento desses grupos nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro estava ligado paradoxalmente ao processo de isolamento político do governo federal e de uma ampla autonomia para os estados por meio da política dos governadores. Nesse sentido, precisamos compreender a urbanização do Rio de Janeiro como uma consequência das estruturas oligárquicas de poder.

A cidade se desenvolve dentro da dinâmica do sistema agrário-exportador: essa situação marcará a ambiguidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia

que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros (PINHEIRO, 1997, p. 29).

A associação da cidade-capital às principais capitais do mundo, as discussões de modernidade e de controle dos espaços fizeram parte da dinâmica política do espaço urbano. As reformas do prefeito Pereira Passos (1902-1906) absorveram as ideias de modernidade que vinham das principais capitais do mundo como Paris. Como já apontamos, sem com isso ser uma mera cópia das transformações ocorridas na cidade francesa. Os processos de intervenção urbanística que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro tinham como principais objetivos conectar a cidade às capitais mundiais, a exclusão de setores populares das áreas centrais da cidade e estabelecer um padrão civilizatório para o Brasil.

Desde as primeiras reformas de Pereira Passos até 1930 as transformações urbanísticas foram sendo marcadas por uma oposição entre a valorização das áreas centrais da cidade e o aumento da população nos subúrbios e favelas. Essa dicotomia entre o projeto e as necessidades do desenvolvimento urbano refletia a própria crise do sistema político da Primeira República que se tornava cada vez mais insustentável.

A evolução da forma urbana carioca no decorrer do período de 1906-1930 reflete, em grande parte, as contradições existentes no sistema político econômico do país durante aquela época. De um lado, os Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação da área central e de embelezamento da zona sul. As cirurgias urbanas se sucederam, afetando, como sempre, os bairros pobres da cidade. (ABREU, 2013, p. 72).

A inspiração do modelo de transformação urbana veio de Paris. Esse modelo ficou conhecido por parte da historiografia como haussmanização³, devido às reformas urbanas implementadas na cidade de Paris no século XIX durante o governo de Napoleão III por Georges Haussmann. O embelezamento de áreas do centro, a abertura de grandes avenidas para contribuir com a circulação de pessoas e carros, a expulsão da população pobre do centro: todas essas mudanças seguiam uma lógica de higienização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. As reformas pretendiam inserir o Brasil dentro das nações civilizadas e teve com seu maior marco a construção da Avenida Central, atual Rio Branco.

³ Georges Eugene Haussmann, nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento de Seine (1863-1870), implementou reformas que transformaram Paris no modelo de metrópole industrial moderna imitado em todo o mundo. Haussmann rasgou o centro de Paris para criar grandes avenidas no lugar das ruas estreitas e de quarteirões populares.

À medida que a cidade se transformava e avançava em direção à Zona Sul e o Centro, tornava-se um símbolo daquilo que o Brasil almejava ser, moderno e cosmopolita. A população pobre era obrigada a migrar para os subúrbios em novas formas de moradia precárias sem ordenamento estatal, e foi a partir desse contexto que várias favelas surgiram. Havia duas frentes em relação à reforma urbana: a questão sanitária, com o intuito melhorar a circulação dos ventos, o saneamento e a limpeza, abolindo os cortiços, e a modernização da cidade seguindo um modelo de civilização que passava por uma adequação dos costumes e uma reorganização do espaço urbano.

Não é possível simplesmente comparar os modelos de reforma urbana de Paris e do Rio sem estabelecer diferenças fundamentais. Os regimes políticos dessas sociedades eram completamente diferentes, pois, enquanto os ideais de cidadania da Revolução Francesa já faziam parte do imaginário e da memória dos franceses, o Brasil ainda buscava superar o modelo de sociedade escravista, sendo ainda governado pelos membros de uma oligarquia. O modelo de república era uma inspiração simbólica e, portanto, defendemos que as reformas de Pereira Passos e as que se sucederam foram uma expressão da vontade de criar símbolos republicanos, modernos e considerados civilizados, mas que por serem realizados na periferia do sistema capitalista contribuíram para a perpetuação de um projeto de poder autoritário dessa oligarquia.

André Nunes Azevedo apresenta uma outra versão sobre as reformas urbanas do Rio de Janeiro do começo do século XX, tentando superar uma tese que ficou muito forte entre diversos autores clássicos de uma reforma que basicamente expulsou os pobres e criou um modelo de cidade europeia. O autor indica que havia dois projetos: um federal, sendo encabeçado por Rodrigues Alves, e um outro dirigido por Pereira Passos. Enquanto o projeto federal era mais ligado as concepções de progresso, enquanto transformação técnica e econômica, Passos apresenta uma reforma que buscava adequar a cidade a um modelo de civilização (AZEVEDO, 2016).

O nacionalismo é um dos elementos utilizados na consolidação dos grupos que estavam no poder, e as comemorações e a memória contribuem para esse processo. O centenário da Independência seria o momento de recuperar o sentimento de pertencimento, a identidade nacional do povo brasileiro, e as reformas urbanas no Rio de Janeiro preparavam o palco das festividades. Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal de 1920 a 1922, realizou obras importantes por meio de uma série de intervenções urbanas que visavam transformar a cidade do

Rio de Janeiro na vitrine do país para o exterior. A redefinição do espaço urbano da cidade envolveu a demolição do Morro do Castelo, espaço tradicional que carregava o simbolismo de ter sido o primeiro lugar de ocupação do Rio de Janeiro, berço da Fortaleza do Castelo e da Igreja de São Sebastião dos Capuchinhos. Além disso, foi o espaço de uma lenda, de tesouros enterrados pelos jesuítas antes de sua expulsão da colônia. Era também o local de moradia de uma população pauperizada; o morro era visto como um entrave para o desenvolvimento da cidade e a chegada da modernidade. Assim, sua demolição representava uma tentativa de rompimento com o passado colonial e criação de uma cidade cosmopolita (MOTTA, 1992).

A construção da nação passa por um processo de recuperação de uma memória e a construção de uma narrativa totalizante da história oficial. Em um país como o Brasil, a busca por elementos populares que pudessem criar um imaginário republicano foi fundamental na consolidação do regime. Segundo José Murilo de Carvalho, a falta de participação popular na Proclamação da República e as desconfianças como o novo regime exigiram um esforço maior na criação do simbolismo (CARVALHO, 1990).

Nesse sentido, as comemorações do dia de Tiradentes e o uso da memória do inconfidente são exemplos desse processo. Com a construção do Palácio Tiradentes, o uso da memória, que já fazia parte do imaginário republicano desde o século XIX, foi intensificado e, após a Proclamação, os usos do passado ganharam contornos oficiais. A figura de Tiradentes tornou-se, então, central, e sua memória foi transformada como parte de um discurso de Estado.

As comemorações do 21 de abril e a memória de Tiradentes na construção de uma identidade nacional

A disputa por datas e nomes de lugares, como ruas, praças e eventos a serem comemorados fazem parte da criação de um ritual cívico. A própria forma como a História Nacional é contada em livros didáticos, assim como os monumentos que são escolhidos para serem erguidos em praça pública, ajudam a compor a narrativa desse passado nacional. A figura de Tiradentes é parte importante da nossa história em razão da construção de uma memória sobre a sua vida, e a participação dele na luta contra a opressão colonial e o martírio, como a sua morte, se tornou símbolo da luta de diversos grupos políticos.

As datas comemorativas são um exemplo desse processo de disputa entre os diversos atores que lutam para conquistar a hegemonia do discurso oficial. As comemorações do dia de Tiradentes, 21 de abril, se inserem em uma longa tradição que se iniciou ainda no século XIX por clubes republicanos e foi posteriormente incorporada como uma festa cívica pelo Estado nacional. Um marco das disputas pelos símbolos da nação é a própria atual Praça Tiradentes, o local de enforcamento do inconfidente, o antigo Largo do Rócio, na época do Império rebatizada Praça da Constituição. A praça recebeu uma estátua de D. Pedro I em 1862, e em 1893 o clube Tiradentes, um grupo republicano, tentou encobrir a estátua do antigo imperador em decorrência da comemoração do dia 21 de abril. Em 1902, se discutiu substituir D. Pedro por Tiradentes enforcado, e no mesmo ano a praça foi rebatizada com o nome do inconfidente, no entanto a estátua do antigo imperador permaneceu.

José Murilo de Carvalho aponta para uma disputa de memória entre o Império e a República: de um lado D Pedro e do outro Tiradentes. As outras possíveis figuras republicanas não teriam a sua simbologia tão marcadamente mobilizada pelos republicanos e pelo Estado nacional. A figura de Tiradentes congregava as melhores características para ser considerado um herói, em meio a outras que não conseguiram ocupar tal função (CARVALHO, 1990). Entre as razões apontadas está o fato dele ser uma figura histórica sem muitos registros e ser popular. O esforço de republicanos em exaltar a memória dos inconfidentes como uma luta primordial pela liberdade, e a associação da figura de Tiradentes com a de Jesus, também contribuíram para a construção de uma memória.

No Rio de Janeiro, o dia 21 de abril ganhou contornos de uma marcha fúnebre que saía da Cadeia Velha até o Largo do Rossio, refazendo o caminho de Joaquim, da Cadeia até o local da execução, na atual Praça Tiradentes. Essa ideia de uma “*via crucis*”, de alguém que foi traído e injustamente condenado à morte, fez com que houvesse uma aproximação dessa figura com a de Jesus Cristo. Podemos dizer que ele foi escolhido como a principal figura de uma religião civil por carregar essas características, e que o Palácio que recebeu o seu nome também passou a ser considerado o templo dessa religião. Outros fatores contribuíram nesse processo, como, por exemplo, a tradição da festa de Tiradentes que teve como ponto de partida o local da Cadeia Velha. A escolha do local de construção do Palácio pode ser compreendida como uma homenagem à Tiradentes rememorando uma prática entre os republicanos, de realização da festa cívica e da participação popular. Thais Nívia de Lima e Fonseca, em um artigo sobre as comemorações do dia 21 de abril a partir da década de 1930, demonstrou que, para além da

figura histórica de Tiradentes, ocorreu um processo de criação e apropriação por meio de diversos agentes políticos.

A festa cívica trabalha em favor da unidade, mas deixa aflorar as dissensões. Em muitos casos não há consenso nem quanto ao objeto da própria comemoração. Em outros, a unanimidade resume-a a ele, entrando-se em luta por sua posse. Sob certo ponto de vista, esse é o caso da comemoração da Inconfidência Mineira e, sobretudo, da celebração de Tiradentes, ao lado do qual se perfilam as mais variadas tendências políticas, todas reivindicando os direitos de sua evocação. Todas procurando apropriar-se de suas representações como bandeiras de seus projetos e posições, vendo-o como útil instrumento de legitimação (FONSECA, 2005, p. 439).

Podemos perceber que ocorreu a criação de um lugar de memória na data comemorativa, ou seja, a data virou um lugar de memória para a população. Esse lugar foi elaborado por meio do trabalho de memória realizado por diversos agentes, sejam eles ligados ou não ao Estado. Além da própria comemoração do 21 de abril e suas múltiplas manifestações, o trajeto da Cadeia Velha até a Praça Tiradentes, onde ocorria a marcha fúnebre no dia de Tiradentes, também é um lugar de memória. O simbolismo é parte fundamental dessa construção. Estamos falando de um lugar simbólico quando nos referimos ao 21 de abril, mas referenciado no espaço; essa comemoração passou à materialização do simbolismo, novas relações com a cidade e com as manifestações de poder passaram a ser criadas em decorrência da construção do monumento do Palácio Tiradentes.

O Palácio ocupa um lugar de memória simbólico e físico ao mesmo tempo, fazendo uma ligação das comemorações do 21 de abril e o martírio de Tiradentes com a Câmara Municipal (Cadeia Velha), antigo centro de poder no Brasil colonial. A memória de Tiradentes é marcada por uma dicotomia entre o oprimido e rebelde, e o herói na luta pela liberdade. Sua construção deixou de ser tarefa dos críticos ao regime durante o Império, e passou a ser oficial na República.

A construção do Palácio Tiradentes expressa a ideia de conciliação entre o projeto de Independência guiado pela família Real portuguesa e o projeto republicano militar de inspiração positivista, com a figura de Tiradentes sendo o elemento central de ligação desses projetos. As figuras de D. Pedro, José Bonifácio, Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant aparecem como parte dessa construção, mas todos são secundarizados em relação a Joaquim.

A escolha do Tiradentes como herói expressava a falta de participação popular e as múltiplas frações republicanas que disputavam o imaginário da nova nação com o fim do Império. Tiradentes foi uma figura recuperada do passado, membro da Inconfidência mineira, foi

condenado à morte por enforcamento. As características da figura de Tiradentes contribuíram para moldar a memória de um protomártir da independência. Esse processo se deu, sobretudo, na busca pela legitimidade, já que em um regime com pouca adesão popular se fazia necessária a criação de símbolos que expressassem o poder político.

Segundo José Murilo de Carvalho, desde 1870 os clubes republicanos tentaram recuperar a memória de Tiradentes. Em 1867, foi erguido um monumento à Tiradentes em Ouro Preto pelo governador Saldanha Marinho, futuro chefe do Partido Republicano do Rio. A escolha do inconfidente como símbolo da luta republicana, mesmo que não houvesse uma conexão direta com os eventos que levaram a queda do Império, se explica pela falta de densidade do 15 de novembro de participação popular. No processo se fazia necessária a criação sobre a forte interferência do Estado da produção de uma mitologia republicana (CARVALHO, 1990).

Ângela Alonso apresenta a discussão existente entre as múltiplas facções republicanas desde 1870 e dos grupos monarquistas que construíram nas diversas narrativas da História nacional. A memória de Tiradentes, e a comemoração do dia 21 de abril foi um elemento decisivo na construção do projeto republicano, em oposição com os monarquistas que faziam uma leitura positiva do Império e dos heróis desse período.

invenção de uma tradição republicana valeu-se de símbolos que espelhavam a França de 1789, filtrada pelo positivismo, e das rebeliões coloniais e regenciais abafadas pelo Segundo Reinado. Assim surgiram bandeira, hinos e heróis nacionais, como Tiradentes, em alternativa aos anteriores, imperiais (ALONSO, 2009).

A ideia de civilização e progresso passava pela construção de um Povo, mas de um Povo europeizado. Portanto, podemos afirmar que os ideais de civilização e democracia faziam parte do imaginário das elites políticas, intelectuais e econômicas do Brasil, sobretudo dos que viviam nas metrópoles, mas não se levava em consideração que o Brasil republicano era uma sociedade extremamente excludente, com um passado escravista. Esse era um modelo europeizado e, portanto, muito distante da realidade que se fazia presente em nossas cidades.

A figura de Tiradentes seria fundamental em um processo de afirmação de um projeto político marcado por um forte paradoxo. De um lado, havia a ideia de um país civilizado, cada vez mais próximo aos europeus, e do outro, havia uma sociedade agrária, com uma base na escravidão, onde a elite cada vez mais fragilizada queria aumentar o seu poder e excluir todas as camadas populares. A maleabilidade da imagem de Tiradentes pode ter sido o seu trunfo, tendo

em vista que muitas versões dessa história fizeram parte do imaginário popular: o rebelde que lutou contra o domínio colonial pela liberdade, o convertido nos últimos dias de sua vida, que se tornou um mártir aceitando o seu destino pacificamente, o alferes que garantia a ordem na sociedade colonial. É uma figura que foi apropriada por diversas correntes tanto pela falta de informações precisas, como pelas múltiplas facetas dessa figura histórica. Ainda podemos apontar que o regime republicano durante o período oligárquico foi marcado pela ideia de conciliação com o passado colonial e, sobretudo, com o Império.

A construção do Palácio Tiradentes, assim como a criação do monumento a Tiradentes em Ouro Preto, é parte desse processo de afirmação da mitologia política, da institucionalização da memória do libertador nacional. Esse papel, que foi de D. Pedro I, libertador do Brasil do jugo colonial, perdeu completamente o sentido pelo fato do próprio pertencer à família real portuguesa ter estado diretamente envolvido na disputa pela sucessão do trono português após a morte de seu pai, D João VI. Tiradentes teve que ocupar o lugar de libertador nacional; a sua imagem foi transformada na representação de um Cristo, que morreu condenado injustamente, e o seu sacrifício pela liberdade foi o elemento utilizado no processo de construção da figura. Essa narrativa foi muito forte para o imaginário republicano após a Proclamação. Em 1920, com a crise do regime oligárquico, a figura do protomártir será recuperada em decorrência das transformações políticas, econômicas e sociais. Qual seria a imagem de Tiradentes que poderia ser construída nesse período de construção do Palácio que poderia abrigo as diversas vertentes políticas?

Da pedra fundamental à inauguração

A construção do Palácio Tiradentes, para além da criação de uma sede permanente para a Câmara, atendia à necessidade de criação de símbolos políticos e históricos que expressassem a construção da identidade nacional. O trabalho de memória realizado nesse projeto teve seu ápice em sua inauguração com os eventos culturais que buscavam promover a importância do edifício. Esses eventos faziam parte da trajetória que o Palácio teve como um monumento na cidade do Rio de Janeiro. Analisaremos aspectos que marcaram a inauguração do Palácio e buscaremos demonstrar como a construção da memória histórica inscrita nas obras de arte do prédio produziam uma determinada visão da história.

A concepção do projeto se inicia quando o Palácio Monroe, sede provisória da Câmara, foi cedido para abrigar o pavilhão do Brasil na Exposição Universal que aconteceria em 1922. Essa foi a oportunidade de criar um projeto de sede permanente para o Poder Legislativo. A construção do Palácio Tiradentes atendeu à criação de uma memória histórica, com sua arquitetura e obras artísticas. O projeto foi retratado no livro do centenário da Câmara dos Deputados, que contou com uma edição especial sobre a memória histórica do Palácio.

O livro comemorativo nos apresenta os elementos que levaram à decisão da sua construção e certos aspectos históricos e artísticos do edifício. Elaborado pela Câmara, o material contou com a descrição dos eventos que levaram à execução do projeto de construção do Palácio Tiradentes. Esse livro comemorativo do centenário da Câmara se tornou base, assim como jornais da época, para a elaboração de outros livros comemorativos sobre o edifício anos depois. Dessa forma, a sua análise permite avaliar as muitas camadas de memórias presentes na criação da nova sede do poder legislativo do Brasil.

Na edição *Histórico e Descrição Edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca nacional do Livro do Centenário da Câmara* escrita pelo Deputado Ramiro Berbete de Castro, há uma descrição dos edifícios que a Casa legislativa ocupou historicamente até o seu centenário, quando foi para o Palácio Tiradentes. Na descrição do edifício sobre a Cadeia Velha, Castro faz uma importante menção à figura de Tiradentes, que ficou preso neste espaço⁴ (FIGUEIREDO, 2018).

Essa descrição contribui no processo de formação de um lugar de memória republicano, de espaço de luta pela liberdade, portanto, reforça a importância da escolha geográfica para a construção da nova sede.

Parte da nossa história teve ali o seu inolvidável encadeamento. Basta citar o facto de ter sido no seio daquele secular edifício o proscênio do trágico epílogo da Inconfidência. Se as pedras do seu sedimento falassem, não cessariam recontar episódios pungentes, como as aflitivas lamentações de um verdadeiro visionário, que se obstinou em querer ser mártir, no seu eterno sonho de redenção nacional, no esplendor de seus ideais republicanos. Se todo o primitivo edifício estivesse ainda de pé, como dantes, com o seu só antigo aspecto, qualquer coisa de inviolável e sagrado manifestaria o seu passado de luz e trevas (CASTRO, 1926, p. 11).

⁴ Joaquim José da Silva Xavier ficou encarcerado por cerca de três anos, sendo dois anos na prisão da Ilha das Cobras. Foi transferido para a Cadeia da Relação (também conhecida como Cadeia Velha) em 4 de julho de 1791 até Outubro do mesmo ano, quando foi novamente transferido para a prisão da ordem Terceira do Carmo até abril de 1792 quando foi levado novamente junto com outros conjurados para a Cadeia da Relação e lá escutou a sua condenação à morte eterna pela forca (não poderia ser enterrado em solo sagrado).

O autor, nesse trecho, busca fazer uma associação entre o suplício do protomártir e os vestígios da cadeia em que ele ficou encarcerado. A memória da repressão e da luta pela liberdade aparecem no contraste de luz e trevas que se manifestaria caso o prédio tivesse suas formas originais. A figura do mártir da independência é crucial na construção da memória histórica do edifício que leva o seu nome, assim como é um elemento de conciliação da memória republicana entre suas diversas frações (positivistas, liberais, militar). O fato de ter permanecido encarcerado na antiga Cadeia Velha até sua execução, que foi proferida na praça em frente ao prédio, contribuiu para a construção do Palácio Tiradentes como um monumento ao mártir nesse mesmo local.

A Cadeia Velha foi inaugurada muito provavelmente em 1636 para substituir o antigo prédio construído por Mem de Sá no alto do morro do Castelo, funcionando como cadeia pública e Senado da Câmara. Sobre esse aspecto Castro mais uma vez nos indica quais foram as mudanças, “a cadeia velha e Casa da Câmara foram transferidas do Alto da Sé para junto da Ermida de São José, nas vargens da cidade (CASTRO, 1926, p. 11).

A descrição realizada por Castro apresenta um breve histórico do edifício que antecedeu o Palácio Tiradentes. A memória desse espaço é, então, ressignificada, para mostrar uma ocupação marcada pelo conflito entre o autoritarismo e a luta pela liberdade. Demonstrando os importantes usos do espaço como o Tribunal de Relação, a Capela de Jesus e por fim de cela do próprio Tiradentes. A narrativa contribui para essa construção de lugar de memória da luta pela liberdade.

Com a chegada da família real, em 1808, a Cadeia Velha e o Senado da Câmara são desalojados, a Câmara muda-se para uma casa alugada e os prisioneiros são transferidos para a prisão do Aljube⁵. A Cadeia Velha passou a ser um espaço de dormitório para os escravos que serviam à família real que, por sua vez, ocupava o prédio ao lado, o Paço Real, e passou a contar com uma ponte construída entre os prédios.

Em 1823, o espaço é escolhido para funcionar como sede da Assembleia Constituinte. O Livro do Centenário faz, ainda, uma menção à sua dissolução com a intervenção de D. Pedro I, que ameaçou bombardear a Câmara com tiros de canhão. O gesto de um deputado na ocasião foi grifado como aspecto que exemplifica o episódio: “Os deputados, por prudência, retiraram-se,

⁵ Antiga prisão eclesiástica convertida em cadeia pública em 1823.

sem protesto. Conta-se que Antônio Carlos, ao passar por uma das peças, tirou o chapéu, cumprimentando a ‘soberana do mundo’ [...]” (CASTRO, 1926, p. 22).

Castro, nessa parte específica, nos mostra que o edifício da Cadeia Velha era marcado pela opressão e pela resistência. Dessa forma, o Palácio Tiradentes deveria ser a expressão e homenagem aos que resistiram e lutaram pela liberdade. Após esse episódio, a Câmara assumiu definitivamente o espaço até o ano de 1914, com apenas um breve período para a aprovação da Constituição Republicana de 1889.

Em 6 de Maio de 1826, depois de realizadas algumas sessões preparatórias, foi solenemente instalado, sob a presidência de Luís Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, o primeiro Congresso Legislativo do Brasil, funcionando a Câmara, na Cadeia Velha, ininterruptamente, até 1914, excetuando-se a fase da Constituinte Republicana, que efetuou suas primeiras sessões no edifício, a rua do Passeio, onde funcionava o "Casino Fluminense", depois "Club dos Diários", e, atualmente, "Automóvel Club”(CASTRO, 1926, p. 22).

Em 1914, a Câmara dos Deputados foi transferida para o Palácio Monroe, de forma provisória, já que não havia condições para permanecer no seu antigo edifício, ficando o prédio da Cadeia Velha abandonado. No ano do centenário da Independência do Brasil, em 1922, a cidade do Rio de Janeiro receberia a exposição universal e, por essa razão, uma série de reformas urbanas foram realizadas na gestão do Prefeito Carlos Sampaio com o intuito de mostrar o Rio de Janeiro como uma vitrine da nação para o mundo (MOTTA, 1992).

A Câmara dos Deputados aproveitou o momento político para transferir-se para uma sede permanente. O projeto dos arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Couchet de construção desse novo prédio foi aprovado em dezembro de 1921. A Cadeia Velha, prédio que carregava o peso do passado colonial, foi demolida para que no seu lugar fosse construída a nova sede do Parlamento brasileiro⁶. O Palácio Tiradentes representaria um conjunto simbólico, que expressava uma narrativa nacional e a construção da memória oficial. A própria escolha do lugar é um indício de quais memórias o Estado brasileiro desejava apagar e quais deveriam ser preservadas

Toda a trajetória de Tiradentes é descrita no Livro do Centenário, desde sua luta em Minas até a sua prisão e condenação. O autor transforma esse ato em um momento de heroísmo e sacrifício de um idealista pela pátria que ainda não existia. No final do texto que descreve essa

⁶ Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Alerj/Historia?AspxAutoDetectCookieSupport=1>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

passagem, fica clara a intenção de fazer de Tiradentes um herói da pátria e dos ideais republicanos da liberdade.

É certo que esse protomártir teve o seu instrumento de suplício: a força! A justiça de seu tempo servira-lhe de algoz! Mas, com o seu sangue redentor, ele que também fora um vidente da democracia, um apóstolo dos ideais republicanos, um preconizador da nossa independência, inocentando os demais conjurados, para que fosse ele o único a encarnar todas as responsabilidades do movimento revolucionário mineiro, regou o solo bendito da Pátria, em meio às aspirações liberais da mocidade, afim de que irrompesse, intangível e majestosa, a árvore da liberdade, da igualdade, da fraternidade, com o advento glorioso da República. A história pátria sagrou-o como herói. A posteridade soube ser justa (CASTRO, 1926, p. 20-21).

Tiradentes como já indicamos em outra parte do texto fazia parte de uma construção de memória que desde a segunda metade do século XIX, ainda no Império, passado pelo início do período republicano foi utilizado como propaganda dessas facções republicanas. Apesar do dia 21 de abril se tornar feriado apenas na década de 60 do século XX, a tradição dos ciclos republicanos desde 1870 fez com que essa figura fosse alçada a categoria de herói nacional. O próprio Palácio é uma tentativa de reconciliação dos muitos ideais republicanos com uma memória do período Imperial.

As comemorações são formas de trazer a memória à tona, e o período comemorativo do centenário da independência foi um momento de recuperação de um passado mítico. Segundo Marieta Ferreira, as comemorações expressam conflitos e disputas de memória contribuindo para a construção de identidades (FERREIRA, 1997, p. 157).

O livro do centenário da Câmara, publicado na inauguração do Palácio Tiradentes, expressava uma tentativa de recuperação do passado. O documento aponta que, desde 1907, existia a discussão para a criação de um prédio único para o Senado e a Câmara. No entanto, essa ideia foi descartada por não haver consenso de onde seria o lugar. A memória das comemorações do centenário da Independência é tida como elemento desencadeador para a construção da sede permanente. Fica evidente a conexão entre um grande evento comemorativo e as transformações do espaço urbano da cidade, o que levou a Câmara ceder o Palácio Monroe em troca da construção do Palácio Tiradentes.

Desde essa época, com intermitências mais ou menos longas, estava sempre nas cogitações das sucessivas Mesas da Câmara a construção ou adaptação de um prédio apropriado ao seu funcionamento, girando essa ideia, por motivos de ordem econômica, ao redor do aproveitamento do Palácio Monroe, aumentando com um pavilhão anexo, ou ela própria Cadeia Velha,

radicalmente remodelada. Avizinhava-se a passagem da data do centenário da nossa independência política, a 7 de Setembro de 1922; preparavam-se grandes festas e atos comemorativos desse acontecimento entre eles, foi decretado que estivesse a realização de uma grande exposição internacional, nos terrenos conquistados ao mar pelo aterro resultante do desmonte do Morro do Castello, entre a Ponta do Calabouço, Praia de Santa Luzia e Avenida Beira Mar, ao fim da Avenida Rio Branco. A escassez de tempo não permitia a construção de todos os pavilhões necessários à exposição e foi preciso pedir à Câmara dos Deputados o Palácio Monroe, onde ela funcionava provisoriamente e em más condições, para completar a área e servir de fecho ou limite ao recinto destinado ao grande certâmen internacional. Esse fato determinou um entendimento entre o Presidente da República, o Prefeito do Distrito Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados, em virtude do qual ficou assentada a construção do Palácio da Câmara, para o que se votaria autorização legislativa e dar-se-ia o crédito de seis mil contos de réis, cedendo-se, depois disso, o Palácio Monroe ao Governo para ser incluído no recinto da exposição como sede da respectiva administração. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 13-14).

A passagem acima indica que a Câmara, ao ceder o Palácio Monroe para a Exposição Universal, atendia à necessidade de realização do evento no ano do centenário e, como consequência, a criação de uma sede permanente para a Câmara. A criação de um Palácio para abrigar a nova sede seria uma consequência secundária à exposição. O aterramento do Morro do Castello também é citado como elemento que demonstra a vitória da engenharia e do Estado em conseguir superar as dificuldades impostas pelo ambiente. A continuidade com o modelo de reforma urbana, que tinha uma perspectiva sanitarista de remoção de morros e aterros de pântanos e mares, é parte da criação da cidade como um modelo de capital.

A criação de espaços públicos na cidade-capital que expressassem os valores do mundo considerado civilizado, os ideais republicanos e democráticos, foi constantemente acionado no processo de exaltação da Câmara, o que levou à escolha do local para a construção da nova sede. Nesse ponto, tanto o martírio da figura de Tiradentes, como o papel daqueles que legislaram no antigo prédio da Cadeia Velha, pareciam confluir para o estabelecimento de uma nação que já nasceria civilizada, como herança da colonização. A conciliação com o passado é a chave para compreender como os ideais republicanos e democráticos conviveram com o regime oligárquico nesse monumento. A memória da Câmara, centro de poder, e a de Tiradentes, mártir que foi condenado pela Coroa Portuguesa, se fundiram no Palácio Tiradentes. Essa convivência entre versões da História do Brasil também se expressou na memória de Tiradentes e de D. Pedro I.

Estabelecido o acordo exigido por aquela lei, entre o Chefe do Governo e a Mesa da Câmara, ficou resolvido que o terreno, a construção destinado, seria o quadrilátero situado entre as ruas da Misericórdia, da República do Peru (antiga

Assembleia), de S. José e ele D. Manoel, lugar tradicional, onde existia a denominada "cadeia velha", paço da assembleia legislativa do Império e, por muitos anos, sede da Câmara Federal dos Deputados da Republica; prisão do protomártir de nossas liberdades políticas, o Tiradentes; fonte de onde, em caudal de inestimáveis benefícios, promanaram as mais sabias, as mais patrióticas, as mais esclarecidas leis, que nos integraram no convívio dos povos civilizados, atestando o nosso progressivo e crescente adiantamento e as aptidões incontestáveis de um povo laborioso e inteligente, que muito se afigurou ter nascido adulto, tal o grau de aperfeiçoamento com que se apresentava na legislação elaborada pelas assembleias de seus representantes mais diretos, ali reunidos tantas vezes, em memoráveis sessões, que são verdadeiros padrões de glória nossa e não deslustrariam parlamento algum. Não só maior facilidade de aproveitamento desse terreno, agora devoluta, mas também e muito principalmente, aquela circunstância de guardar o local, o melhor e o mais precioso de nossas tradições parlamentares, atuaram no nosso espírito para fixar a escolha (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 18).

O local escolhido para a construção do Palácio Tiradentes fazia parte do passado colonial, era um lugar de memória da história política do país. O processo de transformação dessa memória estava presente nesse material produzido pela Câmara dos Deputados em decorrência do seu centenário. O passado atrasado do período colonial se tornaria glorioso, com a exaltação das tradições parlamentares europeias em terras brasileiras, assim como o sacrifício de Tiradentes pela liberdade da colônia em relação ao Império português. O Brasil já teria nascido “adulto” por ter herdado os valores civilizados de Portugal, e essa herança estaria presente no espaço que tinha sua história marcada por ser o local da Cadeia Velha e sede da Câmara, lugar de memória do Parlamento e de grandes debates parlamentares.

A nova sede seria construída nesse espaço como uma forma da memória do local continuar viva e reatualizada. Um exemplo é a memória do protomártir da independência que foi acionada com o intuito de valorizar a construção da identidade nacional. Esses elementos fizeram parte da decisão de escolha do quadrilátero onde foi construído o Palácio Tiradentes.

Decidido o local, agora era necessário pensar no projeto e fazer da construção do edifício. A escolha do escritório técnico de Heitor de Melo e do projeto de Archimedes Memória e Francisco Couchet seguia uma lógica dos projetos de edifícios/palácios oficiais, que buscavam no ecletismo uma fusão de vários estilos arquitetônicos e uma tentativa de dialogar com o neoclássico. O ecletismo era um estilo arquitetônico que misturava diversas escolas artísticas, como o neoclássico e o *art nouveau*, assim como elementos do barroco e, no caso do Brasil, uma variante do barroco europeu, que era o modelo de arte amplamente adotado na colônia.

Para além das obras de arte que fazem parte da construção do monumento, a concepção do projeto e do discurso elaborado sobre o Palácio pelos próprios deputados presentes no livro do centenário foi um elemento importante de criação de memória. O prédio foi concebido como um repositório das riquezas e da memória nacional, no qual unidades da federação contribuíram para a sua criação tanto financeiramente como com a doação de parte da mobília.

A Câmara dos Deputados produziu um livro em decorrência da comemoração dos noventa anos do Palácio, que havia sido sua sede histórica. Esse impresso foi baseado no livro comemorativo do centenário da Câmara dos deputados produzido em 1926. Aspectos importantes da construção e concepção da sede permanente aparecem descritos nesse livro. A passagem a seguir demonstra a cotização das diversas partes do país ao projeto do Palácio no lançamento da pedra fundamental em 1922. O contexto da época permitia pensar na reafirmação de uma identidade nacional e na unidade das várias partes do país.

A pedra fundamental foi lançada em 19 de junho de 1922, assinalando o início das obras. Em seu interior, numa caixa de cobre, foram depositados a primeira via da ata da solenidade, moedas correntes da época e alguns jornais do dia. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados julgou adequado convocar as unidades da federação a colaborar com doações de qualquer natureza, salientando a importância nacional da nova sede. A ideia era materializar no palácio as unidades políticas, suas zonas territoriais, os centros populosos, a imensidão das florestas e os depósitos de minérios que formam a Pátria. Cada região do Brasil poderia contribuir com matérias-primas, manufaturas industriais e obras artísticas próprias, para que ficasse em exibição permanente no palácio uma síntese das riquezas brasileiras. Antes do fim de dezembro de 1921 foi anunciada a escolha do projeto para a sede da Câmara dos Deputados feito pelos arquitetos Archimedes Memoria e Francisco Couchet, do escritório técnico Heitor de Mello. O estilo adotado – Ecletismo – representava a arquitetura oficial da época. As providências necessárias à execução da obra tiveram início com a abertura de crédito de 6 mil contos de réis (6.000:000\$000) para que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores conduzisse o processo (CÂMARA dos DEPUTADOS, 2016, p. 8-9).

O Palácio foi uma obra que contou com a colaboração financeira de membros das elites tradicionais que governavam o Brasil. Na passagem acima, podemos analisar a valorização do investimento e a decisão de construir uma nova sede com o apoio das unidades da federação. A convocação dos estados para realizar doações tinha por objetivo criar a imagem de uma Casa do Povo, como se todo o país estivesse representado no prédio. A substituição da Cadeia Velha por um monumento como o Palácio Tiradentes representaria uma forma de valorização de um passado mítico glorioso, uma forma de reascender a memória e apagar definitivamente o passado

colonial como um elemento negativo do atraso do Brasil, além de organizar o futuro para as próximas gerações.

Parece que o desaparecimento desse prédio velho, sem estética, sem estilo arquitetônico, depreciado em seu valor histórico por aplicações que dá memória diuturnamente o varrem, terá a mais larga compensação, a mais valiosa das indenizações na dádiva generosa e patriótica, que, a cidade e ao país, é feita, com a construção de um monumento de arquitetura, de beleza e de arte incontestáveis, onde dignamente se instalará o grande ramo do Poder Legislativo, em que se encarna e vive a própria nação brasileira, a honrar e perpetuar as glórias do passado em novas e gloriosas conquistas para o bem público (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926 p. 34).

As obras de arte que foram escolhidas para fazer parte do monumento também expressam a construção da memória oficial do país. Não faremos uma análise minuciosa de todas as obras, mas sugerimos que elas foram um elemento do projeto que contribuiu para a construção da memória. Uma comissão foi formada pelo Presidente da Câmara e membros do Conselho Superior de Belas Artes escolheu onze artistas pelo arquiteto responsável pela obra, Archimedes Memória.

A obra mais importante de toda a fachada é a estátua do próprio Tiradentes, posicionada em destaque na frente do conjunto arquitetônico, como uma obra isolada ladeada pelas vitórias aladas, que parabenizam pela Independência e pela República. O mito de Tiradentes novamente é ressignificado, transformando o martírio em um ato de heroísmo. A escolha artística da obra é uma peça importante para entender como a figura de Joaquim compõe a memória histórica do país e conecta-se com a memória que vai sendo construída do prédio e daquele espaço. O local físico é marcado como espaço de luta pela independência e pela liberdade e de consolidação de uma grande nação. A memória subalterna que era atribuída ao martírio de Tiradentes aqui é claramente apropriada pelo Estado e este passou a ser o guardião dos ideais de liberdade que antes faziam parte de grupos marginalizados. A própria Independência e Proclamação da República é ressignificada quando o sacrifício de Tiradentes ganha o espaço público sendo institucionalizado pelo Estado.

A estátua de Tiradentes devia representá-lo no momento em que, vestido com a túnica dos condenados à morte, ia ser conduzido ao patíbulo; a expressão fisionômica não se daria o cunho da humildade dos arrependidos, mas um traço forte da altivez e fortaleza de ânimo dos que recebem a morte como um diadema dos vencedores, como um sacrifício necessário à realização mais certa e mais segura dos ideais de independência de uma grande nação que surgia. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 44).

A idealização da morte de Tiradentes é parte da construção da independência pelos republicanos do apagamento da memória de D. Pedro como libertador nacional e uma secundarização da própria Proclamação da República pelos militares. O martírio é visto como o evento a ser lembrado, mas outros elementos também vão compor a narrativa da história nacional no prédio. O conjunto da fachada é formado por quatro alegorias: a Proclamação da Independência, a Proclamação da República, a Ordem e o Progresso. Ainda completam o conjunto as estátuas que representam o Comércio, a Indústria, a Viação e Agricultura, além da representação da Lei ladeada pela Autoridade e pela Liberdade. A simbologia presente nas obras da fachada contribui para o processo de construção da memória histórica e para a ligação do Poder Legislativo com um passado construído. O uso do passado como uma forma de legitimar o poder pode ser percebido nessa passagem do Livro que faz uma ligação direta das obras de arte com os elementos constitutivos da nação e do próprio Poder legislativo.

O monumento é formado por outras obras que funcionam como representações de uma memória oficial do Brasil como as obras de arte que fazem parte da cúpula do edifício. A cúpula do Palácio é formada por um imenso vitral representando o céu no dia da Proclamação da República, envolto por painéis que contam episódios da história nacional do ponto de vista oficial. O papel arquitetônico de transmitir o poder, a imponência de um determinado projeto político, parece quase que uma reafirmação endógena dos próprios membros da casa legislativas sentirem a grandiosidade da República e de sua significância enquanto representantes do poder político.

Para cenário da atuação intelectual, em que a raça aqui se afirmar pelo brilho e audácia, ao mesmo passo que pelo idealismo e senso da realidade, deu-se um ambiente de soberbia, magnificência e conforto. Se o aspecto de grandiosidade se manifesta, logo a visão da entrada, que se projeta para o alto de sobre a escadaria monumental de granito e com a elevação natural da suave rampa de acesso a veículos, frisada pelo peritolo, que remata em dois pylones, é evidente que as massas do conjunto revelam, imediatamente, o que existe no interior, ele onde a cúpula, audaz pela altura e pelo vão, denuncia e indica o destino e a finalidade augusta da Casa das Leis. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 78).

As obras de arte do Palácio Tiradentes continuam com a sua função educativa para aqueles que visitam o espaço em pleno século XXI poderem aprender um pouco da história da casa e dos projetos de poder que aqui foram representados na sua construção. Na época, os ideais de uma nação poderosa e a coesão de um grupo político que precisava se manter no poder resultaram na criação do monumento no qual a Proclamação da República passa a ter uma

centralidade no vitral que reveste o interior da cúpula, a metáfora é bem clara nessa passagem. A luz do céu do dia da Proclamação da República ilumina os eventos que fizeram parte de uma evolução política narrada pelos painéis que fazem parte da cúpula.

As etapas que nos levam do projeto à inauguração do Palácio Tiradentes fazem parte de uma história de superação e criação de um modelo. Podemos apontar o papel de Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara durante a construção, é apontado como fundamental na execução e concepção de um projeto.

A ideia da construção não era nova. Faltava, porém, uma vontade forte, um espírito resoluto, capaz de enfrentar todas as dificuldades e levá-la a efeito, vencendo as protelações e delongas, o burocratismo e as alegações de aperturas financeiras, a má vontade de muitos e a descrença quase geral. Esse espírito enérgico e resoluto apareceu na pessoa do nosso eminente Presidente, Arnolfo Azevedo que, arrostando todas as dificuldades, com tenacidade e patriotismo, conseguiu tornar uma realidade essa velha aspiração (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 59).

A passagem acima faz uma referência à figura de Azevedo, que representava os interesses do grupo político de Artur Bernardes, então presidente da República. Diferente do seu antecessor Epitácio Pessoa que conseguiu reprimir e gozar de certa estabilidade, o governo de Bernardes foi marcado por um enfraquecimento do seu poder, o fortalecimento da reação republicana, dos grupos militares que desejavam derrubar o presidente (FERREIRA, 2006). O projeto do Palácio Tiradentes foi parte de uma tentativa de manutenção do poder de um grupo político já decadente que sofria com a pressão das oligarquias fora do eixo Minas Gerais-São Paulo como, por exemplo, os grupos que apoiaram a candidatura de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes. Podemos concluir que o edifício foi um produto de um período e de um grupo político que precisava recuperar parte do seu prestígio.

Considerações finais

A conclusão desse imenso esforço de criar uma sede para o Poder Legislativo que representasse um passado histórico teve como melhor expressão a elaboração do *Livro do centenário da Câmara* com a memória de todo o projeto de elaboração e de construção. A análise desse livro nos permitiu avaliar o papel da memória, que estava presente nesse projeto. As datas comemorativas também aparecem como um elemento central tanto para a construção do monumento como para a elaboração do material que analisamos, o que indica uma sobreposição de memórias que se afirmam, como a da superação do passado colonial, a exaltação dos heróis da nação e de uma tradição parlamentar herdada de Portugal.

O papel educativo que tanto fará parte da construção de monumentos aqui aparece com bastante força. As crianças das escolas públicas foram convidadas para a inauguração, uma peça de teatro foi realizada no Teatro São Pedro, hoje Teatro João Caetano na Praça Tiradentes. Além disso, a elaboração e distribuição do material sobre a história da Câmara também aparecem como parte de uma exaltação da educação, da criação de uma memória histórica nacional (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 1926, p. 66).

Nosso objetivo foi compreender como as mudanças que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro envolvendo o arrasamento do Morro do Castelo, a cessão do Palácio Monroe e a organização da Exposição Universal no ano do centenário, e que culminaram na construção do Palácio Tiradentes, contribuindo para a produção de uma memória do Rio de Janeiro como centro de poder. Podemos apontar aqui que o Palácio foi a expressão de um projeto republicano que apresenta uma série de debilidade na década de 1920, e que o uso de uma memória tão forte quanto a de Tiradentes para a criação de um panteão civil atendia a necessidade de legitimação desse regime político.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Mauricio. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- ALONSO, A. **Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana**. Novos estud. - CEBRAP no.85 São Paulo, 2009
- ARGAN, Giulio Carlo. **Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZEVEDO, André Nunes. **A Grande Reforma Urbana Do Rio De Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves E As Ideias De Civilização E Progresso**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Biblioteca Carioca, vol. 11, p. 192-305, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COLCHETE FILHO, Antônio Ferreira. **Praça XV: projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.
- FERREIRA, M. **História oral, comemorações e ética**. Projeto História, Ética e História oral. São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr.1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **A comemoração do 21 de abril**: o cenário do jogo político (1930-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 437-486, jan./dez. 2005, p. 439.

MORSE, Richard. **As cidades “periféricas” como arenas culturais**: Rússia, Áustria, América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 205-225, 1995.

MOTTA, Marly Silva Da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

PINHEIRO, Paulo S. **Classes médias urbanas**: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1977, p. 8-37.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985 p. 24.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 95.

Fontes:

CÂMARA dos DEPUTADOS. *Palácio Tiradentes: 90 anos*. Secretária de comunicação Social. Brasília, 2016

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Livro do centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1926.

CASTRO, Ramiro Berbet. *LIVRO DO CENTENÁRIO - Histórico e Descrição Edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca nacional*. Separata do Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826- 1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1926

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. *Obras de arte do Palácio Tiradentes*. Rio de Janeiro: Alerj, 2013

FIGUEIREDO, Lucas. *O Tiradentes: uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BABIANO, José; GÓMEZ, Gutmaro; MÍGUEZ, Antonio; TÉBAR, Javier. Verdugos impunes. El franquismo y la violación sistemática de los derechos humanos. Barcelona: Ediciones Pasado y Presente, 2018.

José Antonio Abreu Colombri
Universidade de Alcalá (UHA)
abreucolombri@gmail.com

Recebido em: 30 de junho de 2020.
Aprovado em: 27 de julho de 2020.

En España el debate académico sobre los derechos humanos y libertades ciudadanas no se produjo de forma real hasta finales de la década de 1970, el “decalaje” entre las instituciones españolas y su entorno europeo era más que evidente. La creación de un marco de investigación histórica sobre la vulneración de derechos humanos surgió en el contexto del debate de la aprobación de la (ominosa) Ley de Amnistía (46/1977, 15 de octubre). Ley por la cual se exoneraban toda la responsabilidad judicial a los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la dictadura del general Franco. Esta publicación es una de las plataformas de lanzamiento de las corrientes de investigación comprometidas con las víctimas de la represión franquista. *Verdugos impunes* es una obra clave para comprender la naturaleza orgánica de la dictadura, los fundamentos ideológicos de las políticas de odio y la emanación de la jurisprudencia vulneradora de los derechos humanos más básicos.

La obra colectiva (Barcelona: Ediciones Pasado y Presente) alberga un compromiso claro con los valores del movimiento español de la Memoria Histórica. Los autores son especialistas en el campo de la historia política del siglo XX: José Babiano Mora (director del Archivo y Biblioteca de la Fundación 1º de Mayo), Gutmaro Gómez Bravo (Departamento de Historia Moderna y Contemporánea de la Universidad Complutense de Madrid), Antonio Mínguez Macho (Departamento de Historia de la Universidade de Santiago de Compostela) y Javier Tébar

Hurtado (departamentos de Historia de la Universitat de Barcelona y la Universitat Autònoma de Barcelona). El cuerpo de la publicación se compone de cinco bloques temáticos y un apartado de conclusiones generales. En los epígrafes finales, destaca el índice alfabético, ya que es muy extenso y facilita mucho el rastreo de conceptos históricos, personalidades, siglas y referencias jurídico-legislativas.

El primer bloque temático, “El franquismo, un régimen dictatorial”, contiene una serie de reflexiones y descripciones sobre: la estructura institucional del Estado surgido en la rebelión militar del 18 de Julio, el contexto histórico político en la Europa de los años treinta, el proceso de acumulación de poder en torno a la figura del general Franco, la búsqueda de legitimidad de la autoridad gubernamental surgida después de la Guerra Civil, los ritmos de funcionamiento de los poderes del Estado franquista, los pilares institucionales de la dictadura (el ejército, la Falange y el catolicismo) y la restricción de derechos fundamentales al conjunto de la sociedad española. Respecto a la cuestión del ejercicio de los derechos fundamentales, existe un párrafo tremendamente sintético e ilustrativo:

El desarrollo de las leyes fundamentales en ningún caso permitió el ejercicio de los derechos de ciudadanía. [...] las leyes franquistas nunca permitieron la libertad de reunión y de asociación para fines políticos. [...] No obstante, en el Estatuto Jurídico del Derecho de Asociación Política solo cabían aquellas asociaciones surgidas en el marco y bajo control del Movimiento Nacional. [...] (BABIANO et al, 2018, p. 45).

La cuestión de género, que tiene mucho recorrido de investigación, también está presente en este primer bloque. La cuestión de la represión de las autoridades franquistas, durante el golpe de Estado, la Guerra Civil y el largo periodo de posguerra, es uno de los marcos de trabajo con un relato histórico más o menos consolidado, dentro y fuera de España. A pesar de ello, en la actualidad, la represión como objeto de investigación se constituye como una cuestión que cíclicamente se ve envuelta de polémicas, entre los partidos políticos y por un proceso de mitificación entre los sectores de la prensa conservadora. El segundo bloque temático lleva por título: “La violencia política durante el golpe, la guerra y la posguerra”. En estas páginas, se realiza un trabajo pormenorizado sobre las cuestiones legales que envolvieron los terroríficos acontecimientos de la violencia organizada, a través de una clasificación de las normas y las

instituciones represivas, las prácticas de violencia organizada, las bases legislativas de un régimen de naturaleza represiva, el surgimiento de la policía política y la planificación de la Dirección General de Seguridad.

En el tercer bloque temático, “La violencia masiva de los derechos humanos tras la victoria”, se intenta arrojar luz sobre todas las mentalidades colectivas que tenían cabida en el llamado Movimiento Nacional, también se traza una evolución de las prácticas de “regeneración” que la cúpula política de la dictadura puso en marcha tras la claudicación del proyecto democrático de la II República: humillaciones, encarcelamientos y ejecuciones (*intra muros*) y el exilio político (*extra muros*). En consecuencia, la construcción de una de las variantes del relato propagandístico sobre el concepto de la anti-España. Una especial mención merece el último epígrafe, ya que hace referencia a la creación de modelos de conducta social, de patrones de “depuración” política y de las lógicas individuales para la cultura de la violencia de Estado.

La represión fue moderándose con el paso del tiempo (fruto de la depuración casi total) y por la presión de los nuevos escenarios de la opinión pública internacional. Las mutaciones escenificadas y las adecuaciones programadas dentro del ideario general de la dictadura tuvieron algunas repercusiones en la praxis de las Fuerzas de Orden Público. El cuarto capítulo, “Represión y ‘tardofranquismo’: la institucionalización de un peculiar modelo dual”, se centra precisamente en estos cambios que acontecieron durante las fases conocidas como internacionalización, desarrollismo y fase final de la dictadura. En este espacio se reflexiona sobre algunos aspectos como la naturaleza del aparato represor, las fundamentación jurídica de legislación represiva, la lógica jurídica de las instrucciones judiciales, la metodología de la represión de los órganos jurisdiccionales y la desmilitarización parcial del sistema judicial encargado de gestionar los delitos políticos. Un caso de estudio especial es el de la Brigada Político Social, contenido en las últimas páginas de este conjunto de epígrafes, ya que se plantea como un instrumento fundamental para la articulación de un sistema autónomo de la justicia política.

El último bloque temático presenta un análisis transversal de los métodos y las técnicas de represión y eliminación: “La vulneración de los derechos humanos bajo el franquismo: un

fenómeno sistémico”. En estas páginas se pone de manifiesto la cultura de violencia propia de la tradición conservadora en España, que inspiraron a muchos modelos represivos en América Latina (durante los años más complejos de la Guerra Fría). Estaríamos ante los supuestos de ejecuciones sin garantías jurídicas, la represión anti-obrera, la criminalización de la organización sindical, los discursos contra la movilización social, la tortura en los centros de tención, la calamidad en los centros de presidio y la imposición de un sistema de valores morales radical (bebés robados, estigmatización del feminismo y la homosexualidad, violencia sexual, *et cetera*). En definitiva, un fenómeno sistémico, como el propio título indica, que convirtió a las técnicas represivas franquistas en un símbolo de crueldad, en el peor sentido del término.

Hasta el día de hoy, la Brigada Político Social supone una gran fuente de controversia, académica y divulgativa, ya que tras la muerte de Franco todos los miembros de la unidad policial fueron acusados de la comisión de torturas: nunca fueron juzgados, siguieron ocupando cargos de responsabilidad policial y obtuvieron importantes promociones por los servicios prestados durante la fase final de la dictadura y los años posteriores a la muerte del general Franco. Por estos motivos, el análisis de este brazo represor del Estado recibe una especial atención. Los autores, a lo largo de los diferentes apartados de la publicación, abordan temáticas muy sensibles entre la opinión pública, de forma respetuosa y fundamentada, evitando caer en excesos dialécticos muy presentes en otras investigaciones de temática semejante.

En el conjunto de la publicación, los autores tratan de demostrar en todo momento la naturaleza represiva de todas las fuerzas que participaron en la rebelión militar del verano de 1936. Las ansias de eliminación de las alteridades ideológicas no desaparecieron con la victoria militar en la primavera de 1939; la obsesión de erradicar a la II República perduró hasta el final de la dictadura, en forma de anti-republicanismo, anti-liberalismo, anti-federalismo, anti-laicismo y anti-comunismo. Los valores del Movimiento Nacional fueron diseminados con gran profusión en el conjunto de la sociedad española, lo que ocasionó un odio irracional hacia el pensamiento crítico y a los individuos que defendían un estilo de vida alternativo.

En general, la obra busca identificar los relatos simplistas y anacrónicos de la propaganda franquista. Es decir, tramas argumentales que estaban detrás de las proyecciones del poder blando

del general Franco, que hablaban de libertades del pueblo español, de democracia orgánica, de justicia social y de prosperidad general. Dicha retórica fue a su vez fuente de legitimación y medio de divulgación del conjunto de textos legales e instrumentos jurisdiccionales sobre los que se ejercía la vulneración de derechos humanos. Un pequeño párrafo, contenido en el apartado de la conclusión, es muy revelador en este sentido:

[...] El estado de guerra no se suspendió hasta 1948 y los delitos fijados por la Ley de Responsabilidades Políticas, de febrero de 1939 no prescribieron hasta 1969. No se aprobaron amnistías ni se reconoció la figura de los presos políticos y, aún menos, la de las presas políticas. [...] (BABIANO et al, 2018, p. 231).

Dicha retórica, que dimanada de las leyes fundamentales, condicionó concienzudamente las libertades propias de cualquier sociedad democrática: expresión, reunión, organización, impresión, empresa, disidencia, movilidad, manifestación, *et cetera*. Después de leer el libro de 287 páginas, resulta un poco más fácil comprender el funcionamiento de los mecanismos implementados por el franquismo, para salvaguardar los parámetros del “pensamiento único” y los fundamentos de la “España eterna”.

Referências bibliográficas:

BABIANO, José; GÓMEZ, Gutmaro; MÍGUEZ, Antonio; TÉBAR, Javier. Verdugos impunes. El franquismo y la violación sistemática de los derechos humanos. Barcelona: Ediciones Pasado y Presente, 2018.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Mariana de Mesquita Santos
Doutoranda em História
Universidade de Brasília
marianademesquitas@gmail.com

Recebido em: 17/06/2020

Aprovado em: 28/08/2020

Vinte e seis anos depois da publicação de um artigo no dossiê na *Revista USP* intitulado “A greve negra de 1857 na Bahia”, o historiador baiano João José Reis lançou resultados mais amplos desta ambiciosa pesquisa em “Ganhadores”, livro de subtítulo homônimo ao texto do dossiê. No próprio artigo da década de 1990 foi pontuado que aquele era só parte de “um estudo mais amplo” (REIS, 1993, p. 8) que ele estava realizando. Portanto, o livro é o produto deste esforço quase trintenário do historiador, que revela o aprimoramento da análise das fontes ao longo deste intervalo, além do enriquecimento da perspectiva acerca do seu objeto, seja pelas outras contribuições historiográficas que acompanharam o processo desta pesquisa até a conclusão da obra, seja pela adição de novas fontes ao trabalho iniciado anteriormente.

O exercício do ganho entre os escravizados e libertos era comum desde o século XVIII e em outras áreas além da Bahia. Ele consistia na prática de venda, por parte do proprietário ou do próprio liberto ou livre, do seu serviço para variadas atividades na cidade, como carregamentos, transportes de palanquins, venda de alimentos, entre outras atividades. Nesta lógica, mesmo o escravizado receberia uma remuneração pela função de ganho desempenhada. João José Reis outras especificidades desta dinâmica laboral fronteiriça entre a escravidão e a liberdade no espaço de Salvador oitocentista, onde há a particularidade dos “cantos de trabalho”. Eles consistiam em agrupamentos de trabalhadores, além de constituir também mais um espaço associativo negro. Inicialmente, se compunham exclusivamente de africanos que se reuniam em locais definidos onde ofereceriam seus serviços. Tal organização seguia critérios de gênero, etnicidade, normas internas e públicas, definidas por posturas.

O trabalho de ganho foi regulamentado inicialmente por postura no século XVIII, se referindo apenas às ganhadeiras, evidenciando o protagonismo longo das mulheres negras nestas funções. Em se tratando de uma cidade negra, após a Revolta dos Malês (1835) e os

temores de possíveis efeitos radicais da Revolução Haitiana em Salvador, a circulação de africanos na cidade passou a ser cada vez mais controlada e as intervenções recaíram também sobre o regime de trabalho de ganho. De modo que tais medidas restritivas levaram os trabalhadores a cruzarem os braços por cerca de dez dias em junho de 1857. Reis defende que aquelas imposições se davam muito mais no sentido de tentar dificultar a vida destes trabalhadores na cidade e “desafricanizar” este espaço, forçando-os a retornar à África ou a buscar trabalho no campo, onde a mão de obra se escasseava. Com efeito, foi colocado um debate público que envolvia interesses distintos entre os afetados pelos projetos de lei sobre os ganhadores: elites, empresários, consumidores, brasileiros desempregados e os próprios africanos.

A partir da leitura do livro é possível perceber uma divisão entre uma primeira parte mais voltada para a apresentação do contexto laboral, as imposições do Estado sobre ele que levaram à greve de 1857, a sua deflagração e seus efeitos imediatos. Reis salienta nas linhas iniciais como esta mobilização envolveu interesses distintos entre o empresariado, as elites e trabalhadores locais. Além disso, ele revela as diferentes implicações das determinações impostas ao trabalho de ganho. A insatisfação dos trabalhadores, por exemplo, se dava tanto em relação aos valores a serem pagos pelas novas normas, à dependência de um “fiador de comportamento” para os ganhadores livres, quanto ao constrangimento relativo à exigência de utilização de uma placa de metal em seu corpo para identificá-lo como ganhador. Por outro lado, o autor reforça como todos estes entraves e a conseqüente insurgência colocavam em risco o abastecimento de Salvador, dependente do serviço prestado por esta mão de obra.

Em seguida, a partir do capítulo intitulado “Rescaldo”, o historiador se concentrou mais em analisar casos específicos e os reflexos identitários e culturais paralelos da vida destes trabalhadores que se apresentam a partir das fontes. Ele se dedicou a apresentar a reconfiguração do trabalho de rua posterior ao furor da greve, em um cenário em que a escravidão e a presença africana iam se tornando cada vez mais escassos. De 1870 em diante, o trabalho livre também era protagonizado por corpos negros, mas agora ele é mais racializado do que “eticizado”. Além disso, nesta outra parte ele buscou analisar outros aspectos a respeito desta relação por meio da observação de casos específicos, como em “Os ganhadores de Porcina”, onde Reis destrinchou as fontes que tratavam da escravaria desta proprietária baiana, que lançou mão de várias estratégias para burlar o fisco do trabalho de ganho, registrando os seus ganhadores apenas como músicos. Aqui também foram esmiuçados os registros de matrícula dos ganhadores. Por meio destas fontes o historiador conseguiu acessar dados a respeito das origens dos ganhadores, seus

cantos de trabalho, seus conflitos, seus ofícios e demais papéis desempenhados na sociedade, como a participação na Guerra do Paraguai, maior conflito bélico já deflagrado na América do Sul e que definiria os rumos políticos do país.

A narrativa acerca de uma sublevação de trabalhadores negros em meados do século XIX restitui-lhes seu papel de agentes políticos, algo que foi tirado destes sujeitos por muito tempo pela historiografia e vem sendo debatido por vários historiadores e historiadoras nas últimas décadas. Já em 1959, o historiador piauiense Clóvis Moura em seu *Rebeliões da Senzala* rompeu com o estigma do escravizado coisificado e sem agência, legando-lhe protagonismos a partir de diversas insurgências ao longo de todo o período escravista. Naquele momento, Moura confrontou visões essencialmente culturalistas e psicanalistas eurocêntricas a respeito do negro no Brasil, em alta no início do século XX. Ainda assim, a hipótese da passividade do escravizado e liberto perdurou nas narrativas hegemônicas, alavancadas pela análise sociológica paulista de meados do século XX. A guinada historiográfica nos grandes centros de pesquisa brasileiros acontece a partir da década de 1980, levada à cabo pelo engajamento dos movimentos negros nestes espaços e a disputa por essas narrativas por um lado, e por influências da obra de E. P. Thompson – bem como de outros representantes da História Social – por outro. Por exemplo, as análises do historiador inglês acerca da formação da classe operária em seu país acabaram chamando atenção para a urgência de se analisar a interação entre senhores e escravizados tendo em vista a sua imersão em uma “vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração” (LARA, 1995, p. 46).

Com efeito, observou-se o “redimensionamento dos estudos sobre a resistência escrava e o significado da liberdade para os cativos” (Ibidem. p. 53) a partir de obras de Robert Slenes, Sidney Chalhoub, João José Reis, Célia Maria Marinho de Azevedo, Flávio Gomes e Hebe Mattos, entre outros. Esta produção segue se acentuando a partir da diversificação de grupos de pesquisa que se debruçam sobre temas relativos à escravidão, liberdade e pós-abolição. Ademais, a intensificação da presença negra nos centros de pesquisa, que trouxe consigo epistemologias até então silenciadas, favoreceu o aprimoramento das análises acerca da experiência diaspórica forçada pela escravidão.

Em *Ganbadores*, Reis aproxima o leitor das fontes por meio de citações diretas e de uma análise aguçada. Apresentam-se as diferentes experiências de trabalho naquele período, se distanciando de dicotomias simplificadoras, apesar da imposição da escravidão, do racismo e do

patriarcalismo neste cenário. Esta sua abordagem não reduz o peso dessa condição estrutural da sociedade escravocrata, mas possibilita ao leitor acessar os meandros do cotidiano e as complexidades deste tipo muito específico de regime de trabalho. A riqueza do corpus documental analisado, composto por periódicos, legislações, anais de sessões legislativas, relatos de viajantes, relatórios de polícia, listas de matrícula dos cantos de trabalhadores, entre outros, aliada ao seu olhar de especialista em Bahia oitocentista, lhe permitiu dar mergulhos mais profundos para investigar outras questões simbólicas destes grupos, como o corpo, a religião, as canções de trabalho e a diplomacia paternalista entre escravizados e proprietários e entre ganhadores e seus fiadores. De forma que todos estes elementos foram colocados em órbita na interpretação da ação cotidiana destes trabalhadores, sem posicioná-los como dimensões separadas ao dar significado para o agenciamento destes sujeitos.

O registro historiográfico da greve de 1857 assinalado somente a partir da década de 1990 evidencia o apagamento anterior acerca deste evento, apesar da variedade de fontes a seu respeito. Reis relata que este silenciamento foi estimulado à época do evento, possivelmente para não insuflar o medo das elites e a rebelião dos negros. Na historiografia, o pioneirismo do movimento grevista de 1857 também foi invisibilizado. O autor analisou as diferentes definições dadas à greve no momento de sua deflagração, demonstrando a variedade das interpretações dadas pelos jornalistas, bem como a ausência de legislação específica para esse tipo de insurgência até então. No entanto, as narrativas hegemônicas situam a primeira greve do Brasil em São Paulo, em 1917. João José Reis, por sua vez, insere 1857 como o nascimento da autoconsciência dos ganhadores enquanto classe trabalhadora a partir da greve, entendendo também o fator racial como uma forma de viver esta posição social. Nesse sentido, seu trabalho corrobora a problematização estimulada por historiadores como Sidney Chalhoub e Álvaro Pereira do Nascimento, que defendem que

a luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, [...]. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista (Chalhoub. Apud, NASCIMENTO, 2016, p. 611).

Em um contexto em que a condição de ganhador ou ganhadeira, mesmo que liberta, não garantia a total emancipação e autonomia, lutar pela liberdade era também lutar e/ou negociar as interferências abusivas das autoridades sobre o exercício do ganho, inclusive resistir por sua manutenção na cidade. A experiência de disputa em torno de direitos, portanto, se iniciou no

mundo do trabalho escravo e não com o operariado imigrante no início do século XX, como se ressalta em relação às greves do início do século XX.

Para finalizar, vale a reflexão a respeito do contexto atual, em que vivemos o desgaste das garantias trabalhistas ampliado por medidas de teor neoliberal. O mercado de trabalho no Brasil ainda é marcado pela informalidade e os serviços de entrega e de transporte por aplicativos de celular, como o *iFood* e *Uber*, têm correspondido a uma nova faceta desta dinâmica, se travestindo de alternativa para a crise econômica. Embora não seja equivalente ao contexto do século XIX, o trabalho dos entregadores pela via “uberizada” se aproxima da ideia do “ganho” do oitocentos, na medida em que se remunera pelo serviço prestado e não há vinculações empregatícias formais. A fisionomia da classe de entregadores também se aproxima daquela: 71% de seus agentes ciclistas são negros (AGÊNCIA BIKE, 2019, p. 9). Aparentemente, a “liberdade de montar o seu horário” faria deste um “empreendedor” e não um funcionário, e esta pretensa autonomia compensaria a falta de outras garantias. Mas o que se vê é a precarização das vidas destes sujeitos que se veem presos a ter que cumprir um volume de trabalho exaustivo que renda o necessário para arcar com as suas despesas.

Nos tempos de pandemia, este tipo de serviço tem se mostrado essencial, bem como era o ganho em Salvador nos oitocentos. Diante de movimentos crescentes em defesa das vidas negras e dos vários sinais da precariedade do serviço de entrega por aplicativo, também acentuado pela dispersão do novo coronavírus, os entregadores buscam chamar atenção para as suas demandas por melhorias de condições de trabalho. Assim como acontece com as trabalhadoras do serviço de limpeza na França analisadas pela historiadora Fraçoise Vergès, entendemos que na função do transporte de encomendas a “economia do desgaste dos corpos racializados” (VERGÈS, 2020, p. 125) leva os trabalhadores a se exporem aos riscos de contaminação, de forma que suas necessidades são invisibilizadas e superexploradas “para criar um mundo adequado ao consumo e à vida institucional” (VERGÈS, 2020, p. 127), sobretudo em tempos de pandemia. Com efeito, o Movimento de Entregadores Antifascistas tem organizado greves e sensibilizado os consumidores por meio das redes sociais, para que na sua relação com as empresas os usuários considerem as suas demandas por meio do apoio ao “breque dos apps” e dando-lhes gorjeta, quando possível. Suas reivindicações se concentram na busca por melhores condições de segurança no trabalho e por mais garantias diante dos interesses dessas empresas bilionárias. Portanto, não há uma escravização e uma lógica senhorial propriamente dita, mas as liberdades passam a ser restringidas por algumas novas-velhas vias e surge a partir daí um outro

modelo de relações de trabalho que implicam em reconfigurações sociais, culturais e políticas da parte de empresários e de trabalhadores, tal como o processo observado na segunda metade do século XIX por João José Reis.

Referências Bibliográficas:

ALIANÇA BIKE – Associação Brasileira Do Setor De Bicicletas. **Pesquisa de Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo**. Disponível em <http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-entregadores.pdf> – 2019.

LARA, Sílvia. **“Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”**. Projeto História, vol. 12, outubro de 1995. Pp. 43-56.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala**. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, set./dez. 2016. Pp. 607- 626.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. Revista USP, (18), 1993. 6-29.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

Catarina da Esperança Maquile Melo

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
Universidade Católica de Moçambique
cmaquilemelo@gmail.com

Guirino Dinis José Nhatave

Doutorando em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará
desgui69@gmail.com

Recebido em: 05/07/2020

Aprovado em: 21/07/2020

Diante das incertezas, avanços e recuos no enfrentamento ao novo coronavírus no mundo, Boaventura de Sousa Santos elabora o livro publicado em 2020, intitulado “*A cruel pedagogia do vírus*”. Trata-se de um livro com poucas páginas para ler, com uma escrita simples e de fácil compreensão, onde o autor, em 32 páginas, apresenta suas opiniões sobre os ensinamentos que decorrem da pandemia do coronavírus, assim como da adaptação da sociedade diante da doença e de quem está em melhores condições para seguir as medidas de prevenção e recomendações da OMS perante a pandemia. No final da obra, o autor se permite, igualmente, a pensar o “futuro” que se apresenta vestido de uma utopia que ele chama “normalidade”.

No trabalho em questão, Boaventura de Sousa Santos não se esgota, uma vez que apresenta as entrelinhas, faz questionamentos e permite ao leitor a desenhar possíveis cenários diante da realidade que se vive atualmente. Partindo dessa premissa e da experiência vivida desde a declaração da pandemia e das distintas experiências da quarentena, “*A cruel pedagogia do vírus*” é uma proposta realista e hostil, uma vez que o vírus diante de vicissitudes cruéis e até fatais vai permitindo aos sobreviventes a compreender o mundo em que vivem e a pensar no tipo de sociedade que pretendem.

É diante disso, que o espaço académico foi contemplado com a obra (ISBN 978-972-40-8496-1), lançada pela editora Edições Almedina, S.A. inserida no Grupo Almedina, cuja presença na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é bastante forte, de tal forma que edita, para além de conteúdo de áreas do conhecimento técnico, publicações de obras que contribuem para o pensamento crítico e reflexivo.

O livro é composto por cinco capítulos. O primeiro é intitulado Vírus: tudo o que é sólido se desfaz no ar. O segundo versa sobre A trágica transparência do vírus. O terceiro capítulo, A sul da quarentena. O quarto aborda sobre A intensa pedagogia do vírus: as primeiras lições. O quinto e o último tem como título, O futuro pode começar hoje.

No primeiro capítulo o autor mostra que desde a década de 1980, à medida que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivido em permanente estado de crise. A pandemia do coronavírus veio, apenas, agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Há dez ou vinte anos atrás, os serviços públicos de saúde estavam melhor preparados para enfrentar a pandemia do que estão hoje. Essa situação se agravou quando as áreas sociais como educação, saúde, energia, água e outras se tornaram áreas de investimento para a iniciativa privada, de forma a gerar o máximo de lucros, restando a capacidade dos serviços públicos de responderem às situações de calamidades.

O coronavírus é uma doença de dimensões globais. Apesar disso, a Europa e a América, com o intuito de manterem a sua hegemonia e superioridade, na luta contra o vírus, invisibilizam as situações de extrema vulnerabilidade que afetam alguns países da Europa e a fronteira Sul dos Estados Unidos da América (EUA). As mesmas situações de invisibilidade podem ser vivenciadas por mais países no mundo e presenciadas sem muito esforço, bem perto de cada um de nós.

Por sua vez, no segundo capítulo, o autor refere que, desde o século XVII, através da educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados. No capitalismo, as relações interpessoais e estatais apregoam um sentido comum de que todos são iguais. Já, o colonialismo e o patriarcado por reconhecerem diferenças naturais entre as pessoas e os Estados, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores. Atualmente os três se apresentam de forma dissimulada, onde o capitalismo se transformou em capitalismo financeiro e contra-insurgência; o colonialismo se valeu das independências das colônias europeias e passou a se apresentar em forma de neocolonialismo, imperialismo, dependência e racismo e; o patriarcado assumiu as formas de violência doméstica, a discriminação sexista e o feminicídio. Quando somente os três juntos, são todo-poderosos, ou seja, enquanto houver capitalismo, haverá colonialismo e patriarcado.

Noutro prisma, referindo-se, sobre a transparência do vírus o autor denota os perigos decorrentes da susceptibilidade dos Estados se aproveitarem da declaração do estado de

emergência para adquirirem poderes excessivos que possam pôr em causa a democracia, assim como da falsa ideia de um “comunismo global”, que se caracteriza por uma sociedade para além do Estado-nação, alicerçada na ideia de solidariedade e cooperação global.

Já no terceiro capítulo, sem perder de vista o facto de que qualquer quarentena pode ser discriminatória, Boaventura de Sousa Santos analisa outros grupos para os quais a quarentena é particularmente difícil, cuja vulnerabilidade precede a quarentena e se agrava com ela. Esse grupo que compõe aquilo a que o mesmo chama Sul: são as mulheres; os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; os sem abrigo e trabalhadores da rua; os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, *slums*, caniço, entre outros; os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; os deficientes e os idosos. Assim, na sua análise considera que a quarentena não só torna visível a vulnerabilidade desses grupos, pela informação que é veiculada pelos *media* e pelas organizações internacionais, mas também reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido.

No quarto capítulo, o autor deixa as seis primeiras lições que decorrem da prevalência da pandemia na sociedade, onde na primeira, apresenta os riscos que a sociedade contemporânea corre, como consequência do atual estágio político, assim como a postura do *media* e dos poderes políticos que, muitas vezes, propõem soluções, não orientadas as causas, mas sim as consequências das crises. Na segunda lição mostra que a pandemia é discriminatória, na medida em que grande parte das populações do mundo não podem seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), por viverem em condições precárias, em espaços exíguos, por serem obrigadas a trabalhar em condições de risco para alimentarem as suas famílias, por estarem presos nas prisões ou em campos de internamento, por não terem sabão e água potável ou apenas pouca água disponível para beber, cozinhar e outras necessidades.

Prosseguindo, com suas lições, na terceira, o mesmo mostra a impossibilidade do capitalismo se sustentar, enquanto modelo social, devido à falência do neoliberalismo diante da crise, por ter sujeitado todas áreas sociais (educação, saúde e segurança social) ao modelo de negócio de capital, cuja motivação é a aquisição do lucro. Na quarta lição o autor vislumbra a possível queda da extrema-direita e da direita hiper-liberal, pois sob pretexto de salvar a economia estes ocultam informação, desprestigiam a comunidade científica, minimizam os efeitos potenciais da pandemia e utilizam a crise humanitária para despertar as suas rivalidades políticas.

Na quinta lição, o autor afirma que o colonialismo e patriarcado estão vivos e se reforçam com a crise aguda, pois, as pandemias só se transformam em problemas graves quando afetam as populações dos países mais ricos do Norte Global, em detrimento de outras doenças que assolaram países do Sul. Na última lição o mesmo adverte sobre a necessidade de garantir o regresso do Estado e da Comunidade, negligenciados a cerca de 60 anos com a adoção das políticas neoliberais em todo mundo, o que quebrou com a lógica própria de funcionamento das sociedades modernas.

No último capítulo, o autor vislumbra o “novo começar”, que se revela a partir da pandemia e da quarentena. Em sua opinião, as sociedades estão descobrindo alternativas para uma convivência, cujo alicerce é o bem comum. Significa que a pandemia levou a sociedade a repensar nas alternativas para viver, produzir, consumir e de conviver nos primeiros anos do século XXI. Esse novo *status* consiste em despertar a sociedade de modo a compreender que, nos últimos 40 anos, viveu em quarentena (política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado a si próprio e suas consequências). A sociedade precisa, igualmente, compreender que a quarentena provocada pela pandemia é uma quarentena dentro da primeira. Desse modo, a saída da atual quarentena depende da saída da primeira (o capitalismo), que é a origem da crise.

Frente às suas indagações, Boaventura de Sousa Santos, não se furta de um sentido “metafórico” para apresentar “prováveis” lições que a sociedade pode tirar do vírus, assim como da quarentena, o que traduz, em parte, a importância desta obra. Recordar que, o mesmo não se esgota, uma vez que desde o início da obra, indaga sobre “que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus” (SANTOS, 2020, p. 1), num exercício continuado, que permite aos leitores desenharem possíveis cenários sobre o que está a acontecer diante da crise global e da pandemia, em particular.

Nesse sentido, sua obra seduz à “prática da liberdade”, descrita na *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, uma vez que as sociedades devem se apropriar dos conhecimentos que decorrem da crise para se reinventarem e pensarem no futuro. A prática da liberdade, de acordo com Freire (1987), só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente se descobrir e se conquistar como sujeito de sua própria destinação histórica. Com efeito, na última parte desta obra, o autor se questiona sobre as alternativas da sociedade, embasadas no ideal do “novo normal” (SANTOS, 2020, p. 30).

Na sua abordagem, Santos (2020) se insurge com as causas e as consequências da crise, por considerá-las, de certo modo ou em grande parte, algo extrínseco a ela, como refere Piper (2020, p. 8) “isso não é sem precedentes”, uma vez que “estamos a lidar com “nada de novo sob o sol contemporâneo”” (BADIOU, 2020, p. 35). A par dessa situação verificada há duas décadas, o autor aponta as origens da crise decorrentes da “incapacidade das [...] instituições de manter a Caixa de Pandora fechada” (DAVIS, 2000, p.7), como consequência da adoção das políticas corporativas, que levaram a um generalizado descaso, em relação à “coisa pública”. Nesse sentido, a crise deve ser considerada não apenas, inerente ao neoliberalismo, descrito nesta obra como versão dominante do capitalismo, mas também ao próprio capitalismo, que durante a pandemia tem revelado uma clara tendência em definir quais são os corpos que importam, exercendo segundo a visão de Mbembe, “a expressão máxima da soberania [que], reside em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5).

Em suma, visto por este ângulo, o livro permite a sociedade a refletir, a sistematizar e a produzir conhecimentos sobre o coronavírus, assim como a pensar no tipo de sociedade e nas prioridades do Estado pós-pandemia.

Referências bibliográficas:

- BADIOU, Alain. Sobre la situación epidémica. In: AMADEO, Pablo (Org.). **SOPA DE WUHAN: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. Argentina: ASPO, 2020. 188p. p. 67-78.
- DAVIS, MIKE. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. 48p. p. 5-12.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- PIPER, John. **Coronavírus e Cristo**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

Entrevista com Anny Jackeline Torres Silveira

Anny Jackeline Torres Silveira possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990 e 1995), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e pós-doutorado em História da Medicina na University of Oxford (2013). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Dedicase, em especial, às áreas de História da Saúde, História da Medicina, História de Belo Horizonte, História da Cidade e História do Brasil.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Luíza Lima Dias, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e discente na linha de Ciência e Cultura na História do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades]: A pandemia do novo coronavírus tem gerado graves consequências em países ao redor do mundo todo, surpreendendo líderes que tentam lidar com essas crises. Especificamente no âmbito acadêmico, muitas adaptações foram necessárias para atender às medidas de quarentena e de isolamento social, desde a realização de eventos on-line até o fechamento total de centros arquivísticos, bibliotecas e universidades. Adicionalmente, foi divulgada uma pesquisa da Nature Index, em maio de 2020, que indicou um declínio no número de publicações científicas com autoria de mulheres ao mesmo tempo em que houve um aumento nas publicações de autoria dos homens durante a crise da COVID-19. Gostaria que você comentasse um pouco sobre como tem percebido essas dificuldades e a realidade excepcional que enfrentamos.

[Anny Jackeline Torres Silveira]: Certamente a pandemia influi sobre o mundo acadêmico e seus impactos podem ser abordados de perspectivas diversas, como a pergunta sinaliza, passando desde questões mais práticas – como as dificuldades na organização da pesquisa, o acesso a materiais com o fechamento de espaços de guarda de documentos e outros acervos importantes no caso de muitas pesquisas na área de história, as dificuldades de trânsito e etc. – passando por

questões políticas, econômicas – com o problema dos financiamentos – até às aquelas mais estruturais – como as desigualdades sociais ou de gênero.

O impacto na execução das pesquisas foi sinalizado desde o início da quarentena, e esteve especialmente relacionado ao acesso a laboratórios onde se desenvolvem projetos que demandam a presença física ou a observação cotidiana do pesquisador. A extensão da quarentena, porém, levanta o problema enfrentado por aqueles pesquisadores que demandam o acesso a acervos que estão fechados, ou que dependem da realização de atividades externas, ou em contato direto com as pessoas. Pensando nos prazos para o desenvolvimento de algumas pesquisas acadêmicas – como o bacharelado ou o mestrado, cujo tempo para sua realização é curto – a impossibilidade de acesso a documentos ou dados podem significar em muitos casos a necessidade de uma revisão mais ou menos profunda do problema de investigação. E é claro que esse é apenas o nível mais imediato de impactos. Como será o financiamento da pesquisa e da própria academia no cenário de crise que se prenuncia? De que modo os ataques sofridos pela ciência vão repercutir a médio e longo prazo? Que tipo de debate e embates o futuro nos reserva?

O aspecto de gênero, levantado na pergunta, é mais uma vertente para se pensar quanto ao impacto da pandemia. Ele evidencia ao mesmo tempo experiências que são inegáveis - a dupla jornada, as desigualdades econômicas, as opressões culturais que marcam o universo feminino – como também uma “atmosfera” intelectual bastante sensível às questões das desigualdades e do que se convencionou chamar “minorias”. Viver a pandemia me fez levantar questões sobre as quais não tinha pensado enquanto eu era apenas uma estudiosa delas. Eu hoje tenho muitas outras questões a perguntar sobre a gripe de 1918 além daquelas que fiz há cerca de 20 anos. Posso dizer que essa experiência ampliou enormemente minha percepção sobre esses eventos no passado e me trouxe perguntas que não havia até então cogitado. As referências que tem sido feitas sobre essas questões de gênero na experiência atual – as notícias sobre violência doméstica, divórcio e as desigualdades me fizeram perceber que questões relativas a distinções e desigualdades entre homens e mulheres praticamente não mobilizaram os estudiosos da pandemia de 1918 no Brasil. O máximo a que chegamos foram incursões sobre a proeminência feminina no ambiente doméstico da cura e sua mobilização em torno do socorro aos doentes no âmbito público. Certamente essas são questões que estão muito mais em evidência hoje no mundo acadêmico e social.

Sobre o aspecto específico da produtividade acadêmica é evidente que, além de alterar a forma pela qual frequentemente organizamos nosso dia a dia no universo doméstico, a quarentena trouxe para dentro deste espaço boa parte de nossas outras experiências - trabalha-se em casa, estuda-se em casa, alimenta-se em casa, compra-se em casa, diverte-se em casa... Certo que usássemos o espaço doméstico para também fazer essas atividades antes, o problema é que agora fazemos tudo isso quase que integralmente dentro de casa. Poderia dizer que, para certos grupos sociais, a experiência pandêmica tem sido marcada pelo que poderia chamar uma hipertrofia da experiência doméstica, onde tradicionalmente as relações são assimétricas. Numa condição dessas, essas diferenças ganham muito mais evidência. E ainda que se fale do mundo acadêmico, onde é possível observar posições mais críticas a respeito dessas desigualdades e o estabelecimento de relações que buscam se construir a partir de outras referências – a realidade da desigualdade de gênero e do machismo ainda está fortemente presente. Mas há outras desigualdades diante da pandemia hoje que somadas a ela agudizam ainda mais a diferença de gênero e que são as desigualdades raciais. Acho importante que esses temas sejam levantados, para que tomemos consciência deles e nos comprometamos a enfrentá-los.

[R.T.]: Essa não é a primeira vez que o Brasil tem de enfrentar crises epidêmicas de grande porte. A gripe espanhola de 1918, por exemplo, atingiu muitas cidades brasileiras e tem sido recorrentemente lembrada em matérias jornalísticas por algumas semelhanças entre sua história e o que tem sido observado com a COVID-19. O que mais tem chamado a sua atenção em termos de aproximações entre os dois contextos, com base nos seus estudos sobre a espanhola? Como você acredita que o estudo da história da influenza poderia contribuir para o enfrentamento de epidemias atualmente, como no caso da COVID-19?

[A.J.T.S.]: Buscar perceber como sociedades passadas viveram e significaram suas experiências durante os episódios epidêmicos certamente nos ajuda a pensar a entender a experiência atual. Enquanto doenças coletivas, que apresentam um padrão mais ou menos parecido de dispersão, e que envolvem o manejo de um arsenal muitas vezes próximo de ações para seu enfrentamento, epidemias e pandemias guardam muitas semelhanças, mas é preciso estar atento para o fato de que falamos sempre de contextos diferentes, que imprimem especificidades aos episódios epidêmicos. Entender como certas escolhas foram feitas e os resultados que produziram,

alternativas que poderiam ter sido implementadas, são balizas que nos ajudam a refletir e decidir hoje.

Sempre lançamos mão da experiência para tentar mapear e entender situações novas, às vezes temos mais sucesso, outras menos. Tenho conversado com outros colegas que estudam pandemias se há algo comum é a sensação de que jamais pensamos viver algo parecido com isso. Quando estudava a gripe, houve a erupção da SARS na província de Guandong na China (1992/1993). Eu olhava as notícias de jornal e via exatamente uma porção dos eventos iguais aqueles que eu lia na bibliografia e que analisava na pandemia de 1918 – reações das autoridades, ações para debelar a transmissão, o medo da população, a quarentenas, as reações de trabalhadores da saúde ao isolamento imposto pelo governo hospital no hospital onde os casos estavam sendo tratados. Era incrível ver aquilo tudo diante dos meus olhos, mas a milhares de quilômetros de distância. Viver a pandemia é bem diferente de estudar a pandemia. A experiência de hoje também me faz ver e entender questões que não havia cogitado ou percebido, quando estudava a “espanhola”.

Entender a pandemia como crise sanitária era perceber que aquele era um evento que ultrapassava qualquer possibilidade de se fazer frente a ele, não há estrutura de saúde instalada que dê conta de um evento dessas dimensões. As autoridades brasileiras durante a pandemia de 1918 não tomaram praticamente nenhuma medida preventiva. Tudo que se observa nos estudos levados a cabo sobre aquela experiência em diferentes lugares do Brasil foram ações reativas, quando muito, ações que serviam para mostrar à população que as autoridades estavam agindo, uma vez que as autoridades que as colocavam em prática não acreditavam em sua eficácia. Eram como um ritual, encenado para tranquilizar a população, para dizer que ela não estava largada à própria sorte. A pandemia atual nos mostrou que sim, é possível agir diante da crise, é possível evitar o caos, salvar muitas vidas “*flattening the curve*”. Esse foi um grande aprendizado, ainda que tenha sido grandemente boicotado. A experiência da pandemia também reforçou o aprendizado de que a história se faz com os problemas colocados pelo presente – quantos aspectos me foram levantados durante a experiência atual e que eu e outros pesquisadores da história das epidemias não cogitamos quando nos voltamos para os nossos objetos. E essa constatação reanima a retomarmos sempre o exame desses eventos do passado.

[R.T.]: As áreas relacionadas à história da saúde e das doenças não ocupam um espaço de destaque na maioria dos departamentos de História das universidades brasileiras. De modo geral, é difícil encontrar disciplinas obrigatórias que abordam esse tema nas grades curriculares obrigatórias da graduação e da pós-graduação, o que também se reflete na escassez de discussões sobre esse tópico no ensino básico. Apesar disso, o tema tem sido amplamente discutido atualmente devido ao cenário de crise sanitária, ocupando grande espaço na mídia e nas revistas acadêmicas. Como você acredita que contextos como o atual podem estimular o interesse pelo campo da história da saúde? Você acredita que há uma sinalização para a necessidade de se dar mais atenção para a importância dessa área de estudos?

[A.J.T.S.]: Esse movimento de reconhecimento da saúde como campo legítimo de investigação da história, e mais que isso, o reconhecimento das inter-relações entre a saúde e as demais esferas da história humana são anteriores à pandemia. Pelo menos, os grupos dos quais participo sempre buscaram enfatizar esse aspecto e acredito que já tínhamos percorrido um bom caminho nesse processo. Revistas, congressos, programas de pós-graduação, um número expressivo de livros e pesquisadores mostram que esse já era um campo em consolidação – até mesmo nos manuais era possível ver a doença emergindo, para além das pestes medievais, em referências sobre a varíola como arma biológica na expansão colonial americana, nas reações populares à agenda da vacinação no início do século XX, ou mesmo algumas referências mais episódicas aos impactos da terrível pandemia que marcou o fim da Primeira Guerra Mundial.

Pensando a dimensão da produção e reprodução da ciência, ocupar espaço nos manuais voltados ao público amplo revela que um vasto caminho já foi percorrido no âmbito da comunidade científica. Aqui na UFMG, o Grupo Scientia abriga há mais duas décadas pesquisas no campo da história das Ciências da Saúde. Há também duas décadas temos um GT de Saúde – nacional com sua ramificação regional – atuando nos eventos da Sociedade Brasileira e História da Ciência (SBHC) e na Associação Nacional de História (ANPUH, nacional e regional). Mas não há dúvida de que a pandemia potencializou enormemente essa percepção. A experiência que temos vivido hoje, com uma doença se infiltrando na nossa vida e impactando a política, a economia, os costumes, as crenças, ao imaginário, é muito mais forte para evidenciar essa relação do qualquer centena de pesquisas, livros ou teses que se escreva sobre isto. Não tenho dúvidas de que a doença fará parte do repertório de questões ou dos contrapontos manejados nas análises de muitos historiadores, afinal como aprendemos tão logo ingressamos no universo da academia, a

história se faz a partir dos problemas do presente. É certo também que toda evidência que a doença alcança nas nossas reflexões e falas hoje, deva sofrer uma acomodação à medida que a pandemia siga o seu curso – seja o da promoção ou ampliação da imunidade, seja o de um cenário de quase endemização, com o retorno periódico, como se vê em outras doenças como por exemplo a gripe. Mais do que enfatizar a importância dos estudos sobre a temática da saúde e das doenças, a pandemia tem evidenciado o quanto eles estão interconectados aos elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais entre outros – apenas que alguns destes tem mais tradição como objetos de reflexão histórica. A crise sanitária vem reforçar como é impossível ignorar essa interdependência, lembrando aqui a primeira geração dos Annales, que a história se faz com tudo que diz respeito ao homem. Espero que esse processo nos legue uma percepção mais holística, não só da história, mas da nossa existência, que não prescinde deste mundo no qual estamos inseridos e do qual somos uma parte.

[R.T.]: Já há algum tempo, os historiadores, sociólogos e filósofos da ciência vêm questionando o estatuto da “Ciência com C maiúsculo”, denunciando o perigo da adoção de políticas científicas no passado e no presente. Entretanto, baseados numa fundamentação muito diferente da proposta desses pesquisadores, ultimamente observamos também um crescimento de grupos com ideias anticientíficas, como aqueles que acreditam na “Terra plana” ou que são contra as vacinas. No contexto da pandemia da COVID-19, por exemplo, vemos grupos que têm negado a gravidade da doença e espalhado desinformação sobre possíveis curas e medicamentos, além da perseguição a profissionais que tentam efetivamente combater o vírus. Na sua opinião, esses dois movimentos poderiam estar, de alguma forma, relacionados? Seriam esses grupos anticientíficos um alerta para a necessidade de repensarmos as formas pelas quais temos criticado e problematizado a “Ciência”?

[A.J.T.S.]: Posturas anticientíficas já existiam antes que esta abordagem mais crítica da ciência se estabelecesse e, certamente, vão continuar existindo no futuro. Na minha percepção o ponto central não está nas críticas ou na problematização que os estudos da história, da filosofia, da antropologia ou da sociologia da ciência fazem a respeito do seu objeto, mas sim na noção de ciência cristalizada no imaginário social. Essa noção se fixa em alguns pressupostos que levam a uma imagem equivocada do que seja a ciência ou a investigação científica. O primeiro e talvez

mais pernicioso, é a identificação entre ciência e verdade, ignorando que a “verdade” científica é provisória e contextualizada e que a ciência é um produto que se define pelas ideias e aparatos possíveis em determinados momentos e coletividades. A ciência é uma forma de conhecer, de ordenar, de dar inteligibilidade à realidade que, com frequência, se mostra bastante eficiente. E essa eficiência tem a ver exatamente com a crítica e problematização. Elas são motores essenciais para que se possa ir além daquilo que está estabelecido, para que e possa ampliar aquilo o que já sabemos, ver a realidade, ou o mundo, ou a natureza – seja lá o nome que dermos a esse objeto do conhecimento científico – a partir de outras perspectivas que ampliam e renovam a forma como o compreendemos. Deixar de problematizar ou criticar o conhecimento científico talvez seja mais prejudicial à ciência que o próprio movimento anticientífico. Como disse Gramsci, “se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência”.

Para se contrapor a essas posições o fundamental é investir em educação de qualidade e também em educação científica. É preciso dar aos indivíduos o direito de conhecer e de entender para então escolher.

Entrevista com Miriam Hermeto de Sá Motta

Miriam Hermeto de Sá Motta - Doutora em História (2010), mestre em Educação (2002), licenciada (1997) e bacharel em História (1994), realizou toda a formação superior na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do Departamento de História e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (linha de pesquisa História e Culturas Políticas) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Coordenadora do Núcleo de História Oral do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) da FAFICH/UFMG e co-coordenadora do Travessia - Grupo de Estudos sobre Ensino de História (FAFICH/UFMG). Atua principalmente nas áreas de História do Brasil República (ditadura militar; história cultural; história política) e Ensino de História (formação de professores).

Entrevista concedida no dia 24/06/2020 a Carla Drielly dos Santos Teixeira, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e doutoranda na linha de pesquisa História e Culturas Políticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. A versão integral está disponível no IGTV Instagram (@revistatemporalidades) e no youtube (/temporalidadesrevistadehistoria) sob o título “Os desafios da pesquisa histórica em tempos de pandemia”.

[Revista Temporalidades] - Pode chegar pessoal essa é uma live que está sendo promovida pela Revista Temporalidades que é uma iniciativa do corpo discente do programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Hoje estamos recebendo aqui a professora Miriam Hermeto, historiadora, professora de história do nosso departamento, e tá aqui, como todos nós, vivendo os desafios dessa pandemia (...). Professora Miriam, a gente combinou de fazer uma fala de 20 a 30 minutos (...) então, professora, por favor o momento é seu, fica à vontade.

[Miriam Hermeto de Sá Motta] – Então, Carla, primeiro eu queria, antes até de agradecer o convite, dar os parabéns para as equipes da temporalidades. (...). Então eu agradeço muito, estou

muito feliz com esse convite pra gente tá aqui hoje proseando, né, pensando nesses horizontes de expectativa a partir desse espaço de experiência que é tão duro hoje. (...). É a primeira vez que eu, como professora e pesquisadora, estou experimentando essa possibilidade ou esse formato e acho que você também, né Carla, esse formato que hoje é tão popular, que é a live. (...) E acabou que eu achei uma coisa muito curiosa: é a possibilidade, nesse isolamento que a gente tá hoje, de ter uma conversa que seja preparada, pensada colocada partir de temas e de questões, mas, ao mesmo tempo, uma dinâmica que não é fechada como a que a gente está acostumado na academia. Talvez algo que, embora público, a gente não tem muita noção do quão público é. No fim das contas, se assemelha um pouco à sala de aula. Porque aí a gente consegue desenvolver uma reflexão também a partir do diálogo com a pessoa que tá na tela e com as pessoas que estão assistindo e podem fazer comentários. (...) Então acho que começo por aí. Quando você me convidou para a gente conversar, disse claramente: olha, nós estamos pensando nos desafios da pesquisa histórica em tempo de pandemia. Não na contemporaneidade apenas, mas em tempos de pandemia. E aí eu acho que a primeira coisa que é importante é a gente localizar historicamente o que são os tempos de pandemia para nós, no Brasil. (...). Quando a gente começou a viver isso Brasil, ficou escancarado para todo mundo o contexto que nós vivemos hoje. Primeiro, nós não temos nesse país dois lados como desde 2, 3 anos atrás imaginávamos. Há essa realidade muito mais multifacetada do que imaginávamos. A nossa crise sanitária e a crise econômica dela derivada é muito mais grave em função de um contexto político no qual a gente chegou, numa possível democracia ou pseudodemocracia. Mas, ao mesmo tempo, uma crise de valores absurda. Acho que isso também é muito chocante e eu diria então que eu acho que este é o primeiro grande desafio que vivemos hoje, no Brasil, como pesquisadores, mas também como cidadãos, como seres humanos, que é essa crise de valores. Eu acho que isso é o que ficou muito escancarado. Como é que nós estamos vendo vários países lidando de maneira responsável com a crise sanitária e tentando prever ou minimizar o que pode vir ser uma crise econômica e social a partir dela... no Brasil, a irresponsabilidade derivada dessa crise de valores, tornou-se algo muito chocante, algo muito truculento. (...). Eu não consigo pensar a pesquisa histórica separando o pesquisador do sujeito, do ser humano que ele é para além dos muros da academia. No caso do pesquisador de história, das outras possibilidades de atividade que a gente tem que, essencialmente, inclusive, nos remetem à sala de aula. Há outras formas de ação sim, claro, mas também a sala de aula. Então acho que esse é um negócio importante. Eu não consigo pensar a pesquisa histórica apenas como a pesquisa acadêmica que a gente comunica em artigos, em

revistas como a temporalidade ou em teses e dissertações, mas a pesquisa como um princípio. Um princípio que é o da investigação e que tem a ver com a maneira como eu vejo o mundo, com a minha postura diante do mundo, com aquela postura de olhar para o mundo e querer entender o mesmo independente daquilo que eu acredito que ele é. Por isso eu acho que essa crise de valores para o pesquisador, e especialmente o pesquisador de história, é o primeiro grande desafio, é o desafio de base porque a gente olha para o mundo e não consegue reconhecê-lo... olha para esse país e muitas vezes não consegue reconhecê-lo. A ponto de tentar interpretá-lo, porque estão escancaradas uma série de situações que a gente tentava mascarar ou tentava minimizar no fim das contas. Bom então isso acho que é a primeira coisa. A segunda, eu queria conversar também a partir de uma mini enquete que nós fizemos, tanto vocês, na Temporalidades, quanto eu, nas minhas páginas pessoais de Redes, sobre “quais são os desafios que as pessoas estão vivendo?”. A resposta foi muito pequena, achei curioso. Foram respostas muito menos numerosas do que as curtidas na fotografia de divulgação da live (Risos), preciso dizer isso. Mas o pouco de resposta que nós obtivemos trouxe um resultado curioso: 100% das pessoas disseram que o grande desafio é dividido em duas frentes e tem a ver com o tumulto e o barulho desse contexto atual, a falta de motivação para pesquisa ou a dificuldade de concentração para pesquisa. Então veja que são desafios pessoais mesmo, biológicos e psicológicos, desafios absolutamente pessoais, que tem a ver com o contexto no qual estamos. (...). Eu acho que um outro tema que é importante a gente tratar diz respeito à popularização das tecnologias digitais e a difusão de uma espécie de “história digital”. Uma das possibilidades da gente pensar a história digital é exatamente a digitalização das fontes e o amplo acesso às fontes. Nós tivemos a ilusão de que esse acesso estava muito mais fácil do que efetivamente está. Nós estamos tendo de encarar uma realidade que estava mascarada pela ilusão: a ilusão de que as fontes estavam todas disponíveis e os arquivos estavam todos em rede. Não, não estão. Existem muitos arquivos que a gente precisa ter acesso fisicamente e que, muitas vezes, precisa ter acesso fisicamente levando a goiabada pra dona do arquivo pra que ela nos permita entrar e cutucar as fontes que não estão organizadas. Eu acho que isso também ficou explícito. Além de não ter acesso ao arquivo muitas vezes, e isso é necessário para quem trabalha com história oral, por exemplo, o acesso ficou inviável. Ele não ficou impossível, mas ficou quase impossível. A não ser que você já tenha contato prévio com o entrevistado, já tivesse combinado com ele a entrevista e decida fazer essa entrevista; ou que o seu entrevistado, ou os seus possíveis entrevistados, tenham um trânsito com as tecnologias, mas você perde o contato físico. É possível fazer mediado. Isso que estamos

fazendo aqui, tem a Live, você pode fazer a entrevista à distância, mas boa parte dos entrevistados não topam isso ou não têm o trânsito com as tecnologias. Assim, quem entrevista idosos, por exemplo, passa o maior aperto porque não consegue fazer isso. E não vai conseguir fazer a entrevista no próximo ano, porque eles estão isolados. A gente ainda fura o isolamento aqui e ali, mas os idosos, por exemplo, ficaram inacessíveis. Então isso é uma outra coisa que eu acho que é importante: existe um tipo de pesquisa histórica, esse tipo que depende do encontro, seja para acesso às fontes físicas, seja para acesso às fontes humanas, que vai ter de esperar. A gente vai ter que reorganizar. E aí vem outro desafio que eu acho que é fundamental: nós vamos ter que reorganizar os planos de pesquisa. Mesmo. (...) reorganizar controlando a frustração, entendendo que há algo que está para além das nossas possibilidades (...). E é um outro desafio, eu ainda não cheguei no meu argumento central, mas chego já... mas é um outro desafio que eu acho fundamental que é o fato de que a interseccionalidade nunca esteve tão escancarada, as estruturas opressivas de manutenção da desigualdade nunca estiveram tão escancarada para pesquisa histórica. Ou seja, vamos pensar aqui nas questões de raça e classe. A história de que o acesso, não apenas à tecnologia (equipamento) mas à internet rápida, o acesso, inclusive, do lugar da cidade em que isso existe não tá posto da mesma forma para todo mundo. Isso está sendo muito discutido na retomada das atividades em todas as Universidades e não sendo discutido nas escolas. A situação ainda é muito grave porque as atividades estão acontecendo e atropelando as desigualdades. No caso do gênero mesmo, aquilo que a gente acreditou que estava superado fica escancarado. (...). A realidade da desigualdade de gênero tá sendo muito explícita quando a gente vê, por exemplo, que a produtividade dos historiadores, os pesquisadores homens, aumentou durante a pandemia e a das mulheres diminuiu. Um outro desafio, e é o penúltimo antes de eu chegar no meu argumento, é fato de que o público e o privado se misturaram completamente. A gente, antes, tinha alguma possibilidade de atuar em espaços menos privados para a realização das atividades de pesquisa. Mesmo que fosse em casa, então era hora que as crianças estavam na escola e que você tem o seu tempo, no escritório, para isso. Não existe mais. Então público-privado estão imbricados de tal forma que a atividade de pesquisa se torna mais difícil do que outras tantas porque a concentração, e não apenas pelo tumulto do contexto, mas a concentração real, física, é muito mais difícil. Uma outra coisa que eu acho que é fundamental: boa parte dos nós, pesquisadores de história, atuamos na docência, e atuar na docência, neste momento, tornou-se um desafio absurdo, absurdo em todos os segmentos de Ensino e em todas as redes de ensino. O que significa ser professor hoje? Como é que é possível ser professor hoje? Como é

que eu vou dar uma aula a distância se eu não sei o que é dar uma aula a distância? Não é se eu não domino a tecnologia, não é, não tem a ver com isso, tem a ver com o fato de que eu não sei construir uma relação com os meus alunos à distância. Eu não tenho mais olhar, eu não tenho mais toque, eu não tenho mais a resposta imediata e não sei como é que esse diálogo pode acontecer. Eu acho que a gente tem é subestimado os efeitos desse tipo de reinvenção na vida da gente, tem colocado tudo na conta da tecnologia quando, na verdade, ela é uma parte que nem é tão grande quanto imaginamos. Eu acho que o distanciamento social acabou explicitando essa crise de valores de uma maneira que nos deixou sem rumo. Isso, para docência, é algo muito grave. Foi a hora, por exemplo, que boa parte de nós, professores, percebemos a desigualdade social na qual vivem os nossos alunos. Fomos colocados, tanto pelo contexto, quanto pela estrutura educacional, na posição daquele que tem que resolver a desigualdade, sendo que nós não temos capacidade de fazer isso. (...). Então, quando eu li o cem por cento das pessoas que responderam à nossa enquete simples, minha e da temporalidades, dizendo que o grande problema, hoje, é a falta de motivação para pesquisa histórica ou a dificuldade de concentração eu fiquei muito tocada. Porque eu fiquei pensando: será que no momento de crise como esse, a gente não precisava... não é que precisar, precisava nada, mas enfim... talvez a gente não esperasse estar motivado em vez de estar desmotivado? Se a gente não dá conta de responder ao que essa realidade apresenta para nós, isso não deveria significar mais motivação? Então me chamou atenção isso, a desmotivação, mais do que a falta de concentração, que essa, sim, eu compreendo, mas várias pessoas disseram da sua falta de motivação para pesquisa histórica. E aí, sabe, Carla, isso me remeteu a algo que eu acho que eu venho percebendo há algum tempo que não é novo, mas que tem se tornado uma coisa grave nos últimos anos. Não é novo, historicamente, mas é um fenômeno cuja permanência ficou mais aguda nos últimos anos ou mais patente. É uma concepção de história com a qual nós historiadores ainda operamos que é muito mais historicista do que nós queremos crer e que é muito menos moderna do que nós queremos crer, que nós dizemos nas nossas apropriações de teoria nos trabalhos que escrevemos. (...). O Nosso principal desafio, hoje, para pesquisa histórica, é uma revisão dos nossos paradigmas a partir da crise que vivemos no sentido de que ela é uma crise mesmo e que a gente precisa assumir um compromisso com os vivos. E que, embora a gente dissesse isso: fazer a história, o fazer da história, estava muito mais ligado a um compromisso com os mortos, hoje a gente precisa reassumir esse compromisso ético com os vivos e com nós mesmos. Então é pensar que toda história é uma história do tempo presente, no fim das contas, e que nós vamos

ter que encarar o presente, porque pode ser que tudo o que a gente estudou até aqui não dê conta de responder os problemas que nós temos hoje. Eu acho, de verdade, que essa enquete singela, básica, que a gente fez nos remeteu, me remeteu, a pensar que o nosso problema é um problema que não é só de valores, é de paradigmas e de paradigmas do que é a história. Então, o que eu queria defender, no fim das contas, é isso: toda história é uma história do tempo presente e nós vamos ter que encarar isso agora.

[R.T.] Tem algumas questões dentro disso tudo que você falou (...). A primeira delas diz respeito aos nossos sentimentos. Isso que você trouxe, sem dúvida nenhuma, esse momento de isolamento social suscitou e despertou uma série de sentimentos em todos nós. E no meio acadêmico, principalmente. Há uma pesquisa, se não me engano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo projeto se chama “Parent in Science”, eu acho que você já ouviu falar dessa pesquisa, que fez um levantamento significativo e trouxe dados indicando que a frustração e a culpa são dois sentimentos que estão tomando conta da academia, em geral, e de todas as pessoas que compõem esse mundo acadêmico. Então, gostaria de te ouvir, como cumprir os prazos na quarentena? Como você, que tem essa experiência de ser mãe, de estar afastada do trabalho docente para fazer o pós-doutorado, lida com isso?

[M.H.S.M] - Eu tenho tentado olhar para esses tempos como o tempo de delicadeza, do jeito do Chico Buarque mesmo. Tempo de delicadeza no sentido de que são tempos em que é preciso que a gente tenha muito cuidado, em que a gente tenha muita delicadeza no olhar, no pensar, no construir, no identificar os desafios e identificar as formas possíveis de lidar com esses desafios, identificar as sensibilidades. Uma primeira coisa que eu acho essencial, de verdade, é a gente não perder a dimensão humana de tudo que estamos vivendo. Nas mínimas coisas sabe? Tem hora que mais importante do que participar de uma live ou assistir uma live, que é isso, as pessoas têm as agendas de Live né? Quem tem condição de fazer isso, que legal, mas tem hora que, mais importante do que assistir a uma live, vai ser conversar com um amigo meu que está num momento crucial desse, de culpa e de frustração, que não consegue cumprir aquilo que se propôs e precisa dividir alguma coisa. Pesquisa é algo que se faz coletivamente. Pesquisa é algo que se faz conjuntamente e conjuntamente não apenas no desenvolvimento do argumento, das análises das fontes e no debate, que muitas vezes se torna tão competitivo, mas no diálogo e o diálogo, eu acho, nesse momento, precisa ser o diálogo da delicadeza, de verdade, então, como lidar com a culpa, com a frustração? Pra mim, em primeiro lugar, é isso. Compreendendo a dimensão

humana que a pesquisa tem, estando junto e construindo as redes de proteção que a gente precisa mesmo, sabe, bom, ponto. Eu diria que, esse pra mim, é o ponto básico. Para além disso, como lidar com o não cumprimento dos prazos? Ai eu vou ter que citar o Manoel de Barros, não vou citar um historiador: “quem anda no trilho é trem de ferro, eu sou água que corre entre pedras porque Liberdade caça jeito”. A gente vai ter que se reorganizar. O meu caminho estava dado no trilho, no projeto, no cronograma, muito bem, o trilho quebrou, está impedido, o trem caiu e ninguém passa no trilho mais, eu sou água que corre entre pedras: é reorganizar. Então, se eu tinha uma proposta de fazer vinte entrevistas ao longo desse ano, eu já entendi que eu não vou fazer. O que é que eu posso fazer? É parar e pensar, mesmo, objetivamente, e entender que essa frustração é algo que todos nós vamos ter. Tem uma dimensão dessas frustração que é coletiva, se eu deixar que ela fique maior do que ela é, pra mim, individualmente, ela toma todo projeto, ela toma toda a minha energia. Então, acho que é compreender que pesquisa, projeto de pesquisa, é uma coisa que existe para ser mudado e que nesse momento todos os projetos de pesquisa, de todas as áreas, vão ter que ser mudados, a gente vai ter que entender isso. Porque pedras eu vou correr e quais caminhos eu vou achar como água.

[R.T.] - Outra questão diz respeito ao ensino, nós temos conversado bastante sobre isso, como podemos pensar na manutenção da qualidade do ensino a partir do advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) ou da Educação à Distância (EAD) que é o que vem sendo praticado nas instituições de ensino durante a pandemia?

[M.H.S.M] – Eu acho importantíssimo falar sobre isso. Nós não estamos falando de Educação à Distância nos termos clássicos da EAD. Tem um tanto de gente usando o ensino à distância no sentido mais técnico mesmo, e tem um tanto de gente usando educação remota emergencial, que é o que eu tenho preferido diante do que eu tenho visto por aí. Bom, tem um problema muito grave que é o fato de que nós estamos operando com uma lógica que não se aplica à realidade atual. Todas as redes de ensino começaram a pensar em como é que iriam trabalhar dessa forma depois que o isolamento social começou. E ai a expectativa é que iria durar 15 dias, depois iria durar um mês... não vai. Serão dois meses, três meses... Não estão com nenhuma perspectiva de voltar. A vontade de pais, e eu falo como mãe, é tirar os meninos da escola. De verdade, nesse momento a vontade geral é tirar os menino da escola, qualquer que seja ela. Por que? Porque a escola não está sabendo, e eu assumo que eu também não, a escola não está sabendo o que fazer diante dessa situação. Eu acho que nós estamos usando aquela logica antiga, isso fica explicito, por exemplo, na tentativa da secretaria de estado da educação em, primeiro lugar, produzir um

material a toque de caixa em 15 dias para ser disponibilizado pela TV ou por meio virtual sem saber qual é o acesso que as pessoas vão ter, se as pessoas vão ter condições de acesso ou não e, portanto, passando por cima dessa questão da desigualdade social. Isso explicita o quanto nós estamos operando sob a lógica antiga que imprime o material, que era para ser usado virtualmente, e vem cheio de links que as pessoas não conseguem clicar. Mistura vídeo do youtube, blog, site educativo, página de livro didático, tudo junto, sem nenhum tipo de contextualização. Então estou pensando do ponto de vista da educação do ensino de história, mas isso tem acontecido em outras disciplinas também. Ou de disponibilizar 10 plataformas de comunicação com estudantes que ninguém sabe lidar com elas ou que não funcionam, então é uma plataforma de comunicação, outra plataforma para dar aula, outra plataforma para postar atividade, outra para conversar com os pais... Então a multiplicidade de plataformas, muitas vezes, também faz com que a gente confunda as coisas e aí, mais uma vez, eu acho que a única possibilidade que a gente vai ter de manter o mínimo de qualidade diante desse inesperado que é a educação remota emergencial é entender que nós temos uma crise de paradigma também no ensino, também no que se refere à educação escolar. (...). Na verdade é resignificar o que é o conteúdo, porque que isso, para mim, por exemplo, ficou tão pesado, é pensar como é que cada um de nós está vivendo esse desafio, porque, de repente, eu comecei a ver meus filhos tendo que repetir conteúdo. (...). E o que está acontecendo é que está vindo só checagem de conteúdo, não é aprendizado. Eu comecei a ficar muito chocada de ver algo que já estava ali e eu não estava vendo, só que agora está dentro da minha casa. É uma educação escolar que é da repetição, que é a do conteúdo desvinculado do seu sentido sócio afetivo. Então, mais uma vez, eu diria que não é para ontem, nós não vamos resolver até o segundo semestre e nem em 2020, nem se a gente voltar para as escolas, que eu acho que não vai acontecer. Manter a qualidade da educação diante do advento de ensino remoto é rever as nossas posturas epistemológicas diante do que é a educação escolar.

[R. T.] - Sobre a derrubada de monumentos, qual leitura fazer pensando os públicos, as memórias e a história? Acho que essa pergunta remete aos monumentos que estão sendo derrubados no exterior, monumentos de escravocratas.

[M.H.S.M] – Então, a situação dos monumentos, vou dizer uma coisa também... eu me sinto, como uma Historiadora que trabalha muito com as década de 1960 e 1970, transportada para 1968, embora não reconheça muita coisa. Então, quando a gente vê o “blacks lives matter”, quando vejo as derrubadas de estátuas, esse tipo de ação social que é uma ação social de negação

e de desconstrução física daquilo que a memória social monumentalizou, a gente se vê atordoado como cidadão, não estou pensando em nós como historiadores. Já vi muito historiador também atordoado. Mas o que nos vimos sair na grande imprensa sobre a derrubada dos monumentos faz parecer como se a população tivesse cometendo uma heresia, o que mais uma vez nos remete a essa força da tradição que é a história. A história precisa de heróis e esses heróis são heróis imortais. Eu já vivi momentos em que eu dizia: a história não precisa de heróis, isso é uma bobagem. Hoje eu digo: não, a história precisa de heróis mesmo, eu sinto que a história precisa de heróis. Só acho que eles não são imortais, eles são, assim, como todas as verdades históricas, são também transitórios, são também retratos do tempo que os constrói e os reconstrói, e os destrói. Ao construir novos heróis, nós vamos destruir outros, não apenas desconstruir, não é apenas a desconstrução epistemológica, a desconstrução do ponto de vista do conhecimento. É uma destruição daquilo que já foi monumentalizado. Como é que em um movimento que briga por todas as vidas e que diz que as vidas negras importam passa diante de uma estátua de um traficante de escravos e não se manifesta? Então, se eu identifico na estátua do sujeito que me trouxe até aqui, nessa condição de subalterno, uma origem, por que é que eu não vou questionar e destruir essa origem? Vejam, eu não estou fazendo uma apologia à guerra civil, inclusive porque sou da paz. Eu estou pensando o movimento histórico, a dinâmica histórica dos movimentos sociais.

[R.T.] - Até porque, Miriam, eu fiquei te ouvindo e pensando que na Revolução Francesa, também, com certeza, muitas pessoas foram contra a vandalização da Bastilha, no sentido de “poxa, vamos fazer Revolução, mas sem vandalizar a Bastilha”, mas tem a questão dos símbolos e do peso que esses símbolos carregam na realidade social das pessoas.

[M. H. S. M] - Isso aí, isso aí. É porque os símbolos são, em alguma medida, aquilo que nos faz pertencer a uma comunidade, só que a comunidade também se transforma, novos símbolos vão aparecer, novos símbolos vão ser construídos, o símbolo não é natural, símbolo é cultural. Novos símbolos vão ser construídos, novas tradições vão ser inventadas, para fazer a referência ao Hobsbawm, para que novas tradições sejam inventadas, velhas vão ser destruídas. Os estudos de Patrimônio trazem pra gente, de uma forma muito clara: um símbolo só tem sentido, presentemente, se ele é referência cultural para comunidade. Se ele deixa de ser referência cultural para comunidade, ele não é símbolo mais. Ou ele é um símbolo que não é um símbolo da comunidade, é o símbolo do Poder, ele é um símbolo de um outro grupo, então, eu acho que a

gente precisa encarar (...) a referência cultural e tem que pensar, para quem? Se é referência, para quem é? Se o monumento tá ali ou apenas no lugar da sacralidade, não é mais referência cultural, aliás é a contra referência, porque que ele tem que permanecer ali? Os ambientes urbanos são ambientes dinâmicos. Por que que a gente admite passar, destruir, desfavelizar (para usar o termo dos anos 1970) uma grande área para passar uma via e não admite a derrubada de uma estátua? A dinâmica urbana tem que ser pensada nas suas diferentes formas, então acho que essa questão, agora, para gente, é muito interessante porque coloca em xeque uma série de outras práticas que também estavam naturalizadas na dinâmica urbana, que estavam naturalizadas na história e que são práticas que mantêm interseccionalidade dessa lógica da estrutura opressora. O movimento social que se levanta contra a estrutura opressora está só dizendo: meu símbolo é outro, camarada. Em determinados momentos a radicalidade é que vai produzir transformações. É algo que nós precisamos entender. As estatuas de Mussolini foram derrubadas, as estatuas de Lenin foram derrubadas. E estas não estão sendo questionadas, então é o que você falou: a Bastilha foi vandalizada. Isso que a gente chama, hoje, de a “Queda da Bastilha e o quatorze de junho”, a celebração da contemporaneidade, também foi uma forma de vandalização, então, há um questionamento na sua radicalidade que apresenta a construção de outras tradições e de outras referências e que, portanto, precisa ser legitimado mesmo assim, não legitimado do ponto de vista da ordem ou da desordem, mas da sua legitimidade histórica. A gente precisa reconhecer a legitimidade histórica desse tipo de movimento.